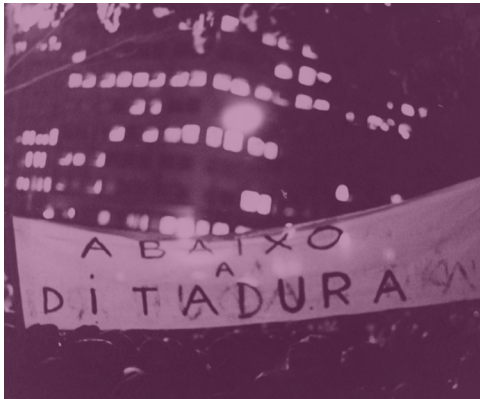
CAPÍTULOS DE HISTÓRIA POLÍTICA

Múltiplos olhares sobre o político

Letícia Sabina Wermeier Krilow | Luis Carlos dos Passos Martins
Jéssica Bitencourt Lopes | Gustavo Henrique Kunsler Guimarães
Diego Orgel Dal Bosco Almeida | Alessandro Batistella (Organizadores)



© 2026, Dos Autores

Os autores são integralmente responsáveis pela veracidade dos dados, pelas opiniões e pelo conteúdo do trabalho aqui publicado.

Editoração e Capa
Alex Antônio Vanin

Projeto Gráfico
Acervus Editora

Conselho Editorial
Alexandre Saggiorato (UPF)
Athany Gutierres (UFFS – Passo Fundo)
Cristina de Moraes (UDESC)
Diego Ferreto (UNISANTOS)
Eduardo Knack (UFCG)
Eduardo Pitthan (UFFS – Passo Fundo)
Erkan Akdogan (Ankara Üniversitesi/Turquia)
Federica Bertagna (UniVR – Itália)
Felipe Cittolin Abal (UPF)
Helion Póvoa Neto (UFRJ)
Humberto da Rocha (UFFS – Erechim)
José Francisco Guelfi Campos (UFMG)
João Carlos Tedesco (UFFS – Chapecó)
Liz Brewster (Lancaster University/Reino Unido)
Marta Chiappe (UdelaR – Uruguai)
Roberto Georg Uebel (ESPM)
Vinícius Borges Fortes (ATITUS)

CIP – Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

T327 Capítulos de história política [recurso eletrônico] : múltiplos olhares sobre o político / Letícia Sabina Wermeier Krilow ... [et al.], organizadores. – Passo Fundo : Acervus, 2026.
10 MB ; PDF.

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5230-083-6.
Demais organizadores: Luis Carlos dos Passos Martins, Jéssica Bitencourt Lopes, Gustavo Henrique Kunsler Guimarães, Diego Orgel Dal Bosco Almeida, Alessandro Batistella.

1. História e política. 2. Democracia. 3. Relações internacionais. 4. Autoritarismo. 5. Imprensa. 6. História - Estudo e ensino. I. Krilow, Letícia Sabina Wermeier, org.

CDU: 94(81)

Bibliotecária responsável Jucelei Rodrigues Domingues - CRB 10/1569

Acervus Editora

Av. Aspirante Jenner, 1274 – Lucas Araújo – 99074-360
Passo Fundo | Rio Grande do Sul | Brasil
Tel.: (54) 99676-9020
acervuseditora@gmail.com
acervuseditora.com.br

CAPÍTULOS DE HISTÓRIA POLÍTICA

Múltiplos olhares sobre o político

Letícia Sabina Wermeier Krilow | Luis Carlos dos Passos Martins
Jéssica Bitencourt Lopes | Gustavo Henrique Kunsler Guimarães
Diego Orgel Dal Bosco Almeida | Alessandro Batistella (Organizadores)

ACERVUS

Imagens da 1ª Capa

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00229_D0016DE0774 – Manifestação estudantil no Rio de Janeiro, década de 1960. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00229_D0027DE0774 – Polícia em repressão a protestos de estudantes contra a Ditadura Militar. Rio de Janeiro, década de 1960. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_13241_034 – Leonel Brizola, governador do estado do Rio Grande do Sul, em reunião com o então presidente da República, Juscelino Kubitschek. Década de 1950. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00557_D0040DE0044 – Multidão em conferência dos resultados das eleições gerais de 1960, em frente à sede do jornal Correio da Manhã, no Rio de Janeiro. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_18089_019 – Getúlio Vargas, acompanhado de Ernesto Dornelles Vargas e João Goulart, em desfile. Década de 1950. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00229_D0038DE0774 – Manifestação estudantil no Rio de Janeiro, década de 1960. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

Imagem da 4ª Capa e Orelhas

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00229_D0013DE0774 – Polícia em repressão a protestos de estudantes contra a Ditadura Militar. Rio de Janeiro, década de 1960. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_00229_D0034DE0774 – Manifestação estudantil, década de 1960. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

BR_RJANRIO_PH_0_FOT_18089_028 – Getúlio Vargas, durante deposição de voto em urna. Sem data. Fundo Correio da Manhã. Arquivo Nacional.

Sumário

Apresentação 9

Parte I
História Política e Relações Internacionais

I. As relações entre Chile e Estados Unidos no século XIX:
a hegemonia na Costa Pacífica e o início do Imperialismo Norte-Americano 19
Adelar Heinsfeld

II. "Uma peça importante no jogo atual da Guerra Fria":
a Reunião Informal de Chanceleres (Outubro de 1962) 41
Charles Sidarta Machado Domingos

III. A atuação das Diplomacias Brasileira e Uruguaia a serviço
da conexão repressiva das Ditaduras de Segurança Nacional 67
Ananda Simões Fernandes

Parte II
Debates contemporâneos em História Política

IV. As muitas mortes de Tibira:
algumas considerações sobre História e políticas de inclusão e exclusão no Brasil 91
Gérson Wasen Fraga

V. Nós contra eles:
o papel da retórica bolsonarista na produção do inimigo interno 107
Larissa Julia Paludo

VI. A História na obra de Olavo de Carvalho: a decadência do espírito e a ascensão do materialismo 125
Raul Dias Godinho

Parte III

Democracia e autoritarismo em perspectiva: conceitos, agentes e instituições

VII. O mago, as finanças e o Estado Novo Português 145
Luciano Aronne de Abreu

VIII. O contexto político-partidário no Rio Grande do Sul (1945-1982) 167
Alessandro Batistella

IX. Análise da propaganda eleitoral impressa de Pedro Simon nas eleições de 1962 203
Gustavo Henrique Kunsler Guimarães

X. Eleições e democracia em disputa: representações na grande imprensa brasileira (1955–1960) 225
Letícia Sabina Wermeier Krilow

XI. Análise de Discurso Crítica: apontamentos teórico-metodológicos para o seu emprego na interpretação de discurso(s) político(s) e jornalístico(s) 247
Luis Carlos dos Passos Martins

Parte IV

História política em sala de aula: experiências e desafios

XII. História e Filosofia política: Thomas Hobbes na sala de aula 263
Marcos Jovino Asturian

XIII. Os desafios do ensino de história na contemporaneidade:
racionalidade neoliberal, o avanço conservador e seus efeitos
na docência de história 281
Lucas Cabral Ribeiro

XIV. O "círculo mágico" em território
politicamente conflagrado:
a consciência cidadã e o lúdico no currículo de história 303
Diego Orgel Dal Bosco Almeida | Rosemeri Michaelsen

Parte V
Atuações políticas em foco: elites, trabalhadores e trajetórias

XV. Estudo de trajetórias e história das primeiras-damas:
as atuações políticas de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé (1910-1924) 327
Bethânia Luisa Lessa Werner

XVI. Fotografias 3x4 nas solicitações de
carteira profissional de trabalho:
os trabalhadores da metalúrgica Wallig & Cia., de Porto Alegre, 1933-1942 347
Aristeu Elisandro Machado Lopes

XVII. A construção de posições:
elite empresarial e mediação política na Primeira República a partir
da trajetória de Alberto Bins (Porto Alegre/RS) 371
Jéssica Bitencourt Lopes *371*

Sobre os autores e as autoras 399

Apresentação

O quinto volume da coletânea *Capítulos de História Política* consolida uma trajetória de produção coletiva vinculada ao Grupo de Trabalho de História Política da Associação Nacional de História – Seção Rio Grande do Sul (ANPUH-RS) reafirmando o compromisso com o debate historiográfico qualificado e com a ampliação das fronteiras analíticas do campo.

Desde sua primeira edição, publicada pela Editora Oikos, a série vem se constituindo como um espaço privilegiado de circulação de pesquisas que exploram a renovação da História Política, em diálogo com perspectivas da História Social, Cultural e do Tempo Presente. Nos volumes mais recentes, publicados pela Acervus Editora, observa-se o aprofundamento dessas interlocuções, acompanhando os desafios contemporâneos da área.

Este volume é fruto da sexta edição do Seminário do GT História Política da ANPUH-RS. Realizado de forma presencial e gratuita, entre os dias 27, 28 e 29 de maio de 2025, nas dependências da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o seminário reuniu pesquisadoras e pesquisadores dedicados à reflexão sobre a política e o político em suas múltiplas dimensões.

Do ponto de vista historiográfico, a obra insere-se no movimento de renovação da História Política que, desde as últimas décadas do século XX, tem ampliado seu escopo analítico ao incorporar contribuições da História Social e da História Cultural. Superando abordagens estritamente institucionais ou cen-

tradas nos grandes personagens, os estudos aqui reunidos dialogam com noções como cultura política, representações, linguagens do poder e práticas sociais, evidenciando o político como dimensão transversal das experiências históricas. Tal perspectiva permite apreender o poder não apenas em suas estruturas formais, mas também em suas manifestações simbólicas, cotidianas e discursivas, reafirmando a centralidade do político na interpretação histórica.

Os capítulos que compõem este volume organizam-se em cinco eixos temáticos, que expressam a diversidade e a vitalidade das pesquisas realizadas: **História Política e Relações Internacionais; Debates contemporâneos em História Política**; **Democracia e autoritarismo em perspectiva: conceitos, agentes e instituições**; **História política em sala de aula: experiências e desafios**; e **Atuações políticas em foco: elites, trabalhadores e trajetórias**. Esses eixos não apenas estruturam a obra, mas também evidenciam os múltiplos caminhos de investigação que vêm sendo trilhados no campo, articulando diferentes escalas de análise, temporalidades e objetos de estudo.

Dessa forma, o primeiro eixo temático, **História Política e Relações Internacionais**, é aberto com o texto **As relações entre Chile e Estados Unidos no século XIX: a hegemonia na Costa Pacífica e o início do Imperialismo Norte-americano** de Adelar Heinsfeld. O autor analisa as complexas tensões entre Chile e Estados Unidos no século XIX, destacando a disputa pela hegemonia na costa do Pacífico. Após a Guerra do Pacífico, o fortalecimento naval chileno passou a preocupar os norte-americanos, que buscavam ampliar sua influência no continente. O autor evidencia a importância das ideias de Alfred Thayer Mahan para a expansão marítima e imperialista dos Estados Unidos. Além disso, aborda a atuação de Benjamin Harrison e James G. Blaine na consolidação do pan-americanismo e da política expansionista. Com sólida fundamentação historiográfica, o texto contribui para compreender o início da Era do Imperialismo norte-americano e as disputas pela hegemonia nas Américas.

Na sequência, tem-se o texto de Charles Sidarta Machado Domingos, **"Uma peça importante no jogo atual da Guerra Fria": a Reunião Informal de Chanceleres (Outubro de 1962).** Neste capítulo, o autor analisa a Reunião Informal de Chanceleres realizada em outubro de 1962, em Washington D.C., em um dos momentos mais tensos da Guerra Fria. Ao abordar um episódio ain-

da pouco explorado pela historiografia, o autor demonstra como esse encontro diplomático se constituiu em uma peça estratégica nas articulações políticas do continente americano às vésperas da Crise dos Mísseis em Cuba. A exclusão de Cuba da reunião, após sua expulsão da OEA, evidencia o clima de polarização ideológica que marcava as relações interamericanas naquele contexto. A partir de fontes primárias, especialmente telegramas diplomáticos brasileiros, documentos oficiais e depoimentos de importantes personagens políticos, o estudo revela os bastidores das negociações e das disputas de influência entre os Estados Unidos e os países latino-americanos. Além disso, o capítulo contribui para compreender a posição do Brasil durante o governo João Goulart e os desafios da política externa brasileira em meio às tensões globais. Com rigor historiográfico e análise crítica, a obra amplia a compreensão sobre os mecanismos diplomáticos que antecederam uma das maiores crises internacionais do século XX.

O texto **A atuação das diplomacias brasileira e uruguaia a serviço da conexão repressiva das Ditaduras de Segurança Nacional** de Ananda Simões Fernandes é o terceiro capítulo deste eixo. A autora analisa o papel das diplomacias brasileira e uruguaia na articulação repressiva das ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul. Fernandes demonstra como os ministérios das Relações Exteriores atuaram no monitoramento, vigilância e perseguição de opositores políticos exilados, especialmente após o golpe civil-militar brasileiro de 1964. O estudo evidencia a militarização das estruturas diplomáticas e a participação de agentes civis e militares na consolidação de redes de cooperação repressiva entre os dois países. Destacam-se a atuação do Centro de Informações do Exterior (CIEx), da Divisão de Segurança e Informações do Itamaraty e dos serviços de inteligência uruguaios na troca de informações e ações clandestinas. Além disso, o capítulo aborda a importância da rede AGREMIL e a crescente influência das Forças Armadas sobre a política externa uruguaia. A partir de documentação histórica e do caso do sequestro do jornalista Flávio Tavares, a autora revela os mecanismos de integração repressiva que antecederam práticas posteriormente associadas à Operação Condor.

Debates contemporâneos em História Política é o segundo eixo do livro. Tal eixo é inaugurado com o texto **As Muitas Mortes De Tibira: Algumas considerações sobre História e políticas de inclusão e exclusão no Brasil,** Gérson

Wasen Fraga, analisa as políticas de inclusão e exclusão no Brasil a partir das lutas das minorias sociais e sexuais. O autor inicia com um relato pessoal sobre a negação do acesso à educação a uma travesti, evidenciando preconceitos estruturais presentes na sociedade e nas instituições. A partir disso, relaciona a exclusão histórica de grupos marginalizados à permanência das desigualdades sociais e da violência simbólica. Fraga também critica o avanço de discursos conservadores e intolerantes, especialmente ligados à extrema-direita, que desqualificam as pautas de direitos humanos como "identitarismo". O texto defende que as lutas das minorias fazem parte da própria história da luta de classes e que ações afirmativas e políticas de inclusão são fundamentais para a construção de uma sociedade mais democrática e igualitária.

Por seu turno, o texto **Nós contra eles: o papel da retórica bolsonarista na produção do inimigo interno**, de Larissa Julia Paludo, analisa como o discurso político de Jair Bolsonaro construiu a ideia de um "inimigo interno" no cenário brasileiro contemporâneo. A autora relaciona esse processo às crises políticas e sociais iniciadas a partir de 2013, intensificadas pela polarização, pela Operação Lava Jato e pelo impeachment de Dilma Rousseff. O texto demonstra como a retórica "nós contra eles" mobilizou símbolos nacionais, nacionalismo conservador e pautas morais para dividir a sociedade entre "brasileiros de verdade" e opositores políticos. Além disso, evidencia a influência da Doutrina de Segurança Nacional e de discursos autoritários adaptados ao contexto democrático e às redes sociais. Na conclusão, a autora argumenta que essa lógica enfraquece o diálogo democrático, amplia a polarização e fortalece práticas excludentes, representando um desafio para a convivência plural e para a democracia contemporânea.

Encerrando esse eixo, o texto **A História na obra de Olavo de Carvalho: a decadência do espírito e a ascensão do materialismo**, de Raul Dias Godinho, analisa a formação intelectual e a visão histórica de Olavo de Carvalho, destacando sua influência no crescimento da extrema-direita no Brasil. O autor demonstra como as ideias olavistas foram construídas a partir de referências esotéricas, do Tradicionalismo e de pensadores ligados ao fascismo europeu, como Julius Evola e René Guénon. O texto evidencia que Olavo compreendia a História como um processo de decadência espiritual causado pela modernidade, pelo materialismo, pela democracia e por pautas associadas ao secularismo e

ao feminismo. A análise também relaciona essas concepções à defesa de valores conservadores e autoritários presentes em seus discursos e em sua influência política durante o governo Bolsonaro. Dessa forma, o capítulo busca compreender como elementos místicos e tradicionalistas moldaram a interpretação histórica e política do pensador.

Em seguida, há o terceiro eixo temático do livro: **Democracia e autoritarismo em perspectiva: conceitos, agentes e instituições**. Luciano Aronne de Abreu, inaugura o eixo com o capítulo intitulado **O Mago, as finanças e o Estado Novo Português.** O autor analisa a ascensão política de António de Oliveira Salazar a partir da sua atuação como ministro das Finanças durante a Ditadura Militar portuguesa. Abreu demonstra como a recuperação financeira de Portugal, marcada pelo equilíbrio orçamentário e pela política de austeridade, foi utilizada como instrumento de legitimação do futuro Estado Novo. Além das competências técnicas de Salazar, o estudo destaca sua habilidade política e o apoio da Igreja Católica como fatores decisivos para sua consolidação no poder. A pesquisa evidencia ainda como o Ministério das Finanças tornou-se o centro das decisões governamentais, fortalecendo o caráter autoritário do regime. Por meio da análise de jornais e manifestações públicas organizadas pelo governo, o capítulo revela a construção da imagem de Salazar como "mago das finanças" e símbolo da estabilidade nacional.

Na sequência tem-se o texto **O contexto político-partidário no Rio Grande do Sul (1945-1982)** de Alessandro Batistella. O autor analisa as transformações do cenário político-partidário no Rio Grande do Sul entre 1945 e 1982, período marcado por profundas mudanças institucionais no Brasil. Batistella contextualiza a experiência democrática iniciada após o fim do Estado Novo, caracterizada pelo pluripartidarismo e pela ampliação da participação política, bem como as rupturas provocadas pelo golpe civil-militar de 1964. O estudo aborda a implantação do bipartidarismo pela ditadura militar, a reorganização das forças políticas gaúchas e os impactos da reforma partidária de 1979, que restaurou o pluripartidarismo. Ao examinar as disputas e rearranjos partidários no estado, o capítulo contribui para compreender as dinâmicas políticas regionais em meio às transformações do sistema político brasileiro durante a redemocratização.

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães contribui na obra com o capítulo **Análise da propaganda eleitoral impressa de Pedro Simon nas eleições de 1962**. No texto, o autor procura analisar os materiais da campanha eleitoral de Pedro Simon para deputado estadual do Rio Grande do Sul nas eleições de 1962. Utilizando como fonte materiais publicados no jornal Pioneiro de Caxias do Sul e panfleto de circulação na capital do estado, o texto visa investigar quais elementos foram apresentados ao eleitor para legitimar o voto em Pedro Simon para deputado estadual. Assim, o autor analisa a construção dos materiais da campanha eleitoral refletindo sobre as publicações e como elas poderiam contribuir no processo de captação de votos para Pedro Simon.

O capítulo de Letícia Sabina Wermeier Krilow, **Eleições e democracia em disputa: representações na grande imprensa brasileira (1955–1960),** analisa as representações das eleições presidenciais de 1955 e 1960 na grande imprensa brasileira, destacando o papel dos jornais na construção dos debates políticos durante a experiência democrática do pós-guerra. A autora investiga como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Última Hora* representaram candidaturas, discursos e tensões políticas em um período marcado por instabilidade, polarização e disputas em torno da democracia. A partir da Análise de Conteúdo e dos referenciais teóricos de Pierre Bourdieu e Roger Chartier, o estudo evidencia como a imprensa atuou não apenas como meio de informação, mas também como agente político capaz de influenciar percepções e legitimar projetos de poder.

No capítulo **Análise de Discurso Crítica: apontamentos teórico-metodológicos para o seu emprego na interpretação de discurso(s) político(s) e jornalístico(s)**, Luis Carlos dos Passos Martins apresenta uma reflexão teórico-metodológica sobre os usos da Análise de Discurso Crítica na interpretação de discursos políticos e jornalísticos. Ao problematizar a ideia da AD como mera técnica de análise textual, o autor enfatiza sua dimensão teórica e sua compreensão do discurso como elemento constitutivo da realidade social. O texto discute as principais influências intelectuais da área, bem como os desafios envolvidos na segmentação, interpretação e contextualização dos discursos. Assim, oferece importantes contribuições para pesquisadores interessados nas relações entre linguagem, poder e produção de sentidos.

Dando seguimento ao livro, há o quarto eixo temático, intitulado **História política em sala de aula: experiências e desafios.** Marcos Jovino Asturian com o texto **História e Filosofia política: Thomas Hobbes na sala de aula** faz a abertura deste eixo. No texto o autor propõe um exercício de reflexão concernente ao papel da escola na elaboração conceitual, apontando que os estudos acerca clássicos da filosofia política e seus respectivos contextos históricos estão inseridos num projeto educacional comprometido com a promoção da cidadania. Organizado em quatro momentos, o capítulo inicia apresentando Thomas Hobbes e seu pensamento, permeia conceitos e elementos relevantes para pensar Hobbes e a obra Leviatã estabelecendo conexões com a aula de história como um espaço para a compreensão dos conceitos e o exercício da cidadania.

Na sequência temos o capítulo intitulado **Os desafios do ensino de história na contemporaneidade: racionalidade neoliberal, o avanço conservador e seus efeitos na docência de história**, de Lucas Cabral Ribeiro. O texto convida a refletir sobre os desafios do ensino de História na contemporaneidade. Para isso o autor debate sobre a racionalidade neoliberal e a governamentalidade na reconfiguração da escola, pensando o ensino de história política em face do pensamento conservador e neoconservador. Colocadas tais questões, o autor sugere possíveis caminhos e as estratégias pedagógicas para um ensino de história crítico e emancipador.

O capítulo **O "círculo mágico" em território politicamente conflagrado: a consciência cidadã e o lúdico no currículo de história**, de autoria de Diego Orgel Dal Bosco Almeida e Rosemeri Michaelsen, trata do lugar político que o lúdico e a ludicidade ocupam nos currículos oficiais nacionais da educação básica. Situado na encruzilhada teórico-metodológica entre a história política e a história da educação, o texto analisa criticamente as transições de sentido ocorridas entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN de 2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC de 2017). Através da metáfora do "círculo mágico" de Johan Huizinga, o autor e a autora demonstram como as reformas educacionais neoliberais implementadas após a ruptura institucional de 2016 tensionaram e esvaziaram o potencial emancipatório do brincar. O estudo denuncia o recuo teórico promovido pela pedagogia das competências na BNCC, que reduziu as práticas lúdicas ao pragmatismo socioemocional. No capítulo

ressalta-se que as dimensões epistêmicas da ludicidade têm o coletivo e o comunitário como eixos estruturantes fundamentais. Ao final, o trabalho defende o lúdico como uma arena de simulação democrática importante no ensino de história, constituindo a base da formação da consciência cidadã e das primeiras noções de alteridade nos anos iniciais.

No eixo temático **Atuações políticas em foco: elites, trabalhadores e trajetórias,** os textos reunidos partem da política como prática situada, construída nas trajetórias e nas formas de inserção dos sujeitos. No **Estudo de trajetórias e história das primeiras-damas: as atuações políticas de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé (1910-1924)**, Bethânia Luisa Lessa Werner acompanha duas figuras da elite que, a partir de lugares próximos, produziram formas distintas de atuação. Entre aproximações com o Partido Republicano Feminino, intervenções públicas e disputas de representação, o artigo evidencia como essas experiências se organizam em torno de expectativas de gênero, ora reafirmando, ora tensionando os limites atribuídos às primeiras-damas.

No texto de Aristeu Elisandro Machado Lopes, **Fotografias 3x4 nas solicitações de carteira profissional de trabalho: os trabalhadores da metalúrgica Wallig & Cia., de Porto Alegre, 1933-1942**, a fotografia anexada à ficha de qualificação profissional dos trabalhadores é o ponto de partida. Nesse material, é que o autor encontra uma via de acesso às trajetórias dessas pessoas comuns, e às nuances e vivências de uma época. A partir desse conjunto, o texto se constrói acompanhando esses registros, fazendo aparecer, em meio a dados e imagens, aspectos do cotidiano fabril, das formas de inserção no trabalho e dos modos de identificação desses trabalhadores.

Encerrando a sessão, em **A construção de posições: elite empresarial e mediação política na Primeira República a partir de Alberto Bins (Porto Alegre, Rio Grande do Sul)**, Jéssica Bitencourt Lopes toma a trajetória de Alberto Bins como eixo para compreender a constituição de uma elite empresarial em sua relação com o poder político. O texto mostra como recursos econômicos, redes de sociabilidade e inserção institucional se articulam na formação de posições capazes de conectar interesses distintos, em um contexto de crescente aproximação entre economia e política. Nesse movimento, a mediação se afirma como elemento central, evidenciando práticas que viabi-

lizam a circulação entre esferas e sustentam formas de influência ao longo da Primeira República.

Ao reunir contribuições oriundas desse fórum de discussões, o presente livro propõe ao leitor um panorama instigante da produção recente na área, evidenciando a vitalidade do campo e sua capacidade de dialogar com questões urgentes do tempo presente. Os capítulos aqui apresentados transitam entre diferentes escalas de análise e objetos de estudo, abordando instituições, atores, culturas políticas, meios de comunicação, práticas educativas e disputas de memória.

Por meio desses temas, a obra busca fomentar o conhecimento histórico e historiográfico a partir do diálogo entre pesquisadoras e pesquisadores de diferentes instituições, destacando investigações que exploram múltiplos contextos temporais e perspectivas analíticas. Mais do que uma reunião de estudos, este volume reafirma o caráter coletivo e colaborativo da produção do conhecimento histórico, bem como o papel do GT de História Política como espaço de articulação acadêmica.

Espera-se, assim, que este quinto volume — tal como o VI Seminário do GT História Política que lhe deu origem — contribua para o fortalecimento do intercâmbio acadêmico e para a reflexão crítica sobre questões fundamentais às ciências humanas, estimulando novas pesquisas e ampliando os horizontes interpretativos da História Política.

Boa leitura!

Os Organizadores

I

As relações entre Chile e Estados Unidos no século XIX:

a hegemonia na Costa Pacífica e o início do Imperialismo Norte-Americano

Adelar Heinsfeld

As relações entre os Estados Unidos e o Chile ao longo do século XIX foram marcadas por vários momentos de desentendimentos e tensões desde o início da vida independente do país transandino. Com a vitória chilena sobre Peru e Bolívia na Guerra do Pacífico (1879-1883) estas tensões se aguçaram, pois o Chile emergiu como uma ameaça potencial à hegemonia dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental. Após o término do conflito bélico o governo chileno continuou a fortalecer a sua marinha de guerra, tornando-a a frota mais forte do Pacífico. Isso causou preocupação àqueles que se autointitulavam protetores do hemisfério. Aos olhos de Washington a emergência do Chile como potência regional significava um desafio a seus objetivos pan-americanos e hegemônicos. Somente com as ideias e a doutrina elaborada por Alfred Thayer Mahan, estabelecendo o que ficou conhecido no campo da geopolítica como Poder Naval, é que os Estados Unidos, construindo uma grande frota de guerra, conseguiram suplantar o Chile. Inclusive Mahan tomou como exemplo o desempenho da marinha de guerra chilena na Guerra do Pacífico para elaborar sua doutrina. Inspirados no exemplo do Chile, os norte-americanos construíram uma poderosa frota de guerra, abrindo caminho para sua política imperialista no continente americano.

Relações não muito amistosas

Há uma historiografia consolidada demonstrando que as relações entre o Chile e os Estados Unidos ao longo do século XIX foram marcadas por desentendimentos e tensões.[1] Tanto a historiografia chilena, através de autores como Mario Barros[1], José Miguel Barros Franco[2], German Bravo Valdieso[3], Patricio Estele[4], Cristián Guerrero Youcham[5], Emilio Meneses Ciuffardi[6], Heraldo Munhoz e Carlos Portales[7], Julio Pinto Vallejos[8], Mauricio Eduardo Rubilar Luengo[9], bem como a historiografia norte-americana através de Stephen Brown[10], Robert N. Burr[11], Henry Clay Evans[12], Joyce Goldber[13], John J. Johnson[14], Frederick B. Pike[15], Willian Sater[16], Willian Roderick Sherman[17], tem apontado e analisado estas relações bilaterais tensas. Para ficar apenas num exemplo vejamos o que afirma German Bravo Valdivieso:

> A atitude hostil que os Estados Unidos da América têm mantido em relação ao Chile ao longo da nossa história é uma constante refletida em inúmeras situações. Esta inimizade pode ser vista ao longo dos anos da nossaw vida independente e foi demonstrada em muitas ocasiões pelo apoio a nações ou grupos que atacaram a nossa pátria.[18]

O início desses desentendimentos ocorreu durante o processo de independência do Chile, por falta de apoio explícito norte-americano. Em 18 de setembro de 1810 foi constituída a primeira junta governativa chilena, dando início ao processo independentista, que foi concluído em 12 de fevereiro de 1818, com a vitória de Maipú, "que sacramentou a independência política do Chile e abateu para sempre as forças espanholas".[19] Numa demonstração de desinteresse pelo que estava ocorrendo na costa do Pacífico na América do Sul, o governo norte-americano nomeou como cônsul, na qualidade de agente especial, William G. D. Worthington, para as "províncias espanholas de Buenos Aires, Chile y Perú", com o objetivo de estreitar as relações comerciais. O agente norte-americano apresentou suas credenciais em Santiago em 28 de fevereiro de 1818. Com este ato, o governo dos Estados Unidos ignorava a independência chilena ao consi-

[1] Todas as citações diretas das obras em castelhano e inglês que aparecem no texto foram traduzidas de forma livre pelo autor.

derar o Chile ainda uma província espanhola. Como diz Joaquín Fermandois, "embora os EUA não tenham apoiado activamente a emancipação, não só tiraram benefícios dela, como, enquanto sociedade política, inspiraram os líderes hispano-americanos."[20]

Os Estados Unidos só reconheceram a independência chilena em 1822, quando o presidente James Monroe nomeou Heman Allen como ministro plenipotenciário e enviado extraordinário ao Chile, que chegou em Santiago em 20 de janeiro de 1823. No dizer de Mario Barros, os Estados Unidos tinham simpatias pelas emancipações hispano-americanas, "mas não interveio de forma alguma a seu favor, temendo que a aliança anglo-espanhola fosse mais forte do que se supunha e que, ao tentar derrotar os espanhóis, colocasse em risco a sua própria independência".[21]

Autoridades chilenas desde muito cedo perceberam que a doutrina Monroe, cantada e decantada quando se analisa o processo independentista dos países da América Latina, nem sempre condizia com os ideais de liberdade. É o caso de Diego Portales,[II] uma das figuras fundamentais na organização e consolidação do Estado chileno, que já dizia em 1822, momento em que a independência chilena obtinha o reconhecimento norte-americano:

> O presidente da Federação Norte-Americana, Sr. Monroe, afirmou: "Reconhece-se que a América pertence aos americanos". Cuidado para não escapar de uma dominação apenas para cair em noutra! Devemos desconfiar daqueles senhores que prontamente aprovam o trabalho dos nossos campeões da libertação, sem nos terem ajudado minimamente: é essa a causa do meu temor. Por que esta ânsia dos Estados Unidos em credenciar ministros e delegados e reconhecer a independência da América, sem mexer um dedo? Que sistema curioso, meu amigo! Creio que tudo isto faz parte de um plano pré-estabelecido, e seria este: conquistar a América não pela força das armas, mas pela influência em todas as esferas. Isso acontecerá, talvez não hoje, mas amanhã. É insensato deixar-se lisonjear por estas promessas que as crianças costumam saborear com gosto, sem considerar o risco de envenenamento.[22]

[II] Diego José Pedro Víctor Portales y Palazuelos (1793-1837), comerciante, militar e político conservador, exerceu os cargos de ministro da Marina e Guerra, do Interior e das Relações Exteriores. Um dos responsáveis pelo desenvolvimento do pensamento conservador, nacionalista e autoritário chileno.

Esta é considerada uma das grandes tradições da "herança portaliana" no domínio da política externa chilena: a abordagem realista e o carácter "profético" do seu pensamento em torno do perigo que os Estados Unidos poderiam representar.

Após o reconhecimento da independência as relações entre os dois países permaneceram tensas. O Chile propôs um tratado comercial, mas houve reticências por parte do governo norte-americano para a sua assinatura. As relações só melhoraram quando em 12 de outubro de 1834 é firmado o *Tratado de Paz, amistad, comercio y navegación entre Chile y los Estados Unidos*. Neste tratado se impõe a doutrina do Chile, pela qual este país pretendia obter que os Estados Hispano-americanos se concedessem reciprocamente vantagens especiais de caráter comercial, e que não fossem extensivas aos demais países, constituindo, portanto, uma exceção ao princípio da igualdade da nação mais favorecida, e um sistema preferencial interamericano com exclusão dos Estados Unidos, Canadá e Brasil.[23]

Nesta mesma década houve a guerra do Chile contra a Confederação Peru-Boliviana (1836-1839). Sobre esta guerra, Joaquín Fermandois registrou que "a guerra da Confederação Peru-Boliviana não foi um conflito em que a ideia de um Estado territorial fosse importante; ou seja, não se deveu a disputas fronteiriças, muito menos a disputas expansionistas." Em sua avaliação, "o fator hegemonia" estava presente tanto na mentalidade de Andrés de Santa Cruz[III], por parte do Peru, como de Diego Portales, do Chile.[24]

Neste conflito, o governo de Washington manteve uma postura de neutralidade, embora com veladas simpatias pela Confederação. Para os norte-americanos, se o Chile ganhasse iria impor suas condições aos outros dois rivais, "o que levaria a um desequilíbrio de poder sub-regional", bem como a propagação da política protecionista que o governo de Santiago então praticava, resultando em prejuízo econômico para os Estados Unidos.[25]

Nos anos 1840 a situação não melhorou. As tensões mais significativas entre os dois países foram resultantes do apoio explícito do Chile ao México

[III] Andrés de Santa Cruz Villavicencio y Calaumana (1792-1865), militar e político peruano-boliviano. Foi presidente do Peru durante o ano de 1827 e de 1836 a 1838; exerceu a presidência da Bolívia entre 1829 e 1839). Também atuou como Supremo Protetor da efêmera Confederação Peru-Boliviana (1836 a 1839).

em sua guerra com os Estados Unidos entre 1845 e 1848. Da mesma forma, o tratamento vexatório aos chilenos na Califórnia por conta da "febre do ouro", provocava a indignação no Chile.

A elite política chilena via os Estados Unidos com preocupação e desconfiança por conta das anexações dos territórios mexicanos, seus interesses em Cuba e nas Ilhas Lobo, próximas à costa peruana. O Chile reagiu alarmado quando em 1854 os Estados Unidos tentaram impor um tratado com o Equador, praticamente transformando este país num protetorado. O governo chileno despachou uma missão especial à Quito, para impedir a ratificação do tratado. Além de oferecer ajuda ao governo equatoriano, tentou mobilizar os demais governos latino-americanos para encetar uma cooperação com o Equador e frustrar os planos norte-americanos.[26]

Havia um sentimento anti-Estados Unidos não somente por parte das autoridades chilenas. De acordo com o historiador norte-americano Fredrick Pike, em 1855 o representante norte-americano em Santiago, W. R. Manning, afirmava: "os Estados Unidos e seus cidadãos são objeto de ataques constantes e virulentos e são alvo escolhido de insultos caluniosos por parte da imprensa do país. Foi até proposto expulsá-los do país e fechar os portos do Chile contra seu comércio."[27]

Durante a Guerra de Secessão (1860-1865) as relações entre os dois países melhoraram. A causa da União, com a postura anti-escravista de Lincoln, obteve uma grande simpatia junto à opinião pública chilena. No entanto em 1865 voltou o tensionamento. Na guerra em que Chile, Peru, Bolívia e Equador enfrentaram a Espanha, o governo norte-americano optou pela neutralidade oficial, entendida como uma clara simpatia à Espanha. O historiador Benjamin Vicuña Mackena, que posteriormente escreveu o importante livro *História de la Guerra de Chile con España (de 1863 a 1866)*, foi enviado à Washington, com o objetivo de adquirir navios e armamentos. Após acertar a aquisição de quatro navios de guerra, o Congresso norte-americano o acusou de haver violado as leis de neutralidade, no que acabou resultando em sua prisão no início de 1866.[IV]

[IV] Sobre sua atuação na missão em Washington, o historiador chileno deixou registrado: VICUÑA MACKENA, Benjamin. *Diez meses de misión a los Estados Unidos de Norte America como ajente confidencial de Chile (con mas de doscientos documentos inéditos)*. Santiago: Imprenta de La Libertad, 1867.

Para o Chile, a guerra contra a Espanha demonstrou a inutilidade da Doutrina de Monroe, devido ao bombardeio pela marinha espanhola do porto de Valparaíso, em março de 1866, na presença da frota da marinha de guerra norte-americana, que não fez nada para impedir a destruição do mais importante porto chileno. A "neutralidade" norte-americana se torna mais significativa ao considerar o que afirma o historiador naval German Bravo Valdivieso: "a esquadra norte-americana teria um poder nada desprezível e muito superior à espanhola."[28] O resultado da neutralidade norte-americana nesse conflito foi muito negativo para as relações entre os dois países: "Da destruição do porto e de seus devastadores efeitos econômicos nasceria entre os chilenos uma desilusão com a Doutrina Monroe, que aumentaria com o tempo."[29] Para o historiador norte-americano Stephen Brown este conflito com a Espanha deu à política exterior dos Estados Unidos uma reputação de pusilanimidade, uma vez que possuíam os meios para atuar de forma decidida em favor do Chile.[30]

Nova oportunidade para a diplomacia norte-americana interferir em assuntos relacionados ao Chile surgiu com a Guerra do Pacífico (1879-1883), quando o Chile enfrentou e venceu Peru e Bolívia. Estes dois últimos países tinham um tratado de aliança secreto desde 1873, objetivando atacar o Chile, no que procuraram arrastar, sem êxito, a Argentina para esta aliança.[31]

Durante a Guerra do Pacífico, podemos identificar três momentos da posição norte-americana diante do conflito, que podem ser relacionados às três presidências do país durante a guerra: Rutheford Heyes (1877-1881), James Garfield (1881) e Chester Alan Arthur (1881-1885).

No primeiro momento a diplomacia dos Estados Unidos agiu se oferecendo para mediar o conflito, que foi recusada pelo Chile.

O segundo momento, embora cronologicamente mais curto, foi o mais tenso, protagonizado pelo secretário de Estado de James Garfield, James G. Blaine.

Blaine foi um dos primeiros líderes a acreditar que os Estados Unidos estavam destinados a buscar e agir como uma grande potência e a ser o árbitro nos assuntos do Hemisfério Ocidental, como as potências europeias da época. Citando Edward Crapol, Mauricio Rubilar Luengo vai afirmar que James Blaine foi o primeiro "Arquiteto do Império Norte-americano".[32]

A preocupação com os destinos do Peru é demonstrada pelo presidente Garfield, em seu diário pessoal, após uma reunião com seu Gabinete de Secretários, em 7 de junho de 1881 registrou: "interessante conversação sobre a triste condição do Peru e é nosso dever prevenir sua destruição."[33] Além disso, o governo norte-americano acreditava que o Chile havia agido de forma tão agressiva com a ajuda e o incentivo da Grã-Bretanha. Blaine estava profundamente irritado com o fato de Londres poder se beneficiar de uma situação de interesse direto dos Estados Unidos, pois acreditava que os britânicos estavam apoiando o Chile para controlar as propriedades peruanas na exploração de guano e nitrato por meio deste último país.

Com o assassinato do presidente Willian Garfield, Blaine foi afastado da Secretaria de Estado. Já fora do cargo de secretário de Estado, ele vai registrar:

> É um erro completo falar disso como uma guerra chilena contra o Peru. É uma guerra inglesa contra o Peru, que usa o Chile como instrumento... O Chile jamais teria entrado nessa guerra, por qualquer motivo, se não fosse pelo apoio financeiro dado pelos ingleses, e nada no mundo jamais foi feito de forma tão descarada quanto quando eles começaram a dividir o saque e o botim.[34]

O que era claramente consistente na atitude do Secretário de Estado: recusou, por isso, aceitar o princípio da conquista territorial como legítimo para o estabelecimento da paz. O Secretário de Estado de Garfield opôs-se veementemente à guerra de anexação, que interpretou como um meio de pôr fim à nacionalidade peruana. No entanto, Blaine era suficientemente pragmático para compreender que a ocupação territorial e o novo poder do Chile no Pacífico Sul tinham criado um facto consumado.

Para Carmen McEvoy, historiadora peruana, o assassinato do presidente norte-americano não só truncou a sua vida, como destruiu, sem propor outra alternativa, a única possibilidade que o Peru teve de salvar o seu riquíssimo território.[35]

As ações do secretário de Estado James Blaine e o envolvimento pessoal do ministro norte-americano em Lima, Stephen Hulburt, com empresários peruanos e a gestão feita em prol da empresa estadunidense *Peruvian Company*, "fo-

ram expressões claras e concretas da posição anti-chilena que Washington havia assumido."[36]

Quando durante a ocupação de Lima, o exército chileno destitui o presidente provisório do Peru, García Calderón e o encaminha prisioneiro para Santiago, os EUA mandaram uma missão especial ao Chile, para investigar o que estava acontecendo. Blaine vai instruir Willian Trescot, chefe da missão especial mandada à Santiago:

> Vossa Excelência informará ao Governo do Chile que o Presidente considera este procedimento uma infração intencional e que comunicará esta aprovação ao Governo dos Estados Unidos, com a garantia de que este fato será considerado pelo meu Governo como um ato tão hostil que exigirá a suspensão imediata de todas as relações diplomáticas.[37]

A justificação para tal ato de Blaine foi que o governo de Calderón recebeu o reconhecimento oficial por parte de Washington. Em virtude dos acontecimentos e das ações adotadas, a tensão entre o Chile e os Estados Unidos gerou níveis críticos.

A ameaça de uma ruptura entre o Chile e os Estados Unidos e o desenvolvimento de uma provável crise diplomática fez com que um cenário incerto (inclusive bélico) rondou com força nas relações bilaterais entre ambos os países nas últimas semanas do ano de 1881.

Para o historiador norte-americano Willian Sater a tentativa de intervenção norte-americana no conflito favorecendo o Peru, a derrota deste país, com a perda de territórios para o Chile, teve como resultado a humilhação para o colosso do Norte.[38] Da mesma forma, como afirma o também norte-americano Frederick Pike a intervenção diplomática do governo de Washington no conflito contribuiu para que no Chile emergisse um sentimento duradouro de desconfiança em relação aos Estados Unidos e um sentimento anti-Estados Unidos se agudizasse. Para esse historiador, os Estados Unidos ao tentar impedir que territórios peruanos fossem perdidos para o Chile é por que "pretendia estabelecer um domínio sobre o Peru e quiçá sobre toda a América do Sul."[39]

A possibilidade de Hegemonia

Adam Watson entende por hegemonia o poder ou autoridade dentro de um sistema, que seja capaz de impor normas ou determinar, até certo tempo, as relações externas entre os Estados membros deste sistema, embora deixando-os internamente independentes. Por outro lado, uma hegemonia não consiste numa série de comandos ditatoriais; pode envolver negociações contínuas entre a autoridade hegemônica e os outros Estados, além da avaliação, pelos dois lados, da balança de vantagens e desvantagens.[40]

Pensar em hegemonia na costa americana do Pacífico significava ter à disponibilidade um significativo poder naval. Desde o início da vida política independente chilena, os líderes da independência, Bernardo de O'higgins e Diego Portales, defenderam a constituição de um poder naval.

Após a vitória de Chacabuco, contra os espanhóis, em 17 de fevereiro de 1817, o "Pai da Pátria" disse: "este triunfo e outros 100 mais, serão insignificantes se não dominarmos o mar." O capitão de navio, Blanco Encalada faz coro ao libertador, ao se referir à primeira esquadra organizada pelo Chile: "Sua força é tal que pode fazer-se dona do Pacífico e frustrar toda expedição subsequente da Espanha."[41]

Alguns anos depois, Diego Portales em carta datada de 10 de setembro de 1836, ao então almirante Blanco Encalada, justificava a necessidade da guerra contra a Confederação Peru-Boliviana. Explicita a intenção chilena de exercer a hegemonia no Pacífico Sul e para isso a confederação deve deixar de existir. Destacava também a importância do poder naval:

> As forças navais devem operar antes das forças militares, desferindo golpes decisivos. Devemos dominar o Pacífico para sempre. Esta é a nossa máxima agora, e que seja a máxima do Chile para sempre. As forças militares chilenas prevalecerão através do seu espírito nacional, e se não o fizerem, contribuirão para a impressão de que é difícil dominar povos de carácter forte.[42]

Com a vitória do Chile e a extinção da Confederação Peru-boliviana, de curta duração, a hegemonia chilena na costa sul-americana não tinha mais concorrentes.

A questão da hegemonia na cota pacífica assume importância no pós-guerra do Pacífico (1879-1883). É necessário considerar que após a Guerra de Secessão (1861-1865) por duas décadas os governos dos EUA descuidaram de sua marinha. A presença da marinha norte-americana nos oceanos era feita com uns poucos navios envelhecidos. Foi a época da chamada "*Old Navy*".

Uma das maiores consequências do triunfo militar chileno na guerra foi o fortalecimento do seu poder naval e a consolidação da sua hegemonia nas costas do Pacífico ao longo da década dos anos oitenta do século XIX.

O Chile emergiu da Guerra do Pacífico com a marinha de guerra mais poderosa do continente, denominado de "Prússia sul-americana". Para o historiador naval chileno, Emilio Meneses Ciuffardi, "pela primeira vez, em muitos anos, surgiu a possibilidade de uma hegemonia regional que poderia desafiar a confiante corrida pelo domínio hemisférico por parte dos Estados Unidos." No entanto, ao perceber que seu poderio estava sendo colocado em xeque, os Estados Unidos saíram da letargia momentânea e reagiram. Na década de 1880 "a marinha dos Estados Unidos enormes esforços para sair do seu vergonhoso estado de prostração; o poder da marinha chilena constituiria um argumento importante no debate por mais financiamentos."[43] Ainda durante a Guerra do Pacífico, em setembro de 1881, o então secretário de Estado da presidência de Garfield, escrevia: "Não é do interesse dos Estados Unidos que haja qualquer poder preponderante na América do Sul... No entanto, neste exato momento, há um perigo de tal preponderância... e a única prevenção que vejo para esse mal é uma ação específica e direta dos Estados Unidos."[44]

Ao término da guerra, o governo peruano tentou ceder uma base naval para os Estados Unidos em Chimbote. O contra-almirante Patricio Lynch, comandante-chefe das forças chilenas que ocupavam o Peru, impôs-se aos entendimentos entre o governante peruano e a diplomacia norte-americana e ordenou que o blindado *Blanco Encalada* ocupasse Chimbote com forças do Corpo de Fuzileiros Navais, frustrando o mesmo propósito da fragata norte-americana *Pensacola* em dezembro de 1881.[45]

As tensões e desentendimentos no pós guerra do Pacífico indicavam a existência de uma rivalidade crescente de duas potências emergentes, uma de alcance mundial, outra de alcance regional, fazendo repercutir diretamente no aumento

de suspeitas e conflitos, tanto a nível governamental, como na opinião pública de ambos os países.

Os resultados do novo "estatuto internacional" que o Estado chileno adquiriu após o conflito manifestaram-se em diversas dimensões e com profundas consequências políticas, económicas, sociais, territoriais e geopolíticas. O Chile surgiu como a potência dominante na América do Sul pela mão de um poderoso exército e marina de guerra que controlou e exerceu uma clara hegemonia nas extensas costas do Pacífico. Juntamente com ele, o Chile alcançou um elevado prestígio internacional na área americana e um notório benefício territorial e econômico graças à incorporação das províncias salitreiras de Atacama e Tarapacá. A vitória sobre Bolívia e Peru possibilitou um aumento significativo de um terço da superfície do seu território nacional.

O Chile emergiu da Guerra do Pacífico como uma ameaça potencial à hegemonia dos Estados Unidos no Hemisfério Ocidental. A marinha chilena, então a frota mais forte do Pacífico, era capaz de enfrentar a política americana. Aliás, segundo William H. Thiesen os Estados Unidos só não intervieram a favor do Peru, com o qual existiam laços de simpatia e interesses económicos, porque a frota americana era muito inferior aos modernos navios couraçados chilenos.[46]

Para as autoridades navais dos Estados Unidos o poder naval chileno havia começado a ser construído na década de setenta do século XIX, mediante a incorporação de dois modernos encouraçados construídos na Gran Bretaña em 1872: o *Cochrane* e o *Blanco Encalada*.

Assim se manifestou o almirante norte-americano David Porter na carta que dirigiu em 1877 ao contraalmirante George Preble da Esquadra do Pacífico Sul:

> Aqueles excelentes buques que o você descreveu é uma triste reflexão sobre os nossos pobres e pequenos esforços. Imaginemos apenas que estaríamos meses envoltos numa guerra contra o Chile. Em que condição miserável nos encontraríamos; você poderia mandar para lá a nossa marinha completa e aqueles encouraçados chilenos a varreriam completamente do oceano. No meu relatório ao Secretário (de Marinha) pude dar grande ênfase a esta armada.[47]

Logo após a guerra do Pacífico, no Congresso Nacional norte-americano dizia-se que os três navios blindados chilenos – *Blanco Encalada*, *Cochrane* e *Huáscar* - poderiam facilmente afundar os navios de casco de madeira da marinha de guerra norte-americana (SATER, 1990: 51). Em 1882, o senador e futuro presidente dos Estados Unidos, Benjamin Harrison dizia alarmado, que a marinha de guerra norte-americana não estava em condições de competir com a marinha chilena: "Nenhum dos nossos navios consegue alcançar ou ultrapassar o *Almirante Cochrane* ou o *Blanco Encalada*. O esquadrão inteiro não tem potência suficiente para competir com sucesso com nenhum desses encouraçados, e não tem velocidade suficiente para evitar um confronto perdido.[48]

Na mesma época Willian Church, redator da *Army and Navy Journal,* refletia sobre as lições que deviam obter dos acontecimentos bélicos do Pacífico e a superioridade naval chilena, perguntando-se: "quantos canhões teremos que possam penetrar à couraça dos blindados chilenos?". O alerta do publicista norte-americano era para superar o estado lamentável da marinha dos Estados Unidos. Não era possível, em seu conceito que "encontramos quais potências de segunda, terceira e quarta categorias são capazes de infligir danos irreparáveis às nossas frotas e cidades. É necessário ressaltar que tal batalha (Angamos) varreu quase todos os veículos blindados do registro naval da lista de navios disponíveis."[49]

Em fins de 1882, o contralmirante Christopher Rodgers, comandante da esquadra do Pacífico reclamava, preocupado com a situação da marinha norte-americana: "nossa marinha não pode fazer demonstração alguma contra o Chile e, a falta de algum meio para infligir represálias ou de navios para escoltar uma frota de transportes de tropas, nós não estamos em posição de ameaçar o governo chileno."[50] No congresso, William H. Calkins, defensor de uma marinha poderosa, em 1883 demonstrava sua preocupação:

> Como americano cresci cansando de ver nosso país desprezado e ridicularizado por outras nações do mundo... durante a guerra entre Chile e Peru, quando o almirante Bach tentou fazer umas sugestões gentis entre as duas nações, os chilenos dirigiram-se ao almirante americano e ao governo americano por seu intermedio, que se el não se preocupasse com seus próprios assuntos, eles mandariam a ele e sua frota para o fundo do oceano.[51]

Após a Guerra do Pacífico o Chile continuou fortalecendo sua marinha de guerra, incluindo a incorporação do cruzador encouraçado *Esmeralda* em 1884. A revista norte-americana, *Army and Navy Journal*, publicava no ano seguinte: "Não podemos combater a marinha do Chile", enfatizando o significado do novo cruzador Esmeralda: "Chile tem hoje o melhor, mais rápido e mais perfeito navio de guerra da sua capacidade flutuante... o *Esmeralda*. Ele poderia afundar nossa armada inteira, navio por navio, e nunca ser tocado"[52]

É possível pensar que isso causou preocupação àqueles que se autointitulavam protetores do hemisfério. Aos olhos de Washington, a emergência do Chile como potência regional significava um desafio a seus objetivos pan-americanos e hegemônicos. Ou como dizia na época o historiador chileno Benjamin Vicuña Mackena – o mesmo que havia sido aprisionado nos Estados Unidos em 1866 – "nuestro país entre tanto, república comparativamente pequena pero con grandes sacrifícios mantiene una marina bastante poderosa para inspirar recelo a las indefensas costas californienses."[53] .

Durante a crise do Panamá de 1885, quando a marinha dos Estados Unidos ocupou Colón, então território colombiano, o governo chileno enviou o *Esmeralda* para cidade do Panamá, objetivando defender os interesses da Colômbia, com ordem de não se afastar até que as forças norte-americanas tivessem evacuado Colón. Finalmente, em 1888, o Chile anexou a Ilha de Páscoa, localizada cerca de 3.200 km a oeste de Valparaíso. Esta anexação se deu sob protestos da diplomacia dos Estados Unidos, que o Chile simplesmente ignorou.[54] Benjamin Vicuña Mackena questionava, se o Chile tendo uma forte marinha de guerra "¿se quedará sin un pedazo de piedra en el incessante y poco equitativo reparto del Pacífico?"[55]

Quando chegou em Washington em 1888, como comissionado de Benjamim Harrison, que logo assumiria a presidência do país, Theodore Roosevelt, que uma década mais tarde também se tornaria presidente, desiludido e despeitado com a situação norte-americana frente ao Chile, teria declarado: "É uma desgraça para nós, como nação, não termos navios de guerra dignos desse nome, e nossas ricas cidades costeiras podem ficar à mercê de um país de décima categoria como o Chile"[56]

Aliás, o mesmo Theodore Roosevelt, posteriormente, ao fazer um balanço da administração de Benjamin Harrison, não foi nada lisonjeiro com os chile-

nos, dando ênfase ao anti-americanismo existente no Chile: "Os chilenos, como um todo, são hostis aos estrangeiros e, apesar de suas boas qualidades, são um povo turbulento e agressivo, com um ódio particular pelos americanos."[57]

Em suma, o Chile estava desafiando a pretensão hegemônica dos Estados Unidos no Pacífico Sul e colocando em xeque a sua credibilidade política e vantagens comerciais na região, prejudicando a sua autoestima como potência.

Na compreensão de Emilio Meneses Ciuffardi a percepção norte-americana sobre a capacidade naval chilena ao final da Guerra do Pacífico está relacionada à frustração do "colosso do Norte" em não poder impedir que o Chile impusesse suas condições ao Peru e à Bolívia ao término do conflito.[58]

A situação começou a mudar a partir de 1890, com os Estados Unidos mudando sua forma de agir no cenário internacional. Esta nova posição norte-americana é o resultado de uma mudança de concepção geopolítica. Naquele ano o almirante Alfred T. Mahan lança o livro *The influence of sea power upon History*,[59] que revolucionou a concepção geopolítica em relação ao mar. Com isso, demonstrou que para que seu país se tornar uma potência mundial precisaria aumentar seu poder naval.

Alfred Mahan e o Chile

Alfred Thayer Mahan, chamado pelo general brasileiro Carlos de Meira Mattos de "evangelista do Poder Naval"[60] além de desenvolver a teoria geopolítica que coloca o domínio do mar na centralidade do poder do Estado teve um papel fundamental na expansão imperialista norte-americana a partir de 1890.[61] O Chile esteve presente na vida profissional de Mahan desde a Guerra do Pacífico até a declaração de guerra por parte dos Estados Unidos ao país andino por ocasião do Incidente Baltimore. Aliás não somente na vida profissional, mas também pessoal. Inclusive sua opinião não é nada lisonjeira com as mulheres chilenas, como aparece em sua carta de 26 de julho de 1884, ao colega da Escola Naval, Samuel A. Ashe: "Dizem que as mulheres de Lima são bonitas; mas o veredito geral é que as mulheres chilenas não são."[62]

Para o historiador norte-americano Willian Sater, é bem possível que a doutrina naval elaborada por Alfred Thayer Mahan tenha tomado por lições a Guerra do Pacífico, tendo como resultado os Estados Unidos construindo uma grande frota de guerra inspirados no exemplo do Chile.[63]

Mahan recebeu sua patente de comandante do USS Wachusett no porto de Callao, Peru, em 9 de setembro de 1883. Fez sua primeira escala no Chile, no porto de Antofagasta, em 30 de setembro do mesmo ano, visitando posteriormente os portos de Caldera, Coquimbo e Valparaíso. No ano seguinte, serviu em diversas missões no Chile, sempre com base em Callao.

Na correspondência à Samuel A. Ashe ele trata do problema da guerra, ao assitir as manobras da marinha de guerra chilena nas costas do Peru: "Você não desconhece os aspectos gerais da guerra entre Chile e Peru; já que nosso país aparentemente acredita que temos alguns problemas com eles, estamos bastante envolvidos neste trecho da costa que mencionei a você".

Ao descrever a situação do final da guerra critica o Chile e é irônico em relação ao Peru:

> Um Congresso foi eleito e um tratado de paz foi ratificado, cedendo um território valioso ao Chile; e este país, tendo garantido tudo o que queria e aparentemente conseguido enganar os países estrangeiros que protestavam, agora deixa o Peru se governar, um feito que ele é tão capaz de realizar quanto meu filho de 3 anos.[64] .

No comando do *USS Wachusett*, em março de1885, de forma até humilhante Mahan teve que abandonar Callau. Em carta datada de 11 de março, escreveu ao seu superior, se referindo à marinha chilena: "nos obrigam a ir de porto em porto em navios que são motivo de chacota, sabendo que homens educados demais para dizer uma palavra desagradável na nossa cara estão rindo pelas nossas costas; você não pode esperar que nosso orgulho e autoestima escapem ilesos" E continuava a se lamentar para Samuel Ache: "ou continuamos a sofrer ou fortalecemo-nos com a indiferença — descarada, aliás. Em Callao, que acabo de deixar, estavam três navios estrangeiros — um chileno, um italiano e um alemão. O primeiro, um poderoso, embora de segunda categoria, navio blindado de uma nação de 2 milhões de almas."[65]

Na mesma correspondência Mahan começava a explicitar sua teoria, que será mundialmente conhecida duas décadas mais tarde:

> A forma mais segura de manter a paz é ocupar uma atitude ameaçadora. Creio que a nossa posição geográfica torna improvável uma guerra contra nós, mas o impedimento mais seguro será uma frota de cruzadores rápidos a atacar o comércio inimigo... No entanto, a minha teoria baseia-se na dissuasão de um potencial inimigo, principalmente se complementada por defesas adequadas nos nossos principais portos.[66]

Mahan voltou a ocupar-se do Chile no início de 1892, quando o então secretário da marinha norte-americana, Benjamin Tracy convocou o contralmirante para planejar a guerra contra o Chile. Ao escrever, em 10 de janeiro de 1892, para o comandante da Escola de Guerra Naval, almirante Stephen B. Luce: "aguardo com impaciência e alguma ansiedade o desfecho do problema com o Chile. Tenho a certeza de que os seus dirigentes se apercebem da péssima política de nos obrigar à guerra, mas suspeito que têm muito medo do povo. É extraordinário."

Apesar da consciência de que naquele momento já havia uma superioridade naval norte-americana, Mahan ainda demonstra preocupação com o Chile:

> que o nosso governo permite que estas questões se arrastem, deixando o tempo passar, quando há um assunto tão temível como um navio como o 'Prat'. Estamos tão confiantes na nossa grandeza que não nos apercebemos de que, em caso de guerra, o grande fardo adicional que a distância do Chile representa. Suponho que alguém possa ficar um pouco duvidoso sobre o resultado final, mas isso pode abrir-nos os olhos para algumas coisas.[67]

Dias depois, em 20 de janeiro de 1892, em outra correspondência à Stephen B. Luce, Mahan dava a sua versão sobre o desenrolar da questão com o Chile: "acredito que o Chile procurou simplesmente ganhar tempo para ver quanto tempo conseguiríamos resistir, e se o nosso esforço naval tivesse sido menos enérgico e sustentado, teria havido um envolvimento."[68]

Em suma, "o Chile foi um incômodo para Alfred Thayer Mahan", uma vez que "o pensador e estrategista naval envolveu-se com o Chile muito mais do que provavelmente gostaria",[69] diz a opinião abalizada de Rodrigo Arancibia Pascal, capitão-de-fragata e cientista político chileno. Aliás, este pensador e oficial da marinha chilena é um crítico feroz da obra do geopolítico norte-americano.

O Chile e o imperialismo norte-americano

Ao assumir a presidência dos Estados Unidos, Benjamin Harrison (1889-1893) já havia proclamado que os tranquilos dias de isolacionismo teriam ficado para trás para sempre. Por isso, Patricio Estelle vai dizer que "a política de Harrison foi essencialmente expansionista e, tomando como suas as ideias de Alfred Thayer Mahan, ativou o ímpeto para o fortalecimento da marinha,"[70] tornando-a com isso um dos principais instrumentos para a expansão imperialista.

Aliás, quando se fala em início do imperialismo, a historiografia norte-americana fez com que Benjamin Harrison tivesse o seu protagonismo suplantado pelas ações desenvolvidas pelo seu secretário de Estado, James Blaine, que tratou de construir um efetivo sistema continental sob a direção dos Estados Unidos, excluindo qualquer poder vindo de fora do continente. "Blaine, pois, mais do que ninguém, é o símbolo da nova atitude expansionista: primeiro porque excluía totalmente as potências europeias e, também, porque dava aos Estados Unidos o papel principal dentro do novo sistema."[71]

Com a presidência de Benjamin Harrison e as ideias geopolíticas de Alfred Mahan, os Estados Unidos começavam a sua "projeção para fora". A convocação da Primeira Conferência Pan-Americana por James Blaine é um claro indício da mudança de postura da diplomacia norte-americana. O principal ponto em discussão naquela conferência foi a proposta, apresentada por ele, da criação de uma liga aduaneira envolvendo todos os países do continente americano. E o Chile, juntamente com a Argentina, teve um papel importante para que a proposta de Blaine não fosse concretizada A firme oposição das delegações da Argentina e do Chile frustrou as pretensões do secretário de Estado norte-americano.

A "projeção para fora" foi causa e efeito do fortalecimento da marinha de guerra norte-americana. No ano de publicação da obra de Mahan, os Estados Unidos tinham a décima segunda marinha de guerra do planeta. Com a colocação em prática das ideias daquele almirante, ao término do governo de Harrison, em 1893, já eram a quinta marinha; em 1896 já tinham chegado à segunda colocação.

Até 1890 os norte-americanos viam o Chile como o poder dominante na costa sul-americana do Pacífico e, por conseguinte, como o principal obstáculo às suas ambições hegemônicas e imperialistas. O poderio naval de Santiago forneceu aos entusiastas navais de Washington um motivo para reforçar sua frota. Para corroborar, Emílio Meneses cita o historiador naval norte-americano George Davis: "Não houve um único dia de debate sobre leis navais na década de 1980 em que a questão chilena não fosse levantada para apoiar a causa da expansão naval."[72]

No início dos anos 1890, com o fortalecimento da sua marinha de guerra, os Estados Unidos suplantaram o Chile. Esta nova situação ficou explícita no *Incidente Baltimore* (1891-1892), episódio em que num bordel de Valparaíso, numa briga generalizada, dois marinhos norte-americanos foram mortos. O governo de Benjamin Harrison considerou este incidente corriqueiro uma grave ofensa nacional e solicitou ao Congresso Nacional autorização para declarar guerra ao Chile. O governo chileno percebendo que as condições haviam mudado, recuou, aceitando indenizar as famílias dos dois marinheiros mortos, afastando a possibilidade de um conflito armado. Naquele momento os Estados Unidos já apresentavam condições de "ensinar uma lição ao Chile". E o mais importante: mostravam ao mundo que estavam assumindo uma posição de potência imperialista.[73]

O episódio com o Chile marcou o início de uma nova fase no relacionamento dos Estados Unidos com os demais países da América: a Era do Imperialismo!

Notas finais

[1] BARROS, Mario. *Historia diplomática de Chile*, 1541-1938. Barcelona: Ediciones Ariel, 1970.

[2] BARROS FRANCO, Jose Miguel. *Apuntes para la Historia Diplomatica de Chile. El Caso "Baltimore"*. Santiago de Chile: Universidade de Chile, 1950.

[3] BRAVO VALDIVIESO, Germán. *El patio trasero.* Las inamistosas relaciones entre los Estados Unidos y Chile. Santiago: Editorial Andujar, 2000.

[4] ESTELLE, Patricio. *La controvérsia chileno-norteamericana de 1891-1892*. Santiago de Chile: Editorial Juridica de Chile, 1967;

[5] GUERRERO YOUCHAM, Cristián. Chile y Estados Unidos: relaciones y problemas, 1812-1916. In: SANCHEZ, Walter G.; PEREIRA, Teresa (Eds). *Cientocincuenta años de política exterior chilena.* Santiago: Editorial Universitaria, 1977, p. 66-83.

[6] MENESES CIUFFARDI, Emilio. *El factor naval en las relaciones entre Chile y los Estados Unidos (1881-1951)*. Santiago: Hachette, 1989;

[7] MUÑOZ, Heraldo; PORTALES, Carlos. *Una amistad esquiva*: las relaciones de Estados Unidos y Chile. Santiago: Pehuén Editores, 1987;

[8] PINTO VALLENOS, Julio. ¿El Pueblo Soberano? Modelo estadounidense y ficción democrática en los albores de la República de Chile. In: PURCEL, Fernando: RIQUELME, Alfredo (Ed.). *Ampliando miradas*. Chile y su historia en un tiempo global. Santiago: Rill Editores – Instituto de Historia PUC, 2009, p. 73-94.

[9] RUBILAR LUENGO, Mauricio Eduardo. *La Prusia Americana:* Chile y sus relaciones internacionales durante la guerra y posguerra del Pacífico (1879-1891). Valadolid: Ediciones Universidad de Valladolid, 2022.

[10] BROWN, Stephen. *The Power of influennce in United States-Chilean Relations*. Madison: University of Wisconsin (Ph.D. Thesis), 1983.

[11] BURR, Robert N. *By reason or force. Chile and the balancing of power in South America, 1830-1905*. Los Angeles: University of California Press, 1965.

[12] EVANS, Henry Clay. *Chile and its relations with The United Sates*. Durham: Duke University Press, 1927;

[13] GOLDBERG, Joyce. *The Baltimore Affair*. Lincoln: University Nebraska Press, 1986;

[14] JOHNSON, John J. Early relations of the United States with Chile. *Pacific Historical Review*, v. 13, nº 3, p. 260-270, sep. 1944.

[15] PIKE, Frederick B. *United States, 1880-1962. The emergence of Chile's social crisis and the challenge to United States diplomacy*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 1963;

[16] SATER, Willian F. *Chile and the United States:* empires in conflit. Athens: University of Georgia Press, 1990.

[17] SHERMAN, William Roderick. *The diplomatic and commercial relations of the United States and Chile,* 1820-1914. New York: Russel & Russel, 1973.

[18] BRAVO VALDIESSO, 2000, p. 9.

[19] DONOSO, Ricardo. *Breve Historia de Chile*. Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 1963.

[20] FERMANDOIS, Joaquín. *Mundo y fin de mundo*. Chile en la política mundial, 1900-2004. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 2005, p. 27.

[21] BARROS, 1970, p. 38.

[22] Apud BARROS, 1970, p. 99.

[23] MARY SQUELLA, Carlos. *Relaciones diplomáticas entre Chile y los Estados Unidos de América*, 1829-1841. Santiago: Editorial Andres Bello, 1965, p. 11

[24] FERMANDOIS, 2005, p. 34.

[25] MERY SQUELLA, 1965, p. 61.

[26] BURR, 1965, p. 84-85.

[27] PIKE, 1963, 24 (Tradução livre).

[28] BRAVO VALDIESO, 2000, p. 26.

[29] MENESES, 1989, p. 29.

[30] BROWN, 1983, p. 172.

[31] HEINSFELD, Adelar. O tratado secreto entre Peru e Bolivia de 1873 e as relações com a Argentina, Brasil e Chile. In: PEREIRA, Denise; CARNEIRO, Maristela (Org). *História: diálogos contemporâneos*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019, p. 155-164.

[32] RUBILAR LUENGO, 2022, p. 149.

[33] apud RUBILAR LUENGO, 2022, p. 155.

[34] apud RUBILAR LUENGO, 2022, p. 155.

[35] Mc EVOY, Carmen. *Guerreros Civilizadores.* Política, Sociedad y Cultura en Chile durante la Guerra del Pacífico. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2011, p. 376

[36] MUÑOZ; PORTALES, 1987, p. 24.

[37] apud RUBILAR LUENGO, 2022, p. 184.

[38] SATER, 1990, p. 35.

[39] PIKE, 1963, p. 59.

[40] WATSON, Adam. *The Evolution of Internacional Society*: a Comparative historical analysis. New York: Routledge, 1992, p. 15 e 260.

[41] Apud LARRAÑAGA MARTIN, Enrique. Bernardo O'Higgins, forjador del poderío marítimo de Chile. *Revista de Marina*, vol. 123, nº 893, p. 353-360, jul./ago. 2006, p. 356-357.

[42] apud VILLALOBOS, Sergio. *Chile y su Historia*. Santiago: Editorial Universitaria, 1995, p.233.

[43] MENESES, 1989, p. 19.

[44] apud BROWN, 1983, p. 219.

[45] TROMBEN, Carlos. Presencia del crucero "Esmeralda" en Panamá. *Tareas*, nº 129 may-ago. 2008, p. 68.

[46] THIESEN, Willian H. Professionalization and American Naval modernization in the 1880s. *Naval War College Review,* vol. 49, nº 2, 1996, p. 34.

[47] Apud BROWN, 1983, p. 236.

[48] Apud MENEZES, 1989, p. 36.

[49] Apud BROWN, 1983, p. 295.

[50] Apud BROWN, 1983, p. 325.

[51] Apud MENESES, 1989, p. 45.

[52] Apud BROWN, 1983, p. 387-388.

[53] VICUÑA MACKENA, Benjamin. El reparto del Pacífico. La posesion de la isla de Pascua. *Revista de Marina*, nº 1, p. 65-68, jul./ago. 1885, p. 68.

[54] SATER, 1990, p. 52.

[55] VICUÑA MACKENA, 1885, p. 68.

[56] Apud BRAVO VALDIVIESO, 2000, p. 18.

[57] Apud ESTELE, 1967, p. 163.

[58] MENESES CIUFFARDI, 1989, p. 52.

[59] MAHAN, Alfred Thayer. *The influence of sea power upon History*, 1660-1783. Boston: Little Brown and Company, 1890.

[60] MATTOS, Carlos de Meira. Fundamentos, teorias e escolas geopolíticas. *Política e Estratégia*, São Paulo, Vol. II, nº 4, p. 560-575, out./dez. 1984, p. 560.

[61] HEINSFELD, Adelar. *A trajetória do pensamento geopolítico:* da geopolítica clássica às novas geopolíticas. Passo Fundo: Editora Acervus, 2020.

[62] MAHAN, A. T. *Letters and papers of Alfred Thayer Mahan.* Vol. I 1847-1889. Annapolis, Mariland: United States Naval Institute, 1975, p. 572.

[63] SATER, 1990, p. 53.

[64] MAHAN, 1975, vol. I, p. 573.

[65] MAHAN, A. T. *Letters and papers of Alfred Thayer Mahan*. Vol. II. 1890-1901. Annapolis, Mariland: United States Naval Institute, 1975, p. 592.

[66] MAHAN, 1975, vol. II, p. 593.

[67] MAHAN, 1975, vol. II, p. 63.

[68] MAHAN, 1975, vol. II, p. 64-65.

[69] ARANCIBIA PASCAL, Rodrigo. Mahan vs Chile. *Revista Marítima*, vol. 133, nº 952, p. 60-67, may./jun.1916, p.60.

[70] ESTELE, 1967, p. 160.

[71] ESTELE, 1967, p. 154.

[72] MENESES, 1989, p. 46.

[73] GOLDBERG, Joyce. Consent to Ascent. The Baltimore Affair and the U.S. Rise to world power status. *The Americas*, v. 41, nº 1, jul.1984, p. 21-35.

II

"Uma peça importante no jogo atual da Guerra Fria": *a Reunião Informal de Chanceleres (Outubro de 1962)*

Charles Sidarta Machado Domingos

Nos primeiros dias do mês de outubro de 1962 aconteceu uma reunião dos ministros das Relações Exteriores dos países americanos, com exceção de Cuba, no Departamento de Estado, em Washington D.C., nos Estados Unidos da América. A exceção de Cuba se dava em razão da expulsão de seu governo da Organização dos Estados Americanos (OEA) decidida na VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, ocorrida no início do mesmo ano de 1962, em Punta del Este, no Uruguai.[1]

A Reunião Informal de Chanceleres, ocorrida nos dias 2 e 3 de outubro, é um tema muito pouco presente na historiografia do período da Guerra Fria. E, quando eventualmente aparece, é mencionada de forma breve e lateral, não sendo conferida maior importância ao encontro realizado no Departamento de Estado durante o governo de John Kennedy. Não obstante, esse colóquio foi repleto de considerações que vistas hoje, retrospectivamente, nos ajudam a compreender melhor a História Política e das Relações Internacionais do fim de uma fase importante da Guerra Fria: a etapa da confrontação, que perdura de 1945 a 1962, se encerrando com a Crise dos Mísseis em Cuba.

Para entender melhor essa reunião e seus desdobramentos como "uma peça importante no jogo (outrora) atual da Guerra Fria", investigo fontes primárias

da época – com destaque para os telegramas diplomáticos que estão guardados no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil; o jornal *O Estado de São Paulo*; e os depoimentos de Afonso Arinos de Melo Franco e Hermes Lima – às articulando com relevantes análises historiográficas sobre a História Política do governo João Goulart e do "tempo da experiência democrática" no Brasil (1945-1964), bem como sobre a temática da Guerra Fria.

Os preparativos para a reunião

Da representação brasileira na Organização dos Estados Americanos, o diplomata Ilmar Penna Marinho envia telegrama para o Itamaraty. Nesse documento, o embaixador brasileiro comunicava ter sido informado que os estadunidenses entregaram para o senador Afonso Arinos, que estava em Nova York, "um projeto de comunicado final sobre a Reunião antes mesmo de que sequer tivesse início".[2] Na sua avaliação, essa era uma boa notícia:

> Tal fato vem confirmar, exuberantemente, as informações que tenho enviado a Vossa Excelência no sentido de que a Reunião Informal visa, sobretudo, efeitos de caráter psicológico e propagandístico dentro e fora do território norte-americano, razão pela qual os Estados Unidos não podem prescindir daquele comunicado.[3]

No dia 30 de setembro, o jornal *O Estado de São Paulo* noticiava que os Estados Unidos apoiaram, durante a Reunião Informal de Consulta, a criação de um bloco militar no Caribe, como forma de defesa frente a qualquer tipo de agressão comunista. Diferentemente das informações de Penna Marinho, a matéria via a reunião como mais do que propaganda, pois ainda especulava a respeito da importância desse ponto para a reunião: "a organização desse sistema defensivo seria o principal assunto a ser debatido durante a próxima reunião oficiosa dos chanceleres americanos."[4]

O jornal destaca que a reunião seria realizada em função dos governos latino-americanos estarem cada vez mais preocupados com o governo de Cuba,

que estaria criando "dificuldades internas nos países vizinhos, quer por meio do envio de armas e propaganda aos comunistas locais, quer no que se refere a possibilidade de enviar agentes cubanos, especialmente treinados nas técnicas de subversão". [5]

De acordo com *O Estado de São Paulo*, a reunião servirá, também, para os Estados Unidos proporem aos demais países quatro medidas contra Cuba: que todos os países da OEA rompam relações diplomáticas com Cuba; embargo comercial a Cuba por todos os países americanos; um apelo conjunto para que os países do Ocidente não mais permitam que os navios sob suas bandeiras sejam utilizados para o abastecimento de Cuba; e um controle rígido sobre a movimentação de pessoas que entram ou saem de Cuba, acompanhado de uma política de restrição a tais visitas.[6] Como é facilmente perceptível, a reportagem mostra uma suposta tentativa de uso da reunião para isolar o governo cubano, pressionando países como o Brasil, mas também México, Chile, Bolívia e o Uruguai que mantinham embaixadas em Havana, para que rompem relação diplomática e comercial – o Chile e o México também comerciavam com Cuba –, além de solicitar para que os países da Europa Ocidental também a isolarem e que fosse realizada séria restrição aos deslocamentos para Cuba. A partir de agora, certamente, a opinião pública no Brasil não deixaria de se mobilizar a esse respeito, tanto pró quanto contra e, nos dois sentidos, incorporando essa pressão, como num reavivamento da VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. Porém, desta vez, transformando esses debates em agenda eleitoral iminente.

Enquanto a Reunião Informal de Chanceleres era instalada, de Cuba o diplomata José Maria Diniz Ruiz de Gamboa enviava informações para o Itamaraty acerca da movimentação política daquele país, que estava na agenda mais importante da diplomacia hemisférica. Ruiz de Gamboa se reportava a um discurso realizado pelo primeiro-ministro cubano, Fidel Castro, realizado no dia 28 de setembro. Em sua avaliação, Castro estava mais otimista em relação à economia cubana, contrastando com todos os discursos realizados anteriormente nesse ano, nos quais o primeiro-ministro cubano sempre falava sobre as dificuldades que a economia vinha enfrentando. Fidel Castro "declarou que as etapas mais difíceis estão ficando para trás, e que a partir do próximo ano, entrará em vigor um plano econômico mais completo e o novo método de concessão do controle

da produção". Na avaliação de Ruiz de Gamboa, esse otimismo era decorrente do auxílio técnico e econômico soviético.[7]

No mesmo discurso, Fidel Castro justificou o armamento de Cuba como um direito legítimo do seu país. Declarou que seu país tem propósitos pacíficos, mas isso não o impediria de resistir a qualquer ataque vindo do estrangeiro e falando claramente sobre a possibilidade de uma invasão militar direta pelos estadunidenses, segundo o diplomata brasileiro, "com a voz embargada por uma rara emoção gritou que 'Yankee que morra invadindo esta terra morrerá como pirata, morrerá como bandido".[8]

Para Castro, a invasão parecia iminente. Não é difícil supor que ele esperava um recrudescimento por parte dos Estados Unidos. A Reunião Informal de Chanceleres em nada ajudava a distensionar o ambiente; pelo contrário, poderia representar o início de novas formas de isolamento, senão mesmo, até de emprego de força militar contra Cuba. O diplomata brasileiro alertou ao Itamaraty que, sob essas condições, Castro encerrou o discurso realizando uma advertência: "se os imperialistas desestimulam a solidariedade da URSS com Cuba, nós, sim, sabemos até onde alcança o cumprimento da solidariedade".[9] Seria essa uma bravata de Fidel Castro, ironizando que a Reunião Informal se reunia sob o signo da solidariedade hemisférica? Ou seria outra coisa o que ele tencionava dizer?

Talvez o diplomata Ruiz de Gamboa tenha se impressionado com as palavras finais do discurso de Fidel Castro. Isso poderia explicar o novo telegrama – classificado como SECRETO – enviado no mesmo dia, próximo da meia-noite, para o conhecimento do governo brasileiro a respeito da situação militar em Cuba. Ele afirmava terem chegado, desde agosto, grande número de baterias antiaéreas tcheco-eslovacas e russas e que tinha visto, pessoalmente, no cais de Havana caminhões desembarcados dos modelos que os cubanos utilizam para transportar esse tipo de armamentos – o brasileiro era uma testemunha da chegada dos mísseis com ogivas nucleares em Cuba e não fazia a menor ideia![10] O representante do Brasil também tinha informações sobre contratorpedeiros em estradas próximas ao porto de Mariel e afirmava ao Itamaraty que estavam chegando instalações de radar e equipamentos eletrônicos; porém ainda não se sabia a exata aplicação desses instrumentos mas em compensação não havia nenhuma informação séria sobre foguetes de qualquer tipo, o que não deixava de ser um

alívio, ainda mais após o discurso de Castro. No entanto, tinha ouvido muitas notícias sobre a chegada e movimentação de caminhões de concreto, o que, na avaliação do diplomata brasileiro, "parecia significar uma ampliação do conhecido programa cubano de instalações subterrâneas e depósitos antiaéreos".[11]

Algo não deixava dúvidas para Ruiz de Gamboa. E ele tratou de informar ao ministério das Relações Exteriores, pois poderia ser uma surpresa até mesmo para os poderosos Estados Unidos:

> tudo indica que o número do pessoal militar russo recentemente desembarcado já excede bastante ao total de quatro mil e duzentos admitidos por fontes americanas. Os verdadeiros técnicos militares serão, porém, em número muito reduzido. A esmagadora maioria é de idade pouco superior a 20 anos e, que segundo concordam todos os observadores, não constituem tropas no sentido clássico da palavra e sim pessoal militar jovem que tem a seu cargo as operações de desembarque, transporte e instalação de equipamentos eletrônicos e de radar. Além de conhecedores de sistemas de comunicações, haverá, também, choferes, pedreiros, etc.[12]

A informação era revestida de importância. Foi retransmitida para as embaixadas em Moscou [13] e na OEA.[14] E ainda trazia a localização do pessoal militar russo, que estava vivendo em acampamentos de lona em áreas ao redor de Havana, Trinidad, Caibarien e Banes – e antes dos soviéticos terem sido instalados lá os moradores dos locais foram transferidos para outros lugares. O diplomata brasileiro foi pessoalmente a um dos locais onde estavam acampados centenas de soviéticos. Chamou a atenção do Itamaraty para um fato importante: ele não viu armas e os militares não usam fardas, mas sim roupas esportivas comuns.[15]

Ruiz de Gamboa fez questão de informar ao governo brasileiro para que esse se preparasse: "não há dúvida de que existem e de que seu tipo físico é inequivocadamente russo."[16] A questão de Cuba ia tomando proporções maiores. Em breve, corria-se o risco de fugir ao controle.

No Brasil, estava-se a cinco dias da eleição que renovaria parte do Senado e dos governos estaduais e a totalidade dos membros da Câmara dos Deputados.[17] Embora o processo eleitoral fosse a preocupação prioritária de João Goulart, ele mantinha-se informado, através do primeiro-ministro Hermes Lima, do que vi-

nha acontecendo em Havana e em Washington, de onde chegava o relato do senador Afonso Arinos sobre o primeiro dia da Reunião Informal de Chanceleres.

A reunião em Washington

O senador Afonso Arinos era o chefe da delegação brasileira, que também contava com o embaixador do Brasil na Organização dos Estados Americanos, Ilmar Penna Marinho e do embaixador brasileiro em Havana, Luiz Leivas Bastian Pinto, ambos com excelente trânsito junto ao Departamento de Estado. Embora em suas memórias Arinos afirme que "Hermes, na Reunião de Consulta de Washington, disse-me que eu agisse como entendesse", [18]tinham sido dadas instruções muito precisas ao representante brasileiro: a participação do Brasil, em função do "caráter informal e curta duração terá de limitar-se a exposição de ponto de vista e troca de informações". E justamente em função da informalidade da reunião, advertiram que "qualquer comunicado ou declaração torna-se impossível em face da natureza da reunião".[19]

Em razão disso, Arinos se esmerou em fazer um consistente relatório da reunião. De acordo com o documento que enviou para o Itamaraty, o primeiro-ministro – e também ministro das Relações Exteriores – Hermes Lima e o presidente João Goulart ficaram sabendo que Dean Rusk abriu a reunião fazendo uma exposição de uma hora, abordando treze pontos. Iniciou explicando a razão de Washington enquanto sede do encontro. Depois, se concentrou em discorrer que a reunião era um encontro para uma troca de ideias sobre os assuntos mais críticos do continente, sem agenda, nem votos, nem resoluções, o que parecia ser exatamente o que o governo brasileiro esperava da reunião. De acordo com o telegrama de Afonso Arinos, Rusk teria dito ainda que, "dado o caráter informal seria conveniente não haver declarações nem informações sobre os debates para a imprensa, durante o transcurso da reunião".[20]Como Afonso Arinos já havia recebido o comunicado final da reunião com antecedência – e tudo levar a crer que os demais representantes também o receberam – esse pedido do secretário de Estado dos EUA pode ser entendido como uma forma de pressão frente aos demais países, pois se começassem a surgir na imprensa elementos muito dis-

tintos daquilo que o governo estadunidense almejava da reunião, seu objetivo propagandístico não atingiria êxito.

A partir da leitura do documento escrito por Afonso Arinos, fica evidente que o primeiro assunto para debate na reunião é Cuba, que é apresentado por Rusk não mais como problema continental, pois o "agravamento da situação em Cuba coincide com a maior pressão soviética em várias partes do mundo, a saber, dificultando a Conferência do Desarmamento, ameaças a Berlim, lutas no Vietnam, etc".[21] Registre-se que nem por um momento passou pela argumentação do secretário de Estado que o isolamento de Cuba possa tê-la levado a recorrer aos soviéticos. E que essa pressão seria uma resposta da URSS a problemas sérios que vinha enfrentando, como o confronto com a China e a emergência do Mercado Comum Europeu.[22]

Rusk teria destacado, segundo Afonso Arinos, que "a superioridade nuclear dos EUA sobre a Rússia é indiscutível e os russos a conhecem". Com isso, queria mostrar que a missão do Vostok com Yuri Gagarin era propaganda e não superioridade, mas o mais inquietante de sua exposição sobre a superioridade soviética foi declarar que os "EUA destruiriam a Rússia ainda depois que esta procedesse a um ataque de surpresa".[23]

Também queria alertar – como se fosse preciso – que a situação vinha se modificando bastante desde Punta del Este, tendo aumentado muito a presença da URSS em Cuba, novamente sem estabelecer os parâmetros dessa relação. Mas mantém o que temos visto, ao repetir que "as armas atuais de Cuba são defensivas", e que, portanto, a situação não era urgente.

Em relação a esse ponto, ao analisar a documentação emitida por Afonso Arinos não há nenhuma menção a que isso não correspondesse exatamente ao que sabiam os EUA. Todavia, em seu livro de memórias, ele afirma com todas as letras que:

> Os Estados Unidos haviam promovido a reunião, de caráter informal, com o objetivo de tomar medidas drásticas contra Cuba. **Com certeza já o Departamento de Estado, àquela altura, dispunha de informações sobre as manobras** de radicalização da política externa de Fidel, com apoio da União Soviética**, manobra que viria a público dias depois, no caso dos foguetes.** Quando

> nos encontramos em Washington, contudo, ainda nada sabíamos, nós, os latino-americanos, sobre o imediato desenvolvimento da situação. Era mais uma iniciativa de caráter propagandístico, pois, sendo informal, a reunião não podia tomar decisões, mas poderia chegar a certas conclusões, que publicadas, atingiriam os propósitos da Casa Branca.[24]

Contudo, essa avaliação de Afonso Arinos, aparentemente, não se sustenta. Não havia nenhuma certeza por parte do governo dos EUA a respeito de armas nucleares em Cuba. Mesmo que uma das pessoas que orbitava ao redor do presidente desconfiasse: ninguém menos do que o diretor da CIA, o republicano John McCone. Para Tim Weiner, "McCone não tinha informação secreta alguma, nada para ir em frente além de um forte instinto".[25] E foi pelo seu instinto que, em 22 de agosto, o diretor da CIA

> Advertiu o presidente pela primeira vez de que achava que os soviéticos poderiam estar instalando mísseis balísticos de médio alcance em Cuba. Se realmente estivessem, um ataque americano furtivo poderia deflagrar uma guerra nuclear. Ele defendeu aumentar o alarme público sobre a probabilidade de uma base de mísseis soviética. O presidente imediatamente rejeitou a ideia, mas especulou se seriam necessários guerrilheiros da CIA ou soldados americanos para destruir os locais de mísseis – se eles existissem. Nesse momento, ninguém além de McCone estava convencido de que existiam.[26]

Para Seymour Hersh, as suspeitas de McCone tinham origens bem definidas: vinham dos espiões que a CIA mantinha em Cuba. Porém, não havia nenhuma prova, apenas convicções. O que não impediu o diretor da CIA de enviar várias mensagens ao presidente no mês de setembro, solicitando que fosse permitido voos de averiguação realizados pelos aviões U–2. No entanto, Kennedy não queria correr o risco de ter um avião abatido, pois já era do conhecimento do governo que a URSS tinha enviado mísseis SAM, para a defesa aérea de Cuba, desde agosto. O que tranquiliza o presidente Kennedy era a informação transmitida pelo espião preferido de seu irmão Robert Kennedy: o russo Georgi Bolshakov, que garantia serem as armas apenas defensivas.[27]

Voltando ao relato de Afonso Arinos para o Itamaraty, Rusk teria admitido a possibilidade futura de intervenção, afirmando que "os Estados Unidos da América intervieram logo nas seguintes hipóteses: o uso de armas por Cuba fora do seu território, ataque a Guantánamo e instalação de bases militares soviéticas em Cuba".[28]Talvez ele estava sondando as futuras reações dos países americanos. Também adverte que é possível haver invasão de outros países, mas que isso não é aconselhável.[29]

Ainda nessa exposição inicial, o documento produzido por Afonso Arinos traz duas linhas de ação que os EUA poderiam utilizar: tornar Cuba um alto custo para a URSS e mostrar que o Hemisfério está todo unido contra Cuba. [30] Note-se que essas medidas já ultrapassaram a noção de propaganda e passaram a constituir formas de intervenção na vida cubana, o que o não estaria em acordo com as orientações do Itamaraty – e nem com o pensamento de Arinos acerca da Política Externa independente.

Além disso, a proposta dos EUA também previa convencer os países da OTAN sobre a importância de Cuba no mundo da Guerra Fria, ao mesmo tempo em que não queriam discutir o problema cubano com a URSS, pois "recusam-se a juntar o caso de Cuba com outros pontos de fricção no mundo da Guerra Fria".[31]Entenda-se por isso, imediatamente, o caso de Berlim.[32] Mas havia outros casos que também não interessavam ao governo estadunidense discutir.

Houve um almoço, no intervalo das sessões, na Casa Branca. O presidente Kennedy foi o anfitrião e, na avaliação de Afonso Arinos, "fez um ótimo discurso, lúcido e moderado", mas não deixou de pedir compreensão e apoio dos países americanos na consolidação da "solidariedade continental na luta contra o comunismo".[33]

Na parte da tarde, Dean Rusk novamente interviu nos debates. Declarou que os Estados Unidos "estavam ainda estudando em segredo as seguintes providências": fechar os seus portos a todos os navios do país que, sob sua bandeira, transportar armas para Cuba; fechar os seus portos a todos os armadores cujos navios façam transporte entre URSS e Cuba; cortar totalmente o transporte entre seu país e Cuba por navios americanos ou pertencentes a americanos; e fechar os seus portos aos armadores que, na mesma viagem provindo de qualquer porto façam escala em Cuba e vá depois aos países socialistas.[34] O segredo era

discutível, já que até jornais brasileiros, como vimos anteriormente, sabiam de alguns desses pontos. Indiscutível, no entanto, é que essas medidas, no mínimo, significavam uma sanção contra Cuba, podendo chegar, facilmente, ao embargo econômico.

Nesse primeiro dia, além de Rusk, que realmente mostrou que a reunião era de iniciativa dos EUA, falaram também os representantes da Nicarágua, Argentina, República Dominicana, Guatemala, Honduras, Paraguai, Colômbia, Panamá, Uruguai, Equador e Costa Rica. O senador Afonso Arinos de Melo Franco acreditava que seria do interesse do governo brasileiro saber o seguinte:

> 1) Argentina se enquadra atualmente na posição mais radical anti-cubana; 2) países do Caribe projetam a formação de um sistema especial de defesa contra a infiltração naquela área; 3) a Colômbia se opôs a esta tese e fez apelo direto ao Tratado do Rio; 4) Costa Rica parece que se situa fora da maneira de ver do bloco do Caribe, mas propôs uma próxima reunião de consulta.[35]

Mas havia países com posições semelhantes à brasileira: Bolívia, Chile, México e Uruguai também desejavam, nas palavras do representante brasileiro, "seguir linha de liberdade de movimentos".[36] Não por acaso, esses eram os únicos países na América que ainda mantinham representação diplomática em Havana.

O Brasil na Reunião Informal de Chanceleres

Enquanto em Washington, os representantes brasileiros participavam do segundo dia do encontro, chegava a Nova York o presidente cubano, Oswaldo Dorticós juntamente com o ministro das Relações Exteriores, Raul Roa. O diplomata brasileiro Ruiz de Gamboa, assim que foi confirmada a partida dos governantes cubanos, informou ao Itamaraty a composição da delegação de Cuba que se encontraria na XVII Assembleia Geral das Nações Unidas, ressaltando que Fidel Castro tinha ficado no país e assumido a presidência de forma interina.[37]

No final da tarde de quarta-feira, antes mesmo da reunião se encerrar, o representante do Brasil, Afonso Arinos, pediu para que seu auxiliar na delegação,

Ilmar Penna Marinho, transmitisse os últimos acontecimentos da reunião para o Ministério das Relações Exteriores. Essa necessidade de manter o Itamaraty informado em tempo real do desenvolvimento da reunião é uma mostra significativa da importância, ou preocupação, com que o governo brasileiro tratava o tema. Às vésperas das eleições de domingo, o presidente João Goulart não queria ser surpreendido pelos acontecimentos de Washington: as eleições, naquela conjuntura próxima ao plebiscito, se revestiam de grande importância para seu projeto político.[1]

É importante mencionar que Afonso Arinos era senador pela União Democrática Nacional (UDN) partido de direita e que se opunha majoritariamente ao governo Goulart. No entanto, Afonso Arinos também fora ministro, por duas vezes em breve intervalo de tempo, da pasta das Relações Exteriores: no curto governo Jânio Quadros e no governo de João Goulart no gabinete de Brochado da Rocha. E o mais importante de tudo: foi o criador da Política Externa Independente (PEI).

Detentor desse histórico, Arinos fez saber ao governo brasileiro, através do primeiro-ministro Hermes Lima, que tinha realizado uma intervenção de 38 minutos durante a reunião, nos quais, após os agradecimentos de praxe às autoridades estadunidenses, que eram anfitriãs do encontro, tinha explicado as razões da "ausência de Vossa Excelência por também exercer a presidência do Conselho de Ministros e ocorrerem eleições no próximo domingo". Em seu pronunciamento, o representante do Brasil destacou três pontos que abarcariam os principais temas dos pronunciamentos dos outros representantes bem como sua avaliação a respeito: o primeiro ponto estava relacionado ao "apelo formal de todos os representantes pelo fortalecimento da solidariedade continental", o que não deixava de estar relacionado com as prerrogativas da PEI, haja visto que sempre defendiam o pertencimento brasileiro ao hemisfério ocidental. Em sua avaliação, havia uma unanimidade a esse respeito, o que deveria ser motivo de "otimismo". [38]

[1] Jorge Ferreira considera que o resultado eleitoral foi positivo para o governo Goulart: "em termos gerais, o resultado foi avaliado por Jango e pelas esquerdas com otimismo, como um avanço na luta nacionalista e pelas reformas de base". FERREIRA, Jorge. *João Goulart*: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 315.

O segundo ponto abrangia a "manifestação de todos representantes sobre os perigos da ameaça comunista", no qual também haveria unanimidade de posições, tanto no sentido de reconhecer esses perigos quanto em perceber a necessidade de enfrentá-los. Entretanto, sobre esse ponto, o senador Afonso Arinos precisou persuadir os representantes que manifestavam dúvidas de que "essa solidariedade pudesse sofrer qualquer restrição" insinuando que isso poderia acontecer por parte do Brasil, razão pela qual ele se pronunciou:

> francamente nossa preocupação sobre algumas daquelas declarações, dizendo que não achamos justo e construtivo que alguns representantes julguem que nossa solidariedade fraqueja naquele combate ou que mesmo possam interpretar com reservas atitudes de países que não esposam os mesmos pontos de vista daqueles que pelas sua situação geográfica ou pelos seus problemas internos peculiares adotam posição diferente.[39]

Nesse fragmento, é possível perceber que a argumentação do representante brasileiro está alicerçada na autonomia nacional. E dentro da noção de soberania, Afonso Arinos faz saber aos representantes dos outros países presentes na Reunião Informal de Chanceleres que as maneiras de se enfrentar o perigo comunista não devem ser entendidas e executadas da mesma forma, pois há substanciais diferenças políticas internas no quadro de casa país. Em razão disso, comunicou a Hermes Lima que realizou uma veemente defesa sobre a liberdade de escolha dos métodos a serem adotados por cada país no combate ao comunismo:

> Expus a situação do comunismo no Brasil, com partido fraco eleitoralmente e ilegal juridicamente, chamando a atenção para o fenômeno com que nos defrontamos da rápida incorporação das massas ao poder democrático. Invoquei ação de Vargas nacionalizando as aspirações das massas trabalhistas e assinalei os riscos para toda a América do desequilíbrio, das crises e tensões de uma política impopular em um país extenso e populoso que deve responder corajosamente ao desafio democrático de nosso tempo.[40]

Com isso, o idealizador da PEI pretendia mostrar, em especial aos representantes dos países caribenhos, que a luta contra o comunismo não se devia dar

através da pura repressão, mas sim, através de políticas que melhorassem o nível de vida das grandes parcelas da população mais vulneráveis a atração comunista. Assim, o senador Afonso Arinos, para quem "de acordo com instruções de Vossa Excelência reafirmei nossa posição de autodeterminação e não intervenção",[41] evidenciava ao governo brasileiro que tinha realizado argumentação consoante aos objetivos da política externa preconizada pelo presidente Goulart.

Em relação ao terceiro ponto, que trata da "conveniência ou não de elaboração de um comunicado", o representante brasileiro na reunião deu ciência ao primeiro-ministro que chamou a atenção sobre a tentativa de "formalização das reuniões informais" por parte dos anfitriões.[42] E também que procurou enfatizar o ponto de vista do Brasil acerca do comunicado que, de acordo com as circunstâncias, poderá ou não ser publicado:

> Desde logo, reivindiquei o consenso unânime para a sua redação e divulgação a fim de que seja preservada em seus fundamentos e não apenas de forma episódica a solidariedade americana.[43]

Ao endereçar a mensagem a Hermes Lima, Afonso Arinos procurava demonstrar que seguia as determinações do governo brasileiro, tanto no sentido de se restringir a expor os pontos de vista do Brasil quanto em relação a não generalização das formas de enfrentamento ao comunismo, respeitadas as particularidades internas de cada país. A respeito da orientação do governo brasileiro sobre a emissão de comunicados, Arinos se agarrou a um pequeno excerto que previa a existência de comunicado, desde que houvesse unanimidade na sua redação. Era uma maneira, talvez a única, de seguir a posição estabelecida pelo governo brasileiro frente a poderosa pressão exercida pelo governo estadunidense, que não aceitaria sair da reunião sem o atendimento de seu objetivo mais premente.

A situação era revestida de tamanha pressão por parte dos EUA que Afonso Arinos fez chegar ao governo brasileiro uma segunda mensagem no mesmo dia, menos de cinco horas após a emissão do primeiro telegrama. Nela, ele informava que após muitas negociações estavam terminando naquele momento o comunicado final da reunião. Relatava também a existência de muita pressão por parte dos Estados Unidos sobre o Grupo de Trabalho encarregado da redação do comunicado:

> No esboço que apresentou, muito alterado com sugestões da delegação norte-americana, não constava qualquer referência aos princípios de autodeterminação e de não intervenção. Propus categoricamente em termos imperativos a inclusão desses dois princípios, de acordo com texto do parágrafo Iº da resolução III de Punta del Este.[44]

Com isso, Afonso Arinos procurava demonstrar tanto a sua disciplina frente as recomendações recebidas quanto sua capacidade de defesa dos princípios norteadores da Política Externa Independente, sua filha dileta. Valorizando seus atos, fez saber da forte oposição da Colômbia a suas exigências bem como da "atitude reticenciosa" dos países do Caribe. Além disso, ao receber o apoio da Bolívia, Chile e México, na defesa dos "referidos princípios [que] foram reafirmados de acordo com instruções de Vossa Excelência", procurou dimensionar a importância do Brasil naquele momento para a política continental.[45]

O representante brasileiro também informou que, por iniciativa sua e após acalorados debates, obteve a supressão do seguinte item do comunicado:

> Asi mismo, esta labor de difusion doctrinaria desera ilustrar los pueblos americanos sobre la traición del regime castrista y los postulados iniciales de la revolución cubana, el sojuegamiento dela soberania de Cuba a los desígnios del imperialista soviético e las desaventuradas condiciones de vida del pueblo cubano que em forma cada vez mais aguda [ilegível] este regimen.[46]

Repercussões da Reunião no Brasil

A partir dos telegramas enviados da Reunião Informal de Chanceleres por Afonso Arinos, o ministro das Relações Exteriores deu entrevista coletiva aos jornalistas para falar da "exata posição do Brasil diante de Cuba". Hermes Lima disse aos jornalistas que o pronunciamento realizado pelo senador Afonso Arinos na Reunião Informal "é uma fiel exposição de uma linha longamente debatida pelo Conselho e por ele em especial, e atende a necessidade de um esclarecimento quando certas distorções e críticas vem levantando uma cortina de confusão".[47]

Para o primeiro-ministro brasileiro:

> os ataques ao governo estão partindo de dois extremos: tanto os nacionalistas reclamam maior firmeza do governo na defesa do principio da não-intervenção como a opinião conservadora acusa a nossa política externa de tolerante com os excessos cubanos.[48]

Hermes Lima, satisfeito com o teor da posição brasileira no encontro de Washington em razão de ter sido àquela orientada pelo governo, procurou extrair todos os dividendos eleitorais possíveis da situação através do uso da grande imprensa. Através de sua entrevista, procurou enfatizar que o Brasil estava solidário aos demais países da América na luta contra o comunismo e na defesa das instituições democráticas; no entanto, os meios de execução dessa defesa devem ser decididos soberanamente por cada país envolvido. Procurou associar a PEI às eleições, em razão "da vida democrática que está vivendo, o Brasil dá ao mundo uma demonstração inequívoca da vitalidade de suas instituições, caminhando para eleições de cuja realização tranquila e segura dentro de alguns dias ninguém duvida dentro ou fora do país",[49]demonstrando que toda a cautela acerca da posição do Brasil na Reunião Informal tinha como horizonte a eleição de domingo.

Ao destacar que "o Brasil não defende o princípio da autodeterminação dos povos por causa de Cuba, mas porque esse princípio encarna uma verdade de natureza política e moral adequada a coexistência dos povos e ao respeito recíproco que eles se devem uns aos outros", Hermes Lima em primeiro lugar preservava o presidente João Goulart não o envolvendo em nenhum tipo de polêmica às vésperas da eleição; em segundo lugar, procurava agradar tanto aos "nacionalistas" quanto aos "conservadores", ao defender o princípio da autodeterminação dos povos de uma forma genérica e explicando que "assim como reconhece a Cuba o direito de se armar, o nosso país reconhece também a cada uma das outras nações do nosso continente o mesmo direito".[50]

Ao mesmo tempo, os EUA ameaçavam empreender severas sanções comerciais contra Cuba. O objetivo seria "reduzir o tráfego marítimo entre Cuba e as nações do bloco oriental", para tanto, o presidente Kennedy "decidiu adotar uma série de medidas restritivas sem precedentes, inclusive a de fechar os portos norte-americanos aos navios de determinados países, caso navios sob pavilhão dos

citados países conduzam armas para Cuba", bem como proibir "todos os navios sob pavilhão norte-americano, seja qual for seu tipo ou tonelagem, de transportar cargas para Cuba ou de Cuba", assim como o "fechamento dos portos norte-americanos a qualquer navio que, na mesma viagem, seja utilizado no trafego comercial entre Cuba e qualquer nação do bloco comunista".[51]

A posição do Brasil era contrária às novas medidas dos EUA. No Palácio do Itamaraty, na cidade do Rio de Janeiro, o primeiro-ministro e chanceler Hermes Lima afirmava, perante uma comissão de dirigentes sindicais e estudantis, escritores e membros da Sociedade de Amigos de Cuba que tinha ido ao seu encontro entregar-lhe um manifesto com mais de mil assinaturas em defesa da autodeterminação e da soberania de Cuba que "o Brasil jamais apoiará qualquer medida de violência contra um país soberano nem apoiará qualquer agressão ou medida punitiva contra um país simplesmente por que tenha um regime diferente do de outros".[52] Nessa ocasião, estava presente o embaixador dos Estados Unidos, Lincoln Gordon, que recém tinha assinado um acordo bilateral sobre a venda de trigo. A ele também foi entregue cópia do abaixo assinado, pelas mãos do general Gonzaga Leite, presidente da Sociedade de Amigos de Cuba, sob os gritos de Viva Cuba![53]

O momento não poderia ser mais inoportuno para o chanceler Hermes Lima. Ter de se manifestar contrariamente a uma posição dos Estados Unidos, para um público fortemente crítico às medidas daquele país, na frente do seu representante no Brasil. Sem dúvida, em nada isso contribuiria para o desenvolvimento das boas relações entre os dois países. O problema cubano estava se tornando, cada vez mais, um ônus para o governo brasileiro.

Mas a responsabilidade não era exclusiva de Cuba. Os Estados Unidos também radicalizavam a situação, não deixando muitas margens para uma política de entendimentos. Em um longo telegrama – classificado como SECRETO – enviado para o ministério das Relações Exteriores, o senador Afonso Arinos de Melo Franco procurava realizar uma síntese da Reunião Informal dos Chanceleres, destinada "para o imediato conhecimento do Senhor Primeiro Ministro e do Senhor Presidente da República".[54]

O senador Afonso Arinos contextualizava a Reunião Informal dos Chanceleres como "**peça importante no jogo atual da Guerra Fria**". Além das já ci-

tadas condições de execução da reunião, num ambiente de poucas sessões e desgaste pela sobrecarga de debates, o representante brasileiro trouxe à tona outra estratégia dos EUA para fazer valer suas opiniões durante a reunião: "a ocorrência de várias negociações de natureza financeira com diversos países participantes, inclusive com o Brasil".[55]

Além da chantagem financeira, Afonso Arinos procurou ressaltar, também, o clima político da reunião. Para ele, as manifestações dos países da América Central foram marcadas por uma extrema exaltação de seus representantes. Também mantiveram uma postura desse nível os representantes da Colômbia, do Peru e da Argentina, "sendo que o delegado argentino, Miguel Aleman, extremou-se em vitupérios contra Cuba, comprometendo toda a política internacional de seu país para auferir, ao que parece, vantagens financeiras imediatas". Com atuação moderada, Paraguai e Venezuela mostraram-se mais razoáveis e afeitos ao diálogo, mesmo com as preocupações venezuelanas a respeito do regime cubano. O bloco independente era constituído pelo Brasil, Chile, Bolívia, México e Uruguai, sendo que "esta ordem indica, também, a gradação das atitudes" de independência durante a reunião. Ainda dentro da atuação política na reunião, Arinos disse que "seria faltar à necessária informação se não declarasse a Vossa Excelência que o Brasil assumiu o comando da resistência contra a manipulação política do tema da defesa anticomunista",[56]no qual contava com a "inestimada e dedicada cooperação" dos embaixadores Penna Marinho e Bastian Pinto e do ministro Roberto Assumpção.

Fazendo questão de destacar que cumpria instruções do governo brasileiro, Afonso Arinos comunicava ter frisado a cooperação brasileira na luta contra a subversão comunista no continente, "mas, por outro lado, defendi, com a maior clareza, nosso direito de levarmos adiante, como entendêssemos, a luta anticomunista no plano nacional e internacional".[57]

A construção do comunicado final da Reunião

Os Estados Unidos também tinham sua parcela de responsabilidade na radicalização do problema cubano. E isso pode ser visto com maior clareza na

seguinte passagem do documento enviado por Afonso Arinos, quando ele se remete ao comunicado final da reunião:

> inicialmente consigno que o texto final do comunicado não foi aprovado pela Reunião, nem a ela submetido. A adoção da redação processava-se ao mesmo tempo que os debates, que duraram até as dez horas da noite. Foram, então, encerrados pelo Secretário Rusk que informou seriam matéria vencido objeto de redação final, a ser submetida ao visto de cada Delegado. Nem isso se deu, pois eu não recebi qualquer texto e a publicação foi feita diretamente pelo Departamento de Estado.[58]

Os Estados Unidos, em sua ânsia por utilizarem a reunião com fins de propaganda interna em seu país, alteraram o texto final do comunicado da Reunião Informal de Chanceleres, tanto na sua forma quanto no seu conteúdo. De acordo com o documento enviado pelo representante do Brasil, o comunicado original redigido em uma divisão de parágrafos numerados, individualizando os temas principais discutidos no encontro, "foi transformado em texto corrido, exclusivamente para diminuir a importância de minha principal contribuição, referente ao direito de não intervenção e autodeterminação".[59] Além disso – o que por si só já é bastante grave por ferir a confiança entre as nações – o representante do Brasil afirma também "que o texto final não corresponde em muitos parágrafos ao adotado nas discussões". Alguns anos mais tarde, em suas memórias, Afonso Arinos tornava público o que então tinha remetido em documentação secreta pra o governo brasileiro:

> Numerosas sugestões que fiz, sempre no empenho de salvaguardar a linha geral de independência de ação dos governos, foram acolhidas pelo plenário. Muitas delas, contudo, se viram atenuadas e mesmo alteradas pela química redacional do Departamento de Estado. Com efeito, convidados para um banquete seguido de recepção naquele Departamento, os delegados-chefes não puderam acompanhar a versão final do documento para controlar a sua adequação ao que havia sido aprovado. No dia seguinte verifiquei que, em muitos pontos, a redação saída do Departamento de Estado, publicada pelos matutinos e espalhada por todo o mundo pelas agências telegráficas, fora acomodado a certos pontos de vista dos

> Estados Unidos, nem sempre vitoriosos na reunião. Tive ali outra prova do entrosamento entre os órgãos políticos dos Estados Unidos e os formidáveis meios de divulgação existentes no país, supostamente independentes do governo.[II]

No longo telegrama de 05 de outubro de 1962, o representante brasileiro informa ao governo brasileiro, passo a passo, como foi escrito o comunicado final da reunião – o original, não o que foi publicado. Destaca individualmente todas as suas contribuições sejam elas suprimindo períodos muito fortes em relação a Cuba, como o parágrafo escrito em espanhol citado em telegrama anterior, que "era proposto pelos representantes da América Central", e que por sua violenta condenação contra o governo cubano, o levou a declarar que se fosse aprovado, "o Brasil deixaria de acompanhar os debates"; sejam elas procurando a formação de um consenso, quando decidiu, em cooperação com os países do bloco independente, não se opor a proposta dos EUA de fechar seus portos "a todas as bandeiras que permitirem transporte de armas e material bélico para Cuba".[60]

O governo brasileiro ficava ciente, a partir do exposto pelo seu ex-ministro de Relações Exteriores, de toda a movimentação estadunidense no sentido de isolar Cuba no continente. Mesmo com a alteração do comunicado final pelo Departamento de Estado, o representante brasileiro dizia ter

> a convicção de que nesta luta para fazer prevalecer os princípios fundamentais da política independente brasileira no tocante a guerra mundial de posições ideológicas e de prestígio nacional, conseguimos evitar que saísse de Washington um documento no qual os ostensivos e mais egoísticos objetivos do governo americano pudessem ter o cordato endosso dos vários países do continente.[61]

Encerrava seu relato considerando que em nenhum momento tinha se afastado das recomendações que havia recebido "de Vossa Excelência e do presidente

[II] FRANCO, op. cit., p. 246. Em suas Memórias, Hermes Lima também menciona a modificação que foi realizada no texto final do comunicado da reunião: "Embora do comunicado se ressalvasse que a reunião reiterara apoio ao princípio da não-intervenção e democracia como base das relações entre os países americanos, a verdade é que o documento sofrera pela mão astuciosa do Departamento de Estado adaptações aos propósitos de sua política anticubana". LIMA, Hermes. **Travessia:** memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1974, p. 267.

da República", e que, de resto, havia sido "a minha própria linha de ação em minhas duas administrações no Itamaraty". Entendia que fora a partir da PEI que se conseguiu transformar o "primeiro texto do comunicado americano em um documento menos perigoso para a manutenção de nossa política, em companhia de outros estados americanos, no cenário continental".[62]

Como se percebe, o representante do Brasil procurou manifestar ao primeiro-ministro Hermes Lima todos os seus esforços para, de acordo com suas próprias palavras, cumprir "a áspera missão que me foi conferida" pelo governo brasileiro. De acordo com seu relato, houve grande empenho de sua parte para que o comunicado final da reunião ao mesmo tempo que expressasse a solidariedade dos povos frente a ameaça comunista, não deixasse de valorizar o respeito aos princípios de autodeterminação dos povos americanos – produzindo, assim, alguns conflitos com países que pugnavam uma atitude mais dura em relação ao governo cubano. Afonso Arinos dirige-se a Hermes Lima, no entanto, com certa preocupação, em função do teor do comunicado publicado pelo departamento de Estado, que não estava inteiramente de acordo com o que fora discutido, o que lhe levou a dizer estar "preparado a explicar à opinião pública nacional e ao Congresso, como estou explicando a Vossa Excelência, o comportamento que segui na Reunião".[63]

O que trazia o comunicado da reunião, capaz de tanto preocupar Arinos? Uma análise mais detida do texto demonstra alguns pontos que talvez fossem o objeto dessa preocupação.

O comunicado estava organizado em três longos parágrafos. Em seu parágrafo introdutório, havia menção ao espírito firme de amizade e cooperação que tomou conta do encontro. Também destacava a "extraordinária solidariedade" em relação à defesa do Hemisfério, patrocinada por todos os participantes do encontro. E deixava patente seu grande objeto: "o mais urgente desses problemas é representado pela intervenção sino-soviética em Cuba, como tentativa de converter essa ilha em base armada para a penetração comunista nas Américas e a subversão das instituições democráticas do Hemisfério".[64]

Apresentada a fonte dos debates, o segundo parágrafo se abria com o reconhecimento aos princípios de autodeterminação, não-intervenção e democracia – e a inclusão da ideia de democracia poderia ser facilmente oposta aos dois prin-

cípios que a antecedem, permitindo, a partir daí, sanções contra o governo cubano. A seguir, se reportava a que "agora, mais do nunca" era necessário "fortalecer o sistema da democracia representativa", a partir da Carta da Organização dos Estados Americanos e da aplicação do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) para

> fortalecerem a segurança do Hemisfério contra todas as agressões, de dentro ou de fora do continente, e contra todos os acontecimentos ou situações capazes de ameaçar a paz e a segurança do Hemisfério. Os ministros participantes foram de opinião de que os órgãos e instituições existentes no sistema interamericano devem intensificar suas respectivas atividades, com especial e urgente atenção para a situação criada pelo regime marxista-leninista em Cuba, **e que os mesmos devem estar preparados para examinar rapidamente o assunto, se a situação exigir a adoção de medidas de maior alcance que as já autorizadas.**[65]

De acordo com o comunicado, portanto, os órgãos e instituições do sistema interamericano deveriam ficar em estado de alerta. Deveriam estar preparados para adotar "medidas de maior alcance" a qualquer momento. Como se houvesse algum tipo de urgência, ou melhor, necessidade de prontidão, algo que não estava exatamente de acordo com as seguidas informações do governo estadunidense a respeito do caráter exclusivamente defensivo das armas em Cuba.

O derradeiro parágrafo do comunicado abria-se de uma forma bastante favorável aos interesses brasileiros, destacando que a reunião repudiava

> medidas repressivas que sob o pretexto de isolar ou combater o comunismo, venham a facilitar o advento ou fortalecimento de doutrinas e métodos que tentem reprimir as idéias de progresso social e a confundir com subversão comunista as organizações trabalhistas e os movimentos políticos e culturais legitimamente progressistas e democráticos.[66]

A seguir, no entanto, as recomendações eram todas de ordem restritiva ao governo cubano, demonstrando a ambiguidade do comunicado. Previa-se que fossem tomadas as medidas previstas na Resolução 8ª da VIII Reunião de Con-

sulta dos Ministros das Relações Exteriores, especialmente do parágrafo 2º, que previa "estudar a possibilidade e a conveniência de estender a outros artigos a suspensão do comércio e tráfego de armas, considerando especialmente os artigos de importância estratégica"[67]o que, em essência, representava o início do embargo a Cuba.

Além disso, o comunicado também destacava que a "intervenção da União Soviética em Cuba ameaça a unidade das Américas e de suas instituições democráticas e que essa intervenção se reveste de características especiais", [68] previstas nos termos do parágrafo 3º da resolução 2ª, da VIII Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores que dizia "instar os estados membros a adotar as medidas que julgarem convenientes, para efeitos de sua legítima defesa individual ou coletiva".[69] O que poderia significar, sem tantas discussões a propósito, a permissão para a invasão a Cuba, dentro da perspectiva de defesa frente a intervenção soviética a partir de solo cubano, ao mesmo tempo em que, anteriormente, o documento dizia-se a favor da não-intervenção.

Afonso Arinos estava certo. O documento não atendia todos os anseios dos EUA, impunha a eles alguns limites. Todavia, Afonso Arinos estava certo também ao tecer preocupações em seu relato a Hermes Lima. O comunicado permitia algumas brechas – possivelmente as acomodações a certos pontos de vista dos Estados Unidos como registrado por Arinos – que traziam ao documento grande ambiguidade, permitindo que se desse a entender que a unanimidade dos representantes presentes na reunião estivessem de acordo, inclusive, com sanções econômicas e intervenções militares. Porém, esse comunicado era, como registrado em seu primeiro parágrafo, de "natureza informal" o que impedia a "adoção de decisões ou resoluções formais, que cabem aos órgãos competentes da OEA".[70]

O fim daquela fase do jogo

Passada a Reunião Informal dos Chanceleres, o senador Afonso Arinos retornou à XVII Sessão da Assembleia Geral da ONU, em Nova York. Lá, no sábado, dia 06 de outubro, foi convidado pelo presidente de Cuba, Oswaldo Dórticos, para um encontro no hotel onde o cubano estava hospedado. Também estiveram

presentes ao encontro pelo lado cubano o ministro das Relações Exteriores, Raul Roa e o embaixador de Cuba na ONU, e pelo lado brasileiro o embaixador em Havana Luiz Leivas Bastian Pinto e o ministro Roberto Assumpção.[71]

Durante o encontro, o presidente cubano disse que sua vinda a Nova York tinha como objetivo informar ao mundo da situação cubana. No seu entendimento, estava sendo formado um dispositivo de agressão em torno de Cuba, "ao mesmo tempo em que se arma uma campanha mundial para mostrar Cuba como país agressor". Como forma de conferir autoridade a sua argumentação, Dórticos "disse que, quando de Praia Girón, ele denunciou a mesma manobra, não sendo acreditado, embora depois o presidente Kennedy tivesse confirmado suas palavras". [72]

O presidente cubano buscava obter o apoio do Brasil na defesa de Cuba. Entendia, certamente em função dos acontecimentos de Punta del Este, mas também, nesse momento, em razão da posição brasileira na Reunião Informal, que o governo brasileiro constituía uma força capaz de estabelecer alguns limites às propostas de sanções econômicas ou mesmo intervenções militares por parte dos Estados Unidos dentro dos fóruns de debates da diplomacia. Para tanto, procurava convencer o representante brasileiro na ONU de que o seu país não tinha a intenção nem o desejo de se armar, mas que tinha de realizar essas ações para se defender. E ressaltou que "seria um erro funesto acreditar que a agressão a Cuba se resolveria no continente. Para ele, seria o início da Guerra Mundial". Por esse caráter é "que não podia deixar de fazer essa denúncia ao mundo". [73]

Não deu tempo da denúncia ser feita. Os jogos subterrâneos da Guerra Fria organizados na Operação Mangusto pelos Estados Unidos da América e na Operação Anadyr pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas atropelaram os acontecimentos. Enquanto os estadunidenses estavam com preparativos avançados para a invasão de Cuba, os soviéticos não ficavam atrás e também estavam com preparativos avançados para suas bases para mísseis nucleares situadas em Cuba.

Poucos dias depois, ainda em outubro, o jogo da Guerra Fria encerrava aquela fase da forma mais dramática possível: no território cubano, associado à Casa Branca e ao Kremlin, subia ao palco a Crise dos Mísseis. A História Política e das Relações Internacionais nunca mais seria a mesma.

Notas finais

[1] Ver FRANCHINI NETO, Hélio. A Política Externa Independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962. In: *Revista Brasileira de Política Internacional,* ano 48, n. 2. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2005.

[2] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 474. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres. Questão de Cuba***.** Data: 29 de setembro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[3] Idem.

[4] *O Estado de São Paulo*, 30/09/62, p. 20. Biblioteca do Senado Federal (BSF). Brasília/DF.

[5] Idem.

[6] *O Estado de São Paulo*, 30/09/62, p. 20. Biblioteca do Senado Federal (BSF). Brasília/DF.

[7] Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 322. Assunto: *Situação interna de Cuba. Discurso do Primeiro Ministro Fidel Castro.* Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[8] Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 322. Assunto: *Situação interna de Cuba. Discurso do Primeiro Ministro Fidel Castro.* Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[9] Idem.

[10] DOBBS, Michael. *Um minuto para a meia-noite*. Kennedy, Kruschev e Castro à beira da guerra nuclear. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

[11] Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 323. SECRETO. Assunto: *Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo***.** Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[12] Idem.

[13] Despacho telegráfico para a Embaixada em Moscou. Num. 130. SECRETO. Assunto: *Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo***.** Data: 08 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[14] Despacho telegráfico para a Delegação do Brasil na OEA. Num. 216. SECRETO. Assunto: *Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo***.** Data: 09 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[15] Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 323. SECRETO. Assunto: *Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo.* Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[16] Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 323. SECRETO. Assunto: *Situação política interna de Cuba. Armamento e pessoal militar russo***.** Data: 02 de outubro de 1962. Enviado também para Bastian Pinto, em Washington. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[17] Ver MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. *O Governo João Goulart* – As lutas sociais no Brasil (1961-1964). 7ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

[18] FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Planalto*: memórias. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1968, p. 183.

[19] Do Gabinete do Primeiro Ministro para a ONU. Num. 314. *Sem assunto*. 29 de setembro de 1962. Com cópia para a OEA. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[20] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres***.** Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[21] Idem.

[22] Idem, ibidem.

[23] Idem, ibidem.

[24] FRANCO, op. cit., p. 245. Grifos meus.

[25] WEINER, Tim. *Legado de Cinzas*: uma História da CIA. Rio de Janeiro: Record, 2008, p. 221.

[26] Idem, p. 223. Esse encontro também foi descrito por Seymour Hersh. HERSH, Seymour. *O lado negro de Camelo***t.** Porto Alegre: L&PM, 1998, p. 361. Ressalte-se que ainda não haviam armamento nuclear em Cuba. Os mísseis chegaram apenas na primeira semana de setembro.

[27] HERSH, op. cit., p. 361-362.

[28] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres***.** Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[29] Idem.

[30] Idem, ibidem.

[31] Idem, ibidem.

[32] KEMPE, Frederic. *Berlim, 1961:* Kennedy, Khruschóv e o lugar mais perigoso do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

[33] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres.* Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[34] Idem.

[35] Idem, ibidem.

[36] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 478. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres.* Data: 02 de outubro 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[37] Telegrama da Embaixada em Havana. Num. 324. Assunto: *XVII Assembleia Geral. Delegação cubana. Assunção por Fidel Castro da Presidência de Cuba. Situação interna de Cuba. Discurso do Primeiro Ministro Fidel Castro***.** Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[38] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 480. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres.* Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[39] Idem.

[40] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 480. CONFIDENCIAL. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres***.** Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[41] Idem.

[42] Idem, ibidem.

[43] Idem, ibidem.

[44] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 481. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres.* Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[45] Idem. Interpolações minhas.

[46] Telegrama da Delegação do Brasil junto à OEA. Num. 481. CONFIDENCIAL. URGENTÍSSIMO. Assunto: *Reunião informal de Chanceleres***.** Data: 03 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[47] *O Estado de São Paulo,* 04/10/62, p. 3. BSF, Brasília/DF.

[48] Idem.

[49] *O Estado de São Paulo,* 04/10/62, p. 3. BSF, Brasília/DF.

[50] Idem.

[51] *O Estado de São Paulo,* 05/10/62, capa. BSF, Brasília/DF.

[52] *O Estado de São Paulo,* 05/10/62, p. 7. BSF, Brasília/DF.

[53] *O Estado de São Paulo,* 05/10/62, p. 7. BSF, Brasília/DF.

[54] Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. *Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres.* Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[55] Idem.

[56] Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. *Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres.* Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[57] Idem.

[58] Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. *Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres.* Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[59] Idem.

[60] Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. *Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres.* Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[61] Idem.

[62] Idem, ibidem.

[63] Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 38. SECRETO – URGENTÍSSIMO. *Síntese da Reunião Informal dos Chanceleres.* Data: 05 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[64] *O Estado de São Paulo*, 05/10/62, capa. BSF. Brasília/DF.

[65] *O Estado de São Paulo*, 05/10/62, capa. BSF. Brasília/DF. Grifos meus.

[66] Idem.

[67] BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. *O Brasil em Punta del Este*: Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Rio de Janeiro: Seção de Publicações do MRE, 1962, p. 23.

[68] *O Estado de São Paulo*, 05/10/62, capa. BSF. Brasília/DF.

[69] BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES.*O Brasil em Punta del Este,* op. cit, p. 16.

[70] *O Estado de São Paulo*, 05/10/62, capa. BSF. Brasília/DF.

[71] Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 43. SECRETO – URGENTE. *Reunião Informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 06 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[72] Telegrama da Delegação do Brasil na ONU. Num. 43. SECRETO – URGENTE. *Reunião Informal de Chanceleres. Questão de Cuba*. Data: 06 de outubro de 1962. AHMRE, Palácio do Itamaraty, Brasília/DF.

[73] Idem.

III

A atuação das Diplomacias Brasileira e Uruguaia a serviço da conexão repressiva das Ditaduras de Segurança Nacional[1]

Ananda Simões Fernandes

Poucos ainda são os estudos que se debruçam sobre o papel da burocracia nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. No caso uruguaio, a historiadora Vania Markarian[1] aponta as lacunas existentes na historiografia, principalmente no tocante à reconstrução da institucionalidade do regime bem como a reconfiguração do aparato estatal mediante um projeto civil-militar baseado numa legalidade autoritária que se constituiu anteriormente. Assim, estudos sobre o funcionamento do cotidiano burocrático e as mudanças ocorridas são recentes no Uruguai.

Para o caso do Brasil, cabe destacar a obra de Suzeley Mathias,[2] ao tratar da militarização da burocracia no período ditatorial, abordando especificamente os ministérios das Comunicações e da Educação, pastas consideradas estratégicas em qualquer governo. A autora analisa o desenvolvimento da burocracia brasileira e a sua incompetência endêmica, creditada aos diversos tipos de relações pessoais (clientelismo, nepotismo, entre outros) para o preenchimento de cargos. Demonstra que com o golpe de Estado de 1964, essas relações alteraram-se,

[1] Este artigo faz parte da minha Tese de Doutorado em História intitulada "Burocratas da dor: as conexões repressivas entre os serviços de informação das ditaduras brasileira e uruguaia (1973-1985)", defendida em 2018, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

passando do compadrio existente para o corporativismo dos militares, principalmente nos postos-chave da administração pública. Mathias afere que muitas vezes interesses clientelísticos foram privilegiados em detrimento de fatores relacionados com a segurança e também que critérios econômicos foram postos em primeiro lugar ante critérios estratégicos. Considera que se atribui à instituição militar ações que eram de responsabilidade de órgãos que estavam sob a esfera de influência de civis, sem que se façam as ponderações e reflexões necessárias.

Ambas as autoras coincidem na importância da diplomacia como parte da burocracia das ditaduras brasileira e uruguaia, e a sua atuação *sui generis*, pois, apesar do processo de militarização que ocorreu nas mesmas, o cargo de ministro das Relações Exteriores sempre esteve nas mãos de um civil. Mesmo assim, é inegável o seu envolvimento com as instituições das Forças Armadas. Pode-se citar, por exemplo, a participação dos militares no Ministério das Relações Exteriores do Brasil durante a ditadura de Costa e Silva (momento no qual se pôs em prática a reforma administrativa, resultando, dentre outros, no crescimento e na mudança ministeriais): 7,5%, isto é, três militares num total de 40 cargos.[3] Entretanto, a militarização dava-se não somente na ocupação de cargos na administração pública. Mathias destaca três significados para o uso do conceito: o primeiro seria essa ocupação propriamente dos cargos em si; o segundo, a execução das doutrinas postuladas pelos militares; e o terceiro, a transferência dos valores das Forças Armadas para a administração pública, ou seja, o *ethos* político corresponde ao *ethos* militar.

Essas considerações ajudam a pensar, desse modo, no papel exercido pela diplomacia brasileira durante o período ditatorial. Militares e diplomatas constituem duas burocracias muito sólidas; porém, isso não impediu que, mesmo limitada devido às especificidades próprias da carreira diplomática, a participação militar, tanto física, mas muito mais de influência, fosse presente. Constatou-se, principalmente, a transferência de valores e doutrinas militares para a esfera pública, tornando-se a principal característica da burocracia nesse período. Toda a administração pública esteve permeada na contenção do "comunismo e na busca do "inimigo interno", principal alvo político.

No caso do Uruguai, o Ministério das Relações Exteriores havia sido integrado ao *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA) desde a criação do mesmo,

com as negociações realizadas entre o presidente Juan María Bordaberry e os militares nos chamados acordos da Base Aérea Capitán Boiso Lanza, a fim de superar a crise institucional em fevereiro de 1973, e ratificada um ano depois pela *Ley Orgánica Militar*. Além do ministro das Relações Exteriores, constituíam o COSENA o presidente da República, o ministro do Interior, o ministro da Economia e Finanças, o diretor da *Oficina de Planeamiento y Presupuesto* e os comandantes das respectivas Armas. Além disso, em 1976 a ditadura uruguaia decretou o *Reglamento Orgánico del Ministerio de Relaciones Exteriores*, no qual definia a participação do serviço exterior como elemento da segurança nacional. Assim, percebe-se como a diplomacia uruguaia estava inserida como peça estratégica na nova organização projetada pelas Forças Armadas, inclusive antes da consolidação do golpe de Estado.

Cargos de elevada importância no Ministério foram ocupados por militares (com exceção do mandatário da pasta), tais como o de Diretor Geral de Secretaria e o de Chefe da Oficina de Segurança, que se reportavam diretamente ao *Servicio de Información de Defensa* (SID) e ao Estado-Maior Conjunto (ESMACO). Essas ações possibilitavam uma maior ingerência e interferência das Forças Armadas no serviço exterior.

As Forças Armadas utilizavam-se principalmente dos adidos militares lotados nas embaixadas a fim de monitorar as políticas internacionais e de estabelecer a conexão entre os diversos países da região. Vinculados aos serviços de inteligência da Força que integravam, os agregados militares formavam uma rede conhecida como AGREMIL, de difícil compreensão da sua efetiva dimensão, pois os arquivos militares dos países do Cone Sul ainda se encontram inacessíveis. Estima-se que essa rede começou a ser utilizada a partir notadamente da Conferência de Exércitos Americanos, organização hemisférica de segurança realizada pelos Estados Unidos, em 1960.[4] Comandantes de 17 exércitos se reuniram na zona do Canal do Panamá coma finalidade de debater e organizar futuras atividades combinadas, que se estenderiam ao longo das seguintes décadas.

A diplomacia, utilizando-se tanto de seus agentes civis quanto de funcionários do quadro das Forças Armadas e dos adidos militares, oriundos dos órgãos de inteligência, foi um elo vital na consecução do corpo doutrinário das ditaduras no Cone Sul. O serviço exterior era considerado parte essencial da segurança

nacional, e coube aos ministérios das Relações Exteriores e seu *staff* a sua perfeita execução. Ademais, a diplomacia exerceu papel decisivo no estabelecimento das conexões repressivas entre os países do Cone Sul, seja no monitoramento de exilados, no intercâmbio de informações ou até mesmo em políticas de Estado.

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por meio dos seus adidos militares e, principalmente, dos agentes civis, contribuiu para a repressão, atuando na busca e fornecendo informações de brasileiros que se encontravam em outros países, fosse na condição de asilados, banidos ou até mesmo clandestinos. Para a Escola Superior de Guerra (ESG), "a Segurança Externa é [...] um problema que afeta a própria sobrevivência do Estado",[5] o que levou a diplomacia brasileira a exercer um papel fundamental na manutenção do Estado de Segurança Nacional. Na década de 1970, assim o Estado-Maior das Forças Armadas instituía o Plano de Informações Estratégicas Militares, de caráter secreto, no qual se percebe claramente a vinculação entre os adidos militares de cada força e os agentes do Ministério das Relações Exteriores, que teriam, inclusive, de executar a função desses quando não houvesse representação em consulados e embaixadas.

Tanto a ditadura brasileira quanto a uruguaia tiveram a preocupação de manter civis no Ministério das Relações Exteriores, demonstrando o envolvimento dos mesmos na burocracia estatal. Mas, enquanto o Brasil mantinha inclusive seus órgãos de informação vinculados aos civis, deixando a presença militar praticamente aos adidos, no Uruguai a diplomacia teve protagonismo militar nos seus serviços de inteligência. Exemplo disso foi a própria atuação do ESMACO, que não se manteve como um "órgão de estudo, coordenação, planificação e supervisão" da *Junta de Comandantes en Jefe*. A ingerência do ESMACO transcendeu o limitado pela *Lei Orgánica Militar*, como foi o caso das denúncias internacionais contra o Estado uruguaio por violações aos direitos humanos. Este órgão acabou por elaborar um diagnóstico referente à política exterior, elencando objetivos a serem alcançados e as metas traçadas para atingi-los.

Meses após o golpe de Estado, em agosto de 1964, o ditador Castelo Branco designou o diplomata Manoel Pio Corrêa para assumir o cargo de embaixador brasileiro no Uruguai, com a finalidade de "melhorar as relações entre os dois países".[6] Juntamente com o coronel Câmara Senna, adido militar na Em-

baixada brasileira em Montevidéu, Corrêa dedicou-se à neutralização da articulação entre os exilados. O embaixador Pio Corrêa almejou, por meio da designada "diplomacia de resultados", isto é, de diversas cobranças e pressões sobre o governo uruguaio, impedir que os asilados brasileiros que estivessem nesse país exercessem qualquer tipo de atividade política.[7] Para tanto, montou uma verdadeira rede de contatos no Uruguai, compreendendo políticos, militares, juízes, delegados de polícia, até fazendeiros e comerciantes.

A partir da escalada autoritária no Uruguai, com a ascensão de Pacheco Areco ao poder, em dezembro de 1967, e ao longo da gestão Juan María Bordaberry, até o golpe de 1973, as cooperações entre este país e o Brasil aclararam-se. Essa colaboração dava-se em diversos níveis e esferas: policial e parapolicial, militar e paramilitar, e também diplomático. As informações sobre possíveis suspeitos entre as embaixadas eram frequentes e cada vez mais constantes. Assim, a diplomacia já cooperava na busca dos "inimigos internos", independente de qual lado da fronteira estivesse. Esse foi o caso do maestro Juan Protasi, que solicitou a obtenção de contrato a fim de fazer parte de uma orquestra sinfônica brasileira. Pertencente ao Partido Comunista Uruguaio e já tendo visitado a Europa Oriental, Protasi era um elemento de alta suspeição:

> O diretor do Departamento de Assuntos Culturais da Chancelaria uruguaia, Embaixador Carlos Aisian Marquez, alertou pessoalmente a Embaixada em Montevidéu quanto às gestões que vem fazendo o MAESTRO JUAN PROTASI no sentido de obter contrato para atuar no BRASIL, à frente de uma das nossas orquestras sinfônicas. O MAESTRO PROTASI está tentando inclusive obter o apoio da Chancelaria uruguaia, especialmente junto ao Subsecretário Guido Michelin Salomon, de quem é amigo. Informou o Embaixador Asiain que o MAESTRO PROTASI é membro antigo do PARTIDO COMUNISTA URUGUAIO, tendo estudo na EUROPA ORIENTAL, onde periodicamente realiza "tournées". Segundo o Embaixador, teme-se que Protasi venha a ser usado como "pombo-correio", a serviço de elementos subversivos.[8]

A partir do golpe de Estado no Uruguai, em 1973, as relações entre as ditaduras brasileira e uruguaia mantiveram e intensificaram a colaboração política,

diplomática e repressiva. As embaixadas foram peça fundamental da engrenagem repressiva, bem como na conexão instituída entre si. Para tanto, foram criados órgãos vinculados aos Ministérios de Relações Exteriores de cada país, que serão apontados, bem como se analisará o caso do jornalista brasileiro Flávio Tavares, sequestrado no Uruguai, demonstrando o envolvimento dos órgãos de informação diplomáticos de ambas as ditaduras.

Os órgãos de informação e espionagem das diplomacias brasileira e uruguaia

"Os espiões de punho de renda se mostraram mais espertos que seus colegas fardados".[9] Ignorados e esquecidos inclusive pelos pesquisadores das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, os órgãos de informação e espionagem vinculados à diplomacia demonstraram uma eficiência ímpar no organograma do aparato repressivo. Atuando fora das suas fronteiras, interligaram-se com diversos outros órgãos de informação e espionagem de diversos países, e usavam a via diplomática como fachada para suas operações.

As atividades de espionagem eram consideradas a "elite" da informação e designadas para agentes que tivessem determinados treinamentos. As noções de "segredo" e "sigilo" eram fundamentais, o que dava a identidade e características a esses órgãos. Percebe-se, porém, que essas noções continuam sendo aplicadas aos documentos diplomáticos produzidos nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Uma das suas principais características era a *dissimulação*, o que torna difícil ainda hoje mensurar a rede de informantes e colaboradores dos serviços no exterior, sendo desconhecido a sua total dimensão.

O caso do Centro de Informações do Exterior (CIEx) é emblemático nesse sentido. Descoberto somente no ano de 2007, manteve-se secreto durante todo o período ditatorial brasileiro, até o encerramento das suas atividades, perdurando segredo de sua existência na democracia. Ao retornar ao Brasil, no ano de 1966, o embaixador Manoel Pio Corrêa, então secretário-geral de Relações Exteriores, redigiu a portaria ultrassecreta que criou o CIEx, órgão clandestino de espionagem vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e subordinado à Secretaria-Geral de Relações Exteriores. Era desconhecido por funcio-

nários do próprio Ministério das Relações Exteriores e demais organismos da estrutura burocrática brasileira.

Suas atividades de espionagem funcionaram sob o nome de "Plano de Busca Externa", e contaram com a participação de funcionários do Ministério, de agentes do Sistema Nacional de Informações (SISNI) que se faziam passar por funcionários diplomáticos (principalmente conselheiros de embaixadas e assessores de cônsules) e dos adidos militares.

O documento de criação do CIEX, de caráter secreto, datado de 12 de julho de 1967,[10] definia as funções desse órgão de espionagem: a busca de informes e informações. Aos diplomatas não seriam designadas essas funções, pois esses já eram encarregados de realizar a coleta e análise do material dito "ostensivo" no exterior. Era necessária a criação de um órgão *clandestino* específico para tal serviço, sendo que suas ações não interviriam nas atividades diplomáticas de carreira.

A Comissão Nacional da Verdade, através da análise da documentação produzida pelo CIEx, concluiu que esse órgão operava de forma bem simples. A "Central" comunicava-se, por meio de canais exclusivos, com as chamadas "bases", que constam nos documentos como BEX, instaladas em missões diplomáticas e repartições consulares. A documentação aponta que todas as "bases" estavam vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores e que não havia comunicação direta entre elas, ou seja, se reportavam somente à "Central" que, caso considerasse necessário, difundia a informação para as demais "bases" convenientes. Apesar de concentrar a maior parte das suas atividades nos países do Cone Sul, o CIEx estendeu suas ações até a Europa. Atuou nas embaixadas de Montevidéu, Buenos Aires, Assunção e Santiago, no âmbito do Cone Sul; na Europa Ocidental, em Paris, Genebra e Lisboa (destacadamente, após a Revolução dos Cravos, em 1975); no Leste Europeu, em Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental. Há indícios de que também teriam havido "bases" do CIEx nas cidades de La Paz, Lima, Caracas e Londres. Destaca-se o intenso grau de envolvimento com agências estrangeiras de informações, principalmente com as do Cone Sul, havendo um amplo intercâmbio com órgãos de inteligência desses países.

O CIEx teve como principal objetivo a espionagem, o controle e o monitoramento dos exilados brasileiros durante a ditadura. Desse modo, sua dinâmica

e área de atuação acompanhou a trajetória e os movimentos desses cidadãos nos diversos países onde buscaram refúgio.

O Uruguai – e destacadamente a capital, Montevidéu, e a cidade fronteiriça de Rivera – passou a ser a "capital do exílio" para a primeira geração de exilados brasileiros, a partir de 1964. Mesmo que outros países tenham recebido brasileiros exilados, tais como o México, Chile, Argélia, Bolívia, França, foi a proximidade territorial do país vizinho e a sua cultura democrática e tradição de solidariedade aos refugiados que levou à escolha do Uruguai como local de acolhida para o exílio político. Percebe-se essa opção quando se confrontam os números estimados: entre 500 e mil brasileiros teriam sido recebidos pelo governo uruguaio na condição de exilados.[11]

Elemento de grande preocupação para a ditadura brasileira, o CIEx acompanhava de perto essas atividades dos asilados. Para tanto, vários eram os métodos de espionagem utilizados a fim de obter as informações consideradas necessárias pelo aparato repressivo, tais como violação de correspondência, apreensão de materiais pessoais e das organizações, vigilância da fronteira, infiltração de informantes na comunidade de exilados, etc. Entretanto, um aspecto fundamental a se considerar em relação à atuação do CIEx no monitoramento das atividades dos brasileiros é que essa seria muito difícil sem a cooperação das forças repressivas do país que estivesse abrigando-os – mesmo que a postura oficial do governo fosse de acolhida a essas pessoas. Assim, as forças policiais e militares dos demais países apoiaram e colaboraram com a vigilância e monitoramento desses exilados, pois também os consideravam "subversivos", pela lógica da Doutrina de Segurança Nacional.

Outro órgão vinculado à diplomacia brasileira foi a Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério das Relações Exteriores. Essas Divisões foram criadas pelo Decreto-Lei Nº. 200, de 25 de fevereiro de 1967, substituindo as antigas seções de segurança nacional, como órgãos de assistência direta e imediata aos ministros civis. Tinham como principal finalidade atuar em atividades relacionadas à segurança nacional, em cooperação com a Secretaria-Geral do Conselho de Segurança Nacional e como órgão de colaboração com o SNI.

As DSI funcionavam em todos os ministérios civis, ocasionando, às vezes, problemas para o próprio titular da pasta, pois era de sua responsabilidade a ati-

vidade de contrainformação. Exemplo disso era a sua autonomia orçamentária, pela qual se buscava justamente o controle das informações, visto a DSI se reportar diretamente ao Conselho de Segurança Nacional e ao SNI. Essa situação seria modificada a partir do Decreto Nº. 66.622, de 22 de maio de 1970, quando se ampliaram as atribuições dos ministros em relação ao campo da inteligência, passando à sua competência as funções antes designadas às DSI.

Cada DSI seguia uma estrutura organizacional básica, contando com um diretor e um assessor especial, e dividia-se em três seções: informações, segurança e administrativa. Os diretores das DSI eram nomeados pelo próprio presidente, a partir da indicação do ministro e da indicação favorável do SNI. Usualmente, eram chefiadas por um oficial superior – na maior parte das vezes, um coronel do Exército.

Tanto a vigilância dos brasileiros que estavam fora do país como a difusão de informações para o SNI, os órgãos de inteligência das Forças Armadas e da Polícia Federal ficavam a encargo da DSI/MRE. A partir dos anos 1970, passou a integrar o SISNI, sendo responsável por transmitir as informações recebidas das missões diplomáticas e das repartições consulares brasileiras no exterior.

A DSI/MRE tinha por responsabilidade o levantamento dos chamados "cidadãos estrangeiros nocivos à Segurança Nacional". A presente divisão encaminhava para os chefes dos departamentos consulares e jurídicos diversos nomes de pessoas que deveriam ser incluídos nos fichários das missões diplomáticas e das repartições consulares, bem como comunicar sua presença – caso ocorresse – na referida jurisdição e submeter à consulta prévia qualquer solicitação realizada pelo referido cidadão estrangeiro.[12] À DSI do Ministério das Relações Exteriores competia somente a averiguação de pessoas envolvidas ou suspeitas de atentar contra a Segurança Nacional, não se ocupando de delitos comuns praticados por estrangeiros presentes em território brasileiro.[13]

No caso uruguaio, a diplomacia teve papel crucial. Considerada uma das principais peças para o seu funcionamento, o ministro de Relações Exteriores integrava o *Consejo de Seguridad Nacional* (COSENA), de acordo com a Lei 14.227, de julho de 1974, juntamente com o Presidente da República, o ministro do Interior, o ministro da Economia, o ministro da Defesa Nacional e os comandantes-em-chefe das Forças Armadas, conforme analisado. Já em 1976,

foi aprovado o Regulamento Orgânico do Ministério de Relações Exteriores, estabelecendo que a política internacional ficaria a cargo do presidente da República, do ministro de Relações Exteriores e do Conselho de Ministros, pois, conforme o mesmo, o "serviço exterior" participaria efetivamente do "sistema de segurança nacional" uruguaio.

A ditadura uruguaia preservou a titularidade da pasta do Ministério das Relações Exteriores nas mãos de civis. Entretanto, a ingerência e participação das Forças Armadas na diplomacia era incontestável, destacadamente no controle do sistema de informações, centralizado pelo Departamento II (Exterior) do SID. Essa questão era acentuada nas aulas ministradas ao corpo diplomático: além dos cursos ofertados pelo Instituto Artigas de Servicio Exterior do Ministério das Relações Exteriores também eram oferecidos cursos pela *Escuela de Seguridad Nacional* (ESEDENA) das Forças Armadas. Essa foi uma das mais variadas formas de disseminação da Doutrina de Segurança Nacional ao corpo burocrático da ditadura uruguaia; em contrapartida, os altos escalões diplomáticos participavam na condição de especialistas nos cursos da ESEDENA.[14]

Os militares criavam constantemente organismos de maior controle do aparato estatal, fosse interno ou externo, conforme se depreende da institucionalização da *Oficina Central de Información sobre Personas* (OCIP), em função das denúncias internacionais de violações aos direitos humanos cometidas pela ditadura uruguaia e seus agentes.

A imagem política internacional do Uruguai foi fator preocupante para a ditadura, tanto que, entre os anos de 1975 e 1976, criou-se uma "Unidade de Direitos Humanos" dentro da *Dirección de Asuntos de Política Exterior*, órgão responsável pelo intercâmbio de informações entre os serviços de inteligência uruguaios e o Ministério das Relações Exteriores.

Assim, a diplomacia uruguaia possuía uma estrutura do sistema de informação e o envolvimento dos agentes *a priori* bem delineada, inclusive com a definição da participação dos civis e dos militares nos cargos correspondentes. Diversos foram os regulamentos e decretos que estabeleceram as diretrizes do Ministério das Relações Exteriores e do serviço exterior. Destaca-se a maior preocupação em relação às carreiras administrativas, às qualificações funcionais e a tipificação dos cargos diplomáticos, em virtude principalmente da depuração

do corpo funcional que atuava no serviço exterior. Entretanto, conforme ressalta Markarian, muitos departamentos e unidades criados pela diplomacia uruguaia não constaram no organograma oficial da chancelaria, caso da própria "Unidade de Direitos Humanos" citada, apesar da importância que alcançou com a sua atuação. Em outros casos, o departamento/unidade consta no organograma, mas seu papel na diplomacia foi menor. Isso para mostrar que é necessário pensar e refletir sobre os órgãos que integraram a rede do Ministério da Relações Exteriores do Uruguai além dos seus decretos e regulamentos.

Fundamentalmente, cabia ao SID a centralização da informação produzida e difundida pelos serviços de inteligência uruguaios, tanto no nível interno quanto no externo. Por meio do Departamento II (Exterior), o SID recebia a informação – proveniente principalmente da espionagem – do que ocorria fora das suas fronteiras territoriais. Apesar de a documentação das Forças Armadas não estar liberada à consulta pública, suas atividades, em parte, podem ser rastreadas através da análise da documentação do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai, na qual se encontra muita correspondência e destacadamente difusão de informações do Departamento II do SID para a respectiva pasta.

Desse modo, um órgão subordinado ao Exército era central no sistema de informação e repressão da ditadura uruguaia. Isso se refletia em todos os âmbitos e esferas da administração pública e da burocracia, inclusive na diplomacia uruguaia. Funcionários civis do quadro da chancelaria e das suas embaixadas e consulados enviavam cotidianamente e rotineiramente informes tanto para o Ministério das Relações Exteriores quanto para o SID, classificando-os e difundindo-os.

Quanto ao *Servicio de Información Exterior*, apesar de referenciado na resolução da JCJ, não há registros da sua atuação nos documentos provenientes dos arquivos do Ministério das Relações Exteriores do Uruguai. Entretanto, conforme Markarian,[15] é possível estabelecer, por meio da análise da documentação, que houve a proposta da formação de um "sistema de informação do serviço exterior", sugerindo que esse órgão não teria funcionado, desse modo, até a data da produção desse documento, 1977.

Esse mesmo documento considerava importante a prática de ações entre o Ministério de Relações Exteriores, a *Dirección Nacional de Relaciones Públicas* (DINARP), o ESMACO, a *Comisión de Asuntos Políticos* (COMASPO) da

Junta de oficiales Generales, o SID, a DNII, os órgãos de informação das três forças e o *Organismo Coordinador de Operaciones Antisubversivas* (OCOA). Assim, a conexão entre os serviços de inteligência, no que se refere à vigilância dos cidadãos uruguaios no exterior, era extensa, e se dava tanto no âmbito civil quanto no militar.

A coordenação dos órgãos de informação e segurança dar-se-ia de maneira permanente por meio da *Dirección para Asuntos de Política Exterior* e também pela própria integração entre os organismos.

Mesmo com a manutenção de embaixadores civis, as Forças Armadas impunham-se paulatinamente nas questões concernentes ao Ministério de Relações Exteriores, atingindo seu ápice no ano de 1978, após uma série de denúncias internacionais contra a ditadura uruguaia. A criação da *Oficina Central de Información sobre Personas* (OCIP) delimitou a atuação do Ministério perante essas denúncias, colocando-as sob o controle direto do COSENA.

A diplomacia uruguaia, ao longo do período ditatorial, foi cada vez mais se envolvendo com atividades de vigilância e monitoramento de cidadãos que estivessem fora das suas fronteiras, coordenadas em conjunto com os serviços de inteligência uruguaios e com apoio dos órgãos congêneres dos países onde estivessem atuando.

Prova fundamental dessa ingerência foram os denominados *"requerimientos de información relacionados con el exterior"*, que se traduziam nas *"Partes Especiales de Información"* (PEI), produzidas pelo Departamento II do SID, referentes à situação dos casos de uruguaios detidos, mortos ou desaparecidos que foram denunciados em organismos internacionais, ou também um levantamento de pessoas que estivessem fora do país e participassem da dita "campanha difamatória" contra o Uruguai, bem como as organizações envolvidas. O Departamento II do SID era o responsável pela elaboração dessas PEI, mas as informações obtidas eram tidas em conjunto com os demais serviços de inteligência.

A Embaixada do Uruguai no Brasil recebeu, em dezembro de 1981, um dossiê de caráter secreto intitulado *Campaña contra el Uruguay de personas y organizaciones*, elaborado pelo Departamento II do SID, constando os nomes e as atividades de uruguaios, bem como de organizações, que no exterior estariam atentando contra o seu país[16]. Esse dossiê, localizado no Arquivo Histórico-Di-

plomático do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai, no fundo respectivo às embaixadas e consulados presentes no Brasil, é a Parte Especial de Informação nº. 4, sendo continuação da PEI nº. 3. Além disso, o exemplar recebido pela presente embaixada era o de número 72, demonstrando a preocupação com o levantamento de nomes de uruguaios fora do país e suas atividades, assim como a disseminação desses informes para as embaixadas dos países. Nesse tomo organizado, foram incriminados 356 cidadãos uruguaios e 663 organizações agindo fora do país, ou, conforme o próprio documento, *"uruguayos que en el exterior atentan contra el Uruguay"*.

Toda e qualquer ação era vigilada no exterior e notificada nesses dossiês como, por exemplo, envolver-se em festejos da criação de movimentos contestatórios à ditadura, participar de festivais de canções políticas, fazer uso da palavra em atos sindicais, receber títulos honrosos, tomar parte em simpósios e conferências, entre tantas outras. Já as organizações que eram controladas iam desde comissões pelos direitos humanos e anistia política, boletins informativos, revistas e periódicos, centrais sindicais, comitês de familiares de presos e desaparecidos políticos, partidos políticos até a atuação de cameratas.

O "banido" Flávio Tavares

A vigilância e monitoramento do jornalista brasileiro Flávio Tavares pelo aparato repressivo brasileiro deu-se logo após o golpe de Estado de 1964. Vinculado à comunidade de exilados brasileiros em Montevidéu, Tavares considerava que a presença do ex-governador Leonel Brizola e a formação do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), projeto no qual se envolveram os exilados que queriam organizar a guerrilha, eram o "eixo político da rebelião"[17] que ameaçava a ditadura brasileira ainda na sua fase inicial. Para tanto, era um dos principais "pombos-correios", militantes que permaneceram no Brasil, mas cruzavam a fronteira com o Uruguai frequentemente, a fim de se encontrar com os exilados, retornando com orientações políticas.

Flávio Tavares, após passar por várias prisões desde a implantação da ditadura, foi preso novamente no ano de 1969, e submetido a várias sessões de

interrogatório e tortura. Entretanto, com o afastamento do ditador Costa e Silva, devido a uma trombose cerebral, assumiu provisoriamente a denominada Junta Militar, formada pelos ministros de cada Força. Nesse período, ocorreu o sequestro do embaixador estadunidense no Brasil, Charles Elbrick, numa ação conjunta orquestrada por organizações de luta armada. Uma das exigências para a libertação do embaixador era justamente a troca de 15 presos políticos, entre eles, Flávio Tavares. Desse modo, os militantes foram libertados e obtiveram asilo político no México. Porém, essa situação instituiu a figura do "banido", criada pelo Ato Institucional Nº. 13, ou seja, estava decretado o banimento do território brasileiro da pessoa que atentasse contra a segurança nacional.

O aparato repressivo brasileiro, por meio tanto de seus órgãos no interior quanto no exterior, mantinha sob vigilância ferrenha os "banidos", bem como estavam atentos a um possível retorno dos mesmos ao Brasil, de forma clandestina. Os "banidos" passaram a ser um dos principais alvos de suspeição e controle da comunidade de informações brasileira, como atesta o informe secreto do CIEx referente à sua estadia na capital uruguaia, no ano de 1977:

> 1.Flávio Tavares, asilado brasileiro, atualmente na Argentina, esteve em Montevidéu no dia 25 de março de 1977.
> 2.O nominado foi portador de uma importância em dinheiro correspondente à venda de um apartamento do ex-coronel Dagoberto Rodrigues em Buenos Aires.
> 3. Durante a sua estada em Montevidéu, Flávio Tavares esteve hospedado em casa de Carlos Olavo da Cunha.
> 4. Na Argentina, Flávio Tavares é elemento de contato de setores liberais e da esquerda dos Estados Unidos com organizações brasileiras no exterior e no Brasil.
> 5. O nominado está vinculado, na Argentina, a uma organização norte-americana, a North American Congresso on Latin America (NACLAS). Essa organização é ligada ao Partido Socialista Portorriqueño e à Frente Sandinista de Libertação de Nicarágua.
> 6. Flávio Tavares se corresponde com os professores Adalberto Lopez e James Petras.
> 7. Flávio Tavares é correspondente de "O Estado de São Paulo" na Argentina e a matéria que remete para o citado jornal é publicada sob o pseudônimo de Júlio Delgado.[18]

Mas esse "inimigo interno" não se restringiu à preocupação da ditadura brasileira. Documento produzido pelo Departamento II do Estado-Maior do Exército uruguaio, do ano de 1974, e encaminhado para a DNII, notificava sobre brasileiros que estavam clandestinos, numa clara colaboração com os órgãos repressivos brasileiros. Na presente lista, surge o nome de Flávio Tavares, do qual se desconhece o paradeiro, estimando que esteja em Cuba:

> I – EVALUACION: A-1
> II – RESPONDE A: Información existente en el Departamento II del EME referente a Circular n. 173/974 de la Dirección Nacional de Información e Inteligencia.
> III – TEXTO:
> A – Se transcriben a continuación, los antecedentes existentes referentes a las personas mencionadas en la circular de referencia
> CLAUDIO AUGUSTO COLOMBANI – CI nº. 2.028.339. Terrorista clandestino. Fue condenado a tres años de prisión por la Justicia Militar del Brasil.
> FLAVIO ARISTIDES DE FREITAS TAVARES – fue procesado por la Justicia Militar del BRASIL. Fue liberado en oportunidad del Gobierno brasileño haber efectuado un trato con una organización subversiva, cuando el secuestro del embajador de los EE.UU., Sr. C. BURKE ELBRICK; se estima que el mismo se encuentra radicado en actualidad en Cuba.
> FRANCISCO JULIAO ARRUDA DE PAULA – exdiputado brasileño, Jefe de las Ligas Campesinas, que atacaban haciendas e ingenios en aquel país. Realizó cursos de guerrillas en Cuba. Condenado por la Justicia Militar, se encuentra clandestino.
> B – se desconoce que las mencionadas personas estuvieron en nuestro país.
> IV – DISTRIBUICION: DNII[19]

Em 1973, Flávio Tavares decidiu mudar-se para a Argentina. A expectativa da posse de Héctor José Cámpora foi um dos elementos decisivos, além da proximidade territorial com o Brasil. Entretanto, somente um ano depois, em 1974, o jornalista conseguiu um emprego na Argentina, podendo, dessa maneira, passar a residir ali, como correspondente do jornal *Excelsior*, do México. Meses após chegar à Argentina, passou a escrever também para o *Estado de São Paulo*, com o pseudônimo de Júlio Delgado.

Vivendo como apátrida, pois era um "banido" pela ditadura brasileira, Flávio Tavares não possuía passaporte ou qualquer outro tipo de documento brasileiro. A cédula de identidade argentina, confeccionada para estrangeiros, somente permitia-lhe viajar para o Uruguai. Assim, em julho de 1977, Flávio Tavares viajou para Montevidéu, por ordem do jornal *Excelsior*, a fim de resolver a situação de um correspondente local que havia sido preso, pois a ditadura uruguaia tinha considerado seu artigo "ofensivo". Após a soltura do jornalista uruguaio, Tavares dirigiu-se ao aeroporto de Carrasco, em Montevidéu, para regressar a Buenos Aires. Ao entregar seu cartão de embarque, um pretenso funcionário do aeroporto pediu-lhe que voltasse para "completar o cartão que está meio apagado". Quando seu documento argentino foi verificado, alegou-se que era falso. O jornalista tentou argumentar que entrassem em contato com as autoridades argentinas, pois iria perder o voo de regresso, último do dia, ao que lhe foi respondido que o avião já havia decolado. Nesse momento, Flávio Tavares percebeu que havia sido sequestrado pelo aparato repressivo uruguaio, mas, como havia realizado os trâmites necessários, seria dado como desaparecido pela ditadura argentina.

Flávio Tavares foi algemado e vendado, e posto em um carro. Sabe-se que foi sequestrado pelo OCOA e levado para o centro de detenção clandestino "Casa de Punta Gorda", localizado na Rambla de Montevidéu. Aí, foi submetido a diversas sessões de interrogatório, nas quais sofreu, entre outros, duas simulações de fuzilamento em questão de horas. Ao ser revistado, os agentes repressivos encontraram em sua posse uma fita cassete e três folhas de papel manuscritas com a sua letra. Nessas folhas, constavam o organograma e os nomes dos militares envolvidos com o OCOA, comunicados a Tavares no dia anterior num jantar íntimo na residência do adido cultural da Embaixada do México, por um informante que se apresentou como "Oscar". Quanto ao teor da gravação, o próprio jornalista desconhecia, pois havia sido lhe entregue no hotel em que estava por um mexicano, no dia em que voltaria para Buenos Aires.

Acusado de carregar "segredos militares", o Exército uruguaio enviou um emissário a Brasília para entregar Flávio Tavares à ditadura brasileira. Na sua condição de "banido", isso significava sua morte. Porém, como era sexta-feira, o militar não conseguiu contato com as autoridades competentes para decidir o caso. No fim de semana, as denúncias promovidas pelo *Estado de São Paulo*

começaram a repercutir, o que levou ao posicionamento da ditadura brasileira em alegar não ter interesse no jornalista, pois era um "banido" proibido de voltar ao país.

Flávio Tavares esteve na condição de desaparecido durante 16 dias. Seus torturadores uruguaios desejavam, principalmente, saber a identidade do informante "Oscar". Após esses longos dias, Tavares foi levado a um juiz militar que o informou que estava sendo processado por "espionagem contra o Uruguai". Teve direito a falar com um advogado, e dois dias depois foi removido para o Cárcere Central de Montevidéu, na condição de preso político. Devido à forte pressão internacional, Flávio Tavares foi solto depois de seis meses na prisão, e recebeu a oferta de exílio em Portugal. Voltou ao Brasil em 1979, com a Lei de Anistia.

As diplomacias brasileira e uruguaia envolveram-se ativamente no caso da prisão de Flávio Tavares, fosse pela via ministerial e das embaixadas, fosse pelos órgãos de informação e segurança de ambas as ditaduras. O documento a seguir é bastante revelador de como a prisão de Tavares e seus desdobramentos reverberaram nos serviços de inteligência uruguaios. Foi produzido por um monitor do CIEx, baseado nas informações repassadas por um agente infiltrado, originado a partir de uma carta escrita por Flávio Tavares e interceptada pela DNII. Diversas cópias dessa carta foram feitas e entregues para os serviços de inteligência: [20]

> O agente esteve com o original dessa carta, escrita em letra miúda, em duas laudas e datada de 31 de agosto. A carta caiu no dia 2 de setembro. A carta lhe foi cedida para ler na sede do OCOA, Comando de Operações Antissubversivas, que foi o lugar onde Tavares esteve com o capuz durante as primeiras 19 horas e onde foi apertado para falar.

Segundo a informação de Conrado, o infiltrado teria tido acesso à carta escrita por Flávio Tavares, na sede do OCOA, agência responsável pelo sequestro e sessões de interrogatório e tortura – inclusive as duas simulações de fuzilamento às quais foi submetido, pois ocorreram dentro dessas 19 horas iniciais.

A carta de Tavares, escrita em castelhano e dirigida ao México, relatava a visita que ele recebeu, na prisão, do cônsul brasileiro em Montevidéu, por ordem direta do presidente da República do Brasil, Ernesto Geisel, bem como do

embaixador brasileiro no Uruguai. A presença do cônsul brasileiro irritou profundamente os agentes repressivos uruguaios, levando-os a questionar ao agente infiltrado sobre o possível papel do referido cônsul na resolução do caso de Tavares. Os agentes uruguaios não conseguiam apreender os motivos que levariam a diplomacia brasileira a se envolver com um "banido", que, inclusive, havia sido trocado pelo embaixador estadunidense, quando do seu sequestro. Todos esses elementos faziam com que os serviços de inteligência passassem a considerar a possibilidade do cônsul brasileiro, Miranda, ser um infiltrado nos meios diplomáticos brasileiros:

> Posteriormente, na presença do inspetor geral da Direção Nacional de Informação e Inteligência, o agente foi indagado se conhecia o cônsul Miranda; se poderia ser um infiltrado; por que se interessava o embaixador por um terrorista trocado pelo embaixador norte-americano no Brasil; que as autoridades militares estavam irritadas pela atitude do cônsul mais do que tudo, sempre se baseando no conteúdo da carta de Tavares, que é um documento que eles consideram importante e incriminatório da ação do referido cônsul Miranda.

Cada órgão produziu uma interpretação do conteúdo da carta escrita por Flávio Tavares. Para o SID, a missiva seria mais uma maneira de provocar e hostilizar o governo brasileiro:

> Cópias xerox dessa carta de Tavares foram enviadas a vários chefes militares para análise. Por seu turno, o general Prantl, diretor do SID, Serviço de Informação de Defesa, recebeu uma interpretação da carta de Tavares na qual se alega que a carta do subversivo brasileiro pode ser uma provocação contra o governo brasileiro a ser explorada a posterior, envolvendo o mesmo em atos hostis ao Uruguai como uma forma de ficar bem com a esquerda internacional.

Já para o OCOA, a diplomacia brasileira estava envolvida por demasiado no presente caso, e esse serviço acreditava que o cônsul brasileiro fosse um agente infiltrado. Orientava que o mesmo fosse alvo de investigações:

> Por outro lado, o informe de OCOA sobre a interpretação da visita do cônsul a Tavares diz que o documento (carta) compromete muito a ação do embaixador e do cônsul no caso Tavares e que este, preso, não ia estar mentindo ao escrever uma carta que pensava chegava a seu destino.
> O informe do OCOA conclui que a ação do cônsul (ao procurar falar em segredo com Tavares) e pelo que lhe comunicou, é passível de suspeita de ser uma pessoa infiltrada e finalizando sugere que se façam algumas investigações sobre o referido cônsul Miranda.

Assim, conforme as forças policiais, os agentes do OCOA transformaram o cônsul Miranda num suspeito, investigando-o e seguindo-o. A maior preocupação para esse serviço era de que o cônsul teria dito ao jornalista que sabia o que havia ocorrido com ele nas primeiras 19 horas da sua detenção. Apesar de em nenhum momento serem nomeadas as sevícias as quais Tavares foi submetido, sabe-se que os agentes não queriam que fossem revelados os interrogatórios e torturas promovidos por eles. Também queriam saber quem teria passado essas informações para o cônsul, pois, na referida carta, Tavares não comentava sobre suas sessões de tortura. O cônsul, dessa forma, poderia ser enquadrado por "ato de espionagem" contra o Uruguai:

> O Diretor da Inteligência da Polícia disse que militares do OCOA, levando em conta o conteúdo comprometedor para o cônsul da carta de Tavares, passaram a seguir o referido cônsul Miranda e verificar quem entra no consulado no que tange a cidadãos uruguaios. O X da questão é o conhecimento que disse o cônsul ter do mau tratamento que recebeu Tavares nas primeiras 19 horas. Para o OCOA o cônsul recebeu informações que podem caracterizar "ato de espionagem" contra o Uruguai.

Pelo excerto do documento do CIEx a seguir, pode-se perceber que os movimentos de Flávio Tavares foram vigiados pelos serviços de inteligência uruguaios desde a sua chegada em Montevidéu. Além disso, sabiam do seu envolvimento com o adido cultural mexicano, e já investigavam o informante "Oscar", suspeito de ser um agente da espionagem soviética no Uruguai. Quando Flávio Tavares foi sequestrado e detido pelo OCOA no aeroporto de Carrasco, a DNII

já possuía o conhecimento de que o jornalista tinha em seu poder uma gravação de uma sessão do Tribunal Militar:

> A polícia política tinha instruções de prender Tavares à última hora, pois sabia o OCOA que Tavares estava envolvido com o sr. Arroyo Parra, diplomata mexicano. E também um tal de "Oscar", que a polícia política dizer que realmente existe e pertence à rede de espionagem russa no Uruguai.
> Tavares, antes de partir para a Argentina, estando no Hotel Iguazú, em Montevidéu, deixou a mala na portaria do hotel e foi almoçar. Nesse interim, a polícia abre a mala de Tavares, faz uma inspeção e encontra a gravação comprometedora. A mesma é levada para a chefatura de polícia onde ouvem a gravação e constatam que se trata de uma gravação de um Tribunal Militar.
> A Polícia regressa ao Hotel Iguazu para devolver o cassete quando Tavares já se encontrava na portaria do hotel querendo pagar a conta. O funcionário do hotel diz não ter troco ao lhe apresentar Tavares uma nota grande. Saiu Tavares para obter troco e nesse lapso de tempo, a polícia recoloca a gravação na mala de Tavares.

Novamente, reafirma-se que é imprescindível não tomar como realidade as informações contidas no presente documento, tomando em consideração, entre outros fatores, a necessidade que os agentes infiltrados tinham de demonstrar para seus monitores seu destacado papel como informante. Mais do que tudo, esse documento demonstra os métodos utilizados pelos serviços de inteligência uruguaios até a desconfiança – que se transformou em monitoramento – da diplomacia brasileira, envolvida na prisão de Flávio Tavares. Nesse caso, a colaboração entre os órgãos de informação e segurança dessas duas ditaduras não se deu de forma amistosa.

Perante as denúncias internacionais realizadas em função do sequestro de Flávio Tavares, a *Dirección Nacional de Relaciones Públicas* (DINARP) elaborou um comunicado de imprensa, no qual constava que o jornalista se encontrava detido legalmente em território uruguaio por crime de espionagem, enfatizando seu caráter "terrorista". A DINARP não hesitava em atribuir aos uruguaios que se encontravam fora do país as denúncias realizadas contra a ditadura uruguaia, inserindo-as na pretensa "campanha difamatória" sofrida pela mesma. Essas

campanhas passaram a ser uma das maiores preocupações para o governo, justamente pois vivia-se a administração de Jimmy Carter, nos Estados Unidos, que teve como uma das pautas da política externa a agenda dos Direitos Humanos.

O desaparecimento e posterior prisão de Flávio Tavares foram levados à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). Assim, em setembro de 1977, a CIDH contatou o Estado uruguaio, transmitindo-lhe as presentes questões que se colocavam, tais como onde foi detido, condições de saúde, entre outros. A ditadura uruguaia não respondeu esses questionamentos; somente o fez quando Flávio Tavares já havia sido libertado e expulso do país, o que levou ao arquivamento do caso, no ano de 1981.[21]

> Ante maliciosas versiones circulantes en el interior y exterior del país, las cuales se hallan inscriptas dentro de la campaña internacional que un grupo de uruguayos, que responden a intereses del comunismo, o a los suyos personales, vienen llevando a cabo con la finalidad de destruir a nuestro país, se hace saber a la población de la república lo siguiente:
> 1 – el ciudadano brasileño Flavio Aristides Freitas Tavares no ha desaparecido dentro de nuestro territorio, sino que se encuentra legalmente detenido y sometido a la justicia competente.
> 2 – la persona mencionada, corresponsal de un periódico de un país latinoamericano en la ciudad de Buenos Aires es un sujeto de profusos antecedentes como terrorista brasileño y que fuera liberado en oportunidad, por haber sido uno de los presos que fue canjeado, por exigencia de la guerrilla comunista, en ocasión de ser secuestrado años atrás el embajador de los Estados Unidos de América ante el gobierno de Brasil, Sr. Burke Elbrick. Véase "Las F.F.A.A. al Pueblo Oriental, t. I, La subversión, pág. 273, numerales 150/1107(1) y 1108, y 274.
> 3 – el citado Freitas Tavares fue detenido por nuestras autoridades en momentos en que pretendía abandonar el territorio nacional, llevando en su poder ocultos documentos y materiales obtenidos mediante la consumación de actos de espionaje en contra de nuestro país.[22]

Flávio Tavares acabou por ser expulso do Uruguai em janeiro de 1978, dois dias antes da visita oficial do ditador Ernesto Geisel a esse país. A intenção era que esse evento transcorresse sem nenhum tipo de denúncia e/ou protesto, tan-

to que a DNII foi responsável pela detenção de diversos exilados brasileiros no Uruguai horas antes da chegada do ditador brasileiro ao país vizinho.[23]

Considerações finais

A diplomacia desempenhou papel crucial na colaboração entre os Estados de exceção do Cone Sul. No caso específico da conexão repressiva entre as ditaduras brasileira e uruguaia, esse intercâmbio iniciou-se no golpe de Estado de 1964, devido à grande presença de exilados brasileiros no Uruguai. Parte importante das burocracias estatais, a diplomacia também passou por um processo de militarização. Houve a preocupação, entretanto, de manter, à frente dos ministérios, civis, tanto no Brasil quanto no Uruguai. Essa situação demonstra a efetiva participação de civis nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, principalmente atuando como agentes do Estado. Entretanto, destaca-se também a participação dos adidos militares – geralmente vinculados aos órgãos de informações da sua respectiva Arma – e a rede que se criou entre eles, AGREMIL.

A diplomacia passou a ser responsável pelo monitoramento e controle de quem estivesse fora do território, bem como pela análise e influência no país onde estivesse exercendo suas funções. No caso brasileiro, a preocupação com os cidadãos que se encontravam fora das fronteiras era tanta que a comunidade de informações possuía dois órgãos encarregados dessa tarefa: o Centro de Informações do Exterior (CIEx) e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE).

O Centro de Informações do Exterior foi criado, no ano de 1966, em função da experiência adquirida na vigilância aos exilados brasileiros no Uruguai e caracterizava-se por ser um órgão de inteligência e espionagem, que atuava clandestinamente, sendo desconhecido de outros agentes do próprio Ministério das Relações Exteriores. As Divisões de Segurança e Informações estavam presentes em todos os ministérios civis, e tinham por função o monitoramento das próprias pastas. Suas funções colidiam, às vezes, com a do CIEx, apesar de na origem terem atividades diferentes. À DSI/MRE caberia a coleta e era um órgão legal,

enquanto o CIEx seria responsável pela busca de informações e de caráter clandestino. Porém, na prática, as ações se confundiam.

O *Servicio Exterior* no Uruguai ficou nas mãos dos militares, apesar de os titulares da pasta terem sido civis. O controle das informações ficava a cargo destacadamente do Departamento II do *Servicio de Información de Defensa*, responsável por centralizá-las e difundi-las para os demais serviços de inteligência. Paulatinamente, as Forças Armadas impunham-se nas questões ministeriais, e quando da "campanha difamatória" produzida por organizações internacionais contra o Uruguai, ou seja, campanhas de denúncia contra as violações aos direitos humanos praticadas pela ditadura uruguaia, estas ficaram a cargo direto do *Consejo de Seguridad Nacional.*

Para demonstrar as conexões repressivas entre os órgãos de informação das ditaduras brasileira e uruguaia vinculados mais estritamente à diplomacia, foi selecionado devido à repercussão que obteve e ao seu registro documental, o sequestro ocorrido em Montevidéu do jornalista brasileiro Flávio Tavares.

Notas finais

[1] MARKARIAN, Vania. Una mirada desde los derechos humanos a las relaciones internacionales de la dictadura uruguaya. In: DEMASI, Carlos et. al. *La dictadura cívico-militar*: Uruguay 1973-1985. Montevideo: Banda Oriental, 2013. p. 247-321.

[2] MATHIAS, Suziely Kalil. *A militarização da burocracia*: a participação militar na administração federal das Comunicações e da Educação (1963-1980). São Paulo: Unesp, 2004.

[3] MATHIAS, *op. cit.*

[4] GARZÓN REAL, Baltasar. *Operación Cóndor*: 40 años después. Buenos Aires: Centro Internacional para la Promoción de los Derechos Humanos, 2016. p. 60

[5] BRASIL. Escola Superior de Guerra. *Manual básico.* Rio de Janeiro: ESG, 1976. p. 461.

[6] Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Fundo: Embaixada brasileira em Montevidéu. Telegrama urgente enviado pela Embaixada brasileira em Montevidéu. n. 11.232. Montevidéu, 19 ago. 1964.

[7] CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi.* 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. 2 v.

[8] Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 21, p. 40/126. Nº. DSI/565. Maestro Juan Protasi. Tentativa de atuação no Brasil. "s.d.", 29 mar. 1973. Grifos no original.

[9] FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio*: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-1985). Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 277.

[10] Arquivo CNV, 0092.000292/2015-93. BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. A participação do Es-

tado brasileiro em graves violações no exterior. parte 2. *Relatório / Comissão Nacional da Verdade.* Brasília: CNV, 2014.

[11] ROLLEMBERG, Denise. *Exílio*: entre raízes e radares. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 50.

[12] Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 26, p. 19/154. DSI/1.444. Estrangeiros nocivos à Segurança Nacional. "s.d", 26 dez. 1977.

[13] Arquivo Nacional. Ministério das Relações Exteriores – Divisão de Segurança e Informações. BR AN, BSB, Z4. DPN. EST. EBR. 26, p. 110/154. Telegrama Nº. 83. Pedido de informação sobre o cidadão uruguaio Elbio Brancati Gonzalez. "s.d", 16 mar. 1977.

[14] MARKARIAN, *op. cit.*

[15] O presente documento refere-se ao conclave governamental celebrado em Solís, no final de 1977. Cf. MARKARIAN, *op. cit.*

[16] Ministerio de las Relaciones Exteriores del Uruguay. Archivo Histórico-Diplomático. Sección Brasil. Sede Embajada. 1981. Caja 42. Carpeta 10. Campaña contra el Uruguay de personas y organizaciones. 22 dic. 1981.

[17] TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento.* Porto Alegre: L&PM, 2012.

[18] Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.16.4, p. 32/56. CIEX nº. 183/77. Índice: Flávio Tavares. Estada no Uruguai. Contatos. "s.d.", 25 abr. 1977.

[19] Dirección General de Inteligencia Policial. Departamento III. Ejército Nacional. Estado Mayor del Ejército. Departamento II. Parte Especial de Información (I) Nº. 665/974. Montevideo, ago. 1974.

[20] Arquivo Nacional. CIEx. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 491-502/812. Informe interno número: PS – (M)010. Índice: Carta interceptada ao subversivo Flávio Tavares. "s.d.", 19 set. 1977.

[21] Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Administrativo. Dossier Flavio Tavares. OEA-CIDH – Caso 2363. Caja 5. Carpeta 73. Resolución 21/81. Washington, 6 mar. 1981.

[22] Ministerio de las Relaciones Exteriores de la República Oriental del Uruguay. Archivo Administrativo. Dossier Flavio Tavares. ONU – Casos. Caja 2. Carpeta 20. Circular 32z. Montevideo, 31 jul. 1977.

[23] RICO, Álvaro (coord.). *Investigación histórica sobre la dictadura y el terrorismo de Estado en Uruguay (1973-1985).* t. 3. Montevideo: Universidad de la República, 2008. p. 610-611.

IV

As muitas mortes de Tibira:

algumas considerações sobre História e políticas de inclusão e exclusão no Brasil

Gérson Wasen Fraga

Peço permissão para começar este texto com uma pequena narrativa de cunho pessoal. Embora a memória seja falha, creio que tenha acontecido no ano de 2003, quando eu ainda era um professor iniciante, e trabalhava em dois turnos em uma escola na periferia da Grande Porto Alegre. Certa noite, durante um período vago, eu estava na sala da direção, tomando chimarrão e conversando com a vice-diretora do turno, quando, subitamente, adentrou no recinto uma travesti (creio que o termo "mulher trans" ainda não era utilizado na época). Não foi necessário mais do que três segundos para perceber o quanto aquele ser humano sintetizava em seu corpo o local em que eu me encontrava naquele momento: um bairro pobre, violento, habitado por moradores que viviam em uma constante situação de exclusão social. Na verdade eu já havia aprendido com meus alunos que a origem daquele bairro estava na ocupação de uma área verde por pessoas sem acesso à moradia, e que o mesmo só passara a existir oficialmente após muita luta e resistência, inclusive a ações armadas para lhes expulsar dali. Com os mesmos alunos já havia aprendido também que a materialização do Estado em suas vidas por vezes se limitava à escola, à repressão policial, e às longas esperas no Posto de Saúde. A cena que se seguiu, porém, foi rápida. Após um protocolar e frio "boa noite" da vice-diretora, a travesti informou que gostaria

de voltar a estudar e perguntou se poderia se matricular na escola como aluna na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA). A resposta foi seca: "não há vagas"! Isto me soou um tanto estranho, afinal, era notório para qualquer pessoa que o turno da noite possuía poucos alunos e que, portanto, existiam vagas para todos que quisessem retomar ali seus estudos. Ato contínuo, nossa candidata à educanda agradeceu e saiu da sala. Lembro de ter imediatamente perguntado para a vice-diretora: "Mas fulana, como não há vagas? O que mais têm aqui no turno da noite são vagas sobrando!", ao que recebi a resposta definitiva: "Gérson, isso aí ia dar muita incomodação".

Inicio com esta pequena história pois acredito que ela tenha o poder de sintetizar, através de um exemplo prático, o objetivo deste texto: oferecer um breve ensaio que enlace a História e as lutas das chamadas "minorias" por seus direitos dentro do contexto atual de ascensão e afirmação de um pensamento conservador e intolerante, tão caro aos políticos de extrema-direita, aos seus eleitores e à ideologia a que servem. Não tenho, por óbvio, a pretensão de esgotar aqui o assunto, mas tenho a convicção de que, a partir de minha posição de educador vinculado à uma instituição pública de ensino, de profissional e cidadão formado pela educação pública e que reivindica para si uma forte influência freireana em sua prática profissional e em sua forma de ver e agir sobre o mundo, este se apresente como um dos temas mais urgentes a ser enfrentado nos dias que correm. Creio, também, que o assunto se torne ainda mais urgente diante da constatação de que muitas vozes dentro do próprio ambiente acadêmico, e que pretensamente se autodenominam progressistas, passaram a reverberar a ideia de que a luta das minorias por seus direitos possui relação com a perda de espaço político por parte da esquerda, que estaria assim retirando seu foco do tradicional conceito de Luta de Classes para privilegiar outras discussões que comporiam àquilo que a extrema-direita classifica como "identitarismo" ou, mais recentemente, "agenda *woke*", o que afastaria a esquerda de um eleitorado mais móvel em seu posicionamento. Acredito e defendo, ao contrário, que as lutas pelos Direitos Humanos integram a História da Luta de Classes no Brasil e no mundo, sendo necessário entender que políticas de inclusão e ações afirmativas nada mais são do que movimentos necessários em uma disputa de dominação e resistência que se encontra ainda longe de seu termo.

Tibira, o indígena

Em 1848, quando a Europa parecia se encontrar a beira de um processo revolucionário de dimensões continentais, Marx e Engels assim escreviam nas primeiras páginas do "Manifesto do Partido Comunista":

> A História de toda a sociedade que existiu até agora é a História da luta de classes (...). A sociedade burguesa moderna, que brotou das ruínas da sociedade feudal, não aboliu os antagonismos das classes. Estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta no lugar das antigas.[1]

Muito embora a afirmação acima tenha em vista um momento e um contexto específico, há algo nela que oferece um ponto de partida para nossas reflexões: a ideia de que novas condições de opressão e de luta se sucedem constantemente ao longo da História. E não se constitui em novidade para ninguém que a História – inclusive a brasileira – possa ser contada pelo ponto de vista da violência, da desumanização do outro ou das formas mais brutais de exploração. Ainda convivemos com muitas feridas abertas pela exploração dos braços negros e indígenas, muito embora não nos falte *influencers* e outros "sábios de tik-tok" para apresentar argumentos tão espúrios quanto "os africanos escravizavam a si mesmos" ou "os indígenas não possuíam civilização". Mas, será que, assim como os velhos alemães autores da citação, conseguimos perceber quando o contexto em que vivemos apresenta novas condições de opressão? Será que estamos aptos a entender o quanto as velhas condições de opressão se reproduzem hoje sob novas roupagens, atingindo as mesmas vítimas de sempre?

Se trouxermos nossa mirada exclusivamente para o cenário brasileiro, é possível que encontremos um dos personagens mais simbólicos da exclusão e da violência a que as ditas minorias estão sempre sujeitas na figura do indígena Tibira, um Tupinambá executado no começo do século XVII no forte de São Luiz do Maranhão. Segundo o antropólogo Luiz Mott:

> "... em São Luís, logo no primeiro ano após a chegada dos franceses, exatamente em 1613, foi condenado à morte o primeiro homossexual de que se tem notícia em nossa história. Trata-se de

> um índio Tupinambá, tibira, acusado de ser praticante contumaz do abominável pecado de sodomia. Para limpar a terra de tão execrando costume, o infeliz silvícola foi preso com o beneplácito dos capuchinhos franceses e amarrado na boca de um canhão, que, com o estourar do pelouro, espalhou seu corpo pela baía de São Marcos. É o primeiro mártir gay registrado na história do Brasil".[2]

A história do assassinato do índio Tibira, com efeito, parece ter muito a nos dizer sobre o Brasil contemporâneo: um indígena (ou seja, alguém pertencente a um povo submetido ao processo de escravização rácica que se deflagra com o mercantilismo[1]), com um comportamento sexual considerado "desviante" diante das normas impostas pela sociedade colonial, e cujo corpo foi considerado apto para o castigo exemplar. Por ser como era e o que era, Tibira desafiava os padrões sociais dominantes da época e, portanto, não era digno de ter nela um lugar que não fosse a boca do canhão que despedaçasse seu ser. Tibira, no entanto, é apenas um exemplo, certamente não o primeiro, da imensa constelação que compõe nossa história de exclusões e violências, e a brutalidade de sua morte talvez pouco cause estranhamento hoje.

Mas, como é sabido, são muitas as formas de se matar uma pessoa. O indígena Tibira, ao ser assassinado, foi também condenado ao "não lugar", uma vez que, na visão de seus algozes, sua existência representava perigo aos valores da sociedade colonial. Com efeito, esta ideia, o "não lugar", parece ser o lugar por excelência onde a sociedade brasileira pretendeu depositar seus indígenas ao longo do tempo, através de um processo de limpeza étnica executado pelas doenças e pelas armas. Manuela Carneiro da Cunha, ao dissertar sobre as políticas indigenistas do estado brasileiro ao longo do século XIX, nos aponta para o fato de que os indígenas, ao ocuparem terras que seriam destinadas à colonização e um posto de mão de obra ancilar, se viam em uma encruzilhada entre o extermínio

[1] Sobre o processo de construção de uma perspectiva rácica da escravidão, ver: COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o libambo*: a África e a escravidão, de 1500 a 1700. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002, cap 25: "Escravo igual a negro". Para a continuidade deste processo durante o período de consolidação do capitalismo, ver: LOSURDO, Domenico. *Contra-História do liberalismo.* Aparecida: Ideias & Letras, 2006, cap 2: "Liberalismo e Escravidão Racial: um singular parto gêmeo". Para uma história da escravidão indígena no Brasil colonial, ver: MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

físico e o genocídio cultural da assimilação, consagrando a ideia do não lugar aos nativos na sociedade brasileira de então.

> Porque é fundamentalmente um problema de terras e porque os índios são cada vez menos essenciais como mão-de-obra, a questão indígena passa a ser discutida em termos que, embora não sejam inéditos, nunca haviam no entanto sido colocados como uma política geral a ser adotada. Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios "bravos", "desinfestando" os sertões – solução em geral propícia aos colonos – ou se cumpre civiliza-los e incluí-los na sociedade política – solução em geral propugnada por estadistas e que supunha sua possível incorporação como mão-de-obra. Ou seja, nos termos da época, se se deve usar de brandura ou de violência. Este debate, cujas consequências práticas não deixam dúvidas, trava-se frequentemente de forma toda teórica, em termos da humanidade ou animalidade dos índios.[3]

Devemos perceber que esta condenação histórica dos indígenas a um não lugar em nossa sociedade (e os indígenas aqui são apenas um exemplo) estende seus reflexos ao tempo presente. Sempre que naturalizamos sua ausência, somos tomados pelo estranhamento diante de sua presença ou corremos o risco de nos tornarmos indiferentes às tantas notícias de genocídio físico e/ou cultural. Há um exemplo que costumo apresentar para meus alunos na universidade, e que acredito, seja muito ilustrativo quanto a isso. Com efeito, durante todo o período em que fiz minha graduação em História (março de 1997- maio de 2002) não tive um colega indígena sequer. Mais do que isso, não lembro de ver um único indígena andando pelo campus, com exceção de uma oportunidade em que um pequeno grupo Guarani se dirigia para apresentar uma atividade cultural. E o que é pior: esta ausência em nenhum momento me causou estranhamento durante aqueles anos, porque, afinal, a universidade não era o lugar em que eu imaginava encontrar homens e mulheres indígenas. Meu olhar, ocidentalmente treinado, imaginava encontrá-los nas aldeias, vendendo artesanato pelas praças, ruas ou beira de estradas, ou ainda nos livros e nos noticiários de televisão.

O que foi necessário para que eu me desse conta do quanto esta exclusão era naturalizada para mim? Hoje, exerço minhas funções profissionais em uma

instituição que recebe um certo contingente de alunos indígenas a cada semestre e que possui um processo seletivo diferenciado para este grupo. Alguns tornam-se meus alunos e alunas. Mas mesmo a seleção especial por vezes não se mostra suficiente, afinal, as distâncias entre as aldeias e a instituição é longa, exigindo até cinco ou seis horas diárias de viagem incluindo o retorno. Alguns trabalham durante o dia nas indústrias da região, incluindo a indústria frigorífica. A dificuldade com o idioma é uma realidade para muitos, afinal o português não é a língua materna para estes alunos, e, principalmente, há uma notória dificuldade de entrosamento entre alunos indígenas e não indígenas, o que resulta em um isolamento daqueles em relação aos demais colegas.

Os motivos para este isolamento refletem, por óbvio, a forma como os indígenas são historicamente vistos na sociedade brasileira, afinal, tal postura não deixa de ser um instrumento de defesa diante do preconceito. Certa vez, uma aluna da instituição, questionada por mim como nós, não indígenas, somos vistos por eles, me contraquestionou, perguntando se eu realmente queria saber a verdade. Diante de minha afirmativa, ela respondeu: "Se o senhor quer saber mesmo professor, o que nós sentimos em relação a vocês é medo. Medo, pois sabemos de toda a violência, sabemos de todo o preconceito. Se o senhor quer mesmo saber professor, o que nós sentimos em relação a vocês é isso: medo".

Desvela-se, assim, parte do efeito excludente dos preconceitos que conformam a sociedade brasileira, e que condenam as ditas minorias a um "não lugar".

Tibira, o sodomita

Tibira, no entanto, pode ser pensado por meio de outra chave interpretativa: a da homossexualidade. Perseguido pela ideologia religiosa da inquisição, Tibira sofreu a perda do mais fundamental de todos os direitos: o direito à vida.

Que somos o país que mais assassina sua população LGBTQIAPN+ no mundo, não é nenhuma novidade.[II] Segundo o observatório do Grupo Gay da

[II] Sobre o assunto, vale conferir o excelente relatório "Mortes violentas de LGBT+ no Brasil", publicado pelo Observatório do Grupo Gay da Bahia para o ano de 2024, de onde foram tirados os dados apresentados neste parágrafo. O próprio relatório, porém, ressalta as questões metodológicas que levam à subnotificação

Bahia, somente em 2024, 291 pessoas foram vítimas de mortes violentas no Brasil em casos associados à homofobia e transfobia, números que indicam um aumento de mais de 8% em relação a 2023, quando foram registrados 257 casos. Se entre mulheres trans, travestis e transexuais os casos atingem especialmente profissionais do sexo, entre os gays a maioria dos mortos tinha como profissão, respectivamente, a docência, a atividade de cabeleireiro ou eram profissionais da área da saúde.

Os dados por si só são preocupantes, mas há questões que não podem ser ignoradas quando pensamos nestes números. Há que considerarmos que a atual guinada política que o mundo tem dado à direita tem tornado a vida dos homossexuais ainda mais insegura do que normalmente é. Com efeito, os discursos de ódio proferidos por lideranças políticas identificadas com o pensamento conservador mais feroz têm sistematicamente servido para fomentar a exclusão e para desmontar as estruturas de apoio que porventura o Estado pudesse ter para acolher as demandas desta população, inclusive no que se refere às políticas que visam proteger suas vidas.[III] E, na medida em que o Estado deixa de reconhecer a identidade de gênero destas populações, insistindo na ideia conservadora de validar tão somente a perspectiva do binarismo sexual, desmonta-se também as políticas de inclusão responsáveis por permitir o acesso de pessoas não binárias a todo um universo de possibilidades profissionais que tradicionalmente lhes são negadas devido às distintas faces do preconceito. Podemos pensar, neste sentido, no recente movimento feito por várias empresas multinacionais que encerraram políticas de inclusão tendo como justificativa o combate à chamada "cultura" ou "agenda woke".[IV] No mesmo sentido, o acesso ao ensino superior parece ser

dos casos de mortes violentas. Disponível em: https://grupogaydabahia.com.br/observatorio-da-violencia/. O mesmo endereço oferece relatórios sobre o tema desde o ano de 2011.

[III] Deve-se destacar aqui, a criação da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, pelo governo Luís Inácio Lula da Silva, em 2023, cuja secretária, Symmy Larrat, é a primeira travesti a ocupar um cargo de Secretária Nacional no Brasil. Em sentido contrário, conforme nota pública divulgada pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos em 11/07/2019, o governo Jair Bolsonaro (2019-2022) procurou extinguir o Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, por meio do Decreto 9.759, de 11/04/2019. Diante de decisão contrária do Supremo Tribunal Federal, o governo Bolsonaro procurou então "recriar" o Conselho, esvaziando suas prerrogativas e desconfigurando sua composição.

[IV] Uma rápida pesquisa pela internet oferece uma listagem de grandes empresas multinacionais que, a partir da volta de Donald Trump ao governo dos Estados Unidos em 2025, mudaram ou interromperam suas políticas de promoção da diversidade. Integram a lista empresas como: Amazon; Boeing; Bud Light;

igualmente um bom exemplo, especialmente no que se refere à histórica exclusão de travestis e pessoas trans dos bancos universitários[v]. Devo dizer aqui que, assim como indígenas, igualmente não tive colegas trans ou travestis ao longo de minha formação no ensino superior, tampouco os vi no ambiente universitário.

Façamos aqui um parêntesis para deixar claro do que estamos falando. O termo "woke" (e suas variações "cultura woke", "agenda woke"), que literalmente poderia ser traduzido por "acordou", foi um dos temas mais importantes na campanha que reelegeu Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos ao final de 2024. A expressão, que no campo político faria originalmente referência a uma ideia de conscientização social a respeito de pautas consideradas progressistas (Direitos Humanos, antirracismo, justiça social...) passou, a partir de uma apropriação pelo discurso político conservador, a representar um pretenso "movimento" que pretenderia afirmar uma "ditadura das minorias". Este movimento teria uma de suas faces mais visíveis através da atuação nas redes sociais (denotando o uso de estratégias contemporâneas de luta), e seria identificável através de uma estratégia de "cultura do cancelamento", expressa através de boicotes organizados ou semiorganizados contra pessoas ou instituições públicas ou privadas que tenham manifestado práticas ou opiniões que possam ser consideradas reprováveis. Assim, sob uma perspectiva conservadora, tal movimento, no extremo, colocaria em xeque o *status quo* ao levantar pautas identificadas com o multiculturalismo, com a inclusão social e os direitos da população LGBTQIAPN+.

Não surpreende, portanto, que diante da ascensão política da direita, muitas empresas multinacionais tenham abandonado programas de diversidade, equidade e inclusão, em nome de uma pretensa fidelidade a um público de per-

Deloitte; Disney; Ford; Google; Harley-Davidson; Jack Daniel's; John Deere; Mc Donalds; Meta; Target; Toyota; Tractor Supply; Victória's Secret e Wall Mart.

[v] Há poucos estudos que deem conta do percentual de pessoas trans na sociedade brasileira e nos bancos universitários. Uma pesquisa conduzida pela Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB-UNESP), em 2021, mostrou que 2% da população adulta brasileira se identificava como transgênera ou não binária. O mesmo estudo evidenciou a grande quantidade de pessoas trans que abandonam os estudos antes de completar a educação básica, em virtude do preconceito e, ao mesmo tempo, apresentou para este grupo uma expectativa de vida de 35 anos na cidade de São Paulo. In: https://revistapesquisa.fapesp.br/identidades-fluidas/. Acesso em 17/05/2025. Outra pesquisa feita pelo Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA/UERJ), em 2021, dava conta de que somente 0,3% dos estudantes das universidades federais do Brasil eram transgêneros. Cfe: https://gemaa.iesp.uerj.br/infografico/pessoas-trans-nas-universidades-federais-do-brasil/. Acesso em 17/05/2025.

fil conservador. Destarte, a promoção de ambientes de trabalho acolhedores e livres de práticas discriminatórias quanto às diferenças sucumbe diante de um discurso que privilegia os valores da meritocracia e do capitalismo liberal em sua essência mais selvagem, dados os vínculos existentes entre a lógica do mercado de trabalho e as dificuldades que as pessoas não binárias encontram para se colocar profissionalmente em uma realidade eivada de preconceitos. Sobre isto nos adverte Souza:

> Ao apreendermos a dinâmica capitalista é possível reconhecer a complexidade presente na inserção da população LGBT no mercado de trabalho, em razão das opressões estruturantes dessa sociabilidade. Identificar como, no capitalismo, os determinantes de classe, gênero, sexualidade e raça estruturam a classe trabalhadora e a divisão sexual do trabalho no que diz respeito à inserção de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no mundo do trabalho é um desafio que se coloca na atualidade aos estudiosos e estudiosas dessas temáticas.[4]

Todavia, o retrocesso promovido pela ascensão do pensamento de direita não é uma surpresa, posto que nada mais seja do que o resultado de tal ideologia. Até certo ponto surpreendente é perceber o quanto o ambiente acadêmico brasileiro tem se prestado a ecoar o discurso conservador, questionando as políticas afirmativas e legitimando o discurso meritocrático. Reforça-se aqui a ideia do não lugar, posto que o espaço de educação – especialmente o espaço da educação de nível superior – pode ser entendido como a última etapa na busca por uma inserção profissional qualificada e tudo o que isto signfica. Retoma-se assim a observação de Luiz Henrique Souza citada acima, destacando que para às pessoas não binárias que atingem o ensino superior no Brasil, coloca-se ainda uma última barreira, vinda da percepção da educação como um todo e do ensino acadêmico em especial como locais de privilégio. Analisando especificamente as políticas de inclusão de alunas e alunos trans no ensino superior brasileiro, Brume Iazzetti comenta:

> Embora ainda recentes, os poucos dados existentes referentes ao ingresso de estudantes trans via políticas afirmativas é provocativo na

> atenção a seus limites e desafios. Conforme observado a partir do trabalho de campo, nota-se que grande parte das pessoas trans na universidade se afirmam assim publicamente já inseridas nesse espaço, relatando em entrevistas as dificuldades enfrentadas na escola e no ambiente familiar. Por sua vez, segundo relatório do Instituto Brasileiro Trans de Educação (2019), temos que grande parte do corpo discente trans parou em algum momento os estudos, e cerca da metade estudam e trabalham, o que reforça um eixo específico de classe e o impacto do apoio (ou não) familiar nessas trajetórias. Esses dados resultam de desigualdades estruturais, principalmente de raça e classe, que afetam diferentemente e desigualmente pessoas trans – assim, "a" população-alvo dessas políticas se torna "uma" população, na medida em que seu acesso efetivo perpassa por uma dimensão interseccional de diferenças e desigualdades.[5]

Sem o entendimento do quanto fazemos da vida cotidiana e dos espaços educativos locais de privilégio, seguiremos condenando-nos, enquanto sociedade, a reproduzir as estatísticas de mortes violentas da população LGBTQIAP+, a reduzi-los enquanto "profissionais da beleza ou do sexo", ou ainda a fechar as portas do sistema de ensino em suas caras sob o argumento de que "não há vagas".

Tibira, o homem comum

Tibira não foi amarrado à boca do canhão somente por ser indígena e possuir uma sexualidade desviante. Tibira também compunha o imenso grupo das pessoas comuns, desprovidas tanto de recursos quanto de influência junto aos poderes da época. Em outras palavras, Tibira compunha o imenso universo de seres humanos que jamais entrariam para a História se não fosse o acaso de ser citado em algum documento que, restando perdido nos escaninhos da burocracia, testemunhasse sobre sua existência. Nesta condição, por paradoxal que seja, Tibira ocupava um não lugar em seu tempo que era, também, um lugar, e ninguém, em sã consciência, esperaria que em sua vida ele viesse a ultrapassar as barreiras impostas à sua figura.

Talvez aqui esteja uma das maiores simbologias possíveis a ser resgatada da figura de Tibira: o fato de ele ser preso a um determinado lugar social, sem a

possibilidade de romper com as amarras que lhe condenavam a tal posição. Podemos, com efeito, questionar até que ponto somos historicamente um país feito de Tibiras, condenados a ocupar lugares em uma sociedade de castas informais consolidadas por uma ideologia fundamentada na meritocracia e na manutenção dos privilégios. Uma das melhores obras contemporâneas a trazer este problema não vem da produção acadêmica, sempre tão apegada aos seus cânones, mas da literatura. Trata-se de "Os Supridores", romance de José Falero que narra a tentativa desesperada de um trabalhador jovem para romper com as estruturas que lhe prendem a um determinado lugar social. Nesta obra, Falero, ele próprio um ex-trabalhador de uma rede de supermercados e morador da periferia de Porto Alegre, traz inúmeras reflexões sobre os limites colocados à ascensão social dos menos favorecidos. Não se trata, com efeito, de equiparar o relato literário ao relato histórico (ambos possuem objetivos específicos), mas de entender o quanto a literatura pode nos oferecer pistas valiosas sobre nossa história e nosso cotidiano. Veja-se o trecho seguinte:

> Enquanto se arrastava de má vontade para o ponto de ônibus, Pedro pensou consigo mesmo, mais uma vez, que tinha que dar um jeito de ficar rico. Essa ideia andava atormentando-o muito ultimamente, e ele já estava achando que jamais ficaria em paz se não realizasse o sonho. Seus bisavós tinham sido pobres a vida inteira, seus avós tinham sido pobres a vida inteira, seus pais tinham sido pobres a vida inteira: até onde iria isso? Se era verdade que a riqueza, ou pelo menos uma vida digna, podia ser alcançada com muito trabalho e dedicação, então o que estava acontecendo? Ele tinha dado o azar de nascer numa família de grande tradição na vadiagem? Era essa a explicação para a pobreza em que vinha derramando-se seu sangue através dos tempos? Gerações e gerações de preguiçosos que mereceram as condições humilhantes em que nasceram e viveram? Não, claro que não. Todos os seus ancestrais tinham trabalhado muito ao longo da vida, tinham pertencido à classe social que mantinha a merda do país funcionando, e se sempre foram pobres, era porque devia haver alguma coisa errada... O erro deles talvez tivesse sido respeitar demais a lei... Tudo bem: o ciclo de pobreza terminaria nele: *ele* se tornaria rico. Como? Isso não importava. Ou importava? Suspirou longamente, amofinado.[6]

Poucos devem ser os parágrafos acadêmicos que, com tanta concisão, desvelam a característica hereditária da exclusão social no Brasil. De fato, como afirma Sérgio Buarque de Holanda, vivemos em uma sociedade em que a democracia sempre foi um mal entendido, fazendo com que o liberalismo jamais se naturalizasse.[7] Ao privilegiar a pessoalidade na manutenção das estruturas sociais, geramos famílias que se confundem com dinastias ao mesmo tempo em que persistem entre nós os traços vivos da economia escravocrata. E, para romper com isso, precisamos de políticas públicas que nunca são bem vindas aos olhos dos setores mais conservadores da sociedade.

Um exemplo notório é a reação negativa de muitos brasileiros – inclusive pobres – ao Programa Bolsa Família. Das bocas conservadoras que desconhecem a fome, o argumento central é o de que o programa nada mais é do que uma "doação" de dinheiro público para pessoas que não querem trabalhar e que ganharão mais do erário à medida que mais filhos tiverem. Além de preconceituoso e rasteiro, tal argumento é um monumento ao discurso meritocrático mais deslavado, posto que tal fala oculta, propositalmente, o detalhe principal de um programa social desta magnitude: seu poder de romper com ciclos familiares de pobreza a partir da exigência de **matrícula e frequência de crianças e adolescentes nas escolas**. Em outras palavras, por trás da oposição à distribuição de renda, oculta-se à contrariedade a um projeto que aponta a educação como caminho para superar as barreiras que prendem gerações de famílias à miséria e à fome como se estas fossem a boca de um canhão.

> As condicionalidades do Programa Bolsa Família proporcionaram às famílias o acesso a serviços básicos de educação, saúde e assistência social, o que demandou uma articulação intersetorial institucional, sendo necessária uma parceria com estados e municípios para sua execução. Com o CadÚnico, o programa atingiu 13,8 milhões de beneficiários. Sua eficácia é checada pelo cruzamento de dados informados pelos beneficiários com os registros administrativos do Governo Federal, e comprovam que os resultados esperados foram alcançados com baixo custo para os cofres públicos (...). O acesso ao Programa Bolsa Família está sujeito ao cumprimento, pelas famílias beneficiárias, de suas condicionalidades e da regularização regular dos dados cadastrais. As principais

> condições dizem respeito ao envio dos filhos à escola e o acompanhamento nutricional e de saúde. Dessa forma, o Programa promove um impacto direto no acesso às escolas da rede pública de ensino e na saúde das famílias atendidas.[8]

Perceba-se, neste sentido, que a também corriqueira oposição do discurso meritocrático à existência de políticas de ações afirmativas – como as tradicionais cotas – para o preenchimento de vagas em universidades e concursos públicos se constitui em uma verdadeira continuidade do combate à inclusão social promovida por programas como o Bolsa Família. Se, em relação a este, objetiva-se vedar o caminho da ascensão social através da manutenção da insegurança alimentar e da não presença de crianças e adolescentes de extração mais carente nos bancos escolares, busca-se, por outro, barrar a entrada de um maior contingente de alunos que tenham uma origem social humilde nos bancos universitários das instituições públicas. Trata-se, afinal, de não contemplar a criança com o Bolsa Família hoje para não fazer dela a cotista de amanhã.

Esta parece ser, com efeito, uma das características mais perenes de nossa brasilidade, verdadeira tradição nacional oriunda do segmento social que Jessé de Souza tão bem denominou de "Elite do Atraso", e cujo pensamento, pelo seu poder de ideologia, converte-se em senso comum entre as classes médias e mesmo entre segmentos dos grupos menos favorecidos. Dentre nós, tornou-se frequente a ideia de que os excluídos de toda natureza sejam condenados a um "não lugar" na sociedade, tendo sua existência permitida apenas quando ocupando o lugar daqueles que existem para servir – aquilo que o mesmo Jessé de Souza classificou de "batalhadores". Aos menos favorecidos, aos desviantes, aos rebeldes, a materialização do Estado não deve ir além do mínimo que, tal qual o salário, garanta a reprodução de sua força de trabalho. Inexistindo as pontes que possibilitem a ascensão social, assegura-se a estagnação dos ocupantes nos lugares de privilégio e servidão, cujas raízes remontam aos tempos coloniais. O diagnóstico de Sergio Buarque de Holanda segue, portanto, atual: o liberalismo entre nós nunca se completou enquanto sistema, permanecendo antes como um conjunto de discurso e prática que visa a manutenção de poderes e privilégios.

> As classes do privilégio exploram esse exército de pessoas disponíveis a fazer de quase tudo. Desde o motoboy que entrega pizza; ao lavador de carros; ao trabalhador que carrega a mudança nas costas; a prostituta pobre que vende seu corpo para sobreviver; ou o exército de serviçais domésticos que fazem a comida e cuidam dos filhos da classe média e alta, que assim pode se dedicar a estudos ou trabalhos mais rentáveis. É esse tempo "roubado" de outra classe que permite reproduzir e eternizar uma relação de exploração que condena uma classe inteira ao abandono e à humilhação, enquanto garante a reprodução no tempo das classes do privilégio. "Luta de classe" não é apenas a "greve sindical", ou a revolução sangrenta nas ruas que todos percebem. Ela é, antes de tudo, o exército silencioso da exploração construída e consentida socialmente.[9]

Voltamos, assim, à citação de Marx e Engels presente no começo deste texto. Em um mundo de identidades que se afirmam e/ou que se apresentam como novas, novas também devem ser as condições de opressão, ainda que suas ferramentas – a exclusão, o preconceito, o silenciamento – sejam tão velhas quanto os privilégios que defendem.

Revela-se assim a característica efetivamente marcante de nossa sociedade: dentre nós e ainda hoje, o acesso aos direitos, mesmo os que poderíamos considerar mais básicos, costumam estar associados à uma série de fatores tais como condições financeiras, lugar social, cor da pele ou orientação sexual. As continuidades existentes no que se refere à opressão contra os excluídos de nossa História e as violências do presente (a violência policial contra as comunidades pobres das grandes cidades, os números de assassinatos violentos envolvendo a população LGBTQIAP+ que nos assombram a cada ano, ou ainda a violência contra indígenas e pequenos camponeses envolvendo disputas por terras) são apenas parte de uma dura realidade, mas se naturalizam perigosamente em nosso cotidiano. Mudanças por certo não são fáceis, mas efetivamente não virão sem políticas públicas que promovam a inclusão, o respeito e a dignidade. Enquanto assim não for, infelizmente, muito mais simbólico de nossa nacionalidade do que a figura de Tibira continuará sendo o canhão que lhe despedaçou o corpo.

Perdão, Tibira!

Gostaria de terminar este texto voltando à cena inicial, pois acredito que há algo que ficou em aberto naquela narrativa. Com efeito, em que pese meu estranhamento e minha discordância em relação à postura da diretora do turno, bem como da imagem ter ficado gravada em minha memória, eu, naquele momento, não questionei a resposta que recebi. Talvez pela minha inexperiência (eu era então um educador com menos de um ano de profissão), talvez pela naturalização dos lugares sociais que eu carregasse dentro de mim, eu acabei por aceitar a resposta, ainda que não concordasse com ela. Passados já muitos anos, devo admitir que relembro aquela cena não somente como um aprendizado, mas também com uma sensação de vergonha tatuada a ferro na alma. Hoje, percebo o quanto minha reação passiva se confundiu com omissão, e o quanto omissões desta natureza se somam para condenar pessoas a um não lugar social, limitando seu acesso aos direitos mais básicos e mesmo à possibilidade de, talvez, alongar sua expectativa de vida.

Desta forma, creio que seja necessário que nos perguntemos até que ponto seguimos, cotidianamente, amarrando Tibira à boca do canhão. Creio ainda que a resposta sincera passe necessariamente pela forma com que entendemos o poder transformador das políticas públicas e da educação, não de uma forma abstrata, mas enquanto ferramentas efetivas para a construção de um mundo onde o acesso aos direitos humanos, incluído aí o direito à Educação, não seja algo à mercê de subjetividades ou preconceitos.

Notas finais

[1] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O Manifesto Comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1997, p. 9.

[2] MOTT, Luiz. A inquisição no Maranhão. In: *Revista Brasileira de História***.** São Paulo: Anpuh, Vol. 14, nº 28, 1994, p. 62.

[3] CUNHA, Manuela Carneiro da. Política indigenista no Brasil no século XIX. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). *História dos índios no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p 134.

[4] SOUZA, Luiz Henrique Braúna Lopes de. *Trabalho e diversidade sexual e de gênero: dilemas entre a inserção econômica e social no mercado de trabalho e as estratégias de sobrevivência da população LGBT.* In: *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura***.** Cuiabá: UFMT, Vol 3, nº 10, 2020, p, 262.

[5] IAZZETTI, Brume Dezembro. *Políticas institucionais voltadas à população trans no ensino superior público brasileiro e alguns de seus limites e desafios.* In: FREITAS; Eliane; PINTO, Rhanielly; ZANOLI, Vinícius. (Org.). *Cultura, política, sexualidade e gênero na América Latina*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022, p. 109.

[6] FALERO, José. *Os supridores***.** São Paulo: Todavia, 2020, p 23-24.

[7] HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 160.

[8] ORTIZ, Lucio Rangel Alves; CAMARGO, Regina Aparecida Leite. *Breve histórico e dados para análise do Programa Bolsa Família.* In*: II Seminário Internacional de Pesquisa em Políticas Públicas e Desenvolvimento Social (II SIPEDES):* Anais. Franca: Unesp, 2016, p, 7-8.

[9] SOUZA, Jessé. *Brasil dos humilhados:* uma denúncia da ideologia elitista**.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022, p. 218.

V

Nós contra eles:
o papel da retórica bolsonarista na produção do inimigo interno

Larissa Julia Paludo

É comum que a Nação, em alguns momentos mais do que em outros, seja objeto de disputa retórica. Foi o que se viu acontecer no cenário brasileiro da segunda década do século XXI, no Brasil. A partir de 2013, com as manifestações inicialmente motivadas pelo aumento das tarifas de transporte, emergiu um ciclo de protestos que rapidamente incorporou uma diversidade de pautas — algumas de caráter progressista, outras de orientação conservadora. Esses movimentos, ainda que heterogêneos, evidenciaram um descontentamento generalizado com a política institucional.

Nos anos seguintes, a crise econômica, a intensificação das denúncias de corrupção — especialmente a partir da Operação Lava Jato — e o desgaste das lideranças tradicionais alimentaram um clima de instabilidade. O impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, não apenas alterou a composição do governo, como também cristalizou a divisão política em campos opostos. Símbolos nacionais, como a bandeira, as cores verde e amarelo e a camisa da seleção brasileira, passaram a ser apropriados por setores que se autodefinem como defensores da "verdadeira Nação", associando-os a um projeto político específico.

Nesse ambiente, Jair Messias Bolsonaro, deputado federal por sete mandatos consecutivos e militar da reserva, emergiu como figura central de uma

narrativa conservadora e de forte apelo nacionalista. Seu discurso combinava elementos do anticomunismo tradicional, heranças ideológicas da Doutrina de Segurança Nacional e um repertório de pautas morais e de costumes. A retórica "nós contra eles" tornava-se uma marca, estabelecendo fronteiras simbólicas entre "brasileiros de verdade" e supostos inimigos internos.

Assim nasce uma pesquisa acadêmica

Foi nesse contexto que, em março de 2018, um episódio específico despertou a inquietação que resultou nesta pesquisa. Na condição de repórter, participei da cobertura da Caravana do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo interior do Rio Grande do Sul. A agenda previa, na manhã do dia 23, a participação de Lula e da ex-presidenta Dilma Rousseff em um café da manhã em Ronda Alta, município vizinho a Passo Fundo. O clima no local era festivo: famílias receberam a comitiva com alimentos preparados, abraços e palavras de incentivo. A atmosfera era de acolhimento e apoio político.

No entanto, ao retornar para Passo Fundo, o cenário mudou radicalmente. A rodovia de acesso estava bloqueada por tratores, caminhonetes e pneus incendiados. Um grupo expressivo de manifestantes, muitos vestidos com camisetas da seleção brasileira, portando bandeiras do Brasil e imagens de Bolsonaro, impedia a passagem da Caravana. A hostilidade não se dirigia apenas às figuras políticas, mas também à imprensa. Profissionais foram alvo de vaias, xingamentos e até de ovos atirados contra seus equipamentos. O ato, organizado para impedir a entrada de Lula na cidade, resultou no cancelamento do evento previsto para Passo Fundo.

A intensidade da reação e a simbologia presente nos gestos e indumentária dos manifestantes revelavam algo mais profundo do que simples discordância política. Tratava-se da demarcação de um território simbólico, no qual determinados sujeitos — por sua filiação política ou ideológica — não eram reconhecidos como legítimos membros da comunidade local. O "outro" político era reposicionado como ameaça, e a exclusão se apresentava como ato legítimo de defesa.

Esse episódio, ao evidenciar a naturalização da exclusão do adversário político, motivou a formulação da pergunta central da minha pesquisa de mestrado[1]: como o discurso político de Jair Bolsonaro constrói a figura do "inimigo interno" e quais sentidos atribui a esse outro?

A questão parte do pressuposto de que a linguagem não apenas descreve a realidade, mas também a produz, estabelecendo fronteiras simbólicas que definem quem pertence e quem deve ser excluído de uma determinada comunidade. A construção do inimigo interno, nesse sentido, não é apenas uma estratégia retórica, mas uma prática política que impacta diretamente a convivência democrática.

O conceito de *alteridade* — entendido como a relação com o outro, reconhecendo-o como sujeito legítimo — é central para a análise. Quando essa relação é substituída pela lógica amigo/inimigo, o espaço público se estreita, e a pluralidade política é comprometida. A investigação, portanto, busca compreender de que maneira os discursos de Bolsonaro mobilizam elementos do nacionalismo e de heranças autoritárias para produzir e legitimar essa exclusão.

As reflexões que seguem são fruto da minha dissertação de mestrado, cujo objetivo geral foi analisar as representações de alteridade nos discursos de Jair Bolsonaro, identificando como a figura do "inimigo interno" é construída e quais recursos discursivos sustentam essa construção. Na pesquisa, o recorte foi feito a partir de discursos e entrevistas concedidas por Jair Bolsonaro durante o período de sua campanha presidencial de 2018 e no início de seu governo. Contudo, como a proposta aqui é trazer reflexões, optei por não reproduzir as falas, com objetivo de não alongar o texto em demasia.

Analisar essas manifestações de opinião são fundamentais na medida em que esses discursos são práticas sociais que moldam percepções, justificam ações e influenciam políticas. Em um contexto de polarização intensa, identificar e analisar os mecanismos de produção discursiva do inimigo interno é passo essencial para fortalecer o diálogo democrático e resistir a tendências autoritárias.

A seguir, o diálogo avança a partir de conceitos de nacionalismo, identidade, alteridade e a Doutrina de Segurança Nacional, a base teórica para a análise dos discursos de Jair Messias Bolsonaro. Na sequência, desenvolve-se a análise dos discursos com a identificação das formações discursivas que estruturam a construção do inimigo interno.

As engrenagens do nacionalismo

O nacionalismo é, simultaneamente, uma ideologia, um movimento político e um conjunto de práticas sociais e culturais voltadas para a construção e a preservação da Nação. Longe de ser um sentimento espontâneo ou um dado natural, trata-se de uma invenção histórica que ganha forma na modernidade. Hobsbawm (2013)[2] situa seu surgimento no final do século XVIII, vinculado ao processo de formação dos Estados modernos e ao fortalecimento da ideia de soberania popular, que substituiu o vínculo de lealdade a um monarca pelo pertencimento a uma comunidade política abstrata: a Nação.

Já Benedict Anderson (2008)[3], em sua formulação clássica, descreve a Nação como uma comunidade imaginada. Imaginada, porque, mesmo em comunidades compostas por milhões de pessoas que jamais se conhecerão, persiste a percepção de fraternidade e destino comum. Essa imaginação é sustentada por mecanismos culturais e políticos — a imprensa, a escola, os rituais cívicos — que difundem narrativas históricas, símbolos e mitos fundadores. Para Anderson, a disseminação de línguas vernáculas impressas foi decisiva para criar um espaço de comunicação e identificação que atravessava barreiras regionais e integrava populações diversas.

Gellner (1983)[4] oferece outra chave de leitura ao vincular o nacionalismo às transformações estruturais da industrialização. Para ele, a modernidade exige uma homogeneização cultural que permita a integração econômica e administrativa de populações heterogêneas. Nesse sentido, o nacionalismo é mais uma consequência do Estado moderno do que sua causa. Surge para legitimar um aparato político e econômico que precisa se apresentar como expressão da vontade coletiva.

Essas interpretações convergem ao destacar que a Nação é um artefato histórico, produto de condições específicas, e não uma entidade eterna ou natural. Isso significa que o nacionalismo pode assumir múltiplas formas, dependendo das forças sociais, dos contextos políticos e das disputas culturais que o moldam.

Um dos eixos clássicos de diferenciação conceitual no estudo do nacionalismo é a oposição entre nacionalismo cívico e nacionalismo étnico (GELNER, 1983). O primeiro, geralmente associado a experiências como a francesa e a norte-americana, define a pertença à Nação a partir de critérios políticos e jurídicos

— como cidadania, adesão a valores e instituições —, independentemente da origem étnica ou cultural. Já o segundo, mais vinculado a exemplos da Europa Central e Oriental, fundamenta a identidade nacional em elementos "objetivos" como etnia, língua, religião ou ascendência, tratando-os como marcas de pertencimento inalteráveis.

Embora essa distinção seja útil para a análise, na prática as fronteiras entre os dois modelos não são rígidas. Muitos nacionalismos combinam aspectos cívicos e étnicos, articulando elementos jurídicos, culturais e simbólicos na definição de quem pertence à comunidade nacional.

Outro critério relevante para analisar o nacionalismo é sua relação com a diferença interna. Autores como Hall (2019)[5] e Woodward (2014)[6] mostram que nacionalismos inclusivos reconhecem a pluralidade cultural, étnica, religiosa e política como parte integrante da Nação. Já os nacionalismos excludentes buscam homogeneizar a identidade nacional, tratando a diversidade como ameaça à coesão interna.

O nacionalismo excludente tende a operar por meio de uma lógica binária: "nós" — os verdadeiros representantes da Nação — contra "eles" — os que não partilham dos mesmos valores, símbolos e projetos políticos. Essa polarização não apenas marginaliza minorias culturais ou étnicas, mas também transforma adversários políticos em inimigos internos, como veremos no caso brasileiro contemporâneo.

O caso brasileiro: peculiaridades históricas

No Brasil, o nacionalismo se construiu a partir de uma realidade singular, marcada pela colonização portuguesa, pela escravidão e pela tardia independência formal. Diferentemente de muitos países europeus, o Brasil não passou por guerras nacionais unificadoras, mas por um processo de independência negociado, que manteve a estrutura monárquica e grande parte das elites coloniais no poder. Isso contribuiu para um nacionalismo estatal, promovido "de cima para baixo", que buscava integrar um território extenso e heterogêneo sem romper com a hierarquia social existente.

Durante a Primeira República (1889–1930), o nacionalismo foi frágil e fragmentado, coexistindo com identidades regionais fortes e com a exclusão política de amplos setores da população. Foi no Estado Novo de Getúlio Vargas (1937–1945) que o nacionalismo ganhou força como ideologia oficial, articulando-se com políticas de industrialização, centralização do poder e promoção de símbolos nacionais como instrumentos de unificação.

Na ditadura civil-militar (1964–1985), o nacionalismo foi novamente mobilizado pelo Estado, desta vez articulado à Doutrina de Segurança Nacional e a um projeto desenvolvimentista autoritário. A ideia de "Brasil: ame-o ou deixe-o" expressava a fusão entre patriotismo e lealdade ao regime, associando a dissidência política à traição nacional.

No Brasil do século XXI, o nacionalismo foi reatualizado em um contexto de globalização, crises econômicas e polarização política. Símbolos nacionais como a bandeira e a camisa da seleção brasileira, que antes tinham caráter unificador, passaram a ser apropriados por movimentos políticos específicos, sobretudo a partir das manifestações de 2013 e do processo de impeachment de Dilma Rousseff em 2016.

Essa apropriação simbólica está no cerne de um nacionalismo excludente, que define os "verdadeiros brasileiros" não por critérios de cidadania, mas por adesão a um conjunto específico de valores e narrativas políticas. Aqueles que não compartilham dessa visão são frequentemente rotulados como inimigos da pátria, reforçando a lógica binária que reduz o espaço para a alteridade e para a convivência democrática.

No discurso de Jair Bolsonaro, esse nacionalismo se articula com elementos militares, religiosos e morais, atualizando heranças discursivas da Doutrina de Segurança Nacional. A Nação é apresentada como uma entidade ameaçada, cujo resgate exige a eliminação — simbólica ou material — de inimigos internos, que vão desde adversários políticos até defensores de pautas como direitos humanos e igualdade de gênero.

Identidade, diferença e alteridade

A identidade, no campo dos estudos culturais, não é concebida como algo fixo ou essencial, mas como um processo em constante construção. Stuart Hall (2019) enfatiza que as identidades são formadas ao longo do tempo, em contextos históricos e sociais específicos, e permanecem sempre abertas à transformação. Elas não correspondem a uma essência imutável, mas a posições que os sujeitos assumem em meio a discursos, práticas e relações de poder.

Nesse sentido, a identidade é sempre relacional: só é possível definir "quem somos" a partir da distinção em relação ao "outro". Kathryn Woodward (2014) destaca que a diferença não é externa ou acidental, mas constitutiva da identidade. É pela marcação da diferença que as fronteiras do pertencimento são estabelecidas. Assim, o reconhecimento do outro não é uma etapa posterior, mas uma condição de possibilidade para a própria identidade.

A alteridade emerge desse processo de construção relacional. Reconhecer a alteridade significa reconhecer que a existência do outro é indispensável para a definição de quem somos. No entanto, esse reconhecimento não ocorre de maneira neutra: ele é atravessado por relações de poder que determinam quais identidades são legitimadas e quais são marginalizadas ou excluídas. Assim, a diferença pode ser vivida tanto como diversidade a ser valorizada quanto como ameaça a ser eliminada.

No âmbito político, essa dinâmica se torna particularmente relevante. Quando a diferença é vista como legítima, abre-se espaço para a convivência entre posições distintas, ainda que em disputa. Quando, ao contrário, a diferença é interpretada como inimiga, a alteridade é negada e o outro é colocado fora da comunidade simbólica. Nesse processo, a fronteira entre adversário e inimigo se desfaz, e a divergência política passa a ser tratada como traição à identidade coletiva.

Dessa forma, a análise das construções discursivas contemporâneas deve considerar que a identidade nacional não é um dado pronto, mas resultado de disputas constantes sobre quem pode ou não ser reconhecido como parte legítima da Nação. A negação da alteridade, nesse contexto, significa a exclusão de sujeitos e grupos do espaço de pertencimento, transformando a diferença em um marcador de exclusão política e simbólica.

Doutrina de Segurança Nacional e o inimigo interno

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) constituiu o principal arcabouço ideológico e estratégico que sustentou a ditadura civil-militar instaurada no Brasil em 1964. Originada a partir da influência norte-americana durante a Guerra Fria, especialmente via Escola das Américas e manuais militares estadunidenses, a DSN reinterpretou o conceito de defesa nacional, deslocando seu foco das ameaças externas para aquelas oriundas do interior da própria sociedade. Essa mudança conceitual foi fundamental para legitimar a repressão política contra opositores internos.

No contexto da Guerra Fria, as disputas geopolíticas entre Estados Unidos e União Soviética estimularam a difusão de estratégias militares que enfatizavam a prevenção e o combate à "subversão interna". A DSN brasileira apropriou-se dessas ideias e as adaptou ao cenário nacional, incorporando concepções desenvolvimentistas e anticomunistas.

Segundo Jorge Tapia Valdés (1980)[7], a DSN definia segurança nacional como "a condição que permite ao país preservar sua soberania, integridade territorial e objetivos nacionais contra toda ameaça, interna ou externa". Essa definição ampla e ambígua permitia enquadrar como ameaça não apenas ações militares de potências estrangeiras, mas também movimentos sociais, greves, manifestações culturais e qualquer forma de oposição política.

Alain Rouquié (2015)[8] observa que, ao adotar essa perspectiva, o regime militar brasileiro transformou a política interna em uma extensão da guerra, na qual o inimigo podia ser um compatriota. O conceito de "inimigo interno" passava a englobar indivíduos ou grupos identificados como contrários ao projeto político-ideológico do Estado.

A noção de inimigo interno era propositalmente vaga, permitindo uma flexibilidade que tornava qualquer divergência potencialmente subversiva. Maria Helena Moreira Alves (1984)[10] descreve como a DSN incorporava um mecanismo de criminalização preventiva: não era necessário que um indivíduo cometesse um ato violento para ser considerado ameaça; bastava que fosse associado a ideias ou movimentos considerados perigosos.

Essa construção discursiva produzia efeitos concretos: ela autorizava a vigilância constante da sociedade, justificava a censura à imprensa e legitimava a repressão violenta contra movimentos estudantis, sindicatos, partidos e organizações da sociedade civil. O combate à "subversão" transformou-se, assim, em justificativa para restringir liberdades civis e concentrar o poder político.

A DSN não se limitava a estratégias militares ou políticas repressivas; ela também possuía uma dimensão cultural e simbólica. O regime militar promoveu uma pedagogia patriótica que buscava alinhar a população aos valores oficiais do Estado, por meio da educação moral e cívica, da promoção de símbolos nacionais e da difusão de slogans como "Brasil: ame-o ou deixe-o".

Essa pedagogia reforçava a ideia de que a lealdade à Nação se confundia com lealdade ao regime. O "bom brasileiro" era aquele que apoiava o governo e rejeitava qualquer forma de crítica que pudesse "enfraquecer" o país. Nesse contexto, discordar do regime não era apenas um ato político: era um ato de traição.

Embora o regime militar tenha terminado formalmente em 1985, a lógica da DSN deixou marcas duradouras no imaginário político brasileiro. A ideia de que a Nação está em constante ameaça interna reaparece periodicamente em discursos políticos, especialmente em momentos de crise ou instabilidade.

Nos últimos anos, essa lógica foi reatualizada, deslocando o foco do inimigo interno do "comunista" tradicional para novas categorias, como "ideólogos de gênero", defensores de direitos humanos, ambientalistas e opositores políticos de forma geral. Essa ampliação das categorias de inimigos permite que a retórica da ameaça seja constantemente mobilizada, legitimando práticas excludentes e autoritárias.

No discurso de Jair Bolsonaro, a herança da DSN é perceptível tanto nos conteúdos quanto na forma. A associação de adversários políticos à destruição da pátria, a exaltação das Forças Armadas como guardiãs da ordem e a apropriação de símbolos nacionais como marcadores de pertencimento reproduzem elementos centrais da doutrina. Além disso, a ênfase na necessidade de "neutralizar" inimigos internos, ainda que de maneira metafórica, ecoa a retórica militar de combate permanente à subversão.

Essa atualização da DSN para o contexto democrático é particularmente perigosa porque atua na esfera simbólica, naturalizando a ideia de que a Nação

está sempre sob ameaça e que essa ameaça está entre nós. Ao fazer isso, fragiliza-se o reconhecimento da alteridade e fortalece-se a disposição para aceitar medidas de exceção, mesmo em regimes formalmente democráticos.

Jair Bolsonaro: trajetória política e construção de imagem

Jair Messias Bolsonaro nasceu em 1955, em Glicério, interior de São Paulo, e ingressou na carreira militar ainda jovem, estudando na Escola Preparatória de Cadetes e, posteriormente, na Academia Militar das Agulhas Negras[9]. Serviu como oficial do Exército até o final dos anos 1980, quando iniciou sua trajetória política. Sua passagem pelas Forças Armadas foi marcada por episódios controversos, incluindo uma punição por indisciplina e acusações de planejar atos de protesto contra as condições salariais dos militares, o que o levou a ganhar notoriedade na imprensa da época.

Em 1988, Bolsonaro elegeu-se vereador do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão (PDC), migrando para a Câmara dos Deputados em 1991, onde permaneceu por sete mandatos consecutivos. Ao longo de quase três décadas como deputado federal, apresentou um número reduzido de projetos de lei aprovados, mas construiu sua visibilidade pública por meio de discursos polêmicos e declarações que desafiavam consensos políticos e sociais. Sua retórica incluía a defesa da ditadura militar (1964–1985), a exaltação de figuras ligadas ao regime, a oposição a políticas de direitos humanos, a rejeição a pautas ambientais e a promoção de posições abertamente machistas, racistas e homofóbicas.

Até meados da década de 2010, Bolsonaro era considerado um político marginal, com presença restrita a nichos ideológicos e pouco espaço nos grandes meios de comunicação. Essa condição começou a mudar com a ampliação das redes sociais como arena política e com o aumento da polarização no Brasil, especialmente após as manifestações de 2013 e o processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

A partir desse contexto, Bolsonaro construiu uma imagem de outsider político, apesar de sua longa trajetória parlamentar. Essa imagem foi sustentada por três eixos principais:1 - Antissistema político: apresentava-se como alguém de

fora da "velha política", crítico dos partidos tradicionais e das negociações parlamentares, mesmo tendo atuado no Congresso por quase 30 anos; 2 - Defesa da moral conservadora: associava-se à defesa da "família tradicional", à oposição à chamada "ideologia de gênero" e à valorização de pautas religiosas alinhadas a setores do cristianismo evangélico e católico conservador; 3 - Exaltação do nacionalismo militar: mobilizava símbolos e discursos ligados às Forças Armadas, à disciplina e à ordem, utilizando o passado militar como credencial para liderar a "defesa" da Nação.

A campanha presidencial de 2018 reforçou esses elementos, articulando-os a uma estratégia de comunicação centrada nas redes sociais, especialmente WhatsApp, Facebook, Instagram e Twitter (atual X). Bolsonaro cultivou uma relação direta com seu público, minimizando a mediação da imprensa tradicional, que frequentemente criticava. Esse contato direto não apenas fortalecia o vínculo com sua base, mas também permitia a disseminação rápida de mensagens, muitas vezes simplificadas, emotivas ou polêmicas.

Sua vitória em 2018 representou, para seus apoiadores, a possibilidade de "resgatar" o país de uma suposta ameaça comunista e de valores progressistas. Para seus opositores, significou a ascensão de um projeto autoritário com riscos concretos à democracia. Essa dualidade reforça o papel central que a construção do "inimigo interno" desempenha em sua retórica. Que é o que se aborda na sequência, com a análise das formações discursivas.

A existência do inimigo interno

A primeira formação discursiva identificada nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro é a da existência de um inimigo interno que ameaça a Nação. Esse inimigo, embora varie de nome e foco conforme o contexto, mantém características recorrentes: é difuso, interno ao território brasileiro, e associado à corrupção, à degradação moral e ao enfraquecimento da soberania. Nos discursos analisados, essa figura assume rótulos como "comunistas", "esquerdistas", "ideólogos de gênero" ou "petistas" — categorias amplas que permitem enquadrar uma diversidade de atores sob uma mesma lógica de ameaça.

A construção desse inimigo não é inédita na história política brasileira. Como visto no referencial teórico, ela remete à Doutrina de Segurança Nacional, que já deslocava o foco das ameaças externas para a suposta infiltração interna. O que Bolsonaro faz é atualizar essa lógica para o contexto do século XXI, incorporando novos alvos discursivos e conectando-os a pautas culturais e morais. Assim, defensores de políticas ambientais, militantes de direitos humanos e críticos de seu governo podem ser integrados à mesma categoria de ameaça, ainda que não compartilhem entre si os mesmos objetivos ou práticas.

A eficácia dessa construção discursiva está na sua elasticidade semântica. Por ser vaga, a noção de "inimigo interno" pode ser expandida ou contraída de acordo com a conveniência política do momento. Isso permite a Bolsonaro mobilizar sua base em torno de causas pontuais, ao mesmo tempo que mantém ativa uma percepção de perigo constante. Essa percepção é reforçada pelo uso de linguagem bélica e de metáforas de combate: "guerra", "luta do bem contra o mal", "missão", "defesa da pátria".

Além disso, o inimigo interno é caracterizado não apenas como um opositor político legítimo, mas como alguém que busca destruir a Nação "por dentro". Essa transformação do adversário em traidor ou corruptor moral desloca o conflito do campo da política para o campo da sobrevivência nacional, justificando — no plano simbólico — medidas excepcionais para contê-lo. A disputa deixa de ser sobre programas de governo ou projetos de sociedade e passa a ser uma batalha pela própria existência do país.

Esse enquadramento tem efeitos profundos sobre a relação entre governo e sociedade. Ao criar uma fronteira simbólica rígida entre "nós" e "eles", o discurso de Bolsonaro reforça a coesão interna de seus apoiadores e, simultaneamente, dificulta qualquer possibilidade de diálogo ou negociação com os que estão fora do grupo. Na prática, isso significa que a política é reduzida a um jogo de soma zero: a vitória de um lado implica necessariamente a aniquilação simbólica do outro.

Por fim, é importante destacar que essa formação discursiva não se limita ao período eleitoral. Ao contrário, ela se manteve ativa durante o exercício do governo, funcionando como mecanismo permanente de mobilização e como justificativa para a adoção de políticas e medidas que reforçam o antagonismo.

Assim, o inimigo interno não é apenas um recurso de campanha, mas um elemento estrutural da narrativa política de Jair Bolsonaro.

Cenário de caos

A segunda formação discursiva presente nos discursos de Jair Bolsonaro é a representação do Brasil como um país em cenário de caos. Essa narrativa projeta a ideia de que a Nação estaria imersa em uma crise múltipla — moral, econômica, social e institucional — da qual apenas uma liderança forte e alinhada a determinados valores poderia resgatá-la.

Nos discursos analisados, esse caos é frequentemente descrito em termos abrangentes e alarmistas, mesclando dados concretos a percepções subjetivas. A violência urbana, o desemprego, a corrupção política e a suposta degradação dos valores familiares são apresentados como sintomas de um mesmo mal que corrói o país. Esse recurso discursivo cria um ambiente emocional propício para a aceitação de medidas excepcionais e para a concentração de poder em uma figura capaz de "restaurar a ordem".

Essa construção do caos cumpre funções específicas na retórica bolsonarista. Em primeiro lugar, reforça a necessidade de um salvador, alguém que encarne a solução e que possa agir de forma decisiva contra as forças que teriam causado o colapso. Em segundo lugar, legitima a urgência: se o país está à beira da ruína, o tempo para debates e negociações é substituído por uma lógica de ação imediata. Em terceiro lugar, aproxima o líder da população, já que Bolsonaro se apresenta como alguém que compartilha das angústias do "cidadão comum" diante do suposto desmoronamento da pátria.

Outro elemento importante é que o cenário de caos raramente é atribuído a fatores estruturais complexos, como desigualdade social histórica, políticas econômicas de longo prazo ou dinâmicas globais. Ao contrário, ele é vinculado diretamente à ação ou omissão de grupos específicos — muitas vezes, os mesmos enquadrados como "inimigos internos". Assim, a corrupção não é tratada como um fenômeno sistêmico, mas como resultado da atuação deliberada de adversários políticos; a violência não é vista como problema multifatorial, mas como

consequência da leniência de governos anteriores; a crise moral não é entendida como disputa cultural legítima, mas como produto da "infiltração" de ideologias contrárias à tradição.

A narrativa do caos também se apoia em imagens e metáforas que intensificam a sensação de urgência: "o país está no fundo do poço", "o Brasil está sangrando", "estamos à beira do abismo". Tais expressões não apenas comunicam gravidade, mas também constroem um cenário no qual qualquer mudança — mesmo drástica — pode ser percebida como necessária para evitar a catástrofe.

Essa representação constante de colapso cria um estado de mobilização permanente na base de apoio de Bolsonaro. Os apoiadores são convocados a se manter vigilantes e dispostos a agir contra as forças que ameaçariam a Nação. Ao mesmo tempo, essa narrativa fragiliza a possibilidade de críticas construtivas ao governo, pois qualquer questionamento pode ser interpretado como alinhamento com os agentes do caos.

Assim, o "cenário de caos" funciona como um pano de fundo indispensável para outras formações discursivas, como a da existência do inimigo interno. Sem a percepção de que o país está em perigo iminente, a justificativa para medidas de enfrentamento mais radicais perde força. Ao sustentar continuamente a ideia de que a Nação vive sob ameaça, Bolsonaro mantém acesa a chama do antagonismo e da lealdade de sua base.

O papel de salvador da pátria

A terceira formação discursiva recorrente nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro é a autoatribuição do papel de salvador da pátria. Essa narrativa constrói a imagem de um líder dotado de coragem, honestidade e determinação excepcionais, capaz de conduzir o Brasil para fora do caos e derrotar o inimigo interno. Ao se posicionar como figura central e indispensável para a sobrevivência da Nação, Bolsonaro personaliza a solução dos problemas nacionais, deslocando-a das instituições e da coletividade para sua liderança individual.

Essa construção não é apenas afirmativa — "eu posso salvar o Brasil" —, mas também comparativa: Bolsonaro se apresenta como o oposto dos políticos

tradicionais, que seriam corruptos, fracos ou cúmplices da ameaça interna. Ao evocar seu passado militar, reforça a imagem de disciplina, patriotismo e compromisso com a ordem. Esse capital simbólico é constantemente mobilizado como prova de que ele teria as credenciais necessárias para enfrentar as forças que "destroem" o país.

Um aspecto central dessa formação discursiva é o caráter messiânico que ela adquire na relação com sua base de apoio. A retórica do salvador não se limita a prometer soluções políticas; ela implica uma missão quase sagrada de "resgatar" a pátria. Essa missão é frequentemente descrita como árdua e perigosa, reforçando a ideia de que o líder está disposto a se sacrificar pelo bem coletivo. Em alguns discursos, Bolsonaro menciona que não tem ambições pessoais de poder, mas apenas o dever de cumprir um chamado histórico — uma formulação que eleva seu papel acima da política comum.

O salvador da pátria, nessa narrativa, não apenas governa: ele lidera uma cruzada moral. A luta não é apenas contra a corrupção ou a má gestão, mas contra forças que ameaçariam a essência mesma do Brasil. Essa ampliação da missão política para uma missão moral é eficaz para mobilizar afetos como devoção e lealdade pessoal, que transcendem o vínculo racional com programas de governo.

Outro ponto importante é que essa formação discursiva reconfigura a relação entre governo e cidadania. Se o destino da Nação depende essencialmente da figura do líder, o papel do cidadão é o de seguidor e defensor dessa liderança, mais do que o de participante ativo na formulação de políticas. A lógica representativa democrática, baseada na alternância de poder e na fiscalização dos governantes, cede espaço a uma lógica personalista, na qual a crítica ao líder pode ser interpretada como traição à pátria.

Essa personalização extrema do poder também tem implicações institucionais. Ao se colocar como solução única, Bolsonaro deslegitima instâncias que poderiam contrabalançar ou fiscalizar seu governo — Congresso, Judiciário, imprensa —, frequentemente acusando-as de serem coniventes com o inimigo interno ou de fazerem parte do sistema que levou o país ao caos. Assim, a narrativa do salvador não apenas fortalece sua autoridade, mas também fragiliza o tecido institucional e pluralista.

No conjunto, o papel de salvador da pátria é o elo que conecta as formações discursivas anteriores — o inimigo interno e o cenário de caos — à necessidade de um líder forte. Sem a percepção de ameaça e colapso, a figura do salvador perderia sua urgência; mas, sem a figura do salvador, a ameaça e o colapso se tornariam insuportáveis. É na articulação desses elementos que se sustenta a retórica bolsonarista.

Conclusão

A análise das formações discursivas presentes nos pronunciamentos de Jair Bolsonaro revela uma arquitetura narrativa coerente e interdependente, estruturada sobre os seguintes pilares: a existência do inimigo interno, a representação de um cenário de caos e a autoatribuição do papel de salvador da pátria. Esses elementos não operam isoladamente; ao contrário, reforçam-se mutuamente, criando uma lógica discursiva capaz de mobilizar afetos, consolidar identidades políticas e justificar práticas excludentes.

A figura do inimigo interno, atualizada a partir da herança da Doutrina de Segurança Nacional, estabelece o antagonismo central que orienta o discurso bolsonarista. O cenário de caos funciona como pano de fundo constante, conferindo urgência à ação política e legitimando medidas de enfrentamento. O papel de salvador da pátria personaliza a solução, deslocando-a das instituições democráticas para uma liderança individual e carismática. Por fim, o nacionalismo excludente apropria-se de símbolos que deveriam ser comuns a todos, transformando-os em marcadores de pertencimento e instrumentos de exclusão.

Essa combinação de elementos discursivos tem efeitos profundos sobre a democracia brasileira. Ao enfraquecer a alteridade, ela reduz o espaço para o diálogo e a negociação entre diferentes projetos políticos. Ao militarizar a linguagem e mobilizar constantemente a lógica amigo/inimigo, ela incentiva a polarização e a disposição para medidas de exceção. Ao centralizar o destino da Nação na figura de um líder, ela fragiliza instituições e práticas fundamentais para o equilíbrio democrático.

Além disso, o caso analisado evidencia como discursos de natureza autoritária podem ser adaptados e atualizados para contextos formais de democracia. A retórica de Bolsonaro não se limita a reproduzir o léxico da ditadura militar; ela reinterpreta essa herança à luz das disputas políticas contemporâneas, incorporando novas pautas e inimigos, e aproveitando-se das dinâmicas comunicacionais das redes sociais para amplificar seu alcance.

Compreender essa lógica discursiva é fundamental não apenas para analisar o governo Bolsonaro, mas também para identificar tendências mais amplas no cenário político brasileiro e global, em que estratégias semelhantes são utilizadas por lideranças populistas e autoritárias. O desafio para as democracias contemporâneas é justamente resistir à tentação de simplificar a política em termos de "nós" contra "eles" e preservar a possibilidade de convivência plural, na qual a divergência não seja sinônimo de ameaça à existência da Nação.

Notas finais

[1] PALUDO, Larissa Julia. *O inimigo interno que ameaça a Nação: um estudo sobre alteridade nos discursos de Jair Messias Bolsonaro*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, 2020.

[2] HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

[3] ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.* São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

[4] GELLNER, Ernest. *Nations and nationalism***.** Ithaca: Cornell University Press, 1983.

[5] HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 14. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2019.

[6] WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual.* In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7–72.

[7] TAPIA VALDÉS, Jorge. *A doutrina de segurança nacional: uma ideologia de dominação*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

[8] ROQUIÉ, Alain. *O Brasil no século XXI: a difícil democracia.* São Paulo: Unesp, 2015. ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964–1984).* Petrópolis: Vozes, 1984.

[9] CARVALHO, Luiz Maklouf. *O cadete e o capitão: a vida de Jair Bolsonaro no quartel***.** São Paulo: Todavia, 2019.

VI

A História na obra de Olavo de Carvalho: *a decadência do espírito e a ascensão do materialismo*

Raul Dias Godinho

Olavo de Carvalho, de fora da política convencional, foi um dos grandes opositores dos governos petistas de Lula e Dilma entre 2002 e 2016, influenciando atores midiáticos e políticos que conquistaram espaço para a extrema-direita brasileira. Seu destaque foi construído, principalmente, nos ambientes digitais, através de projetos pessoais como o Mídia Sem Máscara e o seu Curso Online de Filosofia bem como por suas redes sociais, Facebook, Youtube e Twitter (hoje, X). Atuando na internet, formou alunos em seu curso e entrou em contato com jornalistas, outros influenciadores e políticos. Dentre estes, a família Bolsonaro, cujo patriarca alcançaria o Palácio do Planalto nas eleições de 2018. No governo, Olavo de Carvalho seria o responsável pela indicação de secretários e ministros no decorrer da primeira metade do mandato. Os mais destacados foram o Chanceler Ernesto Araújo e dois ministros da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub.

O foco deste capítulo, porém, não está em observar a influência das ideias olavistas no governo federal, e, sim, estudar algumas das obras de Olavo de Carvalho para buscar apreender de que forma esse pensador de extrema-direita compreendia a História, seus eventos e seu sentido. E para isso, primeiro, é ne-

cessário compreender a formação dele antes das suas publicações desse sucesso online no século XXI.

Quando ainda parecia completamente impensável tornar-se um nome influente no Brasil, Olavo de Carvalho era alguém que dedicava sua vida a estudos e práticas místicas. Segundo relato de uma de suas filhas, Heloisa de Carvalho, seu pai, a partir da década de 1970, "passou a estudar astrologia e esoterismo. Aos 30 anos, já tinha fundado a escola de astrologia que o tornaria bastante conhecido em São Paulo e Rio de Janeiro nestes estudos, a Escola Júpiter"[1]. Olavo, portanto, tirava seu sustento de aulas, palestras e conferências que realizava a respeito da astrologia, da alquimia e outros temas mágicos. Este ponto pode parecer apenas uma breve nota de rodapé na história deste pensador, mas, sabendo que toda a sua formação se deu fora dos ambientes formais de Educação, é fácil perceber que foi nesses espaços esotéricos que muitas de suas ideias desenvolveram-se. Afinal, Olavo, mesmo nomeando-se um filósofo, jamais cursou Ensino Superior e, por isso, suas bases revelam-se muito diversas daquelas de outros pensadores brasileiros, à esquerda e à direita.

Além de palestrante e proprietário da Escola Júpiter, na década de 1980, Olavo de Carvalho também foi líder de uma seita chamada Tradição e de uma *tariqa* islâmica inspirada nos preceitos de Frithjof Schuon[2]. Este, por sua vez, foi um importante membro do movimento Tradicionalista, sendo, na década de 1970 e 1980, respeitado como "um líder não oficial de indivíduos em todo o mundo que quisessem aprofundar sua compreensão do Tradicionalismo"[3].

Cabe, então, buscar compreender do que se trata o "Tradicionalismo" que marcou a formação intelectual de Olavo de Carvalho em seus anos como astrólogo profissional. Nas palavras do sociólogo Francisco Vasconcelos, "associado à alquimia, à astrologia e à magia [três temas de interesse de Olavo], o Tradicionalismo foi responsável por produzir um sincretismo entre o hermetismo, o neoplatonismo e a cabala"[4]. Unindo distintas áreas de conhecimentos ancestrais e desvalorizados pela ciência moderna, os Tradicionalistas buscam formas de resgatar e valorizar esses saberes ancestrais. O principal nome da formulação deste movimento no século XX foi René Guénon, o mentor intelectual do líder islâmico de quem Olavo de Carvalho se aproximou para fundar sua *tariqa*. Em sua obra, Guénon

> elaborou as bases de uma 'filosofia perene' espiritualista, baseada na crença em uma religião original perdida (a Tradição, o cerne, ou a Tradição perene), cujos fragmentos se encontram espalhados entre valores e conceitos de diferentes religiões, principalmente as religiões indo-europeias (hinduísmo e zoroastrismo) e religiões europeias pagãs pré-cristãs[5].

Buscando encontrar essas raízes da Tradição, Guénon converteu-se ao Islã e inspirou muitos de seus seguidores e admiradores a fazer o mesmo e a vertente islâmica da qual Olavo de Carvalho participou é justamente aquela inspirada nos ideais Tradicionalistas. Por isso, é importante apontar que esta é uma corrente de pensamento influente na formulação política, espiritual e filosófica do autointitulado professor. Mas seu interesse mais aprofundado na política formal está conectado à obra de outro Tradicionalista: Julius Evola, que teve diversos contatos com o fascismo e o nazismo. Apropriando-se da noção de castas que é base do hinduísmo e dos ideais de superioridade racial ariana, Evola tornou-se um crítico do cristianismo e de sua pretensão de universalidade. Seu objetivo, ao aproximar-se de Mussolini e Hitler, "se concentrava na [mudança da] sociedade europeia, em [desenvolver] um programa paradoxalmente reacionário e futurista para a formação de um 'Império Pagão' europeu"[6], seu projeto buscava a reconstrução de tempos gloriosos, pois o presente seria um momento de degeneração completa.

Esse saudosismo pelo passado e a ânsia por retornar a tempos gloriosos está diretamente ligado à influência do hinduísmo na formulação do Tradicionalismo, mesmo dentre aqueles que optaram por louvar o Islã ou o Catolicismo. A opção se deu porque os Tradicionalistas creem que a origem da civilização europeia está na raça ariana que, por sua vez, teria suas origens na Índia, dentre a casta superior dos brâmanes. Ou seja, eles argumentam que as religiões pagãs europeias, anteriores ao cristianismo (de origem árabe), estariam mais próximas à Tradição, ao conhecimento que eles buscavam alcançar. Mas, como essas crenças acabaram perdidas com o tempo, o hinduísmo seria uma das melhores maneiras de alcançar essa Tradição. Por isso, inspirados na religião indiana, eles compreendem que "a história humana sempre percorre um ciclo de quatro idades: da idade de ouro à de prata, à de bronze a à idade sombrio, antes de voltar à de ouro e retomar o ciclo todo de novo"[7].

E os elementos para a degradação dessa distante "idade do ouro" eram diversos, para Evola, por exemplo, "a modernidade, a democracia e o comunismo significavam, para ele, o período da decadência, de predominância de valores materialistas, voltados à economia, à miscigenação, ao secularismo, ao feminismo"[8]. O crescimento dos ideais negativos, da influência do materialismo que afastariam todos de sua vivência espiritual, faria avançar o tempo, sempre em direção à decadência, fazendo com que os grupos dominantes também variassem, sempre aumentando a degradação da sociedade.

Nesse ciclo: "a idade do ouro é a dos sacerdotes; a de prata, dos guerreiros; a de bronze, dos comerciantes; e a sombria, dos escravos"[9]. A opção por apontar como tempo áureo justamente o período de domínio dos sacerdotes não é coincidência, ela reforça como a Tradição está conectada à espiritualidade. Por sua vez, a contemporaneidade, obviamente, representaria a idade sombria para os Tradicionalistas, um momento de materialismo e desconexão com o sagrado.

Espírito e Matéria – Indivíduo e Coletividade

Para estudar a compreensão de História de Olavo de Carvalho, este capítulo se servirá de quatro obras: *A Nova Era e a Revolução Cultural*[10], *O Jardim das Aflições*[11] e *O Imbecil Coletivo*[12], publicadas na década de 1990, e *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*[13], um compilado de textos reunidos por um admirador nos anos 2010. Os três primeiros formam uma trilogia em que se pretendia "situar a cultura brasileira de hoje no quadro maior da história das ideias no Ocidente, num período que vai de Epicuro até a nova retórica de Chaim Perelman"[14].

E é no texto que o autor nomeou de "Introdução Geral à Trilogia" em que a mais importante aproximação entre sua visão sobre a História e seu sentido pode ser estabelecida com os preceitos Tradicionalistas. Nele, Olavo justifica a escolha da imagem que colocou na capa do primeiro livro, uma pintura dos grandes monstros bíblicos Beemot e Leviatã feita por William Blake. Para o autor, a disputa entre os dois monstros representa a condição humana, individual e coletiva, em que "Beemot representa o conjunto das forças obedientes a Deus, e Leviatã

o esforço cósmico da negação e da rebelião"[15]. O primeiro representa a temência a Deus, o segundo é a tentação pelo mal, pelo pecado, e esta é uma batalha que o ser humano seria incapaz de vencer sozinho. Retomando as iluminuras religiosas, que, para Olavo, devem ser encaradas como "tradução direta de um simbolismo universal", indica-se que a "iconografia cristã mostra Jesus como o pescador que puxa o Leviatã para fora das águas, prendendo sua língua [de onde partem as mentiras, os desejos ruins] com um anzol"[16]. Ou seja, a superação do mal só pode se dar por meio da conversão e da fé, por meio do contato com o divino, um ponto de concordância entre o brasileiro e os Tradicionalistas europeus.

Entretanto, diferentemente do que defendem muitos dos Tradicionalistas, Olavo de Carvalho tinha uma preocupação maior com o indivíduo e sua relação direta com o sagrado. Inclusive, o perigo do avanço materialista contra o espírito residiria justamente quando

> a luta transfere-se da esfera espiritual e interior para o cenário exterior da História (...) [pois] furtando-se ao combate espiritual que o amedronta, mas que poderia vencer com a ajuda de Jesus Cristo, o homem se entrega a perigos de ordem material no cenário sangrento da História. Ao fazê-lo, move-se da esfera da Providência e da Graça para o âmbito da fatalidade e do destino[17].

A História, como compreendida por Olavo de Carvalho, é movida pela incapacidade de aceitar Jesus para auxiliar na vitória sobre o Leviatã. Sem conseguir estabelecer essa vitória sobre o desejo e o pecado no âmbito espiritual, a ação humana, inconsequente, acaba sendo "origem das guerras, revoluções e catástrofes"[18]. Olavo, portanto, entende que Deus deve ser o mediador da humanidade em sua relação entre o mundo que ele chama "humano" (a sociedade, suas leis, sua política, sua história) e o mundo "natural" (o cosmos, as leis da física, o ambiente ao nosso redor). Sem essa mediação, a corrupção natural da alma humana, representada pelo monstro Leviatã, toma conta e impele o homem e as sociedades à marcha histórica que hoje vemos. O movimento da História seria "marcada pela ideia de Império e de suas sucessivas tentativas de reestruturação, a cada momento com uma roupagem diferente, mas sempre com o mesmo objetivo: ampliar seus domínios até o limite do mundo visível"[19].

E o contato com Deus está cada vez mais abandonado nos tempos atuais, permitindo o sucesso de "impérios leigos". Concordando com Guénon e Evola, Olavo apontava que os tempos atuais seriam sombrios, especialmente no Brasil, que "já chegou àquele estágio descrito por Gramsci em que as pessoas são socialistas sem nem saber, e em que o Partido dispõe da autoridade onipresente e invisível"[20]. O triunfo do socialismo dominando as mentalidades significaria a derrota do contato com o sagrado, tornando o domínio do materialismo completo sobre o espírito. E a História, como apresentada na obra de Olavo de Carvalho, trata-se de uma grande sucessão de derrotas ao espírito através do avanço de desejos materiais e ideologias revolucionárias que buscam massificar os seus ideais e sufocar a individualidade (impedindo o contato direto de cada ser humano com Deus, da forma que ele acreditava ser a correta). Mesmo que não divida o tempo em quatro grandes ciclos, pode-se perceber a influência direta do Tradicionalismo nessa percepção histórica.

Mas também é necessário apontar um distanciamento importante de Olavo de Carvalho dos ideais anteriormente citados: ele é um católico fervoroso. Diferentemente daqueles que se voltaram ao hinduísmo, ao paganismo ou ao Islã (sua fase muçulmana foi bastante efêmera, ainda enquanto conduzia sua *tariqa*, Olavo já tinha convertido-se ao catolicismo), Olavo crê que o cristianismo apresenta uma possibilidade de acesso aos saberes ancestrais que devem servir de base ao bem social. Isto se dá justamente porque ele entende a universalidade do cristianismo de forma distinta em relação a outros Tradicionalistas, ele não a vê como massificante, mas, sim, como uma forma de valorização das individualidades, visto que a conversão e a profissão da fé cabe a cada um dos fiéis e não à comunidade como um todo. Assim, cada um poderia viver a Tradição através da devida devoção.

Antiguidade: a formação filosófica do Ocidente

Um dos pontos fundamentais de todo o trabalho "filosófico" e político de Olavo de Carvalho foi a defesa do Ocidente e ele apontava que "todo mundo sabe ou pelo menos diz que a civilização do Ocidente (...) nasceu da síntese de

filosofia grega, direito romano e teologia judaicocristã"[21]. A construção das bases dessa entidade cultural, social, política e religiosa tão cara para o autor teria se dado justamente durante a Antiguidade Clássica e o Medievo Europeu. Dentre os filósofos do período, os dois mais valorizados são Platão e Aristóteles, apontados como origem de toda a forma de pensamento que se desenvolveria posteriormente. Em *O Imbecil Coletivo*, Olavo afirma que

> o curso do pensamento Ocidental em vinte séculos não passou de uma coleção de notas de rodapé a Platão e Aristóteles. Nunca houve neste mundo uma só filosofia, uma só corrente de ideias, uma só revolução do pensamento que não se tivesse originado, explícita ou implicitamente, numa tomada inicial de posição em face das questões propostas pelos dois filósofos gregos.[22]

Ao analisar o período histórico que deu origem a duas mentes tão brilhantes, Olavo observa o apogeu da civilização ocidental. Contudo, este também é um período anterior à formação do Cristianismo, que é uma das suas principais bases de compreensão do mundo e da prevalência do Espírito sobre a Matéria. Por isso, é importante entender que sua interpretação do helenismo clássico também é instrumentalizada para reforçar seus argumentos alinhados ao Tradicionalismo. Na sua interpretação, tanto Platão quanto Aristóteles reforçam a importância de compreender o mundo para além de seus elementos objetivos:

> para Platão, as essências constituíam um mundo separado, transcendente; para Aristóteles, o núcleo inteligível era imanente ao mundo sensível; mas em ambos os casos tratava-se de passar da fenomenalidade imediata a um estrato mais profundo e permanente. A interpretação (hermeneia) das aparências consistia nessa subida de nível ontológico, desde o ente fenomênico até o ser essencial. (...) Nisto consistia, basicamente, a postura interpretativa do filósofo grego.[23]

Muito mais do que observação e investigação, como acabaria se desenvolvendo no modelo científico da modernidade, o que o autor elogia na Filosofia grega é a sua capacidade de interpretação lógica e de reflexão. Este é um dos pontos da compreensão do mundo em sua essência espiritual ao invés de sua essência

material, Olavo está mais interessado no "mundo das ideias" platônicos do que na investigação da realidade objetiva.

Este elogio, entretanto, não cabia a todos filósofos do período, afinal, o livro *O Jardim das Aflições – de Epicuro à ressurreição de César* foi desenvolvido como uma resposta a uma palestra elogiosa a Epicuro feita pelo professor de Filosofia da USP José Pessanha. As críticas foram feitas justamente porque "segundo Epicuro, o corpo é material, a alma também é material, e até os deuses são materiais — havendo apenas, entre estes três níveis de seres, a diferença de maior para menor densidade da dita 'matéria'"[24]. Assim, Epicuro seria não apenas um dos primeiros representantes do materialismo na Filosofia grega, mas posteriormente acabaria sendo uma das primeiras influências de Marx nos seus primeiros anos como estudioso.

Roma, que deu sequência ao helenismo na Antiguidade Clássica, surge como um paradigma semelhante a Platão e Aristóteles. Pois, se estes deram origem a todas as formas de pensamento posteriores, todas as organizações políticas ocidentais pós-romanas, como já apontado, teriam como objetivo a replicação da glória do Império. Porém, suas bases pagãs acabariam sendo a sua própria perdição. Depois do surgimento do Cristianismo e de seu crescimento dentro do Império Romano, uma força de reação teria ganhado força: "gnosticismo [que] foi, na origem, uma seita religiosa, ou melhor, um amálgama de seitas religiosas diferentes e até conflitantes mas unidas por um duplo sentimento comum: o ódio ao Cristianismo, a nostalgia da tradição greco-romana"[25]. A elite romana organizou-se para se afastar do povo comum e de seus cultos cristãos, este seria o ponto inicial de uma gama de organizações que, no decorrer da História, se posicionaram contrárias ao Cristianismo, sempre em conluio com as classes dominantes, flutuando em torno do César, um "deus-imperador" que seria ao mesmo tempo líder político e líder religioso nesse processo. Olavo aponta esta como mais uma das formas de ataque da matéria ao espírito, por mais que muitas delas estivessem ligadas a práticas místicas e religiosas.

Idade Média: Cristianismo, Individualidade e Universalidade

O período de crescimento acentuado do Cristianismo coincide com os anos de crise do Império Romano e com os anos que se seguem ao seu fim. Nesse mesmo período, também se mantém o "gnosticismo, o cadáver da religião imperial a empestear com os vapores de sua decomposição os seis primeiros séculos do Cristianismo"[26], configurando a resistência ao avanço da Igreja e seus fiéis. O catolicismo, porém, resiste e expande para além das fronteiras do próprio Império, feito muito elogiado por Olavo de Carvalho por ter se dado sem o apoio do antigo aparato estatal romano, uma expansão "feita à custa do sangue dos mártires" com o esforço dos fiéis.

Por isso, a vitória do catolicismo nos anos que seguem à queda de Roma seria o sinal do triunfo da individualidade e sua devoção ao sagrado. E o próprio indivíduo como entendemos hoje só poderia ter surgido no ocidente, pois ele é uma consequência do cristianismo. Olavo compreende que as religiões pré-cristãs tinham uma configuração essencialmente comunitária, construindo laços, cultos e identidades religiosas para todo um grupo social, os deuses atuavam em prol de todo o povo que deveria se engajar em sua totalidade para ter suas preces atendidas. Já o Cristianismo encara os seus fiéis "enquanto indivíduos conscientes e senhores da sua liberdade (...) [oferecendo uma] experiência direta do Verbo divino, uma certeza superior a toda prova dialética [enquanto] verdade universal, válida para todos os homens"[27]. Buscando a universalidade, pretendendo alcançar toda a humanidade, o cristianismo não poderia se dirigir a um povo nem a um Estado específico, por isso, teria como alvo o coração de cada um dos indivíduos que formam a humanidade. Este apelo é o mesmo que se reflete na disputa entre Leviatã e Beemot que já foi discutida anteriormente.

À medida que se desenvolviam nas novas bases cristãs, um novo modelo de sociedade também se estabelecia dentro da europa a partir do contato da cultura romana com os reinos bárbaros. A partir desse contato, estabeleceu-se uma divisão rígida entre as classes e suas funções sociais, impondo rígidos padrões morais aos camponeses que não precisavam ser seguidos tão à risca pela nobreza. Em compensação, estes nobres assumiram uma função guerreira, ela "pagava pela sua liberdade com a permanente oferta da própria vida em sacrifício pelo bem de

todos"[28]. Com a principal função social ligada à guerra, a Idade Média foi marcada por conflitos e devoção religiosa ao catolicismo, que se consolidava através da incorporação das bases platônicas e aristotélicas pelos patrísticos e escolásticos.

Após alguns séculos sem organização política centralizada, o sonho de retomar o Império Romano volta à tona enquanto um projeto católico, com principais destaques na Idade Média para o Império Carolíngeo e o Sacro-Império. O desafio é que o Clero não poderia conduzir sozinho este processo, impedidos pelo celibato, por isso, "era preciso aproveitar um filho de uma das nobrezas locais bárbaras, cristianizar e educar o jovem guerreiro para torná-lo um rei cristão e depois um imperador cristão"[29], contudo, a aristocracia bélica ainda não estava devidamente pronta para embarcar nesse projeto imperial, indispostos a cooperar em um projeto estatal unificado.

Modernidade: Absolutismo, Colonialismo e Renascimento

Os impérios que não se consolidaram no medievo passaram a florescer na Modernidade sustentados no Absolutismo que associou a posição no trono ao direito divino. Esta é uma prática política alvo de duras críticas da parte de Olavo de Carvalho, em primeiro porque "pela nova teoria, cada reizinho que saltasse a janela para degolar no leito os adversários se equiparava, automaticamente, a Moisés"[30], com a divinização do rei, se profanariam os verdadeiros mártires e profetas da religião. E além da dimensão teológica, Olavo elenca críticas ideológicas à nova organização estatal que, ao centralizar a lei e seu poder na figura do rei, retira a força política da moral e da ancestralidade (outro alinhamento aos Tradicionalistas) e torna-o alvo de disputa. Quem estabelece a lei não é mais a Tradição, mas quem controla o Estado, e, assim, "a disputa entre as facções do poder pode prosseguir indefinidamente: vença o rei ou vença o Parlamento, o resultado, será sempre o fortalecimento ilimitado do poder"[31]. O Absolutismo, então, teria aberto caminho para a tirania do Estado que dominaria a política até a atualidade, mesmo que servindo-se de novas estruturas e conceitos. O que todos buscariam seriam a sua perpetuação e o controle sobre os indivíduos.

Mas não bastou a organização interna europeia para configurar a Idade Moderna como um período de impérios, pois a expansão se deu principalmente nos projetos coloniais na América. Dentro da Europa, esta nova formulação imperial teria estabelecido três avanços do materialismo sobre o Espírito: "1º, a multiplicação dos concorrentes a Império; 2º, a alteração profunda das relações entre realeza e clero, poder temporal e autoridade espiritual; 3º, a diversificação das culturas nacionais e a ruptura da unidade cristã"[32]. Se durante a Idade Média, foram poucos (e fracassados) os projetos imperiais, a partir do século XVI todas as potências europeias colocaram-se na empreitada, causando guerras dentro de seus países e em suas colônias. O enfraquecimento do clero em nome da nobreza e do monarca foi consequência da divinização do monarca e acabou por estimular a ruptura do catolicismo através da Reforma Protestante, que também é vista com maus olhos por Olavo de Carvalho. A identidade seria marcada pela nacionalidade, estimulando a diferenciação entre os impérios, e não pela unidade cristã (que já nem mais existiria de fato após a Reforma).

Além disso, nas colônias, a atuação do catolicismo também deturpa-se, ao passo que o sacrifício deixa de ser feito pelos fiéis, como aconteceu nos anos iniciais para estabelecer "uma nova modalidade de sacrifício comproporcionada à mentalidade dos novos tempos: o martírio dos outros"[33]. O Brasil surgiria na trajetória ocidental através da deturpação política e religiosa da colonização, dando origem a diversos dos problemas sociais que vivemos, mas não da forma que normalmente se apontam as conexões entre a atualidade e o passado colonial brasileiro. Olavo de Carvalho afirma que:

> No Brasil (...) a população foi constituída sobretudo de três espécies de pessoas: portugueses que vinham na esperança de enriquecer e não conseguiam voltar, negros apanhados à força e índios que não tinham nada a ver com a história e de repente se viam mal integrados numa sociedade que não compreendiam. É fácil perceber daí o imediatismo materialista dos primeiros (...), e mais ainda a total desorientação vocacional do segundo e do terceiro grupos, brutalmente amputados do sentido da vida e por isto mesmo facilmente inclinados a sentir-se marginalizados mesmo quando já não o são mais.[34]

A formação do país seria consequência da ganância imperial, corrupção das bases católicas e fruto do avanço materialista, mas, ao mesmo tempo, seria uma consequência natural do processo histórico violento causado pelo abandono da Tradição. Olavo justifica o domínio dos indígenas e dos africanos por parte dos europeus apontando o seu "comportamento tribal" e incapacidade de organização interna anterior ao processo colonial, pois para ele "é óbvio que uma cultura expansionista só pode ser enfrentada em pé de igualdade por outra cultura expansionista: os cultos locais, nacionais e raciais são fatalmente esmagados sob as rodas do carro da História"[35]. As posições de Olavo em suas obras sobre os africanos e indígenas são bastante negativas, reduzindo os segundos a uma infantilidade inocente que os levou ao domínio violento português e reduzindo os primeiros a seu papel como escravizados. No texto "A dívida dos Faraós", em que usou a escravidão no Egito Antigo como justificativa para não haver reparação histórica aos negros brasileiros pela escravidão, Olavo escreveu que "a contribuição básica dos negros ao Brasil foi dada através do trabalho escravo, que construiu a riqueza da Colônia e do Império: foi uma contribuição material, não cultural"[36]. Reforçando sua posição de valorização do Ocidente e suas origens greco-romanas e judaico-cristãs, a diversidade brasileira não é incorporada positivamente à compreensão de mundo de Olavo de Carvalho.

E mesmo o cenário cultural europeu à época da colonização do Brasil também está longe do ápice civilizacional de eras passadas para Olavo. À medida que avançavam os Impérios Coloniais, também perdia força a Escolástica em prol do Renascimento nas universidades europeias. Os renascentistas, fundando as bases da ciência moderna, estavam "firmemente decididos a abandonar a tradição aristotélica (ou o que assim denominavam) pelos novos métodos experimentais (...) [e] romperam com o sentido de continuidade histórica das ciências, acreditando possível fazer tábua-rasa e ler direto do Livro da Natureza"[37]. O raciocínio lógico, a indução e a reflexão deixariam de ser os elementos centrais para a produção do conhecimento, optando pelo empirismo e a observação da materialidade. Um grande baque para as bases tradicionais da sociedade estava se desenvolvendo a partir do século XV, mas o Iluminismo que se sucederia ao Renascimento seria ainda mais perigoso na interpretação de Olavo.

Iluminismo e Revoluções: o caminho para o Totalitarismo marxista

No século XVIII toma forma um dos movimentos filosóficos pelos quais Olavo de Carvalho mais apresenta desgosto: o Iluminismo. Sua repulsa se dá por diversas razões, como: 1) os iluministas inspiraram as primeiras revoluções; 2) a ciência moderna ainda embrionária na Renascença consolida-se através dos princípios iluministas; 3) a separação entre Estado e Religião nos governos revolucionários consolidaria um das piores formas de projeto imperial, o Império Leigo. Ao romper o acordo da aristocracia dominante com a Igreja, que sustentou o poder político europeu e nas colônias americanas por toda a Idade Média e Idade Moderna, este novo modelo estatal "necessitava apoiar-se numa nova classe social, numa nova estrutura de poder, numa nova instituição religiosa que fosse intrinsecamente ligada ao Estado"[38]. E esta nova instituição deveria estabelecer um calendário leigo, novos mártires e novos símbolos ligados à sociedade civil e não à tradição cristã que teria formado a sociedade europeia. A força do materialismo no Ocidente mais uma vez se reforçava e o seu desejo por acabar com a espiritualidade tradicional se cristalizaria no projeto de construção de uma "religião civil" por Augusto Comte. Religião esta que teria três bases:

> 1º Seria uma religião do Estado: o homem dos novos tempos serviria ao Estado como outrora os fiéis tinham servido à Igreja.
> 2º Para marcar sua ruptura com a era anterior, ela instituiria um novo calendário, com ritos festivos dedicados aos "grandes homens" cujo advento a este mundo marcara as etapas decisivas do "progresso histórico".
> 3º A nova religião assinalaria o ingresso da humanidade na etapa decisiva de sua evolução temporal — a "era positiva", marcada pelo predomínio da ciência e da técnica, após a "era mítica" inicial e a "era metafísica" intermediária.[39]

Olavo afirmava que o estabelecimento do positivismo estava diretamente ligado a um processo de "divinização do tempo", uma crença no progresso em que o tempo e a evolução humana deveriam ter centralidade maior que a conservação das bases morais da sociedade. O futuro seria sempre promissor e a sociedade deveria mirar sempre no progresso, mesmo que para alcançá-lo um banho

de sangue fosse derramado em uma revolução. Pois, assim como as religiões são acusadas de utilizar noções como "céu", "paraíso" e "ressurreições" como movimentos alienantes para acalmar uma população que não compreende o mundo de fato, Olavo retruca apontando que o "impulso de revolucionar o mundo, de acelerar a mudança histórica também pode (...) ser interpretado como uma (...) uma válvula de escape ante as realidades permanentes e inelutáveis, como a morte (...) [e] a ignorância de nosso destino último"[40]. Mas ao contrário das religiões, as revoluções teriam ignorado o acúmulo de saberes e contribuições da humanidade, buscando estabelecer novos paradigmas que seriam, na prática, vazios de sentido e por isso muito mais fáceis de manipular para controlar as pessoas.

As críticas aos processos revolucionários não se limitem ao seu esforço de superar o cristianismo em nome de ideologias progressistas, buscando "assumir que César [o poder político, a matéria] é maior que Cristo [a tradição religiosa, o Espírito]"[41]. Segundo Olavo, França que "antes de 1789, era o país mais rico e a potência dominante da Europa. [Mas] a revolução inaugura o seu longo declínio, que hoje, com a invasão islâmica, alcança dimensões apoteóticas"[42] . Adentrar em aventuras revolucionárias acabaria por guiar os países aos seus calvários, através da inversão de valores estabelecida pelas novas lideranças, elas seriam o caminho certo para crise econômica, promiscuidade e convulsão social.

E o maior adversário do olavismo acabaria por se desenvolver a partir das bases lançadas pelos revolucionários franceses: o marxismo e sua revolução socialista. A partir do avanço dos comunistas e seus embates contra o capitalismo no decorrer do século XX, o mundo entraria num período de "grandes catástrofes", a maioria delas perpetradas em nome de ideologias revolucionárias. As revoluções e a violência comunista em nome de seu projeto social teriam ceifados ainda mais vidas que "não só o total dos morticínios anteriormente ocorridos em todas as civilizações conhecidas, mas também as taxas de óbitos registradas em todas as epidemias, terremotos e furacões do século XX"[43].

Os revolucionários, portanto, seriam pessoas inconsequentes, dispostas a fazer qualquer coisa em nome de seu projeto de futuro utópico. Todavia, frustrando-se ao não alcançar a utopia socialista, o marxismo teria se adaptado para disputar o poder de outras maneiras, diminuindo o foco na luta armada e buscando o controle das mentalidades e da hegemonia política.

Gramsci, o marxismo cultural e o domínio da hegemonia

A referência política da esquerda, especialmente após a queda do Muro de Berlim, deixaria de ser Lênin para se tornar Gramsci, substituindo a luta armada pela luta cultural. Com esse movimento, os comunistas pretenderiam dominar os corações do povo para que este se acostumasse com os ideais comunistas e aceitasse as imposições do marxismo sem sequer perceber que o controle do capitalismo estava sendo substituído pelo comunismo. Este seria o estágio final da humanidade quando analisada por Olavo de Carvalho, um momento de enorme avanço do gramscismo na sociedade, estabelecendo diversas formas de controle mental sobre a população e sobre as instituições políticas, econômicas e midiáticas. Olavo aponta que até mesmo técnicas de hipnose coletiva seriam utilizadas com esse fim, ele aponta, inclusive, que conseguiu observar a hipnose coletiva sendo exercida por Pessanha na fatídica palestra sobre Epicuro, por exemplo.

Mas antes do uso de técnicas como a de Pessanha, um dos primeiros esforços para a construção da hegemonia estaria na desconstrução das bases fundamentais da sociedade capitalista, para isso, é necessário "apelar a algo como a 'teoria crítica' da Escola de Frankfurt, que atribui ao intelectual revolucionário a missão única de tudo criticar, denunciar, corroer e destruir, concentrando-se no 'trabalho do negativo'"[44]. E dentre os pontos centrais que deveriam ser destruídos está o cristianismo e suas contribuições, como a distinção entre o certo e errado. Por isso, os comunistas teriam estabelecido uma inversão dos valores, confundindo certo e errado, impondo diversas práticas consideradas imorais buscando acostumar o povo aos novos tempos que seriam impostos pelo futuro governo.

Uma das estratégias dos comunistas teria sido a criação de uma imagem positiva da criminalidade, destacando o sofrimento dos mais pobres para perdoá-los de todos seus erros, de forma que se "idealiza romanticamente o banditismo popular para contrastá-lo com a criminalidade da elite, dos *white collars*, impingindo ao povo o estereótipo, talvez 'politicamente correto', mas moral e sociologicamente falso, dos bons ladrões contra os maus ladrões"[45]. E esta teria sido uma prática especialmente forte no Brasil e que demonstra outras das estratégias da esquerda na busca pela hegemonia: o controle sobre a imprensa e a produção do conhecimento. Olavo de Carvalho afirmava que a divulgação dos ideais de

um "bom banditismo" teria sido feita através das publicações científicas, feitas nas universidades tomadas pela esquerda, e de obras literárias, como *Capitães de Areia*, de Jorge Amado, "a epopeia melosa da transfiguração de um delinquente juvenil em militante revolucionário"[46].

Ou seja, na sua visão, o que se pretendia com obras do tipo era a cooptação dos criminosos para a causa da esquerda, o que teria se tornado realidade a partir da ditadura militar. Neste período, presos políticos e presos comuns se encontraram nas prisões brasileiras e lá, "após a derrota da luta armada, os militantes brasileiros presos passaram a alimentar uma vaga esperança no potencial revolucionário do *Lumpen*, e (...) trataram de ir ensinando táticas de guerrilha aos bandidos com quem conviviam"[47]. Ao mesmo tempo, sob o nariz desatento dos militares, "na década de 1960, a esquerda acuada pela ditadura se refugiou no gueto cultural e universitário, impondo lá dentro hegemonia similar à que a direita exercia no território em torno"[48]. A partir da formação dos profissionais que atuariam nas escolas, na imprensa e nos órgãos de governo, mesmo derrotada na luta armada, a esquerda poderia tomar o controle da hegemonia cultural brasileira.

Após a retomada das eleições, a esquerda foi conquistando diversas vitórias e passando a governar diversos estados e municípios nos anos 1980 e 1990 e em muitos desses espaços passou-se a utilizar o Estado para fortalecer o crime organizado brasileiro. Caso destacado por Olavo seria o de Brizola: "o apoio dos bicheiros – o que é mesmo que dizer: dos traficantes – foi a principal base de sustentação popular sobre a qual se ergueu [...] o império do brizolismo, a ala mais tradicional e populista da esquerda brasileira"[49], por isso, o governo do pedetista teria sido utilizado para dificultar a atuação da polícia no combate às facções. O mesmo seria feito na esfera federal através dos governos de FHC (que era entendido por Olavo de Carvalho como um esquerdista, sendo uma "falsa direita" alinhada com Gramsci e Marx), Lula e Dilma. O exército da futura revolução, do golpe final que seria dado contra a Tradição no Brasil, estaria há anos sendo gestado dentro de grupos como o PCC e o Comando Vermelho.

Mas este golpe não seria dado apenas dentro do Brasil, pois outra das grandes preocupações que Olavo de Carvalho tinha na política do século XXI era a formação de um grande governo comunista mundial. Esta é uma teoria da conspiração conhecida como globalismo, que aponta que diferentes órgãos internacio-

nais estariam instrumentalizados pela esquerda para impor a todos os Estados o comunismo. Uma das evidências desse plano seria a campanha antitabagista, pois

> o antitabagismo militante jamais teve por meta proteger a saúde de ninguém. Foi apenas um primeiro e bem-sucedido experimento de engenharia comportamental em escala planetária. Foi um balão de ensaio, preparatório à implantação de controles cada vez mais drásticos, cada vez mais intrusivos, destinados a reduzir a população de todo o Ocidente a uma massa amorfa incapaz de reagir a qualquer imposição, por mais arbitrária, lesiva e absurda, que venha da elite globalista autoconstituída em governo mundial.[50]

Olavo de Carvalho acreditava que a Organização Mundial da Saúde, em parceria com universidades, a mídia e ministérios da Saúde, teria mentido sobre os riscos do tabagismo para testar a disposição do povo em seguir ordens arbitrárias. Por trás desse exercício estariam os gramscianos que pretendem o controle completo do mundo, destruindo todas as identidades nacionais (e regionais), todas as práticas religiosas e a moralidade que sustentam as sociedades há séculos. Este movimento comunista pode ser visto como o último golpe de misericórdia contra a Tradição, caracterizando a fase final da idade das trevas como ela era compreendida por Evola e Guénon.

Considerações finais

Não é difícil perceber que a forma que Olavo de Carvalho narra a história do Brasil e da Europa em suas obras não apresenta nenhum compromisso com as publicações da historiografia, nem brasileira, nem estrangeira. Na verdade, quando ele se propunha a falar sobre historiadores ou sobre a historiografia era sempre de forma bastante crítica, buscando denunciar a influência gramsciana na produção do conhecimento acadêmico, à exceção de alguns nomes como Otto Maria Carpeaux, que seria "o maior dos nossos críticos e historiadores literários"[51].

O maior distanciamento entre Olavo e a produção historiográfica, além do seu temor pelo domínio comunista sobre as mentes daqueles formados nas universidades, está no desprezo que este sente pelo desenvolvimento da ciência

moderna. Para ele, a observação e a investigação das fontes pode ser compreendida como práticas presas ao materialismo, quando o verdadeiro conhecimento deveria se estabelecer a partir da lógica e da dedução. Por isso, a maioria dos apontamentos históricos de Olavo aparecem sem referências às fontes ou a autores que porventura tenham-nas analisado.

Olavo de Carvalho, portanto, falseou a História para que ela pudesse servir à sua visão decadentista do mundo. Suas referências ao passado não se davam por interesse na sua factualidade, mas, sim, para reforçar seus argumentos sobre o suposto estágio atual de avanço extremado do comunismo. A compreensão deste esforço realizado por ele em livros e artigos é essencial, pois este é um autor que serviu de inspiração intelectual para diversos políticos que ocupam hoje cargos públicos ou que podem ocupá-los futuramente.

Mas, além disso, muitos produtores de vídeos e textos sobre o passado também constroem suas narrativas baseados nos princípios olavistas, dentre eles, empresas como a Brasil Paralelo. Mesmo que os vídeos desta e outras produtoras de conteúdo não busquem validação entre historiadores de formação, seu conteúdo pode alcançar muitas pessoas interessadas pelo passado, mas que estão fora dos círculos acadêmicos. Compreender a história olavista é essencial para que possa desconstruí-la no debate público.

Notas finais

[1] CARVALHO, Heloisa de., BUGALHO, Henry. *Meu pai, o guru do presidente: a face ainda oculta de Olavo de Carvalho.* Curitiba: Kotter Editorial; Editora 247, 2020, p. 40.

[2] CARVALHO; BUGALHO, 2020, p. 40-41.

[3] TEITELBAUM, Benjamin R. *Guerra pela eternidade: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista.* Campinas, SP: Editora Unicamp, 2020, p. 123.

[4] VASCONCELOS, F. As origens intelectuais do fascismo e suas reinvenções: entre a "revolução conservadora" e o Tradicionalismo. in: *PLURAL*, Revista do Programa de Pós -Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.29.1, jan./jun., 2022, p. 219.

[5] Ibidem, p. 220.

[6] VASCONCELOS, 2022, p. 221.

[7] TEITELBAUM, 2020, p. 21.

[8] VASCONCELOS, 2022, p. 221.

[9] TEITELBAUM, 2020, p. 22.

[10] CARVALHO, Olavo de. *A Nova Era e a Revolução Cultural*: Fritjof Capra & Antonio Gramsci. 4ª Edição. Campinas, Vide Editorial, 2014.

[11] Idem. *O Jardim das Aflições:* de Epicuro à ressurreição de César: ensaio sobre o Materialismo e a Religião Civil. 3ª Edição (formato digital). Campinas, Vide Editorial, 2015.

[12] Idem. *O Imbecil Coletivo:* atualidades inculturais brasileiras. 1ª Edição (formato digital). Rio de Janeiro, Editora Record, 2018.

[13] Idem. *O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota*. 1ª Edição (formato digital). Rio de Janeiro, Editora Record, 2013.

[14] Idem. *A Nova Era...* , 2014, p. 10.

[15] Ibidem, p. 12.

[16] Ibidem, p. 12.

[17] CARVALHO, Olavo de. *A Nova Era...* 2014, p. 12-13.

[18] Ibidem, p. 13.

[19] Idem. *O Jardim das Aflições*, 2015.

[20] Idem. *A Nova Era...* 2014, p. 222.

[21] CARVALHO, Olavo de. *O Imbecil Coletivo*, 2018.

[22] Ibidem.

[23] CARVALHO, Olavo de. *Jardim das Aflições*, 2015.

[24] Ibidem.

[25] Ibidem.

[26] CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições*, 2015.

[27] Ibidem.

[28] CARVALHO, Olavo de. *O mínimo ...*, 2013.

[29] CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições*, 2015.

[30] Ibidem.

[31] Ibidem.

[32] CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições*, 2015.

[33] Ibidem.

[34] Idem. *O mínimo ...* 2013.

[35] Idem. *O Imbecil Coletivo,* 2018.

[36] Idem. *O Imbecil Coletivo*, 2018.

[37] Idem. *O Jardim das Aflições*, 2015.

[38] CARVALHO, Olavo de. *O Jardim das Aflições*, 2015.

[39] Idem. *O Jardim das Aflições*, 2015.

[40] Idem. *O Imbecil Coletivo*, 2018.

[41] Idem. *O Jardim das Aflições*, 2015.

[42] CARVALHO, Olavo de. *O mínimo....* 2013.

[43] Ibidem.

[44] CARVALHO, Olavo de. *O mínimo ...*, 2013.

[45] Idem. *O Imbecil Coletivo,* 2018.

[46] Idem. *O mínimo...* 2013.

[47] Idem, *A Nova Era e a Revolução Cultural*, 2014, p. 75.

[48] CARVALHO, Olavo de, *O Jardim das Aflições*, 2015.

[49] Ibidem, p. 133.

[50] Idem. *O mínimo ...* 2013.

[51] CARVALHO, Olavo de. *O Imbecil Coletivo,* 2018.

VII

O mago, as finanças e o Estado Novo Português

Luciano Aronne de Abreu

Antônio de Oliveira Salazar assumiu o Ministério das Finanças, ainda sob a Ditadura Militar, no dia 27 de abril de 1928, num contexto de grave crise econômica que se estendia já há alguns anos em Portugal, mas que, naquele momento, havia se transformado numa questão política decisiva para a estabilidade do regime. Após a primeira Guerra Mundial, como bem assinala Antônio Rafael Amaro[1], [2]as novas fontes de legitimidade política não eram mais de caráter parlamentar, mas tecnocrático e, como então recomendava a própria Sociedade das Nações, os países deveriam adotar políticas orçamentais restritivas e colocarem no Ministério das Finanças técnicos competentes em matéria econômica e financeira, como seria o caso de Salazar. Tais competências técnicas, porém, não eram exclusividade de Salazar, podendo serem encontradas também em Armindo Monteiro e Fernando Emídio da Silva, por exemplo; portanto, sua escolha deveu-se especialmente à sua "habilidade política aliada ao fato de ser dos poucos que tinha uma ideia bem definida sobre o rumo a dar à Ditadura, numa situação em que ela parecia um barco à deriva (...)". Além disso, seria também difícil encontrar alguém que contasse com "o apoio da hierarquia da Igreja Católica e de sua importante rede de imprensa nacional, regional e local (...)", o que fez de Salazar uma espécie de homem certo no momento adequado.

A esse respeito, ainda segundo Antônio Rafael Amaro, a estratégia de Salazar como "mago das finanças" esteve diretamente associada a um projeto político: "Salazar estava convencido, e não estava sozinho nesse diagnóstico, que a solução da questão financeira era mais fácil em ditadura", mas sabia também que isso só seria possível "com uma total reorganização político-administrativa que colocasse o Ministério das Finanças no centro do poder"[3]. Tal afirmação insere-se numa já longa tradição da historiografia portuguesa que, nas palavras de Antônio José Telo[4], define os primeiros anos de Salazar como ministro (entre 1928 e 1932) como uma ditadura financeira. Naquele contexto, a prioridade do problema financeiro obriga Portugal a uma profunda reorganização política "bem expressa na condição colocada por Salazar de ter o direito de veto sobre qualquer aumento de despesa. Trata-se de uma exigência muito anormal que, quando é aceite, transforma o Ministro das Finanças no verdadeiro centro do poder, ao qual todos os outros ministros são obrigados a dirigir constantes pedidos". Mais ainda, a prioridade às finanças implica num "programa de austeridade impopular a médio prazo, o que aponta para a manutenção de um governo forte e não dependente das oscilações da opinião pública e do voto por um período prolongado, ou seja, implica a manutenção da ditadura militar"[5].

Já em seu primeiro ano como Ministro das Finanças (1929), Salazar não apenas obteve o desejado equilíbrio orçamentário (financeiro) do país, mas um superávit de 285 mil contos[I], o que então abriria caminho para avançar às demais prioridades do seu governo – a solução dos problemas econômico, social e político – e para sua própria ascensão política como Presidente do Conselho de Ministros (1932) e chefe de um novo regime de tipo autoritário-corporativista, o Estado Novo (1933).

Nas décadas seguintes, embora a historiografia não defina o Estado Novo como uma ditadura financeira, nos termos acima citados, e sim como uma ditadura de Chefe de Governo, na clássica definição de Fernando Rosas[6], pode-se afirmar que a atuação de Salazar como "mago das finanças" e o equilíbrio financeiro do país continuaram a ser elementos fundamentais de legitimação política

[I] Discurso de Fernando Emídio da Silva sobre a situação econômica de Portugal e a solução de Salazar, proferido em sessão solene da Câmara Corporativa em comemoração aos dez anos da posse de Salazar no Ministério das Finanças. Trecho reproduzido no jornal *Novidades* do dia 28/04/1938, p. 4.

do regime, como bem ilustram as celebrações anuais realizadas pelo próprio governo (oficiais e extraoficiais) no dia 27 de abril, data de sua posse no ministério. Ao longo desse estudo, portanto, tem-se por objetivo justamente analisar as muitas e variadas formas de manifestação pública de homenagem a Salazar por sua obra financeira, atos e discursos celebrados em todo o país e amplamente noticiados pela imprensa (sob censura do SPN), tendo por referência os jornais *Diário de Notícias*[7], *O Século*[8] e *Novidades*[9], como se verá melhor a seguir.

Breve contexto, a crise e sua solução

Para começar, ainda que não se pretenda fazer exatamente uma crítica ou um balanço da vasta produção existente sobre a crise econômica portuguesa e a reforma financeira de Salazar, são aqui importantes algumas breves referências historiográficas[II] para uma melhor compreensão dessas questões, em si, e dos seus usos posteriormente feitos para a consolidação e legitimação do poder político de Salazar e do Estado Novo, como se pretende demonstrar ao longo desse estudo.

Quanto à crise econômica, Antônio José Telo diz que o que está verdadeiramente em causa em Portugal no contexto pós-Primeira Guerra é a forma de inserção do país no "sistema econômico internacional e, dentro deste, o equilíbrio dos principais fluxos financeiros"[10]. Naqueles anos, a economia portuguesa foi marcada por uma inflação galopante, queda do escudo e um breve desenvolvimento industrial voltado para dentro (protegido pela baixa do escudo), além de uma alta especulação imobiliária e grande fuga de capitais. A esse respeito, segundo Telo, calcula-se que havia entre "60 a 70 milhões de libras do capital português no estrangeiro", valores que teriam quase dobrado em 1930[11]. Colocando-se esses valores em perspectiva, de modo a dimensionar melhor sua importância para a crise econômica do país, Telo diz que as exportações portuguesas em 1929 não ultrapassavam os 10 milhões de libras, as remessas dos imi-

[II] De modo especial, tomam-se como referência os clássicos estudos de Antônio José Telo (1994), A obra financeira de Salazar: a 'ditadura financeira' como caminho para a unidade política (1928-1932); e de Fernando Rosas (1998), História de Portugal – o Estado Novo (v.7).

grantes seriam de 5 a 7 milhões de libras e o grande empréstimo solicitado por Sinel de Cordes à Sociedade das Nações foi de 12 milhões de libras. Por outras palavras, diz Telo, "os capitais portugueses no estrangeiro no fim da República seriam, possivelmente, mais de sete anos de exportações, ou dez anos de remessas de imigrantes. Era um valor imenso à escala nacional, resultado de mais de quarenta anos de uma irregular fuga"[12].

Como alternativa, alguns setores do republicanismo viam na tônica do desenvolvimento e da renovação tecnológica "a solução de longo prazo para o equilíbrio estável dos fluxos financeiros", enquanto outros defendiam "a solução imediata dos problemas financeiros do Estado através de uma política de austeridade financeira"[13]. Entre os anos de 1924 e 1925 prevaleceu a primeira hipótese, da qual resultou uma profunda crise social e agitação política e não promoveu o retorno dos capitais, ou isso ocorreu numa escala muito reduzida apesar do incentivo oferecido pela valorização do câmbio: "os agentes econômicos, na sua esmagadora maioria, preferem perder dinheiro e deixar os capitais seguros no estrangeiro, em vez de apostarem no seu retorno num ambiente onde nada parece seguro"[14].

O fracasso de sua política econômica e o contexto de fortes agitações socais e políticas levaram à queda da Primeira República e à Ditadura Militar (1926), cujo ministro, Sinel de Cordes, apostou na estabilização do escudo como solução para a crise econômica, para o que buscou o já citado empréstimo de 12 milhões de libras junto à Sociedade das Nações. Assim, segundo Telo, "além de apressar o reconhecimento internacional da ditadura e, logo, criar as condições psicológicas do regresso dos capitais", o crédito externo permitiria também "equilibrar a balança de pagamentos a curto prazo, manter o escudo estável e promover as obras de fomento de base sem um equilíbrio imediato, o que implicaria uma política impopular de austeridade"[15]. A não concessão do empréstimo, porém, em grande parte por "razões políticas e pela falta de garantia da continuidade da ditadura militar"[16], abriria caminho para a reforma financeira de Salazar.

Nesse contexto, a indicação de Salazar ao Ministério das Finanças impôs ao país a segunda hipótese acima citada, qual seja, a imediata reforma financeira e o equilíbrio do orçamento do Estado, tendo por preocupação impedir o aumento da inflação, o que poderia obrigar o governo a conceder aumentos salariais e

revigorar o movimento sindical. Com a condição de ter poder de veto sobre qualquer aumento de despesa no governo, tornando-se uma espécie de superministro e o centro do poder político da Ditadura Militar, Salazar promoveu o saneamento financeiro do país pela via clássica, ou seja, a "compressão das despesas, completada pela tributação extraordinária (imposto de salvação nacional), acompanhada pelo saneamento e diminuição do serviço da dívida pública. Tudo isso associado ao controle pelo Ministério das Finanças sobre os outros ministérios – como meio de evitar o crescimento das despesas (...)"[17]. Em sentido semelhante, mas de forma mais simples e com certa dose de ironia, Jorge Braga de Macedo diz que Salazar "administrava e fazia administrar a economia nacional como teria administrado a sua economia caseira: - não gastava mais do que ganhava, tolerando quando muito uma dívida moderada entre conhecidos, mas não com estranhos, gastava com parcimônia, nunca se entusiasmando em dar nas vistas"[18]. A seguir, referindo-se à sua rejeição das inovações teóricas e dos novos modelos econômicos então propostos por John Keynes, Macedo diz que Salazar, de forma instintiva, "parecia desconfiar de teorias elaboradas e sobretudo das que ele não entendia. Ao pouco que ele havia aprendido de teoria econômica na Faculdade de Direito de Coimbra, nada havia sido acrescentado por estudos ulteriores, mas apenas pela sua prática pessoal"[19]. Os próprios relatórios do Banco de Portugal ignoravam completamente as teorias Keynesianas, mesmo que fosse para criticá-las, o que, segundo Macedo, indica que "a exposição e o delineamento da política econômica se pautavam pela velha ortodoxia financeira; o relatório falava a linguagem que o Chefe do Governo entendia"[20].

Pode-se afirmar, portanto, que a solução da questão financeira em Portugal se deu pela via ou pela linguagem de Salazar, ou seja, a clássica ortodoxia financeira associada ao autoritarismo político. Após acabar com o déficit orçamental, estabilizar o câmbio, consolidar a dívida e reorganizar o crédito, Salazar colocou entre as suas prioridades promover o fomento. A partir de 1929, diz Telo, suas duas principais preocupações foram consolidar os resultados obtidos e adotar algumas medidas no campo econômico, especialmente de proteção à agricultura "no sentido de incentivar o aumento da produção por substituição de importações para calar as vozes mais críticas"[21]; no caso da indústria, contudo, as ações do Estado foram mais modestas, com os setores mais frágeis sendo obrigados à

cartelização e à organização corporativa subordinada ao Estado. Daí em diante, o Estado seria chamado a intervir na economia de forma cada vez mais intensa, não tanto no fomento à produção, mas de proteção do mercado, ou seja, "uma constante função de arbitragem, coordenação e proteção dos fracos agentes económicos"[22], o que evitaria os conflitos econômicos e garantiria a paz social nas próximas décadas do regime.

A esse respeito, em sintonia com a análise de Telo sobre as reformas de Salazar e os resultados de sua ditadura financeira, Fernando Rosas diz que a política de estabilização financeira iniciada em 1928 pode ser considerada concluída já em meados da década de 1930. Segundo ele,

> o equilíbrio orçamental vigorava desde 1928-1929 e acumulavam-se os saldos positivos das contas públicas; a moeda fora revalorizada e, apesar de acompanhar a lira, o seu valor estabilizara desde 1931; os preços e os fatores que intervinham na sua formação – designadamente os salários – estavam sob rígido controle; a dívida pública e os seus encargos tinham, assim, sido substancialmente reduzidos[23].

Durante o Estado Novo, portanto, já estariam dadas as condições para que o governo avançasse da etapa de estabilização para a de dinamização da economia[III]. Quanto à sua lógica econômica, porém, deve-se lembrar que as ações de Salazar estiveram sempre associadas a um projeto político e, nesse sentido, o modelo econômico do Estado Novo pautou-se pela busca da estabilidade geral do sistema, na qual o equilíbrio e o 'durar' impuseram-se "como valores políticos em si mesmos, aos quais tudo sujeita – e a economia também – na estratégia de conservação do regime"[24]. Na interpretação de Fernando Rosas, a lógica econômica para o modelo de fomento do Estado Novo deve ser compreendida em relação à sua lógica social, em busca de realizar o que o autor chama de um "triplo equilíbrio econômico e social": a) conter e reprimir o movimento operário; b) favorecer os interesses produtivos da indústria e da grande agricultura e os interesses

[III] Os traços gerais da política econômica do Estado Novo e suas medidas de dinamização da economia foram reunidos por Salazar na lei de Reconstituição Econômica por ele enviada à Assembleia Nacional em 1935. A esse respeito ver: Rosas, 1998, p. 238 e seguintes.

do comércio internacional e colonial; c) acomodar os grandes e os pequenos interesses da agricultura, do comércio e da indústria.

Dito isso, o modelo econômico do Estado Novo, que Rosas diz ser uma expressão utilizada mais por sua facilidade do que pelo rigor do conceito, baseou-se em três balizas ou princípios fundamentais: a busca da autarcia, da autossuficiência possível; o nacionalismo econômico; e o intervencionismo econômico do Estado, tendo como principais instrumentos de concretização das diretrizes de sua política econômica os seguintes[25]:

1. Equilíbrio orçamental e crédito: por um lado, permitiu a estabilização monetária e criou condições para a retomada de investimentos privados e para a repatriação de capitais; por outro, possibilitou a baixa das taxas de juros e o lançamento de uma política de financiamento público às atividades econômicas;
2. Política de infraestruturas[IV]: expressou-se principalmente na construção ou melhoramento da infraestrutura portuária e rodoviária, na construção de escolas e hospitais, na modernização das redes de telégrafo e telefone, por exemplo;
3. Organização corporativa: estímulo ao que o governo dizia ser um corporativismo de associação[26] e uma economia autodirigida; na prática, porém, o governo regulava quase tudo por meio dos organismos de coordenação econômica ou dos grêmios de associação obrigatória: "dimensão mínima das empresas, cotas de produção, normas de produção, cotas de consumo de matérias-primas, preços desde o produtor ao consumidor, autorizações de importação, preços de exportação, etc. Pouco ficava para a autodireção pelos interessados"[27];

[IV] Segundo Fernando Rosas, as obras portuárias concentraram a maior parte dos gastos públicos em infraestrutura realizados entre 1928 e 1939, citando como exemplo as obras realizadas nos portos de Lisboa e Leixões e a construção de novos portos ou melhoramentos nos de Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Aveiro, Figueira da Foz, Peniche, Setúbal, Vila Real de Santo Antônio, Funchal e Ponta Delgada. Quanto às obras rodoviárias, entre 1930 e 1939, foram construídos mais de 500 Km de novas estradas nacionais, especialmente entre os principais polos de desenvolvimento e suas ligações ao exterior. A esse respeito ver: Rosas, 1998.

4. Condicionamento industrial: política de severa intervenção estatal na economia que, a fim de evitar a concorrência excessiva e a produção desordenada, impôs a necessidade de licenças prévias para a criação, expansão e localização das indústrias; tal política funcionou como um instrumento de corporativização da indústria e, segundo Fernando Rosas, "o condicionamento, por um lado, e a organização gremial e cartelizada, onde existia, por outro, constituir-se-iam em fatores de perpetuação de empresas, tecnologias e níveis de produtividade obsoletos, unicamente possibilitados pelo escamoteamento administrativo da concorrência"[28];
5. Setor estatal na economia: o Estado era proprietário de um vasto e diversificado grupo de empresas fabris militares, desde estaleiros navais e oficinas gerais de metalurgia até fábricas de moagem, vestuário, calçados, produtos farmacêuticos ou materiais de guerra.

Ao longo do Estado Novo, portanto, suas políticas de intervenção corporativa e condicionamento industrial surgem marcadas por um certo "ecletismo pragmatista", na definição de Fernando Rosas, ao contrário dos já citados instrumentos clássicos adotados por Salazar nos tempos da ditadura financeira (1928-1932) – equilíbrio orçamental, estabilização monetária, barateamento do crédito e política de infraestruturas. A esse respeito, em suas palavras, Rosas diz que o regime acorre "às exportações, à grande agricultura, a certas indústrias, sem que disso resulte uma lógica clara em termos de opção econômica estagnante ou desenvolvimentista ou disso resultando até lógicas econômicas contraditórias, procurando equilibrar-se ou articular-se"[29].

De todo modo, seja no que se refere à solução ortodoxa da crise financeira (1928-1932) ou ao dirigismo e corporativismo da política econômica do Estado Novo, pode-se afirmar que ambas ocorreram pela via ou pela linguagem de Salazar e do seu autoritarismo político. Ainda assim, em que pese suas diferentes políticas econômicas nos contextos pré e pós-Estado Novo, pode-se também afirmar que a imagem de Salazar como "mago das finanças" e o equilíbrio financeiro então conquistado pela via clássica continuaram a ser utilizadas como meio fundamental de propaganda e legitimação política do regime, como bem

atestam as celebrações anuais realizadas pelo governo, os muitos discursos então realizados por políticos e intelectuais portugueses e pela imprensa diária do país, como bem exemplificam os jornais *Diário de Notícias*, *O Século* e *Novidades*.

O "mago das finanças" e a "regeneração financeira" do país

Em primeiro lugar, para que se tenha uma ideia mais clara do seu alcance e dimensão, deve-se observar que as celebrações pela posse de Salazar no Ministério das Finanças (27/04) ocorriam anualmente em todo o país, incluindo as ilhas da Madeira e dos Açores e suas colônias em África e Ásia, mas, é claro, eram realizadas de forma muito mais efusiva e grandiosa em efemérides como os seus 10 anos (1938) e 20 anos (1948), como abaixo será referido. Tais celebrações incluíam desde atos mais ou menos simples e pessoais, como a visita ou um telefonema do Presidente da República, Óscar Carmona, e do Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manoel Gonçalves Cerejeira; visitas, cortejos e homenagens mais formais e institucionais realizadas pelos sindicatos nacionais, pela Comissão Executiva da União Nacional, por professores da Universidade de Coimbra ou pelos seus próprios ministros e demais membros do governo; sessões solenes da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa, sessões comemorativas das Câmaras Municipais de todo o país e da Liga 28 de Maio; desfiles da Mocidade e da Legião Portuguesa; até atividades mais populares como os serões culturais promovidos pela Fundação Nacional para a Alegria no Trabalho (FNAT), que distribuía ingressos gratuitos de cinema, teatro e outros espetáculos, além de muitas inaugurações de prédios públicos de escolas, hospitais, da Caixa Geral de Depósitos, dos Correios, etc. Essas atividades não se limitavam apenas ao dia 27 de abril, mas podiam estender-se por vários dias e, muitas vezes, confundiam-se também com as homenagens recebidas por Salazar em seu aniversário natalício, que acontecia no dia 28/04.

Tudo isso era amplamente noticiado pela imprensa portuguesa, como no caso dos jornais lisboetas *Diário de Notícias*, *O Século* e *Novidades*, todos eles de ampla circulação nacional, sendo o último vinculado diretamente à hierarquia da Igreja Católica, ao Patriarcado de Lisboa. Dada sua grande dimensão e varie-

dade, entretanto, não se tem aqui a pretensão de descrever ou analisar tais celebrações e atividades, em si, mas os discursos realizados nessas ocasiões pelos seus participantes e noticiados ou comentados pela imprensa a respeito do "mago das finanças" e do equilíbrio financeiro em Portugal. Em tais discursos, que também eram muitos e variados e os seus oradores bastante prolíficos, pode-se destacar duas questões fundamentais como elementos comuns dos seus conteúdos: 1) exaltação da liderança política de Salazar, de sua relação com a Revolução Nacional e com a nação e/ou a pátria; 2) exaltação das realizações financeiras de Salazar, da originalidade do seu modelo econômico-corporativo, adequado à realidade nacional, mas com poucas referências aos números ou aos princípios teóricos da sua reforma. Deve-se observar, contudo, que esses elementos estão diretamente relacionados e articulados entre si, sendo esta divisão apenas para fins de uma maior clareza na exposição que se segue.

Quanto à liderança política de Salazar, toma-se aqui como ponto de partida o discurso do orador da Ação Escolar de Vanguarda (AEV) [V] nas celebrações de 1934, que destaca a superioridade de Salazar por meio de sua relação ou personificação da Revolução Nacional. Segundo ele, não bastavam à solução dos problemas portugueses apenas a ordem nas ruas ou nas finanças, respectivamente garantidas pelo Exército e por Salazar, mas era preciso uma transformação completa do Estado para torná-lo uma expressão perfeita do organismo nacional, o que seria garantido também pela própria liderança de Salazar. Nesse sentido, diz o orador, a posse de Salazar no Ministério das Finanças teria marcado o início "das grandes reformas administrativas que nos salvaram de tragédias que se avizinhavam e que conduziram Portugal, através de duríssimos sacrifícios, nobremente consentidos, a uma prosperidade nova, à restauração do seu crédito interno e externo, às gigantescas obras de fomento, a uma verdadeira ressurreição em todos os campos"[30]. A partir de então, Salazar teria se tornado não apenas

[V] Ação Escolar de Vanguarda (AEV) foi a primeira organização protofascista da juventude portuguesa de iniciativa governamental, criada pelo Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), mas de adesão voluntária. Sua sessão inaugural ocorreu no Teatro São Carlos, no dia 28 de janeiro de 1934, com uniforme de camisas verdes e utilização da saudação romana. Tinha como dirigentes Ernesto de Oliveira e Silva e Antônio Eça de Queirós, tendo por lema a defesa de uma "Ordem nova e de um Estado Totalitário". Sobre as direitas portuguesas ver: MARCHI, Riccardo (org). *Ideias e Percursos das Direitas Portuguesas*. Lisboa: Texto Editores, 2014.

"o grande restaurador das finanças", mas se convertido "no Chefe da Revolução Nacional portuguesa, reconhecido e aclamado pelo país inteiro"[31]. Ou seja, diz o orador da AEV, mais do que se constituir apenas no chefe da Revolução Portuguesa, Salazar "representa e garante a unidade e a continuidade da empresa começada há oito anos", ou seja, ainda antes do Estado Novo e mesmo de sua posse no Ministério das Finanças, mas no início da Ditadura Militar, em 1926. Tal seria a superioridade de Salazar, portanto, que o orador finaliza o seu discurso declarando que a AEV e as novas gerações de Portugal serão "fiéis à sua doutrina e ao seu comando e dispostas a trabalhar, a lutar e a vencer"[32].

Em sentido semelhante se manifestaria o professor Marques de Carvalho[VI] na celebração dos 20 anos da posse de Salazar no Ministério das Finanças, destacando a necessidade de uma reforma completa no sistema e em seus métodos. Segundo ele, "a crise era de sistema e, assim, a reforma teria de fazer-se fundamentalmente nos métodos e havia de desenvolver-se em ordem aos postulados rígidos de uma ética" e, por isso, conclui que a data que hoje se comemora "marcará por si só a adoção de uma doutrina e a íntima aliança entre a nação e o seu Chefe Político para a obra que viria a dar-lhe o orgulho patriótico e a solidez bastante para resistir com êxito aos vendavais ciclópicos com que o destino viria a vergastar o mundo"[33].

De forma complementar, mas exaltando especialmente o caráter nacionalista e patriótico de sua atuação, Marques Coelho diz que "aquele professor de Finanças surgira por sagrado chamamento da pátria", tomando em suas mãos os destinos do movimento que logo assumiria "a amplitude de verdadeira revolução nacional"[34], qual seja, a Ditadura Militar. Nesse sentido, diz ele, três importantes datas nacionais surgem indissoluvelmente ligadas em seu espírito: "18 de abril, 28 de maio, 27 de abril – três datas de primavera! – são complementos mútuos de um mesmo fato histórico"[35]. A primeira se refere à revolta militar de 1925 que, embora fracassada, diagnosticara a doença da pátria e estava predestinada "a presidir superiormente ao seu processo de cura"; a segunda "assinala o triunfo militar, que coloca as forças armadas ao serviço incondicional da obra de salvação"; e a terceira assegura pela doutrina "a convalescença para, depois, se conso-

[VI] Artur Rodrigues Marques de Carvalho foi Professor Catedrático de Farmácia da Universidade do Porto e Deputado por diversas legislaturas da Assembleia Nacional.

lidar a cura, abrindo caminho à criação de instituições próprias e promovendo a implantação de uma técnica que traria o desenvolvimento de toda uma ação transfiguradora"[36]. Em síntese, diz o orador, sem a última daquelas três datas – a posse de Salazar no Ministério das Finanças – as outras duas "não teriam tido o sentido histórico que veio a dar-lhes vincado sulco nos destinos da pátria"[37]. Mas, sem as duas primeiras, "não existiria o condicionalismo que tornou possível o comando de Salazar. E sem uma nação com vontade decidida de salvar-se, que se entregara com fé àquele comando esclarecido (...), tudo teria sido inútil"[38]. Nessa mesma perspectiva, o major Cortes Lobão disse que o Exército "restaurou a ordem, evitou a derrocada que parecia certa, abriu uma clareira de esperança na população portuguesa", mas ainda era necessário "criar os fundamentos de uma nova época da vida nacional. Era preciso dar forma a essa patriótica aspiração, entregando a administração do país a quem lhe garantisse uma obra de verdadeiro ressurgimento nacional (...)"[39],como seria justamente o caso de Salazar.

De sua parte, o *Diário de Notícias* exalta a liderança de Salazar por sua comunhão com a nação, acima de qualquer tipo de facciosismo. Em pequena nota publicada na primeira página do jornal, lê-se que a obra financeira de Salazar está inscrita na consciência nacional, à vista de todos, sendo ele o único homem "em cuja capacidade portugueses de todos os matizes políticos, constituindo a grande maioria da nação, confiam para a livrar de maiores tormentas e a conduzir a bom porto e salvamento"[40]. Esse seria também o tom de uma reportagem publicada pelo jornal sobre os 9 anos de Salazar no Ministério das Finanças. Após destacar "que todas as previsões [de reformas] foram excedidas em volume e em repercussões", o *Diário de Notícias* diz que "o compromisso nobilíssimo do Ministro das Finanças é hoje todo o ressurgimento da nação, numa página brilhante da sua história"[41]. Em 1941, nova reportagem do *Diário de Notícias* explicita o que diz ser a dupla finalidade das homenagens a Salazar, a primeira de caráter pessoal, ao homem, e a segunda de caráter simbólico, por sua comunhão com a nação. Em suas palavras, diz o jornal, essas manifestações têm "duas finalidades, e ambas elas, numa significativa demonstração de instinto público, foram empolgantemente compreendidas pela nação"[42]. A primeira, exaltando a superioridade de Salazar, "visa o homem colocado à frente dos destinos de Portugal – exemplo de outros homens, honra e lustre da pátria, afirmação prestigiosa de Portugal no

mundo, expressão superior da autoridade moral e histórica da nação"[43]. A segunda, simbólica, visa exaltar o que seria a "apoteose da unidade nacional", sendo as manifestações de homenagem a Salazar "uma rara prova de uniformidade, de exaltação e solidariedade coletivas (...). A nação está unida num bloco moral, que poucos precedentes têm na sua história secular"[44]. Nesse sentido, Salazar não apenas representaria a unidade nacional, mas seria o seu grande responsável, sendo a nação dele devedora, de suas "virtudes arraigadas e paternas que nos dão, perpetuamente, o instinto da continuidade",

> devemos [a Salazar] o sentimento das proporções que, inspirando-nos a projeção dos grandes sonhos, nos evitou sempre a sedução das aventuras – devemos o bom senso que, nas horas perigosas, salva; o sentimento da casa que, nas horas difíceis, nos une; a simplicidade, um pouco rabugenta, mas profunda, das nossas aspirações; o frugal contentamento do que somos e uma filosófica indiferença de quem muito andou e muito viu pelos desvaires, pelos perigos e pelas seduções alheias"[45].

O Século, por sua vez, destaca o papel central de Salazar para o êxito da chamada Revolução Nacional, ou seja, a Ditadura Militar, dizendo que ele "tomou conta da pasta das finanças, ao tempo a mais difícil de gerir e aquela de que dependia incontestavelmente o êxito do movimento revolucionário de 28 de maio de 1926"[46]. Segue o jornal exaltando a liderança e a superioridade de Salazar e, diante do sucesso de suas reformas, a transformação da desconfiança em confiança cega do mundo culto num só homem: "transmudou-se em fé inabalável nos atos, nas palavras e nas diretrizes daquele que logo de entrada se revelara um estadista de categoria dos que a gente portuguesa encontrara sempre em todas as fases difíceis da sua história para a salvar da miséria e da escravidão"[47]. Em síntese, diz a reportagem de *O Século*, as ações de Salazar construíram "sobre as ruínas de um Estado decrépito, desacreditado, apto a todas as gangrenas, um outro Estado que (...) é a mais forte garantia da segurança da pátria e da dignidade que deve sempre envolvê-la". Mais ainda, "disciplinou o que andava indisciplinado, moralizou-se o que se divorciara da moral, levaram-se a cabo as grandes obras materiais – estradas, portos, edifícios públicos, monumentos, escolas" e, portanto, "sobre os escombros de um país pobre e arruinado, elevou-se outro latejante

de seiva, decidido a tudo para progredir e viver, fiel à orientação do seu chefe, senhor absoluto dos seus destinos"[48]. Para *O Século*, portanto, a superioridade de Salazar é superlativa, muito além de simples chefe da Revolução Nacional, mas o senhor absoluto dos destinos da pátria.

Já o jornal *Novidades*, do Patriarcado de Lisboa, diz que a data de posse de Salazar no Ministério das Finanças é dia de festa nacional "mesmo sem ter sido decretado no Diário do Governo. A disposição decretou-a a nação inteira, o seu sentido de resgate, de dignificação, de gratidão ao pensamento de restauração do país que ela vê ir-se realizando (...)"[49]. Nesse sentido, *Novidades* exalta também a liderança e a superioridade de Salazar em relação aos demais portugueses, sendo ele não apenas "a evocação dos melhores pergaminhos da família portuguesa", mas também, "pelas virtudes da raça que conservara intactas em si mesmo, o sangue novo transfundido nas veias da nação, a sua saúde espiritual, a sua higiene de espírito (...)" e, portanto, "só em parte é verdadeiro que a obra de Salazar começou pelo saneamento financeiro: mais do que o equilíbrio e o robustecimento material dos dinheiros públicos, a sua obra, mesmo inicial, foi o reajustamento moral, o equilíbrio psicológico que essa sua obra de começo traduzia e significava já"[50]. Por fim, ao noticiar e comentar a ausência de Salazar na sessão solene realizada em sua homenagem na Câmara Corporativa, *Novidades* exalta ainda mais a superioridade de caráter e modéstia de Salazar e sua integral dedicação e sacrifício ao trabalho pela pátria. Em suas palavras, diz que "a modéstia de Salazar afastou-o da consagração inolvidável" , mas, por outro lado, destaca que "Salazar ausente era Salazar, como sempre, só presente onde é preciso trabalhar, sofrer, agir e alheado, sem ser indiferente, ao coro de hosanas que desde há 10 anos anda levantando à sua roda em todos os corações dos portugueses bons"[51]. A superioridade de Salazar, portanto, seria exaltada pelo *Novidades* por suas origens, valores morais, equilíbrio psicológico e por sua integral dedicação e sacrifício em nome da pátria, uma espécie de espírito que paira sobre a nação, sempre presente onde é preciso trabalhar.

Quanto às realizações financeiras de Salazar, em termos mais estritamente financeiros, destacam-se a seguir algumas importantes referências feitas por políticos, intelectuais e pela imprensa aos princípios, às realizações e aos números de sua reforma.

No primeiro caso – os princípios, Fernando Emídio da Silva[VII] destaca, em sua opinião, as cinco principais virtudes do sistema financeiro português construídos durante a administração de Salazar: a primeira delas seria justamente o "culto dos princípios"; a segunda, o seu realismo; a terceira, a "solidez da sua construção"; a quarta, o caráter "irradiante do sistema", visto que, com as finanças restauradas, "tudo mudou por encanto. Voltou a saúde, a vontade e a fé"; e, por fim, a quinta e mais importante virtude do renascimento financeiro do país seria o seu nacionalismo: "sobe muito alto o orgulho, agora, para proclamá-lo, o que está feito é estruturalmente nosso. Foi feito à medida exata do país. E foi pago, sem o favor de ninguém, com dinheiro português"[52]. Caeiro da Matta[VIII], por sua vez, destaca a peculiaridade da experiência política portuguesa, muito diversa da de outros países, desde a sua "concepção do Estado até a organização do apoio político e civil do governo, até a própria ideia corporativa, as diferenças são profundas. É que a fonte de inspiração da nossa construção política encontra-se na nossa história, nas nossas tradições, na capacidade psicológica da nossa raça, numa palavra: na realidade portuguesa"[53]. Segundo ele, o corporativismo português baseia-se na fórmula (nos princípios) "da economia autodirigida, incontestavelmente superior à de uma economia dirigida pelos governantes: as corporações, constituídas livremente, são organizadas e administradas pelos interessados, e a intervenção do Estado limita-se à função de árbitro e coordenador"[54]. Já o engenheiro Araújo Correia[IX], relator do orçamento na Assembleia Nacional, destaca o caráter democrático do regime português, ao contrário da ditadura que muitos o acusam, pois "não é ditatorial o regime de um país em que publicamente e com toda a largueza se discute a aplicação dos fundos que resultaram do imposto". As ditaduras, em sua opinião, "costumam ser regimes transitórios", ao contrário do regime português que "tem a ambição de durar"[55].

[VII] Fernando Emídio da Silva, bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, foi professor e Diretor da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Durante o Estado Novo português exerceu os cargos de administrador do Banco de Portugal e de Procurador à Câmara Corporativa.

[VIII] José Caeiro da Matta foi professor catedrático de Direito, Reitor da Universidade de Lisboa, administrador do Banco de Portugal e Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Educação durante o regime português do Estado Novo.

[IX] José Dias de Araújo Correia, licenciado em Engenharia de Minas pelo Imperial College of Science and Technology de Londres. Foi Deputado à Assembleia Nacional durante todo período do Estado Novo, destacando-se por seus estudos no campo econômico.

A fiscalização "conveniente e corajosa do que gasta o Estado e como gasta, em cada ano, é o primeiro dever de quem foi eleito para fiscalizar", sendo esse um dos princípios fundamentais nos quais se baseiam "as chamadas constituições democráticas, ao qual, raras vezes, e nós tivemos em casa a experiência – aderem os parlamentos de muitos países que as mantém"[56].

Quanto às suas realizações, em balanço dos dez anos de Salazar à frente do Ministério das Finanças, o também engenheiro Herculano de Carvalho[X] divide esse período em três fases, quais sejam: de 1928 a 1930, de 1930 a 1932 e de 1933 em diante, que correspondem ao já citado período que Antônio José Telo chama de ditadura financeira. Até 1930, diz ele, "a questão financeira dominou todo o quadro, o que não impediu que já alguma coisa se fizesse ou projetasse sobre estradas, portos, construções escolares, etc.". No período seguinte, o Ministro das Finanças dá início às obras de fomento: "o Estado há de criar condições de produção e condições de expansão externa; mas os indivíduos é que hão de, pelo trabalho, pela técnica, pela associação, aproveitá-las para o máximo rendimento". Por fim, em sua terceira fase, os serviços já existentes "receberam novas organizações mais adequadas ao seu grau de desenvolvimento e eficiência desejada; criam-se novos organismos; atacam-se com êxito as soluções de vários problemas que, de há tanto se verem em suspenso, se julgavam insolúveis"[57]. De sua parte, o já citado professor Fernando Emídio da Silva destacou em seu balanço as ações realizadas por Salazar no campo das despesas, dos impostos, da dívida e do orçamento. No caso das despesas públicas, diz ele, o seu condicionamento é modelo "de equilíbrio e interesse"; sua evolução observa a "precedência por ordem de possibilidades"; sua dosagem destaca-se "na proeminência por vantagens auferidas"; sua qualidade manifesta-se "por melhoria no grau de eficiência"; e sua economia refere-se à conscienciosa revisão do seu custo", ou seja, "gasta-se mais e gasta-se melhor"[58]. Já a reforma do imposto, seria "entre todas a mais vigorosa, a mais original (e tenho observado lá fora a mais impressionante)", baseada nos princípios do realismo e da simplicidade: "realismo que teve em vista o conhecimento imperfeito da nossa matéria coletável, para construir em conformidade"; simplicidade que se irradiou em todas as zonas do sistema: "nas taxas que se arre-

[X] Antônio Herculano de Carvalho foi professor e Diretor do Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, sendo depois Reitor dessa mesma Universidade entre 1966 e 1969.

dondam; nos deslocamentos que se poupam. Contraprova concludente quer do realismo quer da simplicidade da lei. O rendimento crescente do fisco no decênio. A economia no pessoal dos impostos que pode ser reduzido em um quinto. São resultados que contam"[59]. A dívida pública, por sua vez, teria "foros de obra prima" porque "da desordem crônica se passou a uma iluminura apta a ilustrar um manual de finanças", sendo seu principal resultado a "extinção da dívida flutuante"[60]. Por fim, a reforma do orçamento, garantido em seu equilíbrio pelo governo, "seu artífice e seu árbitro supremo". Nesse caso, Fernando Emídio da Silva destaca haver no regime uma técnica-modelo de apresentação orçamental, a qual teria garantido os dez anos de superávits então comemorados em Portugal:

> Eu posso saber, por exemplo, em poucos minutos, quanto se gasta em todos os serviços, pelo que respeita à mais miúda subdivisão das despesas. Depois na defesa intransigente dos dinheiros públicos. Pela edição das chamadas regras clássicas: a da unidade, passada mesmo à Constituição (...). Pela limitação das transferências de verbas – para assegurar o respeito ao texto aprovado. Pela severidade na abertura de créditos extra orçamentais – para proteger o equilíbrio contraofensivas supervenientes. Pela responsabilidade dos chefes para se respeitar o cabimento dos gastos. Pela restrição de despesas de exercícios findos para que se não possa sacar sobre autorizações prescritas. Pela publicação de contas claras, pontuais e rápidas, para que todos possam fiscalizar a gestão financeira. As contas de 1936 foram publicadas em 18 de junho de 1937. Quadro formidável onde o Estado parece ter organizado a defesa contra si próprio. E quadro que deu as suas provas – em dez anos de superávits"[61].

De forma complementar aos balanços de Herculano de Carvalho e de Fernando Emídio da Silva, o Ministro da Educação, Carneiro Pacheco[XI], destacou importantes realizações materiais do regime, resultantes de sua restauração financeira, tais como "magníficas estradas [que] cortam Portugal de lês a lês"; a construção de portos que satisfaçam as exigências da economia nacional, e "já

[XI] Antônio Faria Carneiro Pacheco, professor de Direito da Universidade de Lisboa, exerceu durante o Estado Novo os cargos de Presidente da Comissão Executiva da União Nacional e de Ministro da Educação, além de ser um dos fundadores da Mocidade Portuguesa.

os maiores transatlânticos do mundo podem acostar nos cais de Portugal"; investimentos nas Forças Armadas que garantam, "com os mais eficientes meios técnicos a defesa da Nação e do Império"; o ordenamento dos serviços públicos e a valorização do "patrimônio histórico e artístico da Nação" e, portanto, conclui o orador, inicia-se com o Estado Novo "uma era de dignificação do trabalho e de justiça social"[62].

Por fim, quanto aos números da sua reforma, seus resultados propriamente financeiros, foram muito poucas as referências encontradas nos discursos de políticos e intelectuais ou mesmo nas matérias dos jornais aqui analisados. Em 1938, por exemplo, em discurso na Assembleia Nacional, o Deputado Diniz da Fonseca diz apenas que os resultados da obra financeira de Salazar podem ser assim resumidos: "no plano financeiro, 1.300.000 contos de saldos; no plano econômico, aplicação desses saldos exclusivamente: em diminuição da dívida pública, em fomento e reconstituição econômica, em defesa nacional, numa palavra, em tornar realidades as mais profundas aspirações nacionais formuladas ao longo dum século". Já no plano internacional, diz o Deputado, tal obra "pôs eloquentemente em relevo a distância que vai da proclamação da nossa quase falência financeira pelos peritos de Genebra, (...) até a situação de Estado pessoa de bem, que tem as contas certas e claras"[63].

Após diversos discursos, nessa mesma sessão, a Assembleia aprovou por aclamação as contas do governo do período de 1928 a 1936, tendo em consideração que "a cobrança das receitas públicas, durante as gerências e anos econômicos (...) foi feita em harmonia com as autorizações e preceitos legais e adaptou-se, quanto possível, às circunstâncias econômicas e sociais do país". Além disso, diz também que as despesas públicas "deram satisfação às obrigações normais e extraordinárias do Estado em conformidade com as disposições legais"; que os empréstimos contraídos tiveram sua "aplicação estatuída nos preceitos constitucionais"; que durante esse período foi mantido um "rigoroso equilíbrio orçamental e são verdadeiros e legítimos os saldos apresentados nas contas gerais do Estado ao mesmo respeitantes"; e que "foi altamente benéfica para a nação a obra financeira realizada durante o mesmo período"[64]. A esse respeito, cabem aqui duas observações: a primeira e mais evidente é que, desde a sua posse até 1936, Salazar comandou o Ministério das Finanças e realizou as reformas acima cita-

das de forma pessoal e arbitrária – uma ditadura financeira de fato, sem qualquer controle e aprovação da Assembleia Nacional; a segunda é que os argumentos citados para aprovação retroativa desses orçamentos são mais de ordem jurídico-política do que financeira.

De forma mais direta, apenas o *Diário de Notícias* destacou em suas páginas os princípios e os números que atestam o sucesso financeiro da reforma de Salazar. Segundo esse jornal, o equilíbrio do orçamento e das contas, o saneamento da dívida pública, a reforma das instituições, os métodos e práticas da nova administração financeira e o aumento dos saldos "que constituem hoje a líquida garantia da estabilidade da nossa moeda" foram conquistados "à custa de um esforço de reintegração nos princípios clássicos da técnica financeira"[65], do que resultou o seguinte resultado financeiro em 1939 (em milhares de contos):

Receita ordinária: 2.177,4
Receita extraordinária: 354,8
Total: 2.532,2
Despesa ordinária: 1.927,7
Despesa extraordinária: 470,6
Total: 2.398,3
Saldo Positivo: 133,9

Sobre estes valores, o jornal esclarece ainda que "compreendem-se na receita extraordinária 306.800 contos despendidos pela força dos saldos dos exercícios transatos", ou seja, o recurso do governo de buscar empréstimos "limitou-se a 47.600 contos que foram aplicados ao repovoamento florestal, à construção de liceus e à valorização da rede telegráfica e telefônica"[66].

Face ao exposto, embora não se questione a historiografia acima citada e sua visão já consolidada a respeito das reformas de Salazar e sua ditadura financeira, que correspondem mais especificamente aos anos de 1928 a 1934, pode-se afirmar que a imagem do "mago das finanças" e a importância do equilíbrio financeiro em Portugal continuaram a servir como justificativa e legitimação da liderança pessoal e autoritária de Salazar e do seu regime, o Estado Novo, pelo menos até a década de 1950. Nesse sentido, como se procurou evidenciar ao longo desse estudo, foram realizadas anualmente, em todo o país, celebrações oficiais e extraoficiais de comemoração à posse de Salazar no Ministério das Finanças

e suas reformas, com ênfase especial nos seus aniversários de 10 anos (1938) e 20 anos (1948). Em tais ocasiões, duas questões principais foram exaltadas de forma recorrente nos discursos dos seus participantes e noticiadas pelos jornais *Diário de Notícias*, *O Século* e *Novidades*: primeiro, a liderança política pessoal de Salazar, o nacionalismo de suas ações e sua projeção como o efetivo chefe da chamada Revolução Nacional (1926), iniciada pela Ditadura Militar antes mesmo de sua posse no Ministério das Finanças (1928); segundo, as realizações financeiras de Salazar, com destaque para os seus princípios nacionalistas, realistas (adequados à realidade portuguesa) e corporativistas; para suas realizações materiais (decorrentes da estabilidade financeira), tais como obras rodoviárias, em portos, escolas, etc.; e, de modo mais residual, para os números financeiros de sua reforma. Em síntese, portanto, o "mago das finanças" e suas reformas financeiras são exaltados muito mais por seus valores e princípios nacionalistas e por questões de ordem jurídico-política do que por argumentos propriamente financeiros, o que reforça a visão de que a reforma financeira de Salazar e seus usos posteriores estiveram sempre associadas diretamente ao seu projeto político personalista e autoritário.

Notas finais

[1] AMARO, Antônio Rafael. *Oliveira Salazar e a Ditadura das Finanças em Portugal*: de ministro das finanças a líder do Estado Novo. In Luciano Aronne de Abreu e Jair Tauchen. Histórias e Memórias dos Fascismos numa época de crise. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2024.

[2] AMARO, 2024, p. 256.

[3] AMARO, 2024, p.264.

[4] TELO, Antônio José. *A obra financeira de Salazar:* a 'ditadura financeira' como caminho para a unidade política (1928-1932). Análise Social, 1994, v. 29, n. 128, p. 779-800.

[5] TELO, 1994, p. 788.

[6] ROSAS, Fernando. *História de Portugal – o Estado Novo*, v. 7. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

[7] *Diário de Notícias*, Lisboa, 1933-1948.

[8] *O Século,* Lisboa, 1933-1948.

[9] *Novidades*, Lisboa, 1933-1948.

[10] TELO, 1994, p. 780.

[11] TELO, 1994, p. 780.

[12] TELO, 1994, p. 782-783.

[13] TELO, 1994, p. 783.

[14] TELO, 1994, p. 784.

[15] TELO, 1994, p. 786.

[16] TELO, 1994, p. 787.

[17] AMARO, 2024, p. 267.

[18] MACEDO, Jorge Braga et al. *Evolução recente da economia portuguesa*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2017. p. 25.

[19] MACEDO, 2017, p. 25.

[20] MACEDO, 2017, p. 26.

[21] TELO, 1994, p. 791.

[22] TELO, 1994, p. 799.

[23] ROSAS, 1998, p. 238.

[24] ROSAS, 1998, p. 238.

[25] ROSAS, 1998, p. 226-232.

[26] Sobre o corporativismo de associação e outras formas de organização corporativa ver: MANOILESCO, Mikhail. *O Século do Corporativismo.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1938.

[27] ROSAS, 1998, p. 229.

[28] ROSAS, 1998, p. 231.

[29] ROSAS, 1998, p. 232.

[30] *Diário de Notícias*, 28/04/1934, p. 7.

[31] *Diário de Notícias*, 28/04/1934, p. 7.

[32] *Diário de Notícias*, 28/04/1934, p. 7.

[33] *O Século*, 28/04/1948, p. 4.

[34] *Diário de Notícias*, 28/04/1948, p. 6.

[35] *Diário de Notícias*, 28/04/1948, p. 6.

[36] *Diário de Notícias*, 28/04/1948, p. 6.

[37] *Diário de Notícias*, 28/04/1948, p. 6.

[38] *Diário de Notícias*, 28/04/1948, p. 6.

[39] *Diário de Notícias*, 28/04/1948, p. 6.

[40] *Diário de Notícias*, 27/04/1935, p. 1.

[41] *Diário de Notícias*, 27/04/1937, p. 1.

[42] *Diário de Notícias*, 27/04/1941, p. 1.

[43] *Diário de Notícias*, 27/04/1941, p. 1.

[44] *Diário de Notícias*, 27/04/1941, p. 1.

[45] *Diário de Notícias*, 27/04/1941, p. 1.

[46] *O Século*, 27/04/1938, p. 1.

[47] *O Século*, 27/04/1938, p. 1.

[48] *O Século*, 27/04/1938, p. 1.

[49] *Novidades*, 27/04/1938, p. 1.
[50] *Novidades*, 27/04/1938, p. 1.
[51] *Novidades*, 28/04/1938, p. 1.
[52] *Novidades*, 28/04/1938, p. 4.
[53] *Novidades*, 28/04/1938, p. 3.
[54] *O Século*, 28/04/1938, p. 4.
[55] *O Século*, 28/04/1938, p. 2.
[56] *O Século*, 28/04/1938, p. 2.
[57] *Novidades*, 28/04/1938, p. 4.
[58] *O Século*, 28/04/1938, p. 6.
[59] *O Século*, 28/04/1938, p. 6.
[60] *O Século*, 28/04/1938: 6.
[61] *O Século*, 28/04/1938, p. 6.
[62] *O Século*, 28/04/1938: 6.
[63] *Novidades*, 28/04/1938, p. 6.
[64] *Novidades*, 28/04/1938, p. 2.
[65] *Diário de Notícias*, 27/04/1940, p. 1.
[66] *Diário de Notícias*, 27/04/1940, p. 1.

VIII

O contexto político-partidário no Rio Grande do Sul (1945-1982)

Alessandro Batistella

Com o fim do Estado Novo e a deposição de Getúlio Vargas, em outubro de 1945, o Brasil vivenciou um período politicamente caracterizado pela vigência do pluripartidarismo e pela experiência democrática. Entretanto, no início da década de 1960, durante o auge da Guerra Fria, o Brasil vivenciou um período de grave crise política, cujo desfecho foi o golpe de 1964, que levou o país a viver sob a égide de uma ditadura militar de Segurança Nacional[1].

No que tange ao sistema político-partidário no Brasil, a ditadura militar inicialmente não fechou os partidos políticos em vigência no país desde 1945, embora tenha expurgado seus elementos considerados "subversivos e corruptos". Porém, em outubro de 1965, com o Ato Institucional nº 2 (AI-2), a ditadura extinguiu os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário, criando um novo sistema partidário e dando início ao bipartidarismo, que durou até o final de 1979, quando uma casuística reforma político-partidária, que visava à fragmentação da oposição, restaurou o pluripartidarismo.

O presente artigo visa a contextualizar, dentro dos limites deste texto, o cenário político-partidário no Rio Grande do Sul durante as vigências do pluripartidarismo (1945-1965), do bipartidarismo (1965-1979) e nos primeiros anos (1979-1982) após o retorno ao pluripartidarismo.

A experiência democrática (1945-1964) e o pluripartidarismo

Durante o período pluripartidário de 1945-1965, os três principais partidos políticos brasileiros foram o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), que são considerados "criaturas de Getúlio Vargas", uma vez que gravitavam – de maneiras distintas – em torno da figura do então ditador estadonovista. Portanto, Vargas é considerado o eixo divisor do sistema partidário que se inaugurava em 1945.

A UDN surgiu como uma grande frente liberal-democrática de oposição ao Estado Novo e a Getúlio Vargas. Inicialmente, a UDN aglutinava grupos políticos bastante heterogêneos – quando não antagônicos – unidos em torno das liberdades democráticas e do combate a um inimigo comum – o ditador estadonovista. No entanto, como era esperado, não tardou para que houvesse as primeiras cisões no seio dessa grande coalizão oposicionista. Um dos primeiros grupos a romper com a UDN foi a Esquerda Democrática, em agosto de 1945. Formada por políticos e intelectuais socialistas e antigetulistas, a Esquerda Democrática daria origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), no início de 1946.

Posteriormente, as dissidências udenistas também deram origem a outros pequenos partidos (todos partidos de menor representatividade em nível nacional e mais ou menos fortes em determinados estados da federação), como o Partido Libertador (PL), o Partido Republicano Progressista – que em junho de 1946 daria origem ao Partido Social Progressista (PSP) – e o Partido Republicano (PR), organizado em 1946.

Com sua gênese relacionada aos movimentos políticos da Igreja católica no início dos anos 1930, o Partido Democrata Cristão (PDC) teve uma origem distinta dos demais partidos do período, uma vez que não era uma "criatura" de Vargas. O PDC foi um partido conservador e geralmente contrário à modernização, que não contou com o apoio institucional da Igreja e nem dos trabalhadores do campo e dos centros urbanos, constituindo-se, assim, em um partido das camadas médias e das elites urbanas[2]. Assim, "apesar da sua fraseologia 'democrata-cristã', o PDC se desfez da sua identidade, confundindo-se com a UDN" – uma espécie de "UDN católica", conforme denominou Gláucio Soares[3].

Outros dois partidos significativos no período pluripartidário de 1945-1965 – e cujas origens não remetem à oposição ou ao apoio a Vargas – foram o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). O PRP, liderado por Plínio Salgado, defendia a mesma ideologia integralista/fascista da Ação Integralista Brasileira (AIB) na década de 1930. Por sua vez, o PCB – fundado em 1922 e cujas origens são muito mais antigas em relação aos demais partidos do período –, em 1945, sob a liderança de Luiz Carlos Prestes e na legalidade, emergia no cenário político-partidário brasileiro como um partido de massas. Conforme José Antônio Segatto[4], o PCB, desde 1943, passou a adotar uma política de união nacional[5], que o tornou uma agremiação influente na vida política nacional até 1947, quando foi colocado novamente na ilegalidade.

Já do lado das forças getulistas de continuísmo ocorreu um processo de formação de duas correntes distintas: o PSD e o PTB, "que trariam em suas estruturas e bases organizativas resquícios do Estado Novo[6]". O PSD aglutinava os interventores federais, os integrantes da máquina administrativa dos governos federal e estaduais, além de segmentos das oligarquias estaduais, da burguesia e das classes médias urbanas. Dessa forma, o PSD nasceu com uma sólida estrutura organizacional e uma rede clientelista em todos os estados da federação, o que permitiu ao partido lograr significativos êxitos eleitorais[7].

Portanto, a definição do formato do PSD praticamente estabeleceu os contornos do outro partido "situacionista", o PTB, que ancorou as suas bases a partir da estrutura do Ministério do Trabalho, utilizando-se das lideranças sindicais e dos organismos previdenciários[8]. Inspirado no modelo do Partido Trabalhista Inglês e elegendo os sindicatos como o seu principal local de atuação, o objetivo do PTB era atrair e mobilizar as camadas populares, principalmente nos grandes centros urbanos, para a órbita do partido, apresentando-se como a agremiação partidária que levaria os trabalhadores a alcançar os seus direitos.

Além da defesa e ampliação das conquistas sociais e trabalhistas, o programa do PTB também se destacava pela posição antiimperialista e pela defesa do desenvolvimento nacional autônomo. "Dessa forma, o PTB teve, desde o seu início, duas características básicas profundamente estimuladas por Vargas: *uma trabalhista e a outra nacionalista* – que se integrariam em um objetivo: o engran-

decimento da nação, personificada por Getúlio[9]". Em suma, "o trabalhismo, tal como se estruturou no Brasil, tinha na figura de Vargas sua referência primeira. A Vargas, à sua obra social e à legislação trabalhista por ele implantada sempre se reportariam os doutrinadores e militantes trabalhistas brasileiros[10]".

No entanto, após a morte de Vargas, em 1954, o PTB entraria em uma segunda fase da sua história, caracterizando-se por um trabalhismo sem Vargas, tornando-se assim um partido não apenas getulista, mas ancorado em uma doutrina trabalhista, nacionalista e reformista[11]. Nesta segunda fase da história do partido, o PTB, além de crescer eleitoralmente, também vivenciou uma acirrada disputa interna – que assumiu a forma de uma luta simbólica pelo controle da ideologia trabalhista – e a ascensão de novas lideranças, como os sul-rio-grandenses João Goulart, Leonel Brizola e Fernando Ferrari, entre outros.

A dissidência trabalhista liderada pelo deputado federal sul-rio-grandense Fernando Ferrari daria origem ao Movimento Trabalhista Renovador (MTR), que foi inicialmente uma tendência rebelde dentro do PTB. Porém, após as eleições de 1960, Ferrari, que concorreu à vice-presidência da República à revelia do PTB, foi expulso do partido, transformando o MTR em um novo pequeno partido, destacando-se por uma plataforma nacionalista e reformista. No entanto, em 25 de maio de 1963, Ferrari faleceu em um acidente aéreo e o partido não resistiu à morte de seu principal líder e fundador, entrando em declínio.

A experiência democrática (1945-1964) e o pluripartidarismo no Rio Grande do Sul: trabalhismo e antitrabalhismo

No Rio Grande do Sul, segundo Miguel Bodea[12], o processo inicial de organização dos partidos políticos assemelha-se ao ocorrido em nível nacional, com Vargas e o Estado Novo constituindo o marco divisor fundamental. Entre os partidos antigetulistas, a UDN sul-rio-grandense nasceu em torno de lideranças políticas tradicionais que havia se incompatibilizado com Vargas, como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha e Borges de Medeiros. No entanto, a UDN foi um partido sem grande expressão política no Rio Grande do Sul, sendo, inclusive, superado eleitoralmente pelo Partido Libertador (PL) no estado. Liderado por

Raul Pilla, o PL estabeleceu o parlamentarismo como sua base ideológica. De acordo com Carlos E. Cortés,

> [...] Semelhante à UDN no seu antigetulismo e nos seus apelos pela moralidade do governo, o PL virou o partido dos parlamentaristas, seguidores pessoais de Pilla, o mais radical opositor de Vargas. Dentro do Rio Grande do Sul, o PL gozava de uma grande vantagem sobre a UDN no recrutamento político gaúcho. Ao contrário da UDN, um partido novo e, consequentemente, sem tradição, o PL oferecia aos novos oposicionistas uma herança orgulhosa de mais de cinquenta anos de luta, começando com o Partido Federalista no início da República Velha. Não obstante suas organizações separadas, durante os próximos vinte anos a UDN e o PL, geralmente, funcionaram como um único campo político contra Vargas, reminiscência da Frente Única de 1932-1937.[13]

Do lado das forças getulistas, o PSD sul-rio-grandense teve sua origem semelhante ao PSD nacional: organizou-se a partir da interventoria e da máquina governamental, contando com o apoio do interventor Ernesto Dornelles (primo de Getúlio). Entre as lideranças do PSD estadual, nesta sua fase inicial, despontavam, além de Ernesto Dornelles e Protásio Vargas (irmão de Getúlio), Walter Jobim, Oscar Carneiro da Fontoura e Cylon Rosa[14].

Em julho de 1945, o diretório do PSD do Rio Grande do Sul realizou a sua primeira convenção estadual, elegendo Getúlio Vargas presidente da Comissão Executiva e apoiando as candidaturas do general Eurico Dutra à presidência da República e de Walter Jobim para o governo estadual. Contudo, um importante fato da convenção foi a formação da Ala Trabalhista do PSD, liderada por José Diogo Brochado da Rocha (ex-diretor da Viação Férrea do Rio Grande do Sul) e constituída por vários líderes sindicais, como José Vecchio[15].

Por sua vez, o PTB no Rio Grande do Sul surgiu, segundo Miguel Bodea[16], da confluência de três vertentes distintas: a corrente sindicalista, a corrente doutrinário-pasqualinista e a corrente pragmático-getulista. A corrente sindicalista tem a sua origem na Ala Trabalhista do PSD, que se distancia da cúpula pessedista (comprometida com a candidatura do general Dutra) e participa ativamente do movimento queremista[17], apoiando o continuísmo de Vargas. Criticando o

PSD como um "partido da classe dominante", as principais lideranças da Ala Trabalhista do PSD, contando com o apoio de Vargas, desligam-se do PSD e fundam, em 14 de setembro de 1945, o diretório do PTB no Rio Grande do Sul[18]. Entretanto, a cisão da Ala Trabalhista do PSD manteve-se nos limites dos militantes sindicais, uma vez que nenhuma outra liderança política – nem mesmo seu inspirador, José Diogo Brochado da Rocha, então empenhado em sua campanha para deputado federal pelo PSD – acompanhou os sindicalistas[19].

A corrente doutrinário-pasqualinista foi formada por um grupo de intelectuais progressistas, liderada pelo advogado e intelectual Alberto Pasqualini[20], que, após entendimentos com José Vecchio, firmaram uma coalizão entre a União Social Brasileira (USB) pasqualinista e o PTB no final de outubro de 1945. Entretanto, a fusão entre as duas correntes consolidou-se somente em 1946.[21] A consequência disto seria dupla: por um lado, o PTB adquire, desde o início, uma conotação de "partido de esquerda" e não apenas "partido popular", como tendia a ser nos estados do centro do país; por outro, sobrava pouco espaço para o Partido Socialista Brasileiro (PSB) no Rio Grande do Sul[22].

Por fim, a corrente denominada de pragmático-getulista foi composta, essencialmente, por políticos profissionais oriundos do PSD que, sob a orientação direta de Vargas, passaram a ingressar no PTB a partir de 1946 – casos, por exemplo, de José Loureiro da Silva e José Diogo Brochado da Rocha. Este processo de "transfusão getulista" só se completaria com a formação do PSD Autonomista (PSDA), pró-getulista, em 1950, que se aliou e, em seguida, migrou para o PTB a partir daquele ano[23].

Contudo, as acirradas disputas entre PSD e PTB nas eleições de 1947 e 1950 no Rio Grande do Sul catalisaram o rompimento definitivo entre Getúlio Vargas e o diretório do PSD sul-rio-grandense, que passou a adotar uma orientação fortemente antigetulista. O resultado desse processo foi a polarização entre trabalhismo (PTB) e antitrabalhismo, com o PSD se consolidando como o principal partido antitrabalhista no Rio Grande do Sul, uma vez que a UDN foi um partido sem grande expressão no território sul-rio-grandense. Portanto, ao contrário do que ocorria em nível nacional – caracterizado pelas alianças políticas e eleitorais entre PTB e PSD –, no Rio Grande do Sul os diretórios estaduais do PTB e do PSD foram ferrenhos adversários políticos.

Assim, as eleições para o governo estadual foram polarizadas entre PSD e PTB, que se alternaram no poder: em 1947, Walter Jobim (PSD) derrotou Alberto Pasqualini (PTB); em 1950, Ernesto Dornelles (PTB) derrotou Cylon Rosa (PSD); em 1954, Ildo Meneghetti (PSD) derrotou o senador Alberto Pasqualini (PTB); em 1958, Leonel Brizola derrotou Walter Peracchi Barcelos (PSD); e em 1962, Ildo Meneghetti (PSD) elegeu-se novamente governador por uma grande coalizão antitrabalhista denominada Ação Democrática Popular (ADP), formada por PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP, derrotando os trabalhistas Egydio Michaelsen (PTB) e Fernando Ferrari, que concorreu pelo Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

Apesar da alternância no poder entre o PTB e o PSD (uma das principais características da política sul-rio-grandense do período), o PTB se consolidou como a principal força partidária no Rio Grande do Sul. De fato, a força do PTB é comprovada nas eleições à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa, com o partido elegendo sempre (exceto em 1945) o maior número de parlamentares à Câmara dos Deputados e à Assembleia Legislativa.

Ano	Senadores eleitos
1945	Getúlio Vargas (PSD) e Ernesto Dornelles (PSD)
1947	Joaquim Pedro Salgado Filho (PTB)
1950	Alberto Pasqualini (PTB)
1954[24]	Armando Câmara (PL) e Daniel Krieger (UDN)
1958[25]	Guido Fernando Mondin (PRP)
1962[26]	Mem de Sá (PL) e Daniel Krieger (UDN)

Quadro 1. Eleições para o Senado no Rio Grande do Sul (1945-1962). Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Cánepa[27].

Partido	1945	1950	1954	1958	1962
PTB	1 (4,5%)	10 (45,8%)	11 (45,6%)	14 (58,3%)	14 (48,2%)
PSD	17 (77,2%)	8 (36,2%)	7 (28,6%)	7 (28,6%)	7 (24,1%)
PL	1 (4,5%)	2 (9%)	3 (12,8%)	2 (8,4%)	3 (10,3%)
UDN	2 (9%)	1 (4,5%)	1 (4,4%)	–	1 (3,4%)
PRP	–	1 (4,5%)	2 (8,6%)	1 (4,4%)	1 (3,4%)
PDC	–	–	–	–	2 (,6,8%)
MTR	–	–	–	–	1 (3,4%)
PCB	1 (4,5%)	–	–	–	–
Total	22 (100%)	22 (100%)	24 (100%)	24 (100%	29 (100%)

Quadro 2. Eleições para a Câmara dos Deputados no Rio Grande do Sul (1945-1962). Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Cánepa (2005).

Partido	1947	1950	1954	1958	1962
PTB	23 (41,8%)	21 (38,2%)	23 (41,8%)	24 (43,7%)	23 (41,8%)
PSD	16 (29,1%)	17 (30,9%)	15 (27,3%)	13 (23,7%)	11 (20%)
PL	5 (9,1%)	6 (10,9%)	7 (12,8%)	7 (12,8%)	6 (10,9%)
UDN	4 (7,3%)	4 (7,3%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)
PRP	4 (7,3%)	4 (7,3%)	4 (7,3%)	3 (5,4%)	3 (5,4%)
PCB	3 (5,4%)	–	–	–	–
PSP	–	2 (3,6%)	2 (3,6%)	2 (3,6%)	–
PSB	–	1 (1,8%)	1 (1,8%)	–	–
PDC	–	–	–	2 (3,6%)	4 (7,3%)
PR	–	–	–	1 (1,8%)	–
MTR	–	–	–	–	4 (7,3%)
ARS[28]	–	–	–	–	1 (1,8%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)	55 (100%)

Quadro 3. Eleições para a Assembleia Legislativa no Rio Grande do Sul (1947-1962). Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir de Cánepa[29] .

Para contrapor-se à maioria do PTB na Assembleia Legislativa estadual, o PSD necessitava aliar-se ao PL e à UDN, formando uma coalizão antitrabalhista que, na década de 1950, foi denominada Frente Democrática.

O golpe de 1964 e o fim do pluripartidarismo

Após a renúncia de Jânio Quadros e a grave crise política que abalou o Brasil, João Goulart assumiu a presidência, em setembro de 1961, herdando um país abalado pela grave crise econômica e politicamente dividido entre os setores nacionalistas e de esquerda, que reivindicavam as reformas de base[30], e os setores conservadores, que eram contrários às reformas (sobretudo a reforma agrária) e temiam o avanço dos movimentos sociais (rurais e urbanos) que ganhavam uma enorme dimensão, considerando-os como "agitações subversivas que visavam à expansão comunista no país". Conforme Lucília de Almeida Neves Delgado, os proprietários rurais estavam assolados pelo fantasma da reforma agrária, os empresários estavam revoltados com as crescentes mobilizações e reivindicações dos trabalhadores urbanos, enquanto os setores militares, influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional e por um visceral anticomunismo, interpretavam a expansão dos movimentos populares e reformistas como uma suposta ameaça comunista[31].

Desse modo, as conspirações golpistas – articuladas por lideranças civis, governadores estaduais (sobretudo Carlos Lacerda (UDN) da Guanabara, José de Magalhães Pinto (UDN) de Minas Gerais, Adhemar de Barros (PSP) de São Paulo, Ildo Meneghetti (PSD) do Rio Grande do Sul, entre outros) e militares – avançaram de maneira acelerada, sobretudo a partir de março de 1964. No entanto, o golpe, que vinha sendo arquitetado por conspiradores civis e militares, seria "antecipado" pelo general Olímpio Mourão Filho (comandante da IV Região Militar, com sede em Minas Gerais) e pelo governador mineiro Magalhães Pinto para o dia 31 de março[32], contando com a adesão de outros governadores, como Carlos Lacerda, Adhemar de Barros, Ildo Meneghetti, entre outros, que autorizaram as polícias militares em seus respectivos estados a prender os "subversivos" e reprimir qualquer possível reação ao golpe.

No Rio Grande do Sul, o governador Ildo Meneghetti e outros importantes membros do Executivo estadual retiraram-se para Passo Fundo, pois temiam uma reação das forças legalistas do III Exército em Porto Alegre, assim como também uma eventual manifestação popular contra o golpe em frente ao Palácio Piratini. Conforme ressalta Murilo Zardo, a fuga do governador Ildo Meneghet-

ti para Passo Fundo não foi uma ação espontânea e imprevista, mas se tratou da colocação em prática de um plano denominado Operação Farroupilha[33]. Arquitetada previamente pela cúpula da administração estadual em conjunto com frações militares do III Exército, a Operação Farroupilha tinha o objetivo de combater no Rio Grande do Sul qualquer tentativa por parte de João Goulart para estabelecer no país uma "ditadura comunista", cujo "perigo" era amplamente difundido pelos setores conservadores brasileiros. No entanto, a Operação Farroupilha acabou sendo acionado não para evitar um possível golpe de Jango como estava previsto, mas para auxiliar na execução do golpe depôs o presidente da República[34].

Na madrugada do dia 2 de abril, o Congresso aprovou a declaração de vacância da Presidência da República e Ranieri Mazzilli (PSD/SP), presidente da Câmara dos Deputados, era empossado como presidente da República, decisão, inclusive, legitimada pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Mesmo com Jango em território nacional, poucas horas depois, o presidente dos Estados Unidos, Lyndon Johnson, reconheceu o novo governo brasileiro[35]. Ainda no dia 2 de abril, o general Arthur da Costa e Silva autonomeou-se comandante do Exército Nacional, por ser o mais antigo general de quatro estrelas, e cria o Comando Supremo da Revolução, composto por três membros: o próprio Costa e Silva (Exército), o brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo (Aeronáutica) e o vice-almirante Augusto Hamann Rademaker Grünewald (Marinha). Em seguida, o general Costa e Silva autonomeia-se ministro da Guerra e torna-se o homem forte do novo regime.

Com a consolidação do golpe de Estado, Ildo Meneghetti decidiu retornar a Porto Alegre. Assim, para garantir a segurança do governador no trajeto, foi montada uma grande operação da Brigada Militar para escoltá-lo, denominada "Caravana da Liberdade[36]", que partiu de Passo Fundo na manhã do dia 3 de abril de 1964. Estava concluída a "Operação Farroupilha". Ao chegar a Porto Alegre à noite, o governador falou à imprensa, anunciando a vitória completa do "movimento revolucionário" (em outras palavras, do movimento golpista)[37].

Após o golpe, iniciaram-se as prisões e as perseguições às principais lideranças nacionalistas e reformistas, oficiais e subalternos das Forças Armadas, líderes sindicais, comunistas, estudantes, professores e demais lideranças progressistas,

que foram enquadrados como "subversivos". Porém, convém lembrar que as perseguições não se restringiram somente às questões políticas, uma vez que muitas foram motivadas por revanchismos e desavenças pessoais.

No dia 9 de abril de 1964, o Comando Supremo da Revolução – que na prática governava o país – decretou o Ato Institucional nº 1 (AI-1) que, entre outras coisas, reforçou o Poder Executivo e reduziu o campo de ação do Congresso, estabeleceu a eleição de um novo presidente da República por votação indireta do Congresso Nacional e suspendeu as imunidades parlamentares, dando início à série de cassações de mandatos parlamentares e suspensões dos direitos políticos por dez anos – com o objetivo de "limpar" o Congresso, cassando os mandatos de parlamentares acusados de subversão ou de corrupção. O AI-1 também permitia ao novo regime aplicar uma série de sanções (como exonerar, demitir, aposentar, transferir para a reserva, entre outros) a militares, funcionários públicos, juízes, professores, dando início a "Operação Limpeza", que visava a promover o expurgo de civis e militares alinhados com João Goulart e/ou com as bandeiras reformistas e nacionalistas.

Posteriormente, o marechal-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco[38], em 27 de outubro de 1965, decretaria o AI-2, que determinou a continuidade das eleições indiretas para a presidência da República e uma reforma partidária, extinguindo os partidos políticos existentes e o próprio sistema pluripartidário, em vigência desde 1945. Como a ditadura pretendia implantar um simulacro de democracia ao regime, não cairia bem adotar o modelo de partido único, associado às ditaduras monopartidárias. Assim, a alternativa adotada foi a criação de um novo sistema partidário, com dois ou, no máximo, três partidos políticos. No entanto, as exigências legais, na prática, possibilitaram a criação de apenas dois partidos, dando início ao bipartidarismo, cujo objetivo era a criação de um forte partido de apoio parlamentar ao governo e de um fraco partido oposicionista. Desse modo, foram gestados a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

O processo de implantação do bipartidarismo

Após a extinção do sistema pluripartidário pelo AI-2, em 20 de novembro de 1965 foi decretado o Ato Complementar 4 (AC-4), que estabeleceu as normas para a criação dos novos grupos políticos. De acordo com o AC-4, os novos partidos deveriam contar com o apoio de, no mínimo, 120 deputados federais e 20 senadores, o que teoricamente possibilitava a organização de, no máximo, três partidos. Contudo, na prática, o ato praticamente instituiu o bipartidarismo, indo ao encontro dos objetivos do governo, a quem interessava criar um forte partido de apoio ao regime, que lhe garantisse uma base parlamentar sólida. Por outro lado, também era interessante permitir a criação de um pequeno, fraco, dócil e "bem comportado" – isto é, mais propenso a colaborar – partido oposicionista, dando assim um verniz de democracia ao regime.

Em 20 de novembro de 1965, quando o AC-4 foi decretado, o nome do partido que aglutinaria todos os parlamentares alinhados com o governo e com a "revolução" já estava praticamente definido: Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Contudo, organizar o grande partido governista revelou-se uma difícil tarefa, uma vez que era necessário aglutinar em uma mesma organização partidária grupos heterogêneos de diferentes tendências políticas, oriundos dos extintos partidos, cujos interesses e rivalidades, sobretudo em nível estadual e local, eram difíceis de conciliar.

Assim, diante das dificuldades apresentadas, criou-se o sistema das sublegendas, que consistia em um mecanismo que comportava a formação de grupos adversários dentro de um mesmo partido para concorrer às eleições majoritárias, isto é, cada partido poderia apresentar até três candidatos – sublegenda 1, sublegenda 2 e sublegenda 3 –, permitindo que as lideranças dos antigos partidos pudessem disputar os votos dos eleitores nas eleições para as prefeituras do interior[39] e para o Senado[40]. No sistema das sublegendas, os votos dados às sublegendas partidárias eram somados e a totalidade dos votos era atribuída ao candidato mais votado do partido.

Utilizando-se da estrutura partidária da extinta UDN, a ARENA pretendia incorporar os antigos udenistas e grande parte do antigo PSD, além de políticos, oriundos de outros partidos, alinhados com a "Revolução de 1964[41]".

Em particular, o governo empenhou-se em atrair para a ARENA a maioria dos membros do antigo PSD, partido cuja estrutura – composta de homens e diretórios em todo o país – era um capital político indispensável ao governo[42].

No que tange ao partido oposicionista, organizá-lo não seria uma tarefa fácil, uma vez que a oposição encontrava-se fragilizada após as séries de cassações empreendidas pelo AI-1. Assim, foi somente a contragosto que os grupos oposicionistas e descontentes se conformaram com a necessidade de conviverem em uma mesma organização, denominada de Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A defesa do retorno da democracia foi o único ponto consensual entre os oposicionistas e descontentes que ingressaram no MDB, tornando-se a principal bandeira defendida pelo partido durante toda a sua existência, desde a sua gênese[43].

Contudo, ARENA e MDB, durante o final de 1965 e início de 1966, procuraram se organizar a partir da filiação dos deputados federais e senadores, conforme a exigência do AC-4. Dessa forma, a ARENA contou com a adesão de 257 deputados federais e 44 senadores, enquanto ingressaram no MDB 149 deputados federais e 21 senadores. Em suma, a ARENA deteve 62,8% das cadeiras na Câmara dos Deputados e 67,7% dos senadores, ao passo que o MDB contava com 36,5% dos deputados federais e 32,3% dos senadores. Desse modo, a ARENA controlava dois terços do Congresso, correspondendo aos objetivos do governo.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
Partido Social Democrático (PSD)	78	43	–	121
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	38	78	–	116
União Democrática Nacional (UDN)	86	9	1 (MG)	96
Partido Social Progressista (PSP)	18	2	1 (SP)	21
Partido Democrata Cristão (PDC)	13	6	–	19
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	8	4	–	12
Partido de Representação Popular (PRP)	5	–	–	5
Partido Republicano (PR)	4	–	–	4
Partido Republicano Trabalhista (PRT)	2	2	–	4
Partido Libertador (PL)	3	–	1 (RS)	4
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	–	3	–	3
Partido Social Trabalhista (PST)	2	–	–	2
Partido Socialista Brasileiro (PSB)	–	2	–	2
Total	257 (62,8%)	149 (36,5%)	3 (0,7%)	409 (100%)

Quadro 4. Filiação à ARENA e ao MDB na Câmara dos Deputados (1965-1966). Fonte: KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979). São Paulo: Vértice, 1988, p. 32 e 34-45.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
Partido Social Democrático (PSD)	17	5	22
Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)	5	10	15
União Democrática Nacional (UDN)	14	1	15
Partido Trabalhista Nacional (PTN)	3	2	5
Partido Social Trabalhista (PST)	1	2	3
Partido Libertador (PL)	2	–	2
Partido Democrata Cristão (PDC)	1	–	1
Partido de Representação Popular (PRP)	1	–	1
Movimento Trabalhista Renovador (MTR)	–	1	1
Total	44 (67,7%)	21 (32,3%)	65[44] (100%)

Quadro 5. Filiação à ARENA e ao MDB no Senado (1965-1966). Fonte: KINZO, op. ct., p. 32 e 34-35.

Na Câmara dos Deputados observa-se que os 89,6% dos deputados udenistas e 64,5% da bancada pessedista ingressaram na ARENA, totalizando 164 deputados. Portanto, 63,8% da bancada arenista era oriunda da UDN (33,5%) e do PSD (30,3%). Também convém lembrar que 14,8% da bancada arenista era constituída por ex-petebistas, uma vez que 32,7% (quase um terço) dos deputados do PTB (os "bigorrilhos" ou adesistas) optaram por filiar-se ao partido do governo. Tal situação também foi semelhante no Senado, uma vez que 70,5% da bancada arenista era constituída por udenistas (31,8%) e pessedistas (38,7%). E mais, também se observa que cinco senadores petebistas (o que corresponde a 33,3%, ou 1/3) alinharam-se à ARENA.

Por sua vez, o MDB na Câmara dos Deputados contou com o ingresso de 67,3% dos deputados petebistas e 35,5% dos deputados pessedistas, além de 9,4% da bancada udenista e 31,6% da bancada pedecista. Assim, 52,4% da bancada do MDB era oriunda do PTB, 28,8% do PSD, 6% da UDN, 4% do PDC e 8,8% dos outros partidos. Já no Senado, 47,6% dos senadores medebistas eram oriundos do PTB e 23,8% do PSD.

Portanto, embora a UDN tenha constituído o maior bloco dentro da ARENA e o PTB o maior bloco dentro do MDB, deve-se ressaltar a importância que os ex-pessedistas tiveram dentro dos dois partidos. De toda forma, em virtude do modo pelo qual foi estabelecido o bipartidarismo, tanto a ARENA quanto o MDB foram caracterizados pela confluência das mais variadas tendências que, por razões de sobrevivência politica, eram obrigadas a conviver dentro de um mesmo partido[45].

A organização da ARENA e do MDB no Rio Grande do Sul

No Rio Grande do Sul, a polarização PTB/anti-PTB – que marcou o período pluripartidário de 1945 a 1965 no estado – permitiu que as novas siglas se acomodassem com menos artificialismo que nos outros estados[46]. Desse modo, os grupos anti-trabalhistas – que haviam formado a Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) nas eleições de 1962 – ingressaram na ARENA, enquanto o MDB foi organizado pelos trabalhistas (PTB e MTR) e

pelos integrantes da Aliança Republicana Socialista (ARS)[47]. Entretanto, as únicas exceções foram o deputado federal Raul Pilla (ex-PL), que não se vinculou a nenhum partido e se retirou da política ao final do seu mandato, e o deputado estadual Heitor Silveira Campos (ex-MTR), cuja adesão à ARENA garantiu ao partido governista a maioria dos deputados na Assembleia Legislativa.

	Senado	Câmara Federal	Assembleia Legislativa
ARENA	3	13	28
MDB	–	15	27
Não Filiados	–	1	–
Total	3	29	55

Quadro 6. Alinhamento dos parlamentares sul-rio-grandenses à ARENA e ao MDB (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Não Filiados	Total
PTB	–	14	–	14
PSD	7	–	–	7
PL	2	–	1	3
PDC	2	–	–	2
UDN	1	–	–	1
PRP	1	–	–	1
MTR	–	1	–	1
Total	13	15	1	29

Quadro 7. Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados federais sul-rio-grandenses (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Partidos Extintos	ARENA	MDB	Total
PTB	–	23	23
PSD	11	–	11
PL	6[48]	–	6
PDC	4	–	4
UDN	3	–	3
PRP	3	–	3
MTR	1	3	4
ARS	–	1	1
Total	28	27	55

Quadro 8. Filiação à ARENA e ao MDB dos deputados estaduais sul-rio-grandenses (1965-1966). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Em suma, no Rio Grande do Sul a ARENA e o MDB foram desaguadouros naturais de grupos anteriormente consolidados. Constituído por trabalhistas (PTB e MTR), o primeiro diretório do MDB também contou com a adesão de dissidentes do PSD e do PDC. De acordo com Leônidas Xausa e Francisco Ferraz, os dissidentes do PSD correspondem ao minoritário grupo juscelinista divergente da orientação oficial do PSD do Rio Grande do Sul, enquanto os dissidentes do PDC correspondem ao grupo minoritário alinhado com a orientação, em nível nacional, do deputado federal André Franco Montoro (PDC/SP)[49].

Portanto, tendo em vista a predominância dos trabalhistas, o MDB do Rio Grande do Sul pode ser interpretado como a continuação do antigo PTB, sobretudo se observarmos que a sua primeira Comissão Executiva estadual foi composta principalmente por ex-petebistas, como o deputado estadual Siegfried Emanuel Heuser, último presidente do PTB do Rio Grande do Sul e primeiro presidente do MDB sul-rio-grandense[50].

Por sua vez, o primeiro diretório da ARENA do Rio Grande do Sul foi composto por membros oriundos da Ação Democrática Popular (PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP) e de um membro oriundo do MTR. Contudo, no Rio Grande do Sul, em virtude da fragilidade da UDN, foi o PSD – principal partido anti-trabalhista no estado – que formou o "núcleo duro" da ARENA sul-rio-grandense, com os ex-pessedistas constituindo o grupo majoritário dentro

do partido, cujo primeiro presidente foi o deputado estadual Francisco Solano Borges (ex-PL).

MDB e ARENA e as eleições parlamentares durante o bipartidarismo (1966-1978)

Como a ditadura militar impôs, por meio do AI-2 e AI-3, eleições indiretas para os cargos de presidente da República e governadores dos estados[51], durante a vigência do bipartidarismo ocorreram eleições diretas somente para o Senado, a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas estaduais. Em nível municipal, mantiveram-se as eleições diretas para a escolha dos vereadores, além das prefeituras dos municípios do interior[52].

Nas eleições parlamentares de 1966 (realizada em 15 de novembro), em nível nacional, a ARENA obteve um excelente resultado eleitoral, ampliando ainda mais o número de cadeiras em relação ao MDB. Para o Senado, a ARENA elegeu 18 senadores contra quatro do MDB. Na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 277 (67,7%) deputados contra 132 (32,2%) do MDB[53].[54] No Rio Grande do Sul, a ARENA, por meio da sublegenda, reelegeu Guido Mondin à senatoria, pois os três candidatos arenistas totalizaram 42,6% dos votos, contra 40,4% de Siegfried Heuser[55].[56] Por outro lado, o MDB elegeu mais deputados, tanto em nível federal quanto em nível estadual (15 deputados federais e 28 deputados estaduais). Portanto, o Rio Grande do Sul foi um dos poucos estados onde o MDB elegeu mais deputados (federais e estaduais), garantindo, assim, a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa.

Entretanto, as eleições parlamentares de 1970 (realizadas em 15 de novembro) foram amplamente favoráveis à ARENA em todo o país[57]. No Rio Grande do Sul, além de eleger os dois senadores (Tarso Dutra e Daniel Krieger[58]), a ARENA também elegeu a maioria dos parlamentares (14 deputados federais e 27 deputados estaduais).

De acordo com a observação de Maria Kinzo, um dos fatores que contribuíram para a derrota do MDB em 1970 foi o seu comportamento moderado, que provavelmente contribuiu para o aumento do número de votos brancos e

nulos (que chegaram a 30% na eleição para a Câmara dos Deputados, superando os 21% das eleições de 1966)[59]. Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, a conduta conformista e submissa adotada pelo MDB contribuiu para que setores da sociedade, simpáticos às posturas oposicionistas, preferissem anular os seus votos a dá-lo aos MDB, pois, naquele contexto, muitos achavam que apoiar o MDB era prestar um serviço aos militares. Portanto, os votos brancos e nulos eram, ao mesmo tempo, um protesto contra a ilegitimidade do sistema e uma demonstração de falta de confiança no MDB, considerada tanto quanto a ARENA um produto do autoritarismo[60].

Ademais, Maria Kinzo também aponta outros fatores que ajudam a compreender o sucesso da ARENA e o fracasso do MDB nas eleições parlamentares de 1970:

> [...] O controle exercido pelo governo sobre o processo eleitoral talvez tenha sido o mais estrito jamais ocorrido no Brasil. A máquina governamental, desde o nível local até o federal, foi extensivamente utilizada para atrair votos para a ARENA. Isto fez com que o MDB chegasse a protestar contra a interferência dos governadores estaduais na campanha eleitoral, vista pela oposição como meio de pressão e instrumento de corrupção e violência contra o eleitorado. [...].
>
> O controle do governo sobre o pleito foi exercido também através da censura à imprensa, rádio e televisão durante a campanha eleitoral, e através da repressão policial. O governo intimidava a oposição não apenas através de ameaças de "fechamento total", caso a campanha fosse utilizada como meio de agitação política contra o regime, como também recorria à repressão física. Em 4 de novembro – dez dias antes das eleições – a polícia política deflagrou uma onda de prisões em larga escala no país, sob pretexto de caça a terroristas. A ampla operação prendia indiscriminadamente todos os que fossem considerados "suspeitos", desde escritores, artistas e advogados até candidatos do MDB.
>
> Para contrabalançar as medidas repressivas contra a oposição, o regime mostrava ao eleitorado as altas taxas de crescimento econômico geradas pelo assim chamado "milagre brasileiro". A propaganda do governo, maciçamente intensificada durante a campanha eleitoral através do rádio e da televisão, mostrava os feitos da "Revolução" e apresentava uma imagem do presidente Médici

> como grande empreendedor, que faria do Brasil uma futura Grande Potência. [...]. Toda essa propaganda acrescentaria otimismo à atmosfera de euforia geral produzida pela vitória do Brasil na Copa do Mundo. [...].[61]

Portanto, para o MDB a derrota eleitoral de 1970 foi maior do que a derrota de 1966, gerando um período de incertezas e de crise interna dentro do partido, inclusive com a renúncia do senador Oscar Passos (que não se reelegeu) à presidência nacional do MDB. Assim, em fevereiro de 1971, a convenção nacional do MDB elegeu o deputado federal Ulysses Guimarães (MDB/SP) como o novo presidente nacional do partido oposicionista.

Contudo, o quadro se inverteu nas eleições parlamentares de 1974, com o MDB obtendo um excelente desempenho eleitoral, elegendo 16 senadores contra apenas seis da ARENA[62]. Na Câmara dos Deputados, o MDB quase duplicou a sua bancada, elegendo 160 deputados federais. O resultado eleitoral surpreendeu a ARENA, que acreditava que alcançaria tranquilamente o mesmo êxito dos pleitos anteriores.

Eleição/ano	Senado			Câmara dos Deputados	
	ARENA	MDB		ARENA	MDB
1966	18 (81,8%)	4 (18,2%)		277 (67,7%)	132 (32,2%)
1970	41 (89,1%)	5 (10,9%)		223 (71,9%)	87 (28,1%)
1974	6 (27,3%)	16 (72,7%)		204 (56%)	160 (44%)
1978	15 (65,2%)	8 (34,8%)		231 (55%)	189 (45%)

Quadro 9. Desempenho eleitoral da ARENA e do MDB nas eleições para o Senado e Câmara dos Deputados (1966-1978). Fonte: KINZO, op. ct., p. 74.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, alguns fatores explicam os resultados eleitorais de 1974: a) a agressividade do MDB, que adotou posturas críticas mais contundentes; b) o fim do otimismo em relação ao crescimento econômico em virtude do esgotamento do "milagre econômico"; c) a eficiência do MDB na campanha, utilizando com inteligência a televisão, que, pela primeira vez, teve um papel importante nas disputas eleitorais; d) o fato das eleições terem sido relativamente abertas, com menor índice de repressão desde 1965[63].

No Rio Grande do Sul, o MDB também alcançou uma expressiva vitória eleitoral, elegendo Paulo Brossard para o Senado[64], além da maioria dos deputados: 19 deputados federais e 33 deputados estaduais. Além do Rio Grande do Sul, o MDB também elegeu a maioria dos deputados estaduais em outras cinco Assembleias Legislativas: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Amazonas e Acre[65].

	1966 (Pós-AI-2)	1966	1970	1974	1978
ARENA	13 (44,8%)	14 (48,3%)	14 (53,8%)	13 (40,6%)	14 (43,75%)
MDB	15 (51,7%)	15 (51,7%)	12 (46,2%)	19 (59,4%)	18 (56,25%)
Não Filiados	1 (3,5%)	–	–	–	–
Total	29 (100%)	29 (100%)	26 (100%)	32 (100%)	32 (100%)

Quadro 10. Composição da bancada sul-rio-grandense na Câmara dos Deputados (1966-1978). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

	1966 (Pós-AI-2)	1966	1970	1974	1978
ARENA	28 (50,9%)	27 (49,1%)	27 (54%)	23 (41,1%)	25 (44,6%)
MDB	27 (49,1%)	28 (50,9%)	23 (46%)	33 (58,9%)	31 (55,4%)
Total	55 (100%)	55 (100%)	50 (100%)	56 (100%)	56 (100%)

Quadro 11. Composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966-1978). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Segundo Maria Kinzo, além do otimismo exagerado, dois outros fatores contribuíram para a derrota arenista:

> [...] O primeiro tem a ver com a falta de apelo da campanha da ARENA. Acostumada a caminhar à sombra do governo, a sua plataforma eleitoral nada mais era do que a defesa de vagas declarações de princípios econômicos e sociais, bem como a reiteração de que seu programa era o do governo e de que a ARENA era o partido da "Revolução". [...] Sem qualquer apelo ou argumento para contra-atacar as críticas do MDB dirigidas às políticas do governo, a ARENA lançava mão de sua velha técnica de intimidação, acusando a oposição de extremista e culpando-a por tentar prejudicar o processo de distensão política. [...].
>
> O segundo fator que influenciou os resultados eleitorais em 1974 tem a ver com as dissensões internas da ARENA. Contrariamente

> ao MDB, que conseguira superar seus problemas internos e partira unido para a campanha eleitoral, a cúpula da ARENA foi incapaz de resolver as divergências provocadas pelo processo de nomeação dos governadores e seleção de candidatos para o Senado.[66]

Portanto, a vitória eleitoral do MDB em 1974 representou um duro golpe para o governo e um aviso da insatisfação social com a inflação e a carestia. A ditadura militar entraria em crise, desgastada pelo agravamento da crise econômica e pelas manifestações de setores da sociedade civil e da Igreja católica pelo retorno à democracia.

Entretanto, após a derrota eleitoral de 1974, o general-presidente Ernesto Geisel passou a priorizar a vitória da ARENA nas eleições municipais de 1976. Desse modo, visando a enfraquecer o MDB, a ditadura militar arquitetou uma série de mudanças nas regras eleitorais, que ficaram conhecidas como Lei Falcão (em referência ao ministro da Justiça, Armando Falcão, seu idealizador). Promulgada no início de julho, a Lei Falcão (Lei 6.339/76) proibia os candidatos de realizar qualquer tipo de pronunciamento no rádio e na televisão. Desse modo, os partidos poderiam apenas divulgar, nas campanhas eleitorais, os nome, os números e as fotos dos candidatos, acompanhado da leitura dos seus currículos. Dessa forma, a Lei Falcão esvaziou a campanha eleitoral no rádio e na televisão, transformando-a em um modorrento e inócuo desfile de currículos e fotografias[67]. Portanto, a Lei Falcão foi mais um casuísmo da ditadura, que modificou as regras do jogo eleitoral para silenciar o MDB, que, em 1974, obteve êxito na sua campanha política denunciando a inflação, o arrocho salarial e o agravamento da situação socioeconômica do país.

Posteriormente, a ditadura militar, por meio do "Pacote de Abril", em 1977, decretou mais medidas casuísticas, como: a) eleições indiretas para governadores em 1978 por meio de um Colégio Eleitoral composto de membros das Assembleias estaduais e de delegados das Câmaras municipais – impossibilitando, assim, o MDB de eleger cinco governadores, uma vez que os emedebistas detinham a maioria em cinco Assembleias estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Acre e Amazonas); b) eleições indiretas para um terço das cadeiras no Senado (criando os chamados "senadores biônicos") por meio

do mesmo Colégio Eleitoral que escolheria os governadores, o que garantiria à ARENA 21 cadeiras senatoriais.

Se, por um lado, tais as medidas casuísticas impediram o MDB de eleger cinco governadores e de ter a possibilidade de obter a maioria no Senado a partir de 1978, por outro, tais medidas não deteriam o crescimento eleitoral do MDB nas eleições de 1978, partido que aglutinava a oposição e angariava a simpatia popular.

No Rio Grande do Sul, o MDB demonstrou a sua força, elegendo Pedro Simon[68] (deputado estadual e presidente do MDB/RS) ao Senado e a maioria dos parlamentares (18 deputados federais e 31 deputados estaduais). Em nível nacional, a ARENA elegeu 15 senadores contra oito do MDB[69] e obteve 55% da representação na Câmara Federal. Além disso, a ARENA também já havia garantido um terço do Senado por meio das eleições indiretas (os "senadores biônicos", eleitos em setembro de 1978), o que garantiu ao governo a maioria no Congresso. Contudo, o MDB confirmou novamente a sua força nas urnas: se compararmos a votação total dos dois partidos, o MDB venceu a ARENA nas eleições senatoriais por uma diferença de 4,4 milhões de votos e nas eleições para a Câmara dos Deputados sua votação não diferiu da obtida pela ARENA[70].

A reforma político-partidária de 1979 e o fim do bipartidarismo

Em 1979, a ditadura militar dedicou-se a uma casuística reforma político-partidária, visando ao retorno do pluripartidarismo e, sobretudo, à fragmentação da oposição reunida no MDB. Assim, em novembro de 1979, ARENA e MDB deixaram de existir como organizações políticas após 13 anos de limitada participação no sistema político implantado pela ditadura militar.

Com o fim do bipartidarismo e o retorno ao pluripartidarismo foram organizados novos partidos políticos em 1980, como o Partido Democrático Social (PDS)[71], sucedâneo da ARENA; o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)[72], herdeiro do MDB; o Partido Popular (PP), organizado por emedebistas "moderados" (liderados por Tancredo Neves) e dissidentes da ARENA (liderados por Magalhães Pinto); o Partido Trabalhista Brasileiro

(PTB); o Partido Democrático Trabalhista (PDT), de Leonel Brizola; e o Partido dos Trabalhadores (PT), liderado pelo líder sindical Luís Inácio Lula da Silva.

As articulações para a criação do "novo" partido governista, o PDS, garantiram a maioria parlamentar ao governo no Congresso, com 215 (51,2%) cadeiras na Câmara dos Deputados e 39 (58,2%) cadeiras no Senado. No Rio Grande do Sul, todos os parlamentares vinculados à ARENA (14 deputados federais, um senador e 25 deputados estaduais) migraram para o PDS, garantindo ao "novo" partido governista a maioria dos parlamentares na Assembleia Legislativa, uma vez que ocorreu a esperada fragmentação da oposição no estado, com o ingresso dos ex-emedebistas no PMDB e no PDT de Leonel Brizola.

De fato, a fragmentação das oposições atingiu significativamente o MDB/PMDB, que perderia 80 deputados federais, o equivalente a 42,3% dos 189 deputados eleitos pelo MDB em 1978[73]. Dessa forma, o PMDB possuía 115 deputados (109 oriundos do MDB e seis da ARENA) ou 27,9% das cadeiras contra 215 deputados (51,2%) do PDS[74].

No Rio Grande do Sul, a forte tradição trabalhista e a liderança de Leonel Brizola, que, após a anistia, retornou ao Brasil em setembro de 1979, após 15 anos no exílio, foram determinantes para a fragmentação da oposição no estado. De fato, a volta de Brizola ao país impulsionou o processo de reorganização do PTB, recebendo a adesão de muitos emedebistas vinculados politicamente e ideologicamente ao trabalhismo.

Entretanto, durante o processo de reorganização, a mítica sigla do PTB (com o seu capital político e simbólico vinculado ao getulismo e ao trabalhismo) passou a ser ferrenhamente disputada na esfera jurídica por Leonel Brizola e Ivete Vargas. Contudo, em virtude da influência do general Golbery do Couto e Silva, então chefe da Casa Civil, em 12 de maio de 1980, o TSE decidiu dar ganho de causa à Ivete Vargas, que passou a deter o comando da histórica sigla do PTB. A partir de então, o PTB, que também recebeu a adesão do ex-presidente Jânio Quadros, buscou fazer uso sistemático do capital político e simbólico de Getúlio Vargas, transformou-se em um partido essencialmente fisiológico, distanciando-se da ideologia reformista e trabalhista.

Desse modo, coube a Brizola e a seus seguidores, além do consolo do reconhecimento público da herança trabalhista, fundar uma nova sigla: o Partido

Democrático Trabalhista (PDT), que seguiu as diretrizes da *Carta de Lisboa*[75] e incorporou a rosa vermelha socialista estampada como símbolo do partido, cuja proposta de um novo trabalhismo fundamentava-se no tripé democracia, socialismo e nacionalismo. Segundo João Trajano Sento-Sé:

> Democracia: o PDT era incondicionalmente comprometido com a democracia não gratuitamente, pois muitos de seus militantes sofreram perseguições e tiveram que exilar-se durante o período ditatorial.
> Nacionalismo: uma das marcas do antigo PTB, no novo trabalhismo o nacionalismo não se restringia apenas à ordem econômica (defesa das riquezas nacionais dos espoliadores internacionais), mas também nos âmbitos cultural, social e político. Em outras palavras, tratava-se de forjar um projeto nacional que promovesse as genuínas tradições culturais do povo brasileiro, que incluísse as massas excluídas à sociedade formal e que suscitasse a integração regional, pondo fim às enormes desigualdades de todas as ordens [...].
> Socialismo: a associação do trabalhismo ao socialismo reafirmava o novo partido trabalhista como uma força de esquerda. Porém, não se tratava de uma mera estratégia retórica, uma vez que havia no grupo que fundou o PDT vários egressos do PSB. Muitos trabalhistas julgavam que o trabalhismo era um socialismo à brasileira. Esse socialismo representava, em linhas gerais, um programa radical de reformas políticas, sociais e econômicas, mas sem a exclusão da propriedade privada, que seria realizado de forma democrática, e não através da revolução, diferenciando-se, assim, do regime soviético, naquele momento rejeitado por diversos setores da sociedade brasileira.[76]

No Rio Grande do Sul, sob a liderança de Leonel Brizola, o PDT fortaleceu-se como partido político, uma vez que o partido trabalhista contou com a adesão de oito deputados federais e 13 deputados estaduais oriundos do MDB. Por sua vez, o PTB, sob a liderança de Ivete Vargas, foi significativamente desmobilizado no estado, uma vez que os trabalhistas sul-rio-grandenses se identificavam com a liderança de Brizola, reconhecido como o legítimo herdeiro do trabalhismo.

	ARENA	PDS		MDB	PMDB	PDT
Senadores	1	1		2	2	----------
Deputados Federais	14	14		18	10	8
Deputados Estaduais	25	25		31	18	13

Quadro 12. Realinhamento partidário dos parlamentares do Rio Grande do Sul (1978-1980). Fonte: Quadro elaborado pelo autor.

Portanto, observa-se que a oposição no Rio Grande do Sul fragmentou-se principalmente em torno do PMDB e do PDT e das respectivas lideranças de Pedro Simon (presidente do PMDB/RS) e Leonel Brizola, que entraram em rota de colisão. Assim, dos 18 deputados federais eleitos pelo MDB em 1978, 10 ingressaram no PMDB e oito no PDT, enquanto dos 31 deputados estaduais emedebistas, 18 ingressaram no PMDB e 13 no PDT.

Por outro lado, convém destacar que o Partido Popular (PP), que foi organizado no Rio Grande do Sul pelos ex-arenistas João Dentice e Sinval Guazzelli, não obteve grande repercussão no estado, não conseguindo a adesão de nenhum parlamentar. Dessa forma, o PP no Rio Grande do Sul foi um partido sem grande expressão política, ao contrário de outros estados.

Organizado pelo senador Tancredo Neves (da ala "moderada" do MDB) e pelo deputado José de Magalhães Pinto (da ala dissidente da ARENA), o PP pretendia ser um partido independente e liberal-conservador. Até janeiro de 1982, o PP obteve a adesão de 69 deputados federais (41 provenientes do MDB e 28 da ARENA), tornando-se a terceira maior bancada na Câmara dos Deputados[77]. Contudo, em virtude da grande adesão de empresários e banqueiros (como o próprio Magalhães Pinto, proprietário do Banco Nacional), o PP foi pejorativamente chamado de "partido dos banqueiros".

No entanto, em 25 de novembro de 1981, o governo enviou ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como "Pacote de Novembro"), proibindo as coligações partidárias e impondo o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal. Desse modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o PDS e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores (PP,

PTB, PDT e PT), que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos.

A partir do "Pacote de Novembro", Tancredo Neves passou a defender a fusão de todas as correntes oposicionistas em uma só legenda. Entretanto, a proposta foi acolhida apenas pela maioria dos membros do PP e do PMDB. Desse modo, em dezembro de 1981, as negociações visando à incorporação do PP ao PMDB se intensificaram. Posteriormente, em 14 de fevereiro de 1982, uma convenção conjunta dos dois partidos concretizou a incorporação do PP ao PMDB. Em suma, a incorporação do PP ao PMDB foi uma reação contra o "Pacote de Novembro", fortalecendo o PMDB, que ampliou consideravelmente o número de parlamentares federais.

Acerca do Partido dos Trabalhadores (PT), a sua organização começou a ser discutida por líderes sindicais da região do ABC paulista no final de 1978. Em 1979, a criação do partido foi articulada por líderes sindicais em todo o país, sob a liderança do metalúrgico Luís Inácio Lula da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP. Contudo, o PT foi oficialmente criado no dia 10 de fevereiro de 1980, com o lançamento do *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*, após um encontro realizado em São Paulo, do qual participaram lideranças sindicais, intelectuais, militantes de grupos marxistas e militantes ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) da Igreja Católica, vinculados à Teologia da Libertação[78]. O PT inicialmente contou com a adesão de seis deputados federais. No Rio Grande do Sul, o processo de organização do partido foi liderado por Olívio de Oliveira Dutra, líder sindical bancário em Porto Alegre e integrante da comissão nacional do partido.

As eleições de 1982 no Rio Grande do Sul

As primeiras eleições após o fim do bipartidarismo estavam previstas para 15 de novembro de 1980, quando seriam realizadas as eleições municipais. No entanto, em setembro de 1980, de forma casuística, a ditadura adiou para 1982 as eleições municipais, prorrogando os mandatos dos prefeitos e vereadores (cuja maioria estava vinculada ao PDS). Embora o governo tenha utilizado o argumento de que o adiamento era indispensável em virtude da recente reformulação

partidária, convém ressaltar que a ditadura temia uma derrota eleitoral em 1980, uma vez que o país enfrentava uma grave crise econômica e inflacionária.

Em novembro de 1980, foi aprovada, por unanimidade, no Congresso uma emenda governamental que restabeleceu as eleições diretas para os governos estaduais em 1982 e extinguiu a votação indireta ao Senado. Contudo, visando a garantir o êxito nas eleições de 1982[79], a ditadura, em 25 de novembro de 1981, enviou ao Congresso um casuístico projeto de lei sobre a reforma eleitoral (conhecido como "Pacote de Novembro"), proibindo as coligações partidárias e impondo o voto vinculado, obrigando os eleitores a votarem em candidatos do mesmo partido em todos os cargos em disputa, em nível nacional, estadual e municipal. Desse modo, a nova lei eleitoral, que visava a favorecer o PDS e a fragmentar o voto oposicionista, também reduziu as chances de êxito eleitoral dos partidos menores (PP, PTB, PDT e PT), que estavam em processo de organização e estruturação e não teriam condições de apresentar candidatos para todos os cargos.

De fato, PTB, PDT e PT enfrentaram grandes dificuldades em 1982 devido às suas limitações. Assim, em quase todo o país o pleito acabou polarizando-se entre PDS e PMDB. As exceções foram os estados do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, onde a forte tradição trabalhista e o brizolismo impulsionaram o PDT à disputa eleitoral.

Na disputa pela eleição direta ao governo do Rio Grande do Sul, o PDS lançou a candidatura do deputado federal Jair de Oliveira Soares (ministro da Previdência e Assistência Social do governo Figueiredo), o PMDB a candidatura do senador Pedro Jorge Simon, o PDT concorreu com o deputado federal Alceu de Deus Collares e o PT lançou o líder sindical Olívio de Oliveira Dutra. Entretanto, o voto vinculado e, sobretudo, a fragmentação do voto oposicionista entre o PMDB, o PDT e o PT foram fatores decisivos para a apertada vitória eleitoral do PDS no Rio Grande do Sul. Além das eleições de Jair Soares ao governo estadual e de Carlos Alberto Gomes Chiarelli ao Senado, o PDS também elegeu a maioria dos parlamentares (13 deputados federais e 23 deputados estaduais) em 1982, além da também conquistar a maioria das prefeituras municipais[80] e eleger o maior número de vereadores no estado.

Governador		Senador	
Candidato	Nº de votos	Candidato	Nº de votos
Jair de Oliveira Soares (PDS)	1.294.962	Carlos Alberto G. Chiarelli (PDS)	1.271.572
Pedro Jorge Simon (PMDB)	1.272.319	Paulo Brossard (PMDB)	1.209.432
Alceu de Deus Collares (PDT)	775.546	Getúlio Pereira Dias (PDT)	730.869
Olívio de Oliveira Dutra (PT)	50.713	Raul Jorge Anglada Pont (PT)	47.234

Quadro 13. Resultado das eleições para governador e senador no Rio Grande do Sul em 1982. Fonte: TRE-RS.

Câmara dos Deputados			Assembleia Legislativa		
Partido	1980*	1982	Partido	1980*	1982
PDS	14	13	PDS	25	23
PMDB	10	12	PMDB	18	21
PDT	8	7	PDT	13	12
PT	-	-	PT	-	-
Total	32	32	Total	56	56

Quadro 14. Composição das bancadas dos parlamentares do Rio Grande do Sul (1980-1982). Fonte: TRE-RS. * Realinhamento partidário após o fim do bipartidarismo.

Em nível nacional, no pleito, realizado no dia 15 de novembro de 1982, o PDS elegeu 12 governadores e senadores[81], enquanto o PMDB elegeu nove[82] e o PDT venceu com Leonel Brizola no Rio de Janeiro. No Senado, o PDS garantiu a manutenção da maioria parlamentar, porém perderia a maioria na Câmara dos Deputados. Embora o PDS tenha elegido 235 deputados contra 200 do PMDB, as oposições unidas somavam 244 parlamentares. Nos estados, o PDS[83] ainda conquistou a maioria parlamentar em 13 assembleias estaduais[84].

	Governadores eleitos	Senadores eleitos	Deputados eleitos
PDS	12	12	235 (49,07%)
PMDB	9	9	200 (41,75%)
PDT	1	1	23 (4,80%)
PTB	–	–	13 (2,71%)
PT	–	–	8 (1,67%)
Total	22[85]	22	479 (100%)

Quadro 15. Resultados nacionais das eleições de 1982. Fonte: KINZO, op. ct., p. 214.

Considerações Finais

O período pluripartidário de 1945 a 1965 no Rio Grande do Sul foi marcado pela polarização entre trabalhismo (PTB) e antitrabalhismo, com o PSD se consolidando como o principal partido antitrabalhista no estado, uma vez que a UDN foi um partido sem grande expressão no território sul-rio-grandense. Assim, as eleições para o governo estadual foram polarizadas entre PSD e PTB.

Desse modo, a polarização PTB/anti-PTB, que caracterizou o pluripartidarismo no Rio Grande do Sul, resultou que, durante a vigência do bipartidarismo (1965-1979), o MDB e a ARENA fossem desaguadouros naturais dos grupos políticos anteriormente consolidados. Assim, o MDB pode ser considerado como uma espécie de continuação do PTB no Rio Grande do Sul, enquanto a ARENA aglutinou os grupos anti-trabalhistas. Ademais, uma característica que marcou o bipartidarismo no Rio Grande do Sul foi o equilíbrio eleitoral entre MDB e ARENA, inclusive com o MDB obtendo significativos êxitos eleitorais nas eleições parlamentares.

Notas finais

[1] As ditaduras instauradas na América Latina nas décadas de 1960 e 1970 foram regimes de Segurança Nacional, baseados na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), elaborada pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e difundidas nas Escolas de Guerras dos países latino-americanos.

[2] VIANNA, Luiz Werneck. O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. I, p. 170-171.

[3] Cf. SOARES, Gláucio A. D. Formação dos partidos nacionais. In: FLEISCHER, David V. (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. 1.

[4] SEGATTO, José Antonio. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 220-224.

[5] Com a política de união nacional, o PCB havia se tornado mais "popular" e menos "operário" e as preocupações com os problemas da "nação" predominavam sobre os da "classe", orientando-o, dessa forma, não mais para o proletariado, mas para os patriotas e democratas, conquistando, assim, inclusive a simpatia de setores das camadas médias (Cf. SEGATTO, op. ct.).

[6] DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *PTB*: do getulismo ao reformismo (1945-1964). São Paulo: Marco Zero, 1989, p. 27-28.

[7] DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano:* o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v. 3, p. 138-139.

[8] GOMES, Angela Maria de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 283.

[9] DELGADO, op. ct., 1989, p. 55.

[10] Idem, p. 47.

[11] GOMES, Angela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge: REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964).* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 2, p. 74-75.

[12] BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 17-18.

[13] CORTÉS, Carlos E. *Política gaúcha (1930-1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007, p. 176.

[14] BODEA, op. ct., p. 18-19.

[15] CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. *Partidos e representação política*: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: UFRGS, 2005, p. 104.

[16] BODEA, op. ct., p. 20-31.

[17] O movimento queremista iniciou como um movimento popular favorável ao continuísmo de Vargas e que era discretamente apoiado pelo Ministério do Trabalho, pelo DIP e por empresários. Ancorado no lema "Queremos Getúlio", a partir do final de julho e início de agosto, o movimento ganhou grande projeção nacional, com manifestações e comícios em todo o país, no qual defendiam a candidatura de Getúlio Vargas nas eleições de dezembro de 1945. Mais detalhes, ver: FERREIRA, Jorge. A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003a, v. 3.

[18] CÁNEPA, op. ct., p.107.

[19] BODEA, op. ct., p. 22-23.

[20] A repercussão do ideário de Pasqualini atraiu diversos adeptos e simpatizantes, que, em junho de 1945, formaram o Movimento Popular em Favor das Idéias Políticas e Sociais de Alberto Pasqualini. Este movimento seria o precursor da União Social Brasileira (USB), agrupamento político dirigido por Pasqualini e lançado no dia 21 de setembro de 1945. A USB era um movimento reformista e democrático de esquerda

não-comunista que, ao contrário da Esquerda Democrática, optou por integrar-se ao PTB e não à UDN (Cf. BODEA, op. ct.).

[21] BODEA, op. ct., p. 23.

[22] Idem, p. 28.

[23] Idem, p. 28.

[24] Nas eleições de 1954 no Rio Grande do Sul houve uma aliança entre PL/UDN/PSD, denominada Frente Democrática.

[25] Nas eleições de 1958 no Rio Grande do Sul houve novamente uma aliança entre PL/UDN/PSD denominada Frente Democrática. Em oposição, houve uma coalizão entre PTB/PRP/PSP.

[26] Nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul houve uma aliança entre PSD/PL/UDN/PRP/PDC/PSP denominada Ação Democrática Popular.

[27] CÁNEPA, op. ct..

[28] A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

[29] CÁNEPA, op. ct.

[30] As reformas de base eram um conjunto de medidas que visavam à alteração das estruturas econômicas, sociais e políticas do país. Entre as principais reformas constavam a bancária, a fiscal, a urbana, a tributária, a administrativa, a agrária, a universitária, além da extensão do voto aos analfabetos e oficiais não graduados das Forças Armadas e a legalização do PCB. O controle do capital estrangeiro e o monopólio estatal de setores estratégicos da economia também faziam parte do programa reformista dos nacionalistas. In: FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b, v. 3, p. 351-352.

[31] DELGADO, op. ct., 1989, p. 280.

[32] No dia 31 de março de 1964, as tropas do general Olímpio Mourão Filho, com o respaldo do governador mineiro Magalhães Pinto e de outros governadores, deram início ao golpe, marchando de Juiz de Fora ao Rio de Janeiro.

[33] Durante os dias 1º, 2 e 3 de abril de 1964, Passo Fundo se tornou a capital provisória do Rio Grande do Sul, com Meneghetti governando na sede da Brigada Militar.

[34] ZARDO, Murilo. O golpe de 1964 no Rio Grande do Sul: da conspiração à "Operação Farroupilha". In: BATISTELLA, Alessandro (Org.). *O golpe civil-militar de 1964 no sul do Brasil*. Chapecó: Argos, 2014, p. 97-134.

[35] TOLEDO, Caio Navarro de. *O governo Goulart e o golpe de 64*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 106.

[36] A "Caravana da Liberdade" foi constituída por 12 ônibus e inúmeros outros veículos, nos quais viajaram, além de autoridades estaduais e dos municípios do norte gaúcho, um grande número de apoiadores civis ao golpe, que originalmente haviam se reunido em Passo Fundo para pegar em armas contra os legalistas em Porto Alegre. Partindo de Passo Fundo na manhã de 3 de abril, a caravana do governador se encontrou, em Pantano Grande, com o contingente simbólico do general Mário Poppe de Figueiredo, que se dirigia a Porto Alegre com o intuito de assumir o comando do III Exército, para o qual havia sido nomeado pelo novo ministro da Guerra, o general Artur da Costa e Silva. In: ZARDO, op. ct., p. 127.

[37] ZARDO, op. ct., p. 127-128.

[38] O marechal Humberto de Alencar Castelo Branco – chefe do Estado-Maior do Exército e um dos principais articuladores da conspiração golpista entre os militares –, no dia 11 de abril de 1964, foi eleito indiretamente presidente da República. Portanto, Castelo Branco chegaria ao poder graças ao prestígio que desfrutava entre setores militares e ao apoio que recebeu de lideranças civis. In: CHAGAS, Carlos. A guerra das estrelas (1964-1984): os bastidores das sucessões presidenciais. 4. ed. Porto Alegre: L&PM, 1985, p. 71-76.

[39] Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores, que também passaram a ser eleitos indiretamente.

[40] GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório*: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009, p. 64.

[41] Revolução era o termo utilizado pelos golpistas para se referir ao golpe de 1964.

[42] GRINBERG, op. ct., p. 64.

[43] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 96-100.

[44] Na época eram 66 cadeiras no Senado, três para cada uma das 22 unidades da Federação. Porém, havia uma vaga em aberto na senatoria do Ceará, em virtude do falecimento, em outubro de 1965, do senador petebista Antônio Jorge de Queiroz Jucá – suplente efetivado após o falecimento, em maio de 1963, do senador Carlos Jereissati (PTB).

[45] KINZO, op. ct., p. 31.

[46] NOLL, Maria Izabel; TRINDADE, Hélgio. *Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul*: 1823-2002. Porto Alegre: UFGRS, 2004, p. 95-96.

[47] A Aliança Republicana Socialista (ARS) foi uma coalizão entre os comunistas que concorriam pelo Partido Republicano (PR) e parte do Partido Socialista Brasileiro (PSB) nas eleições de 1962 no Rio Grande do Sul.

[48] No segundo semestre de 1966, dois deputados estaduais do antigo PL deixaram a ARENA e ingressaram no MDB: Paulo Brossard de Souza Pinto e Honório Pereira Severo. Nas eleições parlamentares de novembro de 1966, Paulo Brossard foi eleito deputado federal pelo MDB, enquanto Honório Severo não conseguiu a reeleição à Assembleia Legislativa.

[49] XAUSA, Leônidas; FERRAZ, Francisco. O surgimento do bipartidarismo no Rio Grande do Sul nas eleições de 1966. In: FLEISCHER, David (Org.). *Os partidos políticos no Brasil*. Brasília: UnB, 1981, v. II, p. 186.

[50] RODRIGUES, Márcio Soares. *Assimetrias na travessia*: a cisão do emedebismo gaúcho. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018, p. 118-119.

[51] Durante a vigência do bipartidarismo, foram eleitos indiretamente ao governo do Rio Grande do Sul os arenistas Walter Peracchi Barcelos (1966-1971), Euclides Triches (1971-1975), Sinval Guazzelli (1975-1979) e José Augusto Amaral de Souza (1979-1983).

[52] Em virtude do AI-3 de 5 de fevereiro de 1966, os prefeitos das capitais passaram a ser nomeados pelos governadores. Posteriormente, uma nova lei (Lei nº 5.449, de 4 de junho de 1968) instituiu que os municípios considerados áreas de interesse da Segurança Nacional (municípios localizados em regiões de fronteira com outros países ou em áreas estratégicas) passariam a ter os seus prefeitos nomeados pelos governadores. Portanto, as capitais dos estados, os municípios considerados como estâncias hidrominerais e os municípios das áreas de Segurança Nacional somente teriam eleições para vereadores, pois os eleitores estavam privados de escolherem os seus prefeitos nestes municípios. O Rio Grande do Sul foi o estado mais atingindo, com 28 municípios cujos prefeitos seriam nomeados pelo governador: além da capital, Porto Alegre, 25 munícipios foram considerados como área de Segurança Nacional (Alecrim, Bagé, Canoas, Crissiumal, Dom Pedrito, Erval, Horizontina, Itaqui, Jaguarão, Osório, Porto Lucena, Porto Xavier, Quaraí, Rio Grande, Roque Gonzales, Santa Vitória do Palmar, Santana do Livramento, São Borja, São Nicolau, Tenente Portela, Tramandaí, Três Passos, Tucunduva, Tuparendi e Uruguaiana) e dois municípios foram considerados como estância hidromineral (Iraí e Vicente Dutra).

[53] Após o realinhamento partidário, a ARENA contava com 257 (62,8%) deputados contra 149 (36,5%) do MDB. Havia ainda três não alinhados (0,7%), totalizando, assim, 409 deputados na Câmara Federal. Após a eleição de 1966, a ARENA ampliou a sua vantagem em 20 cadeiras, enquanto o MDB perdeu 17.

[54] KINZO, op. ct., p. 74.

[55] Guido Mondin obteve 322.901 votos, Sinval Guazzelli obteve 206.917 e Mário Mondino obteve 142.662. Dessa forma, a ARENA totalizou 672.480 votos, enquanto o emedebista Siegfried Heuser obteve 638.140 votos. (Fonte: TRE/RS).

[56] CÁNEPA, op. ct., p. 386.

[57] Para o Senado, a ARENA elegeu 41 senadores contra apenas cinco do MDB. Assim, a bancada emedebista no Senado caiu de 19 para sete senadores. Por sua vez, na Câmara dos Deputados, a ARENA elegeu 223 (71,9%) deputados federais contra 87 do MDB (28,1%). In: KINZO, op. ct., p. 74).

[58] Tarso Dutra obteve 929.461 votos e Daniel Krieger obteve 864.505, enquanto Paulo Brossard (MDB) obteve 833.630 e Geraldo Brochado da Rocha (MDB) obteve 809.296 (Fonte: TRE/RS).

[59] KINZO, op. ct., p. 133-134.

[60] MOTTA, op. ct., p. 97.

[61] KINZO, op. ct., p. 134-135.

[62] O MDB elegeu os senadores nos seguintes estados: São Paulo, Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Paraíba, Amazonas e Acre. Por sua vez, a ARENA elegeu os senadores na Bahia, Piauí, Alagoas, Maranhão, Pará e Mato Grosso.

[63] Nos períodos eleitorais eram comuns as prisões de militantes oposicionistas, bem como a cassação de alguns candidatos antes mesmos da disputa. In: MOTTA, op. ct., p. 100-101.

[64] Paulo Brossard obteve 1.383.288 votos, enquanto o arenista Nestor Jost obteve 897.803 votos (Fonte: TRE/RS).

[65] KINZO, op. ct., p. 251.

[66] Idem, p. 159-160.

[67] A Lei Falcão vigorou até 1985.

[68] Em 1978, Pedro Simon obteve mais votos do que os três candidatos arenistas juntos: Simon fez 1.751.469 votos, contra 620.405 de Mário Ramos, 329.982 de José Mariano da Rocha Filho e 140.744 de Fernando Gay da Fonseca (Fonte: TRE/RS). Desse modo, o MDB sul-rio-grandense passaria a ter dois senadores (Pedro Simon e Paulo Brossard – eleito em 1974).

[69] Além do Rio Grande do Sul, o MDB venceu as eleições para o Senado em São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Goiás e Paraíba. In: KINZO, op. ct., p. 202.

[70] KINZO, op. ct., p. 201-202.

[71] A nova nomenclatura do partido governista foi uma estratégia eleitoral que visava a distanciar-se da já desgastada e impopular ARENA, além de dar ao eleitor a impressão de que o PDS era um partido diferente e moderno, preocupado com as demandas sociais e democráticas da sociedade civil. In: MOTTA, op. ct., p. 105.

[72] O PMDB procurou conservar a popularidade e o capital político da antiga sigla (MDB), apenas acrescentando a palavra "Partido" para atender às exigências da nova lei. Desse modo, a sigla PMDB possibilitou que o eleitorado o reconhecesse como uma continuidade do extinto MDB na luta contra o autoritarismo e pelo restabelecimento da democracia. In: MOTTA, op. ct., p. 105-106.

[73] Em nível nacional, a maioria dos parlamentares que deixaram o MDB/PMDB optou em ingressar no partido organizado pela ala moderada do MDB (liderada pelo senador Tancredo Neves) e pela ala dissidente da ARENA (liderada pelo deputado José de Magalhães Pinto): o Partido Popular (PP), que recebeu a adesão de 41 deputados oriundos do antigo MDB até janeiro de 1982. Além do PP, também houve o ingresso de 22 ex-emedebistas no PDS, 10 no PDT, cinco no PT, um no PTB e um indeciso. In: KINZO, op. ct., p. 209.

[74] KINZO, op. ct., p. 209.

[75] Em junho de 1979 ocorreu o evento fundador do novo trabalhismo: o Encontro de Lisboa, ocorrido nos dias 15, 16 e 17 de junho, na sede do Partido Socialista Português, que reuniu antigos trabalhistas e lideranças de várias tendências de esquerda exiladas com o objetivo de reorganizar o PTB, sob a liderança de Leonel

Brizola. A principal resolução desse encontro foi a Carta de Lisboa, um documento que sintetizaria as principais ideias do novo trabalhismo, comprometido com os valores democráticos e socialistas, mas que também defendia a retomada das antigas bandeiras reformista e nacionalista. Contudo, um dos pontos inovadores do novo trabalhismo estava na atenção especial às massas marginalizadas: atualizado com os movimentos sociais do final da década de 1970, comprometia-se à defesa dos afro-brasileiros, dos indígenas, dos nordestinos, das crianças e das mulheres. Dessa forma, o novo trabalhismo lutaria pelos direitos de outros segmentos sociais e não apenas dos trabalhadores, como era explicitado no programa do antigo PTB. Nesse sentido, conforme observou Ronaldo Vainfas, "embora adotasse uma postura de esquerda, o novo partido se propunha como um grande partido de massas, e não apenas como representante da classe operária, inclusive, desprovendo-se de bandeiras marxista ou sindicalista". In: VAINFAS, Ronaldo. A luz própria de Leonel Brizola: do trabalhismo getulista ao socialismo moreno. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). As esquerdas no Brasil: revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 493.

[76] SENTO-SÉ, João Trajano. Um encontro em Lisboa. O novo trabalhismo do PDT. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*: revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 440-442.

[77] KINZO, op. ct., p. 209.

[78] REIS, Daniel Aarão. O Partido dos Trabalhadores: trajetória, metamorfoses, perspectivas. . In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Orgs.). *As esquerdas no Brasil*: revolução e democracia (1964-...). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 3, p. 505.

[79] Em 1982 ocorreriam eleições diretas para governadores, senadores, deputados federais, deputados estaduais, prefeitos (exceto das capitais e dos municípios considerados áreas de segurança nacional) e vereadores.

[80] Em 1982 não ocorreram as eleições para prefeitos municipais em Porto Alegre, nos 25 municípios considerados áreas de segurança nacional e nos dois municípios considerados estâncias hidrominerais. Desse modo, os prefeitos destes 28 municípios continuaram sendo nomeados pelo governador.

[81] O PDS elegeu os governadores e senadores no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e nos nove estados do nordeste.

[82] Em 1982, o desgaste da ditadura militar e a grave crise econômica e inflacionária foram importantes fatores que contribuíram para a vitória da oposição em vários estados do país. Desse modo, o PMDB elegeu os governadores e senadores em São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Amazonas e Acre.

[83] Em 1995, o PDS mudou o seu nome para PPB (Partido Progressista Brasileiro). Em 2003, tornou-se o Partido Progressista (PP). Em 2017, a sigla foi rebatizada de Progressistas.

[84] KINZO, op. ct., p. 213.

[85] Dos 23 estados brasileiros, o único em que não ocorreram eleições em 1982 foi em Rondônia, estado criado em dezembro de 1981 e cujo governador havia sido nomeado pelo general-presidente João Batista Figueiredo.

IX

Análise da propaganda eleitoral impressa de Pedro Simon nas eleições de 1962

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães

Pedro Jorge Simon, político brasileiro natural de Caxias do Sul, teve uma das carreiras mais longevas da política nacional, sendo por 55 anos consecutivos eleito para cargos eletivos. Desde a primeira eleição em que concorreu, quando foi eleito vereador em Caxias do Sul no ano de 1959, até a entrega do cargo de senador em 2015, o político esteve ativo na política partidária com um crescimento eleitoral significativo. Olhar para o crescimento eleitoral de Pedro Simon é uma questão importante para compreender a longa trajetória do político. Sob esta ótica, o presente texto procura investigar o processo de transição de Pedro Simon do nível municipal para o estadual. Em outras palavras, procura-se analisar a campanha eleitoral de Pedro Simon para o cargo de deputado estadual no Rio Grande do Sul nas eleições de 1962. Para isso, apresentamos um panorama das eleições de 1962, destacando a conjuntura do período, a disputa para o governo estadual e com mais atenção os materiais publicitários da campanha eleitoral de Pedro Simon, procurando aprofundar a construção da campanha visto que "a compreensão de um processo eleitoral não pode se resumir ao exame de seus resultados, pois as campanhas eleitorais colocam em cena estratégias, cálculos dos políticos diante da receptividade de suas candidaturas e da ação dos adversários" (Angeli, 2018, p. 344)[1].

Para aprofundar a análise da campanha eleitoral de Pedro Simon em 1962, mobiliza-se bibliografia sobre o período analisado, noções de Pierre Bourdieu, em especial acerca do campo político e capital, bem como a noção de *background* utilizada por Michel Offerlé. Em um trabalho de análise empírica das fontes, os principais documentos mobilizados são os materiais de campanha eleitoral, publicados no jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul, onde Pedro Simon atuava como vereador e um panfleto que circulou em Porto Alegre, capital do estado.

Espera-se com esta pesquisa, contribuir para as pesquisas que analisam trajetórias políticas, mostrando a partir do caso de Pedro Simon e das eleições de 1962 formas de aproximação com o eleitorado e de construção de candidatura. Consideramos ainda, que o texto pode contribuir para a análise do período abordado, bem como da conjuntura política que marcou o início da década de 1960 no Rio Grande do Sul, sobretudo no que se refere às disputas eleitorais.

O contexto político em 1962 no Rio Grande do Sul

Antes de analisar os materiais publicitários da campanha eleitoral de Pedro Simon para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, consideramos relevante lançar luz ao contexto social e político do início da década de 1960. Para muitos pesquisadores do período, o pleito de 1962 representou o auge da polarização no Rio Grande do Sul[I]. Como já apontando por Marcello Baquero e Jussara Reis Prá, no contexto do Grande do Sul, "agrupando-se as coalizões partidárias formadas no período que vai de 1950 a 1960, encontram-se aí pelo

[I] Maria Izabel Noll e Hélgio Trindade destacam que o processo de crescimento do Partido Trabalhista Brasileiro no Rio Grande do Sul foi um fator relevante para a alteração nas dinâmicas das forças políticas no estado. Conforme os autores: "A curva ascensional do PTB será um fator decisivo na mudança da dinâmica das forças políticas regionais, provocando, como reação à tendência de sua hegemonia eleitoral, uma progressiva aglutinação das forças anti-PTB, nucleada em torno de um PSD "udenizado" que entra em conflito com a linha nacional de aliança com o PTB. O antipetebismo se costura através da coligação que incorpora, num primeiro momento, a UDN e o PRP, e, mais tarde, o PL. Com a candidatura de Brizola ao governo do estado em 1958, forma-se a Frente Democrática (PSD-PL-UDN e PRP), mas seu arco mais abrangente será a Aliança Democrática Popular (ADP) que inclui PSD, PL, UDN, PDC e PSP. O PSB não consta porque seu único deputado estadual incorpora-se ao PL." (NOLL, 2004, p. 82-83). Para ler mais sobre o tema sugere-se: Noll, Maria Izabel; Trindade, Hélgio. **Estatísticas eleitorais do Rio Grande da América do Sul**: 1823-2002. Porto Alegre: UFGRS, 2004.

menos dois blocos distintos: o do PTB e seus aliados, e o do PSD e dos conservadores." (Baquero; Prá, 2007, p.80)[2].

Para entendermos esta questão, vale destacar que no Rio Grande do Sul ocorreu um processo de alternância no governo do estado entre os partidos nucleados em torno do Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Na primeira eleição após o Estado Novo, foi eleito para o governo do Rio Grande do Sul Walter Jobim (PSD). No pleito seguinte, em 1950, o candidato eleito foi Ernesto Dornelles (PTB). Em 1954, o governo retornou para o PSD com a eleição de Ildo Meneghetti. Já em 1958, os petebistas venceram o pleito com a eleição de Leonel Brizola. Portanto, ao analisar os pleitos anteriores, se percebe um padrão com o governo do Rio Grande do Sul alternando entre PSD e PTB. Além deste ponto, cabe apontar o final de década de 1950, a cisão no PTB, as eleições municipais de 1959 – em especial a eleição em Porto Alegre –, a campanha da legalidade em 1961 e a conjuntura durante o governo de Leonel Brizola, fatores que também contribuíram para a complexidade que marcou o processo eleitoral de 1962 no Rio Grande do Sul.

Nos primeiros meses de 1959 ocorreu uma campanha para a candidatura de Loureiro da Silva para a Prefeitura de Porto Alegre. PDC e PL inclinaram-se para o apoio à candidatura de Loureiro da Silva, que aguardava a decisão do PTB sobre o pleito. Os trabalhistas definiram Wilson Vargas como candidato do partido e Loureiro da Silva aceitou o convite para concorrer pelo PDC enviando carta ao PTB sobre a decisão. O partido ao analisar a carta se posicionou pela expulsão do político da agremiação. Neste processo, Fernando Ferrari apoiou a candidatura de Loureiro da Silva. Em 1960, o próprio Ferrari, com apoio do PDC, lançou-se candidato à vice-presidência, enquanto o PTB teve João Goulart como candidato, mantendo a coligação nacional PSD-PTB. No caso do Rio Grande do Sul, Fernando Ferrari foi o mais votado no estado, com João Goulart como segundo candidato mais votado e Milton Campos (UDN) como terceiro.

Neste contexto, a transição da década de 1950 para 1960 teve um processo de ruptura significativa dentro do PTB com as saídas de Loureiro da Silva prefeito eleito pelo PDC em Porto Alegre e Fernando Ferrari que organizou o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Outro fator relevante no processo de candidatura e mudanças nas clivagens para o pleito de 1962 foram os aspectos

e desdobramentos do governo de Leonel Brizola. Cánepa (2005)[3] aponta que no processo de definição das candidaturas para 1962, não haviam candidatos "naturais".

As ações do governo Brizola, como os processos de encampação, assentamentos rurais, a projeção nacional a partir do episódio da Legalidade, bem como as rupturas dentro do partido com as saídas de Loureiro da Silva e Fernando Ferrari tornaram o processo de definição de candidaturas complexo. Por um lado, o PTB estava se distanciando do PSP em nível nacional a partir das eleições de 1960 para a presidência da República. Em nível estadual, a saída de Alberto Hoffman da Secretaria de Agricultura marcou a ruptura entre PTB e PRP, importante para a eleição de Brizola em 1958 e para o PRP que levou Guido Mondin ao Senado. Dada a conjuntura do momento, a Frente Democrática, composta por PSD, PL e UDN, visou se aproximar dos representantes de PRP, PDC e MTR com objetivo do lançamento de uma candidatura em comum. Na conjuntura, foi levantada a possibilidade de o PDC lançar Loureiro da Silva como candidato. O PSD defendia a candidatura de Tarso Dutra, enquanto o nome de Fernando Ferrari começava a ganhar força pelo MTR. Durante o processo de negociação, o MTR optou por lançar candidatura própria com seu principal nome, Fernando Ferrari. Os outros partidos (PSD, UDN, PL, PDC e PRP) uniram-se formando a Ação Democrática Parlamentar (ADP) e lançando Ildo Meneghetti como um nome que seria aceito pela maior parte dos membros do grupo.

No que se refere ao candidato do PTB para o pleito de 1962, diversos políticos foram aventados na imprensa do período[II]. A escolha do partido foi Egydio Michaelsen[III], indicado por maioria dos diretórios do interior do estado

[II] Conforme mapeamento presente em Guimarães (2020), a imprensa do período levantou diversos nomes que poderiam ser candidatos do PTB ao Piratini como João Carlos Gastal e Siegfried Heuser. Para mais informações ver em: Guimarães, Gustavo Henrique Kunsler. **A trajetória política de Siegfried Emanuel Heuser (1950-1986)**. Acervus Editora. Passo Fundo. 2020.

[III] Natural de São Sebastião do Caí (RS), Egydio Michaelsen bacharelou-se em 1930 pela Faculdade de Direito de Porto Alegre. Atuou como advogado até 1935 quando se tornou prefeito de São Sebastião do Caí. Após o fim do Estado Novo esteve envolvido no processo de criação da União Social Brasileira (USB), sendo um dos fundadores do grupo que acompanhava as ideias de Alberto Pasqualini. Foi eleito deputado constituinte pelo PTB do Rio Grande do Sul em 1947. Em 1950 elegeu-se primeiro suplente de deputado federal também pelo PTB. Também foi secretário do Interior e Justiça do Rio Grande do Sul pelo governador Ernesto Dornelles. Informações retiradas de: DHBB. Verbete Biográfico. **Egydio Michaelsen**. Disponível em: https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/michaelsen-egidio. Acesso em: 13 maio. 2026.

e da capital, recebendo quase todos os votos dos delegados na convenção. Ao optar pelo nome de Michaelsen, o partido trazia um político que estava atuando como diretor do Banco Agrícola Mercantil S.A, mas que já havia atuado como prefeito, secretário de estado e era considerado uma liderança petebista (Rech, 1998, p. 163).

Destacada a complexidade das eleições de 1962, cabe ainda apontar brevemente a atuação de Pedro Jorge Simon na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, para enfim analisar os materiais de campanha para deputado estadual no pleito. Em 1959 Pedro Simon foi eleito vereador pelo PTB em Caxias do Sul, sendo o quinto candidato mais votado no pleito e segundo candidato mais votado pela legenda trabalhista. No pleito, o prefeito eleito foi Armando Biazus, eleito pela coligação PTB-PRP que ainda estava vigente. O PTB foi o partido com maior representação de bancada, elegendo seis vereadores. Ainda que fosse sua primeira legislatura, Pedro Simon atuou em duas funções importantes: líder de bancada do PTB e representante do executivo na Câmara. Dadas as posições ocupadas, é compreensível que a atuação de Pedro Simon concentrasse em suas propostas, projetos de lei, indicações e debates, os temas do partido e da gestão municipal.

Durante o período de atuação como vereador, Pedro Simon foi autor de diversas propostas dentro da Câmara. Algumas destas propostas foram utilizadas em sua campanha eleitoral, sendo válido destacar brevemente algumas propostas. Para fins de contribuição, destacamos aqui a luta em prol da criação da Universidade do Nordeste, os cursos de lideranças sindicais e a pauta da infância abandonada.

Iniciamos pela pauta educacional, visto que esta foi uma constante durante a atuação de Pedro Simon. Oriundo do segmento estudantil, Simon utilizou sua atuação como liderança no período de estudante na campanha eleitoral. Como vereador, a questão educacional esteve presente em sua fala, com destaque para a luta em prol da criação da Universidade do Nordeste (atual UCS). Ao analisar a atuação de Simon no legislativo de Caxias do Sul, foi identificado pronunciamentos sobre o tema desde abril de 1960. Na época, Simon destacou que já existiam faculdades em Caxias do Sul e que a criação da universidade beneficiaria não apenas Caxias do Sul, mas a região. Em sua atuação na Câmara, foram

registrados pronunciamentos até o ano de 1962, mostrando que a defesa pela criação da Universidade seguiu como pauta do PTB e do político.

Outro ponto de destaque em sua atuação foram os cursos de formação de lideranças sindicais. Em linhas gerais, a proposta tinha como objetivo a organização e desenvolvimento de um ciclo de palestras com profissionais de diferentes áreas visando aprimorar a formação dos trabalhadores de Caxias do Sul acerca de diferentes aspectos da vida pública. No espaço da Câmara, Simon afirmou em sessão de outubro de 1960 que quando estudante o Diretório Maurício Cardoso havia organizado evento em formato semelhante. A proposta de Pedro Simon foi acolhida dentro do legislativo e levada adiante, contribuindo com duas edições, com a primeira iniciando no ano de 1961 e a segunda em 1962. Conforme informações presentes no jornal *Pioneiro*, mais de 1.500 trabalhadores se inscreveram para a primeira edição do curso.

Por fim, outra pauta que ganhou muita visibilidade na atuação legislativa de Pedro Simon foi a bandeira da infância abandonada. Para fins de melhor compreensão, entendemos por infância abandonada, o olhar para crianças e adolescentes em situação de perigo ou vulnerabilidade que viviam em situação de rua, miséria e significativa pobreza. Consideramos que Simon não pode ser considerado o único porta-voz da pauta, visto que o tema já era debatido em nível global na Organização das Nações Unidas (ONU), nacional e estadual. Nesse contexto, Simon colocou-se como um dos políticos ativos na causa, atuando desde 1960 para a constituição de uma comissão para estudar a questão. Percebe-se na atuação do político a preocupação em articular essa demanda com o governo estadual, visando garantir recursos para o desenvolvimento de projetos na área. Entre os projetos, pode-se destacar a criação da Comissão Municipal de Amparo à Infância e da construção da Cidade dos Meninos de Caxias do Sul. Ambas pautas estavam entre as propostas petebistas, sendo levadas à Câmara por Pedro Simon, que atuava como líder de bancada e representante do executivo. Pontuamos os três elementos para destacar algumas ações de Pedro Simon dentro da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, a fim de estabelecer uma base para analisar os temas mobilizados na campanha eleitoral para deputado estadual em 1962.

Em Caxias do Sul, o diretório municipal do PTB definiu as candidaturas no mês de abril de 1962, optando por Egídio Michaelsen para governador, Ruben Bento Alves para deputado federal e Guilherme do Valle e Pedro Jorge Simon para deputado estadual. Na seção seguinte analisaremos com maior profundidade o material de campanha de Pedro Simon e os elementos mobilizados pelo candidato petebista.

A campanha eleitoral de Pedro Simon para deputado estadual em 1962

Introduzido anteriormente aspectos gerais da conjuntura política e social em 1962 e da atuação de Pedro Simon como vereador em Caxias do Sul, passamos agora a analisar os materiais de sua campanha eleitoral para deputado estadual. Sobre as campanhas eleitorais no período 1945-1964, Douglas Angeli aponta que as campanhas "propiciaram um aprendizado para os empreendedores políticos, como dirigentes partidários e candidatos, sobre os meios necessários para essa mobilização e para convertê-la em seu proveito na concorrência pela conquista do voto" (2024, p. 248)[4].

Iniciaremos o processo de análise dos materiais de campanha eleitoral de Pedro Simon a partir das publicações mapeadas no *Pioneiro*, jornal de Caxias do Sul, base eleitoral do político que foi de grande importância para sua eleição. No periódico, foram registrados oito tipos de anúncios de candidaturas, os quais serão analisados na sequência.

O primeiro material de campanha foi veiculado na sessão de 18 de agosto de 1962. Sob o título "Fatos", o anúncio informava ações tomadas por Pedro Simon, como a realização do Primeiro Festival de Artes de Caxias do Sul, Cursos de Formação de Líderes Sindicais, Primeira Feira do Livro do Nordeste Gaúcho, legislação para a criação do Conselho Municipal de Transportes e apresentação de projeto de lei criando a Comissão de estudos sobre a situação agrária de Caxias do Sul. No material ainda era reforçado em caixa alta: "Vote em quem muito realizou". Na semana seguinte, na edição de 25 de agosto, foi publicado um novo anúncio destacando momentos de atuação de Simon no período estudantil e também como vereador, como se pode perceber na citação abaixo:

> Pedro Jorge Simon foi um excelente líder estudantil...
> Promoveu a 1ª Semana Interamericana de Estudos Jurídicos e Sociais...
> Promoveu o 1° Curso Panamericano de Extensão Universitária...
> Promoveu o 1° Congresso dos Universitários do Brasil...
> Pedro Jorge Simon foi um excelente vereador municipal...
> Apresentou a Lei criando o Grupo de Estudos sobre a situação agrária de Caxias do Sul...
> Apresentou a Lei criando o Conselho Municipal de Amparo à Infância abandonada...
> Apresentou a Lei criando os Cursos de Alfabetização...
> Os fatos provam de longa data que na Assembleia Legislativa Pedro Jorge Simon atuará de acordo com seu passado, fiel aos compromissos assumidos com as classes populares...
> Vote em quem muito realizou
> Para deputado estadual Pedro Jorge Simon. (Pioneiro, 25 ago. 1962, p. 3).

Ao analisar as informações veiculadas nos anúncios feitos no jornal *Pioneiro*, percebe-se que o material visava destacar o dinamismo e intensidade da atuação de Pedro Simon desde o período estudantil até sua atuação na Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. O material de 18 de agosto procurava informar as diversas iniciativas de Pedro Simon na Câmara, apontando assim que Simon era um político que construía soluções para as necessidades da população. Entre os temas destacados, percebemos várias iniciativas no campo da cultura e educação, bem como de outras áreas de interesse da população caxiense. No caso do anúncio de 25 de agosto, somaram-se às iniciativas de Simon como vereador, sua atividade pregressa como estudante, qualificando Simon como "excelente líder estudantil". Em nosso entendimento, tais pontos procuram construir uma percepção da atuação de Pedro Simon para o eleitorado. Fato que teve continuidade nas publicações veiculadas nas duas semanas seguintes, na edição de 01 de setembro e 08 de setembro de 1962.

Em 01 de setembro, o material publicado destacava novos elementos como: Campanha de moralização do tráfego, campanha para obtenção de um Restaurante do SAPS para os trabalhadores e estudantes, Campanha para o barateamento do livro escolar, Campanha de melhoramento das condições dos bairros,

Campanha para a criação da Escola Industrial de Caxias do Sul, Campanha pela solução do problema da infância abandonada. O anúncio ainda finaliza com "Muito mais fará ... se tiver um campo maior de ação. Em 7 de outubro elejamos para deputado estadual Pedro Jorge Simon" (Pioneiro, 01 set. 1962, p. 3). Na edição de 08 de setembro, o foco da publicação foi destacar os cargos ocupados por Pedro Simon durante sua atuação estudantil:

> Em outubro de 1956, em Conselho Extraordinário, realizado no Rio de Janeiro, Pedro Jorge Simon foi eleito Presidente da Junta Governativa da União Nacional dos Estudantes, órgão máximo de representação e defesa dos 120 mil universitários brasileiros.
> Em abril de 1956, foi eleito pelos Acadêmicos de Direito do continente americano, Presidente do Bureau dos Estudantes de Direito das Américas, organismo criado em importante Congresso que reuniu universitários representantes das Faculdades de Direito das Américas.
> Diretor do I Curso de Formação de Líderes Sindicais, realizado em Porto Alegre.
> Presidente da Federação das Faculdades e Escolas Superiores Católicas do Brasil, órgão máximo dos universitários católicos do país, eleito por unanimidade em Congresso realizado em Belém do Pará.
> Presidente do Centro Acadêmico Maurício Cardoso, eleito por três anos consecutivos.
> Presidente do Grêmio Estudantil Rosariense, do Colégio Nossa Senhora do Rosário, de Porto Alegre.
> Presidente da Comissão organizadora do 1° Festival de Caxias do Sul.
> Diretor do 1° Curso de Formação de Líderes Sindicais de Caxias do Sul.
> Presidente da Federação dos Estudantes de Direito do Rio Grande do Sul.
> Presidente da Academia Universitária Joaquim Nabuco.
> Presidente do 1° Congresso dos Estudantes de Direito do Rio Grande do Sul.
> Diretor do Jornal "Debate" da Faculdade de Direito.
> Secretário Geral da Vª Reunião Penitenciária Brasileira, organizada pelo Governo do Estado.
> Presidente da 1ª Semana Interamericana de Estudos Jurídicos e Sociais.
> Diretor do Jornal "Rosário", do Colégio Nossa Senhora do Rosário. (Pioneiro, 08 set. 1962, p. 3).

Em 08 de setembro, percebe-se novamente a atenção dada ao período de atuação de Pedro Simon ocupando cargos de liderança estudantil. Ao analisar esse momento a partir da noção de *background* de Michel Offerlé[5], podemos compreender que a publicação das atividades exercidas por Simon neste período pode ser interpretada a partir de um contexto onde o material procurava destacar determinados recursos, atributos sociais reconhecidos pelo eleitorado como necessários para a atuação política. A atuação como liderança, cargos de diretor e presidente colocam Pedro Simon como um líder estudantil que demonstrou capacidade para coordenar os eventos e processos descritos no material de campanha. Podemos analisar que o material aponta e em certa medida procura validar um capital educacional de Pedro Simon, convertendo-o em capital político que pode ser utilizado tanto para sua campanha para a Assembleia Legislativa bem como para sua atuação dentro deste espaço. Por isso, consideramos muito significativo o levantamento das atuações de Simon no período estudantil e como elas foram utilizadas para demonstrar um reconhecimento público das habilidades de liderança do político no material da campanha eleitoral.

Nas edições seguintes, os anúncios de campanha de Pedro Simon foram intitulados: Iniciativas e Empreendimentos de Pedro Jorge Simon como vereador em Caxias do Sul. No anúncio publicado na edição de 15 de setembro foram mobilizados os temas: Festival de Caxias do Sul, I e II Cursos de Formação de Líderes Sindicais de Caxias do Sul, Levantamento dos problemas dos bairros da cidade, Primeira Feira do Livro de Caxias do Sul, Autor da indicação que visou a criação do Conselho Municipal de Transportes, Conclusão de obras de um pavilhão na qualidade de Presidente da Fundação Educacional Alberto Pasqualini, Campanha de Moralização do tráfego em Caxias do Sul, Campanha para a criação de um restaurante do SAPS, autor da lei que criou a Estante Universitária e Propugnador pró-criação da Universidade do Nordeste. O anúncio ainda destacava que Simon havia sido o vereador que mais havia apresentado projetos de lei e indicação na Câmara de Caxias do Sul.

Em 22 de setembro foi dada continuidade nas iniciativas destacando:

> 12 - Autor de projeto de lei visando a criação do Conselho Municipal de Amparo à infância abandonada e que se destinará a coordenar e orientar os serviços de proteção à infância de Caxias do Sul.

13 - Autor de inúmeras indicações que visam criar uma escola Técnica Industrial para os Trabalhadores.
14 - Autor de projeto de lei que institui redução de 50% nas passagens dos Estudantes nos ônibus urbanos.
15 - Autor de indicações que propugnam facultar a obtenção de casa populares pelos trabalhadores.
16 - Autor de indicação que reivindica a realização de campanha de sentido nacional para o barateamento e uniformização do livro didático no Brasil.
17 - Autor de indicação que sugere a criação de uma Junta Municipal de serviço social rural.
18 - Autor de indicação visando a extensão de linhas de ônibus aos bairros da cidade.
19 - Autor de indicação que visa a realização de estudos destinados ao aperfeiçoamento da Festa da Uva de Caxias do Sul.
20 - Autor de indicação solicitando a ampliação de vagas no Senai.
21 - Autor de projeto de lei que institui a Universidade Popular, que visa instituir cursos de formação de líderes operários, a realização de festivais de cultura e arte, mesas redondas, conferências e palestras em torno de problemas e assuntos de relevância econômica, social e cultural, etc. Essa universidade deverá funcionar junto à Diretoria de Instrução Pública Municipal.
22 - Autor do projeto de lei que cria o Grupo de estudos da situação agrária de Caxias do Sul, que objetiva estudar e sugerir medidas que possam favorecer a solução dos problemas dos agricultores de nosso Município.
23 - Autor do projeto de lei que institui cursos de alfabetização de Caxias do Sul. Por essa iniciativa deverá ser constituído um curso, onde no mínimo 20 pessoas o solicitarem, devendo a Prefeitura fornecer o professor.
24 - Primeiro signatário do substitutivo à emenda da Taxa de Assistência Social, aprovada pela Câmara, que destinou verbas para a Padaria Popular e aumentou consideravelmente a verba destinada ao amparo à infância abandonada. (Pioneiro, 22 set. 1962, p. 3).

Por fim, a última publicação relacionada às iniciativas e empreendimentos de Simon como vereador destacaram como pontos de sua atuação: conseguir firmar convênios entre o Ginásio noturno para trabalhadores e o governo do estado; legislou sobre construção de um mercado público, legislou sobre construção de passeios ao longo da estrada federal nas entradas de Caxias, São Marcos e

Galópolis, abordou na Câmara o funcionamento da Faculdade de Medicina, da criação da Escola de Química Industrial, sobre a criação do Centro de Estudos Socioeconômicos de Caxias do Sul, sobre a construção de creches para filhos de operários. Ainda apresentou indicação para construção do Hospital dos Trabalhadores e de um Hospital Regional para Tuberculosos, abordou o asfaltamento da continuação da estrada Farroupilha-Caxias do Sul, sobre a criação de uma Escola Técnica Rural, sobre a fiscalização das condições higiênicas e nos preços na Feira Livre, sobre o funcionamento do Departamento de Turismo, sobre a construção de um Teatro Municipal, sobre convênio para funcionamento de ginásio gratuito, sobre a criação dos Jogos da Primavera em Caxias do Sul, sobre a criação da Copa Caxias do Sul, sobre campanha de auxílio aos flagelados do nordeste e outros iniciativas.

Os três materiais de campanha citados possuíam, em nosso entendimento, o objetivo de informar para a população de Caxias do Sul e região as diversas iniciativas de Pedro Simon enquanto vereador no município[IV]. Consideramos que a opção em informar tantas iniciativas do político nos anúncios tinha como objetivo destacar a intensa atuação de Pedro Simon, associando à sua imagem noções de dinamismo, intensidade, de um político que utiliza bem o espaço legislativo e lutava pelos interesses da população. Essa leitura poderia contribuir para a construção de uma imagem frente ao eleitorado que poderia captar votos ao candidato. Além disso, consideramos natural que o político informasse em seu material as principais iniciativas no período da Câmara, visto que o eleitorado poderia associar que Simon daria continuidade às iniciativas na Assembleia Legislativa, ampliando seu espaço de atuação. Refletindo sobre os anúncios a partir do campo político (Bourdieu, 2011)[6], podemos entender também que Simon estava prestando contas aqueles que não participam do campo, dando ênfase a intensa atividade parlamentar do político e as diferentes áreas contempladas

[IV] Consideramos importante ressaltar que Pedro Simon atuou como representante do executivo na Câmara e como líder de bancada do PTB. Assim, reconhecemos que diversas medidas de sua autoria fizeram parte dos temas abordados pelo político durante sua atuação legislativa, mas também entendemos necessário apontar que ocupando tais posições dentro da estrutura legislativa e intrapartidária, Pedro Simon era o porta-voz do executivo e de seu partido na Câmara. Portanto, diversas iniciativas do Partido Trabalhista Brasileiro e da gestão municipal de Armando Biazus eram levadas ao plenário pelo pronunciamento de Simon, o que contribui para compreender o alto volume de propostas em tantas áreas diferentes.

em sua atuação como vereador, contribuindo assim com o raciocínio de que o candidato poderia ampliar seu espaço de atuação na Assembleia Legislativa.

Em 06 de outubro, foi publicado o último anúncio relacionado à candidatura de Pedro Simon. Intitulado "Porque Pedro Jorge Simon", o anúncio destacava:

> 1- Porque é um Caxiense: nasceu em nossa cidade onde concluiu o Curso Secundário, voltando a Caxias após formado em Direito, recusando ser candidato a vereança em Porto Alegre, para aqui ser candidato.
> 2- Porque foi um autêntico líder universitário, ocupando os mais altos cargos da vida estudantil.
> 3- Porque empreendeu uma série enorme de iniciativas e realizou várias obras, que marcaram sua atuação como universitário.
> 4- Porque teve marcante atuação na Câmara de Vereadores tendo sido indicado, por anos consecutivos, e por unanimidade líder de sua bancada.
> 5- Porque sua atuação como vereador o aponta como um eficiente representante do povo: foi o que maior número de projetos de leis e mais indicações apresentou.
> 6- Porque como vereador, entre outras grandes iniciativas que realizou, destacamos o 1° Festival de Caxias do Sul, os Cursos de Líderes Sindicais, o Levantamento dos problemas de todos os Bairros (a Voz dos Bairros).
> 7- Porque como professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia e de Economia Política na Faculdade de Direito, é profundo conhecedor dos problemas sociais e econômicos do país e especialmente desta região.
> 8- Porque se eleito, manterá o programa que criou "Conversando com o Povo", para prestar contas de sua atuação na Assembleia Legislativa.
> 9- Porque sua vida foi sempre uma linha de intransigente honestidade, de trabalho constante e produtivo, e daqui para frente, continuará na mesma trilha que enobrece e dignifica os homens de nossa terra.
> 10- Porque Caxias corre o risco de não ter nenhum representante na Assembleia Legislativa, necessário se tornando concentrarmos os votos em candidato que tenha reais possibilidades de vitória.
> 11- Porque não acreditamos em campanha artificiosa de última hora, que já estão fazendo contra a candidatura de PEDRO JOR-

> GE SIMON, dizendo que ele já está eleito, pois sabemos que elevado é o número de votos que precisa um candidato para garantir sua eleição e a eleição de PEDRO JORGE SIMON interessa a Caxias: aos trabalhadores, aos agricultores, aos estudantes e a todas as classes sociais. (Pioneiro, 06 out. 1962, p. 18).

Assinado pelo Comitê Central pró eleição de Pedro Jorge Simon, pelo Movimento dos Trabalhadores pró eleição de Pedro Jorge Simon e pelo Movimento Estudantil-Universitário pró eleição de Pedro Jorge Simon, o anúncio tem diversos elementos que poderiam ser destacados, mas para nossa análise vamos selecionar alguns temas. O primeiro ponto procura destacar que Pedro Simon "escolheu" Caxias do Sul. O material destaca que ele é um caxiense, que fez parte de sua formação educacional no município e após o bacharel em Direito retornou para a serra. Analisamos que este ponto procura estabelecer uma conexão entre Simon e seu possível eleitorado, colocando o candidato como um filho da terra que teria recusado a candidatura para vereador na capital, optando pelo município. Em outras palavras, Pedro Simon estaria priorizando Caxias do Sul. Os dois pontos seguintes enfatizam a atuação universitária de Pedro Simon, qualificando-o como líder universitário, que empreendeu uma série de iniciativas, procurando salientar o dinamismo e intensa atuação do político. Dentro da mesma lógica os itens seguintes apontam a intensa atuação de Pedro Simon como vereador em Caxias do Sul.

O item sete aponta para um tema muito relevante, a atuação do político como professor de Sociologia da Faculdade de Filosofia e de Economia Política na Faculdade de Direito, sendo ele um "profundo conhecedor dos problemas sociais e econômicos do país e especialmente desta região". Ao destacar o capital cultural de Simon, podemos entender que o item faz menção ao prestígio da atuação como professor de ensino superior. Como apontado por Luiz Alberto Grijó, o diploma em Direito "ao lado dos diplomas em medicina e engenharia, o diploma de bacharel aportava à quem o detinha prestígio, a possibilidade de ocupar uma série de cargos públicos que pressupunham a formação jurídica e, principalmente, rendimentos importantes no exercício da advocacia." (Grijó,

1998, p. 78)[7]. Somado a importância simbólica do diploma[V], a atuação como professor aumentava o prestígio de Simon perante a sociedade caxiense, fato que poderia e foi utilizado em campanha eleitoral para validar o político como um profissional atento às necessidades do estado e região.

Além do dos materiais publicados no jornal *Pioneiro*, também foram mapeados materiais publicitários no Acervo de publicidade e propaganda do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Destes materiais, destacamos o item a seguir (Figura 1), visto que o material de campanha tem uma abordagem diferente dos que foram publicados no jornal de Caxias do Sul. Como se pode perceber, o material aborda a conjuntura política e social do período antes de "conclamar" o voto em Pedro Simon.

Para melhor visualização, o material encontra-se transcrito a seguir:

1 2 5 4

CONCLAMAÇÃO AO POVO GAÚCHO:

Razões que Justificam um Voto Consciente

1 2 5 4

As eleições se aproximam. E, agora, mais do que nunca, é necessário que cada eleitor medite sôbre o seu voto. Não há exagero em dizer-se que o país atravessa uma hora grave, talvez, a mais grave da sua história. Aí estão os trabalhadores, os estudantes, as classes produtoras, tôdas as fôrças vivas da nação, a exigir as reformas de base, indispensáveis à nossa emancipação econômica. Aí está a inflação, a sufocar, cada vez mais, as classes menos favorecidas. Aí estão as donas de casa a sentir, no recesso de seus lares, a escassez dos gêneros de primeira necessidade. Aí está, enfim, êsse estado de coisas, contra o qual todos nós reclamamos, mas para cuja solução, muitas vêzes, pouco fazemos.

(Leia e empreste aos amigos)

É necessário que compreendamos a fôrça do nosso voto e, através dêle, busquemos a renovação e as reformas de que o país carece.

PEDRO JORGE SIMON, quer pela sua atuação como líder estudantil, quer como advogado, como professor universitário e como vereador em Caxias do Sul, tem dado demonstrações sobejas do seu elevado espírito público e da sua tenacidade de propósitos.

Na Assembléia Legislativa, estamos certos, não desmentirá o seu passado de lutas e saberá defender, intransigentemente, os legítimos interêsses do povo gaúcho e brasileiro.

Essas páginas traçam, ainda que sumàriamente, o perfil de PEDRO JORGE SIMON, o candidato que indicamos à consideração do amigo, para ocupar uma cadeira na Assembléia Legislativa.

Comitê Central pró eleição de Pedro Jorge Simon.
Movimento dos Trabalhadores pró eleição de Pedro Jorge Simon.
Movimento Estudantil-Universitário pró eleição de Pedro Jorge Simon.

Figura 1. Conclamação ao povo gaúcho: Razões que justificam um voto consciente. Fonte: Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa. Acervo de Publicidade e Propaganda. 003 – Pasta 159 (a).

[V] Sérgio Adorno reforça a percepção de que o bacharel em direito poderia ser utilizado como um capital para o ingresso no campo político. Para o autor, "a formação profissional do bacharel, embora realizada sob o signo da ciência do direito, teve muito mais um sentido político do que propriamente jurídico." (Adorno, 2021, p. 278). Para mais informações sobre sugere-se: Adorno, Sérgio. **Os aprendizes do poder:** o bacharelismo liberal na política brasileira. Edusp, 2021.

> Conclamação ao povo gaúcho:
> Razões que Justificam um Voto consciente
> As eleições se aproximam. E, agora, mais do que nunca, é necessário que cada eleitor medite sobre o seu voto. Não há exagero em dizer-se que o país atravessa uma hora grave, talvez a mais grave da sua história. Aí estão os trabalhadores, os estudantes, as classes produtoras, todas as forças vivas da nação, a exigir as reformas de base, indispensáveis à nossa emancipação econômica. Aí está a inflação, a sufocar, cada vez mais, as classes menos favorecidas. Aí estão as donas de casa a sentir, no recesso de seus lares, a escassez dos gêneros de primeira necessidade. Aí está, enfim esse estado de coisas, contra o qual todos nós reclamamos, mas para cuja solução, muitas vezes, pouco fazemos.
> É necessário que compreendamos a força do nosso voto e, através dele, busquemos a renovação e as reformas de que o país carece.
> Pedro Jorge Simon, quer pela sua atuação como líder estudantil, quer como advogado, como professor universitário e como vereador em Caxias do Sul, tem dado demonstrações sobejas do seu elevado espírito público e da sua tenacidade de propósitos.
> Na Assembleia Legislativa, estamos certos, não desmentirá o seu passado de lutas e saberá defender, intransigentemente, os legítimos interesses do povo gaúcho e brasileiro. [...]

O material publicitário transcrito acima era assinado pelo Comitê Central pró eleição de Pedro Jorge Simon, Movimento dos Trabalhadores pró eleição de Pedro Jorge Simon e Movimento Estudantil pró eleição de Pedro Jorge Simon.

Inicialmente o material solicita ao eleitor que reflita sobre seu voto, enfatizando que o país atravessa uma hora grave, "talvez a mais grave da sua história". Como já abordado no texto, a conjuntura nacional em 1962 era complexa. A eleição e renúncia de Jânio Quadros, a campanha da legalidade em favor de João Goulart na presidência, o processo que instituiu o Parlamentarismo no Brasil, e as demandas de diferentes segmentos sociais contribuíram para a conjuntura do período. No material, é feito um aceno aos trabalhadores, os estudantes, as classes produtoras, todas as forças vivas da nação que no período "exigiam uma resposta política para seus reclamos e aspirações por transformações estruturais urgentes." (Rech, 1998, p. 162), como era o caso das reformas de base. Evidentemente essas lutas reverberam na política e nos discursos e posicionamentos dos candidatos, como pode-se observar no panfleto.

Além disso, o material falava sobre a questão econômica, destacando o impacto da inflação na população mais pobre e vulnerável. Como apontado por Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes: "a situação econômica e financeira do país era de absoluto descontrole. O Brasil chegou ao final de 1962 com déficit na balança de pagamentos de 360 milhões de dólares, quando no ano anterior tinha sido de 14 milhões. Além disso, em 1962 foram emitidos quase 509 bilhões de cruzeiros, enquanto em 1961 a emissão fora de quase 314 bilhões." (Ferreira; Gomes, 2014, p. 143-144)[8]. Os dados apontavam para uma crise econômica significativa em nível nacional, como apontados pelo panfleto de campanha eleitoral de Pedro Simon, a inflação sufocava cada vez mais os lares dos brasileiros[VI].

Após destacar os problemas e dificuldades que afligiam a população no período, o panfleto em sua etapa final apresenta Pedro Simon como candidato para a Assembleia Legislativa. No material foi apontada a atuação de Simon como líder estudantil, advogado, professor universitário e vereador em Caxias do Sul.

Já detalhamos em outros momentos do texto os possíveis ganhos políticos ao abordar tais funções, mas cabe apontar novamente, considerando que este material teve circulação na capital do estado durante a campanha eleitoral.

Ao pensar na atuação de Pedro Simon como estudante, quando cursou Direito na PUC-RS, o material destaca sua atuação como líder estudantil. Como já destacamos em outro momento do texto, nessa atuação reconhecemos o *background* de Simon, os recursos, atributos sociais reconhecidos pelo público que proporcionaram ao candidato atuar como liderança no segmento, haja visto que Simon foi um estudante de ensino superior durante a década de 1950 e conviveu com futuras lideranças políticas e ainda assim ocupou cargos de diretoria e presidência, o que pode ser entendido como um demonstrativo de que Pedro Simon tinha certa habilidade para gerenciar esses recursos que eram socialmente reconhecidos, como a organização, oratória e trânsito entre diferentes grupos. O material também o destaca como advogado e professor universitário, duas funções profissionais carregadas de prestígio social e que também reforçam de-

[VI] Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes apontam que: "o que mais atormentava os trabalhadores era o aumento do custo de vida: a inflação de 1961 foi de 33,29% e a de 1962 chegou a 49,4%. Além da alta acelerada dos preços, o desabastecimento de mercadorias irritava e assustava a população. (Ferreira; Gomes, 2014, p. 144).

terminados recursos do indivíduo presentes em seu capital pessoal, que como colocado por Pierre Bourdieu:

> O capital pessoal de "notoriedade" e de "popularidade" – firmado no fato de ser conhecido e reconhecido na sua pessoa (de ter um "nome", uma "reputação", etc.) e também no fato de possuir um certo número de qualificações específicas que são a condição de aquisição e da conservação de uma "boa reputação" – é frequentemente produto da reconversão de um capital de notoriedade acumulado em outros domínios e, em particular, em profissões que, como as profissões liberais, permitem tempo livre e supõem um certo capital cultural ou, como no caso de advogados, um domínio profissional da eloquência (Bourdieu, 2005, p. 191)[9].

Por fim, ainda é reforçada a atuação de Simon como vereador em Caxias do Sul, informando que a política dava demonstrações de seu espírito público e tenacidade de propósitos, mantendo tal postura caso alcançasse uma cadeira na Assembleia Legislativa. Considerando que um material de campanha não é construído isoladamente, os possíveis eleitores de Pedro Simon já possuíam conhecimento de sua atuação como líder de bancada do PTB e representante do executivo na Câmara de Vereadores de Caxias e por consequência, as principais pautas levadas pelo político ao plenário, já destacadas neste texto. Portanto, a organização do panfleto parece estar em consonância com os demais materiais publicados em diferentes edições do *Pioneiro*.

Após a campanha eleitoral que contou com significativo volume de materiais publicitários, Pedro Simon logrou êxito com sua candidatura, sendo eleito deputado estadual pelo PTB do Rio Grande do Sul. Ao total, o candidato recebeu 7.876 votos que garantiram seu acesso à Assembleia Legislativa. Em Caxias do Sul Simon obteve 5.551 votos, sendo o segundo candidato mais votado para deputado estadual no município, atrás de Mario Mondino (PDC) que obteve 5.611 votos e também foi eleito[VII]. O segundo município em que Pedro Simon

[VII] Para governador do estado do Rio Grande do Sul o candidato eleito foi Ildo Meneghetti (ADP) com 502.356 votos (37,10%), seguido de Egydio Michaelsen que obteve 480.131 votos (35,46%) e Fernando Ferrari com 290.384 votos (21,45). Para o Senado os candidatos da ADP Mem de Sá e Daniel Krieger também foram eleitos. (Noll; Trindade, 1995). Noll, Maria Izabel; Trindade, Hélgio. **Estatísticas eleitorais comparativas do Rio Grande do Sul, 1945-1994**. Editora da Universidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1995.

obteve mais votos foi Porto Alegre com 651 votos. Além dos já citados, Simon ainda alcançou mais de cem votos nos municípios de Bom Jesus (391 votos), Vacaria (357 votos), São Francisco de Paula (186 votos) e Garibaldi (104 votos)[VIII]. Portanto, é possível dizer que o eleitorado de Caxias do Sul e região nordeste do estado foram essenciais para a eleição de Pedro Simon. O político ainda foi votado em diversos municípios com números pulverizados, mas que contribuíram para sua eleição.

Considerações Finais

Com mais de cinco décadas de atuação em cargos eletivos na política partidária, Pedro Simon foi um dos grandes nomes da política sul-rio-grandense e um agente político relevante em nível nacional. Ao analisar a campanha eleitoral do político para o cargo de deputado estadual do Rio Grande do Sul nas eleições de 1962, o texto procurou analisar os materiais eleitorais utilizados em sua campanha investigando os temas levantados e tentando refletir sobre as formas de aproximação com o eleitor.

Para isso, o texto fez uma breve apresentação sobre a conjuntura social e política que caracterizou o início da década de 1960 no Brasil e Rio Grande do Sul. Também foram destacados grandes temas presentes na atuação de Pedro Simon como vereador em Caxias do Sul. Na sequência foram analisados os materiais de campanha eleitoral publicados no jornal *Pioneiro*, de Caxias do Sul e um panfleto de circulação em Porto Alegre.

Ao investigar os materiais, percebemos que os principais elementos explorados na campanha estavam relacionados à atuação de Pedro Simon como liderança estudantil e sua passagem pela Câmara de Vereadores de Caxias do Sul. Procuramos analisar estes materiais a partir das noções teóricas de Michel Offerlé e Pierre Bourdieu, atentando para a forma que foram construídos os materiais publicitários da campanha de Simon. Ao olhar com atenção os materiais,

[VIII] Os dados informados foram retirados do Banco de Dados Eleitorais do Nupergs. Disponível em: Nupergs. **Votação Nominal**: Pedro Jorge Simon. Disponível em: https://www.ufrgs.br/nupergs/banco/index.php/voto-nominal?cidade=0&cargo=0&partido=0&ano=1962&candidato=Pedro%20Simon&page=1. Acesso em: 16 maio. 2026.

compreendemos que os cargos de Simon durante seu período estudantil foram importantes para a construção da candidatura. Os materiais de campanha lançaram luzes aos cargos a fim de enfatizar que Pedro Simon já havia atuado em cargos de liderança e desenvolvido um trabalho ajustado para as funções propostas. Entendemos que essa sinalização nos anúncios procurava destacar que o político possuía recursos, habilidades socialmente reconhecidas que poderiam contribuir para sua atuação como deputado estadual. Os temas de sua atuação como vereador em Caxias do Sul procuravam, em certa medida, confirmar essa posição. Percebemos que os anúncios indicam pontos que foram transformados em projetos de lei, como o caso da a criação da Comissão Municipal de Amparo à Infância, mas também destacavam pautas que o político estava atento, mas ainda não havia avançado. Para essas pautas os materiais utilizavam termos como "campanha", "levantamento", ou "autor de indicação", por exemplo. Além destes pontos, é válido apontar que os materiais de campanha também destacaram sua atuação como advogado e professor universitário. Funções de prestígio social, entendemos que este aceno procurava destacar o capital pessoal do político, valorizar a reputação que o mesmo possuía socialmente e que foi construída pelo exercício da advocacia e pela atuação como professor de ensino superior, além dos outros pontos já abordados.

Portanto, reconhecemos que o resultado eleitoral obtido por Pedro Simon com a eleição para a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, pode ser entendido como reflexo não apenas do volume de materiais eleitorais publicados no *Pioneiro* e de panfletos na capital do estado, mas do desenvolvimento de uma trajetória ajustada, onde o político construiu desde sua atuação no segmento estudantil, espaços de atuação que proporcionaram o crescimento de seu capital pessoal, prestígio e portanto reconhecimento entre seus pares e eleitorado.

Notas finais

[1] Angeli, Douglas Souza. Santinhos, comícios e apertos de mão: sobre o estudo da mobilização eleitoral na experiência democrática. In: Domingos, Charles Sidarta Machado; Batistella, Alessandro; Angeli, Douglas Souza. (Org.). **Capítulos de História Política**: fontes, objetos e abordagens. 2ed.São Leopoldo: Oikos, 2018, v. 1, p. 335-354.

[2] Baquero, Marcello; Prá, Jussara Reis. **A democracia brasileira e a cultura política no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. 205 p.

[3] Cánepa, Mercedes Maria Loguercio. **Partidos e representação política**: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul, 1945-1965. UFRGS Editora, 2005.

[4] Angeli, Douglas Souza. No rastro das práticas de mobilização eleitoral: fontes de arquivos privados (1945-1964). In: Domingos, C. S. M. [et al]. (Org.). **Capítulos de História Política**: interfaces no tempo presente. volume 4. 1ed.Passo Fundo: Acervus, 2024, v. , p. 247-267.

[5] Offerlé, Michel. Los oficios, la profesión y la vocación de la política. **PolHis. Boletín Bibliográfico Electrónico del Programa Buenos Aires de Historia Política**, v. 7, 2011.

[6] Bourdieu, Pierre. O campo político. **Revista brasileira de ciência política**, n. 5, p. 193-216, 2011.

[7] Grijó, Luiz Alberto. **Origens sociais, estratégias de ascensão e recursos dos componentes da chamada "Geração de 1907".** Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 1998.

[8] Ferreira, Jorge, Gomes, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

[9] Bourdieu, Pierre. **O poder simbólico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

X

Eleições e democracia em disputa:

representações na grande imprensa brasileira (1955–1960)

Letícia Sabina Wermeier Krilow

A História Política encontra nas eleições um de seus terrenos privilegiados de observação. Mais do que simples mecanismos de escolha de governantes, os pleitos eleitorais condensam projetos de poder, disputas simbólicas, tensões sociais e expectativas coletivas. Assim, a eleição não se reduz a um acontecimento episódico, mas constitui um processo histórico, inserido em culturas políticas específicas e em estruturas sociais que moldam práticas, discursos e formas de participação[1]. Quando a História Política dialoga com as eleições, desloca o foco exclusivo das elites dirigentes para incluir práticas, discursos, mediações e formas de participação que revelam como o poder é legitimado, contestado e representado ao longo do tempo[2].

Nesse sentido, as eleições presidenciais de 1955 e 1960 ocupam lugar central na compreensão da experiência democrática brasileira do pós-Segunda Guerra. Em 1955, a vitória de Juscelino Kubitschek ocorreu em um ambiente marcado por forte instabilidade política, pela memória recente do Estado Novo e por intensos debates sobre legalidade, desenvolvimento e identidade nacional. Já em 1960, a eleição de Jânio Quadros evidenciou o peso crescente da personalização da política, do discurso moralizante e da mobilização de símbolos capazes de dialogar diretamente com o eleitorado urbano. Observadas à distância, essas

eleições permitem refletir sobre continuidades e rupturas que ecoam nos dias atuais: a centralidade da figura do candidato, a polarização do debate público, o uso estratégico da linguagem política e a recorrente tensão entre projetos democráticos e soluções de exceção[3].

É nesse ponto que a relação entre jornais e eleições se revela particularmente fecunda para a análise histórica. Desde o surgimento da imprensa moderna, os jornais atuaram como mediadores entre candidatos e eleitores, selecionando temas, enquadrando acontecimentos e atribuindo sentidos ao jogo político. Ao longo da história, ora assumiram posições explicitamente partidárias, ora reivindicaram uma neutralidade que, muitas vezes, ocultava escolhas editoriais decisivas. Nas eleições, os jornais não apenas informaram: interpretaram, persuadiram e, em certos contextos, interferiram diretamente os rumos do processo político[4]. Assim, compreender a trajetória dessa relação é fundamental para refletir como se constroem democracias, como se disputam os consensos e como a política se apresenta ao olhar público em diferentes épocas.

Nesse sentido, a escolha dos jornais a serem analisados - *Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Ultima Hora* e *O Globo* ocorreu seguindo alguns critérios: O primeiro se refere à reforma pela qual parte do jornalismo passou durante a década de 1950.

Optamos pelo *Ultima Hora* por esse periódico ter sido criado sob os moldes do jornalismo que se consolidou durante a segunda metade da década de 1950, sendo, por isso, descrito como um dos mais importantes "reformadores" da imprensa brasileira na década de 1950, introduzindo uma série de técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil[5]. Por seu turno, o *Jornal do Brasil*, no período estudado, está passando pelo processo de modernização. Esse periódico inicia o seu processo de reformulação em 1956, encerrando-as efetivamente apenas em 1962 e se tornou um paradigma para as transformações futuras em outros órgãos de imprensa[6].

No caso de *O Globo*, observa-se que o periódico passou por um significativo processo de modernização gráfica ao longo da década de 1950, fato que contribuiu para o aumento contínuo de sua circulação. Também é perceptível, segundo Ana Ribeiro, uma mudança em sua linha editorial, especialmente a partir de 1954, quando assumiu uma postura mais interventiva e combativa diante da

política nacional[7]. Já o *Correio da Manhã* apresentou mudanças mais discretas em termos editoriais e gráficos. Em 1955, algumas reformulações foram conduzidas pelo jornalista Antonio Callado, enquanto o parque gráfico recebeu equipamentos importados dos Estados Unidos, ainda que o periódico mantivesse características tradicionais[8].

A seleção dos jornais também considerou as especificidades atribuídas a cada um deles pela historiografia, especialmente no que se refere ao perfil editorial e ao público leitor. Entre os periódicos escolhidos, *Ultima Hora* era o mais recente. Fundado em 1951 por Samuel Wainer, consolidou-se como um jornal identificado com setores populares e alinhado politicamente ao governo no período do recorte da pesquisa, buscando construir uma linguagem acessível e próxima das demandas urbanas[9].

O *Jornal do Brasil*, por sua vez, possuía trajetória mais longa, tendo sido criado em 1891. Desde os anos 1930, adotava como estratégia editorial reservar as primeiras páginas aos anúncios classificados, o que lhe assegurava significativa independência financeira. Essa característica diferenciava o periódico dos demais grandes jornais da época, que dependiam fortemente de publicidade comercial[10]. Apesar do apelido de "jornal das cozinheiras", decorrente da presença dos classificados, mantinha um estilo textual sofisticado, com reduzido uso de imagens, mesmo após as reformas gráficas da segunda metade dos anos 1950. Seu público abrangia tanto leitores populares, interessados nos classificados, quanto setores médios e elites urbanas atraídos pelos comentários políticos e econômicos. Politicamente, o periódico buscava apresentar-se como liberal-conservador e defensor da ordem constitucional.

Também fundado no início do século XX, o *Correio da Manhã* construiu prestígio como um influente "jornal de opinião", sem vínculos partidários explícitos. Durante os anos 1950, destacou-se pela qualidade de seus profissionais e pelo estilo textual elaborado, marcado por extensos artigos e reduzida presença de fotografias. Seu público concentrava-se principalmente entre setores da classe média alta e da elite econômica, enquanto sua sustentação financeira dependia sobretudo da publicidade, mais do que das vendas diretas ou assinaturas[11].

O Globo, criado por Irineu Marinho em 1925, apresentava uma configuração distinta. Embora utilizasse títulos chamativos, charges e grande quantidade

de fotografias, preservava textos extensos e linguagem rebuscada, sem incorporar plenamente técnicas modernas de redação, como o lead. Ainda que buscasse ampliar seu alcance popular, o perfil editorial do jornal indicava uma interlocução significativa com leitores urbanos de setores médios.

A análise proposta neste estudo fundamenta-se na teoria dos campos de Pierre Bourdieu, sobretudo na noção de campo jornalístico. Tal perspectiva permite compreender os jornais como instituições dotadas de relativa autonomia, regidas por dinâmicas próprias de produção simbólica e inserção no espaço público. Assim, a imprensa não é interpretada apenas como subordinada a interesses econômicos ou políticos externos, mas como agente capaz de disputar legitimidade, influenciar debates e intervir na sociedade. Ainda que não se possa afirmar a existência de um campo jornalístico plenamente consolidado naquele período, busca-se evidenciar as disputas entre jornais e jornalistas como parte fundamental do processo de construção dessa autonomia relativa.

Essa abordagem dialoga igualmente com os conceitos de representações sociais desenvolvidos por Roger Chartier e com a proposta de história conceitual do político elaborada por Pierre Rosanvallon. Dessa forma, torna-se possível compreender os jornais não apenas como veículos de informação, mas como espaços de produção de sentidos, construção de representações e disputa política no interior da experiência democrática brasileira.

Dessa forma, o presente capítulo objetiva analisar como uma das instituições democráticas, as eleições, foram representadas em quatro jornais da *grande imprensa*[I] brasileira – *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora* – no período de 1955 a 1960. Para tanto, utilizamos como metodologia a Análise de Conteúdo (Bardin, 2011)[12] e como referencial teórico os escritos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, do historiador Roger Chartier[II] e do historia-

[I] Compreendemos *grande imprensa* da mesma fora que a historiadora Tânia de Luca (2011, p. 149), isto é, como um "conjunto de títulos que, num dado contexto, compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro". LUCA, T. R. de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. de. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2011.

[II] Importa mencionar que os resultados apresentados nesse capítulo integram uma pesquisa mais ampla que desenvolvi no Doutorado em História, por isso, nesse momento, não nos deteremos em apresentar os caminhos teóricos e metodológico da pesquisa. Os mesmos estão detalhados na tese intitulada "Democracia e discurso autorreferencial: representações em disputa nas páginas da grande imprensa carioca

dor Pierre Rosanvallon. Antes de iniciarmos a análise importa efetuarmos um apanhado geral do contexto político do período.

Eleições brasileiras: de 1955 a 1960

O ínterim de 1945 a 1964 é classificado pela historiografia como período da experiência democrática brasileira. Em 1945 teve-se a eleição do General Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD/PTB (Partido Social Democrático/ Partido Trabalhista Brasileiro) apoiado por Getúlio Vargas. Dutra venceu o brigadeiro Eduardo Gomes (União Democrática Nacional - UDN) com 55,39% dos votos, assumiu em 1946, governando até 1951. Eduardo Gomes (UDN) foi novamente derrotado em 1950, quando Getúlio Vargas volta ao poder como candidato do PTB/PSP (Partido Trabalhista Brasileiro/Partido Social Progressista).

Depois de empossado, todas as pressões que desencadearam no fim precoce de governo de Vargas formam um exemplo emblemático da intervenção da imprensa na política. Segundo Alzira Abreu e Fernando Lattman-Weltman[13], a imprensa foi "um dos atores mais diretamente envolvidos tanto conjunturalmente, no desenrolar da crise de 1954, quanto estruturalmente, nos grandes processos de transformação política e sociocultural da sociedade brasileira", evidenciando o "papel político da imprensa na cobertura e na própria condução das principais crises políticas" do país.

Após o suicídio de Getúlio Vargas, assume o Vice-Presidente João Café Filho, mas as tensões políticas não cessaram, porém, as eleições gerais de 3 outubro de 1954[III] ocorreram com tranquilidade. Entretanto, o ano de 1955 continuou agitado, em função da eleição presidencial, com a candidatura à presidência da República de Juarez Távora (UDN), Adhemar de Barros (PSP), Plínio Salga-

(1955-1960)", especificamente na Introdução (metodologia) e no capítulo 2 (referencial teórico). No capítulo 2 também há um breve histórico dos periódicos que também não serão retomados detalhadamente no presente capítulo. A tese está disponível no repositório de teses e dissertações da PUCRS: https://hdl.handle.net/10923/24598

[III] Nessa data realizaram-se as eleições para renovação de onze governos estaduais, dois terços do Senado Federal, toda a Câmara dos Deputados e as Assembleias Legislativas

do (PRP – Partido de Representação Popular) e Juscelino Kubitschek (PSD), e para vice-presidência João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Danton Coelho (PSP), sendo vitoriosa a aliança PSD-PTB com JK para presidente e Jango para vice.

Ainda antes das eleições, o clima era conturbado com supostas tentativas de impugnação e/ou deslegitimação da candidatura, inicialmente, de JK, e, posteriormente de João Goulart, inclusive, com a publicação de uma carta, em setembro de 1955, endereçada ao então candidato à vice-presidência e atribuída ao deputado argentino Antônio Jesús Brandi.

No conteúdo da *Carta Brandi* – como ficou conhecido o documento –, eram feitas alusões "a supostas articulações de Goulart com o governo argentino, chefiado por Juan Domingo Perón, visando à deflagração no Brasil de um movimento armado de cunho sindicalista"[IV]. Tal carta foi veiculada primeiramente pela televisão, lida por Carlos Lacerda, deputado federal da UDN e opositor de JK e Jango. No dia seguinte, 17 de setembro de 1955, a carta foi publicada na íntegra pelos jornais *Tribuna da Imprensa*, de propriedade de Lacerda, e *O Globo*. Entretanto, após um inquérito policial-militar, instaurado em outubro, foi comprovada a falsidade da carta, forjada "por falsários argentinos para ser vendido aos opositores de Goulart"[14].

A carta provocou grande agitação política, que teve impacto também no meio militar, mas não impediu que JK e Jango fossem eleitos. Porém, após as eleições, iniciou-se a "batalha judicial" e a tentativa de não empossar os eleitos, sob a alegação da necessidade de maioria absoluta, tese encabeçada por líderes da UDN, mas inconstitucional. A oposição derrotada, aliada a setores conservadores e anticomunistas do exército e ao Clube da Lanterna[V], passa então a

[IV] "A carta, datada de 5 de agosto de 1953, estava escrita em papel timbrado da presidência da Câmara de Corrientes, cidade argentina vizinha a Uruguaiana, no Rio Grande do Sul. Era dirigida a João Goulart, então ministro do Trabalho do governo Getúlio Vargas, e assinada pelo deputado argentino Antonio Jesús Brandi. O conteúdo do documento referia-se, entre outros pontos, à formação de uma "coordenação sindical entre o Brasil e a Argentina", à criação de "brigadas operárias de choque" e à compra de determinadas mercadorias em Córdoba, que Lacerda concluiu tratar-se de material bélico destinado ao suposto movimento armado sindicalista. Os armamentos entrariam no Brasil através de Uruguaiana" (Lamarão, 2010, s./p.). LAMARÃO, Sérgio. Carta Brandi. In: ABREU, A. A. de. et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro:* Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

[V] "Organização civil fundada em 28 de agosto de 1953, no Rio de Janeiro (então Distrito Federal) pelo jornalista Carlos Lacerda para combater o governo do presidente Getúlio Vargas. Congregava diversos

articular um possível *golpe* para impedir a posse dos candidatos eleitos. Em meio ao processo, o Presidente Café Filho se afasta por motivos de saúde, assumindo Carlos Luz, o qual fez "o jogo dos militares golpistas e acaba forçando a demissão do ministro da Guerra, General Lott, que já havia declarado publicamente que defenderia, de todas as formas, a posse do presidente eleito pelo voto"[15].

Dessa forma, a tentativa de golpe foi impedida por Lott que, "mesmo exonerado, comanda a ocupação da capital do país por tropas do Exército", no que ficou conhecido como *Movimento do 11 de Novembro* ou *contragolpe preventivo*, segundo seus promotores. Com isso, Carlos Luz foi considerado impedido de exercer o cargo de Presidente, assumindo Nereu Ramos, Presidente da Câmara dos Deputados. Entretanto, o clima voltou a se tumultuar quando, em virtude da melhora na saúde de Café Filho – considerado envolvido nas articulações contra a posse dos eleitos –, surgiu a possibilidade de seu retorno à presidência, mas logo Nereu Ramos conseguiu aprovação no Congresso para decretar estado de sítio por 30 dias, prorrogado por mais 30 dias[16].

Nesse sentido, Marlise Meyrer argumenta que "a disputa entre golpistas e legalistas, nessa questão, não passava de uma briga interna das elites, agrupadas de um lado na UDN e de outro, no PSD" e, nessa disputa, "os militares, por sua vez, dividiam-se entre os dois grupos, porém o objetivo propalado era o mesmo: defender a ordem democrática"[17]. Assim, diante desses episódios, identifica-se a exploração de um linguajar nada arbitrário, com a incorporação recorrente de termos como *golpista*, *golpismo* e *imprensa golpista*, evidenciando uma verdadeira *luta de representação* entre distintos agentes.

Após esse conturbado ano, JK foi empossado, promovendo articulações que viabilizassem seu governo e promovessem uma relativa "pacificação" no campo político – estilo político de improvisação – apesar das fortes e constantes críticas à construção da nova capital, Brasília, e a fundação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), criada pela Lei nº 2.874, de 1956.

parlamentares, principalmente da União Democrática Nacional (UDN), maior partido da oposição. Seu órgão oficial era a revista *O Maquis;* o diário *Tribuna da Imprensa,* de propriedade de Lacerda, também dava cobertura às suas atividades. Foi fechado em 24 de novembro de 1956 por decreto do presidente Juscelino Kubitschek" (Lamarão, 2010, s./p.). LAMARÃO, Sérgio. Clube da Lanterna. In: ABREU, A. A. de. et al. (coords.). *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro*: Pós-1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

As eleições de 1958 ocorrem de modo tranquilo, já em 1960 o ambiente político volta a ser agitado em função das eleições presidenciais, na qual foram candidatos Jânio Quadros (PTN – Partido Trabalhista Nacional), Henrique Teixeira Lott (PSD) e Adhemar de Barros (PSP) para presidência da república, e João Goulart (PTB), Milton Campos (UDN) e Fernando Ferrari (PDC – Partido Democrata Cristão) para vice-presidência. A inicial tentativa de aproximação da aliança PSD-PTB com a UDN, para a formação de uma "união nacional", foi rechaçada por Carlos Lacerda. Assim, o PSD, em aliança com o PTB, lançou a candidatura de Lott, apoiada pela Ala Moça do PSD[VI] e pela Frente Parlamentar Nacionalista[VII]. A vitória coube à oposição com a eleição de Jânio Quadros, porém, a bancada do presidente eleito era minoritária no interior do Congresso[18].

Importa destacar que esse o período pós-suicídio de Getúlio Vargas foi representado na imprensa pelo que Meyrer[VIII] identificou ao analisar a revista *O Cruzeiro*, como um "novo começo", um "novo tempo" em busca do desenvolvimento econômico, cultural e, também, político, e, por que não dizer: um "novo começo" para a democracia, haja vista, que a eleição democrática de Vargas em 1950 foi concebida pela maioria da *grande imprensa* brasileira como um retrocesso para o regime.

Nesse cenário político, pode-se perceber que existe uma democracia que está em construção, por isso, era necessária e fundamental uma constante busca por legitimação. Nesse sentido, torna-se relevante indagarmos como os periódicos da grande imprensa brasileira representaram as eleições de 1955 a 1960. O

[VI] "Facção do PSD ligada à campanha e ao governo de Juscelino Kubitschek, assim batizada pela imprensa por reunir jovens deputados federais. Pregava a renovação dos métodos políticos do partido e defendia posições nacionalistas. Atuou de 1955 a 1961, quando se dissolveu, já no governo Jânio Quadros" (Hipólito. Lúcia. Partido Social Democratico (PSD-1945-1965). In: ABREU, A. A. de. *et al.* (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro:* Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

[VII] Atuou entre os anos de 1956 e 1964. "Representou no Congresso Nacional a opção nacionalista de um segmento expressivo e muito combativo da sociedade civil, que fazia das bandeiras nacionalistas e desenvolvimentistas expressões de um Brasil mais 'autônomo e soberano'. Mesmo que seus integrantes possuíssem filiações ideológicas diferentes, o que unia todos era em primeiro lugar a questão da autonomia. Havia uma hegemonia de parlamentares recrutados do PTB, mas também deputados e senadores de vários partidos, buscou fundamentos teóricos na ala mais nacionalista do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)" (Delgado, 2003, p. 149-150). DELGADO, L. de A. N. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos desafios e conflitos na democracia. In: DELGADO, L.; FERREIRA, J. (orgs*.). O Tempo da experiência democrática:* da democratização em 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[VIII] MEYRER, 2012, p. 176-177.

recorte temporal se justifica por diversos fatores: a) engloba o período posterior ao suicídio de Getúlio Vargas, o que nos oferece um campo de observação do pensamento político *dos* jornais menos afetado pelo descontentamento com *a* política, decorrente da eleição e governo de Vargas; b) Juscelino Kubitschek conseguiu concluir o seu mandato dentro do tempo estipulado pela lei[IX]; c) nesse recorte temporal, a oposição chegou ao poder. Dessa forma, passamos a análise.

Eleições - significações das eleições no e para o sistema democrático

O tema das eleições é recorrente nos editorias[X] dos jornais selecionados*: Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora*[XI].

Quando os jornais publicizam o assunto eleições um elemento, em suas discussões, é recorrente: a reflexão sobre as significações das eleições no e para o sistema democrático, sendo este, dentro de tantos outros temas[XII] aquele que nos deteremos na presente análise.

Em 27 de setembro de 1960, uma semana antes das eleições presidenciais, *O Globo*, jornal carioca da família Marinho, argumenta que a "eleição é uma forma seletiva de que só usam os regimes de opinião. Nos outros não se vota. O poder é uma dádiva de força. Quando não também da astúcia e da falsa fé"[19]. Essa formulação reforça uma concepção liberal de democracia, na qual o voto aparece como elemento definidor da legitimidade política.

Entretanto, dias depois, o diário introduz uma inflexão importante ao sustentar que "[...] o progresso nacional e o bem-estar do povo **não se conseguem apenas com a pureza dos sufrágios políticos**, mas **demandam capacidade de**

[IX] Em quase vinte anos de governo democrático (1945 – 1964), apenas dois presidentes conseguiram terminar seus mandatos, Eurico Gaspar Dutra e Juscelino Kubitschek.

[X] Assim como na tese, no presente trabalho não analisaremos todos os textos provenientes da fonte jornal, apenas os textos editorias. Para maiores detalhamentos conferir a introdução de Krilow, 2022.

[XI] Verificamos que as referências às eleições aparecem em 251 dos 795 textos do *corpus* documental da tese (que corresponde a 31,5% do *corpus*), dos quais 74 editoriais pertencem ao *CM,* 49 editoriais ao *JB*, 63 ao *OG* e 65 ao *UH*.

[XII] Quando os periódicos se referem às eleições também encontramos os seguintes temas: teses ou propostas que foram abordadas em relação às eleições (maioria absoluta, participação comunista, abstenções, unificação nacional); relação entre a Justiça Eleitoral e as eleições; Fraudes; aspectos específicos das eleições de 1955, 1958 e 1960.

parte dos governos"[20], para legitimar sua fala, utiliza como exemplo a Primeira República, quando "os observadores" defendiam "[...] que à falta de representação legítima é que se deviam os males públicos. Removido o obstáculo, os mesmos males, entretanto **continuam**. Os mesmos, e até mais graves. **Sinal de que nem tudo depende de boas eleições**" [21]. Segundo, *OG* o que importaria seria "o advento de uma administração que encare, em conjunto, todos os nossos problemas e os problemas de todas as nossas regiões, e não se limite a ajudar apenas uma ou algumas delas"[22].

Nesse editorial, *O Globo*, por um lado, relativiza o peso do sufrágio como fundamento da democracia; por outro, desloca o foco do debate para a eficiência administrativa, abrindo espaço para uma concepção mais instrumental da democracia, na qual os resultados da gestão se sobrepõem aos procedimentos democráticos.

Uma possível chave de leitura para compreendermos tal posicionamentos seria a defesa do candidato à presidência apoiado pelo jornal, Jânio Quadros. Segundo o diário, Jânio Quadros realizou uma boa administração em São Paulo, pois teria sanado as dívidas e não gasto mais do que arrecadou e ainda teria sido eleito em um pleito correto, assim, seria o candidato síntese do regime democrático, na perspectiva do jornal. Entretanto, essa linha argumentativa contém uma implicação problemática: ao difundir que boas eleições não garantem bons governos, o jornal acaba por sugerir que um mau governo poderia colocar em xeque o próprio regime democrático que o possibilitou. Tal raciocínio fragiliza a defesa incondicional da democracia representativa e pode até servir como justificativa para questionamentos ao regime em contextos de crise política.

No dia das eleições presidenciais de 1960, o jornal lança um editorial intitulado "A conquista da liberdade e da democracia", no qual afirma que "há de chegar para este País o dia em que a liberdade e a verdade eleitoral sejam características tão arraigadas e normais da vida brasileira que escusado será lembrá-las ou remetê-las" e, quando tais objetivos seriam atingidos, chegaríamos "a esse tempo de **maturidade política e plena consciência democrática** – e esperamos que não esteja muito longe"[23].

Dois dias depois, o editorial "A vitória da democracia", já aparece como uma possível resposta quando se lê que "desde a redemocratização do País em

1945, as eleições se processam cada vez melhores pela seriedade e liberdade que as têm caracterizado" [24]. Acrescenta que o mais importante, é que "não há ninguém que ouse realmente acreditar-se previamente vencedor, mesmo com o testemunho de simpatias, aplausos e aclamações" [25], pois "a palavra final pertence aos eleitores e estes, por vezes, só se resolvem na hora de entrar nas respectivas seções. **ENTRETANTO, o aperfeiçoamento democrático** é mais do que evidente para que possa ser negado, mesmo pelos mais céticos" [26]. Dessa forma, "**O CAMINHO da verdadeira democracia está aberto**. Tudo correu em paz e ordem, como convém a uma grande Nação"[27].

Ao celebrar a "conquista da liberdade e da democracia" e, posteriormente, a "vitória da democracia", *OG* associa a democracia à realização de eleições livres, pacíficas e imprevisíveis quanto ao resultado. Contudo, essa narrativa otimista só se consolida plenamente quando o candidato apoiado pelo jornal vence o pleito.

Dessa forma, os editoriais evidenciam que a defesa da democracia por parte de *O Globo* não é neutra nem constante, mas **situada politicamente**. A democracia é celebrada quando coincide com os interesses editoriais do jornal, especialmente no campo econômico e administrativo. O discurso democrático, portanto, opera como instrumento de legitimação política, reforçando tanto a vitória eleitoral de Jânio Quadros quanto as bandeiras defendidas pelo próprio periódico. Em síntese, a análise revela como o jornal constrói uma concepção **seletiva e instrumental da democracia**, na qual as eleições são valorizadas não apenas como princípio, mas sobretudo quando produzem resultados alinhados às suas posições políticas.

Passando a análise para o *Jornal do Brasil*, identificamos que este reconhece o regime republicano e dentro dele a democracia como o regime "sustentado pela opinião pública", compreendendo a relação entre eleições e democracia de modo bem explícito, quando argumenta que "[...] as **eleições** representam o meio único de acalmar a opinião pública, que se tornou, depois que o país reconquistou a legalidade, a ser a **única forma de construir um governo estável**, nos moldes traçados pela Carta Política republicana"[28], isto é, o "pronunciamento popular é o único que confere o exercício legítimo do poder público, sendo qualquer outro pura usurpação, que se deve negar apoio ou complacência"[29].

O trecho analisado evidencia como o *Jornal do Brasil* constrói uma concepção de democracia fortemente ancorada no regime republicano e sustentada pela noção de **opinião pública**. Ao afirmar que apenas o "pronunciamento popular" confere legitimidade ao exercício do poder, o jornal reforça a centralidade das eleições como mecanismo exclusivo de validação da autoridade política, deslegitimando qualquer outra forma de acesso ao poder, vista como usurpação. Nesse sentido, democracia e República aparecem frequentemente sobrepostas, quase como sinônimas, sendo a legalidade eleitoral o eixo estruturante dessa equivalência.

Dentro dessa lógica, o *JB* entra no debate público ditando palavras de ordem: "precisamos demonstrar que o nosso sistema democrático não é apenas uma imitação do de outros povos e que o mesmo se encontra arraigado na consciência da coletividade". Assim, se de um lado, "um país onde a democracia criou raízes profundas não tem medo de sua prática através das eleições livres", de outra parte, "o **medo ao pronunciamento popular é sinal de que o sistema não encontra a necessária receptividade**". Dentro dessa dualidade, o jornal argumenta que, "nos últimos tempos, toda vez que se cogita da escolha do dirigente supremo de nossos destinos, estabelece-se uma verdadeira confusão", inclusive com ameaças de "alterar pela violência os desígnios da massa", mas defende o jornal que o eleitorado pelo seu voto seria "o árbitro da contenda, cabendo-lhe decidir, sem constrangimento de nenhuma espécie, a quem caberá dirigir os destinos nacionais". Dessa forma, enfatiza que "fora desses limites não haverá solução que se coadune com o normal funcionamento do regime democrático"[30].

Nesses trechos, o *JB* reinsere no debate público uma discussão complexa sobre a democracia ser ou não apenas uma ideia importada de outros lugares e implantada no Brasil, mas sem possuir ressonância com a realidade brasileira, por isso, fadada ao fracasso. Essas ideias são encontradas, especialmente, nos teóricos do autoritarismo, como Azevedo Amaral e Oliveira Viana, mas que deixaram seu legado no pensamento social brasileiro. O jornal, ao trazer esse tema, procura reposicionar a democracia como uma prática possível e necessária, desde que respeitados seus ritos fundamentais, sobretudo as eleições livres.

Dessa forma, o *JB* acaba evidenciando as fragilidades da democracia brasileira ao destacar a recorrente contestação dos resultados eleitorais e o recurso à violência, ou seja, a democracia seria um regime constantemente ameaçado por

comportamentos considerados antidemocráticos. Assim, as eleições aparecem como uma espécie de prova decisiva da maturidade política do país, capazes de confirmar ou desmentir a tese de que a democracia possui efetiva receptividade no Brasil.

Dentro desse posicionamento, lança um editorial, em 1960, em que novamente utiliza palavras de ordem para argumentar que "um país como o Brasil, de unidade assegurada e de destino político traçado livremente, não pode mais dar-se ao luxo de tumultuar o processo de escolha pelo povo", não poderia mais "injetar-lhe, como reação infantil, a carga negativa de ressentimentos e de falsas configurações de teses estranhas à própria estrutura do governo do povo, para o povo e pelo povo". Dessa forma, seria preciso "não confundir entusiasmo político, veemência partidária e exercício legítimo de preferências programáticas e de candidatos – que são sempre expressão de interesse patriótico e de respeitável boa-fé – com a caricatura da participação na luta democrática", que geralmente "se traduz em manobras, em necessidade de criar, através de **táticas de efeitos psicológicos**", pois "a evolução política não pode ser desviada pelos caminhos da mistificação, uma vez que esta é propriamente a negação do **processamento espontâneo** daquele **aperfeiçoamento**"[31].

Novamente, o jornal, ao distinguir entre o "legítimo entusiasmo político" e a "caricatura da participação democrática", o jornal assume um papel normativo e pedagógico, delimitando quais formas de ação seriam aceitáveis dentro do regime democrático. Essa postura revela uma concepção de democracia que privilegia a ordem, a estabilidade e o consenso, em detrimento de manifestações mais conflituosas ou disruptivas da participação popular. Por fim, o discurso do *Jornal do Brasil* acaba por expor a própria instabilidade da democracia brasileira no período. Ao insistir reiteradamente na necessidade de respeitar as eleições e seus resultados, o jornal reconhece, ainda que implicitamente, a resistência de determinados grupos ao jogo democrático. Assim, o *JB* se constrói como um ator político que, ao mesmo tempo em que defende a democracia, denuncia suas fragilidades, posicionando-se como guardião do "funcionamento normal" do regime democrático e do processo de aperfeiçoamento político nacional.

Ao analisarmos os textos do jornal *Ultima Hora* de Samuel Wainer, identificamos o que o periódico constrói uma concepção normativa de democracia

eleitoral, associando-a à ausência de controle prévio dos resultados e à inexistência de interferências oligárquicas no processo eleitoral. Nesse sentido, a defesa da incerteza quanto ao vencedor aparece como critério fundamental de legitimidade democrática, como pede-se perceber quando se lê que um pleito realmente democrático ocorreria quando "ninguém tem a certeza de que será este ou aquele o vencedor. Nenhum desses candidatos tem a convicção da vitória. E isto é um sinal de que iremos ter um pleito razoavelmente livre"[32], isto é, "nele não interferem forças ostensivas, oligárquicas, decidindo no resultado final"[33]. O povo iria decidir "e o que ele decidir, soberanamente, terá de ser respeitado, sem o que o Brasil não poderá ser tido como um país civilizado, nem muito menos democrático..."[34].

Nesse mesmo texto, efetuou-se um diagnóstico positivo das eleições, comparando-as com a Primeira República, especialmente com relação a soberania popular, entretanto, também foram realizados distintos alertas sobre os cuidados com as possíveis manipulações eleitorais. Possivelmente esses "alertas" decorrem da contradição entre os discursos sobre democracia e a prática efetiva do processo eleitoral no Brasil, pois, especialmente, ao longo da década de 1950 ocorreram movimentos que visariam contestar os resultados das eleições, objetivando, inclusive, impedir a posse dos eleitos, movimentos que não chegaram a obter sucesso, mas sempre agitavam e tumultuavam as eleições. Então, seria nesse sentido que o *UH* compreende o processo eleitoral brasileiro, ou seja, em termos legais as eleições estariam dentro do esperado, entretanto, os movimentos contestatórios sempre ofereceriam alguma apreensão, expondo os limites e as fragilidades do sistema político brasileiro.

Essas posições podem ser identificadas novamente quando o jornal afirma que "o caminho para a solução da crise brasileira terá de ser o democrático, a fim de que o povo possa, através de eleições livres, escolher o futuro Presidente da República" e, ao exortar em uma *tomada explícita de posição*: "condenemos os histerismos ou os extremismos que só podem agravar a crise"[35]. Assim,

> Que os partidos resolvam sobre a apresentação dos mesmos à consulta popular. Que o povo, nas urnas, decida soberanamente a 3 de outubro. Este é o caminho pelo qual preservamos as formas democráticas da vida política brasileira e poderemos estabelecer, por

> meio de reformas não só de caráter político, mas também econômico de estrutura, um sistema social verdadeiramente democrático, no qual o povo esteja real e efetivamente presente, varrendo-se da face do Brasil os reticentes vestígios feudais, tão nitidamente perturbadores da marcha da nossa jovem civilização[36].

UH retoma a mesma argumentação ao afirmar que "só democraticamente, devemos resolver os problemas da política nacional", isso quer dizer que deveria haver eleições livres e que o eleito fosse empossado[37], em síntese, "o caminho do Brasil é o das eleições sob o clima da paz democrática"[38]. Nesse sentido, identificamos no *UH* uma campanha contra toda e qualquer movimentação que viesse a contestar ou impedir a posse dos eleitos, pois somente assim se estaria preservando as formas democráticas.

A partir de tais passagens, podemos indagar se as posições de *Ultima Hora* também não seriam situadas politicamente, assim como as de *O Globo*? Sim, essa é uma possível chave de leitura, pois assim como *O Globo* apoiou abertamente as candidaturas para a presidência da República de Eduardo Gomes (UDN, 1945 e 1950), Juarez Távora (UDN, 1955) e Jânio Quadros (PTN, 1960), o *Ultima Hora* apoiou Juscelino Kubitschek (1955, PSD) e Henrique Teixeira Lott (1960, PSD).

Dessa forma, identificamos uma **disputa simbólica pela legitimidade democrática**, na qual cada jornal constrói sua própria narrativa sobre o que é e para que serve a democracia. Sendo situados politicamente, tais periódicos apresentam perspectivas distintas quanto à democracia, enquanto *O Globo* utiliza seletiva e instrumentalmente a concepção de democracia, valorizando as eleições apenas como princípio e quando os resultados estão alinhados às suas posições, o *Ultima Hora* faz uma defesa bem distinta da democracia.

O jornal de Wainer, mesmo que retoricamente, defende a capacidade do regime democrático de resolver crises, assim, o diário levanta um debate intenso sobre a possibilidade de em uma democracia se resolver as crises econômicas, financeiras e sociais, além das políticas. Ou seja, como seria possível equilibrar as crescentes demandas sociais com o desenvolvimento econômico, sem que se reprima pela força física ou legal as primeiras, e sem que as primeiras travem o segundo?

Embora não explique como fazê-lo, o *UH* defende enfaticamente que seria possível resolver democraticamente essas crises, mas mais do que isso, defende que seria possível construir um sistema social verdadeiramente democrático – e tudo isso iniciaria com o respeito ao resultado das urnas, esse poderia ser considerado o primeiro passo. No caso, haveria um projeto de Brasil no jornal que tem como base o sistema democrático como mediador dos conflitos sociais e as eleições seriam uma forma de educar "politicamente o povo", como explicitado quando o jornal assevera que, se de um lado, "há seis meses atrás, quase ninguém acreditava que no Brasil pudessem haver eleições", a "campanha mostrou, de resto, que na luta é que se educa politicamente o povo. Os comícios decorreram, sem arruaças, dentro da ordem, despertando o entusiasmo cívico das populações"[39]. Dessa forma, o UH atribui às eleições um papel pedagógico e projeta um modelo de democracia capaz de absorver conflitos, canalizar demandas sociais e promover transformações estruturais sem recorrer à repressão ou à ruptura institucional.

Quando analisamos o jornal *Correio da Manhã* encontramos explicitada o significado de eleições: "Eleições significam escolha pelo povo, reconhecimento dos eleitos pelo poder competente, e, finalmente, a posse tranquila e normal dos eleitos. A eleição não se resume apenas no ato de votar. Ela se completa na obediência à vontade do eleitorado". Do contrário, o jornal questiona: "por que votariam os eleitores? Para se verem depois espoliados, por uma minoria detentora do poder físico?[40]. Essa abordagem é reforçada em outro texto, ao se afirmar que

> As eleições não são, porém, só o ritualismo da votação. Assim, como elas começam antes da votação – iniciam-se no ato da homologação dos candidatos pelos partidos, prolongam-se nas jornadas da propaganda – só vão terminar, não na apuração, puro fato contábil, mas na proclamação e posse dos eleitos, momento alto do processo democrático, porque aquele que comprova, pela leal aquiescência dos derrotados, o grau de maturidade política do país. O inconformismo ante a derrota é um sintoma de ambição descontrolada que não pode ocorrer numa paisagem democrática limpa. **O povo**, fonte suprema do poder, em nome do qual ele se organiza, recusa seu apoio e seu aplauso ao inconformismo justamente porque nele vê mais do que uma querela entre pessoas,

> um inominável atentado às regras do jogo democrático. Eis porque toda **a nação** não discrimina favoravelmente entre cidadão quando defende e exige a posse dos eleitos[41].

O *Correio da Manhã* não apenas descreve o processo eleitoral, mas **intervém ativamente no debate político**, buscando fixar um significado normativo para as eleições no Brasil, assim, o jornal adota uma concepção **procedimental e moral da democracia**. O diário concebe as eleições como um processo complexo organizado em diversas fases, mas diante do contexto brasileiro a fase a que o jornal mais dá ênfase são as duas finais, ou seja, o reconhecimento e a posse dos eleitos, pois compreende que é esse o "momento alto do processo democrático", justamente porque os derrotados reconhecem a vitória e evidenciam o grau de maturidade política do país.

Entretanto, se considerarmos que em quase todos os pleitos se teve movimentos de contestação do resultado das urnas, isso implicaria em assumir que o grau de maturidade política do país não seria muito elevado. E mesmo a ênfase do jornal em construir esses momentos finais do processo eleitoral como os mais relevantes sugere que seriam justamente nesses momentos que ocorreria algum tipo de perturbação, seria o ponto onde o sistema democrático brasileiro se mostrava mais vulnerável[XIII].

Dessa forma, é possível identificar uma tensão latente: ou o país teria um baixo grau de maturidade política, ou as instituições democráticas eram frágeis e frequentemente incapazes de assegurar confiança plena nos resultados eleitorais. Nesse sentido, o discurso do jornal deve ser lido à luz de uma tradição de instabilidade institucional e de recorrentes intervenções extralegais no resultado das urnas. Assim, a ênfase na posse dos eleitos revela menos uma abstração teórica e mais uma resposta a experiências históricas concretas de fraude, veto ou ruptura.

Por fim, é fundamental notar o papel autoatribuído do jornal como porta-voz da coletividade. Ao invocar "o povo" e "a nação", o *Correio da Manhã* amplia

[XIII] Argumento reforçado quando o jornal afirma: "a Nação está em guarda. De hoje até o dia 3 de outubro. E continuará vigilante, porque sabe que a eleição não se encerra naquele dia. Naquele dia, ela apenas começa", pois "as fases que transcorrem entre a votação e a diplomação e posse dos eleitos são partes integrantes do 3 de outubro. E o pleito precisa ser protegido em todos os seus episódios – sobretudo nos que possam ocorrer após o dia da votação". "Vontade de legalidade", *Correio da Manhã*, 06 de setembro de 1955, 1ºC, p. 6.

a legitimidade de seu discurso e se apresenta como guardião das regras do jogo democrático. Trata-se de uma estratégia discursiva típica da imprensa do período, na qual o jornal não se coloca como ator parcial, mas como intérprete autorizado do interesse nacional. Historicamente, isso evidencia como a imprensa atuava não apenas como observadora, mas como agente ativo na construção das normas, valores e expectativas em torno da democracia e das eleições no Brasil.

Em síntese, quando se fala em eleições, a preocupação de *OG* estaria centrada no fato da necessidade de o processo eleitoral conduzir bons administradores ao poder, caso contrário, mesmo com eleições limpas, haveria grandes chances de ocorrerem processos revolucionários para "livrar o país de crises". Essa posição é contrária a de *UH*, que enfatiza as eleições como o primeiro passo pelo qual se conseguiria resolver democraticamente os problemas do país. Contudo, também identificamos que existiria uma preocupação latente no *CM*, *JB* e *UH*, ou seja, com a necessidade de se consolidar o processo eleitoral no Brasil, pois esse ainda estaria sujeito a muitos sobressaltos e à movimentos que contestariam os resultados das eleições, em resumo, indícios de que a democracia representativa ainda não encontraria toda a receptividade necessária para se estabilizar.

Considerações finais

A análise dos textos editorias, em que há a reflexões sobre as significações das eleições no e para o sistema democrático, nos jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *Ultima Hora* permite compreender a imprensa não apenas como veículo de informação, mas como ator político inserido ativamente nas disputas em torno da definição e da legitimação da democracia no Brasil do pós-1945.

Em primeiro lugar, a posição atribuída a *O Globo* revela uma concepção **instrumental e condicional da democracia**. As eleições são valorizadas menos como um princípio em si e mais como um meio para alcançar um fim considerado superior: a condução de "bons administradores" ao poder. Quando o texto sugere que, mesmo com eleições limpas, poderiam ocorrer processos revolucionários caso os resultados não atendessem a essa expectativa, evidencia-se uma

visão que relativiza a soberania do voto. Historicamente, essa postura dialoga com uma tradição elitista e tecnocrática da política brasileira, na qual a legitimidade eleitoral pode ser suplantada pela ideia de competência administrativa ou pela necessidade de "salvar o país" de crises, argumento recorrente para justificar rupturas institucionais.

Em contraste, a posição de *Última Hora* expressa uma concepção mais **procedimental e pedagógica da democracia**. Ao enfatizar as eleições como o "primeiro passo" para a resolução democrática dos problemas nacionais, o jornal sugere que a democracia é um processo em construção, cujos resultados não são imediatos, mas dependem do respeito às regras e da continuidade institucional. Essa visão reconhece os limites das eleições, mas reafirma seu papel fundador como mecanismo legítimo de mediação dos conflitos sociais e políticos.

Entretanto, identifica-se um **campo comum de preocupações** que atravessa os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e o próprio *Última Hora*. A recorrência da ideia de que o processo eleitoral precisava ser "consolidado" indica que a democracia representativa era percebida como frágil, constantemente ameaçada por contestações aos resultados das urnas e por movimentos que colocavam em xeque a legalidade. Do ponto de vista histórico, essa convergência revela que, apesar das divergências ideológicas, havia um diagnóstico compartilhado: o problema central não era apenas quem vencia as eleições, mas a **aceitação social e política do próprio mecanismo eleitoral**.

Por fim, a análise sugere que a democracia representativa ainda não gozava de plena legitimidade na sociedade brasileira. As constantes menções a "sobressaltos" e à possibilidade de rupturas indicam um ambiente em que o voto coexistia com soluções extrainstitucionais vistas como aceitáveis — ou ao menos plausíveis — diante de crises. Assim, o debate sobre eleições nos jornais não deve ser interpretado apenas como uma discussão técnica sobre procedimentos eleitorais, mas como parte de uma disputa mais ampla sobre os **limites da democracia, o papel das elites e a legitimidade do conflito político** no Brasil.

Em suma, os textos evidenciam que as eleições eram simultaneamente defendidas, relativizadas e tensionadas, expondo um contexto marcado pela instabilidade e pela dificuldade histórica de reconhecer a democracia representativa como valor incondicional e plenamente consolidado.

Notas finais

[1] CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil*: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

[2] MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Introdução à história dos partidos políticos brasileiros*. Belo Horizonte: UFMG, 2018.

[3] FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

[4] ABREU, Alzira Alves de. *A imprensa e a política no Brasil***.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. BARBOZA, Marialva. *A História cultural da imprensa*: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Maud X, 2007. LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

[5] GOLDENSTEIN, G. T. *Do Jornalismo Político à Indústria Cultural*. São Paulo: Summus, 1987.

[6] Montalvão, Sérgio. Jornal do Brasil.: In: ABREU, A. A. de. et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro:* Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

[7] RIBEIRO, A. P. G. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

[8] AREAS, D. M. Imprensa e política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, XV, São Gonçalo, *Anais.*. 2012.

[9] GOLDENSTEIN, 1987.

[10] RIBEIRO, 2007;

[11] RIBEIRO, 2007.

[12] BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

[13] ABREU, A. A. de; LATTMAN-WELTMAN, F. *A Imprensa em Transição*: O Jornalismo Brasileiro nos anos 50. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 24

[14] LAMARÃO, Sérgio. Carta Brandi. In: ABREU, A. A. de. et al. (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

[15] MEYRER, M. A vassoura, a simpatia e a espada: Imagens da democracia brasileira nos anos 50. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 4, n. 2, p. 174-204, jul./dez. 2012. p. 178.

[16] LAMARÃO, Sérgio. Movimento de 11 de Novembro. In: ABREU, A. A. de. et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

[17] MEYRER, 2012, p. 190.

[18] COSTA, C. M. L. A campanha presidencial de 1960. In: ABREU, A. A. de. et al. (coords.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*: Pós 1930. 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

[19] "Com o dinheiro dos bancários", *O Globo*, 27 de setembro de 1960", 1ºC, p. 1.

[20] "A missão dos cariocas", *O Globo*, 30 de setembro de 1960, 1ºC, p. 1.

[21] "A missão dos cariocas", *O Globo*, 30 de setembro de 1960, 1ºC, p. 1.

[22] "A missão dos cariocas", *O Globo*, 30 de setembro de 1960, 1ºC, p. 1.

[23] "A conquista da liberdade e da democracia", *O Globo*, 03 de outubro de 1960, 1ºC, p. 1.

[24] "A vitória da democracia", *O Globo*, 05 de outubro de 1960, 1ºC, p. 1.

[25] "A vitória da democracia", *O Globo*, 05 de outubro de 1960, 1ºC, p. 1.

[26] "A vitória da democracia", *O Globo*, 05 de outubro de 1960, 1ºC, p. 1.

[27] "A vitória da democracia", *O Globo*, 05 de outubro de 1960, 1ºC, p. 1.

[28] "A responsabilidade do eleitorado", *Jornal do Brasil*, 02 de outubro de 1955, 1ºC, p. 5.

[29] "Fidelidade à soberania popular", *Jornal do Brasil*, 14 de maio de 1955, 1ºC, p. 5.

[30] "A solução está com os partidos", *Jornal do Brasil*, 20 de janeiro de 1955, 1ºC, p. 5.

[31] "Espírito de normalidade", *Jornal do Brasil*, 17 de setembro de 1960, 1ºC, p. 3.

[32] "Marchemos, dentro da ordem, para as urnas", *Última Hora*, 04 de agosto de 1955, 1ºC, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

[33] "Marchemos, dentro da ordem, para as urnas", *Última Hora*, 04 de agosto de 1955, 1ºC, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

[34] "Marchemos, dentro da ordem, para as urnas", *Última Hora*, 04 de agosto de 1955, 1ºC, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

[35] "A experiência Café Filho prova: Governo de força não é solução para o Brasil", *Última Hora*, 10 de março de 1955, 1ºC, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

[36] "A experiência Café Filho prova: Governo de força não é solução para o Brasil", *Última Hora*, 10 de março de 1955, 1ºC, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

[37] "Devemos todos pensar e agir de maneira nova", *Última Hora*, 11 de julho de 1955, 1ºC, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

[38] "A hora da decisão", *Ultima Hora*, 26 de julho de 1955, 1ºC, p. 4. Coluna de Ultima Hora.

[39] "Quinze milhões de brasileiros afirmarão, nas urnas de três de outubro, seu anseio de progresso, soberania e tranquilidade: No povo é que está a força", *Última Hora*, 30 de setembro de 1955, 1ºC, p. 1, EP.

[40] "Intimidação inaceitável", Correio da Manhã, 21 de setembro de 1955, p. 6, EP.

[41] "Ação pela legalidade", *Correio da Manhã*, 11 de outubro de 1955, p. 6, 1ºC, editorial principal

XI

Análise de Discurso Crítica:

apontamentos teórico-metodológicos para o seu emprego na interpretação de discurso(s) político(s) e jornalístico(s)

Luis Carlos dos Passos Martins

Neste capítulo, pretendo apresentar uma reflexão acerca dos usos que venho fazendo da análise de discurso francesa como teoria e metodologia de intepretação de textos jornalísticos e políticos.[1] Digo teoria e metodologia porque, frequentemente, depara-se com a ideia de que Análise de Discurso (AD) é "apenas" uma metodologia para uma compreensão mais sofisticada de enunciados orais ou escritos, esquecendo-se que tal "metodologia" está embasada em uma teoria da realidade como discursividade, cujas características essenciais devem ser bem dominadas para que a metodologia seja adequadamente empregada.

Um dos primeiros pontos que desejo considerar é que, para a AD, o discurso é um elemento compósito da realidade social e não um reflexo dela. Na medida em que oferece as condições necessárias para a apreensão e apropriação da realidade pelos sujeitos, não podemos separar, de forma clara e inequívoca, o que é a realidade em si mesma e o que são os discursos sobre ela. A AD compreende o discurso como parte integrante da realidade, porque ele fornece as condições

[1] Partes destas reflexões estão no livro MARTINS, Luis Carlos Dos Passos. *As Regularidades do Discurso Brizolista na Campanha de 1989:* limites e possibilidades na incorporação de significados e na interpelação de novos sujeitos sociais. 1. ed. Porto Alegre: Editora Funcação Fênix, 2024. v. 1. 98p.

de possibilidades linguísticas e cognitivas para que esta realidade faça sentido aos falantes de uma língua.

Outro ponto é que seria mais adequado é que, quando a AD fala em discurso, ela refere-se mais à função da discursividade em dar sentidos à realidade social[1]; mas quando se trata do discurso realmente atuante, o mais adequado seria falar-se em discursos, porque, na perspectiva da AD, a realidade social é perpassada por uma infinidade de discursos, em diferentes níveis de "profundidade" social, com diferentes graus de hierarquia e de autoridade, em múltiplas temporalidades. Estes "textos" podem ter diversos suportes e materialidades: orais, sonoros, textuais, imagéticos, etc. Ademais, estes discursos podem estar em relação de subordinação, de complementação e/ou de oposição. Desta maneira, a produção de sentido sobre a realidade é sempre plural, atinge diversos extratos sociais e, geralmente, é objeto de disputa (luta simbólica) independentemente da consciência que os agentes sociais tenham sobre isso.

Este conceito de luta simbólica é essencial para a ADC. Pierre Bourdieu defende que o mundo social é constituído de uma realidade pré-linguística composta por um conjunto plural e contraditório de elementos objetivos potenciais. Eles elementos - como as diferenças de raça, de gênero, de grau de instrução, da região de origem ou de moradia, etc. – são, para o autor, fatores "virtuais" que podem servir de referência para a divisão/classificação dos indivíduos em grupos. Tais "referentes", porém, não têm um significado imanente e, como são plurais e contraditórios, podem dar origem a diferentes formas de agrupamentos. O(s) significado(s) que podem atingir deriva(m) apenas pelo trabalho de representação simbólica a partir do qual um grupo ou mesmo uma sociedade adquirem sentidos e, assim, constituem-se como força social atuante[2].

Desta maneira, percebe-se que, para Bourdieu[3], o trabalho de representação não é "neutro": as representações sociais são também formas de valoração e, assim, de hierarquização da sociedade e/ou de legitimação das hierarquias sociais. Em consequência, as representações sociais exercem um efeito de dominação social, pois, na medida em nunca serão idênticas às sociedades ou às comunidades representadas, elas necessariamente implicam em escolhas e, assim, em construções "arbitrárias" - no sentido de não necessárias – em favor dos que conseguiram impor uma visão do social mais adequada a sua posição na sociedade.

É esta disputa por impor uma da visão mais legítima sobre o mundo social - que é também um conflito pela construção desse mundo – que Bourdieu chama de "luta simbólica". [II]

Um dos principais instrumentos e/ou trunfos em uma luta simbólica é a apropriação dos símbolos coletivos, ou seja, das ideias, imagens, palavras, nomes, aos quais uma sociedade atribui tradicionalmente valores positivos. Esses símbolos, por terem uma definição difusa e instável, são objetos de constante conflito entre os agentes sociais tanto para se associar aos sentidos historicamente mais consolidados quanto para mudar a sua definição mais legítima a fim de melhor adequá-los às suas diferentes características, projetos e disposições. De qualquer maneira, a importância do símbolo ou do simbólico para os conflitos sociais está em seu enorme poder de mobilizar grupos e de legitimar àquele que dele consegue se apropriar em determinado momento.

Compreendemos melhor, desta maneira, expressões próprias aos analistas de discurso, com o da "instabilidade" de sentido: diante de uma realidade plena de significantes, é sobre a definição dos sentidos possíveis que os discursos, seus enunciadores e seus interlocutores interagem, opõem-se, discutem, dialogam.

Quando pensamos, porém, sobre a pluralidade de correntes de pensamento e autores que influenciaram a AD, entramos em um tópico mais complexo ainda. A AD não constitui uma teoria unificada e unívoca no que se refere ao tratamento da discursividade. Conforme salientam alguns autores[4], a Análise de Discurso tem diferentes correntes fundadoras. Uma delas é a linguística, notadamente no aporte de Benveniste[5]. A AD, porém, não se fixou nos estudos linguísticos tais como eles são feitos em sua área especializada, porque a ela não interessava e ainda não interessa os aspectos formais da linguagem. Ao contrário, a AD se preocupa em identificar os sentidos possíveis de um enunciado e, assim, associa-se não às pesquisas formais da linguagem, aproximando-se dos estudos de Pragmática, para os quais interessa exatamente a identificação do sentido do

[II] Para o autor, aliás, a existência de um campo de produção ideológica é possível porque os recursos que permitem elaborar e difundir as visões autorizadas sobre o mundo social estão desigualmente distribuídos na sociedade (BOURDIEU, 1990, p.491). Isso permite o relativo monopólio desse campo na construção do politicamente pensável e, conforme o autor, "quanto mais despossuídas são as pessoas, sobretudo culturalmente, mais elas se veem obrigadas e inclinadas a confiar em mandatários para ter voz política" (BOURDIEU, 1990, p.192).

uso da linguagem pela comunidade dos falantes, o que envolve também falhas no uso da língua formal, os empregos e efeitos das figuras de linguagem, etc.. Outro ponto que afastou a AD dos estudos linguísticos proposto por Benveniste foi a sua ênfase no conceito de autor individual e genuíno, que se colocava como ponto inicial da pesquisa. Para a AD, seguindo a linha de outros pensadores, como Foucault e Bourdieu, o autor é algo como o suporte da textualidade de determinado contexto linguístico específico. Como veremos com detalhes mais além, o autor já começa tendo que usar uma língua que é socialmente construída e, por mais que possa tomar um caminho disruptivo em relação a seus usos, parte deles para promover uma inovação. Além disso, na ótica da AD, a língua não é algo neutro, sendo constituída apenas para a comunicação. Ela é permeada de sentidos por seus empregos anteriores e estes sentidos classificam grupos, criam hierarquias, legitimam ou deslegitimam os seus falantes.

Outra fonte de inspiração da AD foi a filosofia da linguagem que colocou na pauta de discussão "o que falar quer dizer". Neste caso, a preocupação da AD não é problematizar o uso da língua, no intuito de procurar o seu emprego mais correto em relação às intenções dos falantes. Mas explorar os ditos e não ditos de um enunciado, aquilo que ele potencialmente pode significar, os seus pontos de obscuridade, mais do que sua clareza, e, especialmente, na esteira de Austin[6], o que as palavras "produzem" ao serem enunciadas.

Por fim, uma outra vertente da análise de discurso são os estudos de retórica. Estes estudos, cujas origens podemos remeter a Aristóteles, procuram analisar os elementos pertencentes a um discurso que lhes dão capacidade persuasiva. Neste caso, devemos lembrar que, por um bom tempo, os trabalhos sobre retórica foram inferiorizados frente aos estudos sobre lógica (dialética, em termos aristotélicos), considerados mais nobres e até mais éticos do que os primeiros. Com o tempo, porém, especialmente a partir dos estudos de Chaim Perelman[7] sobre a "nova retórica", a retórica voltou com força aos estudos da linguagem, especialmente por ser um grande espaço aberto para a análise das técnicas e táticas de persuasão. Segundo Aristóteles, podemos dividir a argumentação de um texto em três elementos básicos: o *ethos* do enunciador, ou seja, a sua ética, o seu reconhecimento pelos ouvintes, como alguém autorizado ou não para tratar de determinado tema; o *logos*, ou seja, a parte lógica e "racional" de uma argumen-

tação que permite contribuir com o convencimento do argumento e, por fim, o *pathós*, os aspectos emocionais trazidos à superfície textual por quem argumenta. Para Aristóteles, dos três elementos, especialmente na relação entre o logos e o *pathós* é este último que apresenta maior capacidade persuasiva: pois ele traz à tona, não apenas aspectos emocionais, mas, para mobilizar os mesmos, faz uso de tópicos em comum, sentimentos compartilhados, preconceitos aceitos como verdades incontestáveis etc. Mais uma vez, este ponto levou a análise de discurso a investigar o poder persuasivo de todos os elementos culturais e ideológicos que estão contidos, não apenas nas palavras, mas nas figuras de linguagem empregadas pelos falantes.

Com base nesta tríade de influência, foi apenas nos anos de 1960 que a Análise de Discurso passou a dispor de um corpo teórico próprio e de autores renomados que lhe permitiram se consolidar como uma disciplina de pleno direito no universo acadêmico, notadamente francês. É por este motivo, aliás, que esta linha de estudo acabou ganhando o subtítulo de Análise de Discurso Francesa, embora seus autores ainda prefiram o título de Análise de Discurso Crítica (ADC), na medida em que enfatizam o estudo do discurso como forma de poder e dominação social.

Desses autores de peso devemos necessariamente mencionar Michel Foucault que, em textos que se tornaram clássicos[8], ofereceu à análise de discurso alguns de seus conceitos básicos, como o de formação discursiva (ou seja, uma vasta estrutura que organiza no pensamento de uma época aquilo que pode e vale ser dito ou está interditado) e o de Sujeito, que Foucault busca na psicanálise e notadamente em seu orientador Louis Althusser, e que indica que os sujeitos construídos no interior do discurso (o papel da mulher perfeita, o comportamento do operário ideal) têm enorme poder de moldar e mobilizar o comportamento daqueles que são interpelados pelo discurso – e se reconhecem nos sujeitos aí construídos. Com base nisso, compreendemos por que autores que trabalham na chamada "teoria da argumentação" trouxeram a questão polêmica do Sujeito no e/ou do discurso. Como vimos, há um bom tempo, a AD abandonou o tema da "autoria" de um "texto" no sentido de se preocupar com a originalidade ou intencionalidade do "autor", que é visto, por muitos analistas, mais como um suporte do que um criador do texto que enuncia. Entretanto, a

questão não se resume apenas a este item, na medida em que a AD usa o termo sujeito em, ao menos, três pontos distintos: o sujeito como autor individual ou coletivo (sujeito do discurso), o sujeito como um espaço, uma função, criada pelo discurso (como o papel da "mulher ideal" no início da era moderna) com a qual os interlocutores empíricos podem ou não se identificarem e, por fim, o sujeito como este interlocutor que teria certo grau de autonomia sobre o texto que escuta/lê. As diversas correntes da Análise de Discursos oscilam sobre estes três pontos, sendo as mais interacionistas defendendo uma relação mais ativa dos sujeitos empíricos sobre os sujeitos do discurso e as estruturalistas defendendo o conceito do sujeito como função discursiva, da sua enunciação à sua recepção nas comunidades de sentido.

Michel Pecheux, outro autor seminal da ADC, também direto nesta discussão. Procurando associar análise de discurso, materialismo histórico e psicanálise, Pecheux[9] partia da ideia da não transparência da linguagem. Ou seja, a fala não era apenas um ato descritivo, mas um ato normativo que procurava criar regras de comportamento e moldar os indivíduos empíricos. Isto se dava, notadamente, pela construção de *sujeitos discursivos* que pretendiam oferecer normas de comportamento e, assim, de assujeitamento dos indivíduos empíricos. Por fim – e mais ultimamente -, outro autor que tem dado fundamentação teórica à ADC é Pierre Bourdieu. Bourdieu não se caracteriza necessariamente por ser um estudioso da linguagem em si, embora o tema apareça em algumas de suas obras, em especial em *O que falar quer dizer*. Mas os seus conceitos centrais como os de campo, *habitus* e capital foram incorporados por parte significativa dos autores da ADC como forma de dar um suporte social mais consistente às suas análises. Assim, Maingueneau[10], por exemplo, apropriou-se do conceito de *campo* para construir o de *campo discursivo*, que procura entender as diferentes esferas de saber e de produção de discursos como lugares de competição, cooperação, dominação e hierarquia. Da mesma forma, o conceito de capital, notadamente o de capital simbólico para a ser um complemento ou até um substituto do conceito tradicional de Ethos discursivo. Já o conceito de *habitus*, passa a ser um operador importante para dar conta dos processos de construção de sentido em comunidades específicas que compartilham as mesmas condições de experiência e, assim, têm uma forma de ver o mundo relativamente comum.

Nos estudos que estamos elaborando com base nestes autores, desenvolvemos alguns dispositivos analíticos que procuram empregar como estrutura fundamental de um texto político ou jornalístico – mas que pode ser utilizado para outros suportes. Vamos a eles:

1. **Quem fala:** que imagem o enunciador constrói dentro do seu discurso, ou seja, qual o seu *ethos discursivo,* que o credencia como locutor autorizado sobre o assunto em pauta;
2. **Sobre o que fala**: qual é o tópico ou tópicos que são abordados no discurso;
3. No caso do discurso político, especialmente, ***quais ações quem fala propõe sobre o que ele fala***;
4. **Sobre quem fala**, ou seja, o outro do discurso em relação ao qual podem ser construídas críticas ou elogios;
5. **Para quem fala**, ou seja, como são representados os destinatários do discurso, tanto os diretamente nominados nos enunciados - povo, nação, pobres, etc. – quanto os possivelmente atingidos pelos atos de enunciação estudados.

Feitas estas observações iniciais, interessa agora abordar alguns detalhes sobre algumas questões teórico-metodológica que orientaram o nosso trabalho, tanto na coleta de material empírico, quanto na sua posterior análise. Empregamos, tanto no texto original, quanto para a sua reescrita, uma combinação de métodos: um trabalho de segmentação por categorias inspirado nos pressupostos da Análise Textual Discursiva ou Análise de Conteúdo para organizar o corpus documental em temáticas e, depois, uma interpretação dos enunciados assim organizados com base nos dispositivos próprios à Análise de Discurso Crítica (ADC). Embora alguns autores reprovem esta combinação[11], seguimos aqui a orientação de Dominique Maingueneau[12], para quem ela é possível e pertinente, quando for adequada e esclarecedora do corpus textual analisado. Isto pode levar a que o material apresentado em um dispositivo textual possa ser segmentado em diferentes categorias, distribuídas pelas partes do texto final. Distribuição esta que não privilegia uma ordem cronológica de enunciação e sim o seu pertenci-

mento à ordem lógica de uma estrutura narrativa que a metodologia de análise de conteúdo nos permitiu organizar.

De outra parte, o estudo dos enunciados segue os dispositivos da análise de discursos em busca da compreensão dos seus sentidos possíveis – e muitas vezes ocultos - no seu contexto de enunciação. Mas estas inferências, devemos salientar, não devem ficar limitadas apenas a sua presença textual isolada no enunciado analisado. Deve0-se procurar, sempre, interpretá-las a partir da sua posição e regularidade no universo semântico mais amplo da cadeia enunciativa em estudo.

Lembremos, porém, que isto não se trata de um exercício de "quebra-cabeça" no sentido de separar e depois justapor enunciados. Procuramos, acima de tudo, associar "o discurso" e/ou "os discursos" [III] aos mecanismos e às estruturas de poder da sociedade estudada. Por este aspecto, a ADC é extremamente útil aos estudos que objetivam dar relevância às condições de produção, de enunciação e de apropriação pública das falas, com os mecanismos sociais de produção de sentido[13].

Com base nisto, interessa-nos ressaltar três pontos desta estrutura da ADC. O primeiro deles diz respeito ao *ethos* discursivo, já abordado parcialmente em texto anterior, o segundo à dinâmica da discussão pública em determinado contexto histórico e, por fim, a adesão do público a determinado discurso.

Como indicamos, a Análise de Discurso Crítica (ADC) adotou uma estratégia metodológica que quase abandonou o conceito de "autor" como um operador analítico. Isso ocorre porque o termo, originalmente, está carregado de significados ligados à "filosofia da consciência", na qual a intenção e a liberdade do autor são pressupostos básicos da investigação. Essa rejeição se deve não apenas à dificuldade de desvendar a intenção do autor de um texto, mas principalmente porque a ADC trabalha dentro de uma perspectiva mais estruturalista, na qual o autor age constrangido pelos limites das estruturas linguísticas e ideológicas que precedem a sua fala e são independentes de sua consciência.

[III] É importante fazer a diferenciação entre "o discurso" e "os discursos" na ADC, porque são duas opções diferentes de abordar a discursividade na pesquisa: no primeiro caso, considera-se "o discurso" como um sistema de poder geral em uma sociedade, moldada a partir de determinados temas específicos e coletivamente aceitos, mesmo que de forma inconsciente; no segundo caso, se trata de diferentes vertentes discursivas que podem clivar uma sociedade em grupos ideologicamente distintos.

Além disso, a apropriação da fala pelo agente ocorre em um segundo nível estrutural, ou seja, aquele construído pelos textos anteriores ou simultâneos ao discurso estudado. A apropriação da língua não se dá apenas dentro de seus limites e regras internas, mas também em um contexto de textos, temas que se impõem, alianças a serem feitas e opositores a serem combatidos. Portanto, não é surpreendente que a ADC recorra ao conceito de intertextualidade. Para esta abordagem, a produção de um texto e suas constelações de sentido se dão como uma construção coletiva e constante, que se baseia nas enunciações anteriores promovidas por outros "falantes", ao mesmo tempo que pode as ultrapassar e superar. Portanto, a ADC considera que o autor não é o centro de análise, pois seus enunciados têm as suas condições de possibilidade e, assim, os seus sentidos derivados de um contexto discursivo mais amplo[14].

Desta forma, na perspectiva da Análise de Discurso Crítica, o foco não está mais em "quem é o autor", mas sim em como este se revela na superfície textual.

Nesse sentido, a ADC atribui importância ao conceito retórico de *ethos* discursivo, que se refere à maneira como o enunciador se constrói por meio do discurso frente aos seus leitores ou ouvintes. Em sua origem, este conceito buscava descrever o "caráter" de um orador diante do público ao qual ele se dirigia, partindo-se do pressuposto segundo o qual boa parte da credibilidade atribuída à fala deste orador derivava do "crédito" ou da reputação que ele tinha ou obtinha junto à plateia. Os estudiosos contemporâneos da ADC costumam dividir esta credibilidade em duas ordens possíveis: o *ethos* pré-discursivo, que se refere ao prestígio que o autor já possui antes do ato da enunciação, e o *ethos* discursivo, que é construído durante ou a partir desse ato de enunciação. Dessa forma, na análise do discurso pela ADC, a forma como o enunciador se apresenta e se relaciona com seu público influencia a recepção e a interpretação do discurso, e essas estratégias retóricas são cruciais para a compreensão do impacto do discurso político, por exemplo, na formação de opiniões e na mobilização da sociedade[15]. Todavia, não consideramos a distinção entre *ethos* discursivo e prédiscursivo muito relevante. Segundo alguns autores[16], o próprio Aristóteles não levou às últimas consequências esta divisão e, ao nosso ver, ela apresenta um problema de origem. Com efeito, se o *ethos* pré-discursivo se refere ao crédito anteriormente adquirido pelo enunciador do discurso, como pensar que este crédito não te-

nha sido construído também discursivamente? Desta forma, consideramos útil a ideia de um crédito previamente construído por parte do "autor" que interfere no processo de creditação de seu discurso, mas achamos preferível nomear este crédito como o *ethos* anterior ao ato enunciativo estudado e não ao discurso em si mesmo. De qualquer maneira, o importante é que, ao analisarmos as falas do enunciador, podemos encontrar diversos dispositivos de autoapresentação que ficam às vezes "escondidos" a um primeiro olhar, com base nas escolhas dos temas a serem abordados (mais "sérios", mais "jocosos", etc.), na linguagem com que são tratados (culta, popular, etc.), nos conceitos empregados e nos estilos linguísticos, etc.

Em relação ao segundo ponto, ou seja, à dinâmica do debate público em determinado período, os mais recentes estudos em Análises de Discurso trazem nova luz à questão. Inspirados na teoria da argumentação[17], em especial nos estudos da Nova Retórica, autores como Marc Angenot[18] e Ruth Amossy[19] têm se preocupados em analisar como a dinâmica das discussões públicas produz efeito sobre a argumentação dos debatedores e, assim, sobre a sua própria identidade ideológica.

Em relação a isto, os trabalhos de Angenot[20] a respeito do debate doutrinário na França do fim do século XIX podem nos trazer pontos instigantes. De um lado, adotando o termo aristotélico de *topoi* – que podemos traduzir, aqui, por "lugares comuns" -, Angenot[21] mostra como, por trás de toda a disputa político-ideológica, há uma base comum de temas e de argumentos que são inevitáveis a qualquer um dos debatedores envolvidos em uma contenda pública. Em outras palavras, a disputa política parte de um mínimo de consenso sobre temas e argumentos frente aos quais os contendores não podem deixar de falar. Para ele, isto oferece uma certa homogeneidade no debate político em cada período histórico.

De outra parte, porém, embora seja identificável certa homogeneidade, Angenot[22] defende – no que se aproxima de Ruth Amossy – que os contentores não entram na disputa para serem convencidos. Muito ao contrário, os debatedores participam das querelas ideológicas com o objetivo de ganhar o debate e, para isso, vão construindo e empregando argumentos conforme a tomada de posição dos concorrentes, resultando disto que a identidade ideológica de cada um vai se (re)construindo durante a querela, não sendo fixa e, assim, determinada

antes da disputa pública. Para Angenot, o resultado da discussão é a ampliação das desavenças e mesmo da confusão, e não o esclarecimento de um tema ou a chegada a um consenso[23].

Um dos momentos em que estas questões mais se evidenciam é quando os debatedores, praticamente obrigados a discutir determinado assunto, envolvem-se em disputas intermináveis, normalmente para desacreditar determinado termo ou tema ou para impor a definição mais legítima do mesmo. Consideramos estas observações muito adequadas para entender boa parte das tomadas de posição e dos limites discursivos encontrados no debate político-jornalístico, convergindo com a afirmação de Pierre Bourdieu[24], segundo o qual as tomadas de posição dos envolvidos em um debate não podem ser entendidas de forma isolada, mas sempre em relação ao conjunto das tomadas de posições dos demais debatedores.

Por fim, no que se refere ao terceiro ponto, alguns esclarecimentos. Indiscutivelmente, o objetivo maior do discurso político é a agregação de seguidores àquilo que está sendo proposto por sua posição pública. Os estudos na teoria da argumentação e em retórica contemporânea[25] têm insistido que a adesão do público por um orador – que a ADC chama de interpelação - passa por diversos aspectos, sendo que é atribuído mais importância ao lado *emocional* (*pathós*) mobilizado por um debatedor do que ao lado propriamente *lógico* (*logos*). Todavia, mobilizar o lado *emocional* do público acarreta um grande desafio: os elementos lógicos podem ser controlados pelo próprio enunciador em sua fala, bastando que domine às regras de uma boa dedução; mas os elementos emocionais dependem da capacidade deste enunciador em agregar à sua fala valores morais compartilhados pelos destinatários, que nem sempre são os dele[26]. Como as comunidades de destinatários não são iguais e homogêneas, na medida em que variam conforme as diferentes escalas de valores que compartilham, ao enunciador com pretensões de vencer uma eleição presidencial, por exemplo, cabe a tarefa de incorporar ao seu discurso os princípios mais aceitos e menos rejeitados pelo conjunto de eleitores em um determinado momento. Como lembra Bourdieu[27], isto faz que a disputa eleitoral em um sistema democrático competitivo leve os partidos/candidatos com pretensões a atingir o poder do Estado a ampliar cada vez mais a abrangência dos seus "programas", abandonando as particularidades que os limitariam a uma comunidade de sentido originária e restrita.

Este processo tem diferentes caminhos, podendo contar, como ocorre atualmente, com a ajuda de profissionais especialistas em "medir" os "climas de opinião" e adaptá-los às características de um candidato específico. Para o nosso estudo, interessa apontar como esta tendência repercute em termos linguísticos e a literatura dedicada à questão tem apontado duas maneiras complementares de abordá-la: os destinatários construídos no e pelo discurso, e os destinatários empíricos de um discurso.

O primeiro caso, refere-se às formas linguísticas que um enunciador deixa na superfície textual de seu discurso ao tentar "antecipar" a recepção da sua fala pela aproximação das suas condições de recepção. Esta tentativa de antecipação está inscrita desde as escolhas dos temas a serem abordados (econômicos, sociais, culturais, etc.), as opções de linguagem empregadas para tratar do assunto (culta, informal, intimista, popular, etc.), até os valores e ideologias inseridos na argumentação. Para boa parte dos especialistas, não necessitamos pressupor ações conscientes nessas escolhas - o que não descarta a sua existência -, pois elas ocorreriam na própria apropriação da linguagem pelos interlocutores. Bourdieu, por exemplo, afirma que as interpelações discursivas mais eficazes se dão pelo compartilhamento de *habitus* entre enunciadores e destinatários de um discurso, que lhes permitem o compartilhamento de valores, de expressões, de visões de mundo previamente. Já Bakhtin[28] coloca que o uso da língua já comporta uma pluralidade de "vozes sociais" que são acionadas pelos enunciadores nos atos de fala e fazem parte da sua capacidade de gerar significados para o restante da sociedade. De qualquer maneira, para nós, importa que estas antecipações são identificáveis na própria enunciação de um discurso, independente do seu próprio sucesso interpelativo. Como afirma Umberto Eco, elas configuram o "leitor modelo" de uma obra, ou seja, aquele "leitor" que é antecipado e "construído" pelo enunciador, mesmo que não exista previamente na realidade.

Todavia, nem sempre o "leitor modelo" de um texto corresponde ao leitor que foi convencido por ele. No caso do discurso político, Bourdieu[29] nos aponta para a grande capacidade dos "porta-vozes" em "construírem" os grupos que dizem representar. É o que ele chama de "efeito de teoria": o poder que a enunciação pública em nome de um grupo tem em contribuir para dar existência a este grupo, na medida em que as pessoas visadas pelo discurso passam a se identificar

com o que ele afirma, passando de um movimento/grupo social virtual para se tornar ativo. Michel Foucault[30] também abordou questão semelhante, trabalhando na construção discursiva do *sujeito* e da própria subjetividade.

Mas há momentos em que o processo acima de identificação não ocorre e os indivíduos interpelados por uma fala não são os mesmos sujeitos construídos ou pretendidos discursivamente. Vamos a um exemplo. Em uma campanha eleitoral, eu posso querer me posicionar na disputa como o candidato dos "pobres e oprimidos". Para isso, eu denuncio publicamente a sua situação de penúria, apresento propostas de melhorias sociais, aponto os inimigos do *povo*, etc. Mas o faço usando uma linguagem altamente intelectualizada, ininteligível para as pessoas comuns ou dissociada da sua realidade. Entretanto, consigo uma boa margem de votos fornecidas não por eleitores, por outros com boa formação escolar e já familiarizado com a linguagem que eu acionei publicamente. Nesse caso, o destinatário empírico do discurso não foi o mesmo que o enunciador pretendeu antecipar, o que tem profundas consequências para a sua eficácia política.

Existem diversas maneiras de estudar esta questão do destinatário pretendido x atingido, especialmente se eu puder realizar estudos de recepção ou tiver acesso a dados estatísticos referente ao "consumo" de um texto. Mas, mesmo sem dispor destes recursos, a ADC desenvolve dispositivos analíticos que nos permitem ter um bom quadro das antecipações e da possível eficácia interpelativa do discurso a partir das marcas linguísticas que estas ações deixam inscritas na tessitura de um "texto".

Em conclusão

Vimos, pela exposição anterior, como os estudos envolvendo Análise de Discurso são complexos e relativamente difíceis de serem realizados. Primeiro, porque o analista deve ter consciência que a ADC não é apenas uma metodologia uma teoria da discursividade e sua relação com a realidade. Depois, é importante ter uma razoável ideia das diferentes correntes que influenciaram a ACD e da forma como esta se apropriou de cada uma delas, sem incorporar os seus pressupostos. Por fim, a ADC implica um certo roteiro para segmentação e rea-

grupamento de corpos textuais que não são óbvios e nem evidentes ao primeiro olhar do pesquisador. Este deve aplicar todo uma bagagem intelectual, não só teórica, mas que de conta dos diferentes temas, conceitos e preconceitos que vigoram nas comunidades de sentido que produzem e consomem os discursos que ele está analisando.

Notas finais

[1] MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015. MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1989.

[2] BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo : Brasiliense,1990. Para o autor, o trabalho de representação tem o poder de delimitar os sentidos possíveis dos grupos sociais. Assim, ao criar "sujeitos", ou seja, identidades sociais, pode tornar esses grupos atuantes, na medida em que os indivíduos representados se "reconheçam" nessa representação.

[3] BOURDIEU, 1990. BOURDIEU, Pierre. *La Distantion*. Paris : Minuit,1979.

[4] MAINGUENEAU, 1989; 2015.

[5] BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. Tradução de Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1988.

[6] AUSTIN, J. L. *Quando dizer é fazer*: palavras e ações. Tradução de Danilo Marcondes. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

[7] PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da Argumentação* – A Nova Retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

[8] FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2007a. FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

[9] PÊCHEUX, Michel. *Semântica e Discurso*: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora Unicamp, 2014. PÊCHEUX, M. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 2.ed. São Paulo: Pontes, 1997.

[10] MAINGUENEAU, 2015.

[11] PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso*: introdução à análise de discursos. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2002

[12] MAINGUENEAU, 2015.

[13] PIOVEZANI, Carlos. Apresentação. In: ANGENOT, Marc. *O discurso social e as retóricas da incompreensão:* consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. Organização e apresentação de Carlos Piovezani. São Carlos: EdUFSCar, 2015. p. 09-24.

[14] FOUCAULT, 2007a. FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 2007b. FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. MAINGUENEAU, 1989. PIOVEZANI, Carlos.: CURCINO, Luzmara; SARGENTINI. Vagice (org.). *Presença de Foucault na Análise de Discurso*. São Carlos/SP: EdUFSCar, 2014.

[15] MAINGUENEAU,2015. AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

[16] AMOSSY, Ruth. *A Argumentação no Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2018. PLANTIN, Christian. *A Argumentação* - História, Teorias, Perspectivas. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

[17] PLANTIN, 2008

[18] ANGENOT, Marc. Dialogues de sourds: traité de rhétorique antilogique, Paris: Mille et une nuits/ Fayard, 2008. ANGENOT, Marc. Discurso social e as retóricas da incompreensão: consensos e conflitos na arte de (não) persuadir. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

[19] AMOSSY, 2018; 2017.

[20] ANGENOT, Marc. La Parole pamphlétaire. Contribution à la typologie des discours modernes. Paris: Payot, 1982. ANGENOT, Marc. Mille huit cent quatre-vingt-neuf: un état du discours social. Montréal: Éditions du Préambule, 1989.

[21] ANGENOT, 2015.

[22] ANGENOT, 2008.

[23] ANGENOT, 2008.

[24] BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Perspectiva,1989.

[25] PERELMAN, 1990; AMOSSY, 2017, 2018.

[26] PERELMAN, 1990.

[27] BOURDIEU, 1989.

[28] ROMAN, Artur Roberto. O Conceito de Polifonia em Bakhtin: trajeto polifônico de uma metáfora. Letras, Curitiba, n.41-42, p. 195-2 0 5. 1992-93. Editora da UFPR.

[29] BOURDIEU, 1990.

[30] FOUCAULT, 2007a.

XII

História e Filosofia política:

Thomas Hobbes na sala de aula

Marcos Jovino Asturian

Este ensaio dedica-se a analisar alguns conceitos desenvolvidos pelo filósofo inglês Thomas Hobbes no contexto da sala de aula no ensino básico. As interpretações que o texto contém fundamentam-se na obra do autor – o Leviatã – apoiada em alguns de seus comentadores. O trabalho apresenta um exercício de reflexão concernente ao papel da escola na elaboração conceitual. Os estudos acerca dos clássicos da filosofia política e seus respectivos contextos históricos estão inseridos num projeto educacional comprometido com a promoção da cidadania.

O conhecimento histórico não se limita a apresentar o fato no tempo e no espaço por meio de documentos que comprovam sua existência. É necessário ligar o fato a temas e aos sujeitos que produziram para buscar uma explicação. E para explicar e interpretar os fatos, é imprescindível uma análise, que deva obedecer a determinados princípios. Nesse procedimento, são utilizados conceitos e noções que organizam os fatos, tornando-os inteligíveis. O ensino e a aprendizagem de história acontecem por intermédio do domínio de conceitos.[1]

O pesquisador russo L. S. Vygotsky (1896-1934) defende a existência de uma interação muito próxima entre os conceitos, o espontâneo e o científico, ou seja, entende como questão fundamental sobre a aquisição dos conceitos a distinção entre "conceitos do senso comum", e os "conceitos científicos", demons-

trando sua interferência mútua. O papel da escola na elaboração conceitual é elementar, uma vez que essa capacidade se adquire pela aprendizagem organizada e sistematizada. Em outras palavras, considerar o conhecimento prévio dos discentes é essencial na aprendizagem conceitual, estabelecendo relações entre o que o estudante já sabe e o que é proposto.[2]

De um lado, é tarefa do docente – na perspectiva freiriana – reconhecer e estabelecer um diálogo com esse conhecimento. Os discentes estão em contínuo processo de aprendizado, assim como o conhecimento não é um dado imobilizado apenas transferido de um especialista para outra pessoa que ainda não o possui. De outro, há a necessidade do domínio da natureza específica do conhecimento histórico por parte do professor, além do desafio de saber como introduzir e encaminhar tarefas de aprendizagem para estudantes de diferentes idades, culturas e condições socioeconômicas.[3]

Reinhart Koselleck (1923-2006) – um dos mais importantes historiadores alemães do pós-guerra – é figura exponencial da história dos conceitos. De acordo com Koselleck: a) Deve-se pensar o nosso lugar no tempo; b) A semântica de um vocábulo diferencia-se de acordo com o ambiente histórico, isto é, a construção semântica dos conceitos; c) É necessário evitar anacronismos e compreender o significado dos vocábulos históricos.[4]

O conceito pode ser compreendido, de modo geral, como uma ideia que é evocada a partir de uma palavra, desde então, passa a ser operacionalizada sistematicamente no interior de certo campo de saber específico. A operacionalidade é característica de um conceito. Embora o conceito possa se valer de uma palavra comum, empregada na vida cotidiana de forma trivial, é necessário entender que há uma grande diferença entre o conceito e as palavras comuns. Os conceitos implicam discussões, assim como movimentam perspectivas teóricas e servem de apoio para um tipo de conhecimento a ser produzido.[5]

Segundo José D'Assunção Barros:

> Um conceito pode ser entendido como uma formulação abstrata e geral, ou pelo menos uma formulação passível de generalização, que o indivíduo pensante utiliza para tornar alguma coisa inteligível nos seus aspectos essenciais ou fundamentais, para si mesmo e para outros [...] em muitos casos, os conceitos correspondem a

> categorias gerais que definem classes de objetos, fenômenos ou processos [...][6]

Por que estudar Thomas Hobbes? A filosofia de Hobbes, especialmente sua teoria a respeito da origem contratual do Estado, exerceu profunda influência no pensamento político moderno. Estudar o seu arcabouço conceitual desenvolvido na sua obra-prima – Leviatã (1651) – auxilia na compreensão do período histórico denominado absolutismo monárquico. Ademais, evidencia a importância dos conceitos na aprendizagem escolar no ensino básico.

Aqui, convém destacar os objetivos da disciplina de história: a formação de um cidadão político por meio do desenvolvimento da criticidade; a formação intelectual e política das novas gerações que possibilite a reflexão crítica sobre o conhecimento histórico, bem como a defesa dos princípios básicos de uma sociedade democrática e mais justa.

Como se vê, o processo de ensino e aprendizagem em história está permeado pela necessidade de aprimorar a democracia representativa e melhorar a cultura política, sobretudo das futuras gerações. O texto se organiza em quatro momentos: uma abordagem biográfica de Hobbes, destacando a influência de alguns elementos contextuais no pensamento político do autor; o conceito de estado de natureza, ou seja, um ponto de partida hipotético do qual determinará um conjunto de consequências; o contrato social como um imperativo para a sobrevivência de todos; elucidar aspectos gerais do pensamento político hobbesiano via análise do frontispício da obra Leviatã, e, por fim a aula de história como um espaço para a compreensão dos conceitos e o exercício da cidadania.

Hobbes ou o irmão do medo

Em 5 de abril de 1588, Thomas Hobbes nasceu em Malmesbury (condado de Wiltshire, Inglaterra). A mãe o deu à luz prematuro, devido ao susto com as notícias da invasão da Invencível Armada, como era conhecida a esquadra espanhola.[I] Assim ele sintetizou – no final da sua vida, em sua autobiografia – sobre o

[I] "Em 1588, o rei da Espanha católica, Felipe II, organizou a maior frota de navios já vista até então para

seu nascimento: "Minha mãe pariu gêmeos, a mim e ao medo". Existem suspeitas acerca da veracidade da descrição do filósofo, pois os fatos históricos não corroboram a respectiva explicação. A Armada zarpou um mês após o nascimento de Hobbes. Não obstante, pode haver alguma verdade nisso, já que os rumores da invasão podem ter assustado sua mãe.[7]

De qualquer forma, o mais importante é compreender que Hobbes foi contemporâneo da Guerra dos Trinta Anos[II] e, sobretudo, presenciou uma Inglaterra repleta de conflitos.[III] Filho de um pastor pobre, foi acolhido por um tio rico, que lhe ofereceu uma boa educação. Antes mesmo dos quinze anos de idade, aprendeu o grego e o latim. Dedicou-se aos estudos das línguas clássicas, traduzindo obras de diversos autores: Homero, Eurípedes, Tucídides, entre outros. Ademais, muitos dos seus escritos são redigidos em latim.[8]

Em 1608, a conclusão dos estudos superiores, na universidade de Oxford, lhe rendeu o cargo de preceptor na casa dos Cavendish, condes de Devonshire. O trabalho deu a Hobbes a oportunidade de viajar pela Europa e conhecer vários intelectuais: Francis Bacon, Galileu Galilei e René Descartes. Em 1640, em virtude da Guerra Civil Inglesa, Hobbes se autoexilou na França, lá permanecendo por mais de uma década. Já em 1646, também foi preceptor de Carlos Stuart (futuro rei inglês Carlos II), isto é, no contexto em que a corte estava exilada em Paris, tendo Cromwell assumido o poder.[9]

Com a restauração da dinastia Stuart, o filósofo inglês seiscentista obteve uma aposentadoria do rei Carlos II e pôde, assim, dedicar-se a seus estudos. Também respeitado como tradutor e matemático, seguiu escrevendo até a mor-

atacar Elizabeth I, rainha da Inglaterra, chamada por ele de herege. O nome da frota? A Invencível Armada. Ocorre que a Invencível Armada foi vencida, o rei perdeu metade de sua frota". CARVALHO, Daniel Gomes de. *Filosofia para mortais:* pensar bem para viver bem. Rio de Janeiro: Harper Collins Brasil, 2020. p. 112.

II "Guerra dos Trinta Anos, que se estendeu de 1618 a 1648 e coincidiu com o terço intermediário da vida de Hobbes (ele tinha trinta anos quando começou, sessenta quando acabou). Aquela foi uma das piores entre todas as guerras – uma espécie de luta de todos contra todos: um conflito profundamente violento, às vezes beirando o genocídio, abrangendo todo o continente europeu e dividindo as pessoas por motivos de religião, etnia, dinastia, economia, classe e até mesmo família. Foi horrível, brutal, interminável, o que pode haver de pior na política. Hobbes não viu muito da Guerra dos Trinta Anos pessoalmente, mas soube tudo a respeito dela". RUNCIMAN, David. *Confrontando o Leviatã*: uma história do pensamento político moderno. São Paulo: Todavia, 2023. p. 21-22.

III As revoluções inglesas, ou seja, as longas guerras civis entre 1640 e 1689, permeadas por questões políticas e religiosas, só terminaram em 1689 por meio da Revolução Gloriosa que tornou a Inglaterra uma monarquia parlamentar. MICELI, Paulo. *História Moderna*. São Paulo: Contexto, 2021. p. 135-140.

te. Porém, nos últimos anos de sua vida precisou se defender das acusações de ateísmo e heresia, pois refutava o direito divino dos reis.[IV] Hobbes nunca se casou. Faleceu com 91 anos, em dezembro de 1679.[V]

Figura 1. Thomas Hobbes. Fonte: National Portrait Gallery/Londres.

Entre suas obras fundamentais destacam-se: "*De Cive*" (1642), "*De corpore*" (1655), "*De homine*" (1658) e, principalmente, "Leviatã", publicado em inglês em 1651, e em latim em 1670 em Amsterdã (a redação latina que garantiu ao autor maior repercussão). O livro "Sobre a liberdade e necessidade", de 1654, assim como "Questões concernentes à liberdade, necessidade e movimento", de 1660. Entre as últimas obras devem-se mencionar uma autobiografia "*Thomae Hobbesii vita*" (publicada no ano de sua morte) e uma história da Igreja em versos intitulada "*Historia ecclesiastica carmine elegiaco concinnata*" (publicada postumamente em 1688).[10]

[IV] "[...] as teorias sobre a legitimidade do poder absoluto dos reis começaram a surgir a partir dos séculos XIII e XIV da Idade Média [...] o direito divino dos reis que serviu de base teórica para justificar o poder absoluto dos reis." NOGUEIRA FILHO, Octaciano da Costa. *Vocabulário da Política*. Brasília: Senado Federal, Unilegis, 2010. V. 5. p. 136-137.

[V] "[...] poucos sabem que ele foi um fanático por exercícios físicos desde muito jovem. Hobbes costumava sair toda manhã para uma longa caminhada e subia colinas altas até perder o fôlego. Carregava uma bengala especial feita com um tinteiro na ponta, caso tivesse alguma boa ideia enquanto estivesse fora. Esse sujeito alto, de rosto corado, alegre, que usava bigode e tinha a barba um pouco rala, foi uma criança doente. No entanto, quando adulto, foi extremamente saudável e jogou tênis até ficar velho. Comia muito peixe, bebia muito vinho e costumava cantar – entre quatro paredes, longe de ouvidos alheios – para exercitar os pulmões. E, obviamente, como a maioria dos filósofos, tinha uma mente extremamente dinâmica. O resultado foi que ele viveu até os 91 anos, uma idade excepcional para o século XVII, quando a expectativa de vida média era de 35 anos". WARBURTON, Nigel. **Uma breve história da filosofia**. Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 57

O estado de natureza ou homo homini lupus

Thomas Hobbes não pode ser considerado um pensador liberal, embora seja profundamente individualista. Sua obra teve grande influência no debate sobre as relações entre indivíduo e Estado no período moderno. O filósofo inglês tem uma concepção da natureza humana que pode ser considerada "pessimista". O "estado de natureza" é uma abstração desenvolvida por ele, ou seja, uma hipótese, deduzida de sua teoria sobre a natureza humana, sem lastro na historicidade do ser humano antes da sociedade e do Estado.

A natureza humana é entendida de uma forma mecanicista. Em outras palavras, o ser humano é uma máquina que age sozinha. Hobbes afirma que tudo é corpóreo: sua análise tem por objeto os corpos. A partição da filosofia pode ser articulada como: corpos naturais (físicos e humanos) e corpo artificial ou Estado.[11] A filosofia política consiste no estudo do corpo artificial/social, buscando compreender suas causas e consequências.[12]

Nesse estado de natureza, o primordial e natural é o desejo de conservar a própria vida. Logo, o medo da morte é o sentimento básico da humanidade. Nesse sentido, a vida e a conservação dela é o primeiro e originário bem. Já a morte, por sua vez, um primeiro e originário mal. O medo da morte é que nos leva a buscar o poder: força, riqueza, conhecimento e a honra. E é justamente na busca incessante por poder que surgem os conflitos entre as pessoas.

O autor de Leviatã tinha uma visão diametralmente oposta a Aristóteles. De um lado, o filósofo grego defendia que o ser humano era naturalmente sociável, naturalmente cidadão (*zoon politikon*, animal político). De outro, Hobbes nega o instinto de sociabilidade, pois o ser humano é movido por interesse e necessidade. Destarte, a sociedade política é o fruto artificial de um cálculo racional.[13]

A condição na qual os seres humanos naturalmente se encontram é a de guerra de todos contra todos. Cada um tende a apropriar-se de tudo o que serve à própria sobrevivência e conservação da vida. A guerra é a condição natural da espécie humana, e, por conseguinte, o conceito de piedade, por exemplo, é contrário à nossa natureza.[14] É nesse contexto que Hobbes usa a frase de Plauto "*homo homini lupus*", "o homem é lobo para o homem".[15] O mundo da natureza é constituído de corpos em movimento. Trata-se, portanto, de um mundo gover-

nado pelas leis da natureza, desprovido de quaisquer leis humanas (do mundo do artifício), como, por exemplo, a justiça.[16]

Nas palavras do próprio filósofo inglês, no estado de natureza:

> [...] não pode haver lugar para a faculdade inventiva, pois seus resultados são incertos; consequentemente, não é possível cultivar a terra nem navegar, e não são utilizadas mercadorias importadas que cheguem por via marítima; não há construções cômodas, nem máquinas para remover grandes pesos; o conhecimento não se desenvolve sobre a face da terra; o tempo não é contado; não há artes; não há cartas nem sociedade; e, o que é pior: há um temor contínuo e a ameaça da morte violenta. A vida do homem é, então, solitária, pobre, embrutecida e curta".[17]

Segundo Fernando Magalhães:

> [...] a concepção de mundo de qualquer pensador tende a vincular-se ao modo de encarar seu próprio tempo. Em outras palavras: suas ideias podem guardar o fantasma do princípio universal, mas dependem, primordialmente, do contexto em que vive – sua experiencia cotidiana –, mesmo que não possua uma consciência clara desse fato. Esta é, provavelmente, a circunstância que envolve o cenário esboçado por Hobbes.[18]

Na concepção hobbesiana, no estado de natureza, caberia a cada indivíduo a sua própria sobrevivência. Os seres humanos são livres e iguais. O problema para Hobbes, não é uma suposta maldade inerente à condição humana. Mas, do ponto de vista relacional, há uma grande incerteza causada pela insegurança da motivação humana. Por desconhecer o pensamento alheio, o outro se antecipa.

Uma das palavras que Hobbes usa para descrever o problema do estado de natureza é o que ele chama de nossa "difidência", ou seja, a desconfiança mútua. Em outras palavras, é uma espécie de cautela em relação ao que outros indivíduos possam vir a fazer que nos leva a tomar medidas preventivas.[19] A igualdade entre os seres humanos transforma o outro em inimigo potencial.[20] Assim, como na Inglaterra imersa nas guerras civis, no estado de natureza a instabilidade é uma realidade.

O contrato social: renunciar à liberdade política em troca de segurança

Para Hobbes o ser humano supera o estado de natureza por meios instintivos e racionais, ou seja, o instinto para ter a vida salva e a razão como instrumento apto para realizar os desejos de fundo. Desse modo, nascem as "leis de natureza". Também conhecidas como as normas que permitem realizar o instinto de autoconservação. As três leis basilares são: 1) o esforço para procurar a paz; 2) a renúncia ao direito sobre tudo, isto é, àquele direito que se tem no estado de natureza; 3) a imposição dos pactos ou contratos. Daqui nasce a justiça (aquilo que está pactuado) e a injustiça (transgressão dos pactos feitos).[21]

A fundação do Estado, de um poder soberano, é o único meio para sair da condição de guerra, própria do estado de natureza. Assim, Hobbes apregoa a abdicação de nossas liberdades políticas para que o Estado nos garanta liberdades individuais básicas (nos alimentar, usufruir dos frutos de nosso trabalho, manter nossa família e ocupações). Essas liberdades individuais deverão ser invioláveis e somente estarão seguras dentro de um Estado centralizado, que nos imponha leis que, seguidas por todos, garantam nossa preservação, nossa vida. Logo, surge o mundo do artifício, ou seja, o corpo político criado a fim de regulamentar nossas relações uns com os outros.[22]

A liberdade é a ausência de impedimentos externos. Hobbes nega que o simples fato de viver na dependência da vontade de outrem desempenharia algum papel na limitação da liberdade do *liber homo* (homem livre). Desse modo, é possível viver em liberdade sem viver em um Estado livre.

Segundo Quentin Skinner:

> [...] Hobbes estabelece tão claramente quanto possível que ser um homem livre nada tem a ver com [...] o ter que viver independentemente da vontade de outrem; isso significa simplesmente não estar incapacitado por impedimentos externos a agir segundo vontade e poderes próprios. Ele é, portanto, o primeiro a responder aos teóricos republicanos oferecendo uma definição alternativa na qual a presença da liberdade é inteiramente construída como ausência de impedimento e não como ausência de dependência.[23]

A relação estabelecida entre indivíduo e Estado é o contrato social,[VI] uma ruptura necessária em relação à nossa natureza. O Estado (ou Civitas) representa uma construção genuinamente humana, um artifício. Se o ser humano, na condição de indivíduo, tem uma vida "solitária, pobre, embrutecida e curta", ele tem capacidade, todavia, de criar uma entidade maior e mais poderosa que nossas individualidades.[24]

A convenção (pacto social) é uma espécie de contrato de autorização, em virtude do qual todos os súditos se tornam autores de todas as ações executadas pelo soberano em nome deles. Excetuando-se os casos de autopreservação: [...] será não só irracional, mas mesmo autocontraditório, desobedecer ou resistir ao nosso soberano por qualquer que seja a maneira".[25]

O "pacto social" hobbesiano:

> [...] não é contraído entre os súditos e o soberano, e sim pelos súditos entre si (totalmente diferente será o pacto social do qual falará Rousseau). O soberano fica fora do pacto e se torna o único depositário das renúncias aos direitos por parte dos súditos, e, portanto, o único que conserva todos os direitos originários. Se também o soberano entrasse no pacto, não se eliminariam as guerras civis, pois nasceriam logo contrastes vários na gestão do poder. O poder do soberano (ou da assembleia) é indivisível e absoluto. Essa é a mais radical teorização do Estado absolutista, deduzida, não do "direito divino" (como havia sido deduzida no passado), mas do "pacto social acima descrito". Visto que o soberano não entra no jogo dos pactos, uma vez recebidos em suas mãos todos os direitos dos cidadãos, ele os detém irrevogavelmente. Ele está acima da justiça (porque a terceira regra vale, como as outras, para os cidadãos, não para os soberanos). Ele pode intervir também em questões

[VI] "Contratualismo [...] Doutrina que reconhece como origem ou fundamento do Estado (ou, em geral, da comunidade civil) uma convenção ou estipulação (contrato) entre seus membros. Essa doutrina é bastante antiga, e, muito provavelmente, os seus primeiros defensores foram os sofistas [...] eclipsado na Idade Média pela doutrina da origem divina do Estado e, em geral, da comunidade civil, o Contratualismo ressurge na modernidade e, com o jusnaturalismo, transforma-se em poderoso instrumento de luta pela reivindicação dos direitos humanos [...] O contrato não é só contrato de governo que rege as relações entre o governante e o seu povo, mas é também contrato social no sentido mais amplo, como acordo tácito que fundamenta toda comunidade e que leva os indivíduos a conviver, isto é, a participar dos bens, dos serviços e das leis vigentes na comunidade. Hobbes e Espinosa puseram a doutrina do contrato a serviço da defesa do poder absoluto". ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012. p. 239-240.

> de opinião, julgar, aprovar ou proibir determinadas ideias. Todos os poderes devem concentrar-se em suas mãos. A própria Igreja deve ser-lhe submissa. O Estado intervirá, portanto, também em matéria de religião. E, visto que Hobbes crê na Revelação e, portanto, na Bíblia, o Estado que ele tem com hipótese, em sua opinião, deverá ser árbitro também em questões de interpretação das Escrituras e de dogmática religiosa, truncando desse modo qualquer motivo de discórdia. O absolutismo desse Estado é verdadeiramente total.[26]

O contrato social pode ser entendido como a domesticação das paixões. Ele é forjado pelos indivíduos devido ao medo da morte violenta. Nessa perspectiva, se prioriza a segurança a despeito dos direitos políticos. O soberano não é um usurpador, pelo contrário, ele exerce um poder legítimo, pois foi escolhido para representar as pessoas. Logo, o poder do soberano é construído pela comunidade para o seu próprio bem-estar. O contrato social, grosso modo, objetiva a obtenção da paz.[27]

O "Leviatã" e a paz

Em 1651, na cidade de Londres (enquanto Hobbes estava na França), é publicada a obra "Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil". Hobbes foi acusado de ter escrito o livro para supostamente obter a simpatia de Cromwell, legitimando sua ditadura, cuja finalidade seria influenciar o retorno do filósofo à Inglaterra. Porém, a acusação é em grande parte infundada, assim como a imputação de ateísmo (devido principalmente a sua posição corporista).[28]

Assim, é descrito o frontispício:

> Vê-se – aparecendo a meio corpo por detrás das colinas, dominando uma paisagem de campos, bosques e castelos que precedem imponente cidade – um gigante coroado. É moreno, de vastos cabelos e bigode, com um olhar fixo, penetrante, com um sorriso imperceptivelmente sarcástico [...] A parte visível de seu corpo, busto e braços, é feita de milhares de pequeninos indivíduos aglomerados. Com a mão direita empunha, erguendo-a acima do campo e da

cidade, uma espada; com a esquerda uma cruz episcopal. Abaixo, enquadrando o título da obra, defrontam-se duas séries de emblemas e contraste, uns de ordem temporal ou militar, os outros de ordem espiritual ou eclesiástica: um forte, uma catedral; uma coroa, uma mitra; um canhão, os raios de excomunhão; uma batalha com cavalos empinados, um concílio com as vestes talares.[29]

O frontispício comunica que a pessoa artificial do soberano exerce o poder da população em seu conjunto. O soberano é mostrado devendo sua posição ao suporte de seus súditos. Estes que sustentam o poder do soberano sob o qual eles convencionaram viver. De acordo com Skinner: "O frontispício do Leviatã procura justamente ilustrar com exatidão essa teoria sobre a relação entre os súditos individuais, a pessoa artificial do soberano e a *persona ficta* da República ou do Estado".[30]

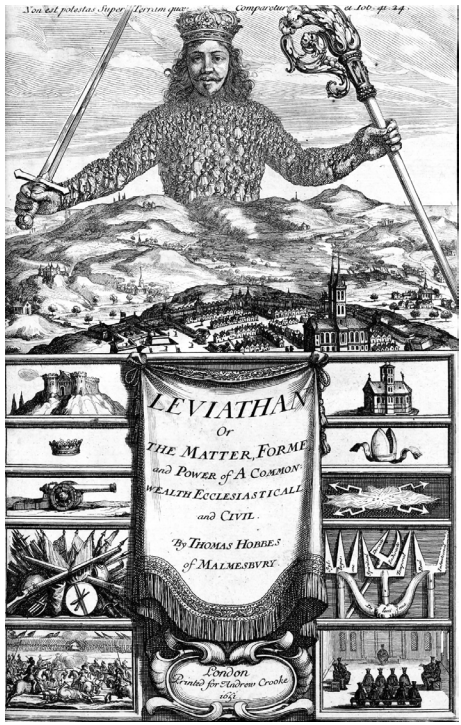


Figura 2. O frontispício da obra Leviatã.

O Leviatã é um monstro marinho gigante descrito na Bíblia. Para Hobbes, ele era uma alusão ao grande poder do Estado. Este poder – de um indivíduo (como, por exemplo, o monarca)[VII] ou assembleia – deveria ser indivisível e "ilimitado". A finalidade do Estado é a paz. Desta forma, para ela

[VII] "Hobbes insiste que o mais importante é haver um soberano, importando menos quem ou o que deveria ter esse papel. Por preferência pessoal, achava que a política era melhor quando as decisões cabiam a um único ser humano: isto é, um rei ou uma rainha. Vale a pena lembrar que o soberano sob o qual Hobbes nasceu e viveu seus primeiros anos era uma rainha, Elizabeth I, em muitos aspectos a melhor dentre aqueles que ele conheceu. Mas em 1651 não havia um monarca. Dois anos antes, o rei tinha sido decapitado. Portanto, era importante para Hobbes afirmar que quem era o soberano não importava. Isso o colocou em apuros depois, quando Carlos II, filho do monarca executado, voltou ao trono. Em 1651, no entanto, a lógica do argumento de Hobbes no Leviatã exigia que ele admitisse ceder o papel a uma Parlamento". RUNCIMAN, *Op. Cit.*, 2023. p. 30-31.

ser alcançada, é preciso alguma forma de poder coercitivo para que o pacto/contrato seja efetivamente cumprido e respeitado. Nas palavras de Hobbes: "Sem a espada, os pactos não passam de palavras sem força, que não dão a mínima segurança a ninguém".[31]

É essa concepção do Estado hobbesiano. De um lado, uma força aterrorizadora. De outro, uma força protetora. O soberano tem os mesmos direitos que os indivíduos no estado de natureza, isto é, na sociedade civil o soberano tem o direito de impor aos súditos o que ele considera necessário ou conveniente para a preservação dos próprios súditos. O Estado (Leviatã) é o "deus mortal" personificado pelo soberano ou assembleia (que representam os súditos), o qual as pessoas devem sua existência.

O poder do soberano está relacionado à segurança e ao bem-estar dos súditos. Mas, se ele falhar em seu dever, rompe-se o contrato social. De acordo com Hobbes: "A obrigação dos súditos perante o soberano permanece apenas enquanto dura o poder por meio do qual este os protege".[32] A perda da segurança é, simultaneamente a perdição do governante. O fim do bem-estar coincide com a insatisfação popular e sua manifestação por meio da resistência.[33]

Thomas Hobbes na sala de aula

Geralmente Thomas Hobbes surge de forma superficial no currículo escolar da educação básica. O pensamento político hobbesiano é tangenciado nos conteúdos acerca da política europeia moderna, principalmente quando estudado o absolutismo monárquico.[VIII] O que resulta disso, entre outras coisas, é uma simplificação das ideias do autor e a consolidação do senso comum.

[VIII] "Poder sem limites? Na verdade, não era bem assim [...] sobreviviam formas antigas de privilégio e imunidades que sempre funcionaram como obstáculos ao absolutismo. Essas imunidades atingiam desde indivíduos até grupos sociais e corporações, que se tornavam praticamente invisíveis à fiscalização insuficiente, que sequer podia dar conta de vigiar o corpo de funcionários da corte, igualmente divididos entre os recém-chegados e aqueles estabelecidos há mais tempo. Além disso, faltavam recursos para completar os quadros de burocratas ou assegurar que fossem contratados apenas servidores competentes e leais à Coroa, o que a prática da venda de cargos dificultava ainda mais. Por conta de tudo isso, por mais que pareça contraditório, o absolutismo nunca foi de todo absoluto. MICELI, Paulo. *História Moderna*. São Paulo, 2021. p. 103.

O que nos propomos a fazer neste momento, portanto, é trazer algumas reflexões que possam colaborar para a compreensão dos conceitos básicos da teoria política hobbesiana. Um aspecto relevante para entender Hobbes é diferenciar a sua defesa do absolutismo – já trabalhada no presente texto – da justificativa elaborada pelos autores Jean Bodin (1530-1596) e Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), ou seja, baluartes do direito divino dos reis.

Para os teóricos do direito divino, o rei era predestinado por Deus para governar. Assim, seu poder, sendo de origem divina, só podia ser absoluto. O rei estava acima de todos os súditos e não precisava justificar a ninguém suas ações, pois somente Deus poderia julgá-las. Desse modo: "A monarquia é sagrada. Os príncipes agem como ministros de Deus e seus representantes na terra. Atentar contra eles é um sacrilégio: sua pessoa é sagrada porque o é seu cargo".[34]

A distinção entre a justificativa de Hobbes e dos teóricos do direito divino sobre o poder do soberano é elementar. Outro aspecto relevante para compreender a teoria política hobbesiana é a questão do contexto histórico em que o autor estava inserido. Hobbes utilizou-se de fortes argumentos a favor do absolutismo baseado em seus juízos sobre a natureza humana. Está aí uma chave interessante para compreender Hobbes, sobretudo, em perspectiva de comparação com outro autor, como, por exemplo, o conceito de estado de natureza formulado pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau (1712-1778).

Para o primeiro, o estado de natureza seria de guerra de todos contra todos. Para o segundo, por sua vez, o ser humano é naturalmente bom. Ademais, a objetivação dessa natureza humana, seria o horizonte para o qual a humanidade deve teleologicamente caminhar para atingir a felicidade.[35] Enquanto Hobbes tomava a guerra civil inglesa como referência, Rousseau viveu em um ambiente mais tranquilo – na cidade de Genebra, na Suíça – apesar de ter renunciado à sua cidadania por perseguições políticas.[IX] Nesse sentido, "é digno de nota como a diferença de contexto moldou suas teorias políticas".[36]

[IX] "Em 1762 Rousseau publica seus dois principais livros: Do Contrato Social e Emílio ou da educação [...] Em junho do mesmo ano, as duas obras foram condenadas pelo parlamento de Paris e seriam queimadas em praça pública. Além disso, Rousseau foi condenado a ser preso, porém prefere o exílio e foge para a Suíça [...] Em Genebra, cidade natal de Rousseau, também é decretada a sua prisão caso ele aparecesse [...]". Idem. p. 23-24.

Também se torna pedagogicamente interessante analisar os conceitos diametralmente opostos de autores contratualistas: Hobbes, Rousseau e John Locke (1632-1704). Todos são modernos, porém necessitam de contextualização em virtude das especificidades de suas vivências e respectivas orientações políticas. Os pensadores clássicos nos auxiliam a entender a base dos discursos políticos.

Doravante, será trabalhado alguns antagonismos conceituais entre Hobbes e Locke, pois em alguma medida Rousseau já foi referenciado, mesmo que superficialmente. Ao contrário do autor do Leviatã, Locke defendia que os poderes e funções do governo deveriam ser limitados. O filósofo inglês foi um dos precursores dos princípios liberais do governo, defendendo que entre as principais razões da existência do Estado estavam a preservação dos "direitos naturais" dos cidadãos à liberdade, à vida e à propriedade. Logo, as pessoas estariam dispostas a pactuar socialmente e se submeter ao governo para que este pudesse legislar, isto é, regular conflitos.

Diferentemente de Hobbes, Locke não igualou o estado de natureza à guerra. Enquanto Hobbes via os seres humanos preocupados com a autopreservação, Locke interpretou que os indivíduos poderiam agir de acordo com a razão e com tolerância no estado de natureza. Todavia, devido a complexidade das sociedades e da necessidade de arbitrar disputas, havia a necessidade de um contrato social.[37]

Locke posicionava-se contrário a figura de um soberano com o poder centralizado – conforme apregoado por Hobbes –, já que o monarca poderoso limitaria a liberdade de maneira desnecessária. O contrato social estabeleceria um governo, cuja função primária seria fazer boas leis para proteger o povo, assim como preservar os direitos naturais.

Ressalta-se que, o trabalho necessita de uma limitação de páginas. Nesse sentido, sempre existe o risco de simplificações. Além disso, toda leitura é um recorte, uma interpretação. Outras questões apresentadas na obra Leviatã poderiam ser problematizadas na sala de aula em contraste com outros autores (como, por exemplo, a igualdade e a liberdade). De qualquer forma, algumas reflexões tornam-se ponto de partida para o aprofundamento do pensamento político clássico no ambiente escolar.

Considerações Finais

Nos limites deste texto, procuramos analisar a importância do domínio dos conceitos no processo de ensino e aprendizagem em história. Para tanto, depreende-se acerca da necessidade da formação continuada docente, pois os conteúdos históricos – como, por exemplo, o absolutismo monárquico – podem ser trabalhados por meio de uma abordagem interdisciplinar, ou seja, implicando na necessidade do domínio conceitual em filosofia política.

O ensino de história deve estar comprometido com o mundo em que vivemos, que é nosso ponto de partida. Por isso, uma prática docente crítica e emancipatória, corrobora para a formação de um cidadão político. Nesse sentido, abordar os clássicos do pensamento político moderno em sala de aula auxilia na consolidação do compromisso da escola com o Estado Democrático de Direito. Evidentemente, não se trata de proselitismo político, mas da prerrogativa constitucional da educação, isto é, a defesa dos princípios básicos de uma sociedade democrática e a construção de uma ordem social mais equitativa.

É condição *sine qua non* apresentar os conceitos de forma simples, porém sem perder o rigor analítico. Os clássicos na sala de aula podem auxiliar na formação política discente. A abordagem dos conceitos proporciona aos estudantes um entendimento referente a diferença entre palavra e conceito, a historicidade e a polissemia dos conceitos. Portanto, analisar autores e seus respectivos conceitos, em perspectiva comparada, é elementar do ponto de vista pedagógico.

Diante do exposto, como ponto de sistematização das ideias, torna-se necessário elencar alguns pontos fundamentais. Thomas Hobbes teve influência marcante no desenvolvimento do debate sobre as relações entre indivíduo e Estado em todo o período moderno. Sua obra, o Leviatã (1651), é um clássico da teoria política moderna. Hobbes é um contratualista – a sociedade civil organizada resulta de um pacto entre indivíduos – que defende o poder absoluto. O Estado (ou Civitas) deve assegurar a paz civil, pois no estado de natureza prevalece o estado de "guerra de todos contra todos".

O pensamento hobbesiano distingue-se da teoria do direito divino dos reis. Os conceitos de estado de natureza, contrato social e Estado são polissêmicos e permeados de historicidade. Portanto, deve-se estudá-los em uma perspectiva

comparada – analisando semelhanças e diferenças – com àqueles formulados por outros autores. Além disso, é prudente um olhar atento sobre a influência do contexto histórico no texto do autor. Por fim, todos os grandes clássicos promovem às gerações seguintes reflexões e novas ideias. Dito de outra forma, Hobbes precisa estar na sala de aula.

Notas finais

[1] BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história:* fundamentos e métodos. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011. p. 183.

[2] Idem. p. 186-189.

[3] Idem, p. 190-192.

[4] BÔAS, Luciana Villas. Reinhart Koselleck (1923-2006). In: PARADA, Maurício (Org.). *Os historiadores*: clássicos da história. Rio de Janeiro: Vozes/PUC-Rio, 2014. V. 3. p. 101-108.

[5] BARROS, José D'Assunção. *Os conceitos*: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2016. p. 26-27.

[6] Idem. p. 41.

[7] MAGALHÃES, Fernando. **10** *lições sobre Hobbes.* Petrópolis/RJ: Vozes, 2014. p. 29-30.

[8] ANTISERI, Dario; REALE, Giovanni. *Filosofia Idade Moderna*. São Paulo: Paulus, 2017. V. 2. p. 389.

[9] Idem. p. 389.

[10] ANTISERI; REALE, *Op. Cit*., 2017, p. 390.

[11] Idem. p. 393.

[12] MARCONDES, Danilo. *Iniciação à filosofia***:** dos pré-socráticos a Wittgenstein. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

[13] CHEVALLIER, Jean-Jacques. *As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias*. 5. ed. Rio de Janeiro: Agir, 1986.

[14] CARVALHO, *Op. Cit*., 2020, p. 113.

[15] ANTISERI; REALE, *Op. Cit*., 2017, p. 399.

[16] SKINNER, Quentin. *Hobbes e a liberdade republicana*. São Paulo: Editora Unesp, 2010. p. 125.

[17] HOBBES, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado Eclesiástico e Civil.* São Paulo: Martin Claret, 2014. p. 108.

[18] MAGALHÃES, *Op. Cit*., 2014, p. 42.

[19] RUNCIMAN, *Op. Cit*., 2023, p. 33-34.

[20] MAGALHÃES, *Op. Cit*., 2014, p. 48.

[21] ANTISERI; REALE, *Op. Cit*., 2017, p. 400-401.

[22] SKINNER, *Op. Cit*., 2010, p. 125.

[23] Idem, p. 149.

[24] CARVALHO, *Op. Cit*., 2020, p. 114.

[25] SKINNER, *Op. Cit*., 2010, p. 155.

[26] ANTISERI; REALE, *Op. Cit*., 2017, p. 401-402.

[27] MAGALHÃES, *Op. Cit*., 2014, p. 59-65.

[28] ANTISERI; REALE, *Op. Cit*., 2017, p. 403.

[29] CHEVALLIER, *Op. Cit*., 1986, p. 65.

[30] SKINNER, *Op. Cit*., 2010, p. 176.

[31] HOBBES, *Op. Cit*., 2014, p. 138.

[32] Idem, p. 179.

[33] MAGALHÃES, *Op. Cit*., 2014, p. 82.

[34] CHEVALLIER, *Op. Cit*., 1986, p. 91.

[35] LIMA, Rômulo de Araujo. **10 lições sobre Rousseau**. 3. ed. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 2014. p. 43.

[36] KELLY, Paul, et al. **O livro da política**. 2. ed. São Paulo: Globo Livros, 2017.

[37] CHEVALLIER, *Op. Cit*., 1986, p. 112.

XIII

Os desafios do ensino de história na contemporaneidade:

racionalidade neoliberal, o avanço conservador e seus efeitos na docência de história

Lucas Cabral Ribeiro

Início essa reflexão apresentando um exemplo recente que mobiliza o porquê da construção e da necessidade de debatermos o ensino de história na contemporaneidade e como ele é atravessado pelo conservadorismo contemporâneo e os efeitos dessas ideias na prática dos docentes de História. Recentemente um professor do Estado de São Paulo e uma escola municipal pediu demissão após não suportar a pressão das críticas públicas de um vereador e da instituição em que trabalha, por causa de uma aula sobre tempo, onde ele usou a mitologia africana e grega para ilustrar e desenvolver sua aula. Ou seja, em termos de metodologias o professor fez uma grande escolha e provavelmente tenha desenvolvido uma aula muito interessante, entretanto os pensadores conservadores acerca das temáticas que circundam a cultura africana, fizeram com que sua atuação fosse desmerecida e atacada.

Com isso, é importante destacar que esse fato ilustra bem os desafios que são estar em uma sala de aula nos tempos atuais e a pressão que existe em torno do profissional docente do componente de História. Aqui falamos de uma exposição de um profissional que usa uma estratégia de vincular conteúdos relevantes ao ensino de História (que não eram polêmicos ou sensíveis em sua essência) mas que mesmo assim o fizeram passar por uma pressão de parte da comunidade

civil, isso expõe uma ferida aberta e o quanto é necessário, que nós, profissionais da educação e do ensino de História tenhamos que nos posicionar de forma cada vez mais clara em vias de buscar ocupar os espaços nesse importante debate.

Desta forma, depois dessa exemplificação lembro que o ensino de História, em sua essência, transcende a mera transmissão de fatos e datas, configurando-se como um pilar fundamental para a formação de uma consciência histórica e para o desenvolvimento de uma cidadania crítica. A disciplina desenvolve nos indivíduos a capacidade de analisar o passado, a compreender as complexas relações sociais e os processos que moldam a realidade presente, e a agir na construção de um futuro mais justo e democrático (Silva, 2025)[1]. Em um cenário caracterizado por rápidas transformações, disputas discursivas e a proliferação de desinformação, a História assume um papel relevante na desnaturalização de conceitos e na promoção de uma visão complexa e multifacetada da sociedade. (Leite; Borges; Szlachta Junior, 2022)[2].

Nesse contexto, vale ressaltar que a contemporaneidade vem sendo marcada pela ascensão e consolidação de políticas neoliberais e pela expansão de ideologias neoconservadoras. Essas forças não operam isoladamente; elas se entrelaçam em uma simbiose complexa que reconfigura profundamente o campo educacional. (Oliveira; Elias; Schuler, 2024)[3]. Essa aliança exerce uma pressão significativa sobre o currículo, as práticas pedagógicas e a própria concepção do papel da escola, gerando desafios específicos para o ensino de História, em particular para a abordagem da história política (Peroni; Lima, 2020).[4]

Em consequência disso, o ensino de História emerge como um campo de batalha. O componente não é apenas um espaço para a transmissão de conhecimento, mas uma arena central para disputas profundas. A própria definição de verdade e de fatos históricos é contestada, transpondo os debates acadêmicos para a esfera pública e política. Essa dinâmica revela uma luta pelo controle da memória coletiva e da identidade, onde a história é instrumentalizada para servir a agendas políticas específicas, em detrimento do fomento ao pensamento crítico e à compreensão complexa do passado.

A interconexão entre as forças econômicas e ideológicas na educação é um fenômeno marcante. Observa-se uma aliança ou simbiose consistente entre o neoliberalismo, com sua racionalidade econômica que prioriza a mercantiliza-

ção e a eficiência, e o neoconservadorismo, que defende a retidão moral, os valores tradicionais e combate as narrativas sobre gênero, a questões do racismo e meio ambiente (Oliveira; Elias; Schuler, 2024)[5]. Este alinhamento não é casual, ele representa uma estratégia. O neoliberalismo, ao promover o desmantelamento de serviços públicos e a individualização da responsabilidade, cria um vácuo ou uma demanda por controle moral e valores tradicionais, que o neoconservadorismo prontamente preenche. Por sua vez, os ataques neoconservadores à doutrinação ideológica, direcionados a estudos sociais críticos e estudos de gênero e para educação étnico racial, abrem caminho para um currículo mais aparentemente neutro, ou seja, alinhado aos imperativos e objetivos neoliberais. A tendência subjacente é um esforço sistêmico e coordenado para remodelar a sociedade, transformando a educação em um mecanismo de adaptação e de conformidade moral, em vez de um instrumento de emancipação social e uma busca coletiva por inovações de impacto social relevante para além das racionalidades do mercado atual.

Portanto, pode-se dizer que os desafios mais prementes no ensino de história hoje derivam da complexa e multifacetada interação entre três forças hegemônicas: a racionalidade neoliberal, que instrumentaliza a educação para fins de mercado; a governamentalidade neoliberal, que opera no controle sutil das condutas e na produção de subjetividades; e o avanço conservador, que busca reescrever o passado e suprimir narrativas plurais. Essas forças não agem isoladamente, mas se retroalimentam, criando um ambiente de pressão sem precedentes sobre a autonomia e a criticidade do ensino de história. A compreensão dessa intersecção é fundamental para delinear caminhos de resistência e reafirmação do papel da história.

Desafios intrínsecos ao ensino de história na atualidade

O ensino de História na contemporaneidade enfrenta uma série de dilemas e desafios que questionam sua relevância e eficácia. O componente e o papel do professor são constantemente postos em xeque, especialmente por movimentos como o Escola sem Partido, que criticam a prática docente e propõem que o pro-

fessor se limite a instruir, transmitindo um conhecimento supostamente neutro sem discutir a realidade do aluno ou mobilizar valores (Silva, 2025)[6] Professores de história são frequentemente acusados de doutrinação ideológica, com ênfase após eventos políticos como as eleições de 2018 e o golpe de 2016 no Brasil, sendo rotulados como direcionadores de seus alunos para um viés esquerdista/marxista (Silva, 2025)[7].

A partir desse cenário contemporâneo, é relevante compreender que a transição de uma História memorialística para a promoção da consciência histórica e criticidade representa um desafio pedagógico significativo. A antiga concepção da História como matéria decorativa, baseada na memorização de fatos, está em desuso (Silva, 2025)[8]. O objetivo atual está em promover a criticidade nos alunos e a consciência histórica, incentivando a reflexão sobre o papel dos sujeitos históricos nos processos temporais (Silva, 2025)[9]. Programas escolares em quase todo o mundo exigem que o ensino de história desenvolva autonomia intelectual e pensamento crítico, abandonando a missão de incutir uma narrativa única e glorificadora de nações ou comunidades (Laville, 1999)[10].

Em contraposição a essa proposta de um ensino de história crítico, soma-se o desafio do desprestígio docente e a concorrência com as mídias digitais, esses fatores adicionam outra camada de complexidade. Há um diálogo constante com discursos que tentam desvalorizar o papel do professor e ressignificar a História como componente escolar em um mundo que disputa espaço com outras mídias vinculadoras de conhecimento, como as redes sociais digitais, que oferecem informações de forma rápida e acessível, por vezes sem o rigor ou a curadoria acadêmica necessária (Silva, 2025)[11]. Outro elemento que contribuiu é constante politização do ambiente escolar, especialmente no Brasil, gerou discussões acirradas e denúncias de suposta doutrinação ideológica (Silva, 2025)[12]. Essa politização é frequentemente associada a temas considerados polêmicos que, na visão de alguns, deveriam ser evitados, como debates sobre LGBTfobia, violências sexuais, discriminações de gênero ou racismo, relegando-os à esfera privada da família (Barlach; Castanhedi, 2024)[13].

Nessa esteira a desvalorização das Ciências Humanas em face de um ensino tecnicista também é uma preocupação crescente. A busca por uma suposta neutralidade do professor alinha-se à ideia de crescimento econômico e a um ensino

mais tecnicista, informal, tradicional e repetitivo. (Silva, 2025)[14] Isso culmina em uma desvalorização das ciências humanas, com educadores apoiadores do crescimento econômico chegando a pedir a retirada das humanidades e das artes do ensino fundamental, ou até a redução expressiva da carga horária na reforma do novo ensino médio.

Com isso, o ensino de História é ainda afetado por guerras de narrativas e fetiches no debate historiográfico. Exemplos incluem a luta para contrapor programas oficiais com conteúdo marxista durante a ditadura, buscando substituir uma narrativa por outra. (Laville, 1999)[15] O debate sobre o ensino de História no Brasil foi marcado por fetiches como os novos objetos (exploração de temas sem problematização aprofundada e a valorização da novidade pela novidade), a cultura escolar isolada (ignorando diálogos com outras culturas), a Academia como único lugar do saber (desqualificando professores do ensino básico) e a crença na lei ou no Estado como salvadores (ignorando as vontades dos atores sociais envolvidos). Apesar de conquistas significativas, como o crescimento da pesquisa, a valorização da cultura escolar, a realização de eventos nacionais, a ampliação da produção acadêmica, a extinção de disciplinas da ditadura, a avaliação de livros didáticos, a implementação de programas de formação docente, a separação de História e Geografia, o reforço do caráter formativo da História, a organização curricular por eixos temáticos, a inclusão da História do Brasil desde os anos iniciais, a promulgação de leis sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a inclusão do Dia da Consciência Negra e a melhoria da qualidade dos livros didáticos, também houve perdas, como o recuo de lutas coletivas e dificuldades na implementação de certos conteúdos, importantes e relevantes ao nosso tempo.(Silvia;Fonseca, 2010)[16].

Todos esses elementos citados até então, vão se somando a crise de legitimidade do professor de História e do próprio componente. O questionamento do componente e do papel do professor, juntamente com o desprestígio docente, não se limita a ataques externos, mas reflete uma crise mais profunda de confiança. A ascensão de movimentos como o Escola sem Partido e as acusações de doutrinação corroem a credibilidade pública dos professores. Simultaneamente, a proliferação de informações via mídias digitais desafia o papel tradicional do professor como único detentor do conhecimento. Essa situação cria um ciclo

complexo: à medida que os professores são deslegitimados, sua capacidade de fomentar o pensamento crítico, um objetivo explícito do ensino de história, é prejudicada, alimentando ainda mais a percepção de que a história é tendenciosa ou irrelevante em comparação com o conteúdo online facilmente acessível. A implicação final é o enfraquecimento da autoridade institucional da escola e da profissão docente, dificultando a oferta de uma educação histórica robusta e crítica.

Com isso, se pode perceber que existe na contemporaneidade, não só para a História, mas olhando para a escola como um todo, a ideia de que esse espaço vem sendo atravessado por uma dissonância de status (Carvalho, 2020)[17]. Essa dissonância diz respeito à distância entre a composição simbólica ou real de um valor, tal como deve ser reconhecido, e o reconhecimento social a ele destinado. Ou seja, é inegável o valor que a escola e o ensino de História possuem na composição da esfera do mundo social e no imaginário da população, mas, no entanto, na realidade, as condições materiais, políticas e institucionais imprescindíveis para que ela possa desempenhar seu papel são sequestradas, ou seja, um jogo ambivalente e perverso.

Sendo assim, existe uma tensão inerente entre a necessidade de criticidade e a pressão pela neutralidade. O desafio de promover a criticidade e a consciência histórica nos alunos é confrontado pela pressão por uma suposta neutralidade e pelas acusações de politização. Embora os programas oficiais de ensino visem o pensamento crítico, os debates públicos frequentemente retornam a apelos por uma narrativa única e não controversa. Isso revela uma contradição fundamental: uma educação histórica verdadeiramente crítica deve engajar-se com questões políticas e sociais complexas, muitas vezes controversas, pois a história é inerentemente política. A demanda por neutralidade não é genuinamente sobre imparcialidade, mas sim um movimento estratégico para suprimir narrativas dissidentes ou inconvenientes, particularmente aquelas que expõem estruturas de poder, desigualdades ou injustiças históricas. Essa pressão efetivamente despolitiza a história, reduzindo-a a uma coleção de fatos neutros e minando seu potencial de emancipação e transformação social.

Todos esses desafios expostos até aqui estão coligados a racionalidade neoliberal, que transcende a esfera meramente econômica, configurando-se como uma racionalidade que generaliza a concorrência como norma de conduta e a empresa como modo de vida (Dardot; Lavall, 2016)[18]. Esta é a razão do capitalismo contemporâneo, que determina um novo modo de governo dos indivíduos segundo o princípio universal da concorrência, estendendo-se do Estado à subjetividade mais íntima. (Oliveira; Elias; Schuler, 2024)[19] Sob essa ótica, emerge a ideia do homem-empresa ou sujeito empresarial, um indivíduo intrinsecamente competitivo, moldado por sanções, estímulos e comprometimentos que produzem funcionamentos psíquicos de um novo tipo, um devir-outro do sujeito (Betlinski; Kaloczi, 2023)[20]. Embora esse homem neoliberal acredite gozar de plena liberdade e autonomia, essa é uma falsa sensação, pois ele permanece uma peça no motor da economia política atual, ao obedecer a um desejo interno de produção, competição e superação. A concorrência é naturalizada como a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso pela eliminação dos mais fracos, em uma lógica similar à teoria darwinista de seleção natural, onde quem não se adapta é deixado à própria sorte. (Betlinski; Kaloczi, 2023)[21]

Essa racionalidade impulsiona a mercantilização da educação, resultando na concepção da mercoescola. A educação é diretamente subordinada à razão econômica, onde as instituições de ensino só têm sentido com base no serviço que devem prestar às empresas e à economia. Há um deslocamento do sentido público da educação, que deixa de ser um investimento em prol do bem comum social para se tornar "capital técnico" e uma mercadoria a ser negociada. O termo mercoescola é cunhado para designar os arranjos neoliberais na educação, onde a escola se organiza dentro da lógica empresarial voltada às necessidades do mercado, tratando a educação como uma mercadoria a ser comprada, vendida ou consumida. Essa dinâmica é evidenciada pela crescente presença de instituições privadas (ONGs, instituições financeiras, empresas de tecnologia) que perpassam instituições públicas por meio de políticas públicas, relegando à iniciativa privada a formação de professores. (Oliveira; Elias; Schuler, 2024)[22]

A racionalidade neoliberal, frequentemente aliada a uma perspectiva neoconservadora, contribui para o desmonte e a precarização da escola pública. A instituição escolar é alvo de ataques, sendo vista como obsoleta, rígida, conservadora, tradicional, inadequada e maltratada, com discursos antiescolares e não favoráveis à escola pública. Questiona-se as razões para esse desmonte e precarização, e como a racionalidade neoliberal contribui para isso. (Oliveira; Elias; Schuler, 2024)[23] A descentralização da escola pública, defendida pela visão neoliberal, é justificada pela suposta incapacidade do Estado de gerenciar a educação. No entanto, essa descentralização é parcial, focando em práticas de gestão, controle de verbas e execuções pedagógicas, enquanto áreas estratégicas de planejamento e poder decisório permanecem centralizadas. O objetivo implícito é transferir a responsabilidade da educação para a comunidade, que muitas vezes não está preparada, e culpá-la pelo fracasso escolar (Roman, 1999)[24].

Os impactos nas práticas pedagógicas são profundos, com a centralidade das avaliações em larga escala. As políticas neoliberais interferem em todos os níveis e modalidades da educação, desde a formação de professores, organização curricular, produção de material didático e avaliação (Oliveira; Elias; Schuler, 2024)[25]. A educação é pautada por avaliações em larga escala, com uma lógica utilitarista e pragmática, onde a avaliação orienta o currículo, a formação de professores e a produção de material didático, articulada com a estatística para produzir índices e resultados quantificáveis que fortalecem a governamentalidade neoliberal. (Oliveira; Elias; Schuler,2024)[26] A gestão do processo de ensino-aprendizagem é deslocada para um modelo de mercado que visa o desenvolvimento de habilidades práticas para gerar lucros, resultando na produção de professores e alunos em série, padronizados como em linhas de montagem de uma fábrica. (Betlinski; Kaloczi,2023).[27] A pedagogia fast food (Gentili, 1996)[28], caracterizada por treinamentos rápidos e centralizados com aplicabilidade imediata, e a sobrecarga docente com tarefas burocráticas, relatórios e registros, são reflexos dessa lógica, resultando em menos tempo para preparação e estudo, e fortalecendo um ensino que se volta ao fazer a prática e não a reflexão e a crítica.

Nessa lógica é importante lembrar que a pedagogia das competências e a priorização do conhecimento útil para o mercado são pilares dessa reconfigu-

ração. A pedagogia das competências, exemplificada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foca em integrar os estudantes ao universo de atuação da sociedade, vendo o desenvolvimento de competências como suficiente para a inserção no mercado e a superação das desigualdades sociais, o que individualiza a culpa por problemas estruturais do capitalismo. Qualquer saber sem aplicação imediata é considerado inútil e descartável, supervalorizando a utilidade concreta do conhecimento (Apple.et al,2022)[29]. O currículo sugerido pelos PCN e BNCC foca no aprender a aprender em detrimento da assimilação de conteúdos em si, visando acompanhar o ritmo do progresso tecnológico. (Roman,1999)[30]. Fortalecendo esses sentidos a partir das reformas educacionais brasileiras, como a do Ensino Médio.

Essas ações descritas acima estão ocorrendo sobre uma visão relacionada as ideias de uma governamentalidade neoliberal, que busca moldar não apenas o conteúdo do ensino de História ou a escola, mas também a subjetividade dos atores envolvidos (professor e aluno). O professor pode ser pressionado a se tornar um gestor de competências, medindo sua performance e a de seus alunos por métricas de mercado e o aluno por sua vez é incentivado a ser um empresário de si, gerenciando seu capital humano através do tempo.

A individualização da responsabilidade e a coacherização das relações educacionais são produtos diretos dessa governamentalidade neoliberal. A governamentalidade desloca a responsabilidade do Estado para o sujeito, incluindo questões econômicas, gerando a ideologia de que o sucesso ou fracasso é relativo apenas ao esforço individual, às escolhas de percursos e ao gerenciamento dos riscos. Isso leva a uma vida mais solitária, orientada unicamente pela competição e trabalho, resultando em doenças como estresse e autocobrança. (Betlinski; Kaloczi, 2023)[31]

Outro ponto é a distorção do discurso do empreendedorismo, que impregna o projeto escolar e a BNCC, institucionalizando um modelo curricular centralizado em poucas disciplinas e negligenciando a realidade escolar brasileira, as condições sociais dos alunos, a disposição geográfica das escolas e a formação dos professores. (Oliveira, p. 32025)[32]18. A coacherização das relações sociais e das mentes, presente em empresas e escolas, reproduz a ideia de que a realização pessoal depende do sujeito empresarial que busca seus objetivos com todas as

forças, criando um panóptico moral que vigia e silencia qualquer ação fora dos limites da racionalidade neoliberal, controlando os anseios pessoais e subjetivos dos indivíduos. (Oliveira, 2025)[33]

Desta forma, a governamentalidade neoliberal atua como um mecanismo de controle subjetivo. O neoliberalismo, mais do que um funcionamento econômico, produz novos modos de existência no presente, onde os indivíduos são compelidos a se tornarem sujeitos empresariais, integralmente responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso. Isso é alcançado por meio de mecanismos sutis, como a coacherização das relações sociais e a imposição de métricas de desempenho que criando esse panóptico moral. Esse sistema vigia e silencia qualquer ação que se desvie dos limites da racionalidade neoliberal, controlando os anseios pessoais e subjetivos dos indivíduos e garantindo sua conformidade à lógica de mercado. O resultado é uma incessante corrida pelo capital, que culmina em extrema pressão e cobrança constante, levando ao esgotamento e a um colapso programado e generalizado da saúde mental e física dos sujeitos, que somados a todas as outras pressões descritas até então, vão tornando os ensinar história cada vez mais complexo no cenário contemporâneo.

O ensino de história política em face do pensamento conservador e neoconservador

O pensamento conservador e ultraconservador no Brasil é permeado por discursos que se centram em dois eixos principais: a nostalgia do passado e um libertarianismo conservador. (Barlach; Castanhedi, 2024)[34] A nostalgia do passado manifesta-se na crença de que as famílias eram mais unidas e as escolas mais rígidas, com maior respeito às hierarquias preestabelecidas (pais, professores, mais velhos). A ausência dessas hierarquias é associada a uma sociedade mais violenta e a jovens "soltos". (Barlach;Castanhedi, 2024).[35] O libertarianismo conservador, por sua vez, enfatiza o indivíduo como o principal fator explicativo para questões sociais, defendendo a liberdade de excluir os outros, de ter opiniões preconceituosas e de empreender sem depender de autorizações governamentais. A valorização do mérito e esforço individual serve para justificar desi-

gualdade, pobreza e violência, e há uma oposição a políticas públicas focalizadas, vistas como "privilégios" (Barlach; Castanhedi, 2024).[36]

A ascensão do neoconservadorismo no Brasil, frequentemente articulado com a Nova Direita, impacta diretamente a educação. Pautas como o combate à doutrinação ideológica e à ideologia de gênero são centrais. (Peroni; Lima, 2020)[37]. O Movimento Escola sem Partido é um exemplo proeminente dessa agenda, que visa combater a suposta doutrinação realizada por professores, argumentando que a educação estatal tem sido usada para moldar o pensamento de crianças e jovens sob uma perspectiva de esquerda, marxista ou gramsciana (Peroni; Lima, 2020)[38]. O combate à "ideologia de gênero" transfere a discussão para um terreno "moral", enquadrando-a como uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças, o que resultou no banimento da temática de gênero de planos educacionais. (Peroni; Lima, 2020)[39]. Essa visão defende a separação entre espaço público e privado na educação, demandando que a formação moral e ética das crianças seja de responsabilidade exclusiva da família, enquanto o Estado e as escolas deveriam apenas ensinar conteúdo (Lima; Hypolito, 2019)[40].

O Movimento Escola sem Partido e suas implicações para a autonomia docente são notáveis. Embora inicialmente focado em encontrar professores comunistas/esquerdistas, na prática, o ESP se tornou muito mais sobre o controle dos corpos em relação ao gênero, à sexualidade, e a questões raciais e demais temas sensíveis da sociedade contemporânea (Apple.et al, 2022)[41]. As diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), influenciadas por esses movimentos, já provocam reflexos na sala de aula, como o constrangimento ao trabalho dos professores, com políticas que afirmam que o lugar do professor não é um lugar de liberdade, gerando insegurança entre eles. O controle do trabalho docente, do currículo e da gestão, imposto pela lógica gerencialista e pelas pautas conservadoras, restringe significativamente a autonomia dos professores.

Todo esse movimento de negacionismo e o revisionismo ideológico representam ameaças diretas ao ensino de História. O negacionismo é a negação, a priori, de um consenso científico a partir de um movimento organizado de opinião que trabalha com desinformação, enquanto o revisionismo ideológico busca interpretações que desconstruam a hegemonia científica sobre um fato, sem negá-lo. Embora distintos, esses termos são frequentemente confundidos e

instrumentalizados para fins políticos e ideológicos, tentando igualar a iniciativa saudável de revisar análises do passado com a negação de fatos comprovados, o que desqualifica o trabalho científico (Rollemberg ;Cordeiro, 2021)[42]. A história é frequentemente instrumentalizada em função de interesses políticos do momento, reduzindo debates complexos a polarizações. O negacionismo e a trivialização de crimes estão ligados ao ressurgimento de direitas radicais e visam a uma releitura da história que nega e falsifica o passado, ou banaliza o crime e o papel do Estado em sua execução (Rollemberg; Cordeiro, 2021)[43].

Essa agenda conservadora e neoconservadora busca o expurgo de narrativas históricas críticas e a defesa de fatos neutros. A agenda da direita autoritária e dos neoliberais questiona o financiamento do ensino de história, argumentando que não é "conhecimento útil para a economia e para criar uma sociedade e uma força de trabalho mais eficiente" (Apple.et al, 2022. p.10)[44]. Se a história for ensinada, ela não deve apoiar narrativas honestas e críticas sobre a natureza das sociedades, implicando que qualquer ensino que aborde realidades como a escravidão, a remoção de povos indígenas, ou a opressão de afro-brasileiros e povos indígenas, deve ser expurgado das escolas. A justificativa é que essas histórias são consideradas partidárias e muito políticas, visando deslegitimar o ensino de aspectos históricos que desafiam a narrativa dominante. Isso leva à perda de memória e, consequentemente, à "perda de legitimidade dos movimentos indígenas e dos movimentos locais em geral" (Apple.et al, 2022. p.11)[45]. Os grupos que fazem essas reivindicações apoiam o ensino apenas de fatos neutros, que para eles representam a história "real", ignorando que o conhecimento histórico visto dessa forma "apaga as vidas, as culturas e as experiências de imensas partes do Brasil" (Apple *et al*, 2022, p. 11)[46].

A ameaça à autonomia curricular e a despolitização do ensino de História são consequências diretas. A aliança conservadora tende a reduzir problemas como o racismo a algumas pessoas ruins, em vez de reconhecer o racismo sistêmico ou as estruturas de autoridade patriarcal, vendo discussões sobre esses temas como causar problemas e engajar-se em políticas identitárias. (Apple.et al, 2022)[47] Isso provoca o engessamento curricular e a disputa pelo conteúdo da educação, com a imposição de uma perspectiva de restauração de classe e a defesa de valores tradicionais, podem levar a uma abordagem mais homogênea e menos

crítica da história, marginalizando ou excluindo narrativas e perspectivas diversas. (Peroni; Lima, 2020)[48] A ênfase na despolitização e no combate à doutrinação ideológica visa a remover o caráter crítico e transformador da educação. Para o ensino de história, isso pode significar uma abordagem factual e descontextualizada, evitando análises que questionem as estruturas de poder, as desigualdades sociais ou os processos históricos de luta por direitos. A história, nesse contexto, poderia ser reduzida a uma mera transmissão de fatos, sem espaço para o debate, a interpretação crítica ou a compreensão das correlações de forças na sociedade.

A falácia da neutralidade serve como uma ferramenta para a supressão de narrativas incômodas. A demanda por neutralidade no ensino de história, defendida por movimentos conservadores e neoconservadores, não se trata de uma busca genuína por imparcialidade. Pelo contrário, é uma manobra estratégica para suprimir narrativas críticas que desafiam as estruturas de poder dominantes. Essa neutralidade visa expurgar histórias que expõem injustiças, como a escravidão, a remoção de povos indígenas ou as questões de gênero e sexualidade. Ao classificar essas narrativas como partidárias ou ideológicas, o objetivo é deslegitimar o ensino de aspectos históricos que poderiam fomentar o pensamento crítico e a contestação social. Isso efetivamente despolitiza a história, transformando-a de uma ferramenta para a compreensão crítica e a transformação social em um meio de reproduzir as desigualdades existentes e legitimar uma visão de mundo mais conservadora.

Um exemplo contemporâneo dessa despolitização e dessa busca de neutralização dos currículos é a agenda conservadora que vem se manifestando se explicita na proibição de temas considerados sensíveis na atual gestão do governo Donald Trump. Por exemplo, o atual presidente norte-americano declarou sua intenção de proibir o ensino de teoria crítica da raça, questões de gênero e qualquer outro conteúdo racial, sexual ou político tido como inapropriado nas escolas americanas, pela visão do então presidente norte-americano. Essa postura reflete um plano mais amplo de remover o que consideram verdades sobre este país e seu povo do currículo.

Outro exemplo é a declaração do governador Glenn Youking, na Virgínia, que declarou que não ensinariam as crianças a "ver tudo através da lente da raça" e baniram a teoria crítica da raça dos currículos. O também governador Ron

DeSantis, da Flórida, afirmou que a teoria crítica da raça faz com que as crianças "odeiem nosso país" e "uns aos outros". Além disso vale citar o movimento "Don´t Say Gay Bill" da Flórida, como um exemplo marcante dessa agenda, que baniu completamente qualquer material sobre sexualidade ou identidade de gênero nas salas de aula, com o objetivo declarado de impedir que as crianças aprendam sobre a presença real de pessoas queer e trans em nossa sociedade. Essas ações podem evidenciar uma guerra cultural e política ativa no campo educacional em contexto global.

A militarização das escolas é um outro exemplo paradigmático do avanço conservador na educação brasileira, apresentada como uma alternativa para a retomada da tradição, moral, autoridade e patriotismo. Esse modelo envolve a inserção de militares da reserva no cotidiano escolar e o compartilhamento da gestão escolar com militares, que supervisionam aspectos administrativos e disciplinares. Caracteriza-se por um elevado grau de controle e padronização das condutas escolares, com ênfase punitivista e sufocamento da diversidade e das culturas juvenis. Além disso, busca resgatar formas de ser homem e mulher por meio do controle e da introdução a uma cultura militarizada, patriarcal e heteronormativa. É importante notar que esse programa se destina predominantemente a escolas em comunidades empobrecidas, frequentadas majoritariamente por estudantes negros e pardos, configurando um projeto de escola para os pobres.

Desta forma, a instrumentalização da História como um projeto político é uma preocupação central. A confusão deliberada entre o revisionismo histórico legítimo, que é essencial para o avanço do conhecimento, e o negacionismo, que falsifica o passado, é explorada por forças conservadoras para desacreditar o trabalho acadêmico e promover suas próprias agendas políticas. Ao rotular relatos históricos críticos como doutrinação ideológica ou partidários, esses grupos buscam controlar a memória coletiva e moldar a identidade nacional de acordo com seus valores. Este é um projeto político que visa reescrever o passado para justificar as estruturas de poder presentes e as políticas futuras, minando a própria base da investigação histórica e do debate democrático.

Possíveis caminhos e as estratégias pedagógicas para um ensino de história crítico e emancipador

Nesta última se busca fazer algumas proposições/reflexões acerca de possíveis caminhos para se construir um ensino de história mais crítico e emancipador frente a todo esse cenário político proposto a partir das ações neoconservadoras e neoliberais. Sendo assim, proponho que pensemos o ensino de história, a partir das seguintes proposições:

Propostas de pedagogia crítica e o desenvolvimento de resistências

A pedagogia crítica surge como um contraponto essencial às reformas educacionais alinhadas ao mercado, propondo um questionamento fundamental sobre que modelo de sujeito queremos formar? e que modelo social devemos defender? Essa abordagem vai além da crítica às estruturas ideológicas ou práticas repressivas, buscando analisar os elementos de governamentalização da existência, ou seja, as tecnologias que produzem tanto a objetificação quanto a subjetivação. A pedagogia crítica propõe a promoção de fluxos de resistência que operam como emergências heterotópicas de uma educação crítica e emancipatória. Isso implica a criação de espaços e práticas alternativas que resistam ao ethos neoliberal dominante, como a pedagogia libertadora.

A pedagogia crítica no ensino de história atua como uma ferramenta de re-politização do passado e do presente. Em vez de aceitar a história como um dado neutro ou um manual de autoajuda, ela convoca os alunos a questionarem as relações de poder, as desigualdades e as lutas sociais que moldaram os eventos históricos. Isso permite que a história se torne um espaço para o desenvolvimento de resistências, ou seja, formas de pensar e agir que resistem às lógicas neoliberais e conservadoras, e que buscam a construção de uma sociedade mais justa e democrática, reafirmando o caráter político e transformador da educação. Ao questionar ativamente as narrativas dominantes e os modelos sociais, a pedagogia crítica confronta diretamente as tendências despolitizadoras e reintroduz a dimensão política na sala de aula, incentivando os alunos a verem os eventos

históricos como produtos de lutas de poder e escolhas sociais, e não apenas ações individuais ou progressões naturais e neutras.

O papel do professor de história como agente de transformação e resistência

Apesar da perda de autonomia que afetam a categoria docente, o professor de história desempenha um papel crucial como mediador crítico do conhecimento. É essencial que o professor adote uma postura teórica e metodológica crítica diante dos produtos das reformas educacionais, que muitas vezes visam adaptar a escola às necessidades do mercado. O professor, nesse cenário, atua como orientador, supervisor e direcionador da aprendizagem, promovendo o protagonismo discente e a criticidade.

O professor de história, em face dos desafios contemporâneos, assume o papel de curador crítico do conhecimento e catalisador da consciência histórica. Mesmo sob a pressão da instrumentalização e da padronização, ele pode subverter a lógica dominante ao promover metodologias ativas e o letramento digital, que capacitam os alunos a questionar, analisar e interpretar fontes históricas de forma autônoma. Isso permite que o professor não apenas transmita o conteúdo, mas ajude os alunos a desenvolverem uma postura ativa e reflexiva diante da história, capacitando-os a resistir ao negacionismo e à desinformação, e a construir sua própria consciência histórica crítica e plural. As metodologias ativas posicionam o professor como mediador, supervisor e diretor da aprendizagem, promovendo o protagonismo do aluno, se pensadas assim podem ser fortes aliadas da construção do conhecimento crítico. Desta maneira, o papel do professor, portanto, muda de um mero transmissor de fatos para um facilitador da investigação crítica, mesmo dentro de estruturas curriculares restritivas. Isso envolve não apenas o que é ensinado, mas como é ensinado, incentivando os alunos a interrogar fontes, desafiar narrativas e conectar o passado ao presente.

A atitude historiadora como ferramenta de problematização, autonomia e combate ao negacionismo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), apesar das críticas que recebe, apresenta o conceito de atitude historiadora como um papel de ação que docentes e discentes podem desempenhar, valorizando a leitura de fontes históricas diversas. A atitude historiadora envolve um conjunto de processos cruciais: identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise de fontes, com o objetivo explícito de combater a história única e o negacionismo histórico. Essa abordagem fomenta práticas de fala, leitura e escrita que reconhecem o conhecimento histórico como uma construção discursiva baseada na interpretação da realidade.

A atitude historiadora emerge como um antídoto fundamental à instrumentalização e à ficção da história. Ao capacitar os alunos a se tornarem historiadores em formação, capazes de questionar, analisar criticamente as fontes e construir suas próprias interpretações do passado, ela desnaturaliza as narrativas hegemônicas e resiste ativamente ao negacionismo e revisionismo. Isso transforma o ensino de história de um campo de consumo passivo de verdades para um espaço de produção ativa de conhecimento, fortalecendo a autonomia intelectual e a capacidade de discernimento dos alunos diante de um cenário de desinformação. Isso ocorre porque a atitude historiadora enfatiza o engajamento crítico com diversas fontes históricas.

Com isso ela promove identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise, visando combater a história única e o negacionismo. O neoliberalismo instrumentaliza narrativas históricas e o conservadorismo promove a história ficcionalizada. Ao ensinar os alunos a fazer história (analisar fontes, construir argumentos), em vez de apenas recebê-la, a atitude historiadora combate diretamente a instrumentalização e a ficcionalização. Isso capacita os alunos a se tornarem produtores ativos de compreensão histórica, tornando-os menos suscetíveis a pressões externas para aceitar narrativas tendenciosas.

O uso estratégico de tecnologias e metodologias ativas para uma educação histórica emancipadora

As Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) devem ser recontextualizadas para servir a uma educação engajada com as questões do tempo presente, promovendo o protagonismo discente e o trabalho colaborativo em rede. O letramento digital é crucial para que os estudantes desenvolvam uma relação crítica com a tecnologia, buscando entender os mecanismos de produção de tecnologias, as possibilidades de comunicação e a responsabilidade ética no manejo desses recursos. Isso é vital para combater a desinformação, o negacionismo e o revisionismo ideológico que proliferam nas mídias digitais.

No campo das metodologias ativas, como a sala de aula invertida, a aprendizagem baseada em projetos/problemas e a gamificação, centram-se na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, com o professor atuando como mediador. Essas abordagens rompem com concepções tidas como tradicionais, onde o aluno é um receptor passivo de saberes prontos, e promovem a formação de pessoas críticas, autônomas e reflexivas.

O uso estratégico de tecnologias e metodologias ativas no ensino de história pode transformar a tecnologia de um vetor de controle (governamentalidade) e desinformação (avanço conservador) em uma ferramenta de empoderamento e contracensura. Ao promover o letramento digital e o protagonismo discente, os alunos são capacitados a pesquisar, analisar e produzir conhecimento histórico de forma autônoma, acessando uma pluralidade de vozes e desafiando as narrativas hegemônicas. Isso não apenas torna o ensino de história mais engajador, mas também apresenta aos alunos as ferramentas necessárias para navegar criticamente no cenário da pós-verdade e resistir às tentativas de reescrita do passado. Isso ocorre porque as tecnologias e metodologias ativas promovem o protagonismo do aluno e a aprendizagem colaborativa e podem tornar o ensino mais atrativo aos olhos dos jovens. Desta maneira o letramento digital é crucial para o engajamento crítico com a tecnologia e o combate à desinformação. Embora a tecnologia possa ser usada para o controle (vigilância, coleta de dados e utilitarismo e esvaziamento dos conteúdos), ela também pode ser aproveitada por professores e alunos para acessar diversas fontes, criar narrativas alternativas

e contornar os guardiões tradicionais de informações. As metodologias ativas incentivam os alunos a produzir sua própria compreensão histórica, tornando-os menos dependentes de currículos pré-embalados e potencialmente censurados, claro que considerando a figura do docente como aquele que faz a curadoria crítica de todo esse processo.

Conclusão: perspectivas e reflexões para o futuro do ensino de história

O ensino de História na contemporaneidade enfrenta uma encruzilhada complexa, pressionado por uma racionalidade neoliberal que o instrumentaliza para o mercado e por um avanço conservador que busca controlar narrativas e despolitizar o conhecimento. Os desafios são multifacetados, abrangendo desde o questionamento da legitimidade do professor e da disciplina até a imposição de currículos padronizados e a proliferação de negacionismos. Em essência, a educação histórica está no centro de uma disputa sobre a memória, a identidade, política, cultura e o futuro da sociedade. A urgência de uma educação histórica crítica e transformadora nunca foi tão necessária, pois é através dela que se pode formar cidadãos capazes de compreender as complexidades do mundo, resistir a manipulações e agir em prol de uma sociedade mais justa e democrática.

Para o futuro do ensino de História, as seguintes reflexões são necessárias:

Fortalecimento da Autonomia Docente e Curricular: É imperativo que as políticas educacionais garantam e protejam a autonomia dos professores de História. Isso implica em resistir a movimentos que buscam a neutralidade ou o combate à doutrinação, reconhecendo que a História é inerentemente política e que a análise crítica de temas controversos é essencial para a formação cidadã. A elaboração curricular deve ser um processo participativo, que valorize a experiência e o saber dos docentes, em vez de ser imposta por diretrizes centralizadas e alinhadas a interesses mercadológicos ou ideológicos específicos (Peroni; Lima, 2020)[49].

Investimento em Formação Docente Contínua e Crítica: Os professores de História necessitam de programas de formação continuada que os capacitem a lidar com os desafios contemporâneos. Isso inclui aprofundamento em desenvolvimento de letramento digital crítico para combate à desinformação, e estratégias para abordar temas sensíveis e complexos em sala de aula de forma ética e rigorosa. A valorização da cultura escolar e do trabalho coletivo entre educadores é fundamental para construir redes de apoio e resistência.

Promoção crítica e reflexiva de metodologias ativas e uso ético das TDICs: A integração de metodologias ativas, como a Aprendizagem Baseada em Projetos, a gamificação e a produção de materiais digitais e analógicos, é vital para engajar os alunos e desenvolver seu protagonismo no processo de aprendizagem. O uso de TDICs deve ser incentivado não apenas como ferramenta, mas como meio para fomentar o letramento digital crítico, capacitando os alunos a discernir informações, produzir conhecimento e intervir no mundo digital de forma consciente e transformadora.

Garantir a existência de aplicação de currículos plurais e inclusivos: O currículo de História deve ser expandido para incorporar as narrativas e experiências de grupos historicamente marginalizados, como povos indígenas, afro-brasileiros, mulheres e comunidades LGBTQIA+. Isso significa ir além das narrativas eurocêntricas e promover uma compreensão mais abrangente e justa do passado, reconhecendo a diversidade cultural como fonte de enriquecimento e não como ameaça.

Defesa do financiamento público e do caráter social da educação: É crucial combater o desmonte e a precarização da escola pública, defendendo o financiamento adequado e a educação como um direito universal e um bem comum, e não como uma mercadoria. A resistência à lógica da mercoescola e à individualização da responsabilidade é fundamental para garantir que a educação sirva à formação humana integral e à construção de uma sociedade mais equitativa.

Desta forma, esse capítulo buscou reafirmar, portanto, que o ensino de História, em sua dimensão crítica e política, é um baluarte contra a despolitização e a mercantilização do saber. Ao capacitar os indivíduos a pensar historicamente, a questionar as estruturas de poder e a reconhecer a agência dos sujeitos no tempo, a História contribui decisivamente para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e verdadeiramente emancipada.

Notas finais

[1] SILVA, Iraildes Pereira e. O ensino de História na contemporaneidade. *Revista Espacialidades*, Natal, v. 18, n. 1, p. 1-16, 2022. DOI: https://doi.org/10.21680/1984-817X.2022v18n1ID26377. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/download/26377/15591. Acesso em: 27 maio 2025.

[2] LEITE, Priscilla Gontijo; BORGES, Cláudia Cristina do Lago; SZLACHTA JUNIOR, Arnaldo Martin (org.). Ensino de História, tecnologias e metodologias ativas: novas experiências e saberes escolares. João Pessoa: Editora CCTA, 2022. v. 1. ISBN 978-65-5621-236-4.

[3] OLIVEIRA, Marli Pardo Legemann; ELIAS, Mara Elaine de Lima; SCHULER, Betina. NEOLIBERALISMO E A ESCOLA CONTEMPORÂNEA: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DO PROGRAMA CONTA PARA MIM. **Práx. Educ.**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, e12319, 2023. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-26792023000100135&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 fev. 2026. Epub 02-Jul-2024. https://doi.org/10.22481/praxisedu.v19i50.12319.

[4] PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de. Políticas conservadoras e gerencialismo. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, e2015344, 2020. Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092020000100147&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 fev. 2026. Epub 02-Set-2020. https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.15.15344.070.

[5] OLIVEIRA; ELIAS; SCHULER,2024, Op.cit.

[6] SILVA, 2025, Op.cit.

[7] SILVA, 2025, Op.cit.

[8] SILVA, 2025, Op.cit.

[9] SILVA, 2025, Op.cit.

[10] LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno do ensino de História. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 19, n. 38, p. 125-138, 1999.

[11] SILVA, 2025, Op.cit.

[12] SILVA, 2025, Op.cit.

[13] BARLACH, Breno; CASTANHEDI, Isadora. Ultraconservadorismo e educação: reflexões de estudo empírico. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 45, e275436, 2024.

[14] SILVA, 2025, Op.cit.

[15] LAVILLE, 1999, Op.cit.

[16] SILVA, Marcos Antônio da; FONSECA, Selva Guimarães. Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 31, n. 60, p. 13-33, 2010.

[17] CARVALHO, Alexandre Filordi. A escola contemporânea e a desertificação institucional: O demérito da *res publica*. In: GALLO, S; MENDONÇA, S. (Org.) A escola uma questão pública. São Paulo: Parábola, 2020. p. 85- 101.

[18] DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

[19] OLIVEIRA; ELIAS; SCHULER,2024, Op.cit.

[20] BETLINSKI, Carlos; KALOCZI, Juliana da Silva Lopes. A racionalidade neoliberal e a subjetivação do neossujeito na educação. *Atos de pesquisa em educação*,Blumenal, *v.18*, p.01–*20*, 2023.

[21] BETLINSKI; KALOCZI, 2023, Op.cit.

[22] OLIVEIRA; ELIAS; SCHULER,2024, Op.cit.

[23] OLIVEIRA; ELIAS; SCHULER,2024, Op.cit.

[24] Roman, M. D.. (1999). Neoliberalismo, política educacional e ideologia: as ilusões da neutralidade da pedagogia como técnica. *Psicologia USP*, *10*(2), 153–187. https://doi.org/10.1590/S0103-65641999000200011

[25] OLIVEIRA; ELIAS; SCHULER,2024, Op.cit.

[26] OLIVEIRA; ELIAS; SCHULER,2024, Op.cit.

[27] BETLINSKI; KALOCZI, 2023, Op.cit.

[28] GENTILI, PABLO. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In. SILVA, Tomaz Tadeu da; GENTILI, Pablo (Orgs). Escola S.A: Quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

[29] APPLE, Michael W. et al . Aliança conservadora na educação brasileira: revisitando a obra Educando à Direita: entrevista com Michael W. Apple*. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e20984, 2022 . Disponível em <http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092022000100202&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 11 fev. 2026. Epub 20-Jan-2023. https://doi.org/10.5212/praxeduc.v.17.20984.091.

[30] ROMAN,1999, Op.cit.

[31] BETLINSKI; KALOCZI, 2023, Op.cit.

[32] OLIVEIRA, Thiago Silva Freitas. A racionalidade neoliberal e a lógica concorrencial na educação. **Filosofia e Educação**, Campinas, SP, v. 15, n. 00, p. e023013, 2025. DOI: 10.20396/rfe.v15i00.8664103. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8664103. Acesso em: 11 fev. 2026.

[33] OLIVEIRA,2025. Op.cit.

[34] BARLACH; CASTANHEDI,2024. Op.cit.

[35] BARLACH; CASTANHEDI,2024. Op.cit.

[36] BARLACH; CASTANHEDI,2024. Op.cit.

[37] PERONI; LIMA, 2020.Op.cit.

[38] PERONI; LIMA, 2020.Op.cit.

[39] PERONI; LIMA, 2020.Op.cit.

[40] Lima, I. G. de ., & Hypolito, Á. M.. (2019). A expansão do neoconservadorismo na educação brasileira. *Educação E Pesquisa*, *45*, e190901. https://doi.org/10.1590/S1678-463420194519091

[41] APPLE.et al,2022. Op.cit.

[42] ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaina Martins. Revisionismo e negacionismo: controvérsias. *História, histórias*, vol. 9, nº 17, jan./jun. 2021. http://dx.doi.org/ 10.26512/rhh. v9i17.36429

[43] ROLLEMBERG; CORDEIRO, 2021.Op.cit.

[44] APPLE.et al,2022. Op.cit.10

[45] APPLE.et al,2022. Op.cit.11

[46] APPLE.et al,2022. Op.cit.11

[47] APPLE.et al,2022. Op.cit

[48] PERONI; LIMA, 2020.Op.cit.

[49] PERONI; LIMA, 2020.Op.cit.

XIV

O "círculo mágico" em território politicamente conflagrado:

a consciência cidadã e o lúdico no currículo de história

Diego Orgel Dal Bosco Almeida
Rosemeri Michaelsen

Uma das reflexões mais interessantes sobre o lúdico insere-se na descrição do jogo como um elemento constituinte de processos educativos e formativos em diferentes sociedades. Em *Homo ludens*, de Johan Huizinga[1] encontramos a alusão ao "círculo mágico" como compreensão dos limites e as potencialidades do jogo entre a criação e a reflexão. O "círculo mágico" pode ser visto como um espaço delimitado (seja um tabuleiro, um campo de futebol, um palco ou uma sala de aula) onde as regras do "mundo real" são temporariamente suspensas para que as regras do jogo passem a valer. É também no "círculo mágico" que aqueles e aquelas que participam aceitam as regras de forma voluntária, constituindo um pacto entre os grupos. Quando as regras, comuns a todas as pessoas, são desacreditadas ou canceladas, o "círculo mágico" é ameaçado e o próprio contorno do jogo pode deixar de existir ou sofrer alterações. Isto é, o "círculo mágico" refere-se, de modo dialético, tanto à suspensão temporária das regras provenientes do "mundo real" (que, inclusive, propicia a força da experiência lúdica nos processos educativos) quanto à incorporação dessas mesmas regras, só que de outra maneira, ao jogo, ao próprio "círculo", como uma espécie de "ensaio", de "encenação".

Neste capítulo, que integra um conjunto de estudos maior que liga a história política e a história da educação[2], analisamos as concepções sobre a ludicida-

de e o lúdico no currículo de história dos anos iniciais como parte importante da recente história política e educacional do país. Utilizamos como referência principal, ainda que não exclusiva, dois documentos associados às políticas do currículo escolar de caráter nacional: as DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais), homologadas em 2013, e a BNCC (Base Nacional Comum Curricular), apresentada em sua versão final em 2017. São documentos curriculares que fazem parte do contexto recente do reformismo curricular neoliberal no país[3].

Adiantando as considerações finais, é possível destacar que a BNCC em sua última versão oficializada em 2017 impôs um padrão restritivo maior se comparado aos modelos curriculares anteriores, tendo como eixo estruturante competências e habilidades. Essa reorientação da BNCC se relacionou, em grande parte, à nova orientação política e a um novo projeto de sociedade que se instaurou a partir de 2016 depois do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff. Ainda que integrando o histórico do reformismo curricular iniciado nos anos 1990, a BNCC, como um documento curricular, associou-se a uma inflexão forçosamente dirigida ao modelo de competências, característica da padronização neoliberal do currículo e da formação flexível para uma empregabilidade precarizada.

A metáfora do "círculo mágico" de Huizinga pode ser compreendida a partir de uma dualidade, ou seja, dois sentidos diferentes e complementares. O "círculo mágico", primeiramente, está junto ao pacto social democrático institucionalizado com a Constituição Federal de 1988 e esteve sob ataque ao longo dos últimos anos. Ao mesmo tempo, reside também nos contornos do lúdico e da ludicidade no currículo oficial de história dos anos iniciais que, em 2017, foi atrelado à lógica das competências e habilidades, restringindo dimensões ligadas à formação cidadã e, no ensino de história, reduziu o seu compromisso com a formação da consciência histórica[4]. O "círculo mágico", pode ser visto, desse modo, como uma metáfora potente e fundamental: i) quando restrito, individualiza, mobiliza competição e individualismo; ii) quando alargado, coletiviza, mobiliza interação e ação política no mundo com protagonismo, reflexão consciente e autoria.

No percurso de uma educação cidadã e crítica encontramos a formação de uma consciência cidadã, essa remetida ao coletivo, à vida política, aos grupos

sociais às suas possíveis associações com a ideia de comunidade. A consciência cidadã ganha, assim, uma função política clara: formar crianças e jovens para uma cidadania democrática. Ao compreender as dinâmicas que configuram os processos históricos, o indivíduo (educando) aprende a valorizar a diversidade cultural e a conviver com as diferenças no círculo social ampliado. Nesse sentido, o "círculo mágico" deve, a nosso ver, partir do pressuposto de ser democrático em uma sociedade democrática.

O *impeachment* de 2016, como um momento de ruptura institucional, teve efeitos significativos no projeto de sociedade dirigido ao futuro do país. Projeto de sociedade que, de maneira incontornável, passa pela definição das bases e dos rumos da educação escolar pública. Quando os contornos do "círculo mágico" se alteraram, transformaram-se também os desenhos curriculares e as concepções acerca do lúdico e a ludicidade sofreram também reestruturações.

O lúdico e a ludicidade, como espaços-tempo do brincar, dos ensaios para a vida adulta e de exercícios de imaginação política e criativa ficaram contornados pelas competências e habilidades da BNCC vinculadas à formação de um sujeito neoliberal plenamente adaptado a um contexto de empregabilidade precarizada. O lúdico como estratégia para a formação da consciência cidadã, foco da temática por nós trabalhada neste capítulo, ficou significativamente comprometido no novo desenho do currículo de história dos anos iniciais.

Ao estruturar nossa análise, o capítulo foi dividido em três partes além das "palavras iniciais" e das "considerações finais". Na primeira parte, interligamos os campos da história política e da história da educação ao contexto de "renovação" do campo de produção historiográfica de modo geral e, especialmente, no que diz respeito à história política. Ainda na primeira parte, procuramos demonstrar como os temas do político estão estreitamente ligados aos da educação, sobretudo em um contexto no qual os projetos políticos de futuro social passam pela formação e educação escolar. Na segunda parte, procuramos identificar as associações entre o lúdico e a ludicidade a partir de suas dimensões formativas políticas, no sentido da formação cidadã, especificamente, e nas possíveis relações com o conceito de consciência cidadã. Na terceira e última parte antes das "considerações finais", analisamos comparativamente os lugares do lúdico e da ludicidade nas DCN (2013) e na BNCC (2017), demonstrando a restrição da

ideia de lúdico e ludicidade, o seu esvaziamento teórico-conceitual e os seus contornos neoliberais propiciado pela pedagogia das competências e habilidades.

O texto integra, como dissemos, um conjunto de trabalhos maior vinculados às produções e reflexões que se realizam junto ao Grupo de Pesquisa Formação de professores, políticas educacionais e processos educativos, ligado ao Programa de Pós-graduação em Educação da Unochapecó (Universidade Comunitária da Região de Chapecó). Adicionalmente, associa-se ao conjunto de produções ligadas ao GT História Política da Associação Nacional de História (ANPUH) de sua seção regional do Rio Grande do Sul. A proposta deste capítulo, por fim, refere-se também a uma tentativa de esforço analítico que coloca em interlocução conceitos do campo historiográfico para contribuir com o campo de estudos das políticas curriculares, bem como com o interesse de chamar a atenção para a politização das temáticas relacionadas à pesquisa em educação nos últimos anos.

Os fenômenos educativos como fenômenos do político: a história política e da educação nas encruzilhadas do tempo

Antes de iniciarmos a discussão, vale ressaltar o lugar de onde analisamos os fenômenos aqui tratados. Os percursos investigativos que deram origem a nossa reflexão encontram-se justamente na encruzilhada da história da educação e da história política. Histórias que consideramos, a partir do que refletimos no ensaio que segue, como campos da produção historiográfica do presente. Naquilo que se relaciona com a história política, por exemplo, isso tem a ver com a constituição de novos objetos, métodos e abordagens que reconfiguraram constantemente nossos olhares dirigidos ao passado. No que se refere à história da educação, é possível considerar traços de sua própria episteme: pensar o passado projetado nas fontes de pesquisa associado as suas continuidades e mudanças no tempo, nas relações que estabelece com o que chamamos de presente. Defenderemos, nesta seção, portanto, que a encruzilhada do agora é capaz de colocar em interlocução esses dois campos da historiografia. A história da educação pode ser vista a partir das lentes da história política e vice-versa porque ambas se encon-

tram na encruzilhada das questões que se colocam no presente. Para além dos possíveis compromissos sociais, compreendemos que as implicações do presente podem ser revelar como traços incontornáveis do trabalho de quem pesquisa e escreve a história. Isto é, o presente (recente ou imediato) é o lugar onde se encontram, a nosso ver, esses dois campos da produção historiográfica.

O que define a história? O que identifica os diferentes campos ou domínios da história? Poderia a história da educação ser também política? Ou, reformulando a pergunta: poderia a história política tratar dos fenômenos educativos? O desafio impõe, primeiro, um duplo reconhecimento: i) o alargamento de objetos de estudo da história política que, desde os anos 1980/1990 tem se chamado de "renovação" dos estudos acerca do âmbito do político; ii) o contexto de politização da sociedade e, marcadamente, a disputa que se instaurou no campo da educação no país, seja na escola, nos sentidos da docência e no currículo.

O que foi a "renovação" da história política? Entendemos que é necessário reconstruir esse histórico do campo antes de tudo. O que há de "novo" na história política não é uma novidade que simplesmente substitui o "velho", mas sim uma espécie de deslocamento de olhar. Para René Rémond, a chamada "renovação" da história política foi:

> [....] estimulada pelo contato com outras ciências sociais e pelas trocas com outras disciplinas. É, dessa forma, impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar que ela precisa respirar[5]

Constatação semelhante pode ser encontrada no livro *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*, cuja primeira edição data de 1997[6]. Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas analisam o campo de produção da historiografia. Para eles, a história ganhou, gradativamente, estatuto de disciplina plural, atravessada por diferentes e diversos objetos, métodos e perspectivas teóricas. No século XX, especificamente, o campo deixou de estar atrelado à narrativa política tradicional, incorporando, desse modo, novos sujeitos históricos e novas formas de análise. Um destaque considerado nas análises que integram a obra de Cardoso e Vainfas trata do lugar atualmente ocupado pela história cada vez mais consolidado como um campo interdisciplinar. A própria ideia de "domínio" e

não de campo parece servir à diversidade de territórios da investigação histórica. Quem estuda e escreve história, não pesquisa somente fatos políticos, mas também imaginários, sensibilidades, práticas culturais, relações de poder, estruturas econômicas e sociais. A ideia de "domínio" ou "território" também parece explicitar um cenário de disputas que se configuram em torno do objeto histórico. Assim, dizer o que é a História depende de qual perspectiva adotarmos, de qual olhar vamos considerar as respostas dessa pergunta.

Se o campo de produção historiográfica, de modo geral, não pode ser lido como um campo linear e homogêneo, também o político, como um "domínio" da história, não pode ser compreendido como um subcampo fechado em si, sem que se considere as suas possíveis relações com outros campos, outras disciplinas ou campos de produção de ciências sociais ou humanas. Encontraremos também em René Rémond alusões a essa porosidade de limites, afinal, "[...] se o político deve explicar-se antes de tudo pelo político, há também o político mais que político"[7]. Ou seja, os limites não são estáveis, sólidos e inquebráveis, mas dialogam entre si, buscando intersecções na compreensão dos fenômenos históricos. O político não se define apenas por ele mesmo, mas pelas relações que estabelece. Podemos, então, dizer, parafraseando Rémond, que "[...] o político é como esses Estados dos quais a geografia não delineou previamente os contornos e a história não parou de modificar os limites: o político não tem fronteiras naturais"[8]. As fronteiras, podemos dizer, são lugares de encontro, de fricção e embates. Colocar lado a lado diferentes campos de produção historiográfica, no nosso caso a história política e a história da educação, significa desafiar os efeitos propiciados por esse lugar de encontro e incluir seus tensionamentos.

Foi também René Rémond que afirmou ser a história política uma história presente. A história, como interesse ou explicação, parte do tempo que chamamos de presente e cuja pergunta (realizada nesse lugar do presente) se projeta sobre as fontes, os restos do passado. Entendemos que o historiador francês quis destacar que, considerando a história como um estudo sobre as transformações, não poderia ela, como ciência, disciplina, escapar das ações do tempo, estar alheia às transformações: o próprio Rémond compreenderia essas questões a partir do que chamou de "oscilações" entre "a realidade observada e o olhar que a observa"[9]. Tal ideia sobre o lugar (ou os lugares) do presente na reconstrução do

passado que se projeta nas fontes de pesquisa de quem estuda e escreve a história é também uma premissa dos estudos no campo da história da educação.

No campo de produção histórico-educacional, as considerações referentes às "oscilações" são ainda mais reconhecíveis. Com uma episteme talvez menos contaminada pelo histórico de uma concepção de conhecimento positivista, esse campo apresenta-se como um "lugar híbrido" que insere a história da educação em um espaço privilegiado de articulação de diferentes temporalidades. Assim, a "[...] história da educação permite pensar não apenas o passado que se projeta nas fontes de pesquisa, mas a possibilidade de pensar essas continuidades e mudança no tempo"[10]. Esse duplo reconhecido de tempos (e memórias, na dialética entre as lembranças e os esquecimentos), presentes e passados, fora articulado, desde os anos 1990, assim como nas discussões teóricas dos contornos da história política, também na história da educação. Foi sobretudo o pensamento de António Nóvoa que reintroduziu a dimensão da temporalidade nos temas de pesquisa da área de educação:

> [...] não há história da educação sem a mobilização rigorosa de instrumentos teóricos e metodológicos da investigação histórica", como também "não há história da educação sem um pensamento e um olhar específicos sobre a realidade educativa e pedagógica[11].

Se a história da educação não deixa de ser também um campo de produção que se configura com e a partir das questões do presente, resta-nos pensar: que presente é esse articulado pela história da educação e pela história política? Como podemos considerar a articulação entre esses dois campos a partir do presente? Entendemos que essa articulação se encontra em um cenário recente, bastante presente em nosso cotidiano, ainda que pouquíssimo explorado conceitualmente: a disputa que se instaurou no campo da educação no país, seja na escola, nos sentidos da docência e no currículo em um contexto que segue marcado por intensa politização.

Ainda que com alguns cuidados, tendo em vista a defesa de Huizinga sobre o lúdico como um espaço criativo que suspende temporariamente as regras da vida real, podemos refletir através da analogia: o que aconteceu depois de 2016 no país em relação à política? O que passou a ocorrer em relação à educação

desde então? Podemos dizer que os últimos anos se constituíram a partir de tensões, disputas e ameaças que ganharam gradativamente constância significativa no que se refere ao âmbito político institucional. O "círculo mágico" do acordo democrático, com as suas entranhas sociais e simbólicas, esteve sob frequente ameaça nesses anos pós-*impeachment*, desde a deposição de Dilma Rousseff em 2016 à eleição de Jair Bolsonaro em 2018. Período pouco explorado, no entanto, tem sido o do governo interino de Michel Temer, então vice-presidente eleito na chapa de Dilma Rousseff. Figura política com uma trajetória de atuação nos bastidores da política partidária e que articulou a deposição da presidente eleita, assumindo a presidência em seu lugar.

Não apenas como um articular individual, é possível dizer que Temer seria o representante da inauguração de um outro projeto de sociedade para o país, muito diferente do propósito para o qual fora eleito na chapa de Dilma Rousseff no pleito presidencial de 2014. O *impeachment* não foi só uma substituição de mandatários, mas tem sido compreendido como uma ruptura que inaugurou um novo projeto de país que teve até um nome: a "Ponte para o Futuro". A "Ponte" foi uma reorientação pragmática, cujo forte acento neoliberal deslocava ainda mais o papel do Estado e alinhava as instituições públicas brasileiras a uma lógica de mercado embasada na eficiência fiscal.

Pouco lembrada, mas igualmente importante, foi a primeira medida tomada pelo presidente interino. A Medida Provisória nº 746/2016, que instituiu a chamada Reforma do Ensino Médio. Ao escolher a educação como o primeiro campo de intervenção, o governo interino de Temer sinalizou que a transformação do país, ou seja, a "Ponte para o Futuro", teria que passar pela moldagem da força de trabalho da juventude. Desconsiderando o debate acumulado com educadores, entidades de classe e pesquisadores, a Reforma do Ensino Médio configurou-se como uma estratégia de imposição que não reconheceu os ritos democráticos em nome de uma urgência política de novos direcionamentos. Sem desconsiderá-la como um tipo de política educacional, podemos dizer que a Medida não deixaria também de ser uma peça de engenharia política.

Em 2017, um ano após o *impeachment*, também ignorando o debate público acumulado, que deveriam ser necessários à estruturação e consolidação de um documento curricular de abrangência nacional, foi homologada às pressas

a BNCC (Base Nacional Comum Curricular). A Base representou um marco de profunda reestruturação na política educacional brasileira, sobretudo à dirigida ao currículo escolar e à formação docente. A transição da segunda para a terceira versão da BNCC (pós-*impeachment* de 2016) foi marcada pela exclusão das universidades e associações científicas que até então lideravam os debates púbicos. Da mesma maneira, o comitê gestor foi esvaziado e o processo passou a ser centralizado por fundações e institutos privados ligados ao setor empresarial.

A BNCC tem sido compreendida nas pesquisas em educação a partir de um ponto de inflexão do que havia até então. O alinhamento à chamada pedagogia das competências revela-se na formação de sujeitos neoliberais, adaptáveis em uma sociedade cuja empregabilidade segue cada vez mais precarizada. O impacto foi a transformação de um documento que deveria ser de construção coletiva em um receituário tecnocrático, onde a docência reduziu-se a execução de um currículo estruturado em habilidades e competências. A nova estruturação curricular incidiu sobre a formação docente, submetendo a formação universitária às demandas que são instrumentalizadas na BNCC e a partir da qual as licenciaturas perderiam cada vez mais a densidade teórica, esvaziando a pesquisa científica em nome de uma pretensa capacitação prática dos(as) professorandos(as).

Podemos dizer que quando o "círculo mágico" da democracia foi ameaçado, profundas mudanças se desenharam no campo da educação. Tanto a chamada Reforma do Ensino Médio em 2016 quanto a homologação às pressas da BNCC em 2017 representam, em boa parte, essas mudanças e a estreita ligação que, dali em diante, em um território conflagrado, se desenharia entre *policies* (em referência às políticas públicas educacionais) e *politcs* (em relação à política partidária, como disputa de poder).

As reformas educativas das últimas décadas, a exemplo da homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a chamada Reforma do Ensino Médio (2016), podem ser compreendidos como a partir de um profundo redirecionamento dos projetos educacionais dirigidos ao futuro, nos quais os jovens desempenham um papel decisivo. Por isso, esses projetos encontram-se hoje, mais do que nunca, em disputa.

Os fenômenos educativos e os processos políticos contemporâneos não apenas coexistem, mas se constituem mutuamente no encontro da encruzilhada

do tempo presente. As reformas curriculares e os ataques à autonomia docente pós-*impeachment* não foram meros ajustes técnicos, mas sim peças estratégicas da reorientação do projeto de sociedade dirigido à educação escolar no Brasil. A história da educação e a história política, quando tensionadas pelas urgências e disputas do agora, mostram-se domínios porosos, híbridos e interdisciplinares. O "círculo mágico" esgarçado da democracia não se restringiu, portanto, apenas à desestabilização do pacto político democrático e institucional, mas fraturou as salvaguardas sociais e os ritos do debate público que sustentavam as políticas educacionais até então.

O lúdico como assunto político: questões sobre a formação cidadã e crítica no ensino de história

Embora o lúdico seja frequentemente reduzido a um recurso facilitador da aprendizagem, um instrumento didático para a aquisição de conteúdos específicos ou uma resposta metodológica às competências socioemocionais propostas pela BNCC, é possível dizer que a educação lúdica guarda aspectos e dimensões que ultrapassam a mera funcionalidade cognitiva. Trata-se de um ato eminentemente político que pode ser associado à ideia de emancipação humana, uma vez que o brincar exige o tensionamento constante entre o desejo individual e a existência do coletivo. Ao demandar a negociação de regras, o respeito aos acordos mútuos e o enfrentamento de conflitos gerados na interação, a educação lúdica (que propicia a criação de espaços lúdicos) pode ser entendida como uma arena de simulação democrática. É nesse espaço que aqueles e aquelas que participam dos jogos e das brincadeiras exercitam práticas e ações voltadas à alteridade, ao olhar e ao reconhecimento do outro em sua diferença. Ou seja, as bases de uma dimensão formativa ética capaz de desenvolver um senso de cidadania crítica no indivíduo. O lúdico, desse modo, não se trata apenas de modo de aprender, mas de viver em grupo, de tornar o indivíduo capaz de reconhecer as outras pessoas ao seu redor e de intervir conscientemente na realidade social que o cerca.

O lúdico é político. E o é porque tem a ver com as relações do indivíduo com o mundo, participando do campo das experiências que se configuram no

social. Nos processos educativos, especialmente, a organização e o planejamento ligados ao lúdico associam-se à criação de espaços de participação capazes de permitir ao educando o "colocar-se" no mundo. Propiciar experiências que coloquem o indivíduo em situações que exigem a sua "inteireza".

> A atividade lúdica é uma experiência de inteireza. Quando o sujeito está nela, está por inteiro. Essa experiência interna repercute na conduta externa do sujeito, propiciando-lhe estados de equilíbrio consigo mesmo e com o mundo[12].

É interessante lembrar que as atividades lúdicas, ao contrário das regras que se constituem na "vida real" e, portanto, podem ser compreendidas como regras sociais mais rígidas, emergem de consensos, diálogos, acordos entre aqueles e aquelas que participam da atividade: "As regras da atividade lúdica, ao contrário de outras regras sociais rígidas, nascem do acordo entre os participantes. O jogo ensina a flexibilidade e a negociação, que são fundamentais para a vida em sociedade"[13].

Se está claro que grande parte dos trabalhos de pesquisa sobre o lúdico e/ou a ludicidade ressaltam as questões voltadas ao aprendizado, é necessário dizer que nesses mesmos trabalhos, ainda que de maneira adjacente ou só adicionalmente, também surgem propostas de reflexão sobre alguns pressupostos epistêmicos ou filosóficos do lúdico. Nas reflexões de Luckesi, por exemplo, embora o foco seja na relação com os aprendizados, nas formas do aprender, também se sobressaem as dimensões associadas à experiência do indivíduo como uma experiência social. Chamamos isso de pressuposto porque compreendemos que se trata da base na qual se constitui a educação lúdica.

Seja como for, a educação lúdica, de modo geral, reconhece a ludicidade como uma característica do ser humano social e cultural. Assim, o que a noção de ludicidade traz de novo é justamente a ideia de que o ser humano, quando age de forma lúdica, vivencia uma experiência mais plena. Quando participamos de uma atividade lúdica, estamos profundamente imersos nessa experiência. Encontramo-nos em nossa inteireza.

A atividade lúdica pode ser vista a partir da ideia de encontro. Encontro que se realiza entre o educando e o conhecimento, mas também entre o um e

um outro, entre aquele que se dirige a algo e esse algo (ou alguém). As atividades lúdicas, o brincar e os jogos, não se resumem a atividades facilitadoras do aprendizado, mas em elementos que devem ser considerados intrínsecos aos processos educativos a partir do reconhecimento da ludicidade do ser social e cultural. Para Almeida, a ludicidade como característica da ação das crianças aparece sempre como uma espécie de transação em direção a um "outro" (do conhecimento ou do social), do individual ou do coletivo:

> [...] A educação lúdica é uma ação inerente na criança e aparece sempre como uma forma transacional em direção a algum conhecimento, que se redefine na elaboração constante do pensamento individual em permutações constantes com o pensamento coletivo [...][14].

O pensamento individual se (re)elabora a partir da relação que estabelece com o coletivo em um contexto de brincadeiras. Esse contexto, atraente e divertido para as crianças, sem dúvida, não se reduz a entretenimento. Prepara a criança para a vida que envolve o mundo físico (o corpo, o meio ambiente) e o social (grupo, comunidade). A brincadeira forma a personalidade na medida em que estabelece relações com o todo maior. Corresponde ao percurso de desenvolvimento cognitivo das crianças e suas interações sociais mediadas a partir da educação lúdica, por regras que são consensuadas, acordadas e compartilhadas por todos aqueles e aquelas que se envolvem nas brincadeiras:

> O brincar permite à criança se preparar para a vida envolvendo o mundo físico e social. Observamos em nosso dia a dia, como a vida da criança gira em torno do brincar. Por este motivo, educadores têm utilizado a brincadeira na educação, por ser um elemento essencial na formação da personalidade, tornando um instrumento para a construção do conhecimento. Assim, o brincar deixa de ser um simples divertimento para se tornar peça fundamental desenvolvimento no físico, intelectual e social[15].

A par das concepções de Luckesi, uma série de outros trabalhos também se debruçaram sobre o tema do lúdico e da ludicidade. É interessante notar que boa parte dos trabalhos sobre a educação lúdica e o papel das atividades lúdicas

nos processos educativos escolares foi produzida ao longo da década de 1990 e o início dos anos 2000, momento no qual havia uma intensa discussão sobre os caminhos da educação escolar brasileira e os sentidos da docência. Em trabalho de pesquisa anterior, desenvolvemos essa ideia:

> É nesse contexto [...] que se estende por toda a década de 1990 e meados dos anos 2000, que se produziu extensa literatura que problematiza sobre o papel do(a) professor(a). Destacamos que foi justamente nessa época que o campo de estudos da formação de professores ganha contornos mais definidos [...]. Momento no qual ocorreu uma aproximação entre docentes da Educação Básica e do Ensino Superior para repensar o currículo. Em relação às dimensões do lúdico na educação escolar não foi diferente. A ideia de ludicidade, levantada por boa parte dessa bibliografia, não deixou de também estabelecer críticas aos modelos de ensino alicerçados aos métodos transmissivos. O lúdico, então, surgia como uma das formas de se romper com esse modelo. Dependeria do(a) professor(a) modificar sua forma de ensinar...[16]

A atividade lúdica, como proposição ou como educação, surgia, então, com a crítica aos modelos transmissivos de ensino, à ideia de que a pedagogia deveria ser mais criativa a problematizar os modos de se ensinar. Ressaltava-se, a partir daí, também o novo papel da docência em um contexto político que, após anos de repressão, se abria em uma perspectiva institucional democrática.

Voltando à ideia do jogo, podemos utilizar as considerações de Huizinga e sua relação com a ludicidade. Para o autor holandês, o jogar trata-se de: "atividade livre, conscientemente tomada como 'não-séria' e exterior à vida habitual, mas ao mesmo tempo capaz de absorber o jogador de maneira intensa e total"[17]. No que diz respeito ao jogo educativo, no espaço escolar, é possível dizer que há algumas especificidades. Kishimoto procura diferenciar o jogo na educação escolar daquele que é jogado em outros espaços sociais. O jogo educativo teria, segundo ele, uma contradição intrínseca: "se a função educativa retira todo hedonismo, resta apenas o ensino"[18]. Isto é, o jogo na escola deve preservar as características de liberdade por se tratar de uma atividade voluntária. Não deve se conjugar com a procura de objetivos relacionada a propósitos educativos. O jogo educativo trabalha, portanto, a partir dessa dialética que precisa ser equilibrada.

Filgueiras[19] chama a atenção ao entendimento de que o jogo na escola tem uma função específica, pois a cultura escolar é diferente da cultura lúdica em outros ambientes sociais. Bougère[20] informa que o jogar necessita de significação social. Assim, quando se joga, se aprende no próprio ato de jogar. Para inserir-se no terreno do jogo, a criança precisa adquirir o conhecimento sobre o jogo, na própria prática do jogar. Disso podemos concluir que uma das primeiras funções educativas da atividade lúdica é ensinar como ela mesma funciona, é ensinar sobre si própria, suas regras, suas condições, acordos e limites. Quando a criança aprende sobre isso, ela entra em consonância com a cultura lúdica do seu contexto social.

Não é possível dizer que se ensina cultura lúdica na educação escolar, mas que a educação escolar admite o lúdico como possibilidade de compreensão das realidades sociais a partir de suas próprias regras, condições, acordos e limites. As crianças aprende com o lúdico na medida em que a brincadeira e o jogo não estão atrelados tão diretamente aos objetivos educacionais.

A inserção do lúdico na educação escolarizada vai muito além de um mero paliativo didático que serve para cumprir as metas instrumentais ou prescrições curriculares burocráticas; constitui, fundamentalmente, o eixo estruturante de uma práxis pedagógica política, vinculada à emancipação. Considerando, desse modo, as contribuições de Luckesi acerca da experiência de "inteireza" subjetiva com a perspectiva cultural de Huizinga sobre o estabelecimento de ordens e consensos, procuramos demonstrar que o os jogos e as brincadeiras operam como laboratórios sociais da democracia. Na dialética do espaço escolar, onde a liberdade voluntária do ato lúdico deve coexistir com a intencionalidade educativa, o estudante resgata sua autonomia individual em constante fricção e diálogo com o coletivo. Assim, ao ensinar sobre seus próprios limites, negociações e alteridades, a atividade lúdica sedimenta uma cultura formativa ética, o que capacita o sujeito não apenas a decodificar as estruturas sociais, mas a se posicionar criticamente e a intervir de forma consciente e cidadã na realidade que o circunda. Na escola, o ato de brincar, que fora historicamente mobilizado para romper com modelos transmissivos de ensino, resguarda um papel estruturante na formação do pensamento crítico e da sensibilidade social de crianças e jovens. A cultura lúdica torna-se uma dimensão intrínseca e inalienável do desenvolvimento humano e da emancipação cidadã e não um adorno figurativo.

Entre as DCN (2013) e a BNCC (2017): os lugares políticos do lúdico no currículo oficial nacional

Ao longo da seção anterior destacamos alguns elementos importantes do lúdico no que diz respeito aos seus princípios teóricos e pedagógicos. Vimos que, entre esses elementos, não se pode deixar de considerar o prazer, a afetividade e a criatividade. Ao mesmo tempo, todos esses princípios, caros à educação escolar nos anos iniciais, não podem prescindir de uma educação dirigida ao coletivo, que descentraliza o individual para o recolocar nos contextos e nos diferentes espaços que vão da casa à escola e ao mundo social. O lúdico, assim, não comporta apenas o prazer e a criatividade individuais, mas como elas servem e dialogam com os processos de socialização, sobretudo no que diz respeito aos anos iniciais.

Nesta seção, analisamos os lugares políticos ocupados pelo lúdico e pela ludicidade na transição entre as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN de 2013) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC de 2017), com especial atenção ao que se relaciona com os anos iniciais do ensino de história. Uma concepção de lúdico pautada em uma principiologia conceitual crítica e de alargamento da experiência individual relacionado à formação cidadã foi substituída por um documento com alto grau de prescrição, pragmático e restritivo, fundamentalmente marcado pelo esvaziamento teórico e pela individualização de habilidades sociocognitivas, além do enquadramento técnico do trabalho docente.

No que se relaciona ao currículo prescrito, das DCN (2013) à BNCC (2017), os lugares do lúdico foram de um princípio ligado a um vocabulário conceitual de ordem mais geral, para um conjunto difuso de práticas sugeridas como atividades lúdicas. Além disso, esses lugares do lúdico foram, nos anos iniciais, restritos ao corpo individual, a atividades psicomotoras e ao espaço da sala de aula, diferente do que havia sido sugerido no teor das DCN (2013), que se abria ao mundo da vida social, também aos espaços coletivos que estão além da escola.

Com relação às dimensões do lúdico no currículo, é possível destacar que, entre os deslocamentos ocorridos, desde as DCN (2013) até à BNCC (2017), está a perda gradual de uma dimensão propriamente principiológica e conceitual do que seria o lúdico e seu papel na educação escolar. Em seu lugar, instalaram-se certas definições, bastante difusas, do lúdico reduzido à prática (sem reflexão),

como uma atividade complementar ou uma situação de aprendizado. Considerando que as DCN (2013) e a BNCC (2017) possam ser vistas como parte de um mesmo contexto de desenvolvimento de políticas neoliberais do currículo, "[...] encerrando a política curricular ao ordenamento restritivo da expressão capitalista da relação trabalho e educação", ligando-a "às matrizes de competências e habilidades demandadas pelo mercado mundial"[21], é algo notável o deslocamento dos lugares do lúdico e da ludicidade nesses documentos curriculares ao colocá-los em comparação.

No caso das DCN (2013), o lúdico mostra-se a partir de um princípio que se orienta para a "conquista da cultura da vida" com o qual se considera o "currículo como conjunto de experiências em que se articulam saberes da experiência e socialização do conhecimento em seu dinamismo..."[22]. Já na BNCC (2017), no que diz respeito à educação infantil por exemplo, o "espírito lúdico" aparece como subsídio para "promover oportunidades ricas [...] na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons, mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo"[23]. Como é possível perceber, na BNCC (2017), o lúdico não se encaminha como um subsídio necessário ao gradual alargamento do individual ao coletivo como ocorria na proposta das DCN (2013). O lúdico surge restrito apenas ao espaço da sala de aula, ao reconhecimento do corpo e de sua relação com o espaço mais próximo. Vale também destacar que nas DCN (2013), o lúdico integra princípios estéticos que guardam relação com dimensões críticas, através dos quais a valorização da "[...] sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais" não deixa de contribuir com o "trabalho pedagógico [...] em um mundo em que a reprodução em massa sufoca o olhar das pessoas e apaga singularidades"[24].

No que se refere ao ensino fundamental, as DCN (2013) trazem definições mais específicas sobre os pressupostos que organizam o papel do lúdico nessa etapa da educação escolar: "reafirma-se a importância do lúdico na vida escolar, não se restringindo sua presença apenas à Arte e à Educação Física [...]"[25]. No documento curricular de 2013, o lúdico apresenta-se como resultado de algumas prerrogativas dos "estudos culturais" que "introduziram no campo do currículo a preocupação de estabelecer conexões entre a realidade cotidiana dos alunos e os

conteúdos curriculares". Essa concepção de lúdico acompanha, em certa medida, as discussões realizadas entre os anos 1990 e a primeira década do século XXI no âmbito das pesquisas:

> Os estudos sobre a vida diária, sobre o homem comum e suas práticas, desenvolvidos em vários campos do conhecimento e, mais recentemente, pelos estudos culturais, introduziram no campo do currículo a preocupação de estabelecer conexões entre a realidade cotidiana dos alunos e os conteúdos curriculares. Há, sem dúvida, em muitas escolas, uma preocupação com o prazer que as atividades escolares possam proporcionar aos alunos. Não obstante, frequentemente parece que se tem confundido o prazer que decorre de uma descoberta, de uma experiência estética, da comunhão de ideias, da solução de um problema, com o prazer hedonista que tudo reduz à satisfação do prazer pessoal, alimentado pela sociedade de consumo[26].

É possível notar, portanto, um vocabulário que se apresenta, em diversos momentos, como contraponto a uma concepção individualizada relacionada ao lúdico e ao currículo. O prazer em aprender, ou seja, o gostar de aprender não deveria, nesse documento, prescindir do coletivo, de uma experiência estética em "comunhão de ideias". Na referência à educação física e à arte, por exemplo, o documento considera dimensões mais amplas do currículo e os múltiplos lugares para o lúdico, não restringindo a um ou outro componente curricular. Na BNCC (2017), ao contrário, o lúdico surge de forma mais restritiva.

> É fundamental frisar que a Educação Física oferece uma série de possibilidades para enriquecer a experiência das crianças, jovens e adultos na Educação Básica, permitindo o acesso a um vasto universo cultural. Esse universo compreende saberes corporais, experiências estéticas, emotivas, lúdicas e agonistas, que se inscrevem, mas não se restringem, à racionalidade típica dos saberes científicos que, comumente, orienta as práticas pedagógicas na escola[27].

Há, desse modo, um deslocamento bastante significativo nas concepções do lúdico entre os dois documentos curriculares. Ainda que tanto as DCN

(2013) quanto a BNCC (2017), integrem um contexto de avanço das políticas neoliberais sobre o currículo escolar, no primeiro documento são apresentadas as principais dimensões principiológicas do lúdico, sobretudo em suas concepções críticas. Na BNCC (2017), ao contrário, acentua-se uma lógica que, fundamentada na formação neoliberal, operacionaliza o que se pode chamar de "recuo teórico" que subsidia a moldagem de um "professor padronizado"[28]. Podemos dizer que o "recuo teórico" precariza a formação dos(as) estudantes e, além disso, desconsidera seja papel da docência a reflexão sobre suas próprias práticas, sobre sua própria atuação.

No que se relaciona ao currículo prescrito, das DCN (2013) à BNCC (2017), os lugares do lúdico foram de um princípio ligado a um vocabulário conceitual de ordem mais geral, para um conjunto difuso de práticas sugeridas como atividades lúdicas. Além disso, esses lugares do lúdico foram, nos anos iniciais, restringidos ao corpo individual, atividades psicomotoras e ao espaço da sala de aula, diferente do que era sugerido no teor das DCN (2013), documento curricular no qual o lúdico se abria ao mundo da vida social, também aos espaços coletivos que estão além da escola.

No ensino de história, especificamente nos anos iniciais, o lúdico é central. É nessa etapa que se torna necessário considerar a formação das identidades e da consciência cidadã. Se para Joaquín Prats (2006) o ensino de história tem um papel significativo na formação da identidade e da consciência cidadã das crianças, é também preciso, segundo ele, que o(a) professor(a) compreenda o movimento das categorias (identidade e consciência cidadã). Com relação ao lúdico, podemos afirmar que essas duas categorias guardam relação com o despertar do interesse das crianças pelo estudo da história.

A história, como disciplina, oferece um marco de referência para entender os problemas sociais, para situar a importância dos acontecimentos diários, para usar a informação criticamente e para viver e atuar com uma consciência cidadã mais plena.

> - Despertar o interesse pelo passado, o que indica que a História não é sinônimo de passado. O passado é o que ocorreu, a História é a investigação que explica e dá coerência a esse passado. Por isso, a História coloca questões fundamentais sobre esse passado a

> partir do presente, o que não deixa de ser uma reflexão de grande contemporaneidade e, portanto, suscetível de compromisso.
> - Potencializar nas crianças e adolescentes um sentido de identidade. Ter uma consciência das origens permite que, quando adultos, possam compartilhar valores, costumes, ideias etc. Esta questão é facilmente manipulável a partir de óticas e exageros nacionalistas. Nossa concepção de educação não pode levar à exclusão ou ao sectarismo, uma vez que a própria identidade sempre cobrará sua dimensão positiva na medida em que mobiliza na direção de uma melhor compreensão daquilo que é distinto, o que equivale a falar de valores de tolerância e de valorização do diferente[29].

Entendemos que a consciência cidadã se trata de um pressuposto para a formação da cidadania. É necessário ter antes consciência para só depois se tornar cidadão/cidadã. Assim o ensino de história situa o presente a partir dos potenciais usos da informação, contribuindo para a construção de posicionamentos críticos. Se a história não é o passado em si, mas o passado situado também no presente, ela guarda um potencial permanente de reflexão, sobre os valores, os costumes, as ideias, sobre tudo aquilo que, afinal, compõe as identidades a partir da valorização da diferença, do outro, de uma dimensão coletiva da vida que pode ser dirigida à emancipação.

Na BNCC (2017), então, os sentidos críticos e emancipatórios, apagados em relação às DCN (2013), foram substituídos por habilidades e, nesse sentido, pela "exploração sociocognitivas". Tanto as habilidades quanto o que é nomeado como "exploração sociocognitiva" guardam relações com uma dimensão individualizada dos processos educativos, especialmente nos anos iniciais: "[...] ao longo de toda a Educação Básica, o ensino das Ciências Humanas deve promover explorações sociocognitivas, afetivas e lúdicas capazes de potencializar sentidos e experiências com saberes sobre a pessoa, o mundo social e a natureza"[30]. As ciências humanas deixam de ser fundamentais, reservando-se apenas o papel de "contribuir para o adensamento de conhecimentos sobre a participação no mundo social e a reflexão sobre questões sociais, éticas e políticas"[31].

Na BNCC (2017), o lúdico aparece associado apenas a situações práticas de aprendizagem, incluindo um aparente detalhamento, ainda que difuso, sobre onde poderiam ser realizadas as atividades. O esvaziamento teórico colabora

para um duplo comprometimento: do próprio papel do(a) professor(a) como aquele(a) que elabora o seu planejamento e reflete sobre ele; e da formação das crianças tendo o lúdico como uma peça-chave que deveria dialogar com uma concepção de educação integral na qual fossem consideradas as dimensões de uma formação humana multidimensional ligadas à perspectiva crítica e relacionadas à criação de possibilidades dirigidas à emancipação. Há, nesse caso, o "estabelecimento de relações sinonímias entre Educação Integral e Educação de Tempo Integral, bem como a negação do princípio emancipatório da Educação Integral"[32].

A delimitação de uma espacialidade mais próxima (corpo, relação com os colegas em sala de aula ou, ainda, limitada à família) no que compete ao lúdico, compromete o ensino de história, sobretudo quando consideramos a consciência cidadã e os processos de formação das identidades significativamente complexos, amplos e, inequivocadamente, coletivos.

No que diz respeito ao ensino de história, na BNCC (2017) dos anos iniciais, é possível destacar uma ênfase do documento que recai sobre o "eu". Ou seja, ao próprio sujeito escolar e àquilo que lhe é familiar, reduzindo a complexidade e a empatia que envolvem a compreensão das experiências do passado:

> O documento desatende às evidências de que, embora as crianças construam narrativas a partir de experiências familiares e do grupo de convivência, elas também elaboram conceitos e ideias acerca do mundo por elas experimentado, estabelecendo comparações entre as temporalidades e os espaços vividos ou não[33].

A BNCC (2017) desconsidera outro aspecto importante do lúdico presente na educação escolar, especialmente na etapa dos anos iniciais: a imaginação. Mesmo que as crianças tenham experiências que se circunscrevem à escola e à casa, elas não deixam de imaginar o mundo maior, dimensões mais amplas da vida que envolvem esses dois espaços. As crianças são capazes, desse modo, de construir referências, estabelecendo comparações, elaborando conceitos, seja sobre aquilo que vive, seja daquilo que não viveu ainda. Trata-se do movimento da consciência cidadã, sendo formada, constituída e integrada pelos sujeitos que ensinam e aprendem história, relacionando-se com a formação das identidades,

com a memória e a cidadania. A sala de aula como um espaço de encontros intersubjetivos, criativos, que se realizam com exercícios de liberdade dirigidos à emancipação.

Quando tratamos da educação lúdica relacionada ao currículo de história nos anos iniciais, é necessário levar em consideração não apenas as dimensões mais individualizadas, mas também aquelas que se abrem ao coletivo, ao mundo social que está além das relações mais próximas da criança com a família e a escola.

O deslocamento do lúdico do campo dos princípios formativos amplos para o terreno das práticas utilitaristas e fragmentadas compromete tanto da autonomia docente quanto o potencial emancipatório da escola pública. Ao confinar o ato de brincar, jogar e imaginar ao espaço restrito da sala de aula, da psicomotricidade ou do núcleo estritamente familiar, a BNCC (2017) esvazia as dimensões críticas e de alteridade que eram resguardadas pelas DCN (2013). No ensino de história, esse recuo teórico é ainda mais drástico, pois ao priorizar o autorreferenciamento do "eu" em detrimento do encontro com o "outro", o documento oficial desatende à capacidade imaginativa das crianças e obstaculiza a formação de uma consciência cidadã e de identidades coletivas complexas.

Considerações finais e aberturas

Na dialética intrínseca ao espaço escolarizado, o "círculo mágico" do lúdico revela-se como um lugar de encontro. A análise comparativa empreendida neste capítulo evidencia que as reformas educacionais implementadas às pressas após o *impeachment* de 2016, materializadas no receituário tecnocrático da BNCC (2017), promoveram um significativo recuo teórico responsável por fragmentar o pacto democrático-educativo que foi construído de maneira coletiva desde os anos 1990. Recuo que, na BNCC (2017), fez emergir a docência precarizada sob o manto da performatividade gerencialista.

Reduzindo e restringindo os limites do brincar e do imaginar, submetendo-os ao pragmatismo individualista e sociocognitivo, o projeto neoliberal procurou fragilizar o ensino de história naquele que talvez seja um de seus mais

importantes propósitos: a superação do autorreferenciamento do "eu" a partir da construção de identidades coletivas abertas à alteridade.

Para compreender esses processos, ao longo do capítulo trabalhamos no sentido de pôr em contato dois reconhecidos campos de produção historiográfica: o da história da educação e o da história política. Identificamos na fricção desses campos algumas potencialidades significativas para se compreender o que, afinal, estamos presenciando em termos de políticas públicas educacionais nos últimos anos e suas relações com as disputas de poder que redesenharam a arena política brasileira em contextos recentes. Em nosso entendimento, estudar no campo das políticas educativas não deixa de ser, também, trabalhar com história. Investigar políticas educativas exige atenção aos contextos.

Ao longo do capítulo, também colocamos em perspectiva os trabalhos que buscaram refletir sobre o lúdico e a ludicidade. Nosso objetivo foi contextualizar acerca de seus sentidos éticos, epistêmicos e políticos. Percebemos que, embora grande parte trate o lúdico como contraponto aos modelos de ensino transmissivos ou estritamente vinculado ao aprendizado e às questões que envolvem a cognição, todos eles fundamentam-se a partir do pressuposto de que a educação se faz no encontro com o outro, no coletivo, premissa que aparece bastante reduzida quando analisamos a BNCC (2017) no comparativo com as DCN (2013).

A formação de uma consciência cidadã e crítica depende da salvaguarda de um "círculo mágico", democrático, coletivo, compartilhado e comum a todas as pessoas. O reconhecimento do esvaziamento do lúdico como espaço-tempo dos encontros não serve apenas para identificar obstáculos, mas também para que se possa (re)ocupar a aula de história como um território político de resistência e de democracia. Propiciar às crianças o direito de imaginar esse mundo (e outros) em sua inteireza. Criar espaços e possibilidades para que as crianças desenvolvam a consciência cidadã, compreendendo o lúdico como um ensaio coletivo fortemente capaz de criar caminhos para a emancipação humana e a transformação social, tão fundamentais em qualquer tempo, em qualquer época.

Notas finais

[1] HUIZINGA, Johan. *Homo ludens:* o jogo como elemento da cultura. Trad. João Álvaro Brandão. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.

[2] ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação clandestina: da história da educação à história política e vice-versa. In: DOMINGOS, Charles Sidarta Machado; BATISTELLA, Alessandro; KRILLOW, Letícia Sabina Wermeier; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; KONRAD, Diorge Alceno (Org.). *Capítulos de história política*: dimensões conceituais e temáticas. Passo Fundo: Acervus, 2023.

[3] GIARETA, Paulo Fioravante. A BNCC e o reformismo curricular no Brasil no contexto da agenda neoliberal. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 29, n. 2, p. 257-278, abr./jun. 2022.

[4] PRATS, Joaquín. Ensinar História no contexto das Ciências Sociais: princípios básicos. *Educar em Revista*, p. 191-218, Número Especial, 2006.

[5] Rémond, René. *Por uma história política*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 29.

[6] CARDOSO, Ciro Flamarion S.; VAINFAS. Ronaldo (Orgs). *Domínio da História*: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

[7] RÉMOND, 2003, p. 36.

[8] Id., p. 442.

[9] Id., 2003, p. 14.

[10] ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco. Educação clandestina: da história da educação à história política e vice-versa. In: Domingos, Charles Sidarta Machado; Batistella, Alessandro; Krillow, Letícia Sabina Wermeier; Almeida. Diego Orgel Dal Bosco; Konrad, Diorge Alceno (Orgs). *Capítulos de história política*: dimensões conceituais e temáticas. Passo Fundo: Acervus, 2023, p. 69.

[11] NÓVOA, António. Apresentação. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (Org.). *Histórias e memórias da educação no Brasil* – Vol. 3, Século XX. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 9.

[12] LUCKESI, Cipriano Carlos. *Ludicidade e atividades lúdicas*: uma abordagem a partir da experiência interna. Salvador: Editora do Autor, 2014, p. 18.

[13] Id. p. 42.

[14] ALMEIDA, Paulo Nunes de. *Educação lúdica*: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1995, p. 11.

[15] OLIVEIRA, Juliana Aparecida Santim de; SILVA, Nivaldo Correia da. O lúdico como ferramenta de aprendizagem na educação infantil. *Revista Saber Acadêmico,* Presidente Prudente, n. 25. p.1-20, 2020.

[16] LUDWIG, Rafael; ALMEIDA, Diego Orgel Dal Bosco; DICKMANN, Ivo. O lúdico no ensino de História nos anos iniciais: notas críticas entre duas prescrições curriculares brasileiras – as DCN'S (2013) e a BNCC (2017). *Revista Cocar*, Belém, v. 19, n. 37, p. 1-23, 2023, p. 9.

[17] HUIZINGA, Op. cit. p. 16.

[18] KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *O jogo e a educação infantil*. São Paulo: Pioneira, 2002, p. 19.

[19] FILGUEIRAS, Isabel Porto. *Espaços lúdicos ao ar livre na educação infantil*. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

[20] BROUGÈRE, Gilles. A criança e a cultura lúdica. In: KISHIMOTO, Tizuko. Morchida. (Org.). *O brincar e suas teorias*. São Paulo: Pioneira, 2002. p.19-32.

[21] GIARETA, Op. Cit.

[22] BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília: Ministério da Educação, 2013, p. 37.

[23] BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: Ministério da Educação, 2017, p. 41.

[24] BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais*. Brasília: Ministério da Educação, 2013, p. 88.

[25] Id. p. 116.

[26] Id. p. 116.

[27] BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: Ministério da Educação, 2017, p. 213.

[28] CONSALTÉR, Evandro; BELLENZIER, Caroline Simon; FÁVERO, Altair Alberto. Docência sob suspeita: as amarras da performatividade gerencialista na educação básica. *Roteiro*, Joaçaba, v. 48, p. 1-26, jan./dez. 2023, p. 14.

[29] PRATS, Op. Cit. p. 196.

[30] BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*: Ministério da Educação, 2017, p. 354.

[31] Id.

[32] VIANNA, Rafael de Brito; SILVEIRA, Éder da Silva. Apontamentos sobre as dimensões constitutivas da Educação Integral em perspectiva crítica. *Revista Cocar*, Belém, v. 18, n. 36, p. 1-21, jan./abr. 2023, p. 6.

[33] CARIE, Nayara Silva de; LIMA, Carollina Carvalho Ramos de; GIAVARA, Ana Paula. A BNCC de História para os Anos Iniciais: reflexões sobre a apropriação da noção de competências. *In*: PINTO JÚNIOR, Arnaldo; SILVA, Felipe Dias de Oliveira; CUNHA, André Victor Cavalcanti Seal da (Org.). *A BNCC de História*: entre prescrições e práticas. Recife: Edupe, 2022. p. 76-95, p. 92.

XV

Estudo de trajetórias e história das primeiras-damas:

as atuações políticas de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé (1910-1924)

Bethânia Luisa Lessa Werner

Cercada por polêmicas, discussões e tensões políticas, a figura das primeiras-damas no cenário brasileiro contemporâneo desperta distintas curiosidades. Desde os incômodos causados pela ocupação de determinados espaços até suas formas de falar, vestir e de participar de assuntos em torno da política nacional, suas movimentações e atuações se tornam assuntos públicos. Na história recente das primeiras-damas no Brasil, por exemplo, é possível observar alguns exemplos de mulheres que romperam com padrões de comportamento que lhes eram percebidos, outrora, como naturais.

Nessa perspectiva, devido a este movimento de transformação em torno das funções e atuações das primeiras-damas no tempo presente, o debate público em torno da figura destas mulheres também se tornou emergente. Enquanto assunto de diferentes meios de comunicação, as notícias veiculadas pela imprensa evidenciam temas como: "Ataques a Janja mostram incômodo com mulheres que rompem com papéis de gênero, dizem especialistas"[1] (BdF, 2025), "Deputado da oposição propõe criar regras para primeiras-damas"[2] (Poder360, 2024) e "Gleisi defende 'cargo honorífico' para Janja e condições para atuação política da primeira-dama" (Folha de São Paulo, 2025).[3] Estes, dentre tantos outros exemplos, promovem discussões sobre as distintas, e tão polêmicas, atuações políticas femininas.

Inscritas nestas, estão as relações de gênero e poder. O incômodo causado por uma mulher ao se pronunciar, por ocupar determinado espaço público ou por posicionar-se de maneira assertiva em relação a assuntos da política nacional, nesse caso, revelam elementos sociais e culturais do contexto em que se instituem e se reproduzem. Nesse sentido, compreendemos o gênero enquanto "uma questão de relações sociais dentro das quais os indivíduos e grupos atuam" (Connel, Pearse, 2015, p. 47),[4] constituindo estruturas sociais que preveem determinados papéis e funções para cada indivíduo. Em diálogo com a atribuição destes papéis, torna-se fundamental compreender essas mulheres em seus contextos particulares, evidenciando "o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis" (Bourdieu, 1989, p. 190),[5] observando tanto suas adequações quanto os questionamentos sobre estes papéis durante o exercício da função de primeira-dama.

Com base nessas concepções, compreendemos que "cada sociedade e cultura desenvolvem mecanismos sócio-políticos em esposas 'ideais', as quais são desenhadas e fabricadas nas e por meio das relações de gênero" (Galetti, Simili, 2013, p. 130).[6] As primeiras-damas ideais, guardadas as especificidades de cada período histórico, deveriam ser, então, mulheres silenciosas. Silenciosas em casa, na rua e na vida. No entanto, ainda que a partir de movimentações, por vezes, silenciosas, algumas destas mulheres apresentaram atuações políticas proeminentes em suas épocas.

Estas atuações, compreendidas enquanto processos e acontecimentos que envolvem estas mulheres e que as aproximam de diferentes áreas do debate político, revelam-se a partir de diferentes esferas. A participação atuante em um partido político, a vinculação e o apoio a movimentos sociais característicos de suas épocas e o próprio pronunciamento individual na imprensa são alguns dos exemplos em que as atuações políticas destas mulheres podem ser observadas historicamente. Pode ser estabelecida, ainda, uma aproximação com o conceito de agência feminina conservadora proposto por Martins (2022) em sua análise sobre os protagonismos das mulheres das elites em ações relacionadas à filantropia. O conceito de agência feminina conservadora, portanto, estaria relacionado à participação destas mulheres em ações religiosas e de assistência social, de modo

geral, nas quais encontravam espaços para que pudessem atuar e intervir socialmente, ainda que a partir de um "modelo conservador de feminilidade pautado pela contenção, pelas virtudes e pela adequação social" (Martins, 2024, p. 16).

Nessa perspectiva, com o objetivo de apresentar e, da mesma forma, fazer emergir reflexões e paralelos com cenários próximos ao tempo presente, é que foram estruturadas as discussões a seguir. Cabe destacar que, além da introdução de uma pesquisa que centraliza a figura de duas primeiras-damas enquanto protagonistas no cenário político da Primeira República no Brasil, este texto também se propõe a semear novas possibilidades e caminhos ao campo da história política, compreendendo-a como já pontuou Rémond, enquanto um universo em constante expansão (Rémond, 2003).[7]

Nesse sentido, consideremos as figuras de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé enquanto orientadoras dessa narrativa. A partir de uma pesquisa que teve como objetivo analisar as atuações políticas destas duas primeiras-damas a partir de suas redes sociais, espaços de sociabilidade e trajetórias políticas, foi possível elencar distintas faces das atuações dessas mulheres. A associação à partidos políticos, assim como à figuras que circulavam pelos corredores do Catete e em torno da política nacional ao longo da Primeira República, foram alguns dos caminhos políticos que constituíram a trajetória de Orsina da Fonseca e Nair de Teffé. Da mesma forma, o pronunciamento público na imprensa em relação a assuntos do governo federal ou associados a este, também rendeu distintas percepções, críticas e representações sobre estas mulheres.

No tempo presente, talvez os(as) leitores(as) reconheçam que, tais pronunciamentos, por exemplo, também sejam atuações políticas que, quando dizem respeito às primeiras-damas, se apresentam, no mínimo, de maneira polêmica. Na Primeira República, no entanto, a polêmica também se instalara quando Nair de Teffé, enquanto primeira-dama, respondia aos comentários do senador Ruy Barbosa sobre ela e a administração do governo federal, caricaturando o senador de maneira cômica e ridicularizada. A polêmica, entretanto, não incidia sobre a filiação e a ocupação do cargo de presidenta honorária por Orsina da Fonseca no Partido Republicano Feminino (PRF), fundado em 1910 com aspi-

rações feministas para a época.[I] Entre as transformações e os reflexos das elaborações culturais e sociais de cada época, a figura das primeiras-damas também nos permite, portanto, compreender de maneira atenta as articulações e os contextos políticos históricos.

De modo a colaborar com estas discussões, o presente capítulo está estruturado a partir de dois grandes blocos de reflexão. Num primeiro momento, observamos a trajetória e as atuações políticas da personagem Orsina da Fonseca, com o objetivo de refletir sobre os distintos significados em torno das movimentações, das redes e dos espaços políticos ocupados por ela. Para essa discussão, foram problematizadas as representações[II] associadas a esta mulher e quais as concepções sobre o exercício de seu papel enquanto primeira-dama do país. Há, nesse momento da análise, a emergência de uma espécie de modelo deste "ser primeira-dama".

Em contraponto a isso, num segundo momento, também serão discutidas as atuações políticas de Nair de Teffé. Com o intuito de observar quais as representações e os significados associados à trajetória política da personagem, são observados distintos momentos e processos que envolvem a primeira-dama e os desdobramentos da política nacional ao longo da Primeira República. Da mesma forma, é possível afirmar que há, nesse segundo momento da análise, a emergência de um outro modelo do "ser primeira-dama", o qual se construiu, em partes, em contraposição à figura anterior.

Por fim, a partir da análise das distintas trajetórias políticas destas duas primeiras-damas na Primeira República, este capítulo propõe a reflexão, estimulando a articulação entre passado e presente, sobre as distintas possibilidades de

[I] Em relação a esse movimento, na historiografia convencionou-se a denominação de feminismo de primeira onda, sendo este caracterizado "pelas reivindicações que ocorreram entre o final do século XIX e o início do XX, na qual as questões mais debatidas eram os direitos políticos, sociais e econômicos das mulheres, nesta ordem" (Karawejczky, 2014, p. 330). Ver mais em: KARAWEJCZYK, Mônica. Suffragettes nos trópicos? A primeira fase do movimento sufragista no Brasil. ***Locus: Revista de História.*** Juiz de Fora, v. 20, n.1, p. 327-346, 2014.

[II] O conceito de representação utilizado para a realização da análise foi o que as compreende enquanto " "representações coletivas que incorporam nos indivíduos as divisões do mundo social e estruturam os esquemas de percepção e de apreciação a partir dos quais estes classificam, julgam e agem" bem como enquanto "formas de exibição do ser social ou do poder político" (Chartier, 1994, p. 108). Ver mais em: CHARTIER, Roger. A história hoje: dúvidas, desafios, propostas. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, vol. 7, nº13, p. 100-113, 1994.

atuação pública para estas mulheres. Da mesma forma, com o intuito de abrir horizontes para novas pesquisas, também são tecidas algumas considerações (ou inquietações) acerca do estudo de trajetórias políticas femininas. Para as compreensões do passado e do presente, estas se apresentam enquanto potentes elementos ainda a serem vistos pelos(as) historiadores(as).

"um exemplo de marechala": as atuações políticas da primeira-dama Orsina da Fonseca

Em 17 de novembro de 1912, *O Paiz* publicou, em nota referente às qualificações da primeira-dama Orsina da Fonseca, a caracterização desta como uma "companheira tão venturosamente talhada pelo destino, [destacando] a sua imperturbabilidade na acção que tem exercido sobre os destinos do paiz"[III] (*O Paiz,* 17/11/1912, p. 3). Em um primeiro momento, a partir desta descrição, é possível observar, pelo menos, dois elementos fundamentais que fizeram parte das representações em torno das atuações políticas desta personagem: sua conduta exemplar enquanto esposa, a qual derivaria, em parte, do segundo elemento, sendo este a sua suposta não interferência nos assuntos relacionados à política nacional.

Na mesma perspectiva, de modo a reforçar essas ideias, foram encontradas descrições sobre Orsina da Fonseca por figuras políticas como o senador Ruy Barbosa, o qual declarava, sobre a primeira-dama, ser esta um "exemplo de marechala, cuja discrição não assumiu jamais a menor parte na vida official do presidente" (*Anais do Senado Federal,* 1917, p. 110).[8] Em torno da imagem de Orsina da Fonseca enquanto mulher e primeira-dama, portanto, construíram-se representações que refletiam tanto ideais próprios de sua época quanto caminhos possíveis para atuações políticas da personagem. Estas atuações, por sua vez, permitem observar a primeira-dama associada às lutas feministas[IV] da época

[III] Ao longo deste capítulo, optou-se pela manutenção da redação de época quando citados trechos das fontes utilizadas.

[IV] Em relação a esse movimento, na historiografia convencionou-se a denominação de feminismo de primeira onda, sendo este caracterizado "pelas reivindicações que ocorreram entre o final do século XIX e o início do XX, na qual as questões mais debatidas eram os direitos políticos, sociais e econômicos das

e, da mesma forma, às articulações do Partido Republicano Feminino (PRF), fundado em 1910.

De acordo com Martins (2024),[9] a aproximação das mulheres, especialmente as pertencentes às elites, no final do século XIX e início do século XX das pautas da educação e da filantropia, significava "a abertura de novos horizontes, espaços de agência e de consciência" (Martins, 2024, p. 7), expandindo os caminhos possíveis às atuações públicas destas mulheres. Em consonância com esta perspectiva, a partir da análise da trajetória de Orsina da Fonseca é possível verificar tal elemento.

A vinculação da personagem com o PRF foi característica desde a criação do partido, em 1910, mesmo ano em que Orsina da Fonseca se tornou primeira-dama. Um dos elementos fundamentais nessa aproximação foi a amizade estabelecida entre Orsina e a professora Leolinda de Figueiredo Daltro, uma das mulheres que liderou a fundação do partido à época. Considerada amiga íntima de Leolinda Daltro, a primeira-dama "recebia a militante da causa das mulheres em sua residência e apoiava as iniciativas do Partido Republicano Feminino (PRF), fundado pela amiga em 1910" (Guedes, Melo, 2019, p. 57).[10] É possível observar, desse modo, o vínculo e o apoio de Orsina da Fonseca aos movimentos de luta pelos direitos das mulheres no início do século XX. Contrariando as falas de Ruy Barbosa, portanto, a primeira-dama não se apresentava de modo alheio à política.

Essa aproximação com o PRF também rendeu à Orsina da Fonseca a nomeação enquanto presidenta[V] honorária do mesmo (*A Lanterna,* 26/11/1916, p. 1), evidenciando sua estreita relação com as pautas defendidas pelo grupo. Da mesma forma, tal nomeação pode revelar o prestígio e o simbolismo em torno do lugar social ocupado por Orsina da Fonseca, assim como as concepções predominantes em torno de sua figura. Estas concepções, por sua vez, também

mulheres, nesta ordem" (Karawejczky, 2014a, p. 330). O termo também foi utilizado pela imprensa da época para tratar da temática emergente das mulheres no cenário político, como demonstrou Karawejczky (2014a, 2014b, 2018).

[V] O termo *presidenta* não encontra-se nas fontes e não foi utilizado ao longo do período para nomear as personagens que ocupavam cargos como o descrito. A denominação utilizada nos materiais da época encontra-se no gênero masculino, denominando Orsina da Fonseca enquanto presidente honorária do PRF (*A Lanterna*, 26/11/1916, p. 1).

podem ser analisadas a partir da fundação da Escola Orsina da Fonseca pelo PRF, em 1911, o qual buscou, com esta iniciativa, homenagear a primeira-dama a partir da denominação da nova escola com seu nome. Assim, a educação e a emancipação das mulheres a partir desta, para além de se constituírem enquanto pautas do partido e de sua agenda, também seriam, a partir de então, aspectos que organizavam o funcionamento da Escola Orsina da Fonseca.[VI]

Enquanto orientadores de suas atividades, portanto, a escola tinha entre seus objetivos "instruir a mulher, afim de que ella se exalce, se dignifique, se liberte e possa, também, dar a Patria cidadãos perfeitos" (*A Imprensa*, 23/09/1911, p. 4). Assim, em homenagem à primeira-dama, destacava-se que "O Partido Republicano Feminino havendo resolvido festejar a primavera não se podia abster de vir apresentar-vos uma escola para a qual o vosso nome tem sido como uma égide" (*A Imprensa*, 23/09/1911, p. 4), fazendo referência à personagem. A construção da imagem de Orsina da Fonseca enquanto mulher exemplar era, dessa maneira, reforçada pelos discursos e narrativas propagados pelo PRF e por suas integrantes.

Além disso, essa aproximação também foi percebida nas dependências do Palácio do Catete, onde integrantes do PRF e alunas da instituição também foram recebidas pelo presidente e pela primeira-dama junto à presença de outros políticos. Com o objetivo de homenagear a figura do presidente, as integrantes do partido organizaram uma comitiva e um desfile até o Catete, onde foram recebidas, dentre outras pessoas, pela primeira-dama. Na publicação veiculada pela *Revista da Semana* em 30 de setembro de 1911, é possível observar a presença de integrantes do partido próximas ao presidente e, de modo especial, a imagem de Orsina da Fonseca vestindo uma faixa do PRF, ao lado de Hermes da

[VI] Para saber mais sobre a escola, ver: ALVES, Teresa Vitória Fernandes. Os caminhos entrelaçados das docentes do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (IPFOF). *Revista Artes de Educar***.** Rio de Janeiro, v. 7, nº2, p. 777-790, 2021. ALVES, Teresa Vitória Fernandes. A escola como espelho: a trajetória das alunas do Instituto Profissional Orsina da Fonseca (1930-1945) através do arquivo permanente da instituição. *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-Rio.* Entre o local e o global. Instituto Multidisciplinar – UFRRJ, p. 1-13, 2016. SEPULVEDA, Denize Aguiar; ALVES, Teresa Vitória Fernandes. Três mulheres, três vidas em uma escola: a trajetória de docentes do instituto profissional feminino Orsina da Fonseca (IPFOF) *Brazilian Journal of Development,* [S. l.], v. 7, n. 7, p. 72038–72049, 2021. GASPAR, Jorge Alexandre dos Santos; VILELA, Lúcia Maria Aversa. O Ensino De Desenho No Instituto Profissional Feminino Orsina Da Fonseca: Os Livros De Luiz Dumont. *REAMEC.* [S. l.], v. 2, n. 1, p. 60-76, 2014.

Fonseca (Figura 1). Na mesma publicação também é possível observar o desfile realizado pelas alunas da escola em direção ao Palácio do Catete.

Figura 1. Recepção da comissão do PRF e da Escola Orsina da Fonseca no Palácio do Catete.
Fonte: *Revista da Semana,* 30/09/1911, p. 9.

Além das aproximações já comentadas anteriormente, cabe destacar, a partir desse momento, a centralidade ocupada pela primeira-dama tanto na imagem acima quanto nas articulações que envolviam as ações do partido. É possível investigar, nesse sentido, um provável fortalecimento e impulsionamento das demandas e atividades do PRF a partir do apoio concedido pela primeira-dama ao mesmo, assim como sua provável identificação com os ideais feministas defendidos pelo partido naquele período.

Nessa relação, as concepções construídas em torno da figura da primeira-dama possuíam caráter laudatório. Dentre estas, por exemplo, encontram-se trechos do discurso oficial de fundação da Escola Orsina da Fonseca, proferido pela poetisa Gylka da Costa Machado, a qual "[...] depois de traçar o papel da mulher na sociedade, offereceu o titulo de protetora á Exma. Sra. D. Orsina da Fonseca, 'em nome da familia, do sexo, do partido feminino e como um culto á mulher, á mãi, á esposa virtuosa'" (*O Paiz*, 19/06/1911, p. 6). Enquanto um exemplo feminino, tais representações sobre Orsina da Fonseca também construíram, à época, um modelo de ser mulher, mas especialmente, de ser primeira-dama.

Nessa perspectiva, esse modelo era reforçado através de declarações que colocavam as posturas, atitudes e condutas de Orsina da Fonseca em uma espécie de pedestal. Após o seu falecimento, ocorrido em 30 de novembro de 1912, tais elementos adquiriram ainda mais força, especialmente na imprensa. Enquanto exemplo, podemos observar a nota veiculada pela *Revista da Semana,* descrevendo a personagem enquanto uma "esposa amantíssima [...] senhora de altas virtudes moraes, cuja presença na elevada posição a que acompanhou seu marido só se manifestou por actos de caridade e doçura" (*Revista da Semana,* 07/12/1912, p.1). De maneira semelhante, outras descrições podem ser incorporadas enquanto exemplos desse processo como aquela publicada pela revista *Careta,* evidenciando que a figura de Orsina da Fonseca "symbolisava com dignidade incomparavel a meiga e austera mãi de familia brasileira e era um desses admiraveis typos de mulheres que floresceram no velho Brasil" (*Careta*, 07/12/1912, p. 12).[VII] A

[VII] Para uma análise mais específica sobre as narrativas e representações em torno do falecimento da primeira-dama nas páginas da imprensa, consulte: WERNER, Bethânia Luisa Lessa. Quando elas se tornam notícia: as primeiras-damas Orsina da Fonseca e Nair de Teffé nas páginas da imprensa do Rio de Janeiro (1910-1914). In: KRILOW, Letícia Sabina Wermeier; LOPES, Aristeu Elisandro Machado. (Org.). *Estudos sobre História, Imprensa e Mídias Digitais***.** 1ed. Passo Fundo: Acervus, 2025, v. 1, p. 111-134.

maternidade e o cuidado, portanto, se apresentam enquanto elementos que, por estarem presentes na trajetória de Orsina da Fonseca, fizeram com que as representações sobre a personagem e suas atuações fossem consideradas exemplares. Enquanto mulher, esposa, mãe e primeira-dama, dessa maneira, ela representava um modelo a ser seguido pelas mulheres do país.

Tais adequações a padrões sociais e culturais da época não invalidam, no entanto, as atuações políticas desta mulher. Ao analisar as agências públicas e políticas das mulheres das elites, Martins destaca ser fundamental olhar "para além das imagens simplificadoras das experiências femininas no século XIX e em boa parte do século XX – passividade, submissão, inferioridade" pois mesmo a partir destas - e, em alguns casos, através destas - "[...] muitas mulheres souberam articular discursos e práticas a partir de um quadro ideológico conformista, convencional e mesmo conservador" (Martins, 2023, p. 101).[11] Tais elementos colaboraram, portanto, na emergência de um modelo feminino a partir das posturas e ações de Orsina da Fonseca, não desarticulada de seu tempo.

Assim, inserida e formada por seus contextos sociais, políticos, econômicos e intelectuais, Orsina da Fonseca apresentou atuações políticas ao longo de sua trajetória que a fizeram ocupar diferentes espaços. Enquanto uma mulher advinda de uma família de elite, que teve um casamento intrafamiliar ocorrido antes dos seus 20 anos e, por isso, também exerceu desde jovem a função de mãe, é possível observar a permanência de distintos elementos que, à época, eram considerados "naturais" e não opcionais às mulheres, na trajetória desta personagem. Ainda assim, Orsina da Fonseca foi protagonista em diferentes momentos a partir de suas atuações políticas através e por meio dessas estruturas, as quais lhe levaram não apenas à vinculação a um partido que defendia direitos femininos durante a Primeira República, mas também até a representação de uma primeira-dama que foi, em sua época, uma mãe da pátria.

"a mais interessante desenhista brasileira": as atuações políticas da primeira-dama Nair de Teffé

Na sessão de 20 de setembro de 1913 do Senado Federal, Ruy Barbosa centralizava em sua narrativa a figura das primeiras-damas. Considerando o recente falecimento da primeira-dama Orsina da Fonseca, ocorrido cerca de um ano antes, o senador destacava em seu discurso as distintas inadequações políticas e sociais que envolviam o segundo casamento do presidente Hermes da Fonseca, em 1913. Em meio a sua fala emergiram críticas aos gastos públicos relacionados ao casamento, destacando as demasiadas reuniões de apresentação da nova esposa do presidente ao corpo político e diplomático do país enquanto inconvenientes, assim como críticas delineadas diretamente à figura da mulher que, em alguns meses, ocuparia a função de primeira-dama do país: Nair de Teffé.

Ao longo do discurso de Ruy Barbosa nesta sessão, o político destacou que "de taes solemnidades se não cercou o ingresso da sua primeira esposa á vida social como consorte do Presidente" (*Anais do Senado Federal,* 1916, p. 544),[12] evidenciando, em seguida, características como o estilo discreto e reservado de Orsina da Fonseca enquanto exemplares em uma mulher. A partir de declarações como esta, portanto, há o início da construção de representações baseadas na contraposição e na comparação de ações, trajetórias e comportamentos entre Orsina da Fonseca e Nair de Teffé. Estes discursos, protagonizados de maneira especial pelo senador Ruy Barbosa, indicam uma tentativa de redução de espaços ocupados e a limitação de ações e influências que, segundo o político e parte da imprensa da época, estas mulheres exerceriam sobre a política nacional.

Como uma mulher que também advinha de uma família de elite naquele período, Nair de Teffé já possuía certa familiaridade com os ambientes e algumas das pessoas que compunham o cenário político da época. Enquanto amiga do senador Pinheiro Machado, filha do Barão de Teffé e irmã do secretário do presidente da República, Álvaro de Teffé, a jovem, assim como a sua família, já possuíam vínculos estabelecidos com a família Fonseca previamente. Cabe destacar, neste aspecto, o encontro de um registro em que ambas as personagens aqui analisadas podem ser vistas no mesmo evento social (Figura 2).

NOTAS ARTISTICAS

Aspecto da Exposição de trabalhos de *Rian*, pseudonymo artistico da senhorita Nair de Teffé, cujas caricaturas do nosso *grand-monde* tem obtido sempre o maior successo. N'esta photographia vê-se o Marechal Hermes conversando com uma distincta visitante.

Grupo tirado na inauguração da exposição de caricaturas, no salão do *Jornal do Commercio*, vendo-se *Rian* (a primeira, a partir da direita) ao lado de Mmes. Pinheiro Machado e Hermes da Fonseca. Veêm-se tambem o Marechal Hermes, General Pinheiro Machado, Dr. Belisario Tavora e outras pessoas gradas.]

Figura 2. Exposição promovida por Rian no salão do *Jornal do Commercio.*
Fonte: *Fon Fon*, 15/06/1912, p. 23.

A ocasião a que faz referência este registro foi uma das exposições de Nair de Teffé - sob o pseudônimo Rian - nos salões do *Jornal do Commercio*. Enquanto uma das primeiras mulheres caricaturistas a publicarem na imprensa brasileira, sua trajetória artística foi bastante proeminente para a época. Este destaque também pode ser observado a partir da presença do casal presidencial na inauguração da exposição, assim como outros e outras integrantes das elites cariocas que prestigiaram a jovem artista, delineando parte das redes sociais que faziam parte do cotidiano da personagem. Nessa perspectiva, a busca pela compreensão de ambas as personagens aqui descritas a partir de suas contextualizações sociais também se interessou pela "reconstrução de redes de relações e pela identificação de escolhas específicas (individuais ou coletivas)" (Grendi, 1998, p. 253),[13] as quais também possibilitam o estudo de suas trajetórias de maneira mais complexa e articulada.

Da mesma forma, Vendrame evidenciou que a "reconstrução das redes de um indivíduo ou grupo tem se mostrado instrumento valiosíssimo para analisar a ação social e o tecido de relações interpessoais nas quais as pessoas se encontravam imersas" (Vendrame, 2016, p. 175).[14] Ou seja, compreender as atuações políticas das primeiras-damas também requer a análise de suas redes, observando os vínculos e as influências que exerciam sobre e a partir destas no cenário político. Tais concepções se tornam fundamentais quando nos detemos na trajetória artística de Nair de Teffé.

Enquanto caricaturista, a personagem produziu diferentes leituras e releituras sobre os ambientes e indivíduos com os quais teve contato. Essas expressões artísticas já faziam parte da vida de Nair de Teffé antes mesmo de tornar-se primeira-dama, sendo grande parte de suas produções voltadas para a caricatura de personagens masculinos, aspecto que caracteriza as redes estabelecidas pela personagem ao longo de sua trajetória. Chagas descreve que "Nair de Teffé viveu entre a arte e a política com a consciência de que seus gestos artísticos modernos e inovadores tinham extraordinário impacto num mundo político conservador e patriarcal" (Chagas, 2016, p. 62),[15] apontando para as influências políticas que, a partir da arte, ela também exerceu enquanto primeira-dama.

Anunciado o casamento com o presidente da República em 1913, a curiosidade da imprensa sobre a jovem que viria a ser primeira-dama lhe rendeu dis-

tintas representações. Em nota da revista *Faceira,* Nair de Teffé era descrita como "[...] moça de espírito evoluído e culto, mulher incontestavelmente perfeita, pois reune aos seus dotes physicos uma inteligencia [...] uma representante dignificadora do sexo que cultua" (*A Faceira,* out./nov. 1913, p. 6). Da mesma forma, os jornais lhe direcionavam elogios a descrevendo como "uma das mais finas e intelligentes e finas da sociedade carioca, já tendo dado provas publicas das multiplas faces do seu talento" (*A Epoca,* 02/09/1913, p. 1) e, também, como "a mais interessante desenhista brasileira" (*A Noite,* 20/06/1922, p. 1). Em relação a tais caracterizações, é possível observar tanto o aumento da frequência destas a partir do anúncio de seu casamento com o presidente da República - tornando-a, ainda mais, uma figura pública - mas também a emergência de um novo modelo de ser primeira-dama que seria inaugurado por Nair de Teffé.

Sobre tal aspecto, cabe destacar novamente um discurso do senador Ruy Barbosa que, desta vez, menciona a figura de ambas as mulheres e as posiciona de maneira contrastante a partir de suas condutas e posicionamentos públicos. Na sessão do Senado Federal em 11 de novembro de 1914, o senador profere um longo discurso acerca de sua insatisfação com aspectos diversos relacionados à administração do governo federal. Dentre estes, um dos tópicos foi reservado às primeiras-damas, sobre as quais Ruy Barbosa faz uma longa introdução buscando situar o lugar das mulheres esposas dos chefes de Estado em uma República. Em meio a esta narrativa, Barbosa evocou a figura de Orsina da Fonseca e destacou os conselhos da oposição ao Marechal Hermes da Fonseca buscando preservar "a memoria e o exemplo da primeira marechala [...]" (*Anais do Senado Federal,* 1917, p. 110). Em seguida, ao referir-se a segunda esposa do presidente, o senador pontuou as inúmeras influências exercidas por Nair de Teffé sobre as ações deste, as quais, segundo Barbosa, se atribuíam, em alguns casos, somente "á vontade imperativa da mulher do presidente", reforçando sua tese de que "exercer impunemente uma tal influencia, ainda ninguem o conseguiu" (*Anais do Senado Federal,* 1917, p. 110).

Ao incluir estas afirmações em seu discurso, Ruy Barbosa fazia referência aos episódios de prisão de Edmundo Bittencourt, diretor do jornal *Correio da Manhã,* e ao acontecimento da noite do Corta Jaca, como ficou conhecida a última recepção do governo de Hermes da Fonseca como presidente, no Palácio

do Catete.[VIII] Em ambos os casos, o senador centralizou a figura da primeira-dama enquanto protagonista de atuações políticas que, dadas as reações e repercussões, foram consideradas incômodas e inadequadas. Dentre estas também estava a resposta que ele recebeu da primeira-dama a partir destes pronunciamentos, tendo esta produzido uma caricatura do senador em que o mesmo aparece segurando um chapéu com o qual estaria implorando por atenção alheia. Ao levar as ações e o protagonismo de Nair de Teffé nestas ao âmbito do Senado Federal, Ruy Barbosa sinalizava, portanto, o incômodo causado por uma mulher que, de maneira irreverente, própria e autêntica, dava novas características ao ser primeira-dama no Brasil.

Nesse sentido, ao longo da análise da trajetória de Nair de Teffé foi possível perceber quais as significações por ela atribuídas ao "ser mulher casada e esposa de governante, bem como de que maneira o público e o privado estiveram interseccionados em seu percurso" (Galetti, Simili, 2013, p. 130). Dessa forma, em contraposição à imagem elaborada sobre Orsina da Fonseca anteriormente, parte da imprensa destacava Nair de Teffé a partir de acontecimentos como aqueles destacados por Ruy Barbosa, indicando que "estamos a tirar a nação das regras mais elementares do regimen, chegando aos poucos ao extremo de introduzir na administração da Republica esse órgão novo, a rainha, s. ex. a Presidenta" (*O Seculo*, 17/09/1913, p. 1). Ou seja, as supostas vontades e interferências da primeira-dama nas articulações e decisões políticas do marido seriam, dessa forma, fatores responsáveis pela quase institucionalização de um cargo para ela. Entre continuidades e transformações, cabe destacar o quanto tais discussões ainda se fazem presentes em relação às atuações e posicionamentos políticos das primeiras-damas no Brasil no tempo presente, como apresenta uma das notícias descritas na introdução deste capítulo.

Nessa perspectiva, a nota publicada pelo jornal *O Imparcial* também demonstrava quais eram algumas das concepções atribuídas à Nair de Teffé naquele período, evidenciando que

[VIII] Para saber mais sobre as análises em torno de ambos os episódios, verificar: WERNER, Bethânia Luisa Lessa. **"***Eu serei uma senhora importante. Vou ser muito importante":* a trajetória política de Nair de Teffé na Primeira República (1910- 1922). Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2022.

> A senhora do chefe do governo não tem direito a nenhuma representação official, conservando como esposa do presidente da Republica a mesma altíssima posição no seu lar, que não depende dos encargos políticos de seu marido. A situação de mlle. Nair de Teffé ainda não está definida por um acto legal e irrevogável. As festas publicas, as representações officiaes da graciosa mademoiselle não são apenas uma inconveniencia social, mas tambem uma impertinencia política, que está surprehendendo desagradavelmente todo o paiz" (*O Imparcial*, 29/10/1913, p. 3).

Ainda que consideradas como uma inconveniência social e uma impertinência política, as atuações políticas de Nair de Teffé, seja através da arte ou a partir da sua ocupação da função de primeira-dama, elaboraram, portanto, um novo quadro sobre o ser primeira-dama ao longo da Primeira República.

Considerações finais

Entre expectativas e tensões sociais e históricas, constroem-se distintas atuações políticas femininas. Através da vinculação a um partido político que, no início do século XX, centralizava suas ações na luta pelos direitos políticos femininos, por exemplo, Orsina da Fonseca demonstrou uma das faces de suas atuações. Já Nair de Teffé, através da arte da caricatura e do uso desta enquanto instrumento político para suas manifestações públicas, também evidenciou outras possíveis formas de interações das mulheres com os cenários políticos de suas épocas. Enquanto primeiras-damas, cada uma destas mulheres se posicionou de maneira diferente em relação às expectativas sociais, políticas e comportamentais que recaíam sobre si e sobre os lugares que ocupavam.

Estas atuações, compreendidas enquanto formas de intervenção, participação e influência no cenário político da época, também permitem com que as trajetórias das primeiras-damas sejam chaves de leitura para outras compreensões sobre os períodos e os contextos que os formam. Enquanto mulheres das elites, no entanto, o estudo destas trajetórias e, por consequência, das atuações políticas destas mulheres, foi permeado por constantes desafios, especialmente em relação às fontes. Ainda que inseridas em grupos sociais que historicamente

costumam deixar mais registros, os quais posteriormente podem se tornar fontes para os historiadores e historiadoras estudarem distintos contextos e aspectos que constituem os passados, a análise de trajetórias das mulheres das elites encontra, em seu percurso, necessários esforços teóricos e metodológicos para rastreá-las. Tais características tornam necessário um olhar atento e crítico às fontes para a leitura, muitas vezes, das presenças nas entrelinhas.

Da mesma forma, o estudo das redes sociais e dos espaços de sociabilidade das personagens também possibilitou observá-las em contato com diferentes pessoas, criando vínculos sociais e políticos. Enquanto exemplar, nesse sentido, há a relação de amizade entre a primeira-dama Orsina da Fonseca e a professora Leolinda Daltro, aproximação que refletiu no apoio e na importância que a figura da primeira-dama teve na fundação e no desenvolvimento das ações do Partido Republicano Feminino, especialmente nos primeiros anos após a sua fundação. Assim, mesmo inserida em outras ações relacionadas à assistência social, as quais também lhe davam determinada projeção pública e política, Orsina da Fonseca apresentou protagonismos políticos diretamente relacionados ao movimento de luta pelos direitos das mulheres no início do século XX. Posteriormente, no entanto, tais atuações parecem ter sido marginalizadas na construção das representações sobre a personagem após o seu falecimento. Estas representações, portanto, centralizaram, de modo geral, a maternidade e o casamento enquanto acontecimentos que resumiam tanto a figura de Orsina da Fonseca quanto as atuações políticas ao longo de sua trajetória.

Por outro lado, já em relação às atuações de Nair de Teffé enquanto primeira-dama, é possível perceber maior valorização de inúmeros outros aspectos que colaboraram para que a ela fossem atribuídas representações nem sempre positivas. Sua projeção artística e seus posicionamentos a partir das caricaturas, por exemplo, foram centrais na elaboração da representação de uma mulher que não estaria exercendo adequadamente seu papel enquanto primeira-dama, segundo os costumes da época. Da mesma forma, sua inserção prévia ao casamento em espaços de sociabilidade comuns às elites do período, a permitiam estar em contato com outros integrantes destes grupos ao longo da sua juventude, criando vínculos e redes que lhe foram fundamentais nos enfrentamentos políticos que protagonizou enquanto primeira-dama.

Nessa perspectiva, encontramos de um lado as concepções sobre uma mulher considerada austera, séria e exemplar enquanto mãe, esposa, mulher e primeira-dama. Orsina da Fonseca, dessa forma, representava um modelo deste "ser primeira-dama" que era, à época, considerado adequado. Do outro lado, contudo, encontramos as representações sobre uma mulher considerada jovem demais, irreverente e inquieta, a qual teve suas representações elaboradas também a partir da contraposição ao modelo representado pela figura de Orsina da Fonseca. Nair de Teffé, portanto, introduziu e apresentou outras formas de ocupar e de experienciar a função de primeira-dama.

Dessa maneira, a partir do estudo da trajetória e das atuações políticas de ambas as personagens apresentadas neste capítulo, buscamos apontar para diferentes caminhos possíveis para o estudo sobre a política em variados contextos históricos. Além de trazer centralidade para a figura das primeiras-damas enquanto agentes sócio-políticos de suas épocas, também buscamos considerá-las enquanto indivíduos centrais em nossa narrativa. Esta centralidade, por sua vez, se apresenta enquanto um dos aspectos do movimento de renovação constante das investigações sobre a história política. Ao considerar os reflexos no estudo de acontecimentos no tempo presente, como apresentado na introdução, também é possível perceber outros protagonismos exercidos por estas mulheres, característicos de suas épocas e momentos históricos. Assim, a análise de suas atuações políticas em diferentes temporalidades, passadas e presentes, nos permite compreender transformações e continuidades associadas ao ser primeira-dama, bem como a singularidade de cada mulher, frente a sua época e os desafios inerentes destas, na ocupação desta função política e social.

Notas finais

[1] ROBICHEZ, Adele. CARVALHO, Igor. LACERDA, Nara. Ataques a Janja mostram incômodo com mulheres que rompem com papéis de gênero, dizem especialistas. *Brasil de Fato***.** maio/2025. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/podcast/tres-por-quatro/2025/05/22/ataques-a-janja-mostram-incomodo-com-mulheres-que-rompem-papeis-de-genero-dizem-especialistas/ Acesso realizado em 18/07/2025.

[2] PODER 360. Deputado da oposição propõe criar regras para primeiras-damas. *PODER 360***.** 19 nov. 2024. Disponível em: https://www.poder360.com.br/poder-congresso/deputado-da-oposicao-propoe-criar-regras-para-primeiras-damas/ Acesso realizado em 18/07/2025.

[3] FOLHA DE SÃO PAULO. Gleisi defende "cargo honorífico" para Janja e condições para atuação política da primeira-dama. *Folha de São Paulo.* 21 mar. 2025. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/03/gleisi-defende-cargo-honorifico-para-janja-e-condicoes-para-atuacao-politica-da-primeira-dama.shtml Acesso realizado em 18/07/2025.

[4] CONNELL, Raewyn. PEARSE, Rebecca. A questão do gênero. In: CONNELL, R; PEARSE, R. (org.) *Gênero: uma perspectiva global***.** Tradução de Marília Moschkovich. São Paulo: nVersos, 2015, p. 29-50.

[5] BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico***.** [trad. Fernando Tomaz]. Coleção Memória e Sociedade. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1989.

[6] GALETTI, Camila Hildebrand; SIMILI, Ivana Guilherme. Mulheres, casamento e política: a artista e primeira dama Nair de Teffé. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia, v.26, n.1, p. 129-151, jan./jun. 2013.

[7] RÉMOND, René. *Por uma história política***.** [tradução: Dora Rocha] 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

[8] FEDERAL, Annaes do Senado. *Sessões de 1 a 30 de novembro de 1914***.** Volume VII. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1917.

[9] MARTINS, Ana Paula Vosne. As mulheres sobre as quais não falamos: filantropia e práticas de esquecimento e de memória. *Tempo & Argumento*. Florianópolis, v. 1, n.41, p. 1-31, abr. 2024.

[10] GUEDES, Ciça. MELO, Murilo Fiuza de. *Todas as mulheres dos presidentes* – a história das primeiras damas desde o início da República. Rio de Janeiro: Máquina dos Livros, 2019.

[11] MARTINS, Ana Paula Vosne. *Faces femininas do conservadorismo:* filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX. 1ª ed. Teresina, Cancioneiro, 2023.

[12] FEDERAL, Annaes do Senado. *Sessões de 1 a 30 de setembro de 1913***.** Volume VI. Congresso Nacional. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1916.

[13] GRENDI, Edoardo. Repensar a micro-história? In: In: REVEL, Jacques (org.). *Jogos de Escala***:** a experiência da microanálise. Tradução: Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 251-262.

[14] VENDRAME, Maíra Ines. *O poder na aldeia***:** Redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre os camponeses italianos (Brasil-Itália). São Leopoldo: Oikos. Porto Alegre: ANPUH/RS, 2016.

[15] CHAGAS, Mario. Nair de Teffé: Uma mulher entre a arte e a política. In: ASSIS, Maria Elisabete Arruda de. SANTOS, Taís Valente dos. (org.). *Memória feminina***:** Mulheres na História/História das mulheres. Recife: Fundação Joaquim Nabuco. Editora Massangana, 2016, p. 58-65.

XVI

Fotografias 3x4 nas solicitações de carteira profissional de trabalho:

os trabalhadores da metalúrgica Wallig & Cia., de Porto Alegre, 1933-1942[1]

Aristeu Elisandro Machado Lopes

O dia 12 de setembro de 1933, para além de ser um dia comum, já que não há nenhum feriado nacional celebrado na data, demarcou a vida de alguns trabalhadores em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul. Naquele dia, 97 trabalhadores, vinculados a Wallig & Cia., foram fotografados. Não se tratou de uma fotografia aleatória ou coletiva, ao contrário, o registro tinha um motivo e cada um deles teve seu rosto capturado individualmente. A razão pela qual foram produzidas era a solicitação de carteira profissional de trabalho, sendo que a fotografia no formato 3x4 componente obrigatório à efetivação do pedido.

A carteira profissional de trabalho foi criada pelo governo ainda provisório de Getúlio Vargas, em 1932, e faz parte do conjunto de leis destinadas aos trabalhadores brasileiros que seriam decretadas ao longo da década de 1930. A promulgação da carteira inaugurou esse processo, sendo considerada por Angela de Castro Gomes como "documento por excelência do novo regime, traduzia o tipo de relação entre cidadão e estado que se desejava construir".[1]

O novo documento se tornou algo almejado, já que, em suas páginas, eram registradas todas as atividades profissionais do seu portador. Ao mesmo tempo,

[1] Este capítulo é resultado de projeto de pesquisa apoiado com Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq 2.

assegurava os demais direitos trabalhistas, pois, conforme o artigo 22º do decreto: "Após doze meses de vigência do presente decreto, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio só tomará conhecimento das queixas e reclamações dos empregados que possuírem carteiras profissionais".[2] Dessa forma, o ato de solicitar a carteira profissional de trabalho passou a fazer parte da realidade dos trabalhadores brasileiros, incluindo aqueles do Rio Grande do Sul.

Os pedidos iniciaram no estado em 1933 e, no começo, somente em Porto Alegre, sendo que as solicitações nos demais municípios foram realizadas a partir de 1935. Na capital, os trabalhadores seguiram os artigos do decreto e foram em busca de suas carteiras. Entretanto, essa iniciativa que, em um primeiro momento, poderia ser feita de forma espontânea, nem sempre assim ocorreu. O decreto determinou, em seu artigo 4º, parágrafo 2º, que "além do próprio interessado, os empregadores, ou os sindicatos oficialmente reconhecidos, poderão promover o andamento do pedido das carteiras".[3] Essa condição remete ao dia 12 de setembro de 1933 quando os trabalhadores da Wallig & Cia. foram fotografados. Em outras palavras, é provável que a produção das fotografias realizadas nesta data foi uma ação da própria fábrica, atendendo ao que estava previsto no decreto.

A Wallig & Cia., no entanto, não foi a única a ter essa iniciativa. Os trabalhadores da A. J. Renner, uma das principais fábricas do setor têxtil da América Latina, também foram fotografados na mesma data e, inclusive, alguns em dias consecutivos. Essa também foi uma condição verificada nas fotografias realizadas em outros municípios. O Frigorífico Anglo, de Pelotas, e os da Cooperativa de banha, de Guaporé, também tiveram seus registros fotográficos realizados conjuntamente e exemplificam esse formato de produção das fotografias.[II]

Este capítulo tem por objetivo apresentar e analisar os dados e fotografias 3x4 dos trabalhadores vinculados a Wallig & Cia. que solicitaram carteira profissional de trabalho entre os anos de 1933 e 1942. Para além dos 97 fotografados

[II] Sobre as fotografias 3x4 dos trabalhadores do Frigorífico Anglo, ver: LOPES, Aristeu Elisandro Machado; SCHMIDT, Mônica Renata. Os trabalhadores no Frigorífico Anglo de Pelotas no Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul: história, memória e fotografia. *Revista Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, n. 1, v. 22, p. 398-423, 2018. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/17930 Acesso em: 03/04/2026. Já em relação aos trabalhadores da Cooperativa de banha, ver: LOPES, Aristeu. *Trabalhadores da carne e do couro em 3×4*: histórias de trabalho e fotografias nas solicitações de carteira profissional em frigoríficos e curtumes no Rio Grande do Sul, anos 1930/1940. Porto Alegre: Casaletras, 2023.

no mesmo dia, outros 96 também constam nos dados, totalizando 193 trabalhadores. Para o desenvolvimento do texto, serão consultados os dados pessoais e profissionais dos solicitantes que constam registrados em suas fichas de qualificação profissional. Trata-se de um formulário que recebia as informações e que servia de base para a confecção da carteira. Entre outros, nome, local e data de nascimento, filiação, estado civil, cor da pele, cor do cabelo, cor dos olhos, altura, residência, estabelecimento de vínculo, local e endereço do estabelecimento, data da chegada ao Brasil, caso fosse estrangeiro, são alguns dos campos da ficha.

No verso do documento, era afixada a fotografia 3x4 e registradas as impressões das digitais dos dedos das mãos. Os documentos analisados – a ficha de qualificação profissional e o registro fotográfico fixado nela – permitem verificar nuances sobre as histórias de trabalho dos solicitantes, identificando seus nomes e apresentando seus rostos. Assim, a fotografia 3x4 é componente relevante para o desenvolvimento do capítulo.

A possibilidade de ver o rosto e consultar os nomes das pessoas nem sempre é viável nas fontes, sobretudo quando se trata de pessoas comuns, geralmente averiguadas apenas pelo coletivo, anonimamente. A análise das fotografias vai ao encontro do que é proposto por Ulpiano Bezerra de Meneses, ao enfatizar que elas não constituem o objeto em si, e sim, são "vetores para a investigação de aspectos relevantes na organização, funcionamento e transformação de uma sociedade".[4] Os registros fotográficos, nesse sentido, mostram as expressões dos trabalhadores e as roupas que eles escolheram para a captação de sua fotografia 3x4, mas elas também envolvem o contexto das políticas trabalhistas do período Vargas, demarcado pelas relações entre o estado e o conjunto do operariado brasileiro.

Os trabalhadores da Wallig & Cia. nos dados e fotografias do acervo da DRT/RS

Os 193 trabalhadores da Wallig & Cia. identificados nos dados da DRT/RS não representam a totalidade da mão de obra empregada na fábrica, uma vez que nem todas as fichas foram conservadas no acervo.[III] Conforme pesquisa rea-

[III] O Acervo da Delegacia Regional do Trabalho do Rio Grande do Sul é formado por aproximadamente 627.000 fichas de qualificação profissional, distribuídas em 1.100 caixas de arquivo permanente abran-

lizada por Clarice Speranza, aproximadamente 80% da documentação se perdeu antes da sua salvaguarda no NDH/UFPel.[IV] Dessa forma, é provável que outros trabalhadores da Wallig & Cia., uma indústria metalúrgica de grande porte, não constam nos dados das fichas.

De acordo com Sandra Pesavento, a Wallig & Cia. compunha o grupo das "maiores fábricas do estado [que] realizavam, na década de 1920, sucessivos aumentos de capital, aquisição de tecnologia e ampliação de sua planta industrial".[5] Fundada em 1904, por Pedro Wallig, se destacou, principalmente, pela produção de fogões, mas também fabricavam camas e outros produtos, como caldeiras e serpentinas.[V] No começo dos anos 1920, era considerada a "maior fábrica de fogões do Brasil, mantendo um modelo paternalista de gestão empresarial, tão comum ao empresariado teuto-brasileiro de Porto Alegre".[6]

A Wallig & Cia. teve uma longa trajetória de atuação e sucesso. No início, era apenas uma oficina com oito funcionários, mas, "por volta de 1926, o quadro passa para o número de 200 integrantes".[7] Em 1968, totalizava 1.556 trabalhadores.[8] Entretanto, em 1981 teve suas operações encerradas, embora,

> Entre idas e vindas, nos despojos da empresa, duas cooperativas, com o apoio do Sindicato dos Metalúrgicos, passaram a ocupar o espaço da fábrica: a Coomec (Cooperativa Industrial Mecânica dos Trabalhadores na Wallig Sul Ltda) e a Coofund (Cooperativa Industrial de Fundidos dos Trabalhadores na Wallig Sul Ltda). Elas mantiveram a empresa funcionando por meio de uma auto-

gendo o primeiro ano da Delegacia, 1933, até 1968. Desde 2007 as pesquisas no acervo foram facilitadas com a criação de um banco de dados que repete os campos da ficha e permite cruzar as informações já inseridas. Atualmente, o banco comporta dados de 50. 339 fichas, entre 1933 e 1944, sendo que este ano ainda está em digitação.

[IV] A autora cruzou os dados sobre o quantitativo de pedidos de carteira realizados no Rio Grande do Sul que constam nos *Anuários Estatísticos* do IBGE com a documentação existente no acervo da DRT/RS: "O total de carteiras emitidas entre 1933 e 1945 no Rio Grande do Sul alcança, portanto, 221.518 segundo o IBGE. Sendo assim, nossa amostra de fichas de qualificação (45.513) representa 20,54% do universo total." SPERANZA, Clarice Gontarski. Branco, preto, pardo, moreno ou escuro? Classificações raciais nas carteiras dos trabalhadores gaúchos (1933-1945). *Tempos Históricos,* Marechal Cândido Rondon, n. 1, v.21, p. 114, 2017. Disponível em: https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/17092 Acesso em 02/03/2022.

[V] Conforme Fernando Pureza, foram os filhos, Guilherme Wallig e João Wallig, "que deram o rosto 'moderno' da empresa". PUREZA, Fernando. Lugares de memória dos trabalhadores #84: Indústrias Wallig, Porto Alegre (RS). In: FONTES, Paulo. *Lugares de memória dos trabalhadores.* São Paulo: Alameda, 2023, p. 304.

gestão operária que perduraria até 1991. A Coofund ainda permaneceria até o ano de 1997, mas sem exercer produção direta na fábrica, fechada por ordem judicial em 1993.[9]

Com quase 90 anos de funcionamento, a Wallig & Cia. se tornou um dos principais empreendimentos do setor metalúrgico brasileiro, como já afiançava, a revista *Mascara*, de Porto Alegre, em matéria de 1927, intitulada: "Um dos expoentes máximos da indústria metalúrgica do Brasil".[10] A partir dos dados do acervo da DRT/RS se verifica que a importância econômica foi mantida nos anos 1930, uma vez que é uma das empresas mais demandadas de Porto Alegre entre os estabelecimentos cujos trabalhadores solicitaram carteiras profissionais de trabalho.[VI]

O conjunto de 193 fichas preenchidas com os dados dos trabalhadores da Wallig & Cia. apresenta somente um pedido feito por uma trabalhadora. Walesca Raimundo nasceu em 03 de abril de 1919, em Taquara, e tinha 17 anos quando foi fotografada em 26 de junho de 1936.

Figura 1. Trabalhadora Walesca Raimundo. Fonte: Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

Os dados antropométricos registraram a cor como "branca"[VII], a altura em "1,74" e a cor dos olhos e dos cabelos como "castanha". Naquele ano, seu estado civil era "solteira", o grau de instrução somente o "primário" e a ficha registrou os pais como dependentes. A fotografia 3x4 revela esmero ao se apresentar diante do fotógrafo. Ela não usa nenhum acessório, mas está maquiada e suas sobrancelhas afinadas, seguindo o padrão da época: "As sobrancelhas da década de 1930 continuaram a ser finas, no entanto, os modelos arqueados e desenhados acima do formato natural ficaram muito famosos".[11] Ainda segundo a autora, "atrizes como Louise Brooks e Clara Bow eram consideradas *it girls* da época e exibiam sobrancelhas extremamente finas e marcantes".

[VI] As demais indústrias de Porto Alegre com mais pedidos de carteira são: A. J. Renner (setor têxtil), com 836 pedidos, Fábrica de Chocolates Ernesto Neugebauer (setor de alimentos), com 444 trabalhadores e Ziwe, Kluver e Müller e Cia LTDA. (setor metalúrgico), com 366 trabalhadores.

[VII] Em relação ao campo "cor", entre as 193 fichas, 171 registraram "branca", sendo as demais com as seguintes anotações: "preta" (oito trabalhadores), "parda" (sete), "morena" (5) e duas fichas não informaram.

Não há dados para confirmar se a trabalhadora se inspirou nessas atrizes ou em outras personalidades femininas do cinema da época. No entanto, como ela era uma adolescente nos anos 1930, certamente estava informada sobre os assuntos do seu tempo, o que incluía, também, dicas de beleza, como sobrancelhas e penteados. Essa análise vai ao encontro do que é proposto por Ulpiano de Meneses, ou seja, a fotografia como vetor para a compreensão da sociedade, conforme citado anteriormente na introdução.

Dessa forma, é somente a partir da fotografia 3x4 que é possível elaborar essa consideração. O registro fotográfico explicita como a pessoa se apresentou diante do fotógrafo revelando, como no caso dessa trabalhadora, um detalhe sobre como as mulheres eram zelosas de suas sobrancelhas, ou seja, cuidados com a aparência. Essa constatação somente é verificada a partir da fotografia, uma vez que a parte textual não permite elaborá-la. Assim, a imagem, como documento histórico, possui historicidade e permite análises a partir de sua materialidade. Conforme refletiu Paulo Knauss:

> A afirmação do universo do estudo da história das representações, valorizada pelos estudos da história do imaginário, da antropologia histórica e da história cultural, impôs a revisão definitiva da definição de documento e a revalorização das imagens como fontes de representações sociais e culturais. É nesse sentido que a historiografia contemporânea, em certa medida, promoveu um reencontro com o estudo das imagens.[12]

E é nesse sentido que as fotografias 3x4 são averiguadas. Elas foram produzidas com um objetivo específico – a solicitação da carteira profissional de trabalho e parte da política trabalhista e paternalista do governo Vargas – mas, na atualidade, como documento histórico, não fica restrita somente a essa abordagem. A partir do que foi captado e revelado, o rosto da pessoa fotografada e forma como se apresentou diante do fotógrafo, permite compreender a sociedade do seu tempo de produção.

A pouca presença feminina pode ser considerada a partir de uma suposta divisão sexual do trabalho, na qual às mulheres era esperado que ocupassem cargos tradicionalmente atribuídos a elas, por exemplo, como costureiras, tecelãs

ou fiandeiras no setor têxtil. Ainda, ocupações relacionadas com atividades domésticas, como cozinheiras, copeiras e lavadeiras ou trabalhos como serventes e auxiliares de comércio.[VIII] Enquanto isso, as indústrias apontadas como aquelas com trabalhos pesados e exaustivos, como as metalúrgicas, concentravam a mão de obra masculina.

No entanto, em outras empresas do setor metalúrgico a presença feminina foi mais presente entre os pedidos. Nos dados das fichas já inseridos no banco sobre a Zive, Klüve e Müller e Cia. Ltda., de Porto Alegre, entre os 366 pedidos, 67 pertenciam a mulheres. Já entre os 113 pedidos feitos por trabalhadores vinculados a Abramo Eberle e Cia., de Caxias do Sul, constam 24 trabalhadoras. Os dados exemplificam que a mão de obra feminina foi empregada no setor, embora não seja possível aferir o quantitativo na Wallig & Cia. a partir do acervo da DRT/RS. Conforme já informado, os dados não representam o universo dos trabalhadores nos anos 1930/1940. Dessa forma, é provável que outras mulheres atuavam nas linhas de produção ou demais atividades, entretanto, suas fichas não se conservaram.

A ficha da trabalhadora Walesca Raimundo registrou no campo "profissão" que ela era pintora, sendo que somente outras oito fichas, todas de homens, também registraram essa profissão. Esse número pequeno de fichas permite considerar a provável presença de mais mulheres na fábrica, já que a atividade da pintura dos fogões ou das camas pode ser considerada como mais "leve" nas linhas de produção.

Em outras palavras, ela não era a única trabalhadora pintora, já que a empresa tinha uma produção mensal relevante de fogões e de camas. Segundo a matéria da revista *Máscara*: "Apesar de produzirem os srs. Wallig & Cia., a já bastante elevada cifra em média de 8.000 fogões mensalmente, a capacidade produtiva neste ramo de sua fábrica, subiu de tal forma que hoje, devido aos métodos industriais proficientemente adotados, poderá produzir, na média, 10.000 fogões".[13]

[VIII] Sobre a mão de obra feminina nas solicitações de carteira profissional trabalho, ver: LOPES, Aristeu Elisandro Machado. Mulheres trabalhadoras no Rio Grande do Sul: fotografias 3x4 de solicitantes de carteira profissional (1933 - 1944). *História (São Paulo)*, v. 41, p. 01-25, 2022. Disponível em: https://www.scielo.br/j/his/a/vtYM97D9G7GzqchtwvQ9HRt/?lang=pt Acesso em: 03/04/2023.

Já em relação a produção das camas, ainda conforme o periódico, fabricavam "a elevada cifra de 1.500 camas", sendo camas de solteiros, de casal, berços, infantis e camas identificadas pela revista como "militar": "reforçada, própria para quarteis, hospitais, hotéis e colégios". A matéria ainda destaca a visita a "seção de pinturas das camas" e, especificamente sobre as "camas de ferro esmaltadas", detalhavam as opções de cores: "verde escuro ou claro, azul claro, marrom, branco e cor de palha". Assim, a produção desses produtos era significativa desde 1927, sendo que os fogões eram fabricados em "oito tipos correntes para casa de família" além de serpentinas, caldeiras e fogões maiores, "para hotéis, quarteis, hospitais e colégios".[14]

Embora não se tenha dados sobre os números dos anos 1930, é provável que a produção continuou nesse mesmo ritmo ou foi ampliada, o que necessitava de mão de obra direcionada aos setores de produção, incluindo a parte da pintura dos fogões e das camas. Além disso, também é possível considerar o emprego de pintores – e, provavelmente, pintoras – na produção dos motivos florais que decoravam os fogões.[IX] Assim sendo, o número de trabalhadores pintores e de trabalhadoras pintoras era superior ao verificado entre as fichas da DRT/RS.

Ainda no conjunto de trabalhadores da Wallig & Cia. havia pessoas que tinham ocupações diversas, sendo algumas diretamente relacionadas com as atividades das linhas de produção e outras na parte administrativa. Nas fichas foram averiguadas as seguintes profissões:

[IX] Os fogões da Wallig e Cia. ficaram conhecidos pelos motivos florais que decoravam os fogões. Uma matéria publicada em 04 de julho de 2023, no jornal *Folha do Mate*, intitulada: "Relíquias no interior de Venâncio: famílias preservam fogões centenários", descreve a relação de uma família com seu fogão à lenha, da marca Wallig, produzido no ano de 1920: "A data de fabricação, 1920, está entalhada sob uma das chapinhas que revestem a frente da gaveta onde caem as cinzas". Sobre a estrutura do fogão e as flores que ornamentam, a matéria destaca: "Os puxadores e toda a estrutura frontal e lateral são originais, com as flores em alto-relevo, pintadas à mão." Conforme: https://folhadomate.com/noticias/reliquias-no-interior-de-venancio-familias-preservam-fogoes-centenarios/ Acesso em: 03/04/2026.

Profissão	**Trabalhadores/a**
Serralheiro	26
Mecânico	16
Servente	15
Ajudante de fundidor	12
Fundidor	12
Ajudante de serralheiro	11
Auxiliar de comércio	10
Ajudante de estampador	8
Pintor/Pintora	8/1
Auxiliar de escritório	6
Esmaltador	6
Encaixotador	5
Chauffeur	3
Foguista	4
Instalador	3
Reboliador	3
Torneiro/Torneiro mecânico	2/1
Ajudante esmaltador	2
Auxiliar de serralheiro	2
Ferreiro	2
Funileiro	2
Guarda livros	2
Pedreiro	2
Ajudante de almoxarifado	2
Ajudante de ajustador, Ajudante de *chauffeur*, Ajudante de forneiro, Ajudante de limpeza, Ajudante de niquelador, Ajudante ferreiro, Areador, Armador, Burnidor, Caixa, Cortador de chapas, Diretor técnico, Forneiro, Guarda noturno, Marcineiro, Niquelador, Oxigenista mecânico, Polidor, Soldador, Viajante	1
Não informado	7
	Total: 193

Quadro 1. Número de fichas por profissão registrada. Fonte: Elaboração do autor, 2026. Acervo: DRT/RS-NDH-UFPel.

A diversidade das profissões registradas é mais uma constatação de que os dados do acervo da DRT/RS constituem uma amostragem da mão de obra empregada na Wallig e Cia. A profissão que se destaca, a de serralheiro, está diretamente relacionada com a atividade metalúrgica, assim como os mecânicos, fundidores, esmaltadores, foguistas, torneiros, ferreiros e funileiros. Nesse sentido, e de acordo com o que foi apontado em relação a trabalhadora pintora e a pouca presença de pintores, algumas dessas profissões, que estão diretamente relacionadas com o chão de fábrica, possuem poucos trabalhadores.

A produção demandava mais do que os seis trabalhadores esmaltadores, por exemplo. Essa ocupação é suficiente para amparar a constatação, mas outras que constam na tabela também auxiliam. As fichas que registraram apenas uma profissão distinta exemplificam, ou seja, a Wallig e Cia. não contava com somente um areador, um armador, um burnidor, um polidor e um cortador de chapas. O total de profissões diferentes com apenas um trabalhador, 20 fichas, é outro indício que colabora com a hipótese da presença de mais trabalhadores na metalúrgica.

Na figura 2 constam oito trabalhadores, cada um com uma profissão diretamente relacionada com o chão de fábrica.

Figura 2. Trabalhadores profissões diversas. Fonte: Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

O primeiro é o mecânico Quintino Gonçalves Froes, nascido em 17 de março de 1906, em Rio Pardo. Os campos "cor" e "estado civil" registraram, respectivamente, "parda" e "casado", tendo a esposa como dependente. O segundo é o oxigenista mecânico Djalma Souza Medeiros, nascido na cidade de Triunfo em 08 de janeiro de 1908. A ficha anotou a cor "branca", "solteiro" como o estado civil e os pais eram seus dependentes. O terceiro é o torneiro Good Plotnik.[X] Conforme a ficha, nasceu na Polônia, sem identificação da data, cor "branca", "solteiro" e como dependentes, quatro irmãos.

O quarto é o foguista Nicolau Gordeichik, nascido na Polônia em 09 de maio de 1905. A ficha anotou a cor como "branca", o estado civil era "casado" e duas dependentes, sua esposa e uma filha. O documento também registrou informações sobre sua chegada, ocorrida em 15 de abril de 1929, e de seu casamento com Anastasia Verichki, de nacionalidade russa, ocorrido em 20 de fevereiro de 1924. O quinto é o esmaltador Frederico Müller, nascido no dia 10 de setembro de 1916, em Porto Alegre, de cor "branca" e estado civil "solteiro".

O sexto é o cortador de chapas Cacildo Legge, nascido em Porto Alegre, em 26 de abril de 1909. A ficha anotou a cor como "branca", estado civil "solteiro" e como dependente, sua avó. O sétimo é o serralheiro Francisco Alves Medeiros, nascido no dia 09 de março de 1887, em Guaíba. A cor anotada foi "morena", estado civil "casado" e como dependentes, a esposa e dois enteados. O oitavo é o pintor Jacob Denk, nascido em Porto Alegre no dia 02 de abril de 1915. Em seus dados constam a cor como "branca", o estado civil "solteiro" e os pais e três irmãs como dependentes.

Todos os trabalhadores foram fotografados em 12 de setembro de 1933. Como já destacado, a fotografia era obrigatória para a solicitação da carteira e precisava já estar pronta no momento do preenchimento dos dados na ficha. Assim, é possível considerar que a Wallig e Cia. adotou o mesmo procedimento de outras indústrias promovendo a feitura das fotografias coletivamente. Uma constatação se verifica nessas fotografias: alguns usavam casaco e gravata, sendo

[X] A grafia dos nomes e sobrenomes dos trabalhadores, especialmente os estrangeiros, assim como aquela das esposas desses, pode conter erros, já que o preenchimento das fichas era feito a mão e a caligrafia, às vezes, é de difícil leitura.

que o segundo trabalhador veste uma gravata no modelo borboleta, enquanto o oitavo está com um lenço envolvendo o pescoço.

No caso dos 97 trabalhadores da Wallig e Cia. fotografados no mesmo dia, é possível considerar duas hipóteses. A primeira, que eles foram dispensados durante um dia – talvez um turno – do seu horário de trabalho para se dirigir até o estúdio fotográfico. O fundo neutro e o enquadramento iguais em todas as fotografias indica a possível captação do registro em estúdio.

A segunda, o fotógrafo foi ao encontro dos trabalhadores na própria fábrica e utilizou uma parede ou tecido para dar neutralidade ao fundo da fotografia. Essa hipótese se ampara ao fazer um contraponto com a primeira, ou seja, para uma indústria do porte da Wallig e Cia. dispensar 97 trabalhadores – sendo que esses são os que constam nos dados, poderia ter outros fotografados no mesmo dia cujas fichas não se conservaram – por um dia ou turno seria prejudicial para as linhas de produção. Já o modelo da placa, que é igual nas oito fotografias, e em todos os registros de 12 de setembro de 1933, atesta que elas foram produzidas pelo mesmo profissional.

O conjunto de fotografias 3x4 da Figura 3 (na próxima página) é formado por seis trabalhadores, sendo dois metalúrgicos e os demais com profissões distintas e todas relacionadas, assim como no anterior, com as linhas de produção.

Todos foram fotografados em anos posteriores a 1933, demonstrando que a Wallig e Cia. seguiu contratando ao longo da década de 1930. A primeira fotografia é do metalúrgico Antonio Sgmezik, nascido na Polônia em 19 de março de 1903, identificado como de cor "branca", estado civil "casado" e a esposa e uma filha como dependentes. A ficha também anotou informações sobre sua chegada ao Brasil, ocorrida em 07 de novembro de 1929, e que ele se casou em 27 de julho de 1928, com Carolinia Sgmezik, de nacionalidade polonesa.

O segundo trabalhador é Pedro Hanoruk, também de nacionalidade polonesa, e que trabalhava como metalúrgico. Nascido em 26 de maio de 1908, cor "branca", estado civil "casado" e esposa e uma filha como dependentes. Sobre sua chegada ao Brasil, foi registrado que ocorreu em 02 de abril de 1934 e casado com Fátima Hanoruk, em 25 de janeiro de 1928.

Figura 3. Trabalhadores profissões diversas.
Fonte: Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

A presença dos quatro trabalhadores de nacionalidade polonesa está de acordo com o que foi apontado por Sandra Pesavento ao considerar a preferência dos industriais por uma mão de obra imigrante e branca. Conforme a autora: "Difundido em todo o país, a mão de obra imigrante era considerada superior, regeneradora, sem a mácula da escravidão e melhor habilitada para o desempenho das tarefas fabris".[15]

Os quatro trabalhadores não são os únicos, eles fazem parte de um grupo de 51 pessoas nascidas em outros países, sendo 14 poloneses, 12 alemães, 10 russos, quatro lituanos, quatro austríacos, três italianos, um argentino, um espanhol, um português e um suíço. Considerando o total de 193 trabalhadores identificados nos dados da DRT/RS, os estrangeiros correspondiam a 26,37% da mão de obra da Wallig e Cia.

Ao cruzar o país de nascimento com o campo "profissão", se verifica que, em parte, essa mão de obra era especializada. Alguns deles desempenhavam tarefas como foguistas, fundidores e mecânicos, mas outros eram ajudantes ou trabalha-

vam na parte administrativa, ou seja, funções que poderiam ser desempenhadas sem, necessariamente, conhecimento prévio ou formação específica. Em outras palavras, ocupações que poderiam ser realizadas por autóctones. No entanto, entre os 51 estrangeiros, 37 chegaram entre os anos de 1920 e 1938, já adultos e, provavelmente, com experiências profissionais anteriores, o que pode ter facilitado seus vínculos com a Wallig e Cia.

O terceiro trabalhador é o maquinista Darvino Oliveira, nascido em 23 de agosto de 1914 em São Leopoldo. Conforme consta, a cor anotada é "branca", estado civil "solteiro" e os pais como dependentes. Um dos campos da ficha é "sinais particulares", que registrava deficiências ou falta de membros, sendo que no caso deste trabalhador foi relatado que "falta a ponta do dedo indicador esquerdo". Não há como verificar se o provável acidente que o vitimou ocorreu durante seu trabalho na Wallig e Cia., mas não é possível desconsiderar a probabilidade de acidentes na fábrica. Sandra Pesavento assinala que a indústria metalúrgica estava ao lado das fábricas de fiação e tecelagem, de banha e de conservas como aquelas que apresentavam "os maiores índices de acidentes no trabalho".[16]

Reforça a hipótese do acidente ocorrido na própria fábrica a verificação de outras 28 fichas com anotações que informavam falta de dedos, cicatrizes nos dedos, nas mãos, nos antebraços e nos rostos, "defeitos" nos dedos e nas mãos. Entre essas informações, constavam: "falta o dedo indicador direito" na ficha de um ajudante de serralheiro, "uma cicatriz no pescoço no lado direito" em um ajudante de fundição, "uma cicatriz no pulso esquerdo" em um fundidor; "defeito no dedo anular esquerdo" em um encaixotador, "falta os dedos indicador, médio e anular" em um serralheiro, "dedo médio esquerdo com defeito" em um serralheiro, "uma cicatriz no dedo polegar da mão direita" em um mecânico, "uma cicatriz pulso direito" em um serralheiro, "cicatriz sobre a mão direita" em um auxiliar de serralheiro, "defeito no indicador direito" em um ajudante de serralheiro, "faltam os dedos médio e indicador direito" em um foguista, "uma cicatriz pulso direito" em um serralheiro, "médio esquerdo quebrado" em um serralheiro, "uma cicatriz no lado direito da face" em um ajudante de serralheiro e "dedo mínimo esquerdo quebrado" em um serralheiro.

Esses registros demonstram a possibilidade de os acidentes terem ocorrido na própria fábrica. Nota-se que todos os trabalhadores atuavam em ocupações

que necessitavam de cuidados ao operar equipamentos e ferramentas. A concentração de sinais particulares nos dedos e nas mãos está entre os serralheiros e os ajudantes de serralheiro (10 trabalhadores), ou seja, ao manusear, cortar, preparar ou montar as chapas e outras matérias-primas é provável que os acidentes aconteciam.

O quarto trabalhador é o mecânico Arnaldo Guilherme Müller, nascido em São Sebastião do Caí, em 05 de abril de 1920. A ficha registrou a cor como "branca", estado civil "solteiro" e sem dependentes. O quinto é o forneiro Daniel Tracz, nascido no dia 24 de março de 1902, na Polônia. Conforme as anotações, a cor consta como "branca", estado civil "casado" e a esposa e dois filhos como dependentes. O dia da chegada ao Brasil foi 01 de janeiro de 1937, mas não foram registradas as informações sobre o casamento, entretanto, foi anotado que os dois filhos também eram estrangeiros. O sexto trabalhador é o mecânico Hermito Lopes Filho, nascido em Porto Alegre em 06 de janeiro de 1916, cor "branca", "solteiro" e sem dependentes.

Para além desses trabalhadores que são considerados especializados em suas respectivas profissões, outros atuavam como ajudantes. A presença de 41 trabalhadores ajudantes, colabora para a compreensão de que o total de pessoas atuando na fábrica era maior do que o verificado nos dados da DRT/RS. Assim, os ajudantes de forneiro, de niquelador e os oito de estampador trabalhavam diretamente com os profissionais que eram forneiros, niqueladores e estampadores, mas nenhuma ficha com essas profissões foi localizada.

Ainda em relação aos ajudantes, ao cruzar os campos "profissão" e "data de nascimento", o resultado apontou para a presença de alguns jovens trabalhadores. Entre os 41, 32 nasceram no século XX, sendo quatro em 1917 e dois em 1918. Todos solicitaram suas carteiras em 12 de setembro de 1933 com 15 ou 16 anos. A figura 4 apresenta alguns dos ajudantes mais jovens.

Figura 4. Jovens trabalhadores ajudantes. Fonte: Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

O primeiro é o ajudante de estampador Itamar Bilheiri Nunes, nascido em Alegrete em 06 de janeiro de 1917 (16 anos). O segundo é o ajudante de estampador Ernani Prado, sua data de nascimento é 30 de maio de 1917 (16 anos) em Porto Alegre. O terceiro é o ajudante de serralheiro Manoel Gonçalves, nascido em Venâncio Aires em 25 de outubro de 1917 (15 anos). O quarto é o ajudante de serralheiro Plinio Sassen, nascido no dia 20 de janeiro de 1918 (15 anos) em Porto Alegre e o quinto é o ajudante de serralheiro João Orcy Cunha, nascido em 13 de fevereiro de 1918 (15 anos), em Porto Alegre.

As fichas dos cinco anotaram a cor como "branca" e o estado civil como "solteiro". Já entre os dependentes, as fichas dos quatro primeiros registraram somente a mãe como dependente e na do último constava apenas a avó. Nas fichas de todos também consta o nome do progenitor, o que indica a possibilidade de o pai também ser um provedor da família, mas não indicado como dependente do filho. Por outro lado, é possível que o pai já tivesse falecido, no entanto, não há dados para essa verificação. Talvez, no caso do último trabalhador, os pais fossem falecidos, já que apenas a avó foi informada como dependente.

Entre os demais trabalhadores, também foram encontrados jovens (Figura 5).

Figura 5. Jovens Trabalhadores. Fonte: Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

O primeiro é o servente José Paulo de Oliveira Ribeiro, nascido em 13 de agosto de 1927, em Porto Alegre, e fotografado em 20 de agosto de 1941, com 14 anos, sendo a cor registrada como "preta". O segundo é o servente Ricardo Preussler, nascido em Porto Alegre em 24 de novembro de 1924 e fotografado em 01 de maio de 1939, com 14 anos. O terceiro é o servente Talquínio Rodrigues da Silva, nascido em 28 de outubro de 1924 e fotografado em 16 de março de 1939, com 14 anos.

O quarto é o auxiliar de comércio Hugo Valter Heberle, nascido em 10 de novembro de 1923 e fotografado em 09 de março de 1939, com 15 anos. O quinto é o auxiliar de comércio Alvino Hagel, nascido em 02 de setembro de 1926 e fotografado em 11 de outubro de 1940, com 16 anos. O sexto é esmaltador Gervásio Salgado, nascido em Porto Alegre em 26 de agosto de 1917 e fotografado em 12 de setembro de 1933, com 16 anos. As fichas do primeiro e do sexto anotaram "preta" no campo "cor" e as dos demais "branca". Em relação

aos dependentes, as fichas do primeiro, do terceiro e do quinto, registraram os pais, a do quarto e a do segundo, a mãe e a do último consta que ele não tinha dependentes

O trabalho dos menores foi regulamentado no mesmo ano da criação da carteira profissional. Conforme o decreto: "É vedado na indústria, em geral, o trabalho de menores que não hajam completado a idade de 14 anos".[XI] A nova legislação substituía o Código de 1927, no qual a idade mínima para trabalhar na indústria era de 12 anos.

Considerando que o registro fotográfico deveria ser feito antes do preenchimento dos dados na ficha e, portanto, os vínculos empregatícios já estavam estabelecidos, é possível constatar que o trabalho dos menores, especialmente daqueles com 14 anos era algo evidente na fábrica. Assim, outros trabalhadores com 14 anos poderiam ter iniciado sua vida profissional com 13 anos – talvez ainda mais jovens – da mesma forma que, provavelmente, esses jovens iniciaram.

A averiguação da presença de trabalhadores na Wallig e Cia. com 14 anos não é uma constatação isolada. A análise dos dados das fichas e, especialmente, o cruzamento da data de nascimento com aquela que consta na fotografia revelou a presença de menores com 14 anos em outros estabelecimentos. Em trabalho anterior, foi evidenciado o emprego da mão de obra de jovens trabalhadores em frigoríficos, curtumes e em fábricas de fósforos, de esmaltados e de artefatos de borracha. Todos esses setores constam em um quadro de atividades proibidas anexado ao decreto que regulamentou o trabalho dos menores, sendo que as indústrias não respeitavam a legislação.[17]

Em relação aos mais velhos, do total de 193 trabalhadores, 46 nasceram no século XIX. O mais velho nasceu em 1867 e sua carteira foi solicitada em 1933, com 66 anos. Os demais nasceram em 1872 (um trabalhador) e 1876 (4 trabalhadores) e todos com os pedidos realizados em 1933.

Na figura 6 constam seis trabalhadores dentre os mais velhos, sendo que cinco foram fotografados no dia 12 de setembro de 1933 e o quinto em 12 de janeiro de 1935.

[XI] BRASIL. *Decreto nº 22.042, de 03 de novembro de 1932e. Estabelece as condições do trabalho dos menores na indústria.* Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22042-3-novembro-1932-499365-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 24/10/2017.

Figura 6. Trabalhadores mais velhos. Fonte: Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

As seis fichas anotaram "branca" no campo "cor" e no campo "estado civil" "casado". O primeiro é o ajudante de limpeza José Oliveira, o trabalhador mais idoso, nascido em 04 de agosto de 1867, em Rio Pardo. O segundo é o ajudante de almoxarifado Joaquim Pedro Farias Guimarães, nascido em Porto Alegre em 02 de dezembro de 1872 (61 anos). O terceiro é o guarda noturno Inocente Zaio, nascido no dia 16 de agosto de 1876 na Itália (56 anos). O quarto é o ferreiro João Kneip, nascido em São Lourenço do Sul em 21 de maio de 1876 (56 anos).[XII] O quinto é o mecânico Miguel Jacuyng, nascido na Rússia em 03 de agosto de 1882 (52 anos) e o sexto é o ajudante de estampador Antonio Butgus, nascido em 13 de dezembro de 1882 (51 anos).

Todas as fichas anotaram informações sobre dependentes. Na do primeiro, consta somente a esposa, provavelmente, por ser o trabalhador com mais idade, os filhos não constaram como dependentes. A ficha do segundo registrou a esposa e cinco filhos e a do terceiro, a esposa e seis filhos. A do quarto anotou so-

[XII] As fotografias dos outros dois trabalhadores nascidos em 1876 não foram conservadas.

mente a esposa, a do quinto informava a esposa e uma filha e a do sexto a esposa e dois filhos.

A figura 7 apresenta outros seis trabalhadores ajudantes, os quais desempenhvaam suas tarefas em setores distintos da metalúrgica.

Figura 7. Trabalhadores ajudantes. Fonte: Acervo DRT/RS-NDH-UFPel.

O primeiro é o ajudante de estampador Cauby Prado, nascido em Porto Alegre em 10 de fevereiro de 1910. A ficha registrou a cor como "branca", estado civil "solteiro" e a mãe como dependente. O segundo é o ajudante de esmaltação Adão Luiz Ramazini, sendo sua data de nascimento 6 de janeiro de 1915 em Montenegro. Na ficha consta a cor como "branca", estado civil "solteiro" e os pais como dependentes. O terceiro é o ajudante de serralheiro Pedro Gonçalves Junior, nascido em Venâncio Aires em 09 de maio de 1914. Conforme os dados da ficha, a cor é "branca", "solteiro" e a mãe como dependente.

O quarto é o ajudante de serralheiro Cantran José Machado Pires, nascido no dia 01 de março de 1909 em Guaíba. A ficha registrou a cor como "morena",

estado civil "solteiro" e a mãe como dependente. O quinto é o ajudante de ferreiro José Kubinski nascido na Polônia, sem identificação da data de nascimento. A cor é "branca", estado civil "casado" e a esposa e três filhos como dependentes. Sua chegada ao Brasil ocorreu em 15 de maio de 1891, sendo seu casamento em 22 de novembro de 1912, com Josepha Wepcoski, de nacionalidade brasileira. O sexto é o ajudante de forneiro Jan Szebest, nascido em 08 de maio de 1913 na Polônia. Conforme a ficha, a cor é "branca", estado civil "casado" e a esposa e uma filha como dependentes. Ele chegou ao Brasil em 14 de abril de 1928, ainda solteiro, já que seu casamento ocorreu em 15 de fevereiro de 1936 e sua esposa, Vera Szebest, também era polonesa.

A fotografia 3x4 deste último trabalhador se diferencia de grande parte das demais. Nota-se que o enquadramento mostra, além do rosto também parte do seu torso. Esse tipo de registro, na maioria das vezes, indica a feitura da fotografia fora de um estúdio e captação de vários trabalhadores no mesmo dia. No entanto, a sua ficha é a única de um trabalhador vinculado a Wallig e Cia. sendo que todas as demais 49 apresentavam informações de pessoas que trabalhavam em outros estabelecimentos ou estavam desempregadas. [XIII] Não há como verificar se, de fato, ele foi fotografado em estúdio ou não, embora o enquadramento, quando comparado com outros conjuntos fotográficos, leva à compreensão da segunda possibilidade.

Essa análise permite retomar as duas hipóteses apresentadas acima, relativas a feitura das fotografias do dia 12 de setembro de 1933, se em estúdio ou no próprio local de trabalho. Inicialmente, é possível considerar que eles foram avisados sobre o dia que as fotografias seriam feitas, o que permitiu que escolhessem quais as peças do seu vestuário seriam usadas. Dessa forma, parte optou por usar acessórios que não condizem com suas tarefas diárias enquanto outros resolveram vestir suas roupas cotidianas, usadas no chão de fábrica. Essa parece ter sido a situação do último trabalhador da figura 7, assim como daqueles da figura 4, os quais, apesar de usarem casaco, dispensaram as gravatas, sendo que outros também foram fotografados sem esse acessório.

[XIII] As fichas de qualificação profissional formavam livros que recebiam dados de 50 trabalhadores.

Entre os trabalhadores fotografados em outras datas, também foi notado o uso de casacos e gravatas ou não. Os trabalhadores da figura 3 exemplificam e, ao mesmo tempo, atestam a produção das fotografias em estúdios diferentes, conforme o modelo das placas indicam. Já as fotografias do primeiro e do terceiro trabalhadores da figura 5 remetem novamente para a produção dos registros fora de um estúdio. O fundo das fotografias foi feito por um tecido, sendo visível os sinais de amassado.

Não é possível verificar, da mesma forma que foi considerado em relação a fotografia do último trabalhador da figura 7, se outros trabalhadores da Wallig e Cia. foram fotografados nas mesmas datas em que os dois ajudantes da figura 5 tiveram seus registros realizados. Entretanto, pode-se conjecturar que a metalúrgica seguiu, após as fotografias coletivas de 1933, proporcionando aos seus trabalhadores o acesso as carteiras profissionais de trabalho, de acordo com as suas práticas paternalistas e com o contexto político daquele momento. Dessa forma, promoviam a feitura das fotografias 3x4 no próprio local de trabalho ou possibilitavam aos seus trabalhadores que os registros fossem realizados nos estúdios fotográficos.

Considerações finais

Muitos porto-alegrenses, residentes na capital e turistas não percebem, mas ainda resta uma referência implícita da Wallig e Cia. na paisagem urbana da cidade:

> Quem anda pela Zona Norte de Porto Alegre nos dias de hoje deve conhecer o shopping Bourbon Wallig, localizado na avenida Assis Brasil. Não obstante carregue o sobrenome do proprietário das indústrias Wallig, a estrutura do shopping em nada lembra aquela que foi uma das maiores metalúrgicas do Rio Grande do Sul."[18]

O fluxo intenso de trabalhadores e trabalhadoras que se deslocavam até a estrutura da Wallig e Cia. nas décadas do século XX para produzir os fogões,

as camas e os demais produtos deram lugar, inicialmente, ao silêncio com o encerramento das atividades. Posteriormente, as pessoas voltaram a circular, mas agora com outros interesses e objetivos. Alguns compõem o universo dos trabalhadores e trabalhadoras das lojas e demais estabelecimentos instalados nos corredores do shopping e os outros são os consumidores.

Dois momentos históricos diferentes, mas que se encontram no mesmo espaço urbano, embora o presente tenha suplantado o passado não permitindo observar as reminiscências da metalúrgica que ali funcionou. É a partir dessa relação entre passado e presente que os dados das pessoas que trabalharam nos pavilhões da Wallig e Cia. se tornam relevantes.

A história e a memória dos trabalhadores e das trabalhadoras da metalúrgica estão se tornando evanescentes, quase nada restou sobre eles e elas. As fichas de qualificação profissional permitem observar histórias de trabalho, identificando as informações pessoais e profissionais, revelando as profissões, as cores registradas, se eram solteiros ou casados, os dependentes, se sofreram algum acidente que marcou seus corpos, se eram estrangeiros, entre outros dados possíveis de serem averiguados.

Já a fotografia 3x4 possibilita ver o rosto do trabalhador e as formas como se deixaram captar pelas lentes da câmera do fotógrafo. Os registros fotográficos, portanto, são vestígios que se somam aos dados da ficha e permitem acessar as pessoas que atuaram na metalúrgica, identificando-os individualmente, não somente pela captação de seus rostos, mas também por seus nomes. Os documentos que formam o acervo da DRT/RS talvez sejam os únicos que salvaguardaram os indícios necessários que contribuem para evitar o ocaso total da história e da memória das pessoas que trabalharam nas linhas de produção da Wallig e Cia, a indústria que foi considerada "um dos expoentes máximos da indústria metalúrgica do Brasil", conforme afiançara a revista *Mascara* em 1927, em um momento áureo da sua história.

Notas finais

[1] GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo.* Rio de Janeiro: FGV, 2005, p. 223.

[2] Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21175-21-marco-1932-526745-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 03/02/2026.

[3] Idem.

[4] MENESES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, n. 45, v. 23, p. 28, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbh/a/JL4F7CRWKwXXgMWvNKDfCDc/abstract/?lang=pt Acesso em: 02/09/2022.

[5] PESAVENTO, Sandra. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense.* Guaíba: Riocell, 1985, p. 65.

[6] Idem, p. 304-305.

[7] FIDELIS, Gaudêncio. *Fogão Wallig*. Organizado por Ana Zavadil. Porto Alegre: Museu de Arte do Rio Grande do Sul, 2014, p. 18.

[8] PUREZA, Fernando. Lugares de memória dos trabalhadores #84: Indústrias Wallig, Porto Alegre (RS). In: FONTES, Paulo. *Lugares de memória dos trabalhadores.* São Paulo: Alameda, 2023, p. 305.

[9] Idem, p. 306.

[10] *Mascara*. Porto Alegre, Ano X, 1927, s/p. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=174181&id=416930046474 64&pagfis=5238 Acesso em: 28/03/2026.

[11] LIRA, Gabriela. A História do Design de Sobrancelha no Século 20. In: *História da Moda. Moda, História e Comportamento*. Disponível em: https://www.historiadamoda.com/2017/12/a-evolucao-da-sobrancelha.html Acesso em: 04/04/2026.

[12] KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura*, Uberlândia, vol.8, n.12, jan-jun de 2006, p. 102. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1406/1274 Acesso em: 02/03/2026.

[13] *Mascara*. Porto Alegre, Ano X, 1927, s/p. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=174181&id=416930046474 64&pagfis=5238 Acesso em: 28/03/2026.

[14] Idem.

[15] PESAVENTO, Sandra. *Emergência dos subalternos.* Porto Alegre: UFRGS, 1989, p. 71.

[16] PESAVENTO, Sandra. *RS*: Agropecuária colonial & Industrialização. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983, p. 120.

[17] LOPES, Aristeu. Jovens trabalhadores em 3x4: Fotografia e história do trabalho no Rio Grande do Sul, 1933-1943. *Varia História*, v. 35, n. 67, 2019, p. 345-376. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/wJjH3XkvsTwPLkmF5gVSzJB/abstract/?lang=pt Acesso: 10/04/2026.

[18] PUREZA, Fernando. Lugares de memória dos trabalhadores #84: Indústrias Wallig, Porto Alegre (RS). In: FONTES, Paulo. *Lugares de memória dos trabalhadores.* São Paulo: Alameda, 2023, p. 304.

XVII

A construção de posições:

elite empresarial e mediação política na Primeira República a partir da trajetória de Alberto Bins (Porto Alegre/RS)

Jéssica Bitencourt Lopes

Alberto Bins, nascido em Porto Alegre em 1869 e descendente de imigrantes teuto-germânicos, consolidou-se como industrial no setor metalúrgico por meio da *Fábrica Berta*, especializada na produção de cofres, empreendimento que o inseriu em um espaço estratégico do desenvolvimento industrial gaúcho nas primeiras décadas do século XX. Para além disso, sua trajetória pública também é marcada pelo protagonismo político, uma vez que foi intendente, posteriormente prefeito, de Porto Alegre por quase uma década, exercendo o cargo entre 1928 e 1937, período de intensas transformações nas relações entre Estado, economia e sociedade.

A noção de mediação é central para a interpretação aqui proposta. Entende-se por mediação não apenas a intermediação entre interesses distintos, mas a capacidade de determinados agentes de transitar entre diferentes esferas sociais — econômica, política e institucional — convertendo recursos acumulados em um espaço em influência em outro. Logo, o mediador não atua como um agente neutro, mas como um operador de conexões, coordenando demandas, negociando conflitos e produzindo consensos que viabilizam a ação coletiva. No contexto da Primeira República, marcado pela sobreposição entre esferas de poder e pela limitada institucionalização dos canais de representação, a mediação assumiu

um papel estruturante. Nesse cenário, aproximou elites econômicas e instâncias decisórias do Estado.

É a partir dessa chave analítica que se propõe a leitura da trajetória de Alberto Bins. Sua inserção política não pode ser dissociada de sua atuação empresarial, na medida que ambas se articularam na construção de uma posição capaz de conectar interesses distintos. Mais do que ocupar simultaneamente diferentes espaços, Bins atuou como um agente que mobilizou recursos econômicos, redes de sociabilidade e inserção institucional para intervir na esfera pública. Nesse sentido, sua atuação mostra o modo como vínculos entre capital econômico e poder político se constituíram na configuração urbana e institucional de Porto Alegre ao longo da Primeira República.

Com base nesse horizonte analítico, este capítulo analisa a constituição, a atuação e as formas de representação de uma elite empresarial porto-alegrense, tomando a trajetória de Alberto Bins como eixo de observação. A investigação evidencia de que maneira os vínculos entre capital industrial e esfera pública se manifestaram, identificando os agentes envolvidos, as estratégias mobilizadas e os espaços de atuação construídos ao longo do período.

Para tanto, torna-se necessário delimitar o conceito de elite empresarial. No âmbito dos estudos sobre elites, essa noção tem sido amplamente explorada por pesquisas sociológicas e de ciência política. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso produziu importantes contribuições ao analisar o empresariado nacional, com destaque para as especificidades dos empresários e das empresas paulistas. Em *Las élites empresariales en América Latina*, Cardoso discute a concepção de elite empresarial, destacando que, especialmente no contexto latino-americano, entende-se por formação dessas elites a emergência, dentro das classes produtoras, de subgrupos dotados de capacidade de liderança suficiente para reorientar a atividade econômica. Tal processo implica transformações tanto no recrutamento de novos empresários quanto na formulação de princípios orientadores da ação econômica e social.

Avançando nessa discussão, Paulo Roberto Neves Costa e Ícaro Gabriel da Fonseca Engler[1], ao analisarem a elite empresarial do Paraná entre 1995 e 2005, destacam a estreita relação entre poder econômico e poder político, demonstrando que o estudo das elites empresariais não pode se restringir à dimensão

econômica, mas deve contemplar também os valores políticos e a capacidade de representação. Em trabalhos posteriores, Costa[2] propõe uma distinção conceitual entre elite econômica e elite empresarial: enquanto a primeira se refere aos dirigentes de grandes empresas e detentores de capital relevante, a segunda está mais diretamente associada ao engajamento político e à direção de entidades de representação.

Essa distinção analítica permite maior precisão na investigação das elites, sobretudo no que tange à compreensão de como os valores políticos e a capacidade de ação e representação definem a consolidação de grupos empresariais como elites. Conforme argumentam Costa e Engler[3], o elemento decisivo não reside apenas na magnitude do capital detido, mas na capacidade de mobilizá-lo como instrumento de ação, representação e intervenção na esfera pública. Nessa perspectiva, a análise das elites empresariais implica considerar recursos econômicos, valores políticos e estratégias de atuação, oferecendo um referencial capaz de orientar a leitura de trajetórias como a de Alberto Bins, na qual se apresentam os processos de construção de posição e de mediação entre interesses industriais e instâncias de poder na Porto Alegre da Primeira República.

Nessa perspectiva, a trajetória de Alberto Bins oferece um ponto de observação privilegiado desses processos, na medida em que indica a articulação entre atuação empresarial, engajamento político e participação em espaços institucionais e associativos. Ao longo do capítulo, busca-se demonstrar como essa trajetória se insere em um contexto mais amplo de reorganização das relações entre Estado e grupos econômicos, no qual a mediação desempenhou papel central na construção de vínculos, na negociação de interesses e na definição de projetos de desenvolvimento.

Formação da elite empresarial e suas redes

A constituição formal de uma entidade representativa do empresariado industrial no Rio Grande do Sul só ocorreu em 7 de novembro de 1930, dias após a instalação do governo de Getúlio Vargas a partir de um golpe político. Contudo, esse processo de organização não foi repentino, Alberto Bins já havia ensaiado,

em diferentes momentos, a construção de uma representação coletiva da classe industrial.

Antes da formalização institucional, é possível identificar formas de organização coletiva que indicam a existência de uma elite empresarial em constituição. O primeiro esforço ocorreu em 1904, com a criação do *Centro Econômico*, instituição voltada sobretudo à troca de experiências e ao estudo dos processos produtivos, tendo como objetivo o aprimoramento técnico e a expansão da produção, especialmente no setor agroindustrial. Dois anos mais tarde, em 1906, diante da eclosão da greve geral e do fortalecimento das organizações operárias, tornou-se evidente para os industriais a necessidade de uma instância de defesa coletiva[4]. Nesse contexto, Bins se destacou como um dos fomentadores da proposta de uma entidade que pudesse organizar e expressar os interesses patronais frente à crescente mobilização dos trabalhadores. Apesar dessas iniciativas, a efetiva criação de uma entidade representativa industrial foi sucessivamente adiada.

Entretanto, ainda que os empresários da indústria não estivessem formalmente organizados por meio de uma associação representativa, eles mantinham vínculos engendrados a partir de afinidades éticas, familiares e étnicas[5]. Dessa forma, mesmo quando atuavam de maneira individualizada, suas ações refletiam uma dinâmica coletiva, baseada em valores e interesses compartilhados, que promovia coesão e senso de pertencimento dentro do grupo. Nessa lógica, os industriais encontravam formas de resolver suas questões e coordenar estratégias diretamente no espaço fabril, consolidando práticas coletivas informais que estruturavam o corporativismo local.

Durante décadas a *Associação Comercial* de Porto Alegre, fundada em 1858, constituiu-se como o principal espaço de representação dos interesses dos homens de negócios na capital gaúcha, o que evidenciava a forte interdependência entre comércio e indústria. Essa organização manteve a representação concentrada, de modo que a necessidade de uma separação entre interesses comerciais e industriais só emergiu com intensidade no contexto de 1930, quando diante das mudanças estruturais provocadas pelo fim da Primeira República, o Rio Grande do Sul se encontrava isolado política e economicamente do restante do país.

A partir de 1928, o panorama político estadual passou por transformações significativas. Os dois principais grupos de oposição — a Aliança Libertadora,

liderada por Assis Brasil, e o Partido Republicano Riograndense, sob Borges de Medeiros — formaram uma frente interpartidária destinada a reposicionar o estado no cenário nacional. A ascensão de Getúlio Vargas ao governo estadual no mesmo ano representou uma inflexão decisiva, abrindo espaço para novos atores políticos e exigindo da elite empresarial ligada a indústria uma reorganização de suas estratégias, de modo a ampliar a influência sobre a definição de políticas públicas e a proteção de seus interesses econômicos.

Foi nesse cenário que ressurgiu a comissão industrial vinculada à *Associação Comercial*, responsável por coordenar os interesses específicos do setor, em um movimento que se insere em um processo mais amplo de reconfiguração das formas de representação das classes produtoras ao longo da década de 1920. A ruptura política de 1930 conferiu novo sentido a essa dinâmica, ao desorganizar os canais tradicionais de negociação e impor a necessidade de formas mais estáveis e permanentes de interlocução com um Estado. Nesse contexto, o grupo consolidou-se institucionalmente no *Centro da Indústria Fabril (CINFA)*, que passou a se reunir semanalmente no salão de refeições da *Associação Comercial*, funcionando como instância de coordenação e definição de estratégias.

A criação do CINFA não apenas formalizou a representação do setor industrial, mas também expressou uma estratégia consciente de fortalecimento institucional do patronato industrial, permitindo que o grupo vinculasse poder econômico e político em um contexto de instabilidade nacional. Essa organização refletia a emergência de um espaço de mediação classista, no qual interesses compartilhados eram convertidos em ação coletiva, consolidando a influência da elite empresarial industrial sobre a configuração econômica e política do estado.

A teoria das elites parte da premissa de que uma minoria exerce controle sobre decisões políticas, econômicas e sociais, sendo composta por indivíduos ou grupos que concentram recursos, status e capacidade de influência suficientes para moldar instituições e orientar políticas conforme seus interesses. Nessa direção, Vilfredo Pareto[6], ao formular a noção de "circulação das elites", argumenta que essas posições não são fixas, mas atravessadas por processos contínuos de transformação, na medida em que resultam de dinâmicas históricas e das relações entre os sujeitos e o tecido social. A partir desse ponto, a historiografia das elites passou a privilegiar a análise dos processos de constituição desses grupos,

interrogando os modos pelos quais determinados agentes acessam, consolidam e reproduzem posições de poder em diferentes conjunturas. Tal perspectiva implica reconhecer que as elites não se organizam de forma isolada nem apresentam fronteiras rígidas: elas se articulam, compartilham recursos e transitam entre distintas esferas da vida social, fazendo com que trajetórias empresariais, profissionais e políticas frequentemente se entrecruzem.

A industrialização no Rio Grande do Sul apresentou um percurso particular quando comparada a outras regiões do país, sobretudo em relação ao eixo cafeeiro paulista. Enquanto em grande parte do Brasil os investimentos industriais decorreram do excedente de capitais acumulados pela exportação do café, no caso gaúcho, o processo foi marcado por uma multiplicidade de fontes de financiamento e da imigração teuto-germânica. A historiadora Sandra Pesavento[7] mostra em suas análises, que as origens do capital industrial no estado não podem ser reduzidas a um único vetor explicativo: elas são plurais e, muitas vezes, entrelaçadas. Parte desse capital advinha do comércio exercido pelos colonos, que ampliaram sua atuação a partir de um desenvolvimento gradativo do artesanato em direção à manufatura. Outra vertente esteve vinculada ao capital bancário, que possibilitou maior circulação de recursos e investimentos produtivos. Soma-se ainda a figura do chamado burguês imigrante, aquele que, ao chegar da Europa, não apenas trouxe consigo recursos financeiros, mas também experiências, técnicas e saberes industriais que se mostraram fundamentais para a consolidação de novos empreendimentos.

Trajetória e construção de posição de Alberto Bins

Alberto Bins nasceu em dezembro de 1869 e cresceu em uma residência na Rua Riachuelo, centro de Porto Alegre, um ambiente marcado pela efervescência comercial e política da cidade. Seu pai, imigrante da região do Mosela, exercia a profissão de alfaiate e possuía um comércio que, segundo seu inventário de 1887, [8] também comercializava peças de vestuário na Rua da Praia. Nesse espaço circulavam diferentes elites da cidade, incluindo comerciantes, profissionais liberais e políticos de diferentes frentes, o que fez com que desde cedo, Alberto

Bins tivesse acesso às personalidades públicas e as questões que permeavam o poder político e econômico.

Após uma temporada na Europa, onde concluiu sua formação e adquiriu suas primeiras experiências profissionais, Alberto Bins retorna ao Brasil e inicia sua integração em uma rede social influente de imigrantes e descendentes europeus, conectando-se por meio do casamento, de negócios e do envolvimento em atividades sociais e esportivas, como o remo. Essa rede era composta sobretudo por famílias enriquecidas que atuavam no comércio de ferros e na indústria metalúrgica, permitindo que Bins não apenas consolidasse sua posição econômica, mas também ampliasse seu capital social, estabelecendo vínculos estratégicos com outros empresários e com figuras políticas locais, fortalecendo sua inserção nas elites de Porto Alegre.[9]

Em 27 de junho de 1891, consta no inventário de Mathias Bins que Alberto requereu sua parte na partilha dos bens do falecido pai, quantia que até então estava sendo administrada pelo tio, Jacob Sehl, que o entregou juntamente com os rendimentos acumulados. No mesmo ano, Alberto Bins ingressou como sócio comanditário na empresa de Emmerich Berta, assumindo sua direção em 1904, quando decidiu abandonar o comércio para dedicar-se integralmente à indústria. A fábrica, que continuou a se chamar *Berta* mesmo após sua aquisição, produzia diversos artigos como camas, fogões e prensas, mas destacou-se especialmente na fabricação de cofres, tornando-se a maior do setor no país, fornecendo cofres para bancos nacionais e internacionais.

Na passagem do século XIX para o XX, o setor metalmecânico consolidou-se como um dos eixos centrais do desenvolvimento industrial no Rio Grande do Sul. A produção de ferramentas, utensílios e maquinário, associada à sua forte ligação com os ramos de transporte e construção, conferiu às oficinas e fábricas de ferro, aço e bronze um papel fundamental na modernização das cidades e no aprimoramento das condições de vida doméstica. Ao mesmo tempo, tais atividades contribuíram para impulsionar outras áreas da indústria local, que antes dependiam quase exclusivamente da importação de equipamentos.

A instalação de unidades fabris, contudo, exigia mais do que mercado consumidor: a tecnologia era um requisito indispensável. Nesse aspecto, o complexo imigração-colonização desempenhou função decisiva, seja por meio da importa-

ção de máquinas, seja pela própria capacidade de produção interna, fabricando de peças e realizando reparos. Dessa base, originou-se o setor metalmecânico gaúcho, no qual se destacaram empresas como *Eberle, Berta, Gerdau, Becker, Wallig* e *Uhr.*[10]

O crescimento do número de agências bancárias no final do século XIX gerou uma demanda por cofres mais robustos, dotados de tecnologias modernas e seguras para a guarda de dinheiro e outros ativos de valor. Paralelamente, o avanço da economia e o processo de urbanização favoreceram o acúmulo de capitais por indivíduos e empresas, intensificando as preocupações com a proteção de riquezas. Nesse contexto, tornou-se cada vez mais necessária a adoção de mecanismos de segurança voltados à preservação de bens valiosos, como moedas, joias e documentos importantes.

Com advento da Revolução industrial, Inglaterra e França organizavam exposições nacionais que buscavam apresentar, impulsionar e comparar seu desenvolvimento industrial. Em 1851 que ocorreu a primeira exposição que se pode considerar universal, ou seja, que servia de termômetro para as atividades manufatureiras de diferentes países, e que desejava disseminar a ideologia do progresso capitalista. Um ano antes da Exposição Universal de Londres, de 1862, o Brasil realizou sua primeira exposição nacional, tendo como um dos objetivos, pré-selecionar artigos para integrar a exposição londrina.[11]

As elites brasileiras aspiravam o desenvolvimento tecnológico e racional da produção, e isso fazia com que houvesse uma preocupação em participar desses eventos. O Brasil participou de todas essas grandes exposições na Inglaterra, França e Estados Unidos "de início reunindo seus produtos em algumas vitrines (Londres, 1851 e 1862; Paris, 1855 e 1867) e mais tarde construindo jardins e edifícios admiráveis (Paris, 1889; Chicago, 1893; Saint Louis, 1904; Nova Iorque, 1939)".[12]No Rio Grande do Sul foram organizadas exposições regionais em 1859, 1866, 1875 e 1881, essa última, e maior delas, denominada Exposição Brazileira-Allemã organizada por Carlos von Koseritz e considerada a primeira exposição mundial do Brasil. Nessa, a *E. Berta* garantiu a premiação de ouro, expondo fogões, fechaduras e grades de ferro.

A fim de marcar a finalização do século e aspirando o desenvolvimento para o próximo, o Intendente Estadual Borges de Medeiros assina em abril de 1899

um decreto para a realização de uma exposição agroindustrial, visando exibir as produções estaduais, mas também, agradar e aproximar os empresários gaúchos do poder público. Após atrasos em sua organização, a exposição que deveria acontecer em 1900, é inaugurada no dia 24 de fevereiro de 1901 nos Campos da Redenção, com sua entrada ao lado da Escola de Engenharia.

As exposições eram espaços fundamentais para a propaganda das elites e seus negócios, eram eventos essenciais para a troca de conhecimentos entre os empresários, que apresentavam suas técnicas e maquinarias mais modernas, assim como suas ideias mais inovadoras. Além disso, esses eventos eram, e ainda são, uma forma de aproximar o poder público do poder econômico, criando uma relação e alinho entre eles.

Foi justamente na exposição de 1901 que Alberto Bins foi agraciado com a patente de Major da Guarda Nacional.

> Júlio de Castilho que muito o considerava como industrialista, quis lhe conferir em pouco tempo um cargo político. Por isso lhe disse durante a exposição estadual: "O senhor será oficial da guarda nacional". Prontamente Bins revidou: "Mas só de capitão para cima!" Então foi denominado major. Esta nomeação, - e disso sempre se orgulhava – representa o primeiro ato político de sua vida. Quando mais tarde se quis promovê-lo a coronel, ele não o aceitou. Preferiu o título honorário que granjeara com uma resposta pronta.[13]

O Rio Grande do Sul ficou 20 anos sem organizar uma exposição estadual, por conta disso, o *Catálogo da Exposição de 1901* além de trazer uma apresentação do evento, seus objetivos e propostas, também se dedica a apresentar e promover a Constituição de 1891 e a organização política do sistema republicano.

> Pode-se afirmar, que a prosperidade incontestavelmente notável exemplifica nesta Exposição recebeu o maior desenvolvimento de cinco anos a esta parte, após a guerra intertina já referida que se tornou calamitosa durante quase três anos em todo o Estado, cujas forças vivas despertaram se expandiram sob o abrigo da ordem, da liberdade e da justiça da legislação republicana, religiosamente mantidas pelos seus administradores.

> [...] o catálogo da presente exposição deve abafar e reduzir ao silêncio a voz odiosa das paixões subalternas do partidarismo, ditando a completa justiça à governação do Rio Grande do Sul.[14]

Os sistemas e ideologias políticas precisam de estratégias de manutenção e validação do seu poder. Para isso, o Império brasileiro assumiu uma série de rituais, símbolos e tradições para se sustentar no poder. Partindo dos estudos de André Fertig [15] e Miqueias Mugge[16] entende-se que a Guarda Nacional foi uma ferramenta simbólica da monarquia que auxiliou suas bases por meio de massiva propagada, coaptando os chefes locais do Rio Grande do Sul em torno das ideias e objetivos do Império. Após a Proclamação da República em 1889 a Guarda Nacional foi perdendo sua força, porém, mesmo que de forma honorária, permaneceu sendo uma instituição de fortalecimento do governo em vigor. Ou seja, ela ainda representava um instrumento de fortalecimento das elites, reconhecendo e legitimando os poderes locais, facilitando o acesso a política.[17]

Comentando a honraria recebida, Bins conta a seu biografo Erick Fausel sobre a confusão que a patente causava em suas visitas a Alemanha, e que teria tido que explicar que na sua nação o título de "major" não passava de algo parecido com o título de "*kommerzienrat"* na Alemanha.[18] *Kommerzienrat,* pode-se traduzir para Conselheiro Comercial, era um título honorário dado, ou comprado, por homens de prestígio nos negócios comerciais e industriais. A partir desse apontamento o próprio Bins dá sua interpretação sobre a patente, que no fim não tem nada de militar.

A ousadia do pedido de Bins a Júlio de Castilho revela que ele, mesmo ainda que jovem, contando com 31 anos, já tinha um espaço de notoriedade entre as elites gaúchas. Após a Proclamação da República, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) estava buscando incorporar novos grupos no interior da política, a fim de uma maior representação das elites gaúcha daquele novo século. Naquele momento o nome Alberto Bins ascendia na sociedade gaúcha, seu destaque entre as elites empresariais do comércio e indústria, juntamente com sua proveniência de uma importante família teuta, faziam dele um excelente nome para integrar a política republicana, e ofertar a ele a patente de Major durante a exposição, é um ato dotado de simbolismos que refletem o interesse do PRR em se aproximar das classes produtoras.

Em 1908 aconteceu no Rio de Janeiro uma exposição nacional em comemoração ao centenário da abertura dos portos do Brasil para nações estrangeiras, ocorrido simultaneamente a chegada na família portuguesa ao Brasil, em 1808. A exposição foi montada na Praia Vermelha, na encosta do Morro da Urca, e tinha como um dos propósitos, apresentar a capital recentemente modernizada e saneada pelo cientista Oswaldo Cruz, e pelo Prefeito Pereira Passos. Ela exibia aquilo que havia de mais desenvolvido e inovador no país, foi planejada para ser uma vitrine da Belle Époque, do Rio de Janeiro, e do progresso da nação.

O *Catálogo resumido ou syntese dos mostruários da Exposição Nacional de 1908*[19]*,* apresenta a disposição dos mostruários no interior do Palácio dos Estados, e analisando os itens expostos percebe-se que o Rio Grande do Sul apresenta uma exposição bastante diversa apesentando variados produtos de diferentes ramos da indústria, produtos agrícolas, máquinas, mapas, fotografias e tabelas estatísticas. Das cinco salas destinadas ao Rio Grande do Sul, distribuídas entre o primeiro e o segundo andar do Palácio dos Estados, as duas localizadas no térreo expõem exclusivamente produtos da *E.Berta*, fazendo com que essa indústria se destacasse dentro da amostra gaúcha na exposição nacional.

A presença da empresa, que possuía uma loja no Rio de Janeiro, também se apresenta em materiais publicitários como o *Álbum da Exposição de 1908*[20] ou no *Almanak Laemmert.* [21]. No setor de cofres, dois outros empreendimentos merecem menção: a *Fundição Progresso*, criada em 1881 no Rio de Janeiro pelos primos portugueses Luiz Bernardo de Almeida e Antônio de Almeida Pinho, e a *Bernardini*, instalada em São Paulo em 1912 pelo italiano Ugo Bernardini. Ambas possuíam catálogos semelhantes ao da *E. Berta*, mas sua trajetória nas exposições nacionais é pouco documentada pelas fontes analisadas.

Mais do que vitrines de produtos, as exposições funcionavam como espaços de consagração simbólica. As premiações conferiam distinção aos empreendimentos, legitimando-os socialmente e projetando-os como referências da identidade nacional. A E. *Berta & Cia*, sob liderança de Alberto Bins, soube explorar essa dimensão: os prêmios reforçavam não apenas sua publicidade junto aos consumidores, mas também seu prestígio político e econômico entre os grupos dominantes, indicando os caminhos valorizados pelo Estado e pela elite para a indústria brasileira.

Se, até aqui, foi possível observar a constituição de redes e formas de reconhecimento que sustentavam a posição de Alberto Bins, é no interior das instituições políticas que essas relações se convertiam em capacidade efetiva de intervenção, configurando práticas de mediação entre interesses econômicos, demandas sociais e decisões de governo.

Inserção institucional e mediação política: a atuação de Alberto Bins

Em 1908, Alberto Bins assumiu oficialmente sua primeira função política pelo PRR, integrando o Conselho Municipal de Porto Alegre. A inserção nesse espaço institucional pode ser compreendida como parte de um processo mais amplo de construção de posição, no qual a atuação política se à sua trajetória empresarial e às redes de sociabilidade que a sustentavam. A participação no Conselho Municipal não produzia, por si só, uma função de mediação, mas criava condições para seu exercício, na medida em que colocava Alberto Bins em contato direto com demandas, agentes e instâncias decisórias distintas. Nesse contexto, a mediação se configurava como uma prática situada, dependente da capacidade de mobilizar relações e recursos, permitindo-lhe transitar entre interesses econômicos e decisões administrativas, ao mesmo tempo em que ampliava sua visibilidade e consolidava vínculos no interior da estrutura política local.

A Constituição de 1891 reconhecia os municípios como entidades autônomas, capazes de se auto-organizar dentro dos limites da legislação estadual e federal. As câmaras municipais eram eleitas pelos cidadãos habilitados ao voto, e suas atribuições incluíam aprovar leis municipais, fiscalizar os atos do prefeito, administrar as finanças locais e deliberar sobre assuntos de interesse do município, como impostos e obras públicas. No entanto, conforme registrado no *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre 1901-1920*[24], as reuniões não seguiam uma periodicidade regular, nem havia obrigatoriedade de participação dos conselheiros, que não possuíam autonomia para convocar sessões próprias. Essa prerrogativa cabia ao intendente, que comandava o conselho e concentrava o poder legislativo local.

A Constituição de 1891 reconhecia os municípios como entidades autônomas, capazes de se auto-organizar dentro dos limites da legislação estadual e federal. As câmaras municipais eram eleitas pelos cidadãos habilitados ao voto, e suas atribuições incluíam aprovar leis municipais, fiscalizar os atos do prefeito, administrar as finanças locais e deliberar sobre assuntos de interesse do município, como impostos e obras públicas. No entanto, conforme registrado no *Catálogo das Atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre 1901-1920*[22], as reuniões não seguiam uma periodicidade regular, nem havia obrigatoriedade de participação dos conselheiros, que não possuíam autonomia para convocar sessões próprias. Essa prerrogativa cabia ao intendente, que comandava o conselho e concentrava o poder legislativo local.

Durante esse período percebe-se que o conselho municipal recebe uma série de requerimentos solicitando a isenção de impostos ou reconsideração de dívidas municipais tanto a pessoas físicas, como de pessoas jurídicas, além disso, são incumbidos de analisar solicitações de auxílios financeiros de diferentes instituições, como: Faculdade Livre de Direito, a Faculdade de Medicina e Farmácia, a Sociedade Protetora do Turf, os Asilos Pella e Betânia, a Federação Riograndense do Remo e o Tiro Brasileiro de Porto Alegre, o Hospital São Pedro, a Sociedade Agrícola Municipal, o Abrigo Santo Antônio do "Pão dos Pobres", a Sociedade Riograndense Protetora dos Animais, o Asilo Providência desta Cidade e a Escola de Comércio. Nesse fluxo de solicitações, o Conselho operava como um espaço privilegiado de negociação entre demandas privadas e decisões públicas, e a presença de Bins nesse ambiente o colocava em posição estratégica para atuar como intermediador entre agentes econômicos, instituições e o poder municipal.

Embora o Conselho Municipal dispusesse de competências restritas e não tivesse plena autonomia diante do intendente, integrar esse espaço representava, para Alberto Bins, mais do que meramente uma função protocolar. Sua presença ali lhe garantia visibilidade política, acesso privilegiado às discussões sobre impostos, obras públicas e regulação do espaço urbano, além da possibilidade de influenciar decisões que impactavam diretamente o ambiente de negócios em Porto Alegre. Assim, mesmo com margens de atuação reduzidas, Bins pôde se afirmar como mediador entre os interesses do empresariado e a esfera pública,

fortalecendo sua rede de relações e consolidando seu papel como representante das demandas econômicas regionais.

Após concluir seu mandato no Conselho Municipal, dando continuidade a um processo de construção de posição no interior do campo político, no qual sua inserção institucional ampliava sua capacidade de influência, Alberto Bins foi eleito para a Assembleia dos Representantes, exercendo quatro mandatos consecutivos nos anos de 1913, 1917, 1921 e 1925. No breve estudo de Márcia Lewis[23] sobre o empresariado industrial na política gaúcha durante a Primeira República, a autora identifica apenas dois nomes: Alberto Bins e Manoel Py Crespo, e salienta que a representação industrial durante o período foi discreta, contudo a análise aqui proposta sugere um cenário mais complexo.

A trajetória de Py Crespo é marcada por uma intensa atividade empresarial, tendo fundado a *Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense (Fiateci)*, a *Companhia Predial e Agrícola*, a *Companhia Força e Luz Porto-Alegrense*, a *Companhia Telefônica Rio-Grandense*, a *Companhia Previdência do Sul* e participado do *Banco Mercantil Franco-Brasileiro*, entre outros empreendimentos. Embora reconhecido como um homem de visão, sua atuação política foi discreta: ao longo de quase 23 anos de vida pública, seus discursos foram raros, e sua participação reduziu-se progressivamente até se tornar praticamente nula. Destacou-se nas Comissões de Orçamento e chegou à vice-presidência da Assembleia em 1905, considerado o auge de sua influência. Contudo, Bins e Py Crespo não dividiram a mesma bancada, já que o último exerceu mandatos entre 1889 e 1908, período anterior à entrada de Bins.

Durante seus quatro mandatos na Assembleia dos Representantes, Alberto Bins esteve acompanhado por figuras expressivas de diferentes áreas profissionais e sociais, evidenciando o caráter heterogêneo da composição do legislativo gaúcho no período. Entre seus conterrâneos estavam o professor e intelectual Arno Phillips, o engenheiro militar Manoel Theophilo Barreto Vianna, o empresário industrial Ten.Col.Frederico Linck, o médico Nicolau de Araújo Vergueiro e o advogado e jornalista Fredolino Prunes. Esses representantes permaneceram por doze anos na Assembleia, consolidando trajetórias políticas estáveis. Além deles, Bins compartilhou seus mandatos com personagens que, mais tarde, se tornariam protagonistas centrais da política estadual e nacional: Getúlio Vargas,

futuro presidente da República; Francisco Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul; e Lindolfo Collor, ministro do Trabalho no governo Vargas.

Cargo	Início	Fim	Informações
Conselheiro Municipal	15/10/1908	1912	Conforme atas do conselho municipal
Representante Estadual	20/08/1913	1916	75.758 votos. Conforme atas da Assembleia dos Representantes
Representante Estadual	26/02/1917	1920	79.599 votos. Conforme atas da Assembleia dos Representantes
Representante Estadual	20/02/1921	1924	78.317 votos. Conforme atas da Assembleia dos Representantes
Representante Estadual	17/09/1925	1928	12.678 votos. Conforme atas da Assembleia dos Representantes
Vice Intendente	1924	1928	–
Intendente nomeado	1928	1928	Por ocasião do falecimento do intendente Octávio Rocha
Intendente eleito	1929	1930	Vice: Sinval Saldanha.
Prefeito	1930	1937	Mantido no cargo pelo interventor Flores da Cunha após o Golpe de 1930

Tabela 1. Cargos políticos ocupados por Alberto Bins.
Fonte: Tabela construída pela autora (2025).

Entre majores, tenentes e coronéis, também se faziam presentes na Assembleia jornalistas, professores, advogados, médicos, fazendeiros, comerciantes, banqueiros e "capitalistas". Selecionando o grupo classificado como "industrialista" nos *Anais da Assembleia dos Representante*s, figuravam além de Alberto Bins, Eurípedes Mostardeiros, Isodoro Neves da Fontoura, Virgilino José da Porciúncula Junior, Possidônio Mancio da Cunha Jr., Alberto Roberto Rosa, Emílio Guilayn e Jacob Kroeff Netto.

Ainda que a Assembleia dos Representantes dispusesse de atribuições limitadas, com competência predominantemente orçamentária e reuniões pouco frequentes ao longo do ano, a presença desses agentes indica que sua ocupação não se restringia a uma função meramente formal. A inserção nesse espaço insti-

tucional conferia visibilidade e reconhecimento, ao mesmo tempo em que favorecia a aproximação entre trajetórias empresariais e posições políticas, operando como um espaço de articulação no interior das redes que conectavam interesses econômicos e instâncias de poder no período.

Ao observar os homens que ocupavam os assentos das plenárias responsáveis por deliberar sobre os destinos públicos do Estado, torna-se possível identificar não apenas quem detinha o poder, mas também de que lugares sociais esse poder se pronunciava, a quais interesses atendia e de que maneira era construído, conservado e, eventualmente, transformado. Uma análise mais detida sobre os nomes que compuseram a Assembleia dos Representantes no período permite compreender a dinâmica das elites políticas e econômicas do Rio Grande do Sul na Primeira República, revelando tanto os mecanismos de reprodução de suas posições de influência quanto as estratégias de inserção de novos grupos sociais.

Eurípedes Mostardeiros aparece inicialmente classificado como banqueiro e, posteriormente, como industrialista, o que já indica a fluidez entre diferentes esferas de atuação econômica das elites gaúchas. A investigação de sua trajetória revela sua relação com o setor rizicultor e sua condição como fundador do *Banco do Comércio* em 1885, instituição que desempenhou papel central no financiamento e fortalecimento das unidades agrícolas de imigrantes europeus, ao mesmo tempo em que esteve associado à criação da *Companhia Força e Luz*, posteriormente vinculada à *CEEE*. Sua inserção no meio empresarial também se explica pela herança familiar. Era filho de Antônio José Gonçalves Mostardeiro, natural de Mostardas, no litoral gaúcho, reconhecido como um dos mais proeminentes comerciantes do século XIX. Antônio José foi fundador da *Companhia de Seguros Terrestres Porto-Alegrense* e participou do grupo de incorporadores da *Fiateci*, iniciativas que consolidaram sua posição entre os principais agentes econômicos do período.

Da mesma forma que Bins viria mais tarde a acumular funções tanto no legislativo quanto no executivo, Isidoro Neves da Fontoura também exerceu simultaneamente diferentes cargos, atuando como intendente de Cachoeira do Sul ao mesmo tempo em que cumpria mandato na Assembleia dos Representante.[24] Isidoro era fruto do entrelaçamento matrimonial de duas famílias de destaque entre a elite portuguesa imigrada, os Neves e os Fontoura, o que reforçava

sua inserção em redes tradicionais de poder. Essa projeção política manteve continuidade em sua descendência: seu filho, João Neves da Fontoura, que chegou a compartilhar por um mandato a bancada com Bins, também ocupou a intendência em Cachoeira do Sul. Posteriormente, alcançou maior visibilidade ao tornar-se vice-presidente estadual do PRR ao lado de Getúlio Vargas, com quem manteve estreita relação política, e foi eleito deputado federal em 1928, consolidando a presença da família Fontoura no cenário político regional e nacional.[25]

Karina Ferrarretto[26], em seu estudo prosopográfico sobre a elite empresarial da cidade de Rio Grande, identifica o Tenente-Coronel Virgilino José da Porciúncula Júnior como acionista da *Companhia Moinhos do Sul.* A autora aponta ainda pelo menos dez outros empreendimentos vinculados ao seu nome, nos quais ele atuou como acionista, sócio, conselheiro fiscal, diretor ou administrador, que mostram uma trajetória marcada pela gestão financeira de diferentes estabelecimentos, sobretudo industriais. Essa multiplicidade de funções salienta como membros da elite local consolidavam sua posição econômica por meio do controle simultâneo de diversos negócios.

De maneira semelhante, Possidônio Mâncio da Cunha Júnior, em parceria com Manoel Py Crespo, fundou o *Banco Comercial Franco-Brasileiro* e a *Companhia Telefônica Rio-Grandense*, consolidando-se como um ator central na conexão entre finanças e infraestrutura urbana, especialmente nas telecomunicações. Cunha Júnior também possuía estâncias no Uruguai[27] e integrava a *Companhia Predial e Agrícola*, responsável pela comercialização de terras para colonização, bem como pela execução de obras e construção de estradas em Porto Alegre e no interior do estado. Ademais, exerceu funções de sócio e presidente da *FIATECI* e de diretor da Companhia *Gráfica Porto-Alegrense* [28], complementando sua atuação com cargos políticos, como deputado estadual, federal e Secretário Estadual da Fazenda e de Obras Públicas.

O Coronel Alberto Roberto Rosa, por sua vez, embora menos envolvido em múltiplos empreendimentos, era acionista do *Banco Pelotense* e mantinha fortes vínculos com a elite charqueadora da região sul, demonstrando como as antigas elites rurais continuavam inseridas nas redes de poder econômico e financeiro. Já Emílio Guilayn, natural da Espanha e radicado em Bagé, destacou-se atuando como diretor da *Light* e sócio da *Buxton, Guilayn & Cia*, empresa que

operava em Buenos Aires e expandiu a eletrificação do Rio Grande do Sul. Guilayn ampliou usinas em cidades como Santa Maria, Uruguaiana, Itaqui e Pelotas, sendo responsável nesta última também pela instalação dos bondes elétricos.[29]

Os Kroeff, assim como Alberto Bins, descendiam de imigrantes oriundos da região do Rio Mosela. No entanto, suas trajetórias econômicas se desenvolveram em frentes distintas. No caso dessa família, os negócios concentraram-se nos setores de hotelaria e comércio de carnes, com atuação em Santa Cruz do Sul e na região colonial de Porto Alegre. Jacob Kroeff Netto, filho de Jacob Kroeff Filho, também com passagem pelo legislativo estadual, foi uma figura proeminente do PRR, especialmente em Novo Hamburgo, onde exerceu o cargo de intendente. Conhecer os nomes desses representantes permite compreender a diversidade cuidadosamente estruturada pelo partido no período, ainda que isso não garanta uma atuação efetiva nem indique uma Assembleia verdadeiramente expressiva.

A análise dos discursos de Kroeff Netto na Assembleia dos Representantes reforça esse quadro. Como observa João Luz[30], o parlamentar não passava de um "mero conselheiro fiscal do próprio executivo", evidência sustentada por atas marcadas pela escassez de debates, redação lacônica e frequência irregular dos deputados, incluindo o próprio Kroeff Netto, cujas ausências eram recorrentes. Ainda assim, a presença desses nomes revela o esforço do PRR em estruturar uma base de apoio capaz de dialogar tanto com setores emergentes da sociedade urbana e industrial quanto com as elites tradicionais, indicando uma estratégia de recomposição da representação e de legitimação perante novos grupos em ascensão no cenário econômico e político do Rio Grande do Sul.

O PRR se diferenciava de muitos partidos republicanos do país não por se afastar da elite tradicional, mas por atuar em um contexto marcado pela presença de uma oposição forte e politicamente organizada. Como observa Love, ao contrário do "amorfo sistema de governo da maioria dos estados",[31] a política gaúcha estruturava-se em torno de "dois bem organizados partidos", o que impunha ao partido a necessidade de ampliar sua base de apoio e dialogar com setores para além das elites agrárias. Nesse processo, a burguesia industrial e comercial passou a ocupar espaço crescente na estrutura partidária, integrando-se às estratégias de sustentação política do PRR[32], em um arranjo que dependia da articulação com capitais emergentes e da mediação entre interesses econômicos e o

Estado. As reflexões de Pacheco[33] sobre o processo eleitoral em Porto Alegre na década de 1920 reforçam esse quadro ao salientar que os espaços institucionais funcionavam como arenas de negociação, nas quais diferentes atores buscavam visibilidade, acesso e legitimação.

Em setembro de 1915, Alberto Bins foi designado para a Comissão de Orçamento da Assembleia dos Representantes, ao lado de outros deputados ligados a diferentes setores econômicos, passando a atuar diretamente na análise de requerimentos que evidenciam a função prática do Legislativo como espaço de mediação.[34] Logo nos dias seguintes à sua nomeação, chegaram à comissão pedidos de empresários que solicitavam isenções fiscais e prorrogações de benefícios para viabilizar ou expandir suas atividades, como no caso de companhias de energia, produção de alimentos e exploração madeireira. A leitura das atas demonstra a recorrência dessas demandas, oriundas tanto da capital quanto do interior do estado.

Para além das indústrias propriamente ditas, chama atenção a presença significativa de requerimentos apresentados por empresas prestadoras de serviços diretamente vinculados aos processos de urbanização e modernização, especialmente aqueles relacionados aos transportes, à circulação de mercadorias e à construção civil. A recorrência desses pedidos mostra que a atuação na Assembleia se organizava em torno da análise de demandas concretas, nas quais interesses privados buscavam reconhecimento, apoio e viabilização por meio do Estado. Nesse contexto, a mediação não se apresentava como uma função formalmente definida, mas como uma prática cotidiana, exercida na interlocução entre agentes econômicos, instituições e o poder público. A participação de Alberto Bins nesses processos indicava uma posição em circuitos de negociação, nos quais a capacidade de mobilizar relações e interpretar demandas se tornava central para a construção de sua atuação política.

> Companhia de navegação Arnt, com séde na cidade de Taquary, pede um subsidio annual de 25:000$000 (vinte e cinco contos de réis).[35]
>
> Frederico Jacob Miclaelsen, proprietário dos vapores Caxias e Otto, que se empregam em a navegação do rio Cahy, solicita á As-

> sembléa dos senhores Representantes uma reducção no imposto de transito cobrado ás embarcações que transpõem a barragem daquelle rio.[36]
>
> A sociedade anonyma Constructora Predial, com séde nesta capital, solicita isenção de impostos, pelo espaço de dez annos, para as suas primeiras series; indo á commissão de orçamento. [37]

No início do século XX, a modernização configurou-se como um processo de alcance mais amplo, marcado pela intensificação das relações econômicas, pela circulação de capitais, técnicas e modelos institucionais e pela progressiva centralidade das cidades como espaços de produção, circulação e administração. Ainda que assumisse ritmos e feições distintas conforme os contextos nacionais e regionais, esse movimento esteve diretamente associado à expansão das infraestruturas de transporte, à reorganização das atividades produtivas e à redefinição das formas de intervenção do Estado na economia. No caso brasileiro, de maneira particular, no Rio Grande do Sul, a modernização integrou tanto às dinâmicas do mercado internacional, quanto às especificidades locais, produzindo transformações que não se limitaram ao plano material, mas envolveram também novas concepções de progresso, racionalidade administrativa e ordenamento do espaço urbano. Longe de se apresentar como um processo homogêneo, a modernização foi construída na intersecção entre condicionantes mais gerais e decisões situadas, nas quais a ação do poder público e a atuação das elites políticas e econômicas desempenharam papel central na definição dos rumos do desenvolvimento.

Os pedidos de subsídios, reduções e isenções fiscais apresentados por essas empresas indicam que essas iniciativas se estruturavam em dependência das decisões e dos recursos do poder público, indicando formas de atuação empresarial que incorporavam o Estado como parte constitutiva de suas estratégias de expansão. A navegação fluvial, em particular, aparecia como elemento central para a integração dos mercados regionais e para o escoamento da produção, o que ajuda a compreender a frequência de demandas por redução de impostos e concessão de auxílios financeiros. De modo semelhante, a atuação de sociedades construtoras na capital aponta para a intensificação das obras urbanas e para a

crescente valorização da cidade como espaço privilegiado de investimento e de materialização dos projetos de modernização em curso.

Em novembro de 1915[38], a Comissão de Orçamento da Assembleia dos Representantes analisou diferentes impostos estaduais, destacando o debate sobre a taxação da lenha, fundamental em um contexto pré-eletrificação. Ao responder a diversas petições de industriais da capital e do interior, a comissão optou por manter o imposto apenas para empresas ferroviárias, justificando a medida tanto pela necessidade de controle ambiental quanto pelo estímulo à produção. Essa decisão implicava, na prática, a redução dos custos industriais e evidenciava uma escolha política favorável à expansão econômica. Mais do que atender demandas imediatas, o Legislativo utilizava a política fiscal como instrumento de incentivo e projeção de um modelo de desenvolvimento baseado na modernização produtiva. Essa lógica também se expressa na concessão de amplas isenções fiscais a estabelecimentos frigoríficos a partir de 1916, indicando uma estratégia mais ampla e contínua de estímulo à industrialização no Rio Grande do Sul.[39]

A partir disso, as decisões tomadas no âmbito da Assembleia dos Representantes permitem compreender não apenas respostas conjunturais às pressões do empresariado, mas a elaboração de um horizonte de expectativas acerca do futuro econômico do Rio Grande do Sul. Ao acionar a política fiscal como instrumento de estímulo, o Legislativo projetava um modelo de desenvolvimento orientado pela expansão industrial, pela incorporação de técnicas modernas e pela reorganização das atividades produtivas.

Entre os requerimentos encaminhados à Assembleia dos Representantes, observam-se solicitações de caráter social e associativo, apresentadas por indivíduos e entidades diversas. Nesse conjunto, destaca-se o pedido de auxílio formulado por clubes náuticos vinculados à *Liga Náutica Riograndense*[40] — prática esportiva à qual Alberto Bins esteve intimamente ligado e que, naquele contexto, se associava fortemente às elites urbanas, em especial de origem teuto-germânica. A solicitação de recursos para a realização de competições e aquisição de materiais salienta como a Assembleia operava também como espaço de legitimação e financiamento dessas associações étnicas.

Em março de 1924 um grupo de teuto-brasileiros representantes da colônia alemã envia a Borges de Medeiros um abaixo-assinado solicitando a indicação de Alberto Bins como deputado federal nas eleições daquele ano.

> Mas, não obstante, durante os trinta anos de regimes republicano, a colônia, até a presente data, não cogitou de fazer indicações ao partido de candidatos seus a representação federal, a espera, naturalmente, que essa indicação surgisse do próprio partido, isto é, dos seus dirigentes.
> A colônia alemã - Sr. Presidente- mais do que nenhuma outra, necessita - e é uma delícia duas mais ardentes aspirações - ter um elemento seu na câmara federal, um elemento que, conhecendo por contato direto, as suas necessidades, esteja apto a defender os interesses, agrícolas, comerciais e industriais.
> Hoje mais do que nunca - Sr presidente - [este é o anseio] desde a cabana do moderno camponês no interior da colônia ao palacete abastado nas cidades, palpita no coração dos nossos correligionários alemães e de descendência alemã.
> [...] É um apelo, não somente nosso, mas de toda colônia, de numerosa) colônia que possuem cerca de
> 60.000 eleitores, que confiam nos altos sentimentos patrióticos e democráticos de V.Ex. [41]

A ascensão dos teuto-brasileiros no contexto da sociedade industrial e capitalista em formação no Rio Grande do Sul revela como a colônia alemã, longe de se limitar à sua identidade étnica, se tornou peça-chave no novo cenário urbano-industrial. Esse grupo de imigrantes desempenhou um papel fundamental no fortalecimento de setores emergentes, especialmente no campo comercial e industrial. O apelo por uma representação política própria, reflete a necessidade de consolidar essa presença nas esferas de poder, garantindo a defesa de seus interesses específicos. Em 1924, os empresários teuto-brasileiros ocupavam parte significativa dos cargos da *Associação Comercial de Porto Alegre*, deixando nítida a coesão e a influência dessa elite emergente, que, embora pequena, estava unida por interesses comerciais interligados e solidariedade étnica.

O abaixo-assinado encaminhado pela colônia teuto-brasileira evidencia um processo prévio de reconhecimento. Ao indicar o nome de Alberto Bins, esses agentes mobilizavam uma trajetória já consolidada como legítima no inte-

rior de suas redes. Nesse sentido, o documento releva a percepção de que Bins reunia condições sociais e políticas para ocupá-la, articulando pertencimento, experiência e capacidade de interlocução.

Apesar do abaixo-assinado respeitoso e coerente dos colonos alemães, que sugeriam Alberto Bins como candidato à Assembleia Legislativa Federal, ele não foi indicado. No entanto, seu nome foi lembrado para a vice intendência municipal. Com a assinatura do Pacto de Pedras Altas em 1923, que proibiu a reeleição tanto para o cargo de intendente estadual quanto municipal, o PRR precisou reorganizar a administração municipal de Porto Alegre para as eleições de 1924. Nesse cenário, a escolha do PRR para a intendência recaiu sobre Octávio Rocha, que, além de redator do jornal *A Federação*, tinha uma longa trajetória no partido, já tendo ocupado os cargos de deputado estadual e federal.

No último ano de seu mandato, Octávio Rocha faleceu , a partir disso, Alberto Bins assumiu a intendência até o final do mandato. Em 1928, foi eleito intendente com 7.456 votos, um número relativamente baixo, considerando que, em 1924, o PRR registrou 12.000 eleitores.[42] Com um plano de governo que deu continuidade à administração anterior, com foco na revitalização e modernização urbana, Bins permaneceu no cargo até 1937, quando nas vésperas do início do Estado Novo, foi indiciado por desvio de verbas da *Exposição do Centenário Farroupilha*, juntamente com Flores da Cunha e o tesoureiro da exposição Ricardo Voelckers, finalizando aos 67 anos, sua atuação política.

Com o intuito de construir sua própria defesa, Alberto Bins elaborou um livro que foi anexado ao processo[43] e, ao que tudo indica, também circulou entre indivíduos considerados estratégicos para a formação da opinião pública e política. O texto não apenas buscava apresentar sua versão dos acontecimentos, mas também funcionava como instrumento de disputa simbólica e política, uma vez que nele Bins argumentava que o processo a que respondia era resultado direto do clima de perseguição instaurado pelo Estado Novo. Assim, a publicação cumpria dupla função: de um lado, registrava formalmente sua defesa jurídica; de outro, configurava-se como um documento político, voltado a legitimar sua trajetória e deslegitimar os fundamentos da acusação, inserindo sua figura no debate sobre os limites da repressão política no período.

O estudo prosopográfico de Flávio Heinz e Marcelo Vianna[44] demonstra que, durante a Primeira República, tanto o patronato industrial quanto os imigrantes teuto-brasileiros tinham limitada representação na alta administração pública, sendo Alberto Bins o principal nome destacado nesse perfil. Por meio de sua atuação empresarial e das associações representativas constituídas sob sua liderança e orientação, os interesses de uma elite ligada ao capital comercial urbano e à indústria em expansão mantiveram inserção no campo político estadual, fazendo com que a analise da sua trajetória permita observar a constituição de uma forma de atuação, que operava como via de acesso e sustentação desses grupos nas instâncias de poder.

Considerações finais

A trajetória de Alberto Bins permite compreender a constituição de posições nas relações entre indústria e política no Rio Grande do Sul da Primeira República a partir de um ponto de observação situado. Sua atuação evidencia a incorporação progressiva de agentes vinculados ao capital comercial urbano e à indústria em expansão nas instâncias de poder, em um processo que não substitui as elites tradicionais, mas se estabelece em relação a elas por meio de vínculos, negociações e interesses compartilhados. Nesse percurso, associações empresariais, exposições e cargos públicos aparecem como espaços conectados de produção de reconhecimento e legitimidade.

Conselho Municipal e Assembleia dos Representantes operavam com limites claros de autonomia e alcance decisório, mas constituíam espaços relevantes de circulação e visibilidade. Neles, demandas privadas, projetos econômicos e decisões administrativas se encontravam, configurando circuitos de negociação nos quais diferentes agentes buscavam acesso, reconhecimento e influência. A presença de Bins nesses espaços indica sua inserção nesses circuitos, sustentada pela capacidade de mobilizar relações e transitar entre diferentes instâncias.

Desse modo, a trajetória analisada ilumina formas de organização do poder na Primeira República, salientando que a incorporação de agentes ligados à in-

dústria e ao comércio urbano às estruturas políticas se deu por aproximação e recomposição das relações entre grupos. Nesse processo, vínculos sociais, recursos econômicos e inserção institucional operavam de forma articulada, permitindo compreender como se constituíam, na prática, as conexões entre desenvolvimento econômico, mediação e representação política no contexto urbano-industrial de Porto Alegre.

Notas finais

[1] COSTA, Paulo Roberto Neves; ENGLER, Icaro Gabriel da Fonseca. Elite empresarial: recrutamento e valores políticos (Paraná, 1995-2005). *Opinião Pública*, Campinas, v. 14, n. 2, nov. 2008, p. 486-514.

[2] COSTA, Paulo Roberto Neves. Elite empresarial e elite econômica: o estudo do empresário. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 22, n. 52, , 2014, p. 47-57.

[3] Ibidem.

[4] QUEIRÓS, César Augusto B. O fazer-se da classe patronal em Porto Alegre durante as grandes greves da Primeira República. *Revista Cantareira,* v. 3, 2005.

[5] BAK, Joan. Cartels, Cooperatives, and Corporatism: Getulio Vargas in Rio Grande do Sul on the Eve of Brazil's 1930 Revolution. *The Hispanic American Historical Review.* V. 63, n. 2. 1983, p. 255-275.

[6] PARETO, Vilfredo. *Tratado de sociologia geral*. Lisboa: Instituto Piaget, 1916.

[7] PESAVENTO, Sandra Jatary. *A burguesia gaúcha:* Dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

[8] *Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.* APERS. Acervo do Judiciário. Porto Alegre: Juízo de Órfãos, Ação Judicial de Inventário, Processo n. 101, 1887. Inventariado: Mathias Bins. Inventariante: Elisa Bins.

[9] LOPES, Jéssica Bitencourt. Sobre os rastros e registros do nome. Os Bins em Porto Alegre: negócios e família na segunda metade do século XIX. *Revista Temporalidades* (UFMG). Edição.40, v.15, n.2. 2024.

[10] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História da Indústria Sul-Rio-Grandense*. Guaíba: Riocell, 1985, p. 36.

[11] MARTINS, Mônica de Souza Nunes. O espetáculo da economia: a Primeira Exposição Nacional da Indústria no Império do Brasil, em 1861. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 44, 2020.

[12] PEREIRA, Margareth da Silva. A Exposição de 1908 ou o Brasil visto por dentro. *Arqtexto,* Porto Alegre, n. 16, 2010, p, 11.

[13] FAUSEL, Erich. *Alberto Bins:* o merlense brasileiro. São Leopoldo: Rotermund & Cia. Ltda., [1957/1958?], p. 37.

[14] *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*. Porto Alegre: Officina Typographica de Gundlach & Becker, 1901, p. 8-9.

[15] FERTIG, André. Valentes vingadores: os guardas nacionais rio-grandenses como símbolos do Império do Brasil. *Revista Escritas*, Palmas, v. 2, 2010.

[16] MUGGE, Miqueias Henrique. *Eles estão prontos a contribuir:* guardas nacionais, hierarquias sociais e cidadania. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

[17] MARTINY, Carina. *"Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à prosperidade do município" Constituindo redes e consolidando o poder:* uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

[18] FAUSEL, Erich. *Alberto Bins:* O merlense brasileiro. São Leopoldo /RS: Rotermund & Cia. LTDA. [1957/1958 ?], p. 37.

[19] NEVEZ, Arthur Getúlio das. *Catálogo resumido ou syntese dos mostruários da Exposição Nacional de 1908.* Rio de Janeiro. Imprensa Nacional. 1908.

[20] ÁLBUM da Exposição. Órgão da Propaganda Nacional. Rio de Janeiro: *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, 1908***.**

[21] LAEMMERT, Eduard. Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. *Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional***.** Acesso em: 19 de outubro de 2022.

[22] *Catálogo das atas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre: 1901–1920.* Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, v. XIV, 2005

[23] LEWIS, Márcia. A presença de industriais na política riograndense na República Velha. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, 1981, p. 73-80

[24] SELBACH, Jeferson Francisco. *Muito além da praça José Bonifácio:* as elites e os "outsiders" em Cachoeira do Sul pela voz do Jornal do Povo, 1930-1945. 2007. Tese (Doutorado em História) – Escola de Humanidades, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007, p. 115-116)

[25] GRIJÓ, Luiz Alberto. *O jogo das mediações:* Getúlio Vargas e sua geração no Rio Grande do Sul na I República. Porto Alegre/RS: Homo Plasticus, 2017.

[26] FERRARETTO, Maria Karina. *Sociedades nem tão anônimas:* um estudo prosopográfico sobre a elite empresarial de Rio Grande (1884-1913). 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017, p. 205-206.

[27] VARGAS, Jonas. O método prosopográfico e o estudo da elite charqueadora de Pelotas (c. 1850 - c. 1900). In: KLEIN, Ana Inez et al. (org.). *Estudos de História Regional Platina.* Porto Alegre: Editora Fi, 2018, p. 242.

[28] STROHAECKER, Tânia Marques. Atuação do público e do privado na estruturação do mercado de terras de Porto Alegre (1890–1950). Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 9,

[n.] 194, 2005.

[29] AXT, Gunter. A indústria de energia elétrica em Pelotas. *História em Revista,* Pelotas, v. 10, n. 1, p. 155, 2021.

[30] LUZ, João Hecker. *Jacob Kroeff- Jacob Kroeff Filho – Jacob Kroeff Neto:* o hoteleiro, o Coronel e o intendente – 1855 a 1966. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2010, p. 159.

[31] LOVE, Joseph L. *O Regionalismo Gaúcho e as origens da Revolução de 1930.* São Paulo: Editora Perspectiva, 1975, p. 78.

[32] PESAVENTO, Sandra Jatahy. *A burguesia gaúcha:* Dominação do capital, disciplina e trabalho (1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988, p. 238-239.

[33] PACHECO, Ricardo A modernidade envolve o campo político: representações e práticas do processo eleitoral na Porto Alegre da década de 1920. *Revista Brasileira de História.* São Paulo, v. 25, nº 50, 2005.

[34] Atas da Assembleia dos Representantes. *Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre.

[35] Atas da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. 27 de novembro de 1915.

[36] Atas da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. 03 de novembro de 1915.

[37] Atas da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. 01 de outubro de 1917.

[38] Atas da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. 24 de novembro de 1915.

[39] Atas da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. 11 de outubro de 1918.

[40] Atas da Assembleia dos Representantes do Rio Grande do Sul. 20 de novembro de 1916.

[41] FRIEDERICH, Aloys. Abaixo- assinado enviado a Borges de Medeiros. *Instituto Historico e Geografico do Rio Grande do Sul*. 1924.

[42] BAKOS, Margaret Marchiori. *Porto Alegre e seus intendentes*. Porto Alegre: EDIPUCS, 1992, p. 62.

[43] APERS, Acervo do Judiciário, Porto Alegre. Autuação. Processo nº 3028, v. 1 e 2. Ano 1936. Réus: Alberto Bins, Dr. Antônio Flores da Cunha e Ricardo Voelckers.

[44] HEINZ, Flávio Madureira; VIANNA, Marcelo. Elites estatais no Sul do Brasil: prosopografia da alta administração republicana no Rio Grande do Sul, 1889-1937. *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 46, p. 138-159, jan./abr. 2021.

Sobre os autores e as autoras

Adelar Heinsfeld

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. É professor titular da Universidade de Passo Fundo. Desenvolve pesquisas nas áreas de História do Brasil e da América Latina, relações internacionais, política externa brasileira, geopolítica, história regional, historiografia e história política. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/1441337158224362.

Alessandro Batistella

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor do Curso de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo. É investigador associado à Rede de Pesquisa Direitas, História e Memória. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9628028081184238.

Ananda Simões Fernandes

Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atua como diretora e historiadora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, dedicando-se a pesquisas sobre as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul, especialmente às conexões repressivas estabelecidas na região, aos arquivos da repressão e à História do Tempo Presente. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9449034373752691.

Aristeu Elisandro Machado Lopes

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor associado do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. Desenvolve pesquisas nas áreas de História

do Trabalho, História e Fotografia, História e Imprensa, atuando também em projetos relacionados a acervos documentais e história pública. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/3563086398486737.

Bethânia Luisa Lessa Werner

Doutoranda em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Secretária e pesquisadora vinculada ao Laboratório de Relações de Gênero e Família (LABGEF) da UDESC. Desenvolve pesquisas sobre trajetórias políticas femininas, com foco na história das primeiras-damas durante a Primeira República no Brasil, em diálogo com a História Social da Política, História das Elites, História das Mulheres e Estudos de Gênero. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8496514495805341.

Charles Sidarta Machado Domingos

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor titular do Instituto Federal Sul-rio-grandense, Campus Charqueadas, e professor permanente no Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Dedica-se à História do século XX, com ênfase na Guerra Fria e na política externa brasileira, atuando em pesquisas voltadas à história política e às relações internacionais. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/8245904767629504.

Diego Orgel Dal Bosco Almeida

Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) com Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó). Atualmente pesquisa no campo de estudos do currículo, das políticas curriculares e da formação docente, tendo como abordagem a pesquisa narrativa e os conceitos de memória e experiência, relacionados ao campo de produção historiográfica. Investiga as relações entre história da educação e história política a partir do reconhecimento das dimensões clandestinas da educação e do conceito de educação clandestina. Lidera o Grupo de Pesquisa Formação de professores, políticas educacionais e processos educativos e é vice-líder do Observatório do Ensino Médio de Santa Catarina (OEMESC). É integrante do GT História Política da ANPUH-RS desde 2015. Link do Currículo Lattes: https://lattes.cnpq.br/2274500856883828

Gérson Wasen Fraga

Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é professor associado da Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Erechim, atuando nas áreas de História da África, História Indígena, História Contemporânea, História do Futebol, História da Imprensa e História e Cinema. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/075188947752306.

Gustavo Henrique Kunsler Guimarães

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor da rede municipal de Santa Cruz do Sul. Desenvolve pesquisas na área de História do Brasil Republicano, com ênfase em trajetórias políticas e partidos políticos no Rio Grande do Sul. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/2844296010715878

Jéssica Bitencourt Lopes

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora na rede pública e privada de ensino e editora-executiva na Revista Aedos. Desenvolve pesquisas na área de História Social das Elites, com ênfase em elites empresariais gaúchas no Brasil Republicano. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4249003908749120.

Larissa Julia Paludo

Mestra em Ciências Humanas pela Universidade Federal da Fronteira Sul. Atua na Universidade Comunitária da Região de Chapecó. Desenvolve pesquisas voltadas à análise de discursos, ao jornalismo, à alteridade e a abordagens interdisciplinares do conhecimento. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4989185505197656.

Letícia Sabina Wermeier Krilow

Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas e professora da Rede Municipal de Guaíba. Desenvolve pesquisas na área de História do Brasil Republicano, com ênfase em história da imprensa, pensamento político, representações sociais e estudos sobre favelas, industrialização e urbanização. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5003757460703010.

Lucas Cabral Ribeiro

Doutor em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor adjunto no Programa de Pós-Graduação em História e na graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Desenvolve pesquisas em História da Educação, ensino de História, formação de professores, currículo, pensamento neoliberal e educação, e estudos culturais aplicados à História. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6615108527668654.

Luciano Aronne de Abreu

Doutor em Estudos Históricos Latino-Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor titular do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Desenvolve pesquisas em História Contemporânea do Brasil, com ênfase em Era Vargas, autoritarismo político, pensamento político-social brasileiro e corporativismo. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/7966762795492151.

Luis Carlos dos Passos Martins

Professor Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, coordenador do PPG-História da mesma instituição. Doutor (2010) e Mestre (2006) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do 345 Sul (PUCRS). Graduado (1992) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atualmente pesquisa sobre História da Imprensa no Brasil, História da urbanização e industrialização no período 1945-1964 pelo olhar da grande imprensa brasileira e pensamento político. Lattes: http://lattes.cnpq.br/1514419297579055.

Marcos Jovino Asturian

Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professor de História no Instituto Federal Farroupilha, campus Frederico Westphalen, desenvolvendo pesquisas em História Política do Brasil contemporâneo, com ênfase em disputas eleitorais no Rio Grande do Sul, pensamento político e social, relações entre imprensa e política e cultura política. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/0203193370992237.

Raul Dias Godinho

Mestre em História Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professor de História na Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre. Desenvolve pesquisas em História do Brasil contemporâneo, com ênfase na Nova República, história do tempo presente e estudos sobre extrema-direita e bolsonarismo. Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/4673652431853182.

Rosimeri Michaelsen

Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó); Graduada em Pedagogia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc) com especialização em Ação Interdisciplinar no Processo Ensino e Aprendizagem pela Faculdade Alternativa Santo Augusto; Gestão e Organização Escolar com Ênfase em Direção Escolar pela Universidade Norte do Paraná (Unopar). Professora efetiva da rede de educação básica do estado de Santa Catarina. Atualmente pesquisa no campo de estudos do currículo e das políticas curriculares, tendo como foco as concepções sobre o lúdico e a ludicidade nos documentos curriculares nacionais e estaduais. Link do Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/9412961569605744

O presente livro traz muitos dos debates sobre História Política ocorridos no VI Seminário do GT História Política da ANPUH-RS, realizado em 2025, na PUCRS. Organizada em cinco eixos temáticos, a obra aborda debates sobre democracia, autoritarismo, relações internacionais, imprensa, ensino de História e trajetórias políticas, evidenciando a pluralidade de temas, abordagens e perspectivas que marcam a renovação da História Política contemporânea.

GT HISTÓRIA POLÍTICA ANPUH-RS

9 786552 300836

anpuhrs